HISTORIA DA AMERICA PORTUGUEZA,

DESDE O ANNO DE MIL E QUINHENTOS do ſeu deſcobrimento, até o de mil e ſetecentos e vinte e quatro,

OFFERECIDA

A' MAGESTADE AUGUSTA DELREY

D. JOAÕ V.

NOSSO SENHOR,

COMPOSTA

POR SEBASTIAÕ DA ROCHA PITTA

FIDALGO DA CASA DE SUA MAGESTADE, CAVALLEIRO Profeſſo da Ordem de Chriſto, Coronel do Regimento da Infanteria da Ordenança da Cidade da Bahia, e dos Privilegiados della, e Academico Supranumerario da Academia Real da Hiſtoria Portugueza.

LISBOA OCCIDENTAL,

Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA, Impreſſor da Academia Real.

M. DCC. XXX.

Com todas as licenças neceſſarias.

HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA

Rocha Pita

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Volume 157

Edições do Senado Federal

Quinhentos anos de História do Brasil, de Olavo Leonel Ferreira, é um compêndio sobre a História do Brasil escrito de forma original: trata-se de um calendário dos feitos históricos em amplo sentido. O livro é construído por intermédio do registro anual dos acontecimentos culturais, econômicos e históricos mais relevantes da nossa formação. O autor compila os fatos mais expressivos, arrola-os e, em muitos casos, reproduz documentos. É um calendário fundamental para quem deseja acessar rapidamente determinados fatos históricos ou abismar-se sobre a diversidade dos episódios de cada ano em nossa História. Assim, esta obra pode ser lida de duas maneiras: como fonte de consulta, livro de referência, e como livro de História, de leitura corrida. Espantar-se-á o leitor de constatar que as mais de 700 páginas fornecerão todas as mais culminantes expressões literárias, artísticas, culturais, humanas, geográficas, econômicas, políticas, enfim, toda uma constelação de informações que servirão para compor o grande painel da nossa nacionalidade.

Edições do Senado Federal

Portugal e Brasil. Dos Afonsinos aos Braganças. Aqui está uma compilação dos principais fatos históricos que formaram a nossa nacionalidade, desde a dinastia afonsina até a casa Bragança. Uma História de Portugal e do Brasil a partir dos fatos mais significativos. Escrito de forma sucinta e curiosa, este volume se apresenta como uma enciclopédia, *latu sensu*, dos feitos portugueses e brasileiros. Neste volume, estão expostos, além dos acontecimentos mais marcantes da História luso-brasileira, fatos mitológicos, curiosidades como toponímias, as ordenações e leis ao longo dos séculos em ambos os países. Uma obra que pode ser lida como um livro corrente e discursivo ou pode ser consultada a partir do interesse do leitor por assunto determinado. Nas suas mais de quinhentas páginas, estão contidas informações de cunho historiográfico numa redação simples e vigorosa que remete o leitor a uma bibliografia mais aprofundada dos assuntos tratados. Muito bem assinalou o seu prefaciador, o ministro Humberto Gomes de Barros, que, pelo cruzamento de narrativas e amplitude de enfoques, melhor será classificar esta obra como "holística".

HISTORIA
DA
AMERICA
PORTUGUEZA,
DESDE O ANNO DE MIL E QUINHENTOS
do ſeu deſcobrimento, até o de mil e ſetecentos
e vinte e quatro.

OFFERECIDA

A' MAGESTADE AUGUSTA
DELREY
D. JOAÕ V.
NOSSO SENHOR,

COMPOSTA

POR SEBASTIAÕ DA ROCHA PITTA
FIDALGO DA CASA DE SUA MAGESTADE, CAVALLEIRO
Profeſſo da Ordem de Chriſto, Coronel do Regimento da Infanteria da Ordenança da Cidade da Bahia, e dos Privilegiados della, e Academico Supranumerario da Academia Real da Hiſtoria Portugueza.

LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA,
Impreſſor da Academia Real.

M. DCC. XXX.

Com todas as licenças neceſſarias.

Primeira publicação do *História da América portuguesa,* de autoria de Sebastião da Rocha Pita (*3/5/1660 – ✞2/11/1738), publicado em 1730.

História da América portuguesa

SENADO
FEDERAL

. . . .

Edições do Senado Federal – Vol. 157

História da América portuguesa

Rocha Pita

Brasília – 2011

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 157

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF
CEDIT@senado.gov.br
http://www.senado.gov.br/publicaçoes/conselho

ISBN: 978-85-7018-376-7

. . . .

Pita, Sebastião da Rocha, 1660-1738.
História da América portuguesa/Rocha Pita. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

474 p. : il. – (Edições do Senado Federal; v. 157)

1. Período colonial (1500-1822), Brasil. 2. Descobrimento do Brasil (1500). 3. Domínio holandês no Brasil (1645-1654). I. Título. II. Série

CDD 981

. . . .

. . . .

Sumário

INTRODUÇÃO
por Pedro Calmon
pág. 11

LIVRO PRIMEIRO

Introdução da História. Estado em que se achava o Império Lusitano. Descobrimento do Brasil. Nomes que lhe foram impostos. Descrição do corpo natural e material desta região. Distância das suas costas, rumos e ventos da sua navegação. Movimentos dos seus mares. Extensão do seu continente. Grandeza dos mais célebres rios. Formosura do seu terreno. Benignidade do seu clima e dos seus astros. Os seus montes mais famosos. Os seus campos, produções e lavouras. As suas ervas, flores, árvores e frutas, assim naturais como estrangeiras. As feras, brutos e caças que tem. O que geram e criam os seus mares. Os seus pescados, as pescarias dos xaréus e das baleias, a descrição deste monstro marinho. Os mariscos de vários gêneros pelas suas praias e rios. A bárbara vida e costumes dos gentios, seus primeiros habitadores. Vinda de Américo Vespúcio e de outros capitães e exploradores enviados pelos reis D. Manuel e D. João III. Linha imaginária e determinação das conquistas que tocaram aos monarcas portugueses e castelhanos. Sucessos de Catarina e Diogo Álvares Correia. Vinda do glorioso Apóstolo S. Tomé a ambas as Américas castelhana e portuguesa.
pág. 27

LIVRO SEGUNDO

Fundação da província da Bahia. Suas prerrogativas. Excelências do sítio em que a cidade foi edificada. A sua descrição. Os seus templos, religiões e edifícios. As suas fortalezas marítimas e terrestres. O número dos seus habitadores e dos seus engenhos. Grandeza do seu recôncavo e do seu comércio. Fundações das outras províncias, que compreendem a portuguesa América, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Sergipe, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, e S. Vicente. Descrição das suas capitais. Número das suas vilas, dos engenhos de cada uma e dos seus vizinhos, Catedrais, paróquias, igrejas, conventos, religiões e fortalezas. Descrição da cidade de S. Paulo e da nova colônia do Sacramento. Lugares e postos que ocuparam os naturais da nossa América. Embarcações que saem cada ano de todos os portos do Brasil para os do reino e para a costa de África. Os gêneros que carregam. Rendas destas províncias para a coroa lusitana. A sua aplicação. Os minerais que têm assim as províncias que ficam ao norte, como as que estão ao sul.
pág. 69

LIVRO TERCEIRO

Governo de Tomé de Sousa. Fundação da cidade da Bahia. Vinda dos religiosos da Companhia. Governo de D. Duarte da Costa. Vinda do primeiro bispo D. Pero Fernandes Sardinha: sua morte e elogio. Governo de Mendo de Sá. Morte e elogio d'el-rei D. João III. Passa duas vezes Mendo de Sá ao Rio de Janeiro contra os franceses; de ambos os vence. Morte do 2º bispo D. Pedro Leitão: seu elogio. Toma el-rei D. Sebastião posse da monarquia. Manda por governador a D. Luís de Vasconcelos. Infelicidades daquela frota. Martírio

dos quarenta religiosos da Companhia, e do venerável padre Inácio de Azevedo; seu elogio. Vem por governador Luís de Brito de Almeida; seu governo. Morte do governador Mendo de Sá: seu elogio. Governo de Lourenço da Veiga: sua morte. Sucedem-lhe o Senado da Câmara e o ouvidor-geral Cosme Rangel de Macedo. Perda d'el-rei D. Sebastião em África. Sucede na coroa o cardeal D. Henrique, morre sem declarar sucessor. Opositores ao reino. Prevalece Filipe o Prudente, rei de Castela. Fundam casas no Brasil os religiosos do Carmo e de S. Bento. Guerras dos holandeses com Castela. Motivos delas. Invadem as conquistas de Portugal, em ódio da monarquia de Espanha. Ruínas que experimenta aquela coroa por várias causas. Governo de Manuel Teles Barreto; sua morte. Sucedem-lhe o bispo D. Antônio Barreiros e o provedor-mor Cristóvão de Barros. Governo de D. Francisco de Sousa. Fundam casas os religiosos de S. Francisco. Morte do bispo D. Antônio Barreiros. Milagre de Santo Antônio de Arguim. Notável século de mil e seiscentos. Governos de Diogo Botelho, D. Diogo de Meneses e D. Luís de Sousa. Morte do bispo D. Constantino Barradas: seu elogio. Sucede no governo Diogo de Mendonça Furtado.

pág. 125

LIVRO QUARTO

Formam os holandeses uma nova companhia com título de Ocidental para invadirem as conquistas de ambas as Américas. Sai a sua poderosa armada em duas esquadras dividida, uma navega para as Índias de Castela, outra para o Brasil. Chega esta à vista da fortaleza do Morro, cujo capitão faz aviso à Bahia. Previne-se Diogo de Mendonça Furtado, governador e capitão-geral do Estado, para a defensa. Desembarcam os inimigos. Põem cerco à cidade. Defendem-na com brio no primeiro assalto os moradores, mas logo a desampararam. Os contrários a tomam. Prendem ao governador. Juntam-se os portugueses na campanha para lhes impedirem os progressos por terra, debaixo da consulta do bispo D. Marcos Teixeira. Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco, nomeado nas vias e por outra provisão real capitão-geral do Brasil. Manda de Pernambuco a Francisco Nunes Marinho d'Eça a tomar o governo que exercia o bispo. Morte e elogio deste prelado. Vêm em socorro da Bahia as armadas de Castela e Portugal. Restauram a cidade e voltam para a pátria. Fica governando o Estado D. Francisco de Moura. Sucede-lhe Diogo Luís de Oliveira. Naus de Holanda fazem grandes estragos pelo Brasil. Recolhem-se e voltam com maior poder sobre Pernambuco. Tomam toda aquela capitania, donde vem o conde João Maurício de Nassau sitiar a Bahia. Defende-a o conde de Bagnuolo, a quem entrega voluntariamente Pedro da Silva o governo da praça e da guerra. Levanta Nassau o cerco e torna para Pernambuco.

pág. 168

LIVRO QUINTO

Aparição e promessa de Deus Nosso Senhor ao nosso primeiro rei D. Afonso Henriques. Feliz aclamação do nosso augusto monarca D. João IV, fidelidade, amor e resoluções com que os portugueses o aclamaram por rei, e se livraram do injusto domínio castelhano. Valor e fidelidade com que lhe sustentaram a coroa e defenderam a liberdade da pátria. Prontidão com que já obedecido na América Portuguesa injusta prisão do vice-rei marquês de Montalvão na Bahia. Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro, o aclama naquela praça e em todas as capitanias do Sul. Previne-se el-rei para a defensa. Ajusta confederações com vários príncipes. Manda a Tristão de Mendonça à Holanda, que assenta liga e amizade com aquela república. Prosseguem as suas hostilidades os holandeses, interpretando as capitulações ajustadas. Vem por governador e capitão-geral Antônio Teles da Silva. Nomeia el-rei príncipe do Brasil a seu primogênito o Senhor D. Teodósio. Sua morte e elogio. Começam os pernambucanos a levantar-se contra os holandeses. O capitão-geral com dissimulação lhes envia alguns socorros da Bahia. Vem Sigismundo contra ela. Toma a ilha de Itaparica. Vão aos nossos a expulsá-lo com grande perda dos portugueses. Torna Sigismundo para o Recife, sitiados pelos pernambucanos. Morte do Senhor Rei D. João IV. Seu elogio.

pág. 212

LIVRO SEXTO

Entra na regência do reino a sereníssima senhora Rainha D. Luísa. Elege a Francisco Barreto de Meneses por governador e capitão-geral do Estado do Brasil. Ajusta a paz com as Províncias Unidas, e o casamento da senhora infanta com el-rei da Grã-Bretanha. Donativo no Brasil para o dote e paz. Toma posse do reino o sereníssimo senhor Rei D. Afonso VI. Inabilidade e descuido que mostra no governo. Manda por governador do Brasil ao conde de Óbidos. Fundação dos religiosos de Santa Teresa na Bahia e em Pernambuco. Contágio das bexigas por todo o Estado. Cede o rei o governo e o reino ao sereníssimo senhor infante D. Pedro. Entra na posse dele com o título de príncipe-governador. Prisão de Jerônimo de Mendonça Furtado, governador de Pernambuco, executada por aquela nobreza e povo. Sucede ao conde de Óbidos no cargo Alexandre de Sousa Freire. Naufrágio da nau capitânia, e morte do general da armada da Bahia João Correia da Silva na costa do rio Vermelho. Desce o gentio bravo sobre a vila do Cairu com grande estrago. Sucede no Governo a Alexandre de Sousa Freire Afonso Furtado de Mendonça. Descobrimento e povoação das terras do Piauí. Guerra que faz aos gentios. Sua morte e elogio. Fundação das religiosas de Santa Clara. Voltam as fundadoras para Portugal depois de nove anos de assistência na Bahia.

pág. 258

LIVRO SÉTIMO

Vem Roque da Costa Barreto governar o Estado do Brasil com título de mestre-de-campo-general. Fundam casa na Bahia os religiosos capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade. Fundação da nova Colônia do Sacramento. Os castelhanos a expugnam e arrasam, e depois restituem. Sucede a Roque da Costa Barreto Antônio de Sousa de Meneses com o posto de capitão-geral. Dissenções e parcialidades na Bahia no tempo do seu governo. Morte da senhora rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. Seu elogio. Sucede no posto de governador e capitão-geral o marquês das Minas. Agrado e fortuna com que sossegou as dissenções da Bahia. Principia o mal chamado a bicha. Desvelo e grandeza do marquês no benefício dos enfermos. Segundo e mais augusto desposório do sereníssimo senhor rei D. Pedro. Vem a suceder ao marquês das Minas com o mesmo posto Matias da Cunha. Dão os gentios na capitania do Ceará. Manda fazer-lhes guerra. Adoece do referido achaque. Motim dos soldados por lhes faltarem com as pagas. Morte do governador. Seu elogio. Entra no governo por eleição o arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição. Diferenças que tem com o chanceler Manuel Carneiro de Sá que ficou governando as justiças como regedor. Sucede-lhes o governador e capitão-geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho. Morte da sereníssima senhora princesa D. Isabel. Seu elogio. Morte do arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição. Seu elogio. Notícia e descrição do seminário de Belém da Cachoeira. Desgastos entre o governador e o arcebispo, com morte de José de Melo da Silva. Descobrimento e descrição do célebre Santuário da Lapa.

pág. 296

LIVRO OITAVO

Sucede no Governo-Geral do Brasil D. João de Lencastro. Fundação das Casas da Moeda na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Jornada do governador em descobrimento das minas do salitre, introdução dos ouvidores das comarcas e juiz de fora em algumas províncias do Brasil, morte do reverendíssimo padre Antônio Vieira. Descobrimento das minas de ouro no Sul e forma com que ele se tira. Morte da sereníssima senhora rainha D. Maria Sofia Isabel de Neoburgo. Seu elogio, passa ao reino o arcebispo D. João Franco de Oliveira provido no bispado de Miranda. Socorro que vai à restauração de Mombaça. Queima-se no porto a nau *Sereia*. Perde-se antes de sair a barra uma das mais que o conduziam. Vem da Índia o vice-rei Antônio Luís. Sua morte e elogio. Sucede no arcebispado do Brasil D. Sebastião Monteiro da Vide, e D. Rodrigo da Costa no governo-geral do Estado. Manda socorro à nova Colônia do Sacramento sitiada pelos espanhóis da América castelhana, combates com aqueles inimigos. Consternação da Europa pela sucessão de Espanha.

Declara-se o sereníssimo Senhor Rei D. Pedro a favor do Senhor Carlos III, então rei daquela monarquia, e hoje imperador de Alemanha. Progressos das nossas armas em seu auxílio, ordem do rei para se não enviarem escravos da Bahia para as minas. Diligências que faz o governador D. Rodrigo da Costa na sua execução.

pág. 328

LIVRO NONO

A D. Rodrigo da Costa sucede no posto de governador e capitão-geral do Brasil Luís César de Meneses, alferes-mor do reino; morte do sereníssimo senhor rei D. Pedro II. Seu elogio. Entra no domínio da monarquia o augustíssimo senhor Rei D. João V, que Deus guarde. Celebra o arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide na Bahia sínodo diocesano para fazer constituições ao arcebispado. Vem o Vice-Rei Caetano de Melo de Castro de volta da Índia, e peleja valorosamente com uma grande nau de piratas nos mares da Bahia. Augusto casamento do rei com a sereníssima senhora rainha D. Mariana de Áustria. Guerra nos povos das minas entre os paulistas e os reinóis. Sucede a Luís César de Meneses no governo-geral D. Lourenço de Almada. Alterações da província de Pernambuco, com guerra civil entre a cidade de Olinda e a vila do Recife. Desembarcam franceses na costa da província do Rio de Janeiro, caminham por terra, tomam a cidade e ficam prisioneiros nela. Entram no ano seguinte pela barra, tornam a tomar a cidade, saqueiam-na e a deixam por resgate de seiscentos e dez mil cruzados. Devassa sobre o procedimento do governador do Rio de Janeiro e dos cabos. Sentença contra os cúmplices. Vem por sucessor de D. Lourenço de Almada Pedro de Vasconcelos de Sousa. Intenta estabelecer por ordem real a imposição dos dez por cento. Altera-se bárbara e tumultuariamente o povo da Bahia. Comete alguns excessos. Sentenciam-se os cabeças da sublevação. Extingue o rei o ligar o lugar de juiz do povo à instância do senado da Câmara.

pág. 371

LIVRO DÉCIMO E ÚLTIMO

Vem por vice-rei e capitão-geral de mar e terra do Brasil o marquês de Angeja. Seu grande talento e relevantes empregos. Minas de ouro na Jacobina. Abrem-se segunda vez as Casas da Moeda no Rio de Janeiro e na Bahia, para lavrar as de ouro. Recolhimento de mulheres na cidade da Bahia, e seu instituidor. Ações do marquês vice-rei no seu governo. Sucede-lhe nele o conde do Vimieiro com o posto de governador e capitão-geral. Presságios na sua vinda. Padecem por justiça muitos piratas estrangeiros. Adoece o conde governador. Sua morte e elogio. Acha-se no colégio dos padres da Companhia de Jesus uma via de sucessão. Tomam posse do governo o arcebispo, o chanceler e o mestre-de-campo mais antigo. Vai o conde de Açumar a governar as minas. Procura reduzir à obediência e ordens reais os absolutos e poderosos. Amotinam estes os povos. Prisão e castigo dos principais. Sucede aos três governadores e vice-rei e capitão-geral de mar e terra Vasco Fernandes César de Meneses. Suas muitas virtudes e grandes experiências. Chega à Bahia o patriarca de Alexandria. Morte do arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide. Seu elogio. Ações do vice-rei e os sucessos do Brasil durante o seu governo, em que põe fim esta história.

pág. 417

PROTESTAÇÃO

pág. 459

ÍNDICE ONOMÁSTICO

pág. 461

Introdução

Pedro Calmon

ERA SEBASTIÃO DA ROCHA PITA neto do homônimo, a quem se refere na sua História*: "Encarregou [Matias de Albuquerque] esta ordem a Sebastião da Rocha Pita, avô do autor, que no arraial assistia com muita gente à sua custa, por ser uma das primeiras e mais poderosas pessoas de Pernambuco, que no serviço do rei e da pátria juntava ao merecimento do valor a despesa do cabedal" (*História da América Portuguesa*, ed. de 1880, pp. 128-9). Não diz, porém pelas Atas da Câmara da Cidade da Bahia se sabe, que ao começar o ano de 1626 aqui estava ele (*Atas*, I, 26, ed. da prefeitura municipal, 1947), com o cargo de almoxarife, pois viera com o auxílio pernambucano à restauração da praça, expugnada dos holandeses no ano anterior. Voltou à sua terra, pois lá figurou com honra na resistência de Matias de Albuquerque ao invasor. Acompanhou o general no grande êxodo, motivo por que o reen-*

*contramos na Bahia, já em função alta, de escrivão da Câmara, em 1640 (*Atas, *I, 437). Exerceu-as até 1644 (*Atas, *II, 216), e de novo em 1648 (*Atas, *II, 392). Vereador em 1651 (*Atas, *III, 115), a última assinatura que lhe achamos nos livros municipais, como cidadãos opinantes da cidade, concorrendo com o sisudo voto para a tranquilidade e o provimento do governo, é de 23 de maio de 1665 (*Atas, *IV, 209, Bahia 1949).*

*A propósito de sua filha, Brites da Rocha Pita, confirma Borges da Fonseca, "insigne matrona de muito perfeito juízo, natural de Pernambuco de onde se retirou no tempo do holandês (*Nobiliarquia Pernambucana, *I, 274, ed. da Bibl. Nac., Rio 1935). Retirou-se com pouca idade, com os pais, Sebastião da Rocha Pita e Úrsula Dantas (este o nome que dá Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão. "Catálogo Genealógico"*, Rev. do Inst. Hist. Bras.*, I, II, tít. Pita) e irmão, que seria desembargador e importante sujeito da colônia, o mais graduado da família antes do escritor da* História da América Portuguesa, *João da Rocha Pita, de quem conta o sobrinho era "natural de Pernambuco, das principais famílias daquela província" (*Hist. da Amér. Port.*, pp. 317-8).*

*Nisto havia certa ênfase pois na provisão que vestiu o neto com o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo – em 1679 – lá o escusa o Príncipe: "...e ter dispensado com ele nos impedimentos de seu avô paterno haver sido sapateiro e ele ter somente dezessete anos de idade..." (Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 61, fls. 242, ms. na Torre do Tombo, Lisboa, Prov. de 9 de fevereiro de 1679).[1]**

O mais que se sabe (de um requerimento descoberto nos papéis do Conselho Ultramarino) é que nascera na vila de Caminha e o pai se chamava João da Rocha Pita[2]. Pedira em 1644 que, de

---

* As notas desta Introdução encontram-se da p. 21 à p. 25.

prêmio aos serviços de guerra, administração e dinheiro, se lhe fizesse mercê de foro de fidalguia ("tendo consideração a sua nobreza...") e do cargo de provedor da alfândega. O Conselho passou por cima da súplica, como se parecesse excessiva, e conveio em conceder-lhe o hábito de Santiago ou São Bento, com vinte mil-réis de pensão[3].

Não o afidalgaram como queria. Porém a honradez de bom repúblico, a fortuna adquirida nos negócios, os propícios ares da Bahia, sua nova terra, lhe deram a notoriedade de pessoa ilustre. Herdaram-lhe esse benéfico o genro, e o neto, que faria para sempre conhecido o seu nome.

* * *

O fato é que na Bahia casou a filha do primeiro Sebastião da Rocha Pita com o português João Velho Gondim, originário de Lima, no Reino, filho de Pedro Fernandes Barbosa (reza a sua inscrição na irmandade da Misericórdia, em 1662, Livro 1º da Irm., ms.) e D. Ana Fernandes da Guerra (Fr. Jaboatão, op. cit, *tít. Pita), negociante, que já em 1642 aparecia nas deliberações da Câmara Municipal como burguês rico (*Atas, *II, 114), na categoria dos mercadores que contribuíam para os gastos militares (*Atas, *II, 396), elevado à condição de homem da governança (*Atas, *III, 396), e almotacé da cidade em 1663 (*Atas, *IV, 132). Dá o genealogista a data de 12 de abril de 1660 para esse feliz casamento (Fr. Jaboatão,* op. cit., *tít. Pita), de que nasceu, no ano seguinte, a 3 de maio, o 2º Sebastião da Rocha Pita.*

De berço opulento, inteligência viva, espírito aberto à cultura que gulosamente adquiriu no Colégio dos Jesuítas, aprendendo nesses claustros as humanidades, pode-se dizer que foi este um privilegiado do destino. Respeitando "ser sobrinho do desembargador João da Rocha Pita" (Documentos Históricos, da Bib. Nac., XXVII, 107), outorgou-lhe a patente de 7 de fevereiro de 1678 – com o su-

primento do tempo – o posto de alferes, a que chegava com dois anos de soldado pago na praça da Bahia. Serviu "em praça de soldado o alferes três anos, quatro meses e 29 dias efetivos..." Seria teórico esse aquartelamento, nem é possível que tenha acumulado com o das armas o exercício das letras, em que então se ocupava nos pátios da Companhia, na mesma ocasião em que, poderoso e grave, vinha empossar-se na sua cadeira da relação da Bahia aquele desembargador (17 de maio de 1678). Não chegou a ir doutorar-se em Coimbra. Enganam-se os biógrafos que o dão como doutor. O pergaminho, se o tivesse, só lhe serviria de ornato a outras ambições, mais discretas: o próspero senhorio de seus engenhos de açúcar, a bengala de coronel das ordenanças da Bahia (que ganhou em 1694), um lugar vasto na sociedade suntuosa daquela corte colonial, possivelmente um título literário. Teve dois: o de acadêmico supranumerário da Academia Real da História Portuguesa – alistado entre as notabilidades da metrópole – e o de sócio fundador da Academia Brasílica dos Esquecidos. Casando com D. Ana Cavalcanti de Albuquerque, aliou-se à melhor gente do Recôncavo, descendente, pelo lado paterno, de Cavalcanti e Holandas de Pernambuco, exilados, em 1635, como o avô Rocha Pita, e, pelo lado materno, de Araújos, Aragões e Soeiros baianos[4]. Se a influência do tio chanceler lhe facilitou os êxitos iniciais, o prestígio e a riqueza dos parentes de sua mulher lhe auxiliaram as últimas conquistas, desinteressadas e brandas, de uma vida sem tumultos sentimentais, sem gestos intempestivos, sem impaciências trêfegas, mais contemplativa e florida do que trabalhosa.

O seu coronelato – em sucessão, de um estupendo sertanista, Francisco Dias de Ávila – fora antes um pergaminho de nobreza do que uma patente militar: "...com o qual posto [previu a Carta de 16 de novembro de 1694] não haverá soldo algum de minha

fazenda, mas gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que em razão dele lhe tocar...” (Chancelaria de D. Pedro II, Torre do Tombo, Lº 62, fls. 443). Quatro anos vereador e um de juiz ordinário, temendo que o forçassem a continuar com estes encargos (“com o dito posto de coronel não pode assistir aos cargos da república, assim pelos achaques que padece como pelas prevenções de guerra a que assiste”) apelava em 1712 para Lisboa, que deles o isentassem – como se fizera a Cristóvão Lopes Leitão, Hierônimo Sodré Pereira, Manuel Marques! (Arq. Hist. Ultr. ms. cód. 53, fls. 137). O Conselho Ultramarino mandou que fosse atendido.

Não o seduziam, portanto, as funções do Estado, nem das outras tirava maiores proveitos, além da dignidade que conferiam. Tinha os seus engenhos: vigiava com uma serenidade romana, de cônsul letrado, os assuntos da tropa; e... fazia versos.

*

O mais antigo depoimento sobre a sua poesia é do tempo em que, “alfezes de infantaria”, “estava de guarda em palácio”.

Conta o licenciado Manuel Rebelo Pereira[5] *na história de Gregório de Matos (*Obras de Gregório de Matos*, ed. da Academia Brasileira, I, 59-60, Rio 1929): “Sucedeu passar por aí o nosso poeta: e, ou fosse pelo ouvir, ou por desfaçatez, chegou-se a ele o Pita, e lhe disse: ‘Senhor Doutor, estou com uma obra, entre mãos, e para acabá-la, quero que Vmecé, me dê consoante a este termo para mim’. Respondeu-lhe prontamente o nosso poeta: ‘Capim’. De cujo sucesso, nasceu odiar-se com o tal Pita, que, daí por diante, foi um dos objetos das suas sátiras, como se encontra em algumas das suas obras.” Como o repentista chegou à Bahia em abril de 1681, podemos situar neste ano o episódio.*

Com o rodar do tempo, mereceria respeito e louvor. Dizia Nuno Marques Pereira no segundo tomo de O Peregrino da América *(ed. da Academia Brasileira, II, 54, Rio, 1939): "O coronel Sebastião da Rocha Pita é muito famoso poeta, principalmente de versos de arte maior".*

Entre o desdém de Gregório de Matos e a admiração do místico prosador temos de ser razoáveis, ajuizando-na a lírica e o estilo dentro no seu meio humilde, à margem da civilização na varanda do sobrado, ao pé do engenho cheio de barulho, barbárie e mel, ou no salão da cidade, frequentado temidamente por desembargadores e frades.

Num país sem imprensa. Numa capital sem livros. A modesta cultura eclesiástica ou judiciária, fechada à curiosidade dos leigos distantes, desbotada, latina, enclaustrada nos seus recintos defesos como nos conventos, a mocidade mais talentosa. Onde a sátira de Gregório, o sermão do padre Antônio Vieira, a eloquência quaresmal de alguns outros oradores sacros rutilavam como explosões incompreensíveis no ar calmo de rotina austera dominado pela severidade dos chefes de família, preocupados em dotar as filhas freiras, pela desconfiança do Estado, que aborrecia os papéis literários, pela ignorância do povo que deles não entendia, pela risonha malícia dos clérigos entre cujos manuscritos corriam muitas rimas de estrondo. Abrindo o seu caminho nessa aspereza de terra virgem poetou quanto pôde, escreveu prolixamente e atingiu à velhice com a amável reputação de grande brasílico.

Dinheiro realmente não lhe faltara para publicar em Lisboa as amostras do seu estro.

Foi o segundo poeta natural do Brasil a dar aos prelos a sua obra. A série começa com Manuel Botelho de Oliveira em 1705[6]*. De 1709 é o breve compêndio e narração do fúnebre espetáculo*

que na insigne cidade da Bahia, cabeça da América portuguesa, se viu na morte de el-rei D. Pedro II *de gloriosa memória de Rocha Pita. Dele o soneto que abre aplausos natalícios com que a cidade da Bahia celebrou a notícia do felice primogênito do Ex*[mo] *Sr. D. Antônio de Noronha conde Vilaverde, etc. Lisboa, 1718. Segue-se sumário da vida e morte da Ex*[ma] *Sr*[a] *D. Leonor Josefa de Vilhena e das exéquias que se celebraram à sua memória na cidade da Bahia. Lisboa, 1724, a que se seguiu a* História da América Portuguesa. *Lisboa, 1730* [7]*. Inéditos. Tratado político (que Oliveira Lima indica,* Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, p. 134. Leipzig 1896, como existente na biblioteca de Salvador de Mendonça) e numerosas poesias encartadas nos três volumes da Academia Brasileira dos Esquecidos, que possui o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

Da História *– cujo título é uma réplica a* Europa, Ásia e África portuguesas *de Manuel de Faria e Sousa (Madri, 1639; Lisboa, 1681) – houve até aqui quatro edições: 1730, Bahia (sob os auspícios do presidente da provícia, Barão Homem de Melo), 1878. Lisboa, 1880, revista e anotada por J. G. Góis (com a referência a "segunda edição", o que revela o desconhecimento da anterior). Preconizávamos nova estampa deste livro fundamental (*História da Literatura Baiana*, p. 53, Bahia, 1949). Empreende-a W. N. Jackson Inc. por nós anotada, em 1950.*

A crítica evidentemente não lhe perdoa o fraseado gongórico, o "barroquismo", tudo o que de rotundo, excessivo, imaginoso, e portanto de pitoresco mau gosto, lhe sobrecarrega a narrativa, sem entretanto lhe tirar – no essencial do livro – a fluência e a clareza. Precisa ser lido e deve ser lido como um exemplo da literatura que ao seu tempo florescia e da arte, do ideal poético, das deformações estéticas, do gênio "barroco" que nela se refletia.

É impossível analisar o escritor fora do seu ambiente emocional, das predileções que então governavam tanto o buril e o pincel como a pena de pato dos homens de letras, sobretudo da alma retumbante de uma época em que as linhas estruturais, as composições arquitetônicas, a lógica dos traços clássicos desapareciam retorcidos e vestidos sob o império da "forma", sob o ouro fresco, o movimento tempestuoso, a ilusória agitação e a graça inquieta do ornato. É necessário aproximar das igrejas baianas desse período, das suas naves rendilhadas de fina talha, de seus altares dosselados de panejamento rico com as colunas salomônicas entrançadas de parreira celeste, de seus tetos apainelados e frisados de moldura floral, essa escrita em cujos entusiasmos estremece a gorda sensaboria do adorno, a opulência fútil do enfeite, a falsa gravidade do verbalismo. Ninguém nega o paralelismo entre as expressões artísticas, a correspondência que as comunica, o que de comum nelas palpita, permitindo por vezes ao crítico a classificação dos estilos literários pelas respectivas épocas da escultura, da pintura, da arquitetura.

O livro do coronel Sebastião da Rocha Pita é um elemento "barroco" da cultura nacional como qualquer dos monumentos que a ilustram, conservando na sua velha fisionomia o selo precioso da autenticidade. Tem um valor a mais: é o cabedal noticioso que o inclui entre as escassas fontes impressas da história pátria.

Nalguns trechos é insubstituível o seu testemunho.

Torna-se uma excelente documentação contemporânea. Uma espécie de compêndio de memórias. Melhor do que isto: uma coletânea regionalista de tradições que, sem ela, não teriam alcançado a posteridade.

Certo, é responsável por vários erros que se repetem até agora, reproduzidos nos clichês do ensino primário, lendas, suposições, mentiras, que a história séria – isto é, a boa documentação

*– de muito destruiu e pulverizou. Alguns feriram a sensibilidade de outros poetas, medalharam no civismo popular numerosos perfis simbólicos, recortaram a sua figura absurda no romance, no poema, no panfleto, e ainda resistem à forte verdade que não tem a sua beleza e a sua poesia. Mas não importa! Criou uma escola de louvaminha nativista de que resultou uma estimação exagerada, porém amorosa e ativa, dos recursos naturais do país. Instalou o orgulho brasileiro que logo se transformaria em vanglória indianista – nos pórticos acadêmicos. Deu voz e gesto ao nascente patriotismo, palavroso, mas arrogante, que prenunciava o ciúme político da terra, a sua defesa, a emancipação espiritual, a resistência às forças que se lhe opusessem, a independência. Ergueu ao Brasil um hino de confiança declamatória, ou de fidelidade eloquente, cuja elegância não exclui um vago desafio às contingências do futuro, às potestades do mundo, às contradições do tempo, lembrando convictamente que "na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália e Grécia..." (*Hist. da Amér. Port.*, p. 329). Atenas e Roma – na sua fantasia – uniam-se nesta "nossa portuguesa América". Não Itália e Grécia representadas por seus mármores, porém revividas no seu humanismo, no seu alto pensamento e no seu legado de harmonia, proporção, estoicismo e linhagem. Sem dar por isto, principiou a sua* História *com os penachos tupinambás da Paraguaçu e a concluiu com essa invocação coerente à sombra da Acrópole e da universalidade latina. Nessa conciliação de extremos, traduzia o sentido intelectual da formação americana.*

Morreu na Bahia, a 3 de novembro de 1738.

*

Vê-se no Livro de assentos do arquivo arquiepiscopal (da Sé. 1734 a 17... fls. 69) "Aos três dias do mês de novembro de 1738

faleceu da vida presente nesta matriz de S. Pedro da cidade o coronel Sebastião da Rocha Pita, viúvo de D. Ana Cavalcanti de Albuquerque, natural desta cidade e batizado na freguesia da Santa Sé, filho legítimo de João Vieira Gondim e de sua mulher D. Brites da Rocha Pita já defuntos; de idade de setenta e oito anos mais ou menos, com todos os sacramentos. Não fez testamento: foi sepultado de minha licença na igreja dos Carmelitas Descalços e amortalhado em o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo; em fé da verdade me assinei, dia ut supra*, o vigário Bernardo Pinho Barreto."*

Morando, pois, na freguesia de S. Pedro Velho, foi enterrado no novo convento de Santa Teresa, tão protegido dos Vieira Ravasco.

*

Dos três filhos deixados pelo cronista, só consta a sucessão de Brites da Rocha Pita, que, casando com o provedor da alfândega da Bahia, Domingos da Costa de Almeida, homem de prol da sociedade luso-americana[8]*, viveu nobremente e jaz no convento de Santo Antônio do Paraguaçu, sob uma lousa armoriada em que se leem estes dizeres: "Sepultura de D. Brites da Rocha Pita, filha do coronel Sebastião da Rocha Pita e mulher do provedor e proprietário d'alfândega desta cidade coronel Domingos da Costa e Almeida administrador dos morgados de Jacaracanga e Nossa Senhora do Desterro. Monumento de seu filho Rodrigo da Costa e Almeida, também provedor e proprietário da mesma alfândega e primeiro intendente da marinha, 1778." Tronco respeitável de várias famílias poderosas, teve essa ilustre senhora a consolação de dar às armas o filho, homônimo do historiador, alferes de cavalaria Sebastião da Rocha Pita", à Igreja um carmelita e três clarissas*[10]*, às letras o acadêmico "renascido" Rodrigo da Costa de Almeida*[11]*, à aristocracia da terra D. Isabel Joaquina de Aragão, mulher de outro acadêmico, o autor do Culto métrico, Dr. José Pires de Carvalho e Albuquerque*[12]*.*

Distribuem-se, pois, por uma farta descendência, numerosa hoje, a herança e o sangue do escritor, que traçou com tantos mimos de paixão brasileira o retrato apologético da pátria.

É, na categoria dos antepassados espirituais, um patriarca de amável semblante, boa índole, delicioso otimismo e galante cortesia, como nos habituamos a ver, nas suas molduras de ouro velho, as fisionomias joviais do século da pastoral, do verso arcádico e da bondade romântica.

Mas, em verdade, esse pai da história nacional é um avô legítimo da cultura que neste país se processa entrançada com os autênticos materiais da raça, do meio físico dos climas desiguais, do mistério sertanejo, da vastidão da terra, cultura que brota dessas forças originais e procura interpretá-las, como uma força cívica de sabedoria e uma expressão entusiasta de confiança. É o confiante amor no elogio fervoroso de um mundo, que Rocha Pita definia ardentemente como sendo o nosso mundo. América, sim; porém, de língua portuguesa, bem marcada num mapa povoado de gentis fantasias e exageros poéticos, a América que tinha raiz sadia, alma própria, história conhecida, florões intelectuais, uma formidável ideia de si mesma e... para suprir o que faltasse, a imaginação criadora do patriotismo!

*

NOTAS REFERENTES À INTRODUÇÃO

1. A Carta de Padrão, de 22 de março de 1678, recorda: "...Tendo respeito aos serviços de Sebastião da Rocha Pita já falecido feitos desde o ano de 624 onde passou de Pernambuco, onde era morador, à Bahia de todos os Santos, estando a cidade de Salvador ocupada de holandeses, em que assistiu com suas armas sem soldo até ser recuperada

fazendo algum tempo o ofício de almoxarife da pólvora e munições desde então até o ano de 626 e desde o ano de 632 residir no arraial de Pernambuco acompanhado de criados e parentes à sua custa e depois disso passar ao cabo de Santo Agostinho por três vezes afora outras que saiu para o rio São Francisco e outras partes daquele distrito executar o donativo para a infantaria de mais de algumas vacas suas que deu para ela nos seus currais obrigando a outros moradores a vir para o arraial com escravos e ferramentas para o trabalho, fazendo também vender as fazendas que iam do reino por ordem do Conselho da Fazenda para o provimento da infantaria em que teve muito trabalho da mesma maneira contribuir com muitos gados para se lhe pagarem de futuro agasalhando juntamente em sua casa alguns holandeses rendidos e repartindo outros pelos mais moradores e passando-se outra vez para a Bahia obrigado do tenente-geral deixar muita fazenda em Pernambuco por não faltar à lealdade de bom vassalo e na ocasião que o Conde de Nuazau (*sic*) o ano de 638 foi sitiar a cidade do Salvador assistir com valor e despesa própria na defesa da cidade e da mesma maneira o ano seguinte de 639 quando o Conde da Torre foi com a sua armada dar sempre boa conta de tudo o que lhe encarregou por ele e finalmente servir de escrivão da Câmara da cidade do Salvador com grande satisfação obrigado do governador do Estado, e por sentença do Juízo das justificações ficar pertencendo a ação dos serviços referidos a seu filho João da Rocha Pita por lhos renunciar em vida houve por bem fazer–lhe promessa de 20$ de pensão em algumas das comendas que se houveram de pensionar da Ordem de Cristo e 12$ de tença efetiva para os ter com o hábito dela...” (Chanc. da Ord. de Cristo, 1º, 69, fls. 85 v. ms. em. pela Sra. Maria Isabel de Albuquerque). O alvará de profissão é de 19 de março de 1680.

2. Arquivo Histórico Colonial. Lisboa. Cód. 79, ms.

3. Revolução de 12 de dezembro de 1644, de acordo aliás com o voto de Jorge de Albuquerque (Arq. Hist. Col. Cód, citado).

4. Era D. Ana Cavalcanti de Albuquerque (e não de Aragão, como diz Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão), filha de Cristóvão Cavalcanti

de Albuquerque, que acompanhará o pai, Filipe Cavalcanti de Albuquerque, no êxodo de 1635, e de sua primeira mulher D. Isabel de Aragão, filha de Francisco de Araújo Aragão e D. Ana de Barros. Esse Filipe Cavalcanti era sobrinho de D. Filipe de Albuquerque, cujo filho, Lourenço Calvalcanti de Albuquerque, também emigrou para a Bahia, com duas filhas, Filipa e Maria, a quem alude o genealogista, ligando-as aos ilustres nomes de Bernardo Vieira Ravasco e D. Francisco Manuel de Melo. A primeira foi a mãe de Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque e a segunda de D. Bernarda, que casou com Gaspar de Araújo.

5. O autor parece ser Manuel Rebelo Pereira, presbítero pernambucano, nascido em 1717, como diz Loreto Couto, *Desagravos do Brasil*, in *Anais Bibl. Nac.*, XXV, 22.

6. Provado que Bento Teixeira, autor da *Prosopopeia*, era português, temos que *Música do Parnaso*, Lisboa, 1705, foi o primeiro livro de poeta brasileiro a receber o benefício da impressão. Diz o próprio autor: "o primeiro filho do Brasil, que faça pública a suavidade do metro...", ed. da Acad. Bras., p. 51.

7. Vd. Barbosa Machado, *Bibl. Lus.*, III, 700, e Varnhagen, *Florilégio da Poesia Brasileira*, III, 259, ed. da Acad. Bras., notas de Rodolfo Garcia.

8. O pai de Domingos, Rodrigo da Costa e Almeida, fora tenente-general do Reino de Angola, cavaleiro da Ordem de Cristo e provedor proprietário da alfândega, privilégio em que lhe sucederam filho e neto. Fez as primeiras armas na Bahia, onde o achamos soldado e alferes da companhia do Capitão Manuel Freire de Ouvedo, promovido a capitão em 1671 (*Doc. Hist.*, XXIV, 97-9). Domingos da Costa de Almeida era em 1717 coronel das ordenanças de Cachoeira. Casara-se em 21 de maio de 1716. Em 1718 trocou o posto o coronel Francisco Barreto de Aragão (*Anais da Bibl. Nac.* v. doc. 26153). Possuía engenho d'água em Passé. Jaz na igreja dos terésios (como o sogro), sob uma pedra, cujo epitáfio copiamos: "Sepultura do Coronel Domingos da Costa de Almeida provedor da alfândega e de sua mulher D. Brites da Rocha Pita e de seus descendentes na qual está

sepultado seu pai o tenente-general Rodrigo da Costa de Almeida provedor da mesma alfândega, 1721". Aí o brasão em que sobressaem as costelas dos Costas.

9. Casado com D. Luísa da França Corte Real, filha de Francisco de Negreiros Corte Real e de D. Antônio, filha de Pedro Carmelo (indica o linhagista fr. Jaboatão), não deixou descendência.

10. Fr. João de Jesus Maria, religioso do Carmo, e três filhas religiosas no Desterro da Bahia (informa o *Catálogo Genealógico*), sendo uma delas, sóror Teresa de Mesquita, faleceu a 18 de setembro de 1775.

11. Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, provedor e proprietário da alfândega, casou Rodrigo da Costa de Almeida no oratório das casas de seu sogro, Coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque, com sua prima D. Maria Francisca de Meneses, a 22 de janeiro de 1746. No ano seguinte lhes nasceu a filha única, Brites Maria Francisca d'Almeida. Esta (esclarece fr. Jaboatão) embarcou com os pais para o Reino, na frota de 1766, para lá casar com o Desembargador Manuel Pereira da Silva, procurador da Fazenda na corte de Lisboa e fidalgo da casa real. Sabe-se que aos 12 anos esteve para desposar Antônio José de Sousa Freire Tavares Castro Leal, o que evitou seu pai, encaminhando a el-rei em 15 de agosto de 1759 uma súplica, para que tal não se desse (*Anais da Bibl. Nac.*, arq. de Marinha e Ultramar, docs. da Bahia). Realmente casou com ele, porém em segundas núpcias e já com vários filhos, sendo o noivo a esta altura mestre-de-campo dos auxiliares. Dois filhos que teve com o Desembargador, D. Maria Luísa Cavalcanti de Albuquerque foi mulher do Desembargador Antônio Feliciano da Silva Carneiro (1787), casamento que se realizou sem o consentimento de el-rei, "por evitar alguma desordem funesta", como disse o governador que lhe supriu (*Anais da Bibl. Nac.*, v. 34, doc. 12517); e José Rufino Pereira da Silva da Costa e Almeida herdou a provedoria da alfândega, apanágio da primogenitura (*Anais da Bibl. Nac.*, v. 34, doc. 16665).

Com o número 31, foi Rodrigo da Costa de Almeida (neto do autor da *História da América Portuguesa*) membro da Academia Brasílica

dos Renascidos, em 1759. Faleceu em 1782 (*Anais da Bibl. Nac.*, v. 36, doc. 19712).

12. Filho segundo de José Pires de Carvalho e Albuquerque, procurador da rainha e personagem de primeira plana da Bahia setecentista (neto, pois, daquele resplandecente Domingos Pires de Carvalho, cujo retrato monumental se vê na sacristia dos terceiros de São Francisco, na Bahia), foi José Pires (1709-1770) bacharel de Coimbra, familiar do Santo Ofício ainda estudante (1734), ouvidor de Alenquer (1739), poeta místico do Culto Métrico (Lisboa, 1761), cujas duzentas estâncias louvam ternamente a glória de Nossa Senhora, alcaide-mor de Maragogipe e Secretário de Estado (ofício que comprou por 31 contos de réis em 1753, depois de o exercer desde 1741). Ocupou lugar distinto na Academia Brasílica dos Renascidos, a par do cunhado, Rodrigo da Costa de Almeida. (Vd. no arq. da Torre do Tombo *processo de familiar*, Fr. Jaboatão, Catálogo citado, Bulcão Sobrinho, *Famílias Baianas*, II, 16. Alberto Lamego, *A Academia Brasílica dos Renascidos*, p. 2, Paris, 1923. Pedro Calmon, *História da Casa da Torre*, Rio, 1939). Faleceu sua mulher D. Isabel Joaquina em Santo Amaro, a 23 de outubro de 1796 (Livr. de Irm. da Misericórdia da Bahia, n. 4, ms.). Filhos desse consórcio foram José Pires, primeiro marido de D. Maria Francisca de Araújo Aragão, que segunda vez casou com Antônio Garcia Pacheco de Almeida e foi mãe de José Garcia Pacheco de Aragão (1785-1835), um dos heróis da Independência no Recôncavo, duas freiras do Desterro, o Capitão-Mor de Santo Amaro, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, que casou com D. Catarina Joaquina dos Anjos, sua prima, irmã de D. Ana Maria de S. José, herdeira da Casa da Torre.

. . . .

Livro primeiro

Introdução da História. Estado em que se achava o Império Lusitano. Descobrimento do Brasil. Nomes que lhe foram impostos. Descrição do corpo natural e material desta região. Distância das suas costas, rumos e ventos da sua navegação. Movimentos dos seus mares. Extensão do seu continente. Grandeza dos mais célebres rios. Formosura do seu terreno. Benignidade do seu clima e dos seus astros. Os seus montes mais famosos. Os seus campos, produções e lavouras. As suas ervas, flores, árvores e frutas, assim naturais como estrangeiras. As feras, brutos e caças que tem. O que geram e criam os seus mares. Os seus pescados, as pescarias dos xaréus e das baleias, a descrição deste monstro marinho. Os mariscos de vários gêneros pelas suas praias e rios. A bárbara vida e costumes dos gentios, seus primeiros habitadores. Vinda de Américo Vespúcio e de outros capitães e exploradores enviados pelos reis D. Manuel e D. João III. Linha imaginária e determinação das conquistas que tocaram aos monarcas portugueses e castelhanos. Sucessos de Catarina e Diogo Álvares Correia. Vinda do glorioso Apóstolo S. Tomé a ambas as Américas castelhana e portuguesa.

DO NOVO MUNDO, tantos séculos escondidos e de tantos sábios caluniado, onde não chegaram Hanon com as suas navegações, Hércules líbico com as suas colunas, nem Hércules tebano com as suas empresas, é a melhor porção o Brasil;[1*] vastíssima região, felicíssimo terreno em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas e costas tudo são aromas; tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais fino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o âmbar mais seleto; admirável país, a todas as luzes rico, onde prodigamente profusa a natureza se desentranha nas férteis

* As notas deste Livro primeiro encontram-se da p. 63 à p. 68.

produções, que em opulência da monarquia e benefício do mundo apura a arte, brotando as suas canas espremido néctar, e dando as suas frutas sazonada ambrosia, de que foram mentida sombra o licor e vianda que aos seus falsos deuses atribuiu a culta gentilidade.

2. Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madruga mais bela aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras; é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutífero clima; influem benignos astros, e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitadores, posto que por ficar debaixo da tórrida zona o desacreditassem e dessem por inabitável Aristóteles, Plínio e Cícero, e com gentios os padres da Igreja Santo Agostinho e Beda, que a terem experiência deste feliz orbe, seria famoso assunto das suas elevadas penas, aonde a minha receia voar, posto que o amor da pátria[2] me dê as asas, e a sua grandeza me dilate a esfera.

3. Florescia o Império Lusitano muitos séculos depois de ser fundado por Tubal.[3] Ampliado por Luso e por Lísias, e de terem os seus naturais gloriosamente na pátria obrado ações heroicas, e concorrido fora dela para as maiores empresas, já nos socorros que deram aos cartagineses, conduzidos por Safo, para domar a Mauritânia, já nos que acompanharam a Aníbal para conquistar a Itália, já concorrendo com Mitrídates contra Pompeu, e com Pompeu e seus filhos contra César; e haverem na defensa da própria liberdade feito admiráveis provas de valor com os seus capitães Viriato e Sertório contra os romanos; e finalmente depois que livres da sujeição dos suevos, dos alanos, dos godos e dos sarracenos, tendo já logrado no seu primeiro rei português o invicto D. Afonso Henriques, e na sua real prole, o suave domínio de treze sucessivos monarcas naturais, se achava na obediência do felicíssimo rei D. Manuel.

4. Mantinha com a Tiara Romana a antiga união, firme com a nossa obediência e religião; com Castela estava em paz assegurada pelas nossas vitórias; tinha amizade com a Coroa Imperial, com as de Fran-

ça, Inglaterra, Escócia, Suécia, Polônia e Dinamarca; com as repúblicas e nações setentrionais e italianas, pelos interesses recíprocos e comuns das monarquias, fazia guerra aos mauritanos, aos etíopes e aos asiáticos, para lhes introduzir a fé católica; achava-se dilatado com os descobrimentos das ilhas do Porto Santo, da Madeira e dos Açores no Oceano, e por diferentes mares, com muitas praças e províncias em África, com grandes povoações e conquistas na Etiópia; e começava a mostrar-lhe os seus maiores domínios a Ásia, quando o Novo Mundo lhe abriu as portas da sua mais vasta região.

5. Tinha já dado o Sol cinco mil e quinhentas e duas voltas ao zodíaco, pela mais apurada cronologia dos anos, quando no de mil e quinhentos da nossa redenção (oito depois que a Cristóvão Colombo levou a especulação a demandar as Índias) trouxe a tempestade a Pedro Álvares Cabral a descobrir o Brasil. Ia este ilustre e famoso capitão (o primeiro que depois de D. Vasco da Gama passava do Tejo ao Indo e Ganges) governando uma formosa armada de treze poderosas naus, com que partiu aos 9 de março, e navegando ao princípio com próspera viagem, experimentou aos doze dias tão contrária fortuna, que arribando um dos baixéis a Lisboa, os outros correndo tormenta, perdidos os rumos da navegação, e conduzidos da altíssima Providência mais que dos porfiados ventos, na altura do polo antártico, dezesseis graus e meio da parte do sul, aos vinte e quatro de abril avistou ignorada terra e jamais sulcada costa[4].

6. Nela surgindo as naus, pagou o general àquela ribeira a segurança, que achara depois de tão evidentes perigos, com lhe chamar Porto Seguro, e à terra Santa Cruz, pelo estandarte da nossa fé que nela arvorou com os mais exemplares júbilos e ao som de todos os instrumentos e artilheria da armada; fazendo com a mesma militar ostentação e piedade celebrar o santo sacrifício da missa sobre uma ara que levantou entre aquele inculto arvoredo, que lhe serviu de dossel e de templo, a cujas católicas cerimônias estiveram admirados, mas reverentes, todos aqueles bárbaros, e conformes com o exemplo dos fiéis, premissas do afeto com que depois abraçaram a nossa religião. Este foi o primeiro descobrimento, este o primeiro nome desta região, que depois esquecida de título tão superior, se chamou América, por Américo Vespúcio, e ultimamente Brasil pelo pau vermelho, ou cor de brasas, que produz.

7. Jaz o opulento império do Brasil[5] no hemisfério antártico, debaixo da zona tórrida, correndo do meio dela (em que começa) para a parte austral ao trópico de Capricórnio, donde entra na zona temperada meridional grandíssimo espaço. É de forma triangular; principal pela banda do norte no imenso rio das Amazonas, e termina pela do sul do dilatadíssimo rio da Prata; para o levante o banham as águas do Oceano Atlântico; para o ocidente lhe ficam os reinos de Congo e Angola, e tem por antípodas os habitadores da Áurea Quersoneso, onde está o reino de Malaca. Na sua longitude grandíssima contam os cosmógrafos mil e cinquenta de costa, a mais formosa que cursam os navegantes, pois em toda ela e em qualquer tempo estão as suas elevadas montanhas e alvos arvoredos cobertos e vestidos de roupas e tapeçarias verdes, por onde correm inumeráveis caudalosos rios, que em copiosas e diáfanas correntes precipitam muitos e continuados portos capacíssimos dos maiores baixéis e das mais numerosas armadas.

8. A sua latitude pelo interior da terra é larguíssima: mais de quatrocentas léguas se acham já cultivadas com as nossas povoações, sendo muitas as que estão por descobrir. Este famoso continente é tão digno das suspensões humanas, pelas distâncias que compreende e pelas riquezas que contém, como pelas perspectivas que mostra; porque até em algumas partes, em que por áspero parece impenetrável, aquela mesma rudeza, que o representa horrível, o faz admirável. A formosa variedade das suas formas na desconcertada proporção dos montes, na conforme desunião das praias, compõe uma tão igual harmonia de objetos, que não sabem os olhos onde melhor possam empregar a vista.

9. Com inventos notáveis saiu a natureza na composição do Brasil, já em altas continuadas serranias, já em sucessivos dilatados vales; as maiores porções dele fez fertilíssimas, algumas inúteis; umas de arvoredos nuas, expôs às luzes do sol, outras cobertas de espessas matas, ocultou aos seus raios; umas criou com disposições em que as influências dos astros acham qualidades proporcionadas à composição dos mistos, outras deixou menos capazes, do benefício das estrelas. Formou dilatadíssimos campos, uns partidos brandamente por arroios pequenos, outros utilmente tiranizados por caudalosos rios. Fez portentosas lagoas, umas doces, e outras salgadas, navegáveis de embarcações e abundantes de peixes; estupendas grutas, ásperos domicílios de feras; densos bosques, confusas congregações

de caças, sendo também deste gênero abundantíssimo este terreno, no qual a natureza por várias partes depositou os seus maiores tesouros de finos metais e pedras preciosas, e deixou em todo ele o retrato mais vivo e o mais constante testemunho daquela estupenda e agradável variedade que a faz mais bela.

10. Os montes famosos desta região, posto que sejam muitos e compitam em grandeza, só dos mais célebres pela altura, pela extensão e por outras circunstâncias memoráveis faremos menção. Ao norte o monte Jericoacoara, que, estando assentado no continente da terra do Ceará, é marco que muitas léguas ao longe descobrem as embarcações, quando navegam para as capitanias do Norte. No distrito de Jaguaribe, a famosa serra, cujo cume se remata com a forma de Sete Pães de Açúcar. A serra de Borborema, sita no porto dos Touros entre o Cunhaú e a Paraíba, que, correndo com o mesmo nome até a ribeira do Pinhancó, dali até a Iguapava (em que mais elevada fenece, escondendo-se entre as nuvens), se chama serra do Araripe. A montanha do Ararobá, que nasce no continente da terra do Porto do Calvo, e vai com a mesma grande altura cortando por muitas léguas o interior do sertão. O monte das Tabocas em Pernambuco, nove léguas da vila do Recife. As montanhas dos Guararapes, que, principiando menos elevadas quatro léguas da mesma vila, vão continuando para o sertão com grandíssima altura, e acabam em serranias que penetram os ares; estas montanhas e aquele monte, célebres pelas três famosas vitórias que neles alcançamos dos holandeses em três sanguinolentas batalhas campais[6].

11. Para o sul a cordilheira dos montes, que, começando na capitania dos Ilhéus com o nome de serra dos Aimorés, e atravessando as do Porto Seguro e do Espírito Santo, vão por cento e quarenta e três léguas de curso acabar na enseada do Rio de Janeiro, onde lhes chamam Montes dos Órgãos. No caminho daquela cidade para as minas gerais, a altíssima serra da Itatiaia. Nos vastos distritos das Minas do Ouro, as inacessíveis serranias, de cujas vertentes (dizem os seus descobridores) nasce o grandíssimo rio de S. Francisco. Nas próprias minas do Sul opulento Serro Frio, que tem mais partos de ouro que o Potosi teve de prata. A estupenda serra de Paranapiacaba, que, tendo assento no continente vizinho às vilas de Santos e S. Vicente, vai inconstantemente subindo em voltas, umas sobre o mar,

outras partes para o interior da terra, e dando por algumas partes entrada menos difícil, por outros estreitos e fragoso trânsito para a cidade de S. Paulo, que lhe fica pelo sertão sete léguas distante.

12. Apartado quase duas léguas da dita cidade, o célebre monte Jaraguaí, dos primeiros corpos terrenos que naquela região soltaram veias de ouro. Junto à vila de Sorocaba, o monte Marocoiaba, tão robusto, que tem de ferro as entranhas. Na vila de Taubaté, a grande montanha de Itajubá. O alto monte Aiapi, fronteiro à vila de Parnaíba. Entre ela e a de Utu, a serra de Aputeriibu. No caminho das novas Minas do Cuiabá, a cordilheira dos montes de Iboticatu, e mais ao sul a do Cochipone. Finalmente das elevadíssimas montanhas da nossa portuguesa América umas parecem ter aos ombros o céu, outras penetrá-lo com a cabeça. Não se jactem só África e Grécia dos seus dois sagrados montes, porque também (a menos ostentação de cultos) tem Atlantes e Olimpos o Brasil.

13. Toda a maior porção do seu terreno se dilata em grandíssimas campanhas rasas, tão estendidas, que, caminhando-se muitas léguas sucessivas, sempre parece que vão terminar nos horizontes; vales tão desmedidos, que em larguíssimos diâmetros é menos difícil abrir-lhes os centros, que compreender-lhes as distâncias no comprimento e largura das suas planícies. Neste dilatadíssimo teatro, em que a natureza com tantas e tão várias cenas representa a maior extensão da sua grandeza, e apura todos os alentos dos seus primores, regando com portentosos rios amplíssimas províncias, posto que lhes não possamos seguir as correntes, é preciso lhes declaremos os nomes, primeiros aos mais célebres, e depois a outros também famosos, quando a eles for chegando a história.

14. O rio das Amazonas, ou Grão-Pará, que pudera ser pai de todos os rios, como o Oceano é pai de todos os mares, tendo princípio longuíssimo no mais interior seio do reino do Peru, com o corpo de estupendo vulto e o trânsito de inumeráveis léguas, por uma boca de oitenta de largo se desentranha no mar, tão impetuoso, que, transformando-lhe as ondas salgadas em águas doces, as bebem os navegantes, setenta léguas antes de chegarem à foz. A este rio, com o grandíssimo intervalo de cento e sessenta léguas de costa, por onde desembocam outros (posto que inferiores, também generosos rios), se segue o Maranhão, que, com imenso comprimento

e largo o corpo, por dezessete léguas de capacidade de boca vomita as suas águas no Oceano. Do rio Maranhão, em distância de cento e trinta e quatro léguas de costa, corre o Jaguaribe, também caudaloso. Dele se contam quarenta léguas ao rio Grande, que leva copioso tributo ao mar. Do rio Grande, correndo a costa por cento e vinte e sete léguas de distância, que compreende os cabos de S. Roque e de Santo Agostinho, há treze rios de grossos cabedais, sendo entre eles o mais rico e de mais estriado nascimento o Paraíba nesta província, e o Beberibe na de Pernambuco.

15. Distante cinquenta léguas por costa, numeradas desde o cabo de Santo Agostinho, está o grandíssimo rio de S. Francisco, que com o Grão-Pará e o da Prata podem fazer um triunvirato das águas dominante sobre todos os rios do mundo. São as suas margens mais povoadas que todas as dos outros do Brasil, seguidas as suas ribeiras pelo continente mais de quatrocentas léguas, fecundíssimas e medicinais as suas águas, navegáveis de embarcações medianas mais de quarenta léguas pelo sertão; por duas abre a boca, querendo tragar o mar quando nele entra, e por muitas o penetra, adoçando-lhe as ondas. Enganaram-se alguns escritores em dizer que este rio, no meio do seu curso, por um sumidouro se mete na terra, e depois de penetrar-lhes as entranhas pela distância de doze léguas, torna a sair com a mesma copiosa corrente; sendo o certo, que estreitando-se entre duas cordilheiras de montes opostos e dilatados em todo aquele espaço, parece que se subterra, enquanto por esta causa se esconde, afirmando os gentios, que daquelas montanhas é visto correr pelas suas raízes descoberto.

16. Deste portentoso rio se contam até a barra da Bahia setenta léguas de costa, em cujo grande espaço correm ao mar vinte famosos rios, sendo entre eles de maior grandeza os de Sergipe, rio Real e Itapicuru. Da barra da Bahia, correndo as praias sessenta léguas, está o rio Santa Cruz no Porto Seguro. Neste intervalo tributam copiosas águas ao Oceano trinta rios, avultando por mais célebres o Tagipé, o Camamu, o Jaguaripe, o das Contas e o de S. Jorge. Em distância do rio de Santa Cruz quarenta e cinco léguas, fica o rio Doce, recolhendo as águas de outros muitos, com que leva grosso tributo ao mar, sendo um dos feudatários a este rio o das Caravelas, também notável.

17. No espaço de oitenta léguas, que há do rio Doce a Cabo Frio, correm vinte e quatro rios caudalosos. Dezoito léguas distante de Cabo Frio fica a enseada do Rio de Janeiro, em que desembocam dezessete. No intervalo de quarenta e duas léguas, que se contam dela por costa à barra de S. Vicente, há trinta rios de puríssimas águas. Trinta léguas adiante está o rio Cananeia, com grande foz e navegável a todo o gênero de embarcações. Em duzentas léguas de costa, que há do rio da Cananeia ao da Prata, se acham vinte grandes rios, sendo os maiores o de S. Francisco do Sul e o dos Patos.

18. Ultimamente se segue o estupendo rio da Prata, maior que todos, e só inferior ao Grão-Pará, ou das Amazonas; traz o seu nascimento da mesma mãe, e, posto que irmão menor, tem o curso quase igualmente dilatado, mas por diferente rumo, correndo o das Amazonas para o norte, e o da Prata para o meio-dia. Em largura de cinquenta léguas de foz entra pelo oceano, e outras tantas, antes de o aportarem, vão os navegantes bebendo doces as suas águas. Os escritores impropriamente lhe chamam também Paraguai, sendo este o nome de outro rio, que, recolhendo mais dois no seu regaço, vai com eles a entranhar-se no da Prata, não no princípio do seu nascimento, mas já no progresso do seu curso.

19. No bojo de um e na boca de outro se veem dois arquipélagos de ilhas, sendo menos as que se acham na distância marítima que há de um a outro, onde as mais célebres são a de Itamaracá, a de Santo Aleixo, a de S. Sebastião, a ilha Grande e a de Santa Catarina; e por esta causa são os mares de toda esta costa tão limpos e navegáveis, pois não acham os mareantes outros baixos célebres e dignos de atenção para a cautela do perigo, mais que o de S. Roque, o de Vaza-Barris em Sergipe, o de Santo Antônio na barra da Bahia, e os Abrolhos.

20. Os rumos da navegação pelas costas da nossa América portuguesa de norte a sul, e os ventos com que se fazem as viagens para as suas alturas e para os seus portos, exporemos, declarando, que de um grau austral, saindo do Grão-Pará para o sul, nenhuma embarcação redonda pode navegar as costas das seis províncias Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, por correrem violentas as águas pela costa abaixo ao oeste, e cursarem por ela impetuosos os ventos suestes e

lés-sueste, causa pela qual do Grão-Pará se vão os navios fazendo na volta do norte até à altura de dezoito e vinte graus de latitude pelo sudoeste e oeste, para dobrarem o cabo de Santo Agostinho, e prosseguirem a viagem para as outras províncias do Brasil: mas do referido cabo para o Grão-Pará é perpétua a monção, navegáveis os mares, e os ventos de servir sempre favoráveis.

21. No cabo de Santo Agostinho, que está em oito graus e um terço, corre a costa pelo noroeste. Dele ao rio de S. Francisco, que fica em dez graus e meio, corre a costa nordeste sudoeste. Do rio de S. Francisco ao rio Real, que está em onze graus e um quarto, o rumo nordeste-sudoeste. Do rio Real à ponta de Itapuã, que está em treze graus, corre nordeste-sudeste. Da ponta de Itapuã à de Santo Antônio da barra da Bahia, que fica na mesma altura, corre a costa leste-oeste. Da ponta de Santo Antônio ao Morro, que fica em treze graus e dois terços, corre a costa nordeste-sudoeste. Do morro aos Ilhéus, que estão em quinze graus escassos, corre norte-sul. Dos Ilhéus ao Porto Seguro, que está em dezesseis graus e meio, corre a costa o mesmo rumo. Do Porto Seguro aos Abrolhos, que estão em altura de dezoito graus, e lançam ao mar cinquenta e cinco léguas, corre a costa norte-sul. Dos Abrolhos ao Espírito Santo, que está em altura de vinte graus, corre do norte quarta de nordeste ao sul quarta de sudoeste.

22. Do Espírito Santo ao Cabo Frio, que está em vinte e três graus, vai correndo a costa até à ponta do cabo de S. Tomé pelo sul quarta do sudoeste, e desta até o Cabo Frio pelo sudoeste. De Cabo Frio até o Rio de Janeiro, que fica na mesma altura de vinte e três graus, corre a costa leste-oeste. Do Rio de Janeiro ao porto de Santos, que está em vinte e quatro graus, corre a costa oeste-sudoeste. De Santos ao rio de S. Francisco do Sul, que está em altura de vinte e seis graus e dois terços, vai correndo a costa pelo sudoeste quarta do sul. Dele à de Santa Catarina, cuja altura é vinte e oito graus e meio, corre ao sudoeste quarta do sul. Da dita ilha ao rio da Lagoa, que está em altura de trinta e dois graus, corre a costa pelo sudoeste, guinando para o sul. Dali ao cabo de Santa Maria, que fica em altura de trinta e cinco graus, corre-se a costa ao sudoeste.

23. Tem o oceano nestas costas diverso movimento e curso no círculo do ano, porque do cabo de Santo Agostinho correm as águas para o

sul desde vinte de outubro até vinte de janeiro; de vinte de janeiro até vinte de abril estão indiferentes no curso: de vinte de abril até vinte de julho correm para o norte; e de vinte de julho até vinte de outubro se mostram outra vez como indeclináveis: porém do cabo de Santo Agostinho até o rio das Amazonas tem sempre uma mesma arrebatada corrente por toda aquela costa para oeste até o Grão-Pará. A razão natural desta variedade é, porque como o sol fere com perpendiculares raios os mares da tórrida zona, e o seu calor consome grande porção das águas do Oceano Atlântico e Etiópico, convertendo umas em nuvens, e atenuando outra em ar dispôs a provida natureza, que o Oceano Boreal transforme com o seu úmido temperamento em si o ar vizinho, e conceba um contínuo aumento de águas, que correndo para o sul (como as que o Oceano Austral participa da zona frígida, correm para o norte) se conformem ambos para a conservação do todo, suprindo um e outro oceano com as suas águas as que na zona tórrida se consomem.

24. Vista já, posto que em sombras, a pintura do corpo natural desta região, a benevolência do seu clima, a formosura dos seus astros, a distância das suas costas, o curso da sua navegação, o movimento dos sues mares, objetos que mereciam mais vivos e dilatados rascunhos, mostraremos também em brutesco breve as suas produções, frutos, plantas, lavouras e manufaturas, com que os portugueses foram fazendo grandes os interesses do seu comércio e as delícias das suas povoações, e outras árvores, flores e frutas estrangeiras, que com o tempo lhes introduziram, recebendo-as a terra para produzi-las tão copiosamente, que bem mostra que só onde não é cultivada, deixa de ser profusa: exporemos o mimo dos seus mariscos, o regalo dos seus pescados e a riqueza da suas pescarias; e tudo daremos breve, mas distinta notícia.

25. A cana (planta comum a toda a América portuguesa) se cultiva em sítios próprios para sua produção, que se chamam massapés, uns em terra firme, outros em ilhas. Estendida se mete na terra, e dela vão brotando olhos, ou crescendo ente as suas folhas, parecem à vista searas de trigo. Quando estão sazonadas, e pelo conhecimento dos lavradores perfeitos, de dezoito meses nos continentes, e de um ano nas ilhas, se cortam e levam para os engenhos, onde espremidas em instrumentos que chamam moendas, umas que movem correntes de águas, outras giros de cavalos, se der-

retem em docíssimo suco, que caindo líquido, vai correndo por aquedutos de pau a uma grande tacha, chamada parol, e metida na terra, donde em taças pequenas de cobre, presas por cadeias de ferro, o sobem para o botar nas caldeiras em que se coze; em fervendo, lhe lançam uma água de certa qualidade de cinza, que nomeiam decoada, e posto no ponto necessário, o passam a vasilhas de barro piramidais, que chamam fôrmas, e cobertas de barro as suas circulares bocas, depôs de quarenta dias que nelas se está purificando o açúcar se põe um dia ao sol, e se mete em caixas.

26. O peso do açúcar, assim branco, como mascavado, que se tira de cada uma destas formas, sendo todas feitas quase por uma medida nas suas oficinas, é diverso nos engenhos; porque as canas que se moem próprias, ou obrigadas, e se cultivam em terras de massapé mais legítimo, ou se plantam de novo em outras menos cansadas e mais distantes das praias (causa por que lhe chama propriedades do mato, por diferença das outras, que se dizem da beira-mar) são maiores no comprimento, grossura e distância dos nós, e têm mais suco que as outras que nascem em terrenos já de muitos anos cultivados, como são todas as fazendas que ficam perto dos rios, e pela sua vizinhança e comodidade dos seus portos foram as primeiras que se fabricaram, e já por antigas são hoje menos rendosas, carecendo as canas de mais trabalho para crescerem, pela muita erva que naquele lugar as sufoca, como a cizânia ao trigo, se não há contínuo cuidado em limpá-las, não sendo às novas fazendas do mato necessárias tantas limpas; e também consiste o rendimento e bondade do açúcar nos mestres dele, que assistem às caldeiras, os quais devem ter grandes experiências, para cozê-lo e pôr no ponto da maior perfeição.

27. Nos engenhos em que concorrem as referidas qualidades, circunstâncias e benefícios, dá cada fôrma três arrobas, e três e meia de branco, uma ou meia de mascavado; havendo engenhos que fazem três mil, três mil e quinhentos, e quatro mil pães dos declarados pesos, e moradores que têm dois, três e quatro engenhos moendas, para cujas fábricas fazem grossas despesas, principalmente no tempo presente, em que pelo descobrimento e lavra das minas, que levam muitos escravos, têm crescido o valor deles o excessivo preço, a este respeito os outros gêneros necessários para a cultura do açúcar; e a não haver este desconto, seriam os senhores dos engenhos os vassalos de maiores rendas e os mais opulentos de toda a coroa portuguesa.

28. São copiosos os meles que as fôrmas botam, quando depois de congelado o açúcar, lhes tiram pelo fundo, em que tem um furo, as folhas com que as tapam, quando lhe lançam líquido; e no tempo em que se está purificando destila os referidos meles, os quais se os senhores dos engenhos os querem cozer, têm outras oficinas para este fim, e com novo benefício e arte fazem outra qualidade de açúcar, que chamam batido, assim branco como mascavado, na cor e aparência como o outro, mas na doçura e substância diverso, porque duas arrobas de branco batido não fazem o efeito de uma de branco fino, e a mesma diferença há entre um e outro mascavado.

29. Também este gênero de açúcar estila outra espécie de mel, que chama remel, do qual se fazem outra manufatura; quando os senhores dos engenhos não querem usar destes inferiores gêneros de açúcar vendem os meles aos fabricadores das águas ardentes, que em pipas e tonéis os levam para as suas oficinas, onde tendo-os algum tempo em certa infusão, os põem a cozer em alambiques, cuja destilação é água ardente, de que consta a maior parte da carga das embarcações que navegam para a costa da África a buscar escravos, e se gasta por eles e pela plebe do Brasil em lugar das do reino.

30. O tabaco, planta que sendo por muita qualidade chamada erva santa, o luxo dos homens lhe fez degenerar em vícios as virtudes, é tão melindrosa, que na sua criação qualquer acidente a destrói, assim como no seu uso qualquer sopro a desvanece. Cultiva-se nas capitanias do Norte; semeiam-se em maio e nascida, a transplantam; o muito sol a queima, e a demasiada chuva a apodrece; cresce cega, porque lhe tiram os olhos; é sujeita com excesso à lagarta e ao mosquito; não tem ramos, só lança folhas, mas em cada pé não passam de doze; a sua colheita é de agosto até fevereiro; quando está sazonada, se lhe fazem amarelas as folhas; as que vão declinando, se vão colhendo e guardando em casas de palha, feitas e em proporção à grandeza do sítio em que a semeiam, tira-se-lhe o talo, e no seu benefício, desde que a começa a torcer até a sua última perfeição, passa pelas mãos doze vezes, e no peso conveniente se fazem os rolos, que cobrem de couro em cabelo, para se embarcarem.

31. Esta planta dá duas folhas, à segunda chamam soca. A sua bondade e perfeição procede não só da qualidade do terreno em que a cultivam, da proporção ou compostura com que o tempo (vário nas mesmas naturais estações do clima) se diferença e mostra desigual; porém, do benefício que se lhe aplica, da arte com que se cocha e torce, algum à mão, outros com engenhos (donde é menos o trabalho e sai mais perfeita obra), algumas vezes de mil pés se colhem nove ou dez arrobas, sendo esta a maior grandeza a que chega a sua liberalidade; mas a produção comum de cada mil pés é sete até oito arrobas, entrando neste número a primeira folha, e a segunda da soca; esta se colhe em dois meses, e acontece às vezes ser melhor e mais abundante.

32. Os seus lavradores necessariamente têm currais de gado, para lhes fecundarem as terras desta cultura como mesmo que hão mister as hortas para produzirem as plantas: há destes agricultores alguns que têm tanto sítios desta lavoura, tais fábricas de escravos, e oficinas, que recolhem cada ano três mil e quinhentas ou quatro mil arrobas, quando os acidentes do tempo ou falta do cuidado e benefício lhe não diminuem o seu costumado rendimento.

33. As capitanias do Norte carecem de farinha de trigo, de que abundam algumas do Sul, mas a comum e geral em todas é a da mandioca. Esta se planta com uns ramos, ou garfos, que em qualquer tempo (exceto nos meses de abril, maio e junho, que são os do mais rigoroso inverno no Brasil) se metem na terra, chamados manaíbas, os quais lançam grossas raízes, que os doze até aos dezesseis meses (conforme os sítios em que se cultivam, de mais ou menos simpatia com esta planta) as arrancam, e ralam em uma fôrma de engenho, que chama bolandeira, e espremem em instrumento de palha, que nomeiam tapitis, e logo as cozem em alguidares de barro ou de cobre, e fazem farinha do gênero e nomes que diremos, e umas delgadas e tênues fatias, que suprem o pão, com o nome de beijus.

34. Das mesmas raízes laçadas de molho se faz a mandioca-puba, e postas ao sol, a carimá, ambas substancialíssimas e com virtudes para remédio de muitas enfermidades. Da água que sai dos tapitis, coada e posta ao sol, se faz a farinha a que chamam de tapioca, e goma seleta, a melhor matéria para os polvilhos das cabeleiras. Da mandioca, que depois de posta

em molho chama puba, feito uns bolos cozidos e depois ralados, se fazem farinhas, que sovadas e amassadas em forma de pães e de fatias, de biscoito, e cozidos em fornos, saem com admirável gosto, o mesmo feitio e perfeição que os do trigo.

35. Esta farinha se faz de vários modos: fresca, que dura só dois dias, e é de maior regalo; fina, de que se usa nas mesas com diversos nomes, uma de pitanga, outra de tapioca e a que chamam de guerra, que é o pão de munição dos soldados, sustento da gente vulgar. Todas, exceto a primeira, saindo do fogo bem cozidas e guardadas em partes secas, duram um ano com o próprio gosto, e seis meses os beijus, que sempre se fazem de farinha fina. Das vilas do Cairu, Camamu, Boipeba e Rio das Contas, vêm em compridos fardos de palha chamados sírios, e lançam seis quartas e meia e sete quartas cada um.

36. A mais que se lavra em deferentes partes, se conduz em sacos, ou solta nas embarcações. As circunstâncias mais notáveis destas raízes são duas; a primeira, estarem dois e três anos metidas na terra, sem apodrecerem, quando aos seus agricultores parece que em as dilatar podem conseguir maiores interesses; a segunda, serem refinado veneno antes de lançadas de molho, e utilíssimo sustento depois de beneficiadas. Há lavradores tão poderosos, que dos sírios fazem cada ano dois mil e quinhentos, e da que se vende solta mais de três mil alqueires.

37. Outras raízes há do mesmo gênero e feitio, mas de diversa qualidade, que se chamam aipis, de quatro espécies açu, branco, preto e poxá: de todas se fazem por vários modos agradáveis guisados; assadas têm o mesmo sabor que as castanhas de Portugal, e nas olhas se assemelham aos nabos. É tradição entre os gentios, que todas as referidas raízes, a forma da sua cultura e do seu uso, lhes deixara aquele varão cuja doutrina não quiseram receber, e a quem fizeram ausentar de todo o Brasil, que foi o glorioso Apóstolo S. Tomé, como logo mostraremos.

38. É imensa no Brasil a produção do arroz, igual na bondade ao de Espanha, ao de Itália, e melhor que o da Ásia, e pudera servir de pão, como na Índia, se em o nosso clima se não acomodaram os corpos mais à farinha de mandioca, que melhor os nutre; porém continuamente se usa dele por regalo, assim guisado em muitas viandas, como em outros vários

compostos. Na província da Bahia os alqueires que se colhem, não têm número; são tantos nas dos Ilhéus e do Porto Seguro, que sai para várias partes em sírios, como a farinha. Este grão tem circunstância maravilhosa na do Pará, porque, penetrados aqueles sertões, se experimentou que os seus naturais o colhem sem o semearem, produzindo-o naturalmente a terra em dilatadíssimos brejais, com abundância e sem cultura; mas não só para a parte do norte se acha esta singularidade, porque pela do sul, muito além de S. Paulo nas novas Minas do Cuiabá, se viu o arroz produzido na mesma forma, e o grão maior que todos os deste gênero.

39. De outros grãos e legumes produz a nossa América em quantidade trigo, feijão, milho, favas, algumas ervilhas do reino, andus, como elas na forma e melhores no gosto, mangalôs, mendobis, gergelim, gengibre, do qual se faz útil conserva, e serve de simples em vários mistos de doces e de guisados; batatas, inhames, jerimus, carás brancos, roxos e de outras cores e castas, mangarás, mangaritos, tamataranas, remédio insigne para os enfermos de estilicídio e asma. Dos incultos dá em abundância pinhões, sapucaias, castanhas de caju, que estando maduras se comem assadas, e se confeitam como as amêndoas, das quais têm o gosto, e suprem a falta em várias espécies de doces, saborosos por extremo, e quando estão verdes se chamam muturis, e deles se fazem excelentes guisados, e compostos regalados.

40. Das ervas naturais comestíveis são principais os quiabos, os jilós e os maxixes, as largas taiobas, a peitoral maniçoba, que se guisa das folhas da mandioca, as cheirosas pimentas de muitas espécies e cores, que servem ao gosto, ao olfato e à vista. Das hortaliças da Europa há no Brasil alfaces, couves de várias castas, repolhos, nabos, rabãos, cenouras, pepinos, espinafres, abóboras-d'água, cebolas, alhos, cardos, bredos, mostarda, tomates e beldroegas; das ervas cheirosas, hortelã, segurelha, poejo, coentro, funcho, salsa, manjerona, endro, manjericão, alecrim, arruda e losna; das medicinais, canafístula, tamarindos, jalapa, salsaparrilha, filipódio, pau-da-china, malvas, tanchagem, sene, a que nos naturais chamam tacumburi.

41. As outras ervas naturais são inumeráveis, e tão ativa a virtude de algumas, que se alcançaram a notícia e experiência delas Dioscórides e Plínio, seriam o maior emprego das suas penas e observações. O

conhecimento dos seus efeitos nos ocultaram sempre os gentios, tenazes do segredo e ávaros dos bens que lhes concedeu a natureza; porém de alguns mais domésticos, e da experiência que a falta de outros remédios deu aos penetradores dos sertões, onde não havia boticas, nem medicinais, se veio a conhecer a sua força, e a exercer a sua prática.

42. As mais célebres são a samambaia, que solda todas as quebraduras; a capeba, que desfaz todos os apostemas; a erva-de-leite, que alimpa de todas as belidas e névoas aos olhos; o mata-pasto, que tira as febres; a caroba, que tira as boubas; o ananás, que expulsa a pedra; o coroatá, que arroja as lombrigas; a bútua, que conforta os estômagos, e expele as dores de cabeça; o mil-homens para mil enfermidades, e outras para várias queixas, ou tomadas em potagens, ou postas como remédios tópicos: há também erva-de-rato para matar, e tanharon para atrair; outras libidinosas, que provocam a lascívia, das quais é mais conveniente ocultar a notícia, e calar os nomes.

43. Duas portentosas ervas há, que merecem particular narração: uma é a que chamam sensível, porque parece ter não só a natureza vegetativa das plantas, mas também a sensitiva dos animais; porque no próprio instante em que a tocam, murcha todas as suas folhas, e não as torna a abrir, até que se não ausenta a pessoa, que pondo-lhe a mão ofendeu, ou a violou: tem em si mesma (como a víbora) a peçonha e a triaga, na folha o veneno, e o antídoto na raiz.

44. A outra, com efeito diverso, é também notável; o nome se ignora; e a virtude se viu na aldeia da Natuba, quarenta léguas distante da cidade da Bahia, e a não ser tão autorizada e fidedigna a pessoa que como testemunha de vista o depôs, o não escrevêramos. Achou a um gentio já doméstico e cristão fazendo certo instrumento de ferro, que pela eficácia de uma erva que lhe aplicara, o fez tão brando que o cortava como a qualquer fruta; e oferecendo prêmios ao índio, para que lhe mostrasse a folha, os reputou em menos que o segredo, não lho querendo revelar: e seria provável que teria outra folha de contrária virtude para o solidar, pois na brandura em que estava, lhe não servia para o instrumento que dispunha.

45. As flores estrangeiras que há nesta região em abundância grande, são rosas de Alexandria e de Portugal, que dão em todo o curso

do ano, e de uma se faz já açúcar rosado maravilhoso; cravos de Arrochela, mesclados, almirantes e vermelhos; jasmins de Itália e galegos em cópia excessiva; mosquetas, tulipas, angélicas, açucenas, maravilhas, posto que adulteradas, macelas, girassóis, lírios, caracóis e esponjas, que chamam corona-christi; suspiros, maiores que as perpétuas, porém semelhantes a elas na figura, na folha e na duração; a cor é entre roxo e carmesim, com umas miúdas respirações brancas no diâmetro da sua breve circunferência; trouxeram-se da Índia Oriental, e no seu nome bem mostram serem de longe; mogarins fragrantíssimos, claros como estrelas, também da Ásia; muzambis, que nascem só nos fins dos ramos que a sua árvore lança, formando pirâmides compostas de flores tostadas, amarelas e brancas; são oriundas de Cabo Verde.

46. Das naturais há muitas admiráveis, sendo a primeira a do maracujá, misterioso parto da natureza, que das mesmas partes de que compôs a flor, lhe formou os instrumentos da sagrada paixão, fazendo-lhe nas folhas cumuladas ao pé o calvário, em outras peças a coluna, os três cravos, a coroa de espinhos, e pendentes em cinco braços, que com igual proporção se abrem da coluna para a circunferência, as cinco chagas; de cada três, com atenção, se forma a cruz, e o ramo em que se prende o pé, se vê a lança.

47. Outra é a metamorfose das flores, senão na substância, nos acidentes, rosa maior que a de Alexandria, que trajando na manhã de branco, se vai corando e dispondo ao meio-dia para vestir púrpura de tarde, nascendo neve, e acabando nácar; é produzida de uma árvore pequena de grande copa e folhas largas. Outras há, que se chamam flores de S. João, por começarem um mês antes do seu dia, das quais se matizam as suas capelas: nascem de uma árvore de mediana estatura e copa, cujos ramos rematam em tal profusão de gemadas flores, que parecem cachos de ouro em folhagens de esmeralda; da própria cor dourada outras rosas pequenas, que parecem maravilhas, de inumeráveis e crespas folhas.

48. O vulgo imenso de boninas de muitas castas, roxas e brancas, que dormem de dia e despertam à noite, com tão melindroso ser, como débil suavidade. As flores da quaresma, por virem naquele tempo, azuis e em forma de pirâmides, com as quais se ornam os altares. Os jasmins miúdos

e vermelhos, mas em tal cópia produzidos por entre as estreitas folhas das brandas varas em que nascem, e que enredando-se por qualquer tronco ou edifício, o fazem uma confusão verde, ou um encarnado labirinto. As açucenas, que imitam no tronco e na folha às de Europa, umas brancas com cheiro, outras sem fragrância nacaradas; os bredos namorados, de muitas castas, com folhas de várias cores. As flores da courana miúdas e suaves.

49. Das frutas estrangeiras logra o Brasil pêssegos, peros, marmelos, peras, e açafrão nas capitanias do Sul; porém em todas se dão figos de duas castas, excelentes ambas, romãs admiráveis, perfeitas uvas moscatéis de Jesus, ferrais e bastardos, cujas cepas e vides produzem duas e três vezes no ano; melancias seletas, regalados melões; e em sumo grau formosas e deleitáveis todas as frutas, que se chamam de espinho, excedendo às que deste gênero há em Europa. Mangas da Ásia em grande número e perfeição, de que já se fazem preciosos doces.

50. Das naturais cultas há infinitas, sendo primeira o ananás, que como a rei de todas a coroou a natureza com diadema das suas mesmas folhas, as quais em círculo lhe cingem a cabeça, e o rodeou de espinhos, que como archeiros o guardam. As outras são as fragrantes pitombas, como pequenas gemas de ovos; as pitangas do mesmo tamanho, mas golpeadas em gomos, umas roxas, outras vermelhas, todas frescas e refrigerantes dos calores da febre; os maracujás cordialíssimos de cinco espécies, mas de uma só qualidade, de cujo suco se fazem deliciosos sorvetes, e da casca perfeitas conservas; os araçás, também de cinco castas, dos quais os perinhos e merins se dão aos enfermos, e de todos se fazem prezados doces com o nome de marmeladas, tão finas e selectas como as do reino, todas mui brancas, e só as das goiabas carmesins, cor da sua massa.

51. Há cocos de outros tantos gêneros, cuja água é suave e fresca; da fruta se fazem saborosos doces e mimosos guisados; frutas-de-conde grandes e deliciosas; bananas de dois gêneros que servem de regalo, e por muitos modos de mantimento, na falta da farinha, e assadas são melhores que as maçãs camoesas; pelo seu regalo, cheiro e formosura, se pode presumir foi o pomo com que a serpente tentou no paraíso a nossos primeiros pais, podendo também o comprimento e largura das suas folhas persuadir foram as de que eles se cobriram, das quais podiam cortar grandes roupas.

52. As frutas silvestres são muitas, e entre elas as de melhor sabor e mais nome as mangabas, que sazonadas excedem a muitas, e em conserva nenhuma as iguala, suaves no cheiro e agradáveis à vista, de uma parte vermelhas, amarelas de outra; os mocujés, como elas na massa, no gosto e na forma, porém diferentes na cor, entre verde e pardo; corta-se-lhes a árvore para se colherem; os araticuns-apés, os mamões, os muricis, os cajus, que têm outro fruto de diferente qualidade na castanha, de que já falamos, aqueles frescos, e estas quentes; os cajás e os jenipapos, excelentes confortativos para o estômago; destas duas últimas se fazem também excelentes doces, e os gentios tiram delas os seus mais generosos vinhos. De outras agradáveis, posto que de inferior estimação, se acham cobertas as brenhas e matos do Brasil, tendo nesta multidão muito lugar a jabuticaba e o umbu, o qual no sertão supre com a cópia do suco a falta da água.

53. Das plantas e árvores preciosas logra a nossa América o cravo; nasce de uma árvore, em que se acham cravo, pimenta e canela: cravo na flor, pimenta no fruto, e canela na casca; porém estas três produções têm a mesma acrimônia, sabor e cheiro só do cravo-da-índia, de que todas tomam o nome. A canela em sua própria espécie, que veio da Ásia ao Brasil por ordem real há poucos anos, se colhe de uma árvore na altura grande, formosa na copa, estendida nos ramos, de folhas compridas; delas há já no Brasil tão grande número, que abunda desta especiaria, a qual supre dignamente à de Ceilão por todos estes países, e se envia muita a Portugal.

54. O cacau, cujo fruto não tem flor, é árvore de mediana altura, de ramos mui apartados do tronco; nasce o pomo todas as luas, sendo mais perfeitos os do verão; tem a forma de um pequeno melão, a cor amarela, suave o cheiro, e dentro umas poucas pevides menores que as amêndoas, mas do mesmo feitio, que são o que propriamente chamam cacau, e dão o nome à árvore e ao pomo; a polpa deste, desfeita em licor suave, serve de regalado vinho aos naturais; as amêndoas ou pevides secas ao sol é a matéria principal do chocolate: produzem em terras úmidas e alagadiças; semeiam-se os grãos frescos, porque secos não nascem, e os troncos se vão dispondo em forma de bem ordenados pomares: o benefício é mais fácil aos que cultivam as árvores, que o resguardo dos frutos, sempre combatidos e penetrados dos pássaros.

55. A baunilha nasce em umas delgadas varas, a que no idioma dos naturais chamam cipós, compridas, sempre verdes e cheias de apartados nós, com só duas folhas em cada um; brotam umas bainhas do comprimento e grossura de paus-de-lacre; estando sazonadas, ficam negras; o miolo é cheio de uns grãos mui pequenos, com suco que parece óleo, e cheiro fragrantíssimo, sendo o primeiro ingrediente do chocolate. O anil, pobre de tronco, de humilde folha mui miúda, nasce pelas brenhas. Do algodão há infinita cópia, que se fabrica em muitos teares, dos quais saem inumeráveis peças de pano, que tem uso para várias coisas, e da mesma matéria se fazem grossas, mas vistosas obras; porém nas redes para as serpentinas se apuram os seus fabricadores, lavrando-as com primorosas a pinturas de muitas cores, agradavelmente matizadas. O urucu nasce de árvores pequenas, o fruto é do tamanho e feitio de uma lima mais piramidal, tem uns grãos negros engastados em uma massa de escarlata, é admirável tinta nacarada, que se compra em Europa por muito preço. A tarajuba é raiz de um incorruptível tronco; tiraram dela os holandeses grandes interesses com a preciosa tinta amarela que faz, e do pau-brasil todas as nações do norte para muitas de tantas cores, como as suas engenhosas artes sabem fazer dele.

56. O bálsamo é destilação fragrante de robustas árvores, que por muitos espaços de distância respiram suavidades; são cinzentas, e têm a folha semelhante à do mirto, mui altas, copadas, e tantas, que formando densas matas deste aroma, ocupam sucessivas léguas do terreno, sendo em uns lugares melhor o seu licor que em outros, e no seu gênero o mais perfeito do mundo; provocado de qualquer golpe, que pelas luas lhes dão nos troncos, correm em tanta cópia, que em nenhuma parte da Palestina se colhe em mais abundância; fazem dele, com outros ingredientes, admiráveis obras de contas, caixas e peças maravilhosas, tão agradáveis à vista como ao olfato; é medicinal para muitas enfermidades, prodigioso na cura das feridas, tem simpatia com o cérebro e com o ventre, e muitas outras virtudes.

57. Há outro gênero destas árvores da mesma cor e grandeza, mas diferente na qualidade, e brota dos troncos óleo menos suave, mas também cheiroso, que chamam copaíba, igualmente proveitoso para muitos achaques, dores e feridas, preservando-as de espasmos, e curando-as

mais brevemente que os unguentos da cirurgia, e para as pinturas tem o mesmo efeito que o de linhaça. As bicuíbas são árvores também grandes, cujos frutos parecem nozes como as moscadas; o seu miolo pisado destila um óleo finíssimo, que se aplica às dores e curas gálicas com maravilhoso efeito. Há outra casta de árvores de menos altura e ramos, que brotam perfeita almécega, goma ativa para emplastros nos peitos, partes rendidas e carnes quebradas, com outras virtudes para remédios de muitos males.

58. As madeiras pela formosura, preço, grandeza e incorruptibilidade, são as melhores do mundo. Seja a primeira aquele pau que deu o nome a esta opulenta região, e concorreu para o seu comércio e grandeza desde o seu descobrimento, sendo apetecido e solicitado de tantas nações. Logo o jacarandá, igual na estimação e luzimento ao ébano com a vantagem das ondas pardas, que o fazem mais vistoso. O sassafrás, que além do lustre e suave cheiro, tem virtude para curar muitas enfermidades, causa por que se lavram dele muitos púcaros e copos. O violete admirável pelas águas roxas, que parecem roubadas às mais finas ametistas. O pequiá, da cor do mais peregrino amarelo, e serve de tauxiar as obras das outras madeiras, que com ele se matizam; e o vinhático, luzente e dourado.

59. Os incorruptíveis paus vermelhos, angelins, cedros, jataipevas e maçarandubas: os potumujus, supupiras e adernos acastanhados; as claraíbas, os louros, tapinhoãs, os bacuris, guabiranas e jandirobas, o pau-ferro, o de arco, o da sapucaia e outros troncos das mesmas qualidades e várias cores, tão grossos, que deles se lavram as embarcações inteiriças que chamam canoas, e no Pará, Maranhão e Ceará, se dizem de viagem inteira, que tem dezesseis e vinte palmos de diâmetro; carregam cinquenta e sessenta caixas de açúcar de quarenta arrobas cada uma, e levam vinte e vinte e quatro remos por banda; de outros paus, posto que inferiores, também grandes, se lavra capacíssimas canoas de muita carga, em tanto número que delas estão cheias todas as praias.

60. Os irracionais viventes sensitivos, que se criam nestes campos, bosques e montanhas, são incomparáveis em grandeza, número e espécies. Do gado que chamamos maior, é tanta a quantidade, que nos campos que jazem entre Paranaguá e o rio da Prata, andam sem dono e sem cultura, e os vão matar só por lhes tirarem os couros; da carne se não

faz caso; nas outras partes do Brasil é tanto, que antes de se descobrirem as minas de ouro, para cujos numerosos povos vão inumeráveis cabeças, valia cortado nos açougues ordinariamente a cento e sessenta e duzentos réis a arroba, em muitas ocasiões a oitenta e cem réis, e só quando as secas dos sertões ou as enchentes dos rios lhe custam prejuízo, ou lhe impedem o trânsito, deixa de abundar nas povoações com o referido excesso, sendo alguns destes animais de tanta grandeza, que pesa cada um vinte e vinte e quatro arrobas.

61. Em algumas partes do país de São Paulo há gado vacum de tal qualidade, que deixando de pascer a erva abundante que produz aquele terreno, se sustenta só da terra, a qual tem tal simpatia ou propriedade para o engordar e lhe fazer gostosa a carne, que entre todas a deste gênero, por aquela região, é a mais saborosa e apetecida, e as reses tamanhas que as não igualam as outras na grandeza e peso, em prova de que a terra de que se mantêm, as nutre com vantagem às mais que se criam com o pasto comum a todos os animais, dos quais vêm a ficar diferentes na singularidade do alimento.

62. Do menor é grande a criação, porque não há morador dos termos ou recôncavos, que o deixe de ter em tanto número, quanto lhe baste para o seu regalo e para o seu interesse, mandando-se buscar das povoações para comida, mimos e matalotagens. São excelentes os capados, que se sustentam e criam com a mandioca, e alguns chegam a ter de peso doze e quatorze arrobas; tenríssimos os leitões, saborosos e grandes os carneiros, brandos os borregos, mimosos e saudáveis os cabritos.

63. Do gado cavalar se cria nesta região muita cópia, saindo briosos ginetes de fina raça, com a grandeza, sinais, cores e propriedades, que se procuram nestes generosos brutos; tomam docilmente os primores que lhes ensinam, e são extremados na velocidade. Deixem os poetas de pintar o cavalo Pégaso com asas, os antigos de fabular que as éguas da Lusitânia concebem o do Zéfiro, porque as do Brasil têm partos tão ligeiros, que correm parelhas com os ventos. Há perros de caça e de casa com grande instinto, e para guardar as fazendas muitos de tanto vulto, que parecem bezerros.

64. Das feras há tigres, onças, antas, suçuaranas e javalis, que chamam porcos-do-mato; estes de duas castas, uns nomeados caititus, outros queixadas-brancas. Em gêneros de cobras monstruosas, a jiboia tão grande, que se alcança o maior touro, o prende com a cauda, e apertando-lhe os ossos lhos quebra e o come. A surucucu, que posto que inferior, faz o próprio ao gado menor. Dos bichos asquerosos, a preguiça, de tão tardo movimento, que apenas se lhe enxerga o curso, e em poucos passos gasta todo um dia. O camaleão, também fleumático, sem embargo de beber as cóleras ao vento. Os sarigués, piratas das criações domésticas. As guaribas, de triste e porfiado canto nas árvores, e os guaxinins, que são do seu coro e solfa.

65. Há monos horríveis nos montes, e domésticos nas pousadas; várias castas de bugios e saguins, uns cinzentos, outros entre pardos e amarelos que se chamam de cheiro, por algum que exalam não desagradável, e são os animais que mostram mais instinto, pelos brincos e ações que fazem. Das caças quadrúpedes silvestres há veados, capivaras, coelhos, cutias, quatis, periás, teús, tatus e pacas; estas, posto que nocivas para a saúde têm a carne superior no gosto a todas as do Brasil.

66. Das muitas caças voláteis e montanhesas destes países a primeira é a zabelê, êmula dos faisões de Milão e dos francolins de Chipre; tem a grandeza e feitio das galinhas pequenas, com alguma diferença na cabeça, em ter penas por cristas; logo as enhapopés, maiores que as galinhas, de mais titelas e melhor gosto; pombas de muitas castas torcazes, de mais grandeza que as outras, competem com as perdizes no tamanho, forma, peito e sabor; as juritis e pararis, tenras e gostosíssimas; as hirapongas, mais regaladas que todas: muitas e agradáveis rolas. De outros pássaros também comestíveis há aracuãs, mutuns, jacus, jacutingas, e nas ribeiras do mar e dos rios marrecas e galeirões. Das aves e criações domésticas há mui grandes galinhas, capões, perus, emas, gansos, patos e paturis.

67. Das que têm alguma voz e canto, papagaios, periquitos, araras e canindés, que são pelas cores íris animados nas selvas e ramalhetes de penas nas regiões do ares; proferem todas as palavras que lhes ensinam. Os bicudos, negros como os melros, quase do seu tamanho, mais destros e agradáveis no canto; sabiás, que chamam das praias por andarem sempre

nas ribeiras onde só cantam, mais que todos suaves; tem cinzentos os costados e os peitos brancos; patativas, coleirinhos, canários e outros que em menos ajustada solfa também agradavelmente cantam. As vivas tintas que com que os coloriu e matizou a natureza são tão admiráveis, que os fazem parecer flores volantes nos jardins da esfera; os mais célebres são os tucanos pelas penas mimosas e gemadas, que como peles de ouro lhes cobrem os peitos, e os guarases pela púrpura de que vestem os corpos.

68. Para aumentar as riquezas da nossa América portuguesa, lhe lança o mar por muitas partes das suas costas o âmbar-gris mais prezado e mais precioso. É tradição constante que a um dos primeiros homens que casaram na Bahia, se lhe deram quatro arrobas em dote, colhido nas suas praias, onde tem saído muito, e em mais quantidade se tem achado nas da ilha de Itaparica, porém com abundância maior na província do Ceará, cujos gentios o trocam com os portugueses por drogas de pouco preço e às vezes lho dão sem interesse. Em muitas das outras províncias se colhem alguns aljôfares, perfeitos e pérolas netas. De uma somos testemunha, achada em uma ostra depois de assada; era de grandeza mais que mediana, em sumo grau esférica; de uma parte tinha perdido o lustre ao rigor do fogo, e da outra onde lhe não chegara, estava com a sua natural cor e formosura, tão brilhante como a mais preciosa margarita.

69. Muitas se colheram em diferentes tempos, e entre elas uma em excesso grande, também ofendida do fogo em que lhe fora assada a concha, ficando-lhe as porções ilesas admiravelmente belas. É sem dúvida que se os naturais as fossem buscar ao centro por interesse, como as nações indianas orientais e ocidentais, lograriam a mesma rica pescaria; porém a gente do Brasil, por falta de ambição ou de atividade, das riquezas do mar colhe as que arroja, e não penetra as que esconde.

70. Cria abundante número de vários pescados: dos de Europa, linguados, sáveis, tainhas, pescadas, salmonetes, robalos, meros, arraias, cações, galos, enxarrocos, voadores, carapaus, chernes, sardos, corvinas, agulhas e sardinhas; dos naturais, por serem infinitos, nomearemos só os mais notáveis, baleias, beijupirás, cavalas, garoupas, vermelhos, corimás, pâmpanos, carapebas, parus, ubaranas, guaracemas, jaguaraçás, camurupins, olhos-de-boi, dourados e xaréus; este último, ainda que muito vulgar

pela sua quantidade, merece especial notícia pela grandeza de sua pescaria, e por ser o sustento dos escravos e do povo miúdo da Bahia.

71. Tem quatro palmos de comprido, um e meio de largo; são sempre gordos e gostosos, por terem estação própria em que correm, que é do primeiro de dezembro até o fim de abril. As suas ovas têm grandeza proporcionada e não deixam de lograr estimação, assim frescas, como salpresadas em uma forma de prensas, onde espremidas, as põem a secar por alguns dias, em que a cor amarela, que lhes deu a natureza, se lhes converte na rubicunda, que o sol lhes dá; com este benefício permanecem muito tempo, e as levam por matalotagem e regalo os mareantes. Há para as suas pescarias muitas armações desde a enseada da cidade até a Itapuã, quatro léguas por costa além da barra, e se fazem consideráveis despesas em fábrica de casas, escravos e redes, tão grandes algumas, que carecem de cinquenta e sessenta pessoas para as recolher, contando-se em alguns dos lanços mil e quinhentos e dois mil xaréus, e em outros com pouca diferença, deixando aos seus armadores importantes lucros.

72. A pescaria das baleais, que em número inferior também se faz na província do Rio de Janeiro, é portentosa na Bahia. Correm desde junho até outubro, começando por Santo Antônio, e acabando por Santa Teresa. É a baleia estupendo parto das ondas, útil monstro do mar; têm as verdadeiras setenta palmos de comprimento, vinte e seis de largura e dezoito de alto; sendo peixe, todo o seu corpo é toucinho e carne; todas as suas espinhas são ossos; cobre-a uma branda pele entre parda e negra, semeada em partes de miúdos búzios, que vivem do que lhe chupam; em poucas se veem algumas manchas brancas; não mostra termo ou sinal que lhe o diference a cabeça, mais que para o fim uma pequena diminuição, que faz à proporção do corpo; na parte inferior lhe ficam os medonhos olhos, entre os quais tem por nariz um largo canal, que lhe sai acima da cerviz, por onde expulsa com elevada respiração das grossas ondas que sorve ao mar mais tempestuoso. A boca é uma sensitiva gruta, em que acomoda a disforme e pesada língua, que tem de comprimento doze palmos, seis de grossura, e destila uma pipa de azeite: dezesseis a baleia toda; não tem dentes, porém em cada um dos queixos traz um feixe de quarenta e mais barbatanas, compridas dezesseis palmos, negras, e de uns nervos incorruptíveis e mais rijos que a madeira, flexíveis, mas sem quebrarem.

73. Do lugar dos ombros lhe saem por braços umas chamadas alas, que lhe acompanham os lados por espaço de vinte palmos, de carne nervosa, como a cauda, que traz sempre inclinada para uma parte; estas e as alas levanta, batendo os mares com estrondo formidável e perigo evidente de qualquer embarcação em que descarregar aqueles terríveis golpes. Do lugar do espinhaço se lhe levanta uma porção de carne curva, que em forma de arco lhe ocupa doze palmos o costado. Importa à fazenda real o seu contrato, de seis em seis anos, termo da sua arrematação, cento e oitenta mil cruzados; e no ano de mil setecentos e vinte e três chegou a duzentos e cinco mil; vinte mil se gastam na sua pescaria cada ano. A fábrica de casas, armazéns, tanques, formas para recolher azeite, tachos para o cozer, e outros instrumentos, assim de Sua Majestade como dos contratadores, vale mais de quarenta mil cruzados.

74. O amor, que este monstro tem aos filhos, é também monstruoso, por eles se deixam matar, pois segurando-os a este fim primeiro os arpoadores, os seguem elas até à última respiração dos seus alentos. A buscá-las por toda a enseada da Bahia (aonde naquele tempo vem de mais longe a parir) saem todos os dias seis lanchas, quatro de arpoação e duas de socorro, e metendo os arpões nos filhos, para as segurarem, lhos lançam depois, e logo alanceando-as com uns compridos dardos, lhes destilam a vida pelo sangue, conduzindo-as para a ponta de Itaparica, onde se beneficiam e estão as fábricas; acontecendo quando o ano é propício a este contrato, pescarem-se a três e quatro por dia.

75. O consumo que este gênero tem de que resulta a ganância que dá, é porque da baleia se fazem carnes, de que os escravos se sustentam; os moradores que possuem muitos, assim nas casas como nas lavouras, as mandam beneficiar em pipas e barris, que lhes duram de uma a outra safra, e delas consta a matalotagem da gente marítima que serve nas embarcações que vão para a costa da África e para outros portos; e também porque da imensa inundação de azeite que se tira deste peixe, se alumiam todas as casas, fábricas e oficinas do Brasil, exceto as estâncias particulares de algumas pessoas mais poderosas, em que arde o de Portugal. Também há para este ministério outros gêneros de azeite, que são o da mamona, árvore pequena e flexível, cujo fruto tem umas pevides grossas, de que ele se destila, o qual se

faz também dos fígados dos peixes cações, dando uns e outros perfeita luz, porém por mais raros e artificiosos, não são tão comuns como o das baleias.

76. Os mariscos que se criam nos côncavos dos recifes e costas de todos estes mares, são infinitos: grandes e regalados polvos, lagostas, lagostins, santolas e sapateiras; e pelos lameiros que as ondas formam naquelas porções que abraçam, se colhem outros mariscos e ostras de muitos gêneros, já nos mesmos lodos onde se criam, e de que se sustentam, já nos troncos e raízes de profusas árvores, chamadas mangues, que nascem nas ribeiras do mar, ou nas margens dos rios que lhe tributam as águas, e crescendo a grande altura, produzem muitos ramos, que abaixando-se, tornam a meter-se naqueles alagadiços, lançando neles outras novas raízes, das quais brotam troncos novos, que subindo, se vão outra vez enlaçando, e formam por muitas léguas confusões de labirintos verdes.

77. Por entre eles e nos seus mesmos troncos e madeiros se acham as ostras eriripebas, que produzem aljôfares; mexilhões, ameijoas, breguigões, caramujos, unhas-de-velha, periguaris, sernambis, e uns mariscos compridos de feição de medianos búzios, onde se acham algumas vezes as pérolas, que também se encontram nas ostras. Os caranguejos, gordíssimos e de que se fazem admiráveis e mimosos guisados, são de cinco gêneros: uçás, ganhamus, siris, aratus e garausás; excelentes camarões, assim do mar como dos rios e lagoas, onde se colhem alguns quase tamanhos como os lagostins, a que chamam potiaçus.

78. Posto que temos narrado em comum as mais essenciais produções desta região, é preciso declararmos que nem todas se acham em qualquer parte dela; em umas se dão uns gêneros, em outras se colhem outros, porque os movimentos do sol, a disposição da terra, e as distâncias em que se vão diferenciando os climas, fazem esta diversidade nos frutos e minerais; mas sempre a natureza, em todas pródiga, aqueles gêneros que doou a qualquer delas, os produz em grandíssima abundância, posto que mais generosamente em uns lugares que em outros, exceto nas partes que quis deixar estéreis, para ostentar nesta mesma diferença de terrenos em uma região a constante variedade da sua formosura.

79. As estações do ano no Brasil são em diferentes meses que em Europa, e entre si mesmas tão várias e insensíveis que costumam entrar

umas pelas outras, mas com tão ordenada desordem que não causam prejuízo, antes algumas plantas das naturais apetecem no tempo de sol a chuva, outras no curso do inverno assistências do verão, e sem esta mudança intempestiva, ou não nascem, ou crescem pouco: nem os corpos humanos sentem esta variedade, por ser natureza nesta região; e assim vemos que enfermam menos das mutações do tempo que dos próprios desconcertos, pois os ares em nenhuma operação os ofendem, exceto quando não sabem aproveitar a sua benevolência, ou procuram abusar da sua bondade.

80. Todo este vastíssimo corpo, que temos mostrado, estava possuído e habitado de inculta gentilidade, dividida em inumeráveis nações, algumas menos feras, mas todas bárbaras: não tinham culto de religião, idolatravam à gula, e serviam ao apetite, sem regime de lei ou de razão; tinham principais, a quem davam moderada obediência, que mais era respeito que sujeição, repugnantes à doutrina evangélica, que lhes pregou o glorioso Apóstolo S. Tomé, a quem não quiseram ouvir, e afugentaram de todos os seus países, dos quais ausentando-se o sagrado Apóstolo, deixou por muitos lugares (em prova da sua vinda e dos seus prodígios) impressos e retratados em lâminas de pedra os sinais do seu cajado e dos seus pés, uns ainda permanentes nas estampas, e todos constantemente venerados nas tradições (se pode assegurar-se esta pia opinião, autorizada com os testemunhos e escritores, que em abono dela trataremos logo).

81. Porém entre eles a nação dos gentios que chamam papanases, mostrava alguma sombra de justiça ou de razão, posto que incivil e barbaramente praticada; porque, se algum tirava a vida a outro por qualquer pendência ou desastre, obrigavam aos parentes do matador a entregá-lo aos da família do morto, que o afogavam e metiam debaixo da terra logo, em presença de uns e outros; e no caso que se houvesse ausentado, e o não pudessem os parentes descobrir para o entregarem, lhe tomavam um filho varão, ou fêmea, e não os tendo, lançavam mão do parente mais próximo em grau, ao qual não matavam, mas ficava escravo do mais propínquo em sangue ao morto, e esta sorte todos contentes se faziam amigos, sem maquinarem outro gênero de vingança, evitando muitas mortes com esta forma de castigo e satisfação.

82. Não usavam de roupas os gentios das várias nações desta região. Todos andavam nus, representando a inocência de nossos primeiros pais (enquanto o pecado lhes não introduziu o pejo, com o conhecimento da graça e natureza de que tinham degenerado, para se cobrirem de folhas), porque estes seus descendentes de tudo o que era culpa tinham ignorância; só em algumas festas manchavam os corpos de tintas de paus, que imaginavam os faziam mais formosos, e ficavam mais horríveis; exceto os gentios da nação dos carijós, que pelo inverno lançavam sobre si por uma e outra parte as peles das caças que matavam, com que se reparavam do frio. Nas cabeças usavam algumas penas de pássaros, que lhes serviam de rústicos martinetes; e os da nação tamoios furavam os beiços e neles metiam umas pontas de ossos, com cabeças como de pregos, que pela parte interior as sustentavam, sendo este o sinal ou caráter da sua dignidade ou nobreza.

83. No maior número das suas nações as casas em que pousavam eram de campo, e os edifícios que tinham, eram de monte, como os dos primeiros habitadores do mundo, antes que nele se levantassem montes de edifícios. Tinham por teto o céu, e a terra por pavimento; só em algumas horas, por se abrigarem dos rigores do sol, ou do excesso das chuvas, formavam umas choupanas telhadas de ramos, sem eleição de sítios, mais que os das suas jornadas, deixando umas, e fabricando outras para aquele pouco tempo que as queriam, sendo-lhes tão fácil fazê-las, como abandoná-las; salvo a nação dos tupinambás, que as tinham suficientes, e a dos tamoios, em que eram mais fortes, e as suas aldeias cercadas de grossas madeiras; e sobre todas mais seguras (por mais escondidas) as da nação dos guaianases, que as fabricam pelo campo, debaixo do chão, onde conservam de dia e de noite o fogo, e fazem das ramas e das peles dos animais as camas.

84. O alimento de que se sustentavam era sem composição, logrando a simples bondade dos frutos, das caças e dos pescados; mantimentos que, como puros, os recebia melhor a natureza para a nutrição dos corpos, sem o artifício, que o apetite das outras cultas nações, abusando do regalo natural dos mantimentos, introduziu em benefício da gula, mas em desperdício da saúde e da vida, como o sentem os médicos. Nas mais das suas nações era a carne humana o seu melhor prato, menos na dos gentios guaianases e na dos carijós, que a não comiam, e lhe tinham natural horror; causa pela qual aos que venciam nas suas guerras, não matavam, e só fica-

vam cativos (se pode julgar-se por menos mal que a morte a escravidão no domínio daqueles próprios de quem já muitas vezes se triunfara).

85. Deixo a controvérsia sobre a origem dos primeiros habitadores que a esta região passaram, e donde vieram, se de Troia, da Fenícia, de Cartago, de Judeia, dos fabricadores da Torre de Babel, ou se de Ofir Indo, porque sobre este ponto não tem mais forças que algumas débeis conjecturas os argumentos dos autores; sendo enquanto aos acidentes da cor, pela grande intenção do sol, mais verossímil a opinião dos filósofos; é comum em todos a cor baça, menos corada, ou mais vermelha; também omito as supersticiosas cerimônias dos seus enterros, tão diferentes e bárbaras, como pontualmente observadas em cada uma das suas nações.

86. Não tinham os gentios da América portuguesa templos, ídolos e sacrifícios, palácios e grandeza da majestade nos seus príncipes, como os da castelhana; porque os nossos das coisas eternas só alcançavam e reconheciam, que havia no Céu um superior poder, que era móvel de tudo, ao qual chamavam Grão Tupã, porém não o imploravam com outros votos e rogativos mais que com as vinganças que tomavam dos seus próprios inimigos, que eram entre eles as virtudes e os atos meritórios que sabiam obrar e oferecer. O caráter e representação dos seus principais senhores não consistia em outra cerimônia e ostentação de soberania, senão na obediência que lhes queriam dar, porque eram tão feros e bárbaros estes gentios, como cultos e políticos os outros.

87. Por esta causa custaram aos castelhanos menos fadigas as conquistas dos seus, que, como mais racionais, se lhes fizeram mais domésticos; porém os portugueses em domar aos do Brasil, e fundar as povoações das nossas províncias, acharam tão cruel resistência e tão áspera porfia, que derramaram muito sangue e perderam muitas vidas, para os sujeitar, ou fazer retirar para o interior dos sertões, onde ainda vivem, como feras, inumeráveis nações, que repetidas vezes vieram sobre as nossas culturas e fábricas, causando estragos e mortes; e com esta diferença de conquistas se poderá julgar, qual delas tem saído mais cara, ou mais gloriosa.

88. Neste estado existia nossa América, e viviam os seus naturais, a terra inculta e bárbaros os habitadores, quando a descobriu o general Pedro Álvares Cabral, que alegre de ser o primeiro que achou uma incóg-

nita região do tanto gentilismo (em que os nossos monarcas tinham o que suspiravam, para dilatar a nossa católica fé, que era o intento com que mandavam sulcar os mares com tão repetidas armadas) e glorioso de haver deixado nela, com a assistência de dois portugueses, o padrão da sagrada Cruz, e de ter feito celebrar a sacrossanta primeira missa que se ouviu no Brasil, em o concurso de toda a gente da sua armada e da multidão daquelas ignoradas e bárbaras nações, prosseguindo com onze das doze naus com que se achava, a sua viagem da Índia, mandou por uma, com alguns gentios e mostras dos gêneros do país, aviso deste descobrimento a Portugal.

89. Imperava o venturosíssimo rei D. Manuel, tão amado entre os portugueses como Tito Vespasiano ou Nerva Cocceio entre os romanos, e tão temido como Alexandre e César em todas as nações. Era naquele século o mimo da fortuna, que desviou de muitos príncipes lusitanos a coroa, para lha pôr na cabeça; monarca a todas as luzes grande e benemérito daquela vida, que eternizou na fama e na imortalidade. Quis Deus dilatar-lhe o nome e o domínio com o descobrimento e emprego da Ásia e da América, duas partes do mundo tais, que qualquer delas pudera ser empresa de Augusto e de Trajano, e ambas só daquele invicto rei. Recebeu esta notícia com o alvoroço próprio do desejo grande, que lhe fervia no peito, de que houvesse mais mundos em que dilatar a fé católica e empregar o invencível esforço de seus vassalos; e a própria comoção se viu constantemente nos generosos ânimos de toda a nação portuguesa, por serem descobertos novos orbes, que o seu valor pudesse sujeitar à soberania do seu monarca.

90. Mandou logo este grande príncipe por Américo Vespúcio, toscano de nação e insigne cosmógrafo daqueles tempos, a reconhecer e examinar os mares e terras desta região. Depois despediu algumas embarcações com o capitão Gonçalo Coelho, para indagar individualmente as notícias do país, costas, portos e enseadas, tomar posse e meter marcos na parte do mundo novo que ficava pertencendo à sua coroa, para a pôr a sua obediência, posto que os progressos que o tinham empenhado na África e Ásia, lhe não permitiram a diversão de armadas e gente para a conquista e povoação do Brasil.

91. Tinha visto muitos anos antes o real astrólogo e cosmógrafo, a quem falavam as estrelas e obedeciam os mares, o sereníssimo infante D. Henriques, logrados os frutos das suas observações, estudos e despesas, nos descobrimentos de várias ilhas no oceano, e conseguido d'el-rei D. Duarte, seu irmão, que todas as terras que se fossem descobrindo pela coroa portuguesa, ficassem adjudicadas à ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, da qual era grão-mestre, alta dignidade, que depois com os dois mestrados de Santiago e Avis, por bula do pontífice Júlio III passada no ano de mil e quinhentos e cinquenta e um, uniu el-rei D. João III perpetuamente à coroa e domínio do reis de Portugal, que possuem esta parte da América, com grão-mestre e perpétuos administradores da dita ordem.

92. Pelas referidas conquistas (descoberto no ano de mil e quatrocentos e noventa e dois por Colombo o ignorado mundo) se moveram dúvida entre os monarcas D. João II de Portugal e D. Fernando V de Castela, às quais pôs termo a santidade do pontífice Alexandre VI por bula expedida no ano de mil e quatrocentos e noventa e três e outra no de mil e quatrocentos e noventa e quatro, a instância d'el-rei D. João II, em que lhe concedeu mais duzentas e setenta léguas sobre as cem que na primeira lhe tinha consignado. Por elas mandou que, contando-se trezentas e setenta léguas para o ocidente das ilhas de Cabo Verde, do último ponto em que acabassem estas trezentas e setenta léguas, se lançasse uma linha imaginária de norte-sul, que rodeando o globo terráqueo, o dividisse em duas partes iguais, concedendo a Castela a parte que cai para o ocaso, e a Portugal a que fica ao nascente, em cuja demarcação está a nossa América; determinação que alguns anos depois se tornou a confirmar por sentença de doze juízes cosmógrafos no de mil e quinhentos e vinte e quatro.

93. Movia neste tempo, desde o de mil e quinhentos e vinte e um, as rédeas da monarquia el-rei D. João III, príncipe em cujo pio ânimo real, sobre muitos atributos, avultaram a paz e a religião, e achando por tantos mundos obedecido o poder do seu cetro, e por novos orbes dilatada a circunferência da sua coroa, empenhou o seu católico zelo na empresa, assim das terras como das almas do Brasil, e conseguiu ambos os triunfos, trazendo tantas ovelhas ao rebanho do universal pastor, como súditos ao jugo do seu domínio. Enviou juntos capitães e missionários, para que, ao passo que as colônias portuguesas, crescessem as searas evangélicas, sendo

um dos seus cabos (chamado Cristóvão Jacques) o primeiro que entrou pela enseada da Bahia, ainda até ali na descoberta dos nossos exploradores, e penetrando por ela o seu recôncavo, chegou ao rio Paraguaçu, onde meteu a pique duas naus francesas, que estavam comerciando com os gentios.[7]

94. Não passará em silêncio a notícia de uma notável matrona deste país (que sendo por nascimento primeira entre os naturais, pudera não ser segunda por amor entre os estranhos) a quem a natureza e a fortuna fizeram benemérita desta memória, e seria desatenção excluir deste teatro tão essencial figura, que foi instrumento de que mais facilmente se dominasse a Bahia, que veio a ser cabeça do Estado. Referiremos a sua história pelo que consta de antigos verdadeiros manuscritos, que se conservam em várias partes desta província, em muitas circunstâncias diferente da forma em que a escrevem os autores que nela falaram.[8]

95. Era filha do principal da província da Bahia, em cujas praias, onde chamam o rio Vermelho, dando à costa uma nau portuguesa que passava para a Índia, feita em pedaços, veio a ser despojo dos mares e dos gentios, os quais recolheram muitos gêneros e alguns náufragos, que escaparam de ser pasto de peixes para regalo de homens. Foram os gentios comendo a todos; porém Diogo Álvares Correia, natural de Viana, e das principais famílias daquela nobilíssima vila, que foi um dos primeiros que as ondas puseram sobre as areias, a quem esperava a fortuna no próprio caminho da desgraça, achou tanto agrado neles, por lhes facilitar o recolherem os despojos da nau, ajudando-os com agilidade e prontidão a conduzir-lhos à terra, que se quiseram servir dele, quiçá reconhecendo algumas prendas de que era dotado, que também as sabem avaliar os bárbaros.

96. Como a nau conduzia para a Índia instrumentos militares, saíram entre os despojos muitos barris de pólvora, outros de munição, cunhetes de balas, e algumas espingardas; preparou-as Diogo Álvares, e fazendo tiros com elas, derrubou algumas aves: o fogo, o eco e a queda dos pássaros causou tal horror aos gentios, que fugindo uns, e ficando estúpidos outros, se renderam todos ao temor, tendo a Diogo Álvares por homem mais que humano, e o tratavam com grande veneração, vendo-o continuar com tanto acerto nas caças o emprego dos tiros, que ouviam sempre com terror; e tendo-se rebelado, havia alguns tempos, ao principal

de toda a província os súditos do distrito de Passé, determinou ir contra eles, levando consigo a Diogo Álvares com as suas armas.

97. Afrontaram-se os exércitos inimigos, e estando o general dos rebeldes em práticas diante dos seus soldados, lhe fez Diogo Álvares um tiro, com que o matou, com igual assombro dos levantados, os quais fugindo sem atinar no que faziam, só se conformaram em obedecer e se sujeitarem ao seu antigo senhor, ponderando que àquelas para eles estranhas e formidáveis armas não poderiam resistir. Este acidente aumentou os respeitos a Diogo Álvares, de sorte que todos os gentios de maior suposição lhe deram as filhas por concubinas, e o senhor principal a sua por esposa, conferindo-lhe o nome de Caramuru-açu, que no seu idioma é o mesmo que Dragão que sai do mar.

98. Nesta bárbara união viveu algum tempo; porém descobrindo um navio, que forçado de contrários ventos vagava flutuando pelo golfão da Bahia, em distância que pôde fazer-lhe senhas, sendo pelos mareantes vistas, lhe mandaram um batel, ao qual se lançou a nado fugitivo; e vendo a consorte que se lhe ausentava, levando-lhe aquela porção da alma, sem a qual lhe parecia já impossível viver, trocou pelas prisões do amor, pelas contingências da fortuna e pelos perigos da vida, a liberdade, os pais e o domínio, e lutando com as ondas e com os cuidados, o seguiu ao batel, que recolheu a ambos, e os conduziu ao navio; era francês, e os transportou àquele reino[10].

99. Dominavam a França Henrique de Valois[11], segundo do nome, e Catarina de Médicis, reis cristianíssimos, que informados do sucesso e qualidade dos hóspedes, os receberam com real agrado e despesa, dando em soleníssimo ato, com assistência de muitos princípes, a ela o sacramento do batismo com o nome da rainha, e a ambos os do matrimônio, sendo-lhes em um e outro padrinhos os reis, que lhes conferiram honoríficos títulos; mas pedindo-lhes Diogo Álvares os enviassem a Portugal, o não quiseram fazer: e depois solicitada ocultamente uma nau francesa, a troco de a carregarem de pau-brasil, os conduziu à Bahia.

100. Esta matrona, que depois obrou ações de heroína, já chamada Catarina Álvares, tomando da rainha de França o nome, e do esposo o apelido, como senhora destes gentios fez que com menor repugnância se

sujeitassem ao jugo português. Viviam na Vila Velha, quando por misterioso sonho de Catarina Álvares acharam a milagrosa imagem da Mãe de Deus, que saíra em uma caixa entre os despojos de um baixel castelhano, que navegando para as suas índias, se perdera na costa de Boipeba, aonde passou Diogo Álvares Correia a socorrê-la e a recolher os náufragos, que levou consigo e proveu de todo o necessário; serviço e grandeza que mereceram o agradecimento do imperador Carlos V, expressado em um carta, em que lhe significou.

101. Foi levada a caixa em que se guardava a santa imagem, por gentios, que residiam em distância grande do lugar do naufrágio; e como não conheciam divindade, tinham o sagrado simulacro sem culto, mas dentro da própria arca, em uma cabana; e sendo achada por exatas diligências de Catarina Álvares e Diogo Álvares Correia, lhe levantaram um templo, com a invocação de Nossa Senhora da Graça, que depois doaram com muitas terras aos monges do glorioso patriarca S. Bento (hoje abadia desta esclarecida região) onde estão sepultados. Lograram em toda a vida muitas regalias concedidas pelos reis de Portugal, que ordenavam aos seus governadores lhes fizessem guardar, de que há memórias nos seus descendentes. Tiveram muitos, porque casando as suas filhas e netas com fidalgos vindos de Portugal com os maiores cargos da Bahia, fizeram nobilíssimas famílias, das quais existem poderosas casas, de grandes cabedais e conhecida nobreza, que em todos os tempos ocuparam os primeiros lugares na república e fora da pátria tiveram relevantes empregos.

102. A vinda do glorioso Apóstolo S. Tomé anunciando a doutrina católica, não só no Brasil, mas em toda a América, tem mais razões para se crer que para se duvidar; pois mandando Cristo Senhor Nosso aos seus sagrados Apóstolos pregar o Evangelho a todas as criaturas e por todo o mundo, não consta que algum dos outros viesse a esta região, tantos séculos habitada antes da nossa redenção; e depois de remidas de tantas almas, não deviam ficar mil e quinhentos anos em ignorância invencível da lei da graça; e posto que nas sortes tocasse a este santo Apóstolo a missão da Etiópia e da Índia, e se não fale na América (então por descobrir) não se pode imaginar que faltasse a providência de Deus a estas criaturas com a pregação, que mandara fazer a todas.

103. A razão de duvidar esta vinda pelo trânsito do mundo velho ao novo, inda encoberto, não havendo comunicação que facilitasse o passo, não é forçosa; sendo mais poderosa que ela a necessidade destas almas, remidas pelo preciosíssimo sangue de Cristo, que podia em execução do seu preceito e da sua misericórdia, por ministério dos anjos, permitir que S. Tomé se achasse milagrosamente na América, como permitiu que ao trânsito de sua Mãe Santíssima se achassem, sem saberem o como, os Apóstolos que então viviam, estando nas suas missões divididos por diferentes partes do mundo, às quais pelo mesmo modo foram outra vez restituídos, sendo que a objeção se vê naturalmente vencida com o trânsito que à América fizeram os seus primeiros habitadores.

104. De ser o Apóstolo S. Tomé o que no Mundo Novo pregou a doutrina evangélica, há provas grandes, com o testemunho de muitos sinais em ambas as Américas: na castelhana, aquelas duas cruzes que em diferentes lugares acharam os espanhóis com letras e figuras, que declaravam o próprio nome do Apóstolo como escrevem Joaquim Brulio, Gregório Garcia, Fernando Pizarro, Justo Lípsio e o Bispo de Chiapa: e na nossa portuguesa América os sinais do seu báculo e dos seus pés e a tradição antiga e constante em todos estes gentios de que eram de um homem de largas barbas a quem com pouca corrupção chamavam no seu idioma Sumé acrescentando lhes viera a ensinar coisas da outra vida, e que não sendo deles ouvido, o fizeram ausentar[13].

105. O padre Pedro de Ribadaneira da Companhia de Jesus tão diligente e escrupuloso averiguador da verdade na vida dos santos não duvida dizer na de S. Tomé que pregara no Brasil alegando ao padre Manuel da Nóbrega da mesma sagrada religião provincial e dos primeiros obreiros das searas evangélicas nesta região, o qual afirma achara nestes gentios muitas e constantes notícias da vinda do santo, e que lhe mostraram dele impressos e rascunhados em pedra vários sinais. Seis se conservam ainda desde a província de S. Vicente até a da Bahia, em cujo termo fora o último o das suas pegadas em um sítio, que por este milagre chamam S. Tomé, donde diziam os gentios, que perseguido dos seus antepassados, o viram com admiração de todos, fazer trânsito sobre as ondas, e por elas passaria a outras partes das suas missões, a que deu glorioso fim em Ásia, na cidade de Meliapor, onde foi martirizado.

NOTAS REFERENTES AO LIVRO PRIMEIRO

1. Sebastião da Rocha Pita declara-se, neste início, do livro, tão entusiasta do seu país, dando-lhe tantas prioridades na beleza, na fortuna, no futuro, que pode ser considerado sem favor o maior apologista da terra e da gente. Releve-se-lhe o ridículo das páginas ditirâmbicas, perdoável em quem ignorava o resto do mundo e honestamente cria na superioridade do Brasil em confronto com as demais regiões, onde o céu não teria a sua serenidade, a aurora o seu esplendor, as estrelas a sua singeleza, os horizontes a sua claridade, as águas as suas virtudes, enfim "terreal paraíso descoberto". Neste ponto, a sua ênfase conclui um ciclo: o do novo paraíso achado nesta América, que se formou em dois séculos de gradual integração do português no seu novo habitat: Desde o padre Rui Ferreira, em 1560. "se houvesse paraíso na Terra, eu diria que agora o havia no Brasil", até o padre Simão de Vasconcelos, e Rocha Pita.

2. É o "amor da pátria não movido/ de prêmio vil, mas alto e quase eterno", de Luís de Camões, *Os Lusíadas*, I, 10, que "esta é pátria minha amada", *Os Lus*., III, 21. Sebastião da Rocha Pita afirma-se brasileiro. O Brasil é a sua terra; e que o "amor da pátria" lhe desse asas para bem dizer dele, e de sua grandeza! Isto em 1724. Já alma da nacionalidade, considerada como a consciência do seu destino, palpitava no lirismo da nossa gente; inspirava-se, separava-o dos outros povos, para que se constituísse um povo sentimentalmente autônomo; a vésperas da independência que viria na lógica dos acontecimentos.

3. No tempo de Rocha Pita lia-se a história de Portugal segundo a tradição bíblica, ou isso que Alexandre Herculano diz, era feito de "notícias verdadeiras ou fabulosas achadas em escritores genuínos ou supostos", *Hist. de Portugal*, 3ª ed. I. p.11. Que Tubal, filho de Noé, foi o patriarca da população portuguesa, conta sobretudo Dr. Bernardo de Brito, na *Monarquia Lusitana*, 1, p. 8, Lisboa, 1690. O historiador baiano resume dócil e respeitosamente a lenda, com a ressalva, de que o grego Baccho que foi às praias e montanhas de Portugal não é o deus do vinho, mas outro capitão desse nome. Melhor andou Herculano, começando a narrativa com a conquista árabe, o que todavia arredava

os movimentos anteriores de colonização, o principal, o romano. E o passado pré-histórico? Resume-o Mendes Correia, na *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol 1º; Barcelos, 1928.

4. O descobrimento do Brasil, que ocorreu a 22 de abril de 1500, como diz na sua carta o escrivão-mor da frota Pero Vaz de Caminha, antes da revelação deste papel não tinha data certa, hesitando os cronistas entre 24 de abril (como Rocha Pita, copiando João de Barros), 25 de abril (segundo Gabriel Soares), 3 de maio (conforme Pero de Magalhães Gandavo). Pacificava o problema a coincidência que queria estabelecer-se, entre a festa da invenção da Santa Cruz e o achamento da terra que lhe levou o nome (Gandavo, *História da província de Santa Cruz*, edição da Academia Brasileira, 1923, p. 79), aceita, pela facilidade da comemoração, enquanto se ignorou a carta de Caminha, ou seja, até 1817, e a despeito de tudo consagrada, como data oficial, em que se inauguravam as sessões legislativas tanto no Império como na República, até os nossos dias. Realmente coube a Aires de Casal na *Corografia Brasílica*, em 1817, dar à estampa a epístola que iluminava definitivamente o episódio. Reproduzida em 1826, na Coleção de Notícias para a História e Geografia das nações ultramarinas, e em 1877 por Varnhagen, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, não pôde vencer a rotina e substituir, pelo aniversário verídico, o supositício ou simbólico. 3 de maio continuou sendo o festivo, celebrado com atitudes de júbilo nacional em 1900, a que não faltou o monumento, naquele dia inaugurado, da praia da Glória, no Rio de Janeiro, obra-prima de Rodolfo Bernardelli. E só não continua assim porque a Constituição federal, de 1946, deu outra data para o começo da legislatura, e prevaleceu a recomendação, subsequente, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, para que se fixassem em 22 de abril a lembrança do descobrimento. Verifica-se, porém, que, caindo em desuso a comemoração de 3 de maio, que deixou de ser feriado, ainda não se cumpre, por desacostumada, a outra, que não chegou ao povo... Rocha Pita não andou longe. Errou por dois dias: e errou com o autor das *Décadas*.

5. Anote-se a profecia do "opulento Império" a Fray Antonio de San Román, *Historia general de la India Oriental*, nº 680, Valladolid, 1602,

pertence talvez a primeira alusão "aquele Império" que Rocha Pita apelida de "opulento império" e Pombal, em carta de 1757, chamaria "vasto Império", (Varnhagen, *História Geral do Brasil*, ed. de R. Garcia, IV, 191). Diniz, *Poesias*, IV, 112, juntaria os adjetivos, "do Brasil o opulento e vasto Império", que na lira de Cláudio Manuel da Costa, *Obras*, 1, 157, é ainda "Lusitano Império", "tanto império", na de Santa Rita Durão, *Caramuru*, I, VIII, e "novo Império" na fria prosa do naturalista Arruda Câmara (*Discurso sobre a utilidade... dos jardins,* etc). Servem estas citações para mostrar quão antiga era a ideia, a que o estilo da França napoleônica, na época de D. João VI, deu estridente atualidade. Ligava-se ao sentido vernáculo ou romano, nitidamente clássico, da grande palavra."No governo do Império..", cantara Camões, *Os Lusíadas*, c. X, 62.

6. Refere-se ao primeiro combate dado em 1645 pelos pernambucanos aos holandeses, no monte de Tabocas, 3 de agosto de 1645, 18 de abril de 1647 e 17 de fevereiro de 1649.

7. A baía de Todos os Santos foi descoberta por Américo Vespúcio (quatro lustros antes de Cristóvão Jacques), a 1º de novembro de 1501, que todavia só mencionou o descobrimento na sua carta de 1503, ou da "quarta viagem" que fez, ao Novo Mundo. O mesmo navegante, pois, deu o nome ao continente e batizou com aquela pia invocação a Bahia. Achou-a em 1º de novembro. Bastava o calendário católico para lhe chamar de Todos os Santos. Mas devia também ter trabalhado o seu espírito, para assim a denominar, outra lembrança: a da sua paróquia natal de Florença, de Ognissanti, em cuja velha igreja a clássica tela de Ghirlandaio representa a família Vespúcio, tradicionalmente vinculada àquele culto. (Pedro Calmon, *História da fundação da Bahia*, pp. 11-2, Bahia, 1949). Quanto a Cristóvão Jacques, já não se deve insistir na notícia de uma expedição que comandasse em 1516, pois são históricas apenas as duas que empreedeu ao Brasil, em 1521 e em 1526. Foi nesta última que entrou o estuário do Paraguaçu e, junto à ilha, por isto dita "dos franceses, meteu no fundo três naus deles, clamoroso fato a quem se reportam frei Vicente do Salvador (atribuindo a Caramuru parte da aleivosia), a *Informação do Brasil*, de 1584, e, no mesmo ano, Gabriel Soares.

8. O que de Catarina Álvares escreve Rocha Pita vem da tradição local, misturada às nobiliarquias baianas, de que restam várias versões manuscritas. Chamar-se-ia, antes do batismo, Paraguaçu, como regista o p. Simão de Vasconcelos, *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, p. 26 da edição de 1865, e repete Gregório de Matos, *Obras*, IV, 50, da ed. da Acad. Bras., acompanhado dos linhagistas (Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão, "Catálogo Genealógico" *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, LII, tít. "Caramuru"). Guaibim-Pará, dizem outros: a "grande velha". A permanência da palavra "pará", nos dois apelidos, "guaçu" quando moça e "guaibim" quando velha, é uma confirmação da voz primitiva, indevidamente ligada ao nome cristão, que aparece sem ela nas escrituras do Livro do Tombo do mosteiro de São Bento. Publicou Ch. de la Roncière em 1931, *Jacques Cartier et la découverte de la Nouvelle France*, p. 20, o documento que, ao nosso ver resolve o problema da origem de Catarina fosse de Portugal, como era mais provável, fosse de França, como, sem cronologia, propuseram outros. Em 30 de julho de 1528 batizou-se em Saint Malo "Catarina do Brasil", sendo mardinha Catarina des Granches, mulher de Cartier (Vd. Olga Obry, *Catarina do Brasil*, p. 39, Rio, 1945). Como na ocasião estivesse em França Caramuru, com a sua fiel Paraguaçu, esse papel se nos afigurou a prova necessária, tanto de sua passagem por aquele porto de negociantes de pau-brasil, como do batismo na Europa da boa índia, segundo era corrente na tradição das famílias dela descendentes. A própria circunstância dessa ênfase, "Catherine do Brésil", indica importância, individualiza-a, apresenta-a.

9. Fr. José de Santa Rita Durão no poema *Caramuru*, Lisboa, 1781, responsável pela sublimação da lenda, retomou a tradução arbitrária do cronista, que, se lesse Gabriel Soares, diria apenas que "caramuru" ou "moreia" era um peixe que costumava esconder-se nos rochedos rentes à linha d'água. *Tratado descritivo*, p. 286 (edição de Varnhagen, Rio, 1851). E tanto era assim que o neto do herói, Belchior Dias, se assinava umas vezes Belchior Dias Moreia (carta de D. Luís de Sousa, 1617, *Anais do Museu Paulista*, III, 110), outras vezes Belchior Dias Caramuru (*Livro Velho do Tombo* do mosteiro de São Bento, p. 361,

Bahia 1945). Jaboatão, *Novo Orbe Seráfico*, II, 18, conta que os índios, tomando medo à espingarda que o náufrago manejava, exclamavam, "abatatá", ou "homem de fogo". Compreende-se esta alcunha que todavia não pegou, pois histórico, denunciando a proveniência marinha, é somente o apelido que abre a série do povoamento brasileiro: Caramuru!

10. Não se justificam mais as dúvidas existentes sobre a viagem à França de Caramuru e Catarina (Vd. nossa *História da fundação da Bahia*, cap. VI). A viagem abrange os anos de 1526 ou 27 (Cristóvão Jacques, passando pela baía de Todos os Santos aí não o achou) a 1530 (pois no ano seguinte já aí o encontrava Martim Afonso de Sousa). A tradição recolhida por Sebastião da Rocha Pita é a mesma de Fr. Vicente do Salvador. Moema, a ludibriada cabocla, que morreu no mar, nadando com desespero atrás da nau em que fugia Caramuru, não passa de criação poética, admirável encarnação do amor selvático, com que Santa Rita Durão enriqueceu o fantasioso poema. Fr. Vicente, que escrevia com a lembrança dos contemporâneos, decerto falava a verdade, ao dizer que fora Paraguaçu a esplêndida índia que, a nado, disposta a vencer ou a morrer, perseguira o barco que lhe levava o amado.

11. Tendo ocorrido entre 1526 e 1530 à viagem de Caramuru, reinava em França, não Henrique II (1547-1559), mas Francisco I (1515-1547), "lei roi chevalier", em cuja corte de Fontainebleau foi o conde de Castanheira, D. Antônio de Ataíde, tratar a proibição do comércio de pau-brasil, que os corsírios de Saint Malo e Dieppe faziam com crescente desenvoltura. O cronista deixou-se levar pela sugestão do nome. Como se acreditava que Paraguaçu recebeu da rainha de França o solene batismo, está só podia ser Catarina de Médicis.

12. Para a descendência de Caramuru, veja-se o "Catálogo Genealógico", de Fr. Antônio de Santa Maria Jaboatão, *in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 52. O principal ramo dessa vasta família é a Casa da Torre, na qual se repetiu, até a pouco, o nome de Catarina Álvares. Os túmulos artísticos, brasonados com o timbre d'armas dos Pires e Albuquerque, que, na igreja da Graça, comemoram o primeiro casal da terra, constituíram piedoso e enfático tributo

daqueles fidalgos, ao findar o século XVIII. Filhos de Caramuru foram Gaspar Álvares, fidalgo da casa real, Marcos, sertanista, Manuel e João, que acompanharam Fernão de Sá, filho de Mem de Sá, à guerra do gentio em Porto Seguro, Filipa, casada com Paulo Dias Adorno (pais de Antônio Dias Adorno, um dos maiores sertanistas da geração seguinte). Ana casa com Custódio Rodrigues (pais de Marçal Rodrigues, elérigo, já em funções de cônego em 1560). Genebra, mulher de Vicente Dias de Reja (cujo filho Belchior Dias, outro sertanista famoso, foi pai de Robério Dias, o das "minas de prata"), Apolônia Álvares, mulher de João de Figueiredo Mascarenhas (de quem derivam outras famílias poderosas do Recôncavo), Grácia, mulher de Antão Gil (também com descendência copiosa). Lá cantou Gregório de Matos (aos Caramurus da Bahia, *Obras*, IV, 48):

. . . .

Só sei que deste Adão de Massapé

Procedem aos fidalgos desta terra.

13. Vd. P. Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil* (ed.da Acad. Brasil (ed. da Acad. Bras.) I. 91.

14. Perto de Itapoá, no sítio que se chama de São Tomé e onde uma palhoça esconde velho cruzeiro, no refluxo da maré se veem impressos na rocha marinha os sinais a que aludiu Nóbrega, em 1549, e eram ainda ao tempo de Rocha Pita, objeto do culto popular. A tenda de Sumé, ou do santo varão misterioso, patriarca tupi, liga-se à mitologia indígena, particularmente à tradição dos dois irmãos, o guarani e o tupi, que se separam, vindo este para as costas do mar, enquanto ficava o outro às margens do rio nativo. Foi o bom antepassado que ensinou a agricultura, as artes domésticas, os costumes úteis, à gente da "língua geral"...

. . . .

Livro segundo

Fundação da província da Bahia. Suas prerrogativas. Excelências do sítio em que a cidade foi edificada. A sua descrição. Os seus templos, religiões e edifícios. As suas fortalezas marítimas e terrestres. O número dos seus habitadores e dos seus engenhos. Grandeza do seu recôncavo e do seu comércio. Fundações das outras províncias, que compreendem a portuguesa América, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Pernambuco, Sergipe, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, e S. Vicente. Descrição das suas capitais. Número das suas vilas, dos engenhos de cada uma e dos seus vizinhos, Catedrais, paróquias, igrejas, conventos, religiões e fortalezas. Descrição da cidade de S. Paulo e da nova Colônia do Sacramento. Lugares e postos que ocuparam os naturais da nossa América. Embarcações que saem cada ano de todos os portos do Brasil para os do reino e para a costa de África. Os gêneros que carregam. Rendas destas províncias para a coroa lusitana. A sua aplicação. Os minerais que têm assim as províncias que ficam ao norte, como as que estão ao sul.

A POTENTÍSSIMA PROVÍNCIA DA BAHIA, posto que não fosse a primeira pela antiguidade da sua povoação, descreveremos em lugar primeiro pela grandeza da sua dignidade; pois sendo cabeça do Estado, deve preferir aos outros membros, aos quais leva por muitos títulos vantagens, que sobram a dar-lhe esta precedência, ainda quando não lograra aquela prerrogativa. Está em altura de treze graus: el-rei D. João III a deu a Francisco Pereira Coutinho[1*], que foi o primeiro que veio a povoá-la depois de Diogo Álvares Correia, que a habitou, e de Cristóvão Jacques, que a descobriu. Chegara Francisco Pereira Coutinho da Índia com grandes cabedais de merecimen-

---

* As notas do Livro segundo encontram-se da p. 112 à p. 124.

tos e fazenda, e conseguida a mercê real, preveniu uma esquadra de naus, em que acompanhado de gente nobre para a habitá-la, e de guerra para a defender, a veio conquistar; e sujeitando aos gentios da nação dos tupinambás, que a senhoreavam, a possuiu prosperamente alguns anos com engenhos e outras muitas lavouras, de que ia colhendo interesses grandes.

2. Mas conspirando contra ele os bárbaros, depois de lhe haverem morto muita gente e arruinado as suas fábricas, o fizeram, com os moradores que lhe ficaram, embarcar em duas caravelas que tinha no porto, e salvar-se na província dos ilhéus, já então povoada; porém achando-se os inimigos arrependidos, por lhes faltar a conveniência do alborque dos seus gêneros pelos nossos, lhe mandaram oferecer a paz, e ajustada, voltando Francisco Pereira Coutinho em uma das suas embarcações com as pessoas que levara, naufragou na costa de Itaparica, e saindo uns mortos, outros mal vivos, foram todos comidos pelos gentios habitadores daquela ilha, e por morte do donatário tomou el-rei esta província, elegendo-a cabeça do Estado, e mandando-a de novo povoar.

3. O sítio em que se edificou a cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos (nomes, dos quais um lhe deu o primeiro descobridor, outro o primeiro general), foi constituído cabeça do Estado, não só da eleição, mas da natureza, que o fez superior a todos os do Brasil, como Constantinopla aos de Grécia, Roma aos de Itália, e Lisboa aos de Espanha, com as vantagens de porto, que tem o Oceano ao Bósforo, ao Tibre e ao Tejo, formando-lhe a sua grande enseada, desde a barra de Santo Antônio até a praia de Tapagipe, um dos maiores golfos do mundo e o mais capaz de todas as armadas, com três léguas de boca, doze de diâmetro e trinta e seis de circunferência, limpo e desocupado de ilhas, formando pelo recôncavo os seus braços tantas que não têm número.

4. Neste capacíssimo pélago pagam tributo ao mar seis caudalosos rios, Paraguaçu, Sergipe, Jaguaripe, Matuim, Paranamiriam e Pirajá, que de muito longe vêm cortando e dividindo as terras do recôncavo, e dão comodidade a grandes povoações, as quais pelas máquinas dos engenhos, casas dos lavradores, e dos que senhoreiam aquelas propriedades, ou vivem ao benefício delas, parecem vilas; sendo navegáveis e cursados de tantos barcos, que conduzindo mantimentos e todo o gênero de regalos à cidade,

se veem nas suas praias cada dia mais de oitocentos, sendo quase dois mil os que cursam a sua carreira, alguns tão possantes que carregam sessenta e mais caixas de açúcar, trezentos e mais rolos de tabaco.

5. O céu que o cobre é o mais alegre; os astros que o alumiam, os mais claros; o clima que lhe assiste o mais benévolo; os ares que o refrescam, os mais puros: as fontes que o fecundam, as mais cristalinas; os prados que o florescem, os mais amenos; as plantas aprazíveis, as árvores frondosas, os frutos saborosos, as estações temperadas. Deixe a memória o tempe de Tessália, os pênseis de Babilônia, e os jardins da Hespérides, porque este terreno em continuada primavera é o vergel do mundo, e se os antigos o alcançaram, com razão podiam pôr nele o terreal Paraíso, o Letes e os Campos Elísios, que das suas inclinações lisonjeados ou reverentes, às suas pátrias fantasiaram em outros lugares.

6. A cidade com prolongada forma se estende em uma grande planície elevada ao mar, que lhe fica ao poente, e ao nascente a campanha. Está eminente à dilatada povoação da marinha e aos repetidos portos donde se lhe sobe com pequena fadiga por capacíssimas ruas. Têm duas portas, uma ao sul, e ao norte outra, em cujo espaço estão os famosos templos de Nossa Senhora da Ajuda, o da Misericórdia, que tem a si unido o magnífico recolhimento de mulheres, a majestosa igreja matriz, à qual está próximo o grande palácio arquiepiscopal, a igreja nova de S. Pedro da Irmandade dos Clérigos, o templo, o colégio e aulas escolásticas e doutas dos religiosos da Companhia de Jesus e o suntuoso templo e convento de S. Francisco.

7. Em seis bairros se divide a cidade: o das Portas de S. Bento, o de Nossa Senhora da Ajuda, o da Praça, o do Terreiro, o de S. Francisco e o das Portas do Carmo, além dos outros que ficam extramuros, dos quais faremos menção. Duas praças lhe aumentam a formosura, a de Palácio, quadrada com cento e sessenta e dois pés geométricos por face e vinte e seis mil duzentos e quarenta e quatro de área. Na frente tem o majestoso paço onde residem os generais; na parte oposta a Casa da Moeda; ao lado direito as da Câmara e da Cadeia; e ao esquerdo a da Relação, e por seis formosas ruas se comunica a todas as partes da cidade.

8. A segunda praça, chamada Terreiro de Jesus, se prolonga com trezentos e cinquenta pés de comprimento e duzentos e vinte e oito de largura, formando uma área de setenta e nove mil e oitocentos. Tem no princípio a igreja do referido colégio dos padres da Companhia, de que tomou o nome, e por todas as partes vai acompanhada e enobrecida de suntuosos edifícios, de que lhe resulta agradável perspectiva e contínua frequência, por sete ruas se franqueia a todos os bairros; continua-se-lhe a grandíssima rua de S. Francisco, que lhe dá o nome e tem o seu convento na parte em que ela termina, sendo o fim do Terreiro de Jesus a em que principia. Tem trezentos e dez pés de comprimento e sessenta e quatro de largura, com dezenove mil e oitocentos e quarenta de área. É cercada por ambos os lados de casas nobres, iguais em altura e fábrica, entre as quais, de uma e outra parte, se entrepõem algumas formosas ruas.

9. A grandeza da cidade se lhe considera menos pelo âmbito que o seu circuito compreende, que pela distância em que além suas portas se dilatam, porque destas partes se forma o todo da sua extensão e formosura. Saindo pelas portas que tem ao sul, lhe fica o bairro de S. Bento, maior e mais aprazível que todos os outros; apelida-se do nome deste glorioso patriarca pelo suntuoso templo e convento que tem na entrada dele, fundados em um alto de pouca elevação e muita capacidade.

10. Vai continuando o bairro a principal rua até a igreja de S. Pedro, sua paróquia, donde prossegue o dilatado trânsito ao formoso hospício dos padres Capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade, e dali, com o mesmo povoado curso, até perto da fortaleza de S. Pedro. Por uma e outra parte deste grande distrito há muitas ruas, sendo célebre a que chamam Rua de Baixo, todas enobrecidas de formosas casas com vistas dilatadíssimas para o mar e para a terra, repetidos portos e saídas admiravelmente aprazíveis, todas da jurisdição da freguesia de S. Pedro, em a qual tem também assento para a parte do mar o magnífico convento dos religiosos de Santa Teresa de Jesus, e para a de terra as novas igrejas de Nossa Senhora da Barroquinha e da Lapa.

11. Das portas da cidade, que lhe ficam ao norte, se sai à nova paróquia de Nossa Senhora do Rosário, donde por largas e seguidas ruas, compostas de muitas casarias, se sobe ao Monte Carmelo, de que se ape-

lida este bairro, convento de Nossa Senhora do Carmo e de Santo Elias, e se continua o seu mesmo largo trânsito com a própria largura até a igreja paroquial de Santo Antônio, vigararia de grande distrito, em que está a fortaleza desta invocação, continuando a sua numerosa povoação em casas e moradores até além do sítio chamado o Rosário, quartel dos soldados que vêm nas naus de comboio. A jurisdição desta paróquia, por partes menos povoadas, se estende a muitos espaços do país, compreendendo a nova igreja da Soledade, o noviciado dos padres da Companhia, as ermidas da Boa Viagem de frades de S. Francisco, e de Monserrate de monges de S. Bento.

12. Para a parte do oriente lhe ficam os dois grandes e vistosos bairros da Palma e do Desterro, este enobrecido com a igreja paroquial de largo distrito e com o mosteiro das religiosas de Santa Clara, aquele com o hospício de Nossa Senhora da Palma de frades de Santo Agostinho, e a capela de Nossa Senhora do Rosário de um dos terços do presídio, ambos ornados de boas casas e habitados de muitos moradores, fregueses do pároco do Desterro.

13. Para o caso tem a marinha, que, apelidando-se bairro da Praia, se divide em duas paróquias, a de Nossa Senhora da Conceição e a do Pilar, ambas povoadas de inumeráveis moradores e ornadas de grandes edifícios, que guarnecem de um e outro lado a povoação, desde o lugar chamado Preguiça até o referido sítio, quartel dos soldados do reino; incluindo a primeira no seu distrito as igrejas do Corpo Santo e Santa Bárbara, as suntuosas casas de Alfândega e da Ribeira, e as que foram da Junta. As dos particulares em ambas são magníficas e mui elevadas; umas se fabricaram sobre o mar e outras encostadas aos penhascos da terra, abrindo-se neles por muitas partes, com grande artifício e despesa, repetidos trânsitos, para subir com mais brevidade a todas as da cidade; nesta se contam seis mil fogos e vinte e oito mil vizinhos capazes dos Sacramentos, qualificada nobreza e luzido povo.

14. É defendida de muitas fortalezas; tem na entrada da barra a de Santo Antônio, feita em forma de uma estrela irregular, com guaritas e um torreão no meio; a de Santa Maria, acrescentada para a parte da terra, em paralelogramo retângulo, com seus ângulos reentrantes em forma de estrela; a de S. Diogo, com um lanço de muralha em forma circular, que

defende a praia e porto de Santa Maria. Dentro da barra, pela estendida ribeira da sua grande enseada, se vão continuando a de S. Filipe e Santiago, que consta de um baluarte e dois lanços de cortina, fechada pela parte da Ribeira em que se fabricam as naus; a de S. Francisco, que é um grande baluarte, fundado sobre firmes lajes de pedra que ali tem o mar, e defende as naus que estão à carga; a de Monserrate com torreões, situada em uma ponta de terra que defende por uma parte, e por três o mar. No meio do seu dilatado golfo a de Nossa Senhora do Pópulo e S. Marcelo, que está como antemural de toda a marinha, hoje ampliada em maior circunferência de recinto, de terrapleno e de torreão, sendo o Santelmo da Bahia.

15. Para a parte da terra tem a majestosa fortaleza de S. Pedro, para impedir o trânsito ao inimigo que do rio Vermelho, sem penetrar a barra, intentar por terra a invasão da cidade, é feita em forma de um paralelogramo, com quatro baluartes; defende por duas partes a terra, e por uma baixa o mar. Esta força se tem acrescentado com muita despesa e arte, fazendo-se de novo as obras e defensas exteriores de cavas, estradas torcidas e cobertas, ramais, esplanadas e muralhas de parapeito, que vão terminar eminentes ao mar, em cujas fábricas se apuraram as linhas de Euclides, as máquinas de Vitrúvio e de Arquimedes. A fortaleza de Santo Antônio além do Carmo, do próprio feitio de um paralelogramo, com quatro baluartes, a qual defende as baixas e caminho da Água Branca, que vai buscando a praia e por um lanço está a fronteira ao mar.

16. Na parte do sítio que hoje se denomina a Soledade (invocação de uma nova igreja de Nossa Senhora, célebre santuário de milagres, que frequentam com repetidos votos todos os moradores da Bahia) está o forte do Barbalho, apelido de um cabo que no tempo da invasão dos holandeses levantara naquele lugar uma bateria ou reduto, agora posto em grandeza competente a defender o desembarque de qualquer inimigo, que o Tapagipe ou pela Praia Grande (onde saltam em terra os belgas na guerra da Bahia) a quiser invadir. Sobre as duas portas da cidade estão duas soberbas plataformas com dois baluartes cada uma.

17. Na praça de Palácio uma bateria de grossa muralha para a parte do mar; outra da mesma qualidade em Nossa Senhora da Conceição, na Ribeira das Naus. Em dois sítios pouco distantes da cidade se veem duas

magníficas e reais casas de pólvora; uma em que se fabrica, outra em que se guarda, e uma grande casa em que se recolhe o trem. Todas estas fortalezas, defensas e fábricas estão com a maior regularidade aperfeiçoadas pelos preceitos e regras da fortificação moderna, e guarnecidas de abundante número de artilheria grossa em peças de bronze e ferro de grande calibre.

18. Nos dilatados braços que vai estendendo o mar pelas povoações interiores do recôncavo, se acham muitos redutos em lugares próprios para as defender das invasões inimigas, que já experimentaram, sendo-lhes roubados e destruídos engenhos, fazendas e casas poderosas, com morte dos seus habitadores e danos consideráveis, por acharem aqueles lugares sem defensa. Outra fortaleza tem Itaparica (ilha ao poente da cidade), hoje acrescentada no mesmo lugar em que a fundaram aqueles inimigos holandeses quando tomaram esta ilha.

19. Dos últimos limites dela correndo e navegando a costa para o sul, está a importante fortaleza do Morro de S. Paulo, com baluartes e cortinas em forma regular, estância em que reside uma companhia paga, cujo capitão é o cabo que a governa. Serve de propugnáculo e defensa às vilas marítimas do Cairu, Camamu, Boipeba e à povoação do rio das Contas, que são os celeiros da Bahia, como o Egito o foi do povo romano e Sicília de toda a Europa, conduzindo-se daquelas vilas a maior parte da farinha que se gasta na cidade e no seu recôncavo. Guarnecem a cidade dois veteranos e valorosos terços de infanteria paga, outro de artilheiros e granadeiros destros; quatro regimentos de luzida infanteria da ordenança, um da corte com todas as companhias dos privilegiados e os três dos arrabaldes, fazendo em muitas ocasiões as mesmas operações da milícia paga.

20. Por terra a maior defensa que lhe pôs a natureza, em que ainda não teve exercício a arte, é um dilatadíssimo dique, êmulo dos de flandres, que, cortando os campos vizinhos à cidade, se lhe têm represadas as correntes, por lhe reprimir as inundações, das quais a querer valer-se em apertos de guerra, bastarão para a defender dos maiores exércitos e dos inimigos mais porfiados e intrépidos.

21. As campanhas do contorno da cidade se veem fabricadas com maravilhosas casas de campo e quintas de rendimento e recreio, abundantes de copados e frutíferos arvoredos, cultivadas de várias hortaliças,

em ervas e flores, que regam inumeráveis correntes cristalinas, formando este pênsil um formoso espetáculo aos olhos, e sendo emprego não só da vista, mas de todos os sentidos. A excessiva cópia de frutos e refrescos que delas se colhe provê com prodigalidade a todos os moradores e a quantas embarcações vêm à cidade e saem do seu porto, que deste gênero (o mais suspirado e apetecido no mar) como de todos os outros víveres vão com grandeza providas para longas viagens.

22. O seu recôncavo é tão culto e povoado, e se lhe descrevêramos as fábricas e lhe numerávamos os vizinhos, gastaríamos muitas páginas e não poucos algarismos; porém, reduzindo a sua narração a breves cláusulas e letras, diremos somente que existem nele cento e cinquenta engenhos, uns de água, outros de cavalos, fazendo cada ano e um por outro, quinze e dezesseis mil caixas de açúcar de muitas arrobas cada uma, além de inumeráveis feixes e caras. Há várias fazendas de canas, algumas tão grandes na extensão, e pela bondade do terreno tão fecundas, que rendem dois mil e dois mil e quinhentos pães, dos quais a metade fica aos senhores dos engenhos que as moem e beneficiam o açúcar. Muitas há inferiores, ou pelo tamanho, ou por ser menos legítima a terra de massapé em que as cultivam, e mais que tudo por lhes faltar o benefício e fábrica de escravos; porém não deixam de ser rendosas.

23. Há muitas casas de cozer os meles para os açúcares batidos, outras para os reduzir a aguardentes. Descobrem-se dilatados campos plantados de tabaco, vários sítios ocupados de mandioca outros cultos com pomares e jardins. De todos os gêneros de artífices há mestres e oficiais, de que aqueles moradores se servem, sem os mandar buscar à cidade. O número das pessoas que habitam o recôncavo, onde reside a maior parte da nobreza, os trabalhadores, os escravos que andam no serviço dos engenhos, das canas, das outras lavouras, e os que servem nas casas, excede o cômputo de cem mil almas de confissão, além dos que não são capazes dos sacramentos.

24. O comércio que lhe resulta dos seus preciosos gêneros e da frequência das embarcações dos portos do reino, das outras conquistas, e das mesmas províncias do Brasil, trocando umas por outras drogas, a faz uma feira de todas as mercadorias, um empório de todas as riquezas, e o

pudera ser de todas as grandezas do mundo, se os interesses de Estado e da monarquia lhe não impedira o tráfego e navegação com as nações estrangeiras, às quais se não falta com a hospitalidade, quando necessitadas de mantimentos, aguadas ou consertos, vêm as suas naus arribadas a este porto e a pedir o necessário para prosseguirem as suas viagens; mas proíbe-se aos moradores com penas gravíssimas e capitais o comprar-lhes os seus gêneros, ou vender-lhe os nossos; em tudo o mais pertencente ao apresto das suas embarcações, aguadas, refrescos e matalotagens, são cortês e amorosamente tratados e servidos.

25. Foi a igreja da Bahia ereta em catedral pelo pontífice Júlio III no ano de mil e quinhentos e cinquenta e um, e o seu primeiro bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, que chegou a ela no de mil e quinhentos e cinquenta e dois. Como este prelado veio a dar forma à sua diocese, trouxe treze capitulares, que continham cinco dignidades: deão, chantre, mestre-escola, arcediago e tesoureiro-mor; seis cônegos prebendados e dois meios prebendados, com seis capelães, um mestre das cerimônias e ouro da capela; e sendo naquele tempo tênues as rendas reais, tinham parcos ordenados; depois se lhes acrescentaram por ordem d'el-rei católico Filipe III em Castela e II em Portugal, no ano e mil e seiscentos e oito.

26. No de mil e setecentos e dezoito o sereníssimo senhor rei D. João V, que Deus guarde, com grandeza augusta e ânimo real lhos mandou dar em dobro, aumentando o número das cadeiras com três cônegos prebendados, doutoral, penitenciário e magistral; dois meios prebendados e dois capelães, mandando criar mais vinte igrejas paroquiais, de que carecia a nossa América pela sua grande extensão e pelos dilatados limites das vigararias, invencíveis à diligência dos párocos. Todos os referidos lugares têm ocupado sujeitos de nascimento claro, qualificados por virtudes e letras; e nos que de presente existem se acham as mesmas prerrogativas e qualidades.

27. No ano de mil e seiscentos e setenta e seis foi elevada a catedral em metropolitana por Inocêncio XI, sendo-lhes sufragâneos os bispados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Angola e S. Tomé, cujas ovelhas têm na superior instância recurso ao arcebispo da Bahia, como pastor maior de todo o rebanho. O primeiro foi D. Gaspar Barata de Mendonça, que por

seu procurador tomou posse no de mil e seiscentos e setenta e sete, e morreu sem vir ao seu arcebispado, sendo D. Fr. João de Madre de Deus o segundo na ordem da eleição, mas o primeiro que logrou no Brasil (posto que por poucos anos) esta sagrada dignidade, primaz da América portuguesa.

28. Na mesma cabeça do Estado foi introduzido no ano de mil e seiscentos e nove pelo referido rei Filipe o tribunal retíssimo da Relação, aula de Treboniano e crédito dos jurisconsultos, para o qual se agrava dos outros magistrados e se apela das sentenças dos ouvidores, juízes de fora e mais ministros que nesta e nas outras províncias têm lugares de justiça. Para ele vieram em todos os tempos, desde a sua ereção, ministros grandes, que, voltando para Portugal, ocuparam os maiores conselhos do reino e o supremo lugar das letras, onde se acham de presente alguns exercendo dignissimamente aqueles superiores empregos. Consta a Relação da Bahia de dez ministros: chanceler, cinco desembargadores de agravos, dois ouvidores-gerais, um do crime e outro do cível, um procurador da coroa e fazenda, e um juiz dos feitos dela. A alcaidaria-mor da cidade andou primeiro na família dos Monizes e de presente na dos Aragões, descendentes de Catarina e Diogo Álvares Correia.[7]

29. As vilas da província da Bahia compreendidas nas cinquenta léguas que se lhe deram por costa e sem limite pelo continente são: Nossa Senhora do Rosário, da Cachoeira; Nossa Senhora da Ajuda, de Jaguaripe; Santo Antônio, de João Amaro; S. Francisco, chamada do Sítio, e as novamente eretas, da Jacobina e de Maragogipe, que mandou fundar o vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, como diremos no seu felicíssimo governo; em todas se acham suntuosas igrejas paroquiais, ermidas devotas, boas casas de vivenda, trato e comércio de diferentes drogas, abundantes dos mantimentos do país e dos do reino, que a umas se conduzem por terra e a outras por mar, tendo qualquer delas mui dilatado distrito.

30. Deu el-rei D. João III à cidade da Bahia por armas, em campo verde, uma pomba branca com um ramo de oliveira no bico, circulada de uma orla de prata com estas letras de ouro: *Sic illa ad arcam reversa est*.[8] Estas armas se veem em ambas as portas da cidade, nas casas da Câmara, no seu pendão e nas varas dos seus cidadãos. A pomba é símbolo do amor, a oliveira sinal de serenidade, atributos que resplandeceram naquele prín-

cipe, e prerrogativas em que se esmeram estes vassalos para com os seus monarcas; pois nem as invasões dos inimigos, nem outras calamidades do tempo puderam diminuir a constância da sua fidelidade nas execuções da sua obediência, e por estas virtudes mereceram os prezados títulos que logra esta cidade, de muito nobre e sempre leal, e o seu Senado os privilégios todos que tem o da cidade do Porto. Perdoe-se ao autor o dilatar-se tanto na pintura da Bahia, por ser pátria sua, e não se ofenda o original de ficar tão pouco formoso no retrato.

31. Descrita esta província com preferência a todas, continuaremos a narração das outras, começando onde principia a nossa América portuguesa, e acabando onde termina. As duas grandíssimas províncias do Maranhão e do Grão-Pará, que pela extensão de quatrocentas léguas de costa e inumeráveis de país, formam o segundo Estado dos dois que compreende a nossa região, foram das últimas que se povoaram, sendo as primeiras onde se principia a demarcação da nossa América da banda do norte, separadas do governo-geral do Brasil e com pouca comunicação com as suas províncias, porque assim como o poder lhes aparta as jurisdições, as distâncias lhes dificultam o trato, sendo também os perigos daqueles portos e costas a causa de que poucas embarcações das outras partes do Brasil frequentem a sua navegação.

32. Quando o famoso Francisco Pizarro andava na conquista do reino do Peru, um dos seus capitães, chamado Francisco de Orellana, indo por ordem sua com alguma gente no descobrimento da terra, tanto a penetrou que se viu quase junto ao nascimento do rio Grão-Pará, e admirando-se de o ver tão estupendo, fez ali muitas embarcações das em que se costuma navegar por aquelas partes, e nelas com todas as pessoas que o acompanhavam, foi pelo rio abaixo, cuja furiosa corrente os houvera de soçobrar, se com grande trabalho e diligência não tomassem a terra, na qual desembarcando, acharam outro igual perigo na resistência de vários encontros dos gentios de nações diversas, sendo maior o da batalha que tiveram (como se afirma) com um exército de valorosas mulheres, que, armadas de grandes arcos e penetrantes setas, os acometeram; mas livrando com valor e fortuna, de todos estes combates, pôs Francisco de Orellana por esta causa ao Grão-Pará o nome de rio das Amazonas. Outras disseram também os exploradores do rio de S. Francisco, que havia nas suas campanhas, no que se

nos oferece ainda maior dúvida da que temos nas amazonas do Grão-Pará, que faz verdadeiras a grande autoridade do padre Cristóvão da Cunha[9], religioso da Companhia de Jesus, porque destas dá algum aparente testemunho o nome do rio, e daquelas não há mais que a vaga tradição.

33. Tornando a embarcar-se o capitão Francisco de Orellana com a sua gente, foi navegando tanto pelo rio abaixo, que chegou ao mar e aportou na ilha Margarita, que está em onze graus do norte, donde, fazendo embarcações mais capazes, navegou a Espanha, meditando voltar com poder maior a povoar este rio e o ir conquistando por ele acima; e preparadas no porto de S. Lucar, por ordem do imperador Carlos V, quatro naus, em que se embarcara com sua mulher e muita gente, tornou ao Grão-Pará, mas chegando à foz do rio, faleceu ali de enfermidade natural; e não parecendo à gente das naus poder sem ele continuar-se a empresa, voltaram para Espanha, donde se não intentou outra expedição, e depois foi povoada a província pela coroa lusitana (a que pertencia pela divisão das conquistas) apesar das oposições que em sua defensa fizeram os gentios que a possuíam, de muitas línguas e diferentes nações.

34. Está em altura de um grau e tomou o nome do seu estupendo rio, também chamado das Amazonas, em cujas margens tem vistoso assento a cidade de Nossa Senhora de Belém[10], sua capital, nobilissimamente edificada, e enobrecida de suntuosas igrejas, Matriz e Misericórdia, e dos grandes templos e conventos de Nossa Senhora do Carmo, das Mercês Redenção de Cativos, dos religiosos da Companhia, dos capuchos de Santo Antônio, da capela do Santo Cristo, que é dos soldados, e das magníficas casas dos moradores, uma cidadela, a fortaleza de Nossa Senhora das Mercês e a da Boca da Barra sobre o rio, com muita e boa artilheria de peças de bronze e ferro de grande calibre. Tem quatro companhias pagas de presídio, com sargento-mor e capitão-mor, numeroso povo que consta de quase quatro mil vizinhos, os mais deles ricos, e luzidos todos.

35. É o seu porto capaz de navios grandes, os quais em suficiente número todos os anos vão do reino a buscar os seus preciosos gêneros, cacau, baunilha, cravo, salsaparrilha, urucu e as estimadas madeiras conduru, violete, burapenimá, que têm ondas compostas como por regras; e de umiri, cujo tronco destila um óleo mais fragrante que o do bálsamo, e a casca

é tão suave queimada que serve de simples pastilha, para os perfumes admirável; e a carregar o fino açúcar que se lavra em mais de trinta engenhos do seu recôncavo, de cujo dilatadíssimo distrito vão (entre outros muitos) sepultar as suas águas no das Amazonas cinco famosos rios, o Xingu, o rio Negro, o Tapajós, o Cambeas e o Solimões, todos abundantes de peixe, e o mar de tartarugas e de outros muitos pescados, entre os quais é de maior estimação o peixe-boi. Umas e outras ribeiras cheias de caças voláteis quadrúpedes, das quais há cópia imensa por todos aqueles sertões.

36. Em distância da cidade quatorze léguas marítimas se vê na desmedida boca do rio das Amazonas uma dilatada língua de terra, que tem noventa de comprimento, retalhada em muitas ilhas, das quais a maior é a dos Joanes; há nela uma igreja como freguesia, que administram os religiosos de S. Francisco, servindo de párocos; é povoada de muita gente, com presídio de soldados, uma guarita e artilheria; fecunda na criação dos gados, maior e menor; pródigas as suas ribeiras de pescados e mariscos. É título de baronia, que se concedeu a Antônio de Sousa de Macedo e permanece nos seus descendentes[11]. Em pouca distância da cidade está a ilha das Pacas, e mais ou menos vizinhas as outras inumeráveis que jazem por aquele arquipélago. No distrito desta capitania há outra que chama Caeté, com uma vila do mesmo nome, capitão-mor, ordenanças, igrejas e uma residência dos padres da Companhia; é da casa dos porteiros-mores de sua majestade.

37. Há outra vila intitulada S. Jorge dos Álamos, que foi de Jorge Gomes Álamo, em um sítio que chamam a Vigia; a sua matiz é a da invocação de Nossa Senhora de Nazaré. Tem uma fortaleza em forma regular, com boa e grossa artilheria; quase légua e meia distante da cidade, em uma fazenda que foi de um morador poderoso, há um hospício dos religiosos da Piedade. Em distância quarenta léguas da cidade fica a vila do Camutá[12], senhorio da casa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, junto ao igarapé do Limoeiro, que é o caminho, ou estreito, por onde se faz a navegação para o rio das Amazonas, e onde está a fortaleza do Gurupá, em que registram as embarcações que vão para aquele rio; tem bom presídio, muita e grossa artilheria e outro hospício dos religiosos da Piedade. Pelo rio acima estão as fortalezas do Paru, do Tapajós e o forte do rio Negro, todos fabricados com grandeza e regularidade.

38. O último termo da jurisdição desta província é o que chamam Cabo do Norte, em que estão a fortaleza do Cumaú, na foz do rio, o forte do Araguaris, a fortaleza do Comaú, fronteira à de Caiena, que é dos franceses, os quais no ano de mil e seiscentos e noventa e oito tomaram a nossa fortaleza do Paru; mas indo contra eles Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que então era governador e capitão-geral do Estado do Maranhão, a tornou a restaurar com estrago dos franceses, que deixaram encravada a nossa artilheria, retirando-se bem castigados do nosso ferro, e saindo-lhes cara a sua ousadia[13]. As vilas que pertencem a esta província, são as três acima referidas, Caeté, S. Jorge dos Álamos, Camutá e as ilhas também declaradas dos Joanes, das Pacas e as mais que lhe ficam fronteiras naquele portentoso rio das Amazonas; há nesta amplíssima província ouvidor da profissão literária[14].

39. Foi a igreja do Grão-Pará sujeita à do Maranhão desde que esta foi ereta em catedral no ano de mil e seiscentos e setenta e seis pelo sumo pontífice Inocêncio XI; e querendo depois o sereníssimo senhor rei D. Pedro II fazer também catedral a do Pará, nomeou por bispo dela a D. Fr. Manuel da Natividade, provincial que fora dos religiosos capuchos de Santo Antônio do Curral; mas impugnando esta separação D. Gregório dos Anjos, bispo do Maranhão, duraram as dúvidas que representou tantos anos, que neles morreram ambos os contendores; porém de próximo, no ano de mil e setecentos e vinte, a fez catedral o papa Clemente XI, a instância do sereníssimo senhor rei D. João V, que foi servido nomear bispo dela a D. Fr. Bartolomeu do Pilar[15] religioso do Carmo, que é o primeiro do Grão-Pará, para onde se embarcou no ano de mil e setecentos e vinte e dois.

40. Luís de Melo da Silva, filho segundo de Manuel de Melo, alcaide-mor de Elvas, navegando voluntariamente em uma embarcação própria com gente à sua custa, como aventureiro no descobrimento das costas e portos do Brasil, chegou ao de Pernambuco, e intentando passar adiante, desgarrou por ele abaixo, levado da força dos ventos e da correnteza das águas, e foi entrar no rio Maranhão; desembarcou na ilha, à qual pôs o nome de S. Luís, continuou a navegação para o rio das Amazonas, e tanto se agradou de ambos e das notícias que na ilha Margarita achara em alguns soldados de Francisco de Orellana, que nela se deixaram ficar, e lhe

seguraram muitos haveres, se pelos rios acima os penetrasse, que se resolveu a voltar para Portugal, para tomar com maior poder a esta empresa.

41. Alcançou licença d'el-rei D. João III, e partindo de Lisboa com três naus e duas caravelas, se perderam umas e outras nos baixos do Maranhão, saindo Luís de Melo da Silva com algumas pessoas que se puderam salvar nos batéis, os quais os levaram às Antilhas, donde passaram a Portugal, e Luís de Melo foi empregado no serviço da Índia, donde, tendo obrado ações heroicas, voltava para o reino em o galeão *S. Francisco* que se perdeu sem se saber onde naufragara.

42. Pouco tempo depois foi ocupada a ilha de S. Luís por Aires da Cunha, quando naqueles baixos se perdera a maior parte da sua armada; também a habitaram os filhos de João de Barros, quando iam a povoar a capitania da Paraíba, que el-rei D. João III dera a seu pai, e naufragaram as suas naus nas costas do Maranhão, salvando-se eles com alguma gente nesta ilha, onde estiveram até voltarem para Portugal; e ultimamente foi povoada por ordem do governador e capitão-geral do Brasil, Gaspar de Sousa, mandando-a restaurar por Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura, do poder dos franceses, que em três naus em que andavam buscando as presas das Índias, derrotados de uma tormenta, haviam aportado a ela, e depois de a possuírem alguns anos, foram expulsos[16].

43. Em dois graus jaz a província do Maranhão, a sua cabeça e de todo aquele estado, que compreende ao Grão-Pará e a ilha de S. Luís. A cidade, fundada pouco eminente ao mar, se intitula com o mesmo nome, sendo inferior no circuito à de Nossa Senhora de Belém do Pará; mas igual na magnificência, e suntuosidade das igrejas, catedral, misericórdia, conventos dos religiosos capuchos de Santo Antônio, que foram os primeiros que nela edificaram, dos de Nossa Senhora do Carmo, dos padres da Companhia de Jesus, dos de Nossa Senhora das Mercês Redenção dos Cativos, o templo de S. João, que é dos soldados, a ermida de Nossa Senhora do Desterro, posto que nas moradas dos seus habitadores menos soberba que a do Grão-Pará, terá três mil vizinhos de suposição e cabedais. Tem governador e capitão-geral, que no ano reside seis meses em uma e seis na outra província; muitas companhias de presídio com sargento-mor e sargento-mor da praça, ouvidor-geral da profissão literária, do qual se apela para a Casa da Suplicação de Lisboa.

44. Todos estes edifícios estão dentro da ilha, que tem quase nove léguas de comprimento e vinte e seis em circuito, regada de quinze formosos e fecundos rios chamados Cuti, Anil, Cuti-mirim, Maioba, S. João, Anadimba, Tapariaçu, Jaguarema, Araçagi, Cumbico, Guarapiranga, Batuba, Cachorro, Bacanga, Juçara, que em fertilidade lhe pagam as porções de terra que lhe ocupam. Está fundada a cidade poucos passos eminentes ao mar, porém na sua ribeira. Tem uma fortaleza na praia junto à Misericórdia, outra onde chamam a Ponta da Areia, ao entrar da barra, e um forte no porto. Três quartos de légua da cidade está uma ermida de S. Marcos, onde há uma estância com artilheria para avisar dos navios que vão para o Maranhão, informando do número das embarcações pelo dos tiros. Tem a fortaleza de S. Filipe por um lado fronteira à cidade, correndo entre ela e a fortaleza um formoso rio. No continente a fortaleza de Santo Antônio, na boca do rio Itapaém dois fortes, um em Vatronado, outro em Icatu, o forte no Ilhéu do Periá, que é registro do Ceará, e o forte de vila Nova de Santo Antônio de Alcântara. Estas são as forças que há na ilha e na terra firme do Maranhão, todas regularmente fabricadas com muita artilheria de ferro e bronze, bons cabos e oficiais.

45. O intervalo, que há entre a ilha e o continente, é um breve espaço de mar, pelo qual nas vazantes se passa sem embarcações para a terra firme. Nela defronte da cidade, três léguas de distância está o distrito da Tapuitapera com a vila de Santo Antônio de Cumá, cabeça do senhorio da casa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, com boa igreja matriz, dois conventos, um de Nossa Senhora do Carmo, outro de Nossa Senhora das Mercês, e pouco apartada da povoação uma residência dos religiosos da Companhia. Há mais duas vilas, uma da invocação Santa Maria, outra Santo Antônio de Alcântara, ambas habitadas e defendidas contra o furor dos gentios, que repetidas vezes dá sobre aquele recôncavo, destruindo as lavouras e engenhos, dos quais tendo havido muitos, por esta causa permanecem poucos à custa da vida dos moradores, porque aqueles bárbaros habitadores, o estupendo distrito do Maranhão, são entre todos os gentios do Brasil, os que mais existem a sua indignação ou na sua liberdade, parecendo impossível sujeitá-los ou reduzi-los à paz como nas outras províncias.

46. As embarcações, que vão de Portugal para aquele Estado, em respeito da viagem, tomam primeiro o porto do Maranhão, onde deixam as fazendas que levam para aquela província, carregando entre outros gêneros a imensa cópia de algodão que ela produz, droga em que excede a muitas províncias da Ásia, e o levam tecido em peças para algumas obras, e em novelos para pavios. Carregam muito cravo, com a diferença que temos mostrado na sua forma, mas com o próprio efeito do das Molucas, produzindo-os estas duas províncias por ficarem quase entre o mesmo paralelo daquelas ilhas.

47. Foi à cidade de S. Luís do Maranhão ereta em catedral pelo pontífice Inocêncio XI, no ano de mil e seiscentos e setenta e seis e o seu primeiro bispo D. Fr. Antônio de Santa Maria, religioso capucho de Santo Antônio, mas não chegou a ir àquela igreja, por ser promovido à dignidade de bispo deão da capela, e depois à de bispo de Miranda. O segundo na ordem, mas o primeiro que passou àquele Estado foi D. Gregório dos Anjos, religioso de Santo Elói, também promovido a esta mitra da de Coxim em que estava eleito. Ambas as catedrais do Maranhão e Pará são sufragâneas ao arcebispado de Lisboa ocidental.

48. A província do Ceará, que, pela sua extensão grandíssima, confina com a do Maranhão, está em altura de três graus; tem um pequeno forte com pouca guarnição de infantaria paga, que defende a povoação, na qual há pouco mais de trezentos moradores, e logra de cidade só o privilégio; em tão dilatada costa de mar não tem porto capaz de navios; e posto que por este defeito carece de comércio, que faz opulentas as cidades, em compensação daquela falta, existe segura de ser invadida por inimigos estranhos, e assim só contra os naturais opõem a sua defensa competente à porfia e barbaridade dos gentios que habitam o seu larguíssimo continente e distrito, em que há três vilas, Santiago, Ceará-mirim e Camocipe, pelas quais estão divididos mais de duzentos vizinhos[17] tem a cidade capitão-mor que governa toda a província, com sargento-mor e outros cabos.

49. É a mais áspera e inútil do Brasil, só abundante de muitas salinas e cópia grande do melhor pau violete, que produz esta região, posto que para desempenho da esterilidade dos outros gêneros, de que a não fecundara a natureza, lhe lançou o mar quantidade de âmbar-gris por toda

aquela grandíssima costa, do mais fino que sai pelas outras da nossa América, e em maior abundância; acontecendo trazerem-no em muito número de arrobas os gentios, a trocar por qualquer droga com os portugueses, e colhendo-o também eles na mesma quantidade e perfeição. Para a parte do norte tem uma enseada a que chamam Titoia, a qual penetrando grandíssimo espaço o continente, acompanhada por ambos os lados de espessos mangues, com produção imensa de mariscos, vai descobrindo fertilíssimos campos, e hoje se acha com maior número de habitadores, que a cidade. Vinte léguas para o Rio Grande tem pelo sertão uma formosa povoação com o nome do rio Jaguaribe, que por ela passa, o qual seis léguas para o mar faz uma barra suficiente a embarcações pequenas, que vão a carregar carnes de que abunda com excesso aquele país. Este lugar erigiu em vila o doutor José Mendes Machado, que foi criar a ouvidoria-geral daquela província no ano passado de mil e setecentos e vinte e três, e por ver que a enseada dos Zaquirás, distante dez léguas da cidade para o sul era capaz de oito navios de alto bordo, fundou ali outra vila chamada dos Zaquirás por ordem real, que levara para as erigir onde fossem convenientes.

50. Em cinco graus está situada a província do Rio Grande que lhe deu o nome. É a sua cabeça a cidade do Natal de mediana grandeza e habitação, com matriz suntuosa e boas igrejas.[18] Está fundada meia légua distante do seu porto, capaz de todo o gênero de embarcações, em cuja entrada tem a fortaleza dos Santos Reis das mais capazes do Brasil em sítio, firmeza, regularidade e artilharia, edificada sobre uma penha de grandeza desmedida com quatro torreões. Há na cidade capitão-mor que a governa, sargento-mor e outros cabos, com bom presídio; abunda de todos os mantimentos necessários para o sustento de um povo maior que o de que ela consta, pois não passa de quinhentos vizinhos.

51. O seu rio traz origem de uma lagoa de vinte léguas de circunferência, no qual se acham pérolas das melhores que se têm colhido no Brasil. O seu recôncavo dialatadíssimo teve mais engenhos dos que hoje permanecem, pelas ruínas que lhe têm causado os gentios daquele vasto distrito, que são dos mais ferozes e bárbaros, e costuma repetidas vezes destruir as fábricas e lavouras dos moradores; tem na sua jurisdição a vila de Parandibe, suficientemente povoada e defendida. Nove léguas ao sul lhe ficam o rio Conhaú, do qual toma o nome uma povoação de seiscentos vizinhos.

52. Naufragando uma embarcação, que navegava para as conquistas do Norte, e salvando-se Nicolau de Resende[19] com trinta companheiros nesta do Rio Grande, quiseram penetrar mais o interior daquela província, buscando trânsito por terra para as outras do Brasil. Na diligência (sendo-lhes então favoráveis os gentios), descobriram outra lagoa incomparavelmente maior que a primeira em comprimento e largura, porque caminhando muitos dias pelas suas ribeiras, não chegaram a ver-lhe o fim, atentos a voltarem à sua jornada. Nesta lagoa lhes disseram os gentios se criavam em mais quantidade pérolas que na outra, e lhes mostraram e deram algumas perfeitíssimas e grandes. Tudo depôs Nicolau de Resende em um tratado que fez do seu naufrágio e deste descobrimento. É esta província título de condado do ilustríssimo Lopo Furtado de Mendonça, primeiro conde do Rio Grande[20]. Ambas foram povoadas por ordem real, e a sua conquista nos deu grande trabalho, pela ferocidade com que nos resistiam os gentios da nação dos tapuias que as possuíam.

53. A província da Paraíba deu el-rei D. João III ao nosso famoso historiador português João de Barros[21], que a mandou povoar por dois filhos com muita despesa de gente e naus, das quais se perderam quase todas, salvando-se algumas pessoas no Maranhão, onde as levaram as águas. Esta desgraça lhe impossibilitou o prosseguir à empresa daquela conquista, que se fizeram muitos anos depois, mandando o cardeal rei D. Henrique povoá-la por Frutuoso Barbosa, o qual teve nos princípios infaustos sucessos pela oposição que lhe fizeram os gentios que a possuíam, de nação potiguares, auxiliados pelos franceses, cujas naus iam sempre a carregar o pau das tintas a troco dos gêneros que lhes levavam, conservando-se em recíproca amizade.

54. Está em altura de seis graus e dois terços. A sua capital é a cidade de Nossa Senhora das Neves, edificada em uma grande planície distante do mar e perto do rio Paraíba que dá o nome a toda a província, e faz um porto, a que chamam Varadouro, onde estão a alfândega e os trapiches de recolher os açúcares. Três léguas pelo rio abaixo lhe fica a barra, com a fortaleza do Cabedelo, intitulada Santa Catarina, fábrica grande, suntuosa e em sumo grau regular, em forma de um pentágono com baluarte, capaz de ser guarnecida por oitocentos homens; defende rio, no qual por ele acima vão os navios menores ao porto do Varadouro despachar, descarregar,

e receber os açúcares e gêneros que levam para o reino, ficando os maiores na barra, onde em barcos se lhes conduz a carga. Todos os anos vão àquele porto seis e oito naus a buscar o açúcar, que é o melhor de todo o que se faz nas províncias de Pernambuco, e se fabrica em vinte e um engenhos, que há no recôncavo da Paraíba, todos grandes, bem fabricados e muito rendosos; abundando aquele grandíssimo distrito de todo o necessário para o sustento e regalo de copioso número de habitadores.

55. A cidade é grande, tem suntuosa matriz, casa magnífica da Misericórdia, quatro perfeitos conventos, o dos religiosos da Companhia de Jesus, o de Nossa Senhora do Carmo de religiosos reformados, o de S. Bento e o de S. Francisco, e uma igreja de Nossa Senhora do Rosário; mais de mil vizinhos, muita nobreza, povo luzido e comércio grande. Há nela de presídio duas companhias pagas, além de outra, que guarnecem a fortaleza, sargento-mor, cabos e oficiais, e nos seus distritos alguns coronéis e ordenanças. É governada a província por um capitão-mor com o título de governador, que reside na cidade. Este lugar tem ocupado pessoas de suposição e serviços, que a ele passaram de grandes postos; e muito deste governo foram ao do Estado do Maranhão e a outras ocupações militares de reputação, para as quais foi sempre degrau competente o governo da Paraíba.

56. Vinte e cinco léguas distantes, em altura de sete graus, está a ilha de Itamaracá, cabeça da capitania deste nome, que não tem por costa mais que as sete léguas de que consta o comprimento da ilha, sendo no continente tão dilatada como as outras províncias. Na barra que lhe faz o rio, chamado dos Marcos, quando entra no mar, está o forte de Santa Cruz[22], é de forma regular, com quatro baluartes, que defendem a barra e o porto; tem boa artilharia e uma companhia de guarnição. A vila, que se intitula Nossa Senhora da Conceição[23], é edificada sobre um monte com grande igreja matriz, duas companhias de presídio. Há nela duzentos vizinhos, e em toda a ilha três grandes engenhos de açúcar. Por todo o terreno do seu circuito se veem continuadas muitas fazendas e lavouras, vistosas casas de campo e recreio, que a fazem aprazível, com todos os mantimentos e víveres de que pode carecer a maior povoação.

57. Na terra firme de sua jurisdição tem a vila de Goiana, fundada em uma dilatada planície pelas ribeiras do famoso rio Capiberibe, com igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário, um convento de Nossa Senhora do Carmo dos religiosos da reforma, duas perfeitíssimas capelas, quatrocentos vizinhos, grande comércio e abundância da maior parte dos gêneros do Brasil. Nela residem o capitão-mor e as justiças de toda a capitania, em cujo distrito há mais três freguesias, a do Tejucupapo, a da Taquara, e o curato de Nossa Senhora do Desterro. Fundou esta capitania Pero Lopes de Sousa, que tendo corrido as alturas e portos da nossa América, e nela alcançado d'el-rei D. João III cinquenta léguas por costa, as não tomou juntas, senão divididas, escolhendo as sete que compreende a distância marítima desta ilha, com toda a extensão das outras pelo sertão, e as mais situou para a parte do sul; entrou esta capitania por sucessão feminina em a grande casa dos marqueses de Cascais. Também estava possuída dos gentios potiguares, com quem Pero Lopes de Sousa teve muitas pelejas, em que os vencera.

58. A província de Pernambuco, em oito graus e um quarto da equinocial, se dilata sessenta e cinco léguas pela costa, e sem termo pelo continente. Será sempre memorável, porque chegando à maior opulência, a contínua variação do tempo e da fortuna a fez ainda mais célebre pelos estragos que pela grandeza conservando nas suas ruínas os padrões da sua fidelidade e do seu valor. É a sua cabeça a cidade de Olinda, primeira vila deste nome, e de Marim; está fundada em sítio alto, vizinho ao mar, e por todas as qualidades delicioso, com muitas perenes fontes e poços fecundos; tem suntuosos edifícios, a Sé, a Misericórdia com um hospital magnífico, os conventos dos padres da Companhia de Jesus, de Nossa Senhora do Carmo da Observância, de S. Bento, o recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de mulheres principais, a freguesia de S. Pedro Mártir, as igrejas de Nossa Senhora do Rosário, de Guadalupe, de S. Sebastião, de S. João, que é confraria dos soldados, a de Monserrate da administração dos monges de S. Bento, suntuoso palácio dos governadores e nobres casas dos moradores, os quais, sendo em outro tempo inumeráveis, hoje não excedem de três mil vizinhos; tem de presídio dois terços de infantaria paga, dos quais um assiste na vila do Recife.

59. A um lado da cidade tem famoso trânsito o rio Beberibe, de água cristalina e grossa corrente, fazendo junto a ela um porto, que chamam Varadouro. Pelo rio acima em distância de quase meia légua, lhe entrava água salgada, mas aqueles moradores, mandando ali fabricar uma dilatada e formosa ponte com vinte e quatro bicas, conseguiram trazer por cima do mar o rio. Do Alfeu se finge que por debaixo das ondas sai na fonte Aretusa com as suas águas intactas; mas do Beberibe se verifica que sobre o mar leva puras as suas águas a estas bicas, lá a milagres do amor, cá a primores da arte; sendo admirável concurso de dois contrários efeitos, está a um tempo nadando na água salgada e tomando a doce. Em cima desta ponte, para a parte de Olinda, está fundada sobre arcos uma formosa casa de recreio, aonde se vai admirar aquele portento e a consonância daquelas correntes, que pelo registo e compasso das bicas fazem uma suave e vistosa harmonia aos olhos e aos ouvidos. No fim dela, a um lado para a parte do sul, está o convento dos religiosos de Santa Teresa de Jesus, em lugar tão retirado quanto ameno.

60. Do porto do Varadouro por este rio abaixo, uma légua de distância da cidade, continuando por um estreito istmo de areia entre o rio e o mar, está a vila de Santo Antônio do Recife, situada em um espaço de terreno que por largura de cem braças separa uma e outra corrente; no porto desta vila têm abrigo as naus, e nele descarregam. Pela parte do norte a fecham umas grandes portas, formando por cima uma boa plataforma com artilharia, que defende o mar e o rio, e uma capela chamada o Bom Jesus das Portas; embaixo assiste de guarnição uma companhia.

61. São magníficos os edifícios, a matriz, de invocação Corpo Santo, o oratório de S. Filipe Néri, a igreja de Nossa Senhora do Pilar, da qual são administradores os descendentes do provedor João do Rego Barros, que a edificou; grandes casas dos moradores adornam esta povoação. No fim dela, para o sul, lhe fica a outra porção, que chamam Banda de Santo Antônio e cidade Mauriceia, pela corte e magnífico palácio que nela fez Maurício, conde de Nassau; e ambas estas partes compõem a grandeza daquela vila. A natureza as dividiu por um lagamar, que faz o rio Capiberibe e outros mais que ali se juntam; porém a arte as uniu com uma dilatada espaçosa ponte, principiada pelos holandeses e acabada pelos pernambucanos. Nela está uma companhia para obviar os tumultos que pode haver no trânsito.

62. Esta porção da vila do Recife é mais vistosa que a outra, e fica em mais planície, tendo pela parte do norte o referido lago, pela do sul o rio Capiberibe, que a acerca, e pelo mar o rio Jequiá, que nele desemboca por um passo, que chamam Merca Tudo. Tem estupendas fábricas, majestosos templos, e conventos dos padres da Companhia, dos religiosos capuchos, dos da reforma do Carmo, dos Barbônios de Nossa Senhora da Penha de França, as igrejas de Nossa Senhora do Paraíso, em que há um hospital ereto por D. João de Sousa, de que são administradores os seus herdeiros[24], as de Nossa Senhora do Livramento e do Rosário, onde há sacrário, com um coadjutor; em ambas estas partes do Recife há sete mil vizinhos.

63. Desta povoação se sai à terra firme por duas dilatadas pontes, que atravessam os referidos rios e dão passo para todas as partes daquela província. Uma se chama da Boavista, da qual se passa para outra nova povoação principiada há poucos anos, mas já populosa, de grande recreação, muitos jardins, fontes cristalinas, regaladas frutas, saborosos pescados e mariscos; tem as igrejas de Nossa Senhora da Conceição, da Soledade, de Santo Amaro, de S. Gonçalo, em que assiste uma cura; há neste lugar dois mil vizinhos. A outra ponte se chama dos Afogados, pela qual se sai para as outras freguesias e partes daquela província. Expulsos da enseada do Rio de Janeiro os franceses pelo governador e capitão-geral Mendo de Sá, foram em quatro naus parar em Pernambuco, e se apoderaram do Recife (em que até aquele tempo habitavam só pescadores e alguns homens de negócio) com tenção de se conservarem nele; porém acudindo de Olinda o governador com numerosa gente, os combateu tão rijamente, que depois de alguma resistência foram compelidos a largar o lugar, e se embarcaram, deixando em uma pedra gravada esta sentença no seu idioma: Le monde va de pis en pis[25].

64. Tem o seu recôncavo a freguesia do cabo de Santo Agostinho, sete léguas distante da cidade. É um promontório, com que se destacando do seu continente a terra, mostra que pretendera conquistar o mar, invadindo-lhe as ondas por muito espaço de léguas. As outras, que compreende a capitania, é a Muribeca, Santo Amaro de Jaboatão, a Virgem, Nossa Senhora da Luz, o curato da Mata de Santo Antão, S. Lourenço, e a Ipojuca, onde os religiosos franciscanos têm outro convento; em todas há grandes povoações, cento e trinta engenhos de açúcar; outras igrejas tem

mais distantes, Nossa Senhora dos Prazeres nos Guararapes, de administração dos religiosos de S. Bento, e Nossa Senhora de Nazaré, onde os do Carmo têm hospício, em cuja marinha está a fortaleza chamada Tamandaré.

65. Defende a cidade de Olinda, vila do Recife, todas aquelas barras e praias do mar e dos rios vizinhos e distantes, muitas fortalezas; a de S. João Batista do Brum, fundada em uma praia em paralelogramo, com dois baluartes inteiros da parte do rio Beberibe e dois meios baluartes para a da vila do Recife e cidade de Olinda, e da parte da barra em linha reta, defende a barra e o poço onde ancoram os navios, tem grossa e muita artilharia de bronze em peças de grande calibre. O Forte do Mar, fabricado em ângulo, na ponta de um recife fronteiro à fortaleza do Brum, defende o poço e o porto com boa artilharia. A fortaleza da Madre de Deus e S. Pedro é feita em forma de um semicírculo pela parte do mar, e pela da terra tem dois meios baluartes e uma cortina com muita e grande artilharia em peças só de bronze; defende o porto e a praia das Cinco Pontes. O forte das Cinco Pontes é em forma quadrada com quatro baluartes: defende a Barretinha, a praia, parte do porto e a campanha dos Afogados.

66. O forte dos Afogados é de quatro baluartes: defende o rio do seu nome e toda a campanha que lhe fica em roda. A fortaleza de Santa Cruz e de Santo Inácio no porto de Tamandaré, distante vinte e cinco léguas, é um quadrado regular com quatro baluartes: defende o seu porto (que é capacíssimo de muitas naus) e a barra; tem muitas peças de artilheria de bronze e uma companhia de guarnição. A fortaleza de Nossa Senhora de Nazaré, no cabo de Santo Agostinho, contém duas baterias, uma superior, outra inferior, mas ambas iguais na forma e guarnição do mesmo número de peças de artilheria de bronze, que defendem a barra e porto; tem um cabo de confiança e uma esquadra de soldados.

67. É o país de Pernambuco dos mais abundantes, amenos e ricos do Brasil. Os seus engenhos dão o mais fino açúcar, as suas matas as mais preciosas madeiras, o seu terreno os mais deliciosos frutos. Criam os seus campos todos os gêneros de gado e de caças admiráveis; os seus mares e rios, os mais regalados pescados e mariscos. Acha-se no seu clima o temperamento mais saudável, as árvores, plantas e frutas naturais, cultas e silvestres mais saborosas, e algumas estrangeiras no mesmo grau perfeitas.

Há nas suas famílias qualificada nobreza. Enfim, é um compêndio de tudo o que pode fazer grande um reino. A sua igreja foi ereta em catedral pelo pontífice Inocêncio XI, no ano de mil e seiscentos e setenta e seis[26], e o se primeiro bispo D. Estêvão Brioso de Figueiredo, vigário-geral que fora do arcebispado de Lisboa.

68. Além das referidas freguesias e povoações que compreende esta província, são da sua larguísssima jurisdição a vila dos Santos Cosme e Damião, chamada Igaraçu, muito aprazível e a primeira que nela se fundou; a de Serinhaém, intitulada Vila Formosa; a do Porto do Calvo, que tem muitos engenhos e claríssimas famílias; a das Alagoas do Norte, a de Santo Antônio, para a parte do Rio Grande; a notável povoação de S. Miguel, a das Alagoas do Sul, e a vila do Penedo no rio de S. Francisco, que é a baliza desta província pela parte do sul, como pela do norte a ilha de Itamaracá.

69. Deu esta capitania el-rei D. João III a Duarte Coelho Pereira[27], filho terceiro de Gonçalo Pires Coelho, senhor de Filgueiras, por grandes serviços que na Índia lhe fizera: com os cabedais que nela adquiriu, juntou muitas naus, gente e tudo o preciso para a conquista e povoação daquela dilatadíssima província, para a qual se embarcou com a sua casa, muitos parentes e famílias nobilíssimas. Desembarcado, achou tão rija oposição e porfia nos gentios da nação dos caetés, que dominavam todo aquele distrito até o rio de S. Francisco (assistidos de alguns franceses) que lhe foi necessário ir ganhando a palmos o que se lhe concedera a léguas, saindo ferido de uma das repetidas batalhas que aos bárbaros dera. Foi fazendo várias fundações, conquistando dilatado terreno; e convidados da sua franqueza e da fertilidade do país muitos sujeitos do reino, de distinção e qualidade, foram em vários tempos habitar em Pernambuco, onde procriaram nobilíssimos descendentes, em cujo valor e generosidade consistiu depois a liberdade da pátria.

70. A Duarte Coelho Pereira sucedeu seu filho e companheiro naquela empresa Duarte de Albuquerque Coelho, que continuou a conquista, aumentando-a com tantas povoações, fábricas e lavouras, que fizeram o maior donatário do Brasil; e passando com a sua casa para Portugal, deixou por governador de Pernambuco a seu tio Jerônimo de Albuquer-

que, o qual governou muitos anos aquela província, onde morreu, e deixou grande número de filhos naturais; porém de sua esposa D. Filipa de Melo, filha de Cristóvão de Melo, teve a D. Catarina de Albuquerque e Melo que casou com Filipe Cavalcanti, fidalgo de Florença e dos mais esclarecidos daquela antiquíssima república, que então passara do governo aristocrático ao monárquico. De Filipe Cavalcanti e de D. Catarina de Albuquerque e Melo descendem os Cavalcantis de Pernambuco[28].

71. Duarte de Albuquerque Coelho, segundo donatário, não teve filhos; sucedeu-lhe seu irmão Jorge de Albuquerque Coelho, e foi terceiro donatário. Acompanhou a el-rei D. Sebastião na infeliz batalha de Alcácer, e lhe deu o seu cavalo, dizendo-lhe, que para o salvar naquela ocasião lhe negara em outras, e ficou cativo com nove feridas. Seu filho Duarte Coelho de Albuquerque foi quarto donatário; quando os holandeses tomaram a sua capitania, veio a ela tão esplendidamente tratado e com tão grande comitiva, que entre criados e familiares, sustentava trezentos homens. Casou com D. Joana de Castro, filha de D. Diogo de Castro, vice-rei de Portugal e o conde de Basto, cuja casa herdou, por falta de seu irmão D. Lourenço Pires de Castro, que morrera em Catalunha. Teve Duarte Coelho de Albuquerque a Jorge de Albuquerque Coelho e a D. Maria de Albuquerque e Castro, a qual, por ficarem seu pai e irmão em Castela, herdou o senhorio de Pernambuco, o condado de Basto, e depois o de Alegrete por morte de Matias de Albuquerque, seu tio.

72. Foi esposa do conde de Vimioso, D. Miguel de Portugal, príncipe descendente pela sua varonia da sereníssima casa de Bragança. Por não ter sucessão, foram para a coroa as casas e títulos de Basto e de Alegrete e o senhorio de Pernambuco, posto que a este fizessem oposição muitos fidalgos de Portugal; a alcaidaria-mor da cidade andou sempre nos Albuquerques, e hoje está nos Mouras, ramo do tronco dos Albuquerques de Pernambuco.

73. Em altura de onze graus está a província de Sergipe, fundada por ordem real. A cidade de S. Cristóvão é a sua capital, com suntuosa matriz, da invocação de Nossa Senhora da Vitória; Misericórdia, formosos conventos de Nossa Senhora do Carmo e de S. Francisco, e uma devota capela de Nossa Senhora do Rosário. É magnífica a Casa do Conselho e

Cadeia, nobres as dos moradores, que havendo sido em outro tempo muitos, hoje não excedem de quinhentos vizinhos. No seu arrabalde está uma ermida do glorioso S. Gonçalo, frequenta romaria daquele povo e das suas vilas. Tem capitão-mor que governa a província, com sargento-mor e uma companhia paga de presídio. No seu termo, para a parte que chama Cotinguiba, há outra paróquia com quatro capelas, e para o rio Vaza-Barris tem mais cinco capelas. No seu recôncavo e no das suas vilas se contam vinte e cinco engenhos, donde sai todos os anos bom número de caixas para a Bahia, de perfeito açúcar em qualidade e benefício.

74. As vilas da sua jurisdição, que se compreendem no seu distrito, são a de Santo Amaro das Brotas, a de Santo Antônio da Tabaiana, a Vila Nova de Santo Antônio do rio de S. Francisco, a do Lagarto, com a invocação de Nossa Senhora da Piedade, e a Vila Real do Piagui. Todas têm boas igrejas paroquiais, muitas capelas e ermidas devotas. Na do Lagarto tem uma missão os padres da Companhia; duas na Vila Nova de Santo Antônio os religiosos capuchinhos da Piedade; uma a do Carmo, os quais têm um hospício na Vila Real do Piagui. Em todas elas há mais de oito mil vizinhos, que possuem cabedais, e tem muitas lavouras, sendo para todo o terreno tão dilatado e fecundo, que faz férteis as suas povoações, e aos seus habitadores ricos e abundantes. São pródigos os seus campos na criação dos gados, na produção das sementeiras e do tabaco. Deste gênero, da courama e do açúcar, lhe resulta muito comércio, e ainda fora mais franco, a não serem as suas barras tão estreitas que não dão trânsito mais que a pequenas sumacas.

75. Em quinze graus escassos em assento a província dos Ilhéus, assim chamada pelos que a natureza lhe pôs na foz do rio. A sua cabeça é a vila de S. Jorge: tem igreja matriz, duas capelas, uma de Nossa Senhora da Vitória, outra de S. Sebastião, e um colégio dos religiosos da Companhia. Duas fortalezas a defendem, uma na barra, outra apartada dela, mas sobre um monte eminente ao mar. São do seu distrito as vilas de Cairu, Camamu, Boipeba, e o Rio das Contas, em cujo termo, para a parte do norte, mandou erigir de presente o mesmo vice-rei uma vila. Há nesta província boas igrejas paroquiais e outras de várias invocações. A vila do Camamu tem na barra a fortaleza de Nossa Senhora da Graça com quatro baluartes. Na capital e nas outras há muitos moradores, e chegam a seis mil vizinhos,

poderosos alguns em cabedais com as lavouras da farinha, de que provem a toda a província da Bahia, em muita utilidade dela e de todo o seu recôncavo.

76. El-rei D. João III a deu com cinquenta léguas por costa a Jorge de Figueiredo Correia[29], que não podendo vir em pessoa povoá-la, impedido da ocupação que tinha no serviço real, a mandou conquistar, enviando uma boa esquadra de naus e muita gente por Francisco Romeiro, as quais com valor e diligência, vencidas as oposições dos gentios, fundou a primeira povoação, a que deu o nome de S. Jorge, por ser o de seu donatário; e superadas muitas dificuldades e novas resistências daqueles bárbaros, com os quais depois assentando pazes, a aumentou em todo o gênero de fábricas do Brasil. Seu filho Jerônimo de Figueiredo de Alarcão a vendeu a Lucas Giraldes, fidalgo florentino, de quem descendem algumas casas ilustres em Portugal; depois entrou esta capitania por sucessão feminina na ilustríssima casa dos almirantes do reino.

77. Em altura de dezesseis graus e meio está a província do Porto Seguro[30], primeira terra e primeiro porto que os portugueses descobriram e tomaram no Brasil, como tem mostrado esta história. Contém duas vilas, uma que deu o nome a toda aquela província, e outra que se intitula Santo Antônio do rio das Caravelas. Na do Porto Seguro há boas igrejas, a matriz, invocação de Nossa Senhora da Pena, a de S. Sebastião, a Misericórdia, a de Nossa Senhora do Rosário, e um hospício dos padres da Companhia. Duas léguas distante da vila está a igreja de Nossa Senhora da Ajuda, célebre pelo milagre de uma copiosa fonte, que das entranhas de um penhasco inopinada e repentinamente brotara na ocasião em que se fabricava a igreja, e carecia a obra de água para se continuar, ficando perene, e correndo por debaixo do altar da sua capela mor, cujo ruído, despertador do milagre, ouvem todos os circunstantes que a ela vão a cumprir os seus votos; em ambas as vilas há mil e quinhentos vizinhos.

78. Tendo o governador-geral Luís de Brito de Almeida notícia de que no interior da província do Porto Seguro, no seu distrito confinante com o da província do Espírito Santo, havia pedras preciosas, mandou no descobrimento dela a Sebastião Fernandes Tourinho, o qual navegou com muitos companheiros pelo rio Doce, e por um braço acima, que se chama

Mandi, onde desembarcou, caminhando por terra muitas léguas, chegou a uma lagoa, a qual por grande chamaram os gentios Boca do Mar, e passando adiante, por setenta léguas de distância, chegaram até onde no dito rio Doce se mete outro chamado Acesi; atravessando, e caminhando pelas suas margens cinquenta léguas, achou umas pedreiras com pedras de cor indistinta, entre verde e azul, e afirmaram os gentios, que do cume delas se tiravam pedras mais coradas e outras que, segundo a forma com que se explicaram, tinham ouro; e ao pé de uma serra coberta de arvoredo, que tem uma légua de comprimento, achou uma esmeralda e outra safira muito perfeitas; setenta léguas adiante encontrou mais serras, de que se tiraram outras pedras verdes[31].

79. Cinco léguas acima viu outras, em que depuseram os gentios haver pedras maiores vermelhas e verdes; mais acima achou outra serra toda de cristal finíssimo, e foi certificado que nela havia umas pedras azuis e outras verdes, muitas rijas e resplandecentes: com estas informações que trouxe Sebastião Fernandes Tourinho, mandou depois o governador por Antônio Dias Adorno[32] fazer outras experiências, e colheu as mesmas notícias, com a individuação de que ao pé da serra de cristal, para a parte do leste, havia esmeraldas, e para a de oeste safiras; posto que das que trouxe, umas e outras estavam ainda imperfeitas ou pouco maduras. Estas pedras e as que trouxera Sebastião Fernandes Tourinho, enviou o governador a el-rei; porém pela fatalidade da monarquia, com o domínio de outro príncipe se não tratou mais destes descobrimentos; e por ficarem os lugares referidos tão entranhados nos sertões, que não estão habitados pelos portugueses, se têm perdido os rumos e os caminhos, de forma que os não puderam acertar depois nas muitas jornadas que se repetiram nesta diligência.

80. Deu el-rei esta província a Pedro de Campos Tourinho, natural da vila de Viana, com cinquenta léguas de costa, para a qual se embarcou com a sua casa e algumas famílias nobres. Surgiram as suas naus no mesmo porto em que desembarcara o general Pedro Álvares Cabral, e com grande valor conquistando aquelas terras, acompanhado da gente que levara para o ajudar a ganhá-las e para as povoar, alcançou muitas vitórias daqueles gentios seus habitadores, afugentando-os para o interior dos sertões; por sua morte, ficando herdeira sua filha Leonor de Campos, a vendeu ao esclarecido D.

João de Lencastro, primeiro duque de Aveiro, filho do senhor D. Jorge, mestre de Santiago e Avis, duque de Coimbra, que o era d'el-rei D. João o II.

81. No domínio daquele príncipe e dos seus descendentes floresceu muito esta capitania em grandes engenhos e lavouras, achando-se hoje destituída das suas fábricas e da sua grandeza; governa-a um capitão-mor, ao qual são sujeitos outros cabos e oficiais. Foi título de marquesado por mercê d'el-rei de Castela a D. Afonso de Alencastro, marquês de Val de Fuentes, filho de D. Álvaro e D. Juliana, terceiros duques da grandíssima casa de Aveiro; mas sempre esta província permaneceu naquele ducado.

82. Em altura de vinte graus e um quarto está a província do Espírito Santo, com cinquenta léguas de costa; compreende três vilas, uma que deu o nome à província, outra de Nossa Senhora da Vitória e a de Nossa Senhora da Conceição; a da Vitória tem suntuosa matriz, um grande convento dos padres da Companhia, das suas mais antigas fundações, um de S. Francisco, outro do Carmo, boa casa da Misericórdia, e uma igreja de Santa Luzia. Na do Espírito Santo há a Misericórdia, que serve de matriz, e dela vai Nosso Senhor por viático aos enfermos. A da Conceição tem igreja matriz da mesma invocação. A vila do Espírito Santo, cuja barra é das melhores do Brasil, tem nela uma grande e regular fortaleza. A vila da Vitória tem as fortalezas de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora da Vitória, de Santo Inácio, S. Diogo e S. João; em todas há boa artilharia, mas só a da barra, a de S. João e de Nossa Senhora do Carmo tem guarnição; nesta vila está o presídio da infantaria paga, com bons cabos e oficiais; um capitão-mor, pessoa de suposição, governa toda aquela província.

83. El-rei a deu a Vasco Fernandes Coutinho[33], fidalgo que o tinha servido bem na Índia, e dos mais ilustres do reino, donde a veio conquistar, trazendo em muitas naus todos os aprestos, muita gente e famílias nobres para a povoarem. Tomou terra no porto do Espírito Santo, onde fundou com esta invocação a primeira vila, de que se apelidou toda aquela província; e conquistando as terras da sua demarcação, teve com os gentios muitas batalhas, e alcançou muitas vitórias; e por uma de maiores consequências edificou como troféu a vila que intitulou da Vitória, fundada no mesmo lugar em que conseguira aquele triunfo. Possuiu esta capitania, e os seus descendentes até Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho,

almotacé-mor do reino, governador e capitão-geral do Estado do Brasil e vice-rei da Índia, que a vendeu a Francisco Gil de Araújo[34].

84. Era este vassalo, dos primeiros do Brasil por qualidade e por riquezas, descendente de Catarina e Diogo Álvares Correia. Foi residir nela alguns anos, levando da Bahia muitos casais, doando-lhes terras para lavrarem, e a todos os moradores assistiu com cabedal considerável para fornecerem os seus engenhos e lavouras, que avultaram por esta causa muito naquele tempo. Sucedeu-lhe seu filho Manuel Garcia Pimentel, que ocupado com as importantíssimas propriedades que lograva na Bahia, não passou à sua capitania, e falecendo sem sucessão legítima, foi julgada por sentença a Cosme de Moura Rolim, seu primo e cunhado, a quem a comprou a majestade augusta d'el-rei nosso senhor D. João V, que felizmente impera, e Deus muitos anos guarde, mandando-lhe dar por ela o mesmo preço que havia custado. Estas três províncias, Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, foram possuídas primeiro pelos gentios tupiniquins e pelos tupinaés, e a estas duas nações venceram os gentios da nação dos aimorés, e as ficaram possuindo até o tempo da nossa conquista.

85. Em altura de vinte e três graus está a província do Rio de Janeiro, assim chamada por ser no primeiro dia deste mês descoberta. É a sua cabeça a cidade de S. Sebastião, corte de todas as nossas praças do sul: os prezados gêneros, que daquelas partes por mar e terra se lhe conduzem, a foram fazendo rica, e hoje se acha opulenta com os descobrimentos das copiosas minas de ouro, que daqueles dilatadíssimos sertões se leva àquela praça, como a feira deste precioso metal, e a buscá-lo se acham no seu porto inumeráveis embarcações de Portugal e do Brasil; e pelo comércio que desta frequência lhe resulta, é terceiro empório desta região. A cidade é de mediana grandeza, mas de muita formosura; fundada em sítio raso, se estende tão igual com a sua ribeira, que por todo um lado a lava o mar.

86. São soberbamente suntuosos os edifícios que a adornam, magníficos templos, a Sé, os conventos da Companhia de Jesus, dos religiosos do Carmo, de S. Francisco e de S. Bento, este em magnificência e sítio superior aos outros. Tem mais duas freguesias, uma de Nossa Senhora da Candelária, outra de S. José, Casa da Misericórdia, igrejas de Santa Cruz, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora da Glória, do Parto

e a de Nossa Senhora da Conceição, que foi hospício dos Barbônios Franceses, e está contíguo ao palácio do bispos. É suntuoso o do governador, e nobremente edificadas as casas dos moradores. Em todo o tempo teve graves famílias, que permanecem com a mesma nobreza. Tem de presídio dois terços de infanteria paga; o seu numeroso povo chega a dez mil vizinhos e outros tantos tem no seu recôncavo.

87. É abundante de muitas hortaliças, legumes, plantas, frutas e flores de Portugal, que todos os dias enchem a sua praça, parecendo pomares e jardins portáteis. Os seus redores são cultivados de aprazíveis e férteis quintas, a que lá chamam chácaras. No seu recôncavo houve cento e vinte engenhos; os que permanecem de presente são cento e um, deixando de moer os outros, por se lhe tirarem os escravos para as minas; e a mesma falta (pela própria causa) experimentam as mais fazendas e lavouras, que foram muitas. Os seus campos são fecundíssimos na criação dos gados maior e menor, sendo tão numerosos nos dos Itacases[35] (prolongados entre esta capitania e a do Espírito Santo) que da grande cópia de leite que dão, se fazem perfeitos e gostosos queijos, na forma dos do Alentejo, e chegam a muitas partes do Brasil fresquíssimos.

88. Criam os seus mares muitos mariscos e pescados menos regalados que os da províncias que ficam para o norte, mas na mesma quantidade. Há no seu distrito outros gêneros e culturas de preço e regalo; porém correndo para as minas muita parte dos moradores, e levando os seus escravos para a lavra do ouro, ficaram menos assistidas as outras fábricas; causa pela qual há menos açúcares e se experimenta alguma diminuição nos víveres. A fonte de que bebem os vizinhos da cidade, é um copioso rio chamado Carioca, de puras e cristalinas águas, que depois de penetrarem os corações de muitas montanhas, se despenhavam por altos riscos, uma légua distante da cidade, onde as iam tomar com algum trabalho; mas aquele Senado com magnífica fábrica e liberal despesa trouxe para mais perto o rio; e de próximo o laborioso cuidado do general Aires de Saldanha de Albuquerque, que neste tempo com muito acerto governa aquela província, o trouxe para junto da cidade com maior grandeza e utilidade. É fama acreditada entre os seus naturais, que esta água faz vozes suaves nos músicos e mimosos carões nas damas. Suposta a multidão de frutos daquele país, é o

seu clima menos temperado, e mais sensíveis nas suas estações, contínuos os trovões, que repetidas vezes despedem coriscos.

89. A sua barra, em cuja entrada se levantam de uma e outra parte dois altos penhascos, é notável, porque estreitando-se na boca ao breve espaço de meia légua, vai ao mar formando um golfo, ou baía de vinte e quatro de circunferência e oito de diâmetro, em que estão muitas ilhas de grandezas diferentes, umas cultivadas com engenhos e lavouras, outras ainda incultas, e todas formosas, sendo mais célebre a que chamam das Cobras, onde ancoram os navios e há fundo e capacidade para muitas armadas. Pela parte da terra oposta à cidade, vai acompanhando ao golfo uma desconforme muralha, composta pela natureza de ásperos rochedos, mais e menos levantados, a que chama Montes dos Órgãos, e vão formando na diferença das suas perspectivas um proteu inconstante de figuras várias, e uma bem ordenada confusão de diversos objetos, espantosos aos olhos e difíceis à conquista.

90. São cortados estes aprazíveis montes por dezessete alegres rios, que do interior da terra, por muita distância navegáveis, vão ledamente fertilizando grandes propriedades, e buscando o pacífico mar daquele golfo a tributar-lhe as águas, e não a perder os nomes, porque se chamam Caraí, Boaçu, Guaxindiba, Macacu, Guaraí, Guapiguaçu, Guapimirim, Mageguaçu, Magemirim, Eriri, Suruí, Neumirim, Magoa, Guaguaçu, Meriti, Saracuí, Irajá, todos serenos e agradáveis, fazendo ricos e fecundos terrenos que banham.

91. Muitas fortalezas defendem aquela praça. No princípio e ponta da barra tem o forte de S. Teodósio, que segura por aquela distância a sua praia; na mesma parte a fortaleza de S. João, em forma de um meio hexágono para a parte do mar e fechado com uma muralha seguida para a da terra; guarnece-a muita artilheria de bronze e ferro; é uma das balizas que estreitam a boca da enseada do Rio de Janeiro; segue-se-lhe pelo próprio lado, que é o da cidade, a fortaleza de Santiago em forma redonda, com torreões e no meio uma torre circular, onde também labora a artilheria; tem muitas guaritas que descobrem a barra e capacidade para muitas peças, não sendo poucas as que de presente a guarnecem.

92. Na parte oposta, que é a do norte, está na ponta da barra o forte chamado Nossa Senhora da Guia que por aquele lado defende a praia da mesma barra; mais dentro a fortaleza de Santa Cruz, que é a outra baliza da boca da enseada e fica fronteira à de S. João, senhoreando ambas o estreito passo por onde o mar se comunica ao golfo. É edificada em forma de um semicírculo com redentes; tem muita e grossa artilheria de bronze e ferro em duas baterias, um cabo de maior suposição e uma companhia paga. Dentro no corpo da enseada e defronte da boca da barra, na ilha de Vilagalhão (assim chamada por Nicolau de Ville-Gaillon, francês) está outra fortaleza com o seu apelido por o nome. Fronteira a esta fica a do Gravatá; em outra ilha do mesmo golfo, chamada ilha das Cobras, oposta à cidade, onde surgem os navios, há uma boa fortaleza; e no estreito passo da entrada da barra, sobre a grande laje que ali pôs a natureza com cinquenta braças de comprimento e vinte e cinco de largura, principiou o general Francisco de Távora outra que se vai continuando com a mesma grandeza e regularidade.

93. Ao pé da fortaleza de Santiago há um lanço de grossa muralha em redentes, que se dilata por oitenta braças, e fenece nas portas que vão para a cidade. Por cima desta em um alto se vê a fortaleza do glorioso mártir S. Sebastião, eminente a todo aquele mar; tem grande circunferência, é feita em um semicírculo pela parte da cidade e pela outra fechada com a Torre da Pólvora; residem nela muitos moradores; um forte mais em forma redonda, detrás do mosteiro do glorioso patriarca S. Bento.

94. Foi a cidade fundada pelo governador-geral Mendo de Sá[36], da segunda vez que passou a expulsar os franceses daquela enseada, como no seu governo mostraremos; a sua igreja elevada a catedral no ano de mil seiscentos e setenta e seis pelo pontífice Inocêncio XI, e o seu primeiro bispo D. Fr. Manuel Pereira, religioso de S. Domingos, do conselho-geral do Santo Ofício, que depois de sagrado renunciou o bispado ficou sendo secretário de Estado; e D. José de Barros de Alarcão sendo o segundo na ordem da nomeação, foi o primeiro que passou ao Rio de Janeiro.[37] A alcaidaria-mor da cidade anda nos ilustríssimos viscondes da Asseca.

95. Saindo pela barra da sua enseada e correndo a costa para o norte, está uma ponta de pedra lançada ao mar, chamada Buumirim, e

continuando a praia meia légua com outra ponta, no fim dela se acha um lago que chamam Piratininga, abundantíssimo de peixe; pelo mesmo rumo mais adiante estão vários cerros e pontas que vai fazendo a terra, entre os quais fica o serro Taipuguaçu, atalaia donde se veem as armadas e se envia notícia delas ao Rio de Janeiro, quando há suspeita ou temor de inimigos. Seguindo a mesma costa mais ao norte, há no continente da terra, distante ao mar pouco mais de meia légua, outro lago que tem três de comprimento, chamado Maricá, habitado de um povo de trezentos vizinhos com duas igrejas curadas, tão fértil de pescados vários que os vão buscar do Rio de Janeiro e dos seus distritos.

96. Pelo mesmo rumo, duas léguas adiante, está outro lago pequeno, cujo nome é Jacuné, que terá seiscentas braças, do qual há tradição fora um aldeia que ali se subvertera. Correndo mais ao norte três léguas, fica o lago Saquarema com duas de extensão, e fenece além da igreja de Nossa Senhora de Nazaré, edificada sobre uma serra eminente ao mar; é habitado de muita gente, abunda de infinito peixe, e tem três engenhos de açúcar. Logo se vão seguindo muitos lagos, em que se cria excessiva cópia de excelente sal, e por esta produção se chamam Salinas; ultimamente outro chamado Araruama; todos os referidos lagos e povos da jurisdição de Cabo Frio.

97. Segue-se-lhes a cidade de Cabo Frio, a que são sujeitos, a qual está em altura de vinte e três graus; intitula-se Nossa Senhora da Assunção; é de grandeza proporcionada aos seus moradores, que não passam de quinhentos vizinhos; tem igreja paroquial de boa estrutura, um formoso convento de religiosos do patriarca S. Francisco, e outras igrejas e capelas na cidade e seus distritos; é governada por um capitão-mor com soldo da fazenda real, sendo com todos os seus distritos, desde a sua fundação, sujeita à jurisdição do governo do Rio de Janeiro.

98. Da barra desta província, correndo para o sul até a ilha Grande, última baliza da sua demarcação, antes de aportarem as embarcações, dez léguas de distância da cidade de S. Sebastião, principia um pontal de areia, que se diz Marambaia, o qual faz um canal de sessenta braças, nomeado Barra da Guaratiba; com esta restinga, que tem quatorze léguas, apartada da terra três, se vai formando dentro uma marinha, onde

desemboca o caudaloso rio Guandu, acabando a dita restinga defronte de muitas ilhas, que com ela correm direitas para o sul-sudoeste, em que há uma larga barra com fundo para grandes naus, e tão acomodada para as abrigar dos ventos, que lhe chamam Enseada de Abraão, sendo a última destas ilhas a que se nomeia Grande, a qual tem uma formossíssima barra de três léguas de comprimento, chamada do Cairuçu, com uma ponta que se diz das Laranjeiras.

99. Foi esta província do Rio de Janeiro cabeça de todas as da repartição do sul, e de presente é um dos três governos em que está dividida aquela região; porque as enchentes de ouro (que moderadas no princípio, a vieram depois com profusão imensa a inundar) atraindo inumerável cópia de gente de todo o Brasil e Portugal, com as suas fábricas e comércio a fizeram tão opulenta, que para poder reger-se, foi preciso partir-se: outro é o das Minas, de cujos descobrimentos e das fundações da suas vilas daremos em seu próprio lugar notícia; o último é o de S. Paulo.[38]

100. O mais ilustre dos três é o do Rio de Janeiro, pela antiguidade, magnificência e trato político dos seus moradores, pela sua Casa da Moeda, que incessantemente labora, fazendo correr para todas as partes sólidas torrentes de ouro, reduzindo ao valor do cunho aquela áurea produção, que nas suas ricas fontes não tem mais cunho que o peso; e finalmente pela grandeza do seu porto, aonde vão numerosas frotas todos os anos a buscar os gêneros de todas aquelas praças, e levar as mercadorias que por eles trocam, as quais despachadas no Rio de Janeiro, se encaminham às outras povoações do sul. São estes três governos independentes entre si, e só sujeitos à Bahia, cabeça de todo o Estado. Esta província do Rio de Janeiro foi habitada de gentios da nação tamoios, que desde o Cabo Frio senhoreavam aqueles distritos.

101. A província de S. Vicente está em altura de vinte e quatro graus. El-rei D. João III a deu com cinquenta léguas por costa a Martim Afonso de Sousa[39], que na Índia tinha obrado proezas e exercido postos dignos do seu ilustríssimo sangue e próprios do seu valor, que depois o chegou ao supremo lugar daquele Estado. Veio a fundar a sua capitania, na qual residiu alguns anos, sujeitando os gentios daquele distrito, apesar da oposição que neles achou, sendo-lhe necessário valer de todo seu esforço

contra a contumácia com que lhe resistiam, porque na posse da liberdade natural reputavam em menos as vidas que a sujeição do poder estranho. Mas vencidos em vários encontros e batalhas por Martim Afonso, para que com maior merecimento e glória fizesse as suas fundações, erigiu a vila de S. Vicente e a de Santos, ambas em uma ilha, e deixando-as estabelecidas e seguras, voltou para o reino, donde tornou a passar à Índia no ano de mil e quinhentos e quarenta e dois a suceder a D. Estêvão da Gama naquele superior governo, último emprego dos nossos maiores capitães nas portentosas conquistas da Ásia, conseguindo em satisfação de tantos serviços o apetecido e grande lugar de conselheiro de Estado em Portugal.

102. É coisa digna de reflexão, que sendo esta a primeira província que se fundou na nossa América, e tendo florescido opulenta em fábricas de engenhos e outras lavouras, donde se proviam naqueles princípios quase todas as povoações do Brasil, de presente não conserve sombras da sua grandeza, carecendo até dos vestígios para crédito da sua memória; e que também de cabeça da província perdesse a vila de S. Vicente a dignidade, que passou à de Santos, e agora está na cidade de S. Paulo, chamada antes vila de Piratininga, não existindo na primeira mais que a igreja matriz com a invocação do Santo, e uma capela de Santo Antônio, pequena pela fábrica e grande pelos milagres que continuamente está obrando em todos os que a visitam, e naqueles moradores que a frequentam, os quais foram em outro tempo muitos, e não passam hoje de oitocentos vizinhos. O gênero de que não perdeu totalmente o trato, são os toucinhos tão extremados que competem com os melhores de Europa, porque se criam nela porcos tão grandes, que se lhes esfolam as peles para botas e couros de cadeiras, em que provam melhor que o das vacas.

103. Distante da vila de S. Vicente duas léguas por terra está a vila de Santos; tem igreja matriz com a mesma invocação, colégio dos padres da Companhia com a de S. Miguel, um hospício dos monges de S. Bento com a de Nossa Senhora do Desterro, Misericórdia, um convento dos religiosos capuchos de Santo Antônio, e no lugar mais elevado da vila uma ermida de Nossa Senhora de Monserrate dos próprios monges de S. Bento. No meio da povoação têm os religiosos do Carmo uma igreja de Nossa Senhora da Graça, e fora dela há uma capela de Nossa Senhora das Neves, de um morador particular, e duas dos padres da Companhia com o

título de S. Francisco Xavier; tem mais de dois mil vizinhos, governador e ouvidor da profissão literária, sendo esta vila e a de S. Vicente abundantíssimas de tudo o preciso para sustento e regalo da vida humana.

104. De todos os gêneros de carnes criam cópia grande, em sumo grau gostosas; os pescados muitos, os mariscos excessivos, e algumas ostras de tanta grandeza que as conchas delas (como de madrepérola por dentro) servem de pratos de mesa; outras se acharam tão portentosas que serviram de ministrar água às mãos; e há tradição que indo visitar esta província o bispo da Bahia D. Pedro Leitão[40], em uma concha destas lhe lavaram os pés como em bacia. Da multidão de marmelos, que em cargas inumeráveis vão de S. Paulo a estas vilas, se fazem nelas, especialmente na de Santos, tão perfeitas marmeladas, cruas de sumos, e marmelos em conserva, que não só abundam a todo o Brasil, mas chegam a Portugal. Nos seus recôncavos há algumas moendas, que só fazem aguardente de cana, relíquias dos muitos engenhos que tiveram em outro tempo.

105. Há forças nos seus distritos bastantes para a sua defesa. Na barra grande de Santos, distante da vila meia légua pelo rio abaixo, tem uma grande fortaleza fabricada com toda a regularidade em duas baterias, com muitos canhões e estâncias para o cômodo dos soldados que entram nela de presídio todos os meses; tem capitão que a governa, está posta na ponta de um outeiro junto ao rio; sobre outro monte lhe fica eminente uma ermida de Santo Amaro. Fronteiro a esta fortaleza, na parte de terra, se principiou uma que ainda se acha imperfeita; da outra parte do rio esta fortaleza de Santa Cruz da Itapema, de igual porte e fábrica, com a boa artilheria; na barra da Bertioga a um forte de torrão, com artilheria e cômodos para os soldados; dentro da vila de Santos, junto ao colégio dos padres da Companhia, um reduto com alguns canhões; as fortalezas têm seus próprios capitães; esta província foi conquistada aos gentios da nação guaianases que a possuíam.

106. Na própria altura da província de Martim Afonso de Sousa tomou seu irmão Pero Lopes de Sousa e outro número de léguas das cinquenta da sua doação, e fundou uma capitania com o nome de Santo Amaro[41], de que é hoje cabeça a vila de Nossa Senhora da Conceição; principia a sua jurisdição no estreito de Santos onde está a vila deste nome

rodeada do mar e três léguas por costa distante da de S. Vicente, ficando as duas capitais tão juntas e místicas, que esta vizinhança foi causa de muitos pleitos que se moveram depois entre os sucessores dos dois donatários, os marqueses de Cascais e os condes Ilha, sobre as suas demarcações e pelo domínio de algumas vilas que ambas as partes alegavam pertencer-lhes.

107. As que se compreendem nas jurisdições de ambas as capitanias para a parte do mar, são as de S. Sebastião, em cujo termo há um convento de religiosos de Santo Antônio; a de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, com outro convento do mesmo santo; S. Vicente, Santos, Parati, Ubatuba, Iguape, onde há um prodigioso santuário de uma imagem de Nossa Senhora à Coluna, que incessantemente está obrando milagres; Paranaguá, Cananeia, rio de São Francisco do Sul e a Alaguna. As vilas da serra acima são Jacareí, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Corutubá[42], Sorocaba, Itu, Jundiaí, Paranaíba, Taubaté, Mogi, onde há um convento dos religiosos do Carmo, e a Piratininga, hoje cidade de S. Paulo e o governo-geral, a quem todas elas estão sujeitas.

108. A região de S. Paulo, eminente e arrebatada ao mais alto daquele hemisfério, aonde se sobe pela íngreme e dilatada serra de Paranapiacaba, foi no seu princípio vila chamada Piratininga, e de presente é cidade do nome do glorioso Apóstolo seu tutelar[43], e um dos três governos que na repartição do sul são entre si independentes e só sujeitos ao governador da Bahia, capitão-geral de todo o Estado. Tem a cidade igreja matriz, Misericórdia, colégio dos padres da Companhia, conventos de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de Santo Antônio dos Capuchos, de S. Bento e das Recolhidas com a invocação de Santa Teresa. Tem mais a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a ermida de Santo Antônio, e fora da cidade outra igreja de Nossa Senhora do Jaguaré.

109. É regaladíssimo este país de muitas flores e frutas de Portugal, das quais fazem aqueles moradores diversas conservas, e dos marmelos as mais finas marmeladas e já de presente excelente geleia. Abunda de muitos gêneros de mimosas carnes e caças gostosíssimas; cultiva no seu termo muitas quintas deliciosas; tem o seu recôncavo e nos de algumas das suas vilas grandes searas de trigo, cujo grão é mais alvo que o de Europa. Do

distrito de S. Paulo até o rio da Prata habitam os tapuias, os carijós e outras inumeráveis nações de gentios.

110. Vai esta região continuando-se até o rio da Prata, onde temos a nova Colônia do Sacramento, a qual está em altura de trinta e cinco graus e fica leste-oeste com a barra do dito rio, que se corre ao mesmo rumo e por ele acima na distância de sessenta léguas defronte da cidade de Buenos Aires. Da sua boca até a nossa colônia há seis rios, dos quais só em três se entra, que são o de Santa Luzia, o da Conceição e o do Rosário; os outros são tão baixos nas bocas, que só nas grandes enchentes do rio se pode entrar, e por esta causa lhes chamam secos. O país é extremosamente raso, e contém a maior campanha que se acha nas duas Américas, sem arvoredo algum, exceto pelas margens de alguns regatos sem cabedal nem nome; porém o clima e o terreno são de forma próprios para a produção das flores, frutos e sementeiras de Europa, como experimentam os nossos povoadores nos muitos e deliciosos jardins, pomares e searas que têm já cultivado naquele frutífero e vasto país.

111. Tem igreja matriz com a invocação do Santíssimo Sacramento, um convento dos padres da Companhia com o nome de S. Francisco Xavier, uma ermida de Santa Rita e fora da praça para a parte do norte outra de Nossa Senhora do Bom Sucesso. A povoação com a frequência das nossas embarcações se acha de presente mui aumentada em número de casas, moradores e culturas, e seria já populosa, se não foram os repetidos cercos que os castelhanos puseram à nossa fortaleza, sendo uma vez demolida pelos seus cabos, e outra abrasada pelos nossos, como a seus tempos e em seus próprios lugares irá mostrando a história. A fortaleza tomou a invocação e o nome das ilhas de S. Gabriel, que estão no rio fronteiras e uma légua distantes. É quadrada com quatro baluartes; no tempo da última guerra se tiraram duas linhas de comunicação dela ao rio, servindo esta estrada coberta assim para receber com maior segurança os socorros por mar, como para lhe aumentar o recinto. Tem governador que rege a colônia, um sargento-mor do presídio, outro da praça, duas tropas de cavalaria, muitos soldados, boa artilheria e estâncias capazes de recolher a gente da povoação em tempo de guerra; o número de moradores entre infantes, colonos e escravos chega a duas mil pessoas.

112. Temos descritas as quatorze províncias da nossa América desde um grau da parte do norte até trinta e cinco do sul, contratando-se nesta distância as mil e cinquenta e seis léguas de costa, de que está de posse o cetro lusitano, e não incluindo neste número as enseadas, em que se encurvam as suas praias. Muito mais se estende a nossa demarcação, lançada e medida a linha da divisão entre os monarcas português e castelhano, pela qual chega a parte que nos toca ainda cento e setenta léguas adiante até a baía de S. Matias, que está em altura de mais de quarenta e quatro graus, onde se meteram os marcos da coroa portuguesa. Destas províncias oito foram de donatários e seis realengas; mas hoje são onze de Sua Majestade, e três estão em domínios particulares: a do Porto Seguro na casa de Aveiro, a de Itamaracá na de Cascais, e a dos Ilhéus na do almirante de Portugal, sendo de mais deste número as capitanias de outros donatários, que se incluem no corpo da nossa região e nos distritos das mesmas províncias.

113. Nelas há doze cidades, sessenta e sete vilas, muitos lugares e grandes povoações, quatro bispados e um arcebispado, inumeráveis pias batismais em paróquias de grandíssimos distritos. Nas praças e fundações principais há classes de gramática, humanidades, filosofia, teologia especulativa e moral, particulares nos conventos para os seus religiosos, e gerais nos colégios da Companhia. Delas têm saído os naturais do Brasil não só a lerem nas mesmas cadeiras, mas a ocuparem outras na doutíssima Universidade de Coimbra, e a vagarem por muitas partes da Europa, ostentando o natural engenho com que a natureza os habilitara para todas as ciências, saindo em muitas consumadas, em serviço do rei e glória da pátria[44].

114. Não são menos extremados os seus talentos no espírito guerreiro e no exército bélico, porque, cursando as aulas e as campanhas, têm dado bem a conhecer que só no nome se distinguem Minerva e Palas, fazendo em todas as partes em que concorreram e em todos os tempos, de ambas as faculdades relevantes provas, havendo ocupado nelas autorizados lugares e empregos grandes, pois assim como na pátria lhes não faltaram doutíssimas escolas para aprenderem as ciências, lhe sobraram teatros marciais para exercitarem as armas; diga-o repetidas vezes o Brasil, infestado e acometido por vários inimigos naturais e estrangeiros; e com maior glória a província de Pernambuco, cujas campanhas, pelo curso de mais de vinte e quatro anos, foram palestras do maior furor de Marte.

115. É muito para ponderar, que tendo chegado a nossa América a tanta opulência, havendo crescido o número dos engenhos, a cultura das canas, a fábrica dos tabacos, a abundância dos couros, a cópia das lavouras e manufaturas, as produções de tantos gêneros ricos, e finalmente as copiosas enchentes de oiro tão subido, se achem algumas casas (em outro tempo muito ricas) hoje pouco poderosas ou quase exaustas, porque crescendo com a multidão dos moradores o preço dos víveres e o valor dos gêneros de que pendem todas as suas fábricas, o luxo e prodigalidade com que gastam as suas riquezas, sendo mais fáceis em despendê-las que em adquiri-las, os acidentes do tempo, que sempre correm após da roda da fortuna, são causas pelas quais se acham muitos com moderados bens, poucos com cabedais excessivos; uns não se devem ter por pobres, outros não se podem chamar opulentos, porque neste quase equilíbrio de substância se vai hoje pondo o corpo racional desta região, cujos membros tiveram em outro tempo forças mais proporcionadas à sua grandeza.

116. Há mui claras famílias de conhecida nobreza divididas por todo o Brasil; porque, posto que a ele vieram sempre (como para todas as outras conquistas do reino) réus punidos pela Justiça, também em todos os tempos, convidados da grandeza destes países, passaram a habitá-los muitos sujeitos oriundos de nobilíssimas casas de Portugal, e sendo ramos de generosos troncos transplantados a esse clima, produziram frutos de continuada descendência, que não degeneram das suas origens, antes as acreditam.

117. Dos filhos da nossa América houve um bispo de Ceuta, promovido a bispo de Angra[45], um abade de Albânia, muitas dignidades prebendadas e claustrais, um governador e capitão-geral do Estado do Brasil, cinco que em concurso de outros companheiros exerceram o mesmo posto, três capitães-gerais do Estado do Maranhão, dois governadores de Pernambuco, quatro do Rio de Janeiro, dois de Angola, outro de S. Tomé e dois de Cabo Verde, três conselheiros ultramarinos e outro que teve a mercê, e por não poder passar a Lisboa não teve o exercício, doze ou quatorze mestres-de-campo, dois comissários da cavalaria, muitos capitães de cavalos e de infanteria; não contamos os que governaram as outras nossas províncias com o posto de capitães-mores, por serem inumeráveis.

118. Na profissão das letras teve muitos colegiais, mestres e opositores na insigne Universidade de Coimbra, um desembargador do paço e chanceler-mor do reino, um chanceler da relação da Bahia, um desembargador dos agravados da Suplicação de Lisboa, muitos ministros de beca nas relações de Portugal, da Bahia e da Índia, outros de varas em diversos bancos e judicaturas do reino e das conquistas. Nos lugares cíveis e políticos, muitos juízes dos órfãos, cinco provedores da fazenda real na Bahia, três em Pernambuco, quatro no Rio de Janeiro, um vedor na Índia e muitos alcaides-mores por todas as províncias do Brasil; de uns e outros, por não interrompermos a história, calamos neste lugar os nomes, que irão no fim dela, por lhes não faltarmos com a memória.

119. Saem da nossa América portuguesa para todos os portos do reino em cada um ano cem navios, umas vezes com maior, outras com menos carga, mas sempre com tanta, que, comutando a de uma com a de outra frota, carregam vinte e quatro mil caixas de açúcar de mais de trinta arrobas cada uma; mais de três mil feixes de seis e de oito, e de duas mil cargas de arroba; dezoito mil rolos de tabaco de oito até dez arrobas; cem mil meios de sola; cinco para seis mil couros em cabelo; muitos milhões de ouro em pó, barras e moedas. Levam os navios, além dos importantíssimos referidos gêneros, outros de muito preço, âmbar, bálsamo, cravo, cacau, baunilha, gengibre, canela, algodão, anil, óleo de copaíba, madeiras de valor, pau-brasil, conduru, sassafrás, jacarandá, violete, vinhático, tapinhoã, hataipeba, angelim e cedro; quatro fragatas da coroa conduzem cada ano da Bahia e de Pernambuco portentosos lenhos, admiráveis na medida, na fortaleza e na incorrupção, dos quais se fabricam no arsenal ou Ribeira das Naus de Lisboa soberbos galpões, além dos muitos que se gastam na desta cidade com a mesma fábrica de naus, das quais têm saído muitas, que com admiração viram Europa e Ásia.

120. Quase outro tanto número de embarcações menores navega para a costa da Etiópia a buscar escravos para o serviço dos engenhos, minas e lavouras, carregando gêneros da terra (menos o oito, que algum tempo levavam e hoje se lhes proíbe), algum açúcar e mais de cinquenta mil rolos de tabaco da segunda e terceira qualidade, gastando-se na terra por toda a região mais de seis mil e de duas mil caixas de açúcar.

121. Os direitos de todos os referidos gêneros nas alfândegas do reino, o rendimento do ouro nas minas e do estanco do tabaco em Lisboa, os contratos anuais e trienais por toda a nossa América, os dez por cento, aos senhoriagens das Casas da Moeda, os direitos dos escravos que se vão buscar à costa de África e os daqueles que se despacham para as minas, importam à fazenda real um considerável número de milhões, dos quais grande parte se despende na nossa própria região em soldos, ordenados, côngruas, aposentadorias, mercês ordinárias, missões, ajudas de custo, esmolas, naus de guarda-costas e fortificações, luzindo em tudo a majestade, grandeza e liberalidade do nosso augusto monarca.

NOTAS REFERENTES AO LIVRO SEGUNDO

1. Era Francisco Pereira Coutinho de Viana de Caminha, estivera na Índia com o marechal D. Fernando e Afonso de Albuquerque (Vd. Damião de Góis, 3ª parte da *Crônica de el-rei D.Manuel,* p. 258, Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, 9,82, 145, Lisboa, 1860. Comentários do grande Afonso de Albuquerque, 4ª ed., pp. 306 e 393, Pedro de Azevedo, *in História da Colonização Portuguesa no Brasil,* III, 214...), ganhou acolá considerável cabedal e veio perdê-lo no Brasil, recebendo a doação da capitania da Bahia de Todos os Santos, pela carta que lhe passou D. João III em 27 de maio de 1534. Fundou a "povoação do Pereira" ou Vila Velha, no outeiro onde se ergueria depois a igreja episcopal de Santo Antônio da Barra, com o forte de São Diogo ao pé, dominando de um lado o porto da Barra (onde desembarcou em 29 de março de 1549 Tomé de Sousa) e o de Gabriel Soares, mais para dentro do golfo. Acabou desastradamente às mãos dos índios de Itaparica, em 1546, como acertam todos os cronistas.
2. As igrejas mencionadas, menos a da Ajuda, que sofreu uma infeliz remodelação em 1912, integram o formidável patrimônio artístico e histórico da cidade. Aquela, começada em pau e colmo como a construção da Bahia por Tomé de Sousa – em 1549 – ganhou definitiva arquitetura em 1572, data que se lê pedra conservada no muro inteiro. A Misericórdia, obra do início da cidade, adquiriu a forma

atual por 1669, milésimo legível na inscrição barroca sobreposta ao seu ângulo externo, sobre a ladeira, que se chamou primitivamente o "caminho dos soldados". O Recolhimento, que lhe completou o quarteirão construído, proveio da herança de João de Matos Aguiar – o nababo seiscentista – de cujas casas à ladeira da Praça restam à porta de jacarandá lavrado, hoje no palácio da Saúde Pública, na Vitória (1694). O hospital, com o seu aspecto romano, de três belos arcos abertos sobre a marinha, escadaria nobre, altos pórticos de pedra de Lisboa, salões de tetos apainelados e excelente mobília do mesmo tempo, honra o bom gosto do vice-rei marquês de Angeja, que o dava por pronto em 1715. A Sé (igreja matriz) começada a levantar pelo primeiro bispo em 1552 tomou corpo no fim do século 17º e estava completa no princípio do século 18º, porém com tão pesado frontão, de granito português, sobre as barrancas que caem a prumo, junto do adro, que foi indispensável demoli-lo em 1770. Nunca mais se lhe recompôs a fachada, e afinal – sem proveito para o prospecto da cidade e com grande dano da sua riqueza tradicional – a puseram abaixo em 1933. Com a expulsão dos jesuítas, para o seu esplêndido templo do Terreiro de Jesus se mudou a Sé (1760): é a Catedral dos nossos dias – recoberta de mármore, no estilo de Felipe Terzío (o arquiteto de São Vicente de Fora, em Lisboa, lembrando outras clássicas igrejas da Companhia como a do Porto e a de Santarém), a mais equilibrada obra do país nas suas linhas impecáveis conclusa por 1680. A igreja nova de São Pedro dos Clérigos fazia-se ao tempo de Rocha Pita. O palácio arquiepiscopal, começado em 1705, ostenta no portal as armas do prelado, que o concebeu. D. Sebastião Monteiro da Vide, o ilustre arcebispo do Sínodo de 1707, cujo túmulo ilegível era uma das relíquias da antiga Sé.

3. A descrição acomoda-se à planta atual da cidade. Apenas a Casa da Relação cedeu lugar à plataforma onde se situou o elevador Lacerda, a da Moeda foi substituída pela Biblioteca Pública e pela Imprensa Oficial, desaparecendo, com o alargamento das ruas da Misericórdia e do Palácio, os velhos prédios que ali ponteavam.

   A Câmara, antes limitada a meia quadra, se transformou no palácio que é hoje, graças ao governador Francisco Barreto (1666) e ao gover-

nador Francisco José de Portugal e Castro (1798), aliás, comemorado pelas inscrições que lá se ostentam. Reforma, aplaudida na época (1881), mas lamentada em seguida, deu à severa mansão diferente aspecto, sem, todavia, lhe tirar a majestade das linhas mestras, semelhantes aos palácios portugueses da Restauração. Tinha esse caráter arquitetônico o dos capitães-generais, remodelado em 1900 e incendiado em 1912, reconstruído depois disto num fantasioso estilo neoclássico.

Os nomes das ruas e das praças, a despeito da variação dos batismos oficiais, conservam-se como ao tempo de Rocha Pita. O povo resiste à deturpação arbitrária de suas tradições. Rebela-se inconscientemente. E continua a chamar os arcaicos logradouros com as designações coloniais; Praça do Palácio, Portas do Carmo, Terreiro, São Francisco...

4. Datando dos fins do primeiro século, o convento franciscano se opulentou, em 1704, com a formosa igreja dos Terceiros, e em 1720 (data que se lê no dintel da porta central) com a sua dourada igreja, talvez a mais rica obra decorativa da arte brasileira, sem igual no país pela perfeição e pela profusão da talha, na rija nobreza dos seus traços churriguerescos. O convento propriamente dito ampliou-se em seguida (a livraria, por exemplo, é de 1753), recebendo os melhores silhares de azulejos da cidade (na capela-mor um dos painéis é datado de 1733) para o revestimento de seus pátios, na fase áurea das fábricas de Lisboa. Ainda a este respeito, é o mais rico documentário do Brasil – na variedade e na importância do seu ornato.

5. Construído a partir de 1580, o mosteiro de S. Sebastião dos Beneditinos (hoje arquiabadia) ganhou celebridade nas lutas holandesas, em 1625, exatamente pela sua situação fronteira às portas da cidade, adquiriu as proporções atuais durante o século XVII, foi remodelado, para que a sua igreja se avantajasse com o zimbório que a coroa, em 1855, e, como o de São Francisco, mantém a beleza dos seus claustros, as linhas gerais da arquitetura e o seu recheio artístico com louvável circunspeção.

6. A igreja de S. Pedro Velho (desaparecida com os melhoramentos de 1912) datava de 1738 – portanto estava em construção quando Ro-

cha Pita escreveu a sua *História* – e fora vazada no estilo ornamental, do barroco português, de outras igrejas contemporâneas, como a da rua do Passo, do Rosário da Baixa dos Sapateiros, de Santana. Como perto dela morava o historiador, era da sua especial devoção. Cremos que a sua origem fosse a capela mandada construiu em 1552 pelo bispo D. Pedro Fernandes Sardinha – donde a designação de São Pedro "Velho".

7. Os alcaides-mores da cidade da Bahia, Diogo Moniz Barreto (carta régia de 2 de maio de 1554, *Doc. Hist.* XXXV, 150), seu sobrinho Duarte Moniz Barreto (16 de janeiro de 1573), o filho deste, Jorge Barreto de Melo (falecido em 1638), o filho deste, Duarte Moniz Barreto e, em sucessão direta, seu filho Jorge Barreto de Melo. Por morte deste passou a alcaidaria a outra família (Teles de Meneses), nela se encartando os Aragões, em 1687, com Francisco de Araújo de Aragão, a quem sucedeu seu filho, Manuel de Araújo de Aragão. Em 1743, na vacância do cargo, comprou-o Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, de cuja família saiu para os Pais Leme, que o tiveram até a criação do Império.

8. Enganou-se o autor, dizendo que deu D. João III à Bahia o seu escudo d'armas, Segundo Gabriel Soares – melhor informado – quem à cidade atribuiu esse brasão, que nunca deixou ela de prezar, e ainda ostenta, foi o segundo governador-geral, D. Duarte da Costa (*Trat. Descr*. p. 15). Pareceu-nos (*Hist. da fundação da Bahia*, p. 209), que foi isso em 1555, logo após a triunfante repressão do levante dos índios, em que se distinguiu, à frente dos moradores armado, o filho do governador, D. Álvaro da Costa. Daí a justificação do lema. *Sic illa al arcam reversa est*, como volta à arca do símbolo da paz, ou seja, que sobrevinha à guerra, e não no sentido mais distante, de retorno ao Brasil da colonização, com Tomé de Sousa, primeiro governador-geral. O fato é que não há documento que esclareça a origem daquelas armas, todavia contemporâneas dos primeiros anos da cidade e destarte descritas pelo cronista de 1584.

9. Do livro do padre Cristobal de Acuña, *Nuevo descobrimento del gran río de las Amazonas*, Madri, 1641, há reimpressão de Cândido Men-

des, de Almeida, *Memórias*, 11, 57-151, e tradução de Cândido de Melo Leitão, série Brasiliana. S. Paulo, 1941. A lenda das belicosas mulheres, "amazonas de arco e flecha", nos é por ele transmitida no num. LXXII desse relato precioso, e lembra história análoga, que em África colheu João de Barros, *Décadas*, III, 24. Lisboa, 1777, a propósito de outro rio com o mesmo apelido. Que o capitão André Pereira, companheiro de Caldeira, fundador do Pará, conta que os índios tinham cabelo comprido como mulheres e de mui perto o pareceu (Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3ª ed. Integral, II, 180). Esta como é fácil perceber, a interpretação do engodo. Visto ao longe, o gentio guerreiro se assemelharia a legião feminina, cabeleiras ao vento e feroz atitude, de "amazonas" em desafio.

10. Saiu Francisco Caldeira Castelo Branco do Maranhão para fundar a cidade na foz do Amazonas, pelo Natal de 1615. Teve para isto regimento a 22 de dezembro. Como chegou a salvamento em 18 dias (como disse o governador D. Luís de Sousa escrevendo para el-rei a 4 de novembro seguinte *Anais do Museu Paulista*, III, 2ª parte, p. 41, S. Paulo, 1927), tem-se que aportou ao sítio do seu destino a 12 de janeiro de 1616. Deu-lhe o nome de cidade de Santa Maria de Belém do Pará, em memória do santo dia da jornada, e ainda com este pensamento batizou de Presépio o forte que mandou logo levantar amuralhando e artilhando a nova povoação.

11. A capitania da ilha Grande de Joanes (ou Marajó), foi concedida de juros herdade a Antônio de Sousa de Macedo (o clássico da língua, autor da *Harmonia política* (1651), de tantos livros estimáveis, a cujo propósito, reivindicando para ele a autoria da *Arte de Furtar*, Afonso Pena Júnior escreveu uma perfeita biobibliográfia, 2 vols. Rio, 1946) – pela carta de 23 de dezembro de 1665. Barão da mesma ilha foi feito Luís Gonçalo de Sousa de Macedo, filho do escritor, em cuja descendência ela ficou até 1754, quando a incorporou D. José I na coroa, compensando o último donatário com o título de visconde de Mesquitela (Luís de Sousa de Macedo, bisneto do primeiro).

12. A capitania de Caeté (do Turiaçu ao Caeté, com vinte léguas de fundo) foi dada ao antigo governador Gaspar de Sousa (carta de 25 de

maio de 1622) e confirmada em seu filho. Álvaro de Sousa (13 de fevereiro de 1643).Premiava serviços prestados à coroa na conquista do Maranhão (1614). Reverteu ao patrimônio real em novembro de 1753. O preço pago ao herdeiro, Manuel Antônio de Sousa e Melo, foi à mercê da vila de Anções e 600$ de juro anual. (Vd. Nota de R. Garcia à *Hist. Ger.* Varnhagen, IV, 304).

13. Francisco Coelho de Carvalho, governando o Maranhão, teve autorização para conceder (19 de março de 1624) as capitanias do Caeté e de Tapuitara (ou Cumaú), que deu respectivamente a seu filho Feliciano Coelho, e a seu irmão, o desembargador Antônio Coelho de Carvalho, depois embaixador de D. João IV às cortes de França. Verificando-se que o Caeté já fora doado a Gaspar de Sousa, coube a Feliciano, em compensação, o Cametá (da primeira cachoeira do Tocantins às terras dos tapuiçus (1633).

14. A capitania do Cabo Norte era de Bento Maciel Parente, por doação de 18 de maio de 1634, confirmada a 9 de junho de 1645. Os franceses estabeleceram-se na Guiana, tomando-a aos holandeses, em 1676. Em 1684, para prevenir a provável invasão do território convizinho, o capitão Francisco da Mota Falcão sairá a construir os fortes do Paru, Tocré, Santo Antônio de Macapá (antigo Cumaú) e Araguari, este em substituição do que em 1660 fizera Pedro da Costa Favela. De Ferrolles, governador da Guiana, intentou em 1697 a conquista dessas posições. Chegou a destruí-la. Mas o governador do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho – que se ilustrou mais tarde nas Minas Gerais – mandou contra ele os capitães Francisco de Sousa Fundão e João Moniz de Mendonça, que recapturaram Macapá e expulsaram os intrusos. Quatro novos fortes foram então levantados do Paru, rio Negro, Pauxis e Tapajós. A questão emocionou a diplomacia, suscitou largo debate entre as duas coroas, inspirou o tratado de 4 de março de 1700 que adiou por um ano o litígio sobre as terras situadas entre Caiena e a margem do Amazonas, e cristalizou no problema internacional – do Amapá – cuja solução daria tanto renome ao barão do Rio Branco, em 1898, isto é, dois séculos depois da arremetida de De Ferrolles.

15. Criado pela Bula "Super Universus", 3 de setembro de 1677, o bispado Maranhão estendia-se do Cabo do Norte ao Ceará e terras dentro. A Sé de Nossa Senhora da Vitória, ficava na vila de São Luís, então com 2 mil habitantes. Foi o primeiro bispo D. Gregório dos Anjos, que se empossou a 11 de junho de 1679 e aí morreu, a 11 de maio de 1689. O bispado do Pará é de 1717, quando, a 9 de novembro, nele foi provido D. Bartolomeu do Pilar. Chegou a Belém em 29 de agosto de 1724 e faleceu seu posto, a 9 de abril de 1733.

16. Rocha Pita erra na cronologia, pondo a expedição de Luís de Melo antes de aventura de Aires da Cunha. Este, como um dos co-donatários (pois a capitania setentrional era também de Fernando Álvares, o rico provedor-mor da corte, e João de Barros, escrivão-mor e historiador das *Décadas* comandou uma grande frota, com 900 homens, sendo cem de cavalo, que zarpou de Lisboa em novembro de 1534, indo morrer Aires da Cunha no naufrágio que lhe sucedeu nas costas do Maranhão. Luís de Melo, este levou às mesmas águas a sua armada em 1554 – portanto vinte anos depois – sem obter maior êxito, pois escapou de perecer num desastre semelhante. Acabou, como diz Couto, nas *Décadas*, IX, CAP. 27, desaparecendo com a nau em que voltava da Índia, em 1572 (Vd. Simão Ferreira Pais, *As famosas armadas portugueses*, p. 70, edição do Ministério da Marinha, Rio 1937. Quanto ao nome de S. Luís à ilha do Maranhão, acerta Berredo, *Anais Históricos*, p. 59. da 3ª ed. Copiando os cronistas franceses, quando dizem que o pôs o senhor de Rassilly à fortaleza ali fundada, a 8 de setembro de 1612, em homenagem ao sue jovem rei, Luís XIII, chamando de Santa Maria a enseada, quer em honra da Natividade de Nossa Senhora, que naquele dia se festeja, quer em lembrança da rainha regente Maria de Médici.

17. Havia no Ceará a vila de Aquiraz, fundada 1700. A do Forte ou Fortaleza, é de 1726 (veja-se João Brigido, *Ceará, Homens e Fatos*, p. 20, Rio, 1919). Seguiram-se às de Icó (1729), Aracati (1749), Viçosa e Mecejana, 1759, Crato e Montemor. 1764... Capitão-mor, em 1724, era o do forte de Nossa Senhora da Assunção (Fortaleza).

18 A fortaleza dos Reis, em Natal, era considerada a melhor do Brasil (Tavares de Lira, *Notas Históricas sobre o Rio Grande do Norte*, p. 136, Rio, 1918). O jesuíta padre Gaspar de Semperes foi o arquiteto. Data de 1597. Sabemos, pelo *Livro do Governo do Brasil*, p. 263 (Ministérios das Relações Exteriores), que em 1619 o arquiteto capitão Francisco de Frias traçou a planta das casas que a completaram. Mantémse ainda hoje com a sua grandeza primitiva, de que dão notícia o *Livro que dá reza do Estado do Brasil* e Gaspar Barléu.

19. Tirou Rocha Pita este trecho de Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil* (p. 22 da edição de Varnhagen, 1851), então inédito. É provável que houvesse um apógrafo na biblioteca do Colégio dos padres da Bahia.

20. O título de conde do Rio Grande foi criado em favor de D. Antônio Maria Francisco de Sá (carta de 5 de março de 1689), como prêmio dos serviços de Francisco Barreto, seu pai, glorioso general dos Guararapes e governador do Brasil, recebendo-o pelo casamento Lopo Furtado de Mendonça, nome dos mais altos da marinha portuguesa. Foi este o comandante a esquadra de D. João V na batalha do cabo de Matapã (1717), em que as armas católicas infligiram aos turcos celebrada derrota.

21. João de Barros, o clássico autor das *Décadas* (1496-1570) diz que mandou duas frotas ao norte do Brasil, em 1535 (900 homens d'armas e 130 cavalos), que se perdeu, e outra em 1555, em que foram dois filhos seus a povoar a dita terra, que teve igual malogro. *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, III, p. 209 (1922). Omite Rocha Pita a decisiva expedição de Diego Flores de Valdés, que em 1582, deixou na Paraíba um forte, a que se seguiu a de João Tavares fundador, em 5 de agosto de 1585, da cidade de Nossa Senhora das Neves.

22. O forte de Santa Cruz é o de Orange, fundado em 1631 pelos holandeses, Itamaracá teve título de vila desde 1535 (Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, 1, p. 47, Pernambuco, 1844), quando a criou Pero Lopes de Sousa, seu donatário.

23. No distrito da capitania de Itamaracá foram criadas cinco freguesias, Nossa Senhora da Conceição de Itamaracá, Tijucupapo, Goiana, Itambé e Taquara. Veja-se Fernandes Gama, *op.cit.* I, p. 122.

24. Guarda-se no Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco a pedra brasonada do túmulo de D. João de Sousa, fundador da igreja e hospício do Paraíso e poderoso fidalgo na capitania. Era neto do governador-geral D. Francisco de Sousa, cujo filho D. Luís, seu pai, casou em Pernambuco com uma filha do opulento morgado do Cabo, João Pais Barreto. De outro filho de D. Francisco, D. Antônio de Sousa, descendem os condes do Prado e marqueses das Minas, sucessivamente ligados à história do Brasil.

25. Parece ter sido um simples desembarque, para aguada, a tomada do Recife pelos franceses retirantes do Rio de Janeiro.

26. Confirmado por Bula de 16 de novembro de 1676 (a mesma data da criação do bispado do Rio de Janeiro), D. Estêvão Brioso de Figueiredo, o primeiro bispo de Pernambuco, tomou posse a 28 de maio de 1678 e se manteve no cargo até novembro de 1683, quando voltou para Portugal.

27. A capitania de Pernambuco foi doada a Duarte Coelho, herói das guerras e viagens do Oriente, pela carta de 10 de março de 1534 (*Documentos Históricos*, da Bibl. Nac., XIII, 68-81). Sobre o donatário, vd. Damião de Góis, *Crônica de el-rei D. Manuel*, pp. 346, 545, 583, Lisboa, 1749, fr. Luís de Sousa, Anais de D. João III, p. 382 (ed. de A. Herculano), Capistrano de Abreu, nota a Varnhagen, *op. cit.*, 1, 171... Chegou ele à sua nova terra em 9 de março de 1535.

28. Veja-se Borges da Fonseca, *Nobiliarquia Pernambucana*, 2 vols., edição da Bibl. Nac., Rio, 1935.

29. Os Ilhéus foram dados em capitania a Jorge de Figueiredo Correia (Carta de 26 de julho de 1634), que a mandou povoar pelo castelhano Francisco Romeiro. Em 1553 era proprietário Jerônimo de Alarcão Correia, filho do primeiro, que a vendeu a Giraldes em 1561. Passou da filha de Francisco Giraldes para D. Juliana de Sousa, casada com D. João de Castro, em execução de dívida. Foi adjudicada à co-

roa em 1754, recebendo D. Antônio José de Castro, que a possuía, o título de conde de Resende, com o de Almirante do Reno e cinco mil cruzados de renda.

30. A Capitania de Porto Seguro coube a Pero de Campos Tourinho (carta de 27 de maio de 1534). Em 1559 comprou-a o duque de Aveiro. Era do marquês de Gouveia, executado como regicida por ordem do marquês de Pombal, revertendo destarte, com os seus bens confiscados, para a coroa, em 1759.

31. Veja-se Gabriel Soares, *Trat. Descr.*, pp. 60-1. p. Simão de Vasconcelos, neste caso repetido pelo nosso autor, e narração do coronel Pedro Barbosa Leal, carta de 11 de julho de 1725, ao conde de Sabugosa, ms. no Inst. Hist. Bras. (Pedro Calmon, *História das Bandeiras Baianas*. P. 42, Rio, 1929). Foi em 1572.

32. Gabriel Soares, *op. cit.,* cap. 33, Fr. Vicente do Salvador, *Hist. do Brasil*, p. 27. A expedição ocorreu em 1574. Faleceu na Bahia o grande sertanista, neto de Caramuru, em 1583 (*Denunciações do Santo Ofício*, ed. Capistrano, p. 281).

33. A capitania do Espírito Santo foi concedida a Vasco Fernandes Coutinho, outro valoroso soldado das guerras do Oriente, pela carta de 1º de junho de 1534.

34. Francisco Gil de Araújo, veterano da defesa da Bahia contra os holandeses em 1638, tão rico que podia dar à igreja dos jesuítas o seu esplêndido altar-mor, em cuja nave lhe vemos a pedra tumular (24 de dezembro de 1685), descendia de Caramuru, por ser filho de D. Maria de Araújo (viúva que era de Baltasar de Aragão, o "Bengala") e de Pedro Garcia, chamado o velho, mercador opulento, morto por uma bala dos holandeses em 1624, neto materno de Francisco de Araújo, poderoso senhor das terras do Paraguaçu (Gabriel Soares, *ibid.*, p. 140) e Maria Dias, esta filha segunda de Genebra Álvares e Vicente Dias, sendo Genebra uma das filhas legítimas de Diogo e Catarina Álvares (Veja-se fr. Jaboatão, *Cat. Geneal.*, sucessão da 2ª filha de Genebra Álvares). Comprou a Capitania do Espírito Santo por 40 mil cruzados em 1674.

Vendeu-a seu primo e herdeiro Cosme Rangel de Moura pelos mesmos 40 mil cruzados a D. João V, em 6 de abril de 1718.

35. Campos dos Goitacases. Malograda a capitania da Paraíba do Sul, dada a Pero de Góis, em 1627 alguns colonos obtiveram sesmarias entre o rio Macaé e o cabo de S. Tomé, origem das fazendas nesses campos, tão promissoras que logo Salvador Correia de Sá e Benevides (1644) entrou na posse de três dos doze quinhões em que foi dividida a terra. Entronca-se nessa partilha o famoso vínculo dos Sás, a cujo domínio queriam subtrair-se os moradores da vila de S. Salvador de Campos (fundada em 29 de maio de 1677), imbuídos de altivo espírito municipal. A luta por esta alforria é uma das mais belas da história cívica da colônia. Leia-se Alberto Lamego, *A Terra Goitacá*, 7 vols., sendo o 1º de Bruxelas, 1913.

36. A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada em março de 1565 pelo capitão Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá (veja-se P. Calmon, *História do Brasil*, ed. de José Olympio, I, p. 288). A 1º de março de 1567 transferiu-a o governador-geral Mem de Sá para o morro de Castelo, onde ficou. O patrono, São Sebastião, foi escolhido em homenagem ao rei Dom Sebastião. Era (depois da Bahia) a segunda cidade do Brasil.

37. A diocese de Rio de Janeiro foi criada pela bula *Romani Pontifici*, de 16 de novembro de 1676. Nomeado a 16 de novembro desse ano, renunciou o primeiro bispo, D. Fr. Manuel Pereira, que morreu pouco depois, sucedendo-lhe D. José de Barros Alarcão, que tomou posse a 13 de julho de 1682 e no Rio faleceu, dezoito anos mais tarde.

38. Separada do Rio de Janeiro, a capitania de S. Paulo e Minas é de 9 de novembro de 1709. Separaram-se Minas e S. Paulo em 1720.

39. Teve Martin Afonso de Sousa a capitania de São Vicente pela carta de 6 de outubro de 1534. Engana-se Rocha Pita, dizendo que fundou ele São Vicente e Santos. Criou duas vilas, São Vicente, no litoral, e Santo André na Borda de Campo, isto é, no planalto, em direção aos campos de Piratininga, ocupados efetivamente em 1553. É circunstância importante, a fundação da primeira, em 1532, antes ainda da divisão do Brasil em capitanias, como D. João III mandara, com a

intenção de situar ao sul uma povoação forte que limitasse ambições e incursões espanholas. Santos foi criação de Brás Cubas, em 1543, data igualmente da sua Casa da Misericórdia, a primeira do país. Fr. Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a Hist. da cap. de S. Vicente,* p. 109, ed. de Afonso Taunay, duvida do que escreve Rocha Pita sobre a viagem de Martim Afonso à Índia antes de vir à América. Tinha razão o frade. Foi para o Oriente na frota de 1534, ao Oriente voltando, como governador na de 1541.

40. Da visita do bispo D. Pedro Leitão às capitanias do Sul, em 1567, diz fr. Vicente do Salvador, *op. cit.*, p. 191.

41. A capitania de Santo Amaro foi data ao irmão de Martin Afonso, Pero Lopes de Sousa, pela carta de 1º de setembro de 1534. Tinha também a de Itamaracá. Abrangia aquela a costa de Paranaguá a Laguna, ao sul e ao norte dez léguas entre Curupacé e a Bertioga, incluindo a ilha do Guaíbe, onde Gonçalo Afonso, ouvidor nomeado pela viúva do donatário, fundou a vila de Santo Amaro. Morreu Pero Lopes (autor do famoso *Diário de viagem*, de 1530, publ. com magistrais anotações por Eugênio de Castro), em 1539, num naufrágio perto de Madagascar, Francisco de Andrade, *Crônica d'el-rei D. João III*, III, 332.

42. Curitiba.

43. São Paulo surgiu com a "residência" dos padres jesuítas, que ali começou Manuel da Nóbrega pelo S. João de 1553, numa aldeia à maneira indígena, consagrada ao Apóstolo, que lhe deu o nome, em 25 de janeiro de 1554 (Vd. p. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I, 275, Rio, 1938). Tratava-se da Fundação da "nossa casa", modestamente escrevia Anchieta (*Cartas*, ed. da Acad. Bras., III, 38), não ainda da vila, categoria a que foi elevada em 1560 (Anchieta, *Cartas*, III, 170), a pedido dos mesmos padres, com o consequente abandono de Santo André da Borda do Campo. S. Paulo foi cidade, pela carta régia de 24 de julho de 1711.

44. Alinha o autor no final do livro os nomes ilustres de seus compatriotas. Entre os mestres de Coimbra a este tempo, naturais do Brasil, figurava, ou fulgurava. Fr. Francisco Xavier de Santa Teresa, de quem nos ocupamos, chamando-lhe "um baiano das cruzadas", em *Figuras de*

Azulejo, p. 44, Rio, 1939. À cultura portuguesa, nas cátedras da Universidade, serviriam mais tarde, e ainda no século de que tratamos, Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque, que chegou aos lugares culminantes da magistratura, José Bonifácio de Andrade e Silva... Começou a série dos bacharéis brasileiros formados em Coimbra, João Velho Barreto, pernambucano, em 1628, conforme "Leitura de Bacharéis", na Torre (Pedro Calmon, *História da Literatura Baiana*, cap. VII, Bahia, 1949).

45. D. Agostinho Ribeiro, 17º Bispo de Gruta, entre 1602 e 1612, 10º de Angra, de 1613 a 1621, era neto de Rodrigo de Argoto, companheiro de Tomé de Sousa na Fundação da Bahia, onde foi batizado a 20 de agosto de 1562 (Fr. Jaboatão, *Catálogo Genealógico*, p. 181).

46. Os números gerais da receita e da despesa do Brasil colonial só agora podem ser estudados, com o auxílio dos livros dos contratos, guardados no Arquivo Histórico, de Lisboa (e provenientes do Conselho Ultramarino) e a restauração, ano por ano, das arrecadações dos principais direitos, como os da alfândega e os dos dízimos das capitanias. Sirva de índice, para o quadro que se fizer, a capitania da Bahia. Rendeu de agosto de 1713 a julho de 1714, 69:751$816, que atenderam a uma despesa de 62:462$600. O saldo que ia para a coroa constituiu-se de duas parcelas, rendas reais na Bahia cobradas, 12:951$020, contratos ou subsídios, 25:759$640 (Doc. ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa). Em 1769 esse orçamento apresentava substancial melhoria: rendimento anual da capitania, 210:514$686, despesa 164:917$227, saldo 45:997$459 (Códice, ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa). Em 1734, por exemplo, data próxima da edição da *História da América Portuguesa*, a receita do Brasil foi de 269:754$839 e a despesa de 80:084$582 (Códice n. 1269, ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa). Os contratos, porém das entradas, incluindo as alfândegas secas, somavam em 1753-55, 755:900$000 (Códice nº 1270, do mesmo Arquivo).

. . . .

Livro terceiro

Governo de Tomé de Sousa. Fundação da cidade da Bahia. Vinda dos religiosos da Companhia. Governo de D. Duarte da Costa. Vinda do primeiro bispo D. Pero Fernandes Sardinha: sua morte e elogio. Governo de Mendo de Sá. Morte e elogio d'el-rei D. João III. Passa duas vezes Mendo de Sá ao Rio de Janeiro contra os franceses; de ambos os vence. Morte do 2º bispo D. Pedro Leitão: seu elogio. Toma el-rei D. Sebastião posse da monarquia. Manda por governador a D. Luís de Vasconcelos. Infelicidades daquela frota. Martírio dos quarenta religiosos da Companhia, e do venerável padre Inácio de Azevedo; seu elogio. Vem por governador Luís de Brito de Almeida; seu governo. Morte do governador Mendo de Sá: seu elogio. Governo de Lourenço da Veiga: sua morte. Sucedem-lhe o Senado da Câmara e o ouvidor-geral Cosme Rangel de Macedo. Perda d'el-rei D. Sebastião em África. Sucede na coroa o cardeal D. Henrique, morre sem declarar sucessor. Opositores ao reino. Prevalece Filipe o Prudente, rei de Castela. Fundam casas no Brasil os religiosos do Carmo e de S. Bento. Guerras dos holandeses com Castela. Motivos delas. Invadem as conquistas de Portugal, em ódio da monarquia de Espanha. Ruínas que experimenta aquela coroa por várias causas. Governo de Manuel Teles Barreto; sua morte. Sucedem-lhe o bispo D. Antônio Barreiros e o provedor-mor Cristóvão de Barros. Governo de D. Francisco de Sousa. Fundam casas os religiosos de S. Francisco. Morte do bispo D. Antônio Barreiros. Milagre de Santo Antônio de Arguim. Notável século de mil e seiscentos. Governos de Diogo Botelho, D. Diogo de Meneses e D. Luís de Sousa. Morte do bispo D. Constantino Barradas: seu elogio. Sucede no governo Diogo de Mendonça Furtado.

ESCOLHIDA por tantas e tão relevantes qualidades a Bahia para cabeça do Brasil, mandou el-rei D. João III por primeiro governador dela e capitão-geral de todo o Estado a Tomé de Sousa, por nascimento ilustre e por prerrogativas benemérito da confiança que fez da sua pessoa para um governo grande e novo, de cujos princípios pendia o estabelecimento do

domínio português na América, e a boa direção do império que vinha a fundar; e não se arrependeu aquele monarca da escolha, porque as ações e procedimentos do governador qualificaram a eleição. Tinha servido em África e Ásia, com tantas provas de valor no exercício militar, como experiências do governo político, e só lhe faltava fazer também a América teatro das suas glórias na conquista dos gentios e na instituição da república, alcançando vitórias com as armas e impondo leis com os preceitos. Chegou no ano de mil e quinhentos e quarenta e nove, em uma frota de cinco naus, que conduziam luzida gente e todos os aprestos precisos a uma grande conquista e fundação[1*].

2. Desembarcou na Vila Velha, e reconhecido o sítio, passou a povoação para o em que permanece a cidade, pelas conhecidas vantagens que nele concorriam para assento da corte deste Estado. Erigiu-a com o nome de S. Salvador[2], além do que já tinha a sua enseada, de Baía de Todos os Santos; para defender dos gentios aos novos moradores, mandou cercá-la de muros de taipa, não podendo com a brevidade que era precisa fabricá-los de outra matéria. Da mesma fez levantar a igreja matriz, o palácio dos governadores, a casa da Câmara e a Cadeia, nos próprios lugares em que depois se fabricaram com suntuosidade. Deu forma às praças, às ruas e a tudo o que conduzia à fundação da república, à qual trouxe sacerdotes para ministros da Igreja, ao Doutor Pedro Borges para ouvidor-geral e diretor da justiça, e a Antônio Cardoso de Barros para provedor da fazenda real, cuja arrecadação vinha a estabelecer.

3. A Vila Velha havia sido fundada meia légua distante da cidade para o sul, vizinha à barra, de alegre e dilatada vista, pelos grandes horizontes marítimos que descobre, porém com portos menos acomodados para as embarcações, assim por alguns recifes que estão pelas suas praias, como por bater nelas furioso o mar. Hoje nem as suas ruínas permanecem, para darem vestígios da sua grandeza; só a sua memória se conserva pela tradição. Todo aquele terreno se acha ocupado de fazendas de arvoredo; as suas ribeiras, de fábricas de pescarias. É retiro agradável pela frescura e amenidade do território, devotíssimo com a igreja matriz de Nossa Senhora da Vitória,

* As notas deste Livro terceiro encontram-se da p. 160 à p. 167.

com a de Nossa Senhora da Graça e, Abadia dos Monges de S. Bento, e a de Santo Antônio, casa de recreio dos arcebispos da Bahia[3].

4. Em a nau que trazia o governador, vieram capitaneados pelo reverendo padre Manuel da Nóbrega os primeiros soldados que viu o Brasil da Companhia de Jesus, ínclita milícia do grande Santo Inácio de Loiola, cujo sagrado instituto, principiado poucos anos antes, já caminhava à conquista de todo o mundo pelos seus doze companheiros em Itália, Espanha, França e Alemanha; pelo insigne padre Simão Rodrigues em Portugal; pelo glorioso S. Francisco Xavier na Ásia, e pelos veneráveis padres Anchieta, Nóbrega e da Grã no Brasil; plantas que apenas produzidas em vergel novo, enchiam a toda a terra de sazonados frutos, dando almas ao Céu, triunfos à Igreja e exemplos ao mundo, em prova e extensão da nossa fé, buscando o martírio, derramando o sangue e desprezando e perdendo as vidas.

5. Crescendo depois as povoações, foram dilatando o fervor de tal sorte, que ao tempo em que os soldados conquistavam terras, ganhavam estes novos guerreiros almas; e ainda além do que penetrávamos com as armas, chegavam eles com o espírito, afervorando aos católicos e compondo-os nas suas diferenças, catequizando aos gentios e fazendo-os deixar as suas barbaridades, defendendo a uns do cativeiro, a outros das vexações, e curando em todos as enfermidades do corpo e da alma. Foram fundando muitas casas por todas as capitanias do Brasil, penetrando todos os sertões, batizando inumeráveis aldeias, e trazendo-as ao grêmio da Igreja e ao trato doméstico das gentes. Varões verdadeiramente apostólicos, dignos das muitas possessões que têm nesta região, cujas rendas despendem religiosa e piamente no culto das suas igrejas, na sustentação os seus religiosos e de infinitos pobres, a quem socorrem com o quotidiano mantimento e outras tão precisas como liberais esmolas.

6. Posto que Catarina Álvares, como senhora dos gentios desta província, lhes ordenou reconhecessem por soberano a el-rei de Portugal na pessoa do seu governador; como o poder que tinha sobre estes seus bárbaros vassalos não era tão despótico que bastasse a obrigá-los em novo senhorio a mudar de vassalagem, passando de um reconhecimento que parecia decoro, a uma sujeição que tinham por jugo, foi preciso a Tomé de Sousa introduzir-lhes com as armas a obediência, achando umas vezes

mais oposição, outras menos resistência, mas em todas grande fortuna, a qual fez tributária do seu valor nas suas empresas em todo tempo do seu governo, que foram quatro anos, por cujas horas se lhe podem contar as felicidades, a que não deixaram de corresponder os prêmios, porque el-rei o fez seu vedor, cargo que continuou no serviço da rainha D. Catarina e de seu neto el-rei D. Sebastião.

7. No posto de governador e capitão-geral lhe sucedeu D. Duarte da Costa, armeiro-mor, que chegou à Bahia no ano de mil e quinhentos e cinquenta e três, e seguindo os exemplos do seu antecessor no lugar e dos seus antepassados no sangue, obrou como eles no valor e no zelo[4]. Continuou as conquistas e favoreceu as missões, crescendo umas e outras asseguradas nas vitórias que alcançou de muitos gentios, uns ainda incultos, e outros, depois de sujeitos, rebelados. Repartiu terras pelos moradores, umas em satisfação de serviços obrados naquelas empresas, outras para aumento do Estado, em pessoas que as podiam povoar e defender dos bárbaros. Foram logrando todas as suas disposições com fortuna igual à grandeza do seu talento e da sua cristandade, polos em que existiam seguros os seus acertos. Só julgou pensionadas as suas felicidades com a desgraça acontecida no tempo do seu governo ao bispo D. Pero Fernandes Sardinha, primeiro do Brasil, e aos outros passageiros, que embarcados com ele para Portugal, compelidos de uma irreparável tormenta, dando à costa a sua nau no rio de S. Francisco, foram mortos e comidos pelos bárbaros caetés[5].

8. Tinha chegado à Bahia no ano de mil e quinhentos e cinquenta e dois, e depois de haver governado quatro a sua Igreja, passava a Portugal, se com licença d'el-rei, ou sem ela, se ignora; mas sabe-se que entre ele e o governador D. Duarte da Costa passaram em matéria de jurisdição aquelas controvérsias de que costumam resultar grandes enfermidades ao corpo político quando as cabeças não têm as inteligências tão conformes e semelhantes como as de Gerião. Procedia o bispo com rigor contra alguns dos moradores, a quem a liberdade de uma nova conquista tinha feito cúmplices de alguns delitos que podiam emendar-se com menor castigo, em menos prejuízo da república, a qual carecia de sujeitos para se aumentar. Defendia o governador a regalia do poder real; puxava o bispo pela jurisdição da sua dignidade, e ambos cumpriram a sua obri-

gação. Porém pouco satisfeito este prelado, passava ao reino a comunicar as suas queixas, ou (como também se entendeu) outras matérias graves a el-rei D. João III, quando lhe aconteceu o infausto sucesso que temos referido.

9. D. Pero Fernandes Sardinha nasceu de nobres pais na vila de Setúbal: estudou as faculdades maiores na universidade de Paris, onde se achava quando àquela corte do reino de França foram levados Catarina e Diogo Álvares Correia. Foi clérigo do hábito de S. Pedro, vigário geral da Índia e primeiro bispo do Brasil, onde em quatro anos de pastor exerceu muitas virtudes de prelado. Passando ao reino, naufragou lastimosamente, sendo comido pelos gentios contrários à nossa religião, em ódio da nossa fé, no ano de mil e quinhentos e cinquenta e seis; e piamente podemos crer se lhe converteu a mitra de bispo em auréola de mártir. Não deixou na terra sepulcro em que se guardem respeitadas as suas cinzas, as tem nas nossas atenções depósito em que estão vivas as suas memórias.

10. Fez D. Duarte da Costa muita guerra aos gentios desta província, e os venceu em todas, ampliando mais o termo da cidade e dilatando o seu recôncavo com lhe afugentar aqueles bárbaros para o interior do sertão. Em todos os conflitos lhe foi companheiro seu filho segundo, e do seu próprio nome, a quem dava em prêmio os perigos, empregando-o em capitanear os exércitos, e pondo-o por primeiro alvo das flechas inimigas. Para estas empresas foi mui socorrido das armadas do reino, que todos os anos lhe mandava el-rei com muita gente, assim voluntária como obrigada, uma a impulsos do seu valor, outra em cumprimento dos seus degredos: desta se ficou sempre conhecendo a descendência, para se desigualar da sucessão da outra.

11. [texto ilegível Lauda 82 parágrafo 11] terra que há entre os rios Paraguaçu e Jaguaripe, correndo por ele seis léguas ao sertão, e indo acabar por cima do Aporá na serra do Gararu; porém os possuidores dela se contentam com o título de donatários de Paraguaçu, sem fazerem vila em que encabeçar a jurisdição civil e política daquela capitania, e a tem dividida em datas a vários colonos que nelas lavram grandes propriedades, de que colhem grossas rendas, pagando aos seus donatários competentes foros. Continuava D. Duarte da

Costa no governo do Brasil, cujas rédeas moveu perto de cinco anos, quando no de mil e quinhentos e cinquenta e oito lhe chegou sucessor.

12. Veio a suceder-lhe o mesmo posto de governador e capitão-geral Mendo de Sá, tão grande soldado como católico, em cujo talento estavam em equilíbrio os exercícios da milícia e do espírito; e sendo em ambos admirável, não parecia mais capitão que religioso. Com estas qualidades alcançou muitas vitórias dos gentios inobedientes; fez situações, erigiu igrejas e novas aldeias para os feudatários, defendendo-lhes a liberdade do cativeiro que lhes iam introduzindo os moradores, primeiro por necessidade, depois por tirania. Contra esta sujeição e os abusos que na lassidão da vida em alguns portugueses havia, publicou gravíssimas penas, que a ocasião fazia parecerem rigorosas, mas o tempo mostrou que foram úteis e não puderam deixar de ser necessárias. Pediram-lhe os habitadores da capitania do Espírito Santo socorro contra os gentios rebelados, de quem recebiam grandes hostilidades, e temiam maiores ruínas.

13. O governador lho enviou por seu filho Fernando de Sá em um luzido exército, que livrou aos habitadores daquela província do grande aperto em que estavam, pelo cerco em que os tinham os gentios, e neste auxílio consistiu a salvação das suas vidas e fazendas. Receberam a Fernando de Sá como a filho do general do Estado e única esperança do seu remédio. Mostrou ele em poucos anos muito valor, e acometendo aos inimigos, lhes deu uma famosa batalha, em que vencendo aos bárbaros e assegurando aqueles moradores, perdeu a vida; desgraça que o governador reputou em menos que as consequências da vitória, as quais asseguravam do perigo a toda aquela província; sendo em Mendo de Sá inferiores os impulsos da natureza às obrigações do cargo, e ficando nesta adversidade tão gloriosa a memória do filho como a constância do pai.

14. Com a sua atividade, experiência e valor, se engrandeciam a cidade, povoações e lavouras da Bahia, se expediam as missões e se penetravam os continentes, trazendo deles gentios e formando-lhes aldeias vizinhas aos povos, para se lhes frequentarem os sacramentos e os encaminharem ao trato cristão e doméstico. Porém novo acidente obrigou ao governador a deixar a cabeça do Estado, por acudir aos membros dele que careciam de pronto remédio, para evitar o mal que ao coração ameaçava

um inimigo estranho, de cuja expulsão (em que eram evidentes os perigos) pendia a conservação e aumento da monarquia.

15. Como principiamos estas conquistas com poder inferior ao que requeria tão grande empresa, não podendo ao mesmo tempo acudir a tantas e tão distantes partes, quantas compreende a nossa vastíssima região, os franceses, que não sabem perder passo em adiantarem a glória da sua nação e o interesse do seu comércio, tendo notícia do descobrimento do Novo Mundo e das suas riquezas, enviaram a ambas as Américas muitas naus dispersas, a buscarem aquelas utilidades que fiavam do seu valor e importavam a seu negócio. Com elas pelejaram nos nossos mares Pero Lopes de Sousa e Luís de Melo da Silva, quando discorriam por estas costas: duas meteu a pique Cristóvão Jacques na barra do rio Paraguaçu; e os achamos metidos com os gentios potiguares nas províncias da Paraíba e de Itamaracá; com os caetés na de Pernambuco e no rio de S. Francisco; na de Sergipe com os tupinambás; em Cabo Frio e na enseada do Rio de Janeiro com os tamoios; e ultimamente os expulsamos da ilha de S. Luís do Maranhão, onde comerciavam com as muitas e várias nações que habitavam aquele Estado.

16. Havia alguns anos que Nicolau de Villegaillon, natural do reino de França e cavaleiro do hábito de S. João do Hospital, belicoso por natureza e por religião vagava com alguns navios à sua custa armados, buscando presas, estimulado da cobiça ou do valor; e navegando os mares do Brasil, surgiu em Cabo Frio, onde introduzido com indústria ou afabilidade, achou nos gentios habitadores aquele porto (hoje cidade) boa correspondência e agrado, tratando-o como amigo, e carregando-lhe os navios de pau vermelho, droga importantíssima entre as nações de Europa, e que bastara a recompensar-lhe as despesas da viagem, a não ser o fim dela ordenado a mais relevantes interesses e empresas. Soube que os gentios que habitavam a enseada do Rio de Janeiro, estavam em rija e porfiada guerra com os portugueses moradores em a vila de Santos e na de S. Vicente, que então tinha o domínio de todas as nossas povoações do Sul.

17. Voltou para França, e prevenindo competentes forças aos impulsos com que o seu ânimo o estimulava a empresas grandes, e a sua ambição a não pequenas conveniências, tornou com avantajado poder, e

entrou naquela enseada com igual fortuna, prometendo aos gentios mais útil e segura amizade que a dos portugueses de cujas armas os defenderia com todo o poder da nação francesa. Foram ouvidas pelos gentios, em ódio nosso, as suas promessas, e sendo por eles recebido em firme aliança e companhia, fortificaram todos os lugares em torno daquele golfo, em singular conceito e expectação do valor e bondade de Villegaillon, de cuja disciplina e amizade fiavam a expulsão dos portugueses de toda a repartição do Sul; e havia já quatro anos que estava na posse daquela porção de terra, dominando aquele mar na confederação dos naturais, menos bárbaros com o seu trato, posto que pela sua natureza mais indômitos que todos os do Brasil[7].

18. Causavam ao governador Mendo de Sá estas notícias tão grande cuidado, quanto era relevante a matéria delas, na debilidade de forças em que se achava o Estado para a expulsão de inimigos europeus e franceses, práticos na milícia, arrojados na resolução, empenhados na empresa, e unidos em apertada liga com aqueles gentios, tão esforçados e destros que eram o terror de todas as outras nações da América, a emulação do nome português, e por aquela parte o freio das nossas vitórias; porém não podendo Mendo de Sá reprimir o valor, nem perdoar a injúria que recebia a nação portuguesa na dissimulação de uma ofensa, que já tocava mais na honra que no interesse da monarquia, determinou ir logo contra eles com o exército, naus e militar aparato que lhe fosse possível ajuntar.

19. Estava a cidade da Bahia e o seu recôncavo faltos de tudo o que era preciso para tanta empresa. Não havia navios; era pouca a gente, por se achar muita no emprego da conquista dos gentios, cuja guerra, posto que porfiada, era mui diferente da que agora empreendia com a nação francesa, tão conhecidamente valerosa; havia poucos instrumentos próprios e precisos para as expugnações. Os víveres e vitualhas não eram proprcionados para a facção; porém o governador suprindo tudo com a sua pessoa, com poucos soldados que pôde levar, alguma gente voluntária que o quis seguir, os petrechos e mantimentos que se acharam, três naus de guerra e oito navios menores que no porto da Bahia escolhera mais capazes desta expedição, havendo mandado aviso às vilas de S. Vicente e Santos, que lhe tivessem pronto o socorro de canoas, partiu para o Rio de Janeiro,

visitando as províncias dos Ilhéus, Porto Seguro e do Espírito Santo, as quais lhe contribuíram gente e mantimentos.

20. Com viagem próspera avistou Mendo de Sá a barra do Rio de Janeiro (cuja forma já deixamos descrita) e tendo determinado entrá-la de noite, para com improviso e inopinado assalto render as forças dos inimigos, um acidente o fez mudar de resolução; porque sendo descoberta a nossa armada pelas suas vigias, se tinham preparado para a defensa, e foi preciso ao governador esperar de fora os socorros que mandara prevenir em Santos e S. Vicente, os quais chegando prontíssimos, entrou pela barra a todo o risco das suas naus, sem temer as defensas dos contrários; e começando a bater a ilha, que do seu povoador tomara o nome, estava natural e militarmente fortificada, e defendida pelos gentios e franceses (posto que Villegaillon se achava em França), contra todo o poder das forças inimigas ganhou terra nela, mas parecia inconquistável pela natural muralha de penhas que cercava toda a sua circunvalação, e resistia às incessantes balas da nossa artilharia, que em três sucessivos dias não tinham obrado efeito considerável.

21. Vendo o governador Mendo de Sá que ao seu valor resistia mais a natural fortaleza do sítio que a grande constância dos inimigos, dispôs que a força vencesse a natureza; triunfo raro, mas nos apertos maiores pelos corações generosos fortes muitas vezes conseguido. Tal foi esta resolução, porque investindo a peito descoberto uma elevação da ilha que chamam o sítio das Palmeiras, o ganhou, e animados os portugueses com tão feliz sucesso, prosseguiram o combate, no qual de ambas as partes se obravam valentíssimas ações, filhas do esforço, da arte e da porfia; nós por conquistarmos as terras, os inimigos por defenderem as vidas; porque perdendo já as esperanças de conservarem o domínio, os franceses nos seus batéis e os gentios nas suas canoas se salvaram, penetrando o continente daquele sertão, e deixando aos portugueses lograr as palmas de uma gloriosa vitória, em cujo seguimento passamos à terra firme e lhes destruímos quantas fábricas tinham e todas as suas lavouras, tantas, que podiam sustentar um cerco dilatado.[8]

22. Ganhada a ilha e toda aquela grande enseada, se fizeram ações de graças com solene missa, a primeira que naquele sítio se celebrou

ao verdadeiro autor das vitórias e deus das batalhas. Tratava o governador de povoar e guarnecer de portugueses todos aqueles lugares, mas foi dissuadido deste intento com a máxima política e militar de não enfraquecer o Estado dividindo-lhe as forças; conselho que saiu prejudicial, como logo veremos. Enfim, arruinando todas aquelas fortificações e recolhendo às nossas naus todas as armas e artilharia dos inimigos, como despojos ganhados com a nossa vitória, saiu a nossa armada para a vila de S. Vicente, donde depois de visitadas as povoações do Sul, voltou para a Bahia, sendo recebido nela o governador em triunfo, e os soldados e mais pessoas daquela expedição com muitos aplausos.

23. Mas não teve a espada muitos dias embainhada, porque chegando de ganhar esta vitória, lhe pediram socorro os moradores da capitania dos Ilhéus contra os gentios daquele distrito, que lhes tinham arruinado e destruído todo o recôncavo da vila de S. Jorge, obrigando-os a recolher a ela o temor de perderem as vidas, que ficavam em evidente perigo pelo sítio rigoroso que lhe haviam posto os inimigos, sendo já poucos os mantimentos para os resistir mais tempo. Com a presteza que pedia a ocasião e a necessidade, se embarcou Mendo de Sá para os Ilhéus: e só a fama do seu nome causou àqueles bárbaros tal terror, que levantando o sítio, se ausentaram. Mas o governador não satisfeito de haver remediado a presente opressão daqueles moradores com a retirada dos gentios, entendendo que só os poderia segurar com o castigo, os seguiu muitas léguas, fazendo-lhes desamparar os seus domicílios e buscar o interior das brenhas, deixando as suas lavouras, que conservaram os portugueses, e fizeram estâncias com defensas para lhes resistir, se as intentassem recuperar, e ficando mais dilatadas as fábricas daquela capitania com a distância dos gentios, que não intentaram mais vingar-se das vidas que perderam os seus companheiros, nem restituir-se das terras que largaram.

24. Dentro em poucos anos foi preciso a Mendo de Sá tornar à empresa do Rio de Janeiro; porque como aos lírios franceses se não arrancaram de todo as raízes que tinham lançado naquele terreno, lhes foi fácil tornarem a florescer com as auras dos socorros de França, e em breve tempo se viu a planta não só mais crescida, porém mais robusta, ameaçando suas novas forças resistências novas às quinas portuguesas. Estas notícias obrigaram à sereníssima rainha D. Catarina, que governava o reino, a man-

dar à Bahia dois galeões com muita gente, governados por Estácio de Sá sobrinho do governador, ordenando a seu tio, que com o maior poder que fosse possível ajuntar-se na Bahia, enviasse ao sobrinho a expulsar de novo os franceses da enseada do Rio de Janeiro, senhorear a terra e povoá-la com gente portuguesa.

25. Tinha passado à vida imortal e a melhor império, no ano de mil quinhentos e cinquenta e sete, el-rei D. João III, monarca a quem deve Portugal a sua conservação, o Brasil a sua conquista, e toda a monarquia o seu aumento; de quem recebeu a Igreja e a religião católica grandes cultos, e o povo cristão o maior exemplo. Entre muitas virtudes de que era dotado, resplandecia no seu talento a paz, que sempre procurou conservar nos seus reinos, sendo a guerra que fazia nas conquistas, mais pela introdução da nossa fé e por reduzir o gentilismo ao verdadeiro conhecimento e preceitos dela, que por acrescentar domínios ao seu cetro. Foi tão pio e generoso, que mais vezes se inclinava a faltar com o castigo que com o prêmio: admirável nas escolhas dos sujeitos a quem encarregava as empresas, e por esta causa sempre as conseguia. Tinha eleito no ano de mil e quinhentos e cinquenta e seis a Mendo de Sá por governador e capitão-geral deste Estado, ainda que não veio a ele senão no de mil e quinhentos e cinquenta e oito, como fica dito.

26. Chegou Estácio de Sá à Bahia, e entregando ao governador seu tio as ordens que lhe trazia para o enviar àquela empresa, aprestou este logo as embarcações que se achavam no porto; fez levas de gente pelo recôncavo, e ajuntou com os soldados que pôde escusar na praça a infantaria que vinha nos galeões, e fornecida a armada de todos os aprestos, abastecida dos víveres e mantimentos que com a maior diligência se puderam conduzir para esta expedição, dando a seu sobrinho Estácio de Sá, capitão-mor daquela armada e governador desta guerra, as instruções e ordens que havia de seguir, os conselhos sólidos e heroicos de que se devia aproveitar, ordenando e aconselhando como general e como tio o envio ao Rio de Janeiro.

27. Posto já Estácio de Sá naquela barra, e informado do poder do inimigo, maior que o das suas forças, vendo que para o lançar da própria casa em que se tinha fortificado com maiores defensas (pelo exemplo

passado, que o fizera prevenir novos reparos) lhe eram necessárias maiores preparações e mais número de combatentes, encaminhou a armada a S. Vicente, onde não experimentou menores dificuldades, por se não acharem as vilas do sul com os víveres e socorros de gente que carecia. Porém animados os moradores delas pelo zelo do serviço real e empenho do capitão-mor, aprestaram um suficiente socorro, importante naquela ocasião, e maior com o que chegou da capitania do Espírito Santo.

28. Com estes socorros saiu o capitão-mor Estácio de Sá em demanda do inimigo; entrou a barra e tomando terra em um sítio que chamam hoje Vila Velha, junto a um penedo grande (que pelo que representa, é chamado o Pão de Açúcar) se fortificou e fez nele estância, onde foi a nossa gente acometida dos franceses e gentios; e sendo resistidos com grande valor, se retiraram rechaçados das nossas armas. Muitas vezes foram os nossos assaltados, já pelas poderosas naus francesas, já pela inumerável cópia de canoas dos gentios, armando ciladas para nos colher por ardil e indústria. Porém acometendo o capitão-mor Estácio de Sá as naus francesas, fez nelas considerável destroço, com muita perda de gente inimiga e pouca da nossa, sendo tal o terror que lhes imprimiu o nosso ferro, que as fez retirar fugitivas, e primeiro que elas as canoas dos gentios que as acompanhavam.

29. Expediu o capitão-mor muitos troços de soldados e aventureiros por várias aldeias daqueles gentios, nas quais achando não vulgar resistência, foi necessário aplicar todo o valor; porém a seu pesar ganhadas, foram mortos e presos os que se não apressaram a fugir dos nossos golpes. Mas posto que experimentávamos em repetidas facções prósperos sucessos, se ia alargando a guerra, que sendo ofensiva, de nenhum acidente podia receber maior dano que da dilação.

30. Sentia o governador Mendo de Sá esta demora e a falta de notícias da nossa armada e dos seus progressos, porque havendo tempo que saíra da Bahia, ainda nela se não sabia o que havia obrado; que Estácio de Sá, ocupado naquela empresa, cuidava mais de a concluir que de informar o estado dela. Nesta confusão igualmente valoroso e impaciente, se resolveu a esforçar o empenho com a sua pessoa e com a sua fortuna, e juntando suficiente número de navios, soldados, e pessoas que o quiseram volunta-

riamente acompanhar, partiu para o Rio de Janeiro, cuja barra entrou na antevéspera de S. Sebastião, a quem tomou logo por padroeiro da cidade que havia de edificar, e todos por tutelar e capitão naquele conflito.

31. Nesta armada se embarcou o bispo D. Pedro Leitão, que vendo tantas ovelhas expostas a tão evidentes perigos, as não quis desamparar, e como seu pastor foi seu companheiro, fazendo elmo da mitra, e do báculo montante para as defender, e o esgrimir contra os inimigos da religião e contra os do Estado. Os cabos, soldados e aventureiros iam alegres, vendo-se assistidos de duas fortíssimas colunas, uma da Igreja, outra da monarquia, entendendo que nos apertos da vida teriam capitão para os animar, e nos transes da morte prelado para os absolver. Os júbilos que neles se viam, prometiam enfaticamente os triunfos que haviam de alcançar, anunciados na geral alegria com que todos navegavam. Já lhes tardava a hora de chegar, o sinal de acometer; e o sucesso desempenhou a confiança.

32. Resolveu Mendo de Sá acometer aos inimigos no próprio dia do santo. Dispôs a forma de os investir com o capitão-mor Estácio de Sá, que lhe levou a parte do exército com que estava hostilizando aos inimigos, festivo e contente de que seu tio fosse a dar fim àquela guerra e alcançar o triunfo, que não podia sem ele conseguir, ou não julgava grande, se lhe faltara a glória e a fama de tão ilustre capitão. Distribuídas as ordens e animados os soldados com a prática do general e a bênção do bispo, investiram aos inimigos, esperando lançar daquela vez aos franceses das terras da coroa portuguesa, e pôr o jugo sobre a cerviz daqueles gentios, prezados de guerreiros e com provas de esforçados, inimigos acérrimos dos portugueses, aos quais pretendiam expulsar de toda a região do Sul, para que a possuíssem os franceses, com quem estavam intimamente confederados, prometendo perder as vidas em lhes darem o domínio daquele país.

33. Acometidas pelos portugueses as estâncias contrárias, era a sua resistência proporcionada ao nosso furor. A sua disciplina, aprendida com os franceses e já alguns anos praticada, fazia tão difícil o seu rendimento, como constante a nossa porfia. Excitados do valor, pelejavam também os elementos; o fumo e as setas tinham ocupado o ar; as balas e o estrondo levantavam as ondas; tremia a terra na contingência de quem

a havia de possuir; o fogo achava várias matérias em que arder; tudo era horror; mas superando a toda aquela confusão o nosso esforço, ganhamos aos inimigos todas as suas forças e estâncias, deixando mortos inumeráveis gentios e muitos franceses, e os que tomamos vivos, foram pendurados para exemplo e terror.

34. Logo senhoreamos toda a enseada, em prossecução da vitória penetramos o continente, matando no alcance muitos gentios, que formando vários corpos da sua gente, intentaram impedir-nos o passo; os mais se retiraram para o interior daquele sertão, aprendendo à sua custa o quanto lhes importava a sua quietação, e o não provocarem a nossa ira, tão justamente empregada na sua contumácia. As terras conquistadas se repartiram por moradores ricos, capazes de as cultivar e defender, de cuja vizinhança se davam os inimigos por tão mal seguros, que não ousaram mais aparecer, retirando-se sempre para os sítios mais distantes e remotos do país.

35. Poucas vidas nos custou esta vitória, porém saindo ferido o capitão-mor Estácio de Sá faleceu em poucos dias, perda que pensionou a glória do triunfo, causando em todos geral mágoa, menos no governador seu tio, costumado a desprezar estes golpes pela saúde da pátria. Posto que as virtudes de Estácio de Sá, conhecidas de todos os que o tratavam; o seu valor, testemunhado por quantos o seguiam; a eleição da rainha D. Catarina, feita na sua pessoa para esta empresa, e a constância, esforço e disposição com que nela se houve, o publicaram sujeito de muitas prerrogativas, não achamos dele outra notícia, posto que dura a sua memória no Brasil, por cujo aumento deu a vida, começando desde então a viver por glória na posteridade.

36. Fundou logo o governador Mendo de Sá a cidade em lugar mais eminente, porém não tão próprio como o em que hoje permanece; deu-lhe o nome de S. Sebastião, a cujo patrocínio atribuíram todos aquela vitória, em que houve indícios certos (como é tradição constante) fora nela capitão; sendo por muitas pessoas visto no combate pelejar diante dos portugueses um mancebo tão valoroso, quanto desconhecido, que a piedade e devoção julgou ser o glorioso santo, ao qual haviam tomado por protetor; memória que conservou sempre aquela cidade nos cultos de padroeiro que lhe dedica.

37. Tendo já Mendo de Sá dado princípio às fábricas da nova cidade, deixou por governador dela a seu sobrinho Salvador Correia de Sá, que lhe tinha merecido em todo o rigor esta eleição, pelo maravilhoso esforço que mostrara naquela guerra, sendo um dos cabos que tiveram maior parte na vitória, concorrendo na sua pessoa prudência, valor e disposição para aquele emprego. Dele descende a nobilíssima família dos Correias e Sás do Rio de Janeiro, que por largos e sucessivos anos tiveram o governo daquela província e ocuparam grandes lugares em África, Ásia e Portugal, em cuja corte existe a sua varonia e primogenitura o título de viscondes de Asseca.

38. Concluídas estas empresas, alcançadas muitas palmas, passou Mendo de Sá às vilas de Santos, por agradecer àqueles moradores o muito que tinham concorrido com as fazendas e as pessoas para esta guerra. Foi recebido de todos como fundador da liberdade que ficava logrando a região do Sul na extirpação dos inimigos, não só estranhos, mas também daqueles naturais, acérrimos contrários dos portugueses, pois com o seu estrago viveriam seguros das hostilidades que experimentaram. Dispondo o governador nas vilas e povoações daquela repartição tudo o que era mais conducente ao serviço d'el-rei e ao bem comum de todos, e deixando-lhes tantas instruções como saudades, voltou para a Bahia, que o recebeu como pai e defensor da pátria. O bispo, visitadas as suas ovelhas dos rebanhos do Sul, tornou para a sua igreja, onde depois de algum tempo faleceu.

39. D. Pedro Leitão foi clérigo do hábito de S. Pedro, e segundo bispo do Brasil por bula do pontífice Paulo IV. Tomou posse da sua catedral no ano de mil e quinhentos e cinquenta e nove, para onde vinha, com esta sagrada dignidade e a incumbência de juiz dos cavaleiros das três ordens militares, a pastorear estas ovelhas e trazer muitas ao rebanho da Igreja; diligência que o levou repetidas vezes por todo o seu bispado com incansável zelo, pelo custo de muitos anos. O número deles se não sabe, nem o em que faleceu[10], mas sim que teve jazigo na sua Sé, donde se lhe trasladaram os ossos para Portugal; fato em que a Bahia não devia demitir o seu direito, pois, sendo-lhe este prelado devedor de tantas saudades, não era justo que ela largasse tão estimados penhores.

40. Salvador Correia de Sá, governador da nova cidade do Rio de Janeiro, teve brevemente ocasião de mostrar de novo o seu valor e disposição; porque, havendo chegado ao Cabo Frio quatro naus francesas a buscar o pau-brasil, foram persuadidos daqueles gentios (de cuja amizade pendiam as conveniências da sua navegação) a que os ajudassem contra Martim Afonso de Sousa, índio notável por esforço e amizade com os portugueses, chamado antes do batismo Arariboia, ao qual levara Mendo de Sá, do Espírito Santo com a sua aldeia, de que era principal, para a guerra do Rio de Janeiro, em que nos ajudou com a sua gente e com muito zelo e valor, causa pela qual se lhe tinha dado um sítio para a sua habitação, uma légua distante da cidade.

41. Pela barra (sem ter ainda as defensas necessárias para lhes fazer oposição) entraram as quatro naus francesas com oito lanchas e inumerável cópia de canoas, publicando que iam contra Martim Afonso, a prendê-lo e a entregá-lo àqueles gentios de Cabo Frio, a quem assistiam com o seu poder como a seus confederados, e mostrando não ser contra as nossas armas aquela ação, como se nos não tocara por muitos princípios a defensa de um capitão que não havia incorrido no ódio daqueles gentios por outras causas mais que por haver recebido a nossa fé, e permanecer constante na nossa união e vassalagem, obrando valorosas ações em prova da sua fidelidade.

42. Logo mandou o Governador Salvador Correia socorro de gente a Martim Afonso, e receando que, se ele fosse vencido, iriam os inimigos triunfantes sobre a cidade mal fortificada, e nos princípios da sua fundação sem meios para resistir a uma invasão de tanto aparato, tão inopinada como grande, mandou logo pedir às vilas de Santos e S. Vicente socorros de gente e canoas, que ajudassem a defender a praça, à qual aplicou as defensas que permitiram o tempo e a necessidade. Desembarcaram das oito lanchas grande quantidade de franceses, e das canoas uma multidão de índios, à vista da aldeia de Martim Afonso, e tendo por tão segura a presa que supunham lhes não escaparia das mãos, determinaram acometê-lo no outro dia e passar em sossego aquela noite, antecipando o descanso ao triunfo.

43. Porém, no maior silêncio e escuridade dela, sendo acometidos pelo famoso índio com a sua gente e com os nossos soldados, que poucas horas antes lhe tinham chegado, foram desbaratados os inimigos, deixando muitos mortos e vários despojos. Recolhendo-se às suas naus os franceses, e os gentios às suas canoas, não deixaram de sentir continuados os golpes pelos tiros de um pedreiro que fora no nosso socorro, e lhes lançou repetido número de pedras, causando grande estrago nas vidas e nas naus, as quais, tendo dado em seco por vazar a maré, não puderam disparar a sua artilheria; e no outro dia saíram pela barra vencidos e destroçados, e vagando pelos nossos mares foram ter ao Recife de Pernambuco, onde lhes acontecera o que temos referido na descrição daquela província.

44. Chegado depois deste conflito o socorro que o governador tinha mandado ir de Santos e S. Vicente, e achando já retirados os inimigos (com generoso sentimento não haverem tido parte na glória do triunfo) se resolveram aqueles auxiliares, que vinham com ânsia de pelejar, a irem hostilizar aos gentios de Cabo Frio nos seus próprios domicílios; e louvando-lhes o governador aquele impulso, os enviou ainda mais animados com a sua aprovação. Chegaram ao Cabo Frio, e não achando já naquele porto as quatro naus, viram outra que havia chegado de França poucos dias antes; acometeram-na os nossos com as canoas de tal forma, que se não pôde valer da sua artilheria, e alguma que disparou nos não fez dano. Morto o seu capitão, a rendemos com todas as drogas de que ainda estava carregada, deixando assombrados e fugitivos todos aqueles gentios, nossos acérrimos inimigos. Salvador Correia enviou a nau à Bahia ao general seu tio, em ostentação e mostra daquela vitória.

45. Estas ações se obraram na regência do cardeal D. Henrique infante de Portugal (que logo veremos rei, transformada a púrpura cardinalícia em púrpura real), a quem voluntariamente tinha largado a administração do reino e tutoria d'el-rei D. Sebastião (que el-rei D. João III, seu esposo, lhe encarregara) a sereníssima rainha D. Catarina não por lhe faltar talento para a educação do neto e regência da monarquia, que com tantos acertos tinha exercido, mas por entender que dispunha tirar-lhas o cardeal; e entregando-lhas de próprio moto, quis antes obviar o escândalo que aquela ação havia de dar, que o trabalho que até então tivera em as manter, ficando só como testemunha real das disposições menos fervorosas de um

príncipe eclesiástico, que governou o império com o mesmo descuido e irresolução quando regente, que quando rei.

46. Porém, tomando el-rei D. Sebastião, primeiro do nome, posse de cetro aos quatorze anos da sua idade no de mil e quinhentos e sessenta e oito, continuou o cuidado das conquistas e almas do Brasil, com o próprio zelo dos seus augustos progenitores e antecessores na coroa, cuja religião e grandeza eram os exemplares das suas ações. Dotou os colégios dos padres da Companhia da Bahia e Rio de Janeiro com rendas e côngruas próprias da sua generosidade real, e por esta causa o têm por seu fundador, porque ainda que já houvesse muitos anos possuíam igrejas em muitas partes e províncias do Estado, não reputava por fundação a casa sem o patrimônio. Foi prorrogando a Mendo de Sá o governo até o ano de mil e quinhentos e setenta, em que lhe mandou por sucessor a D. Luís de Vasconcelos, naquela infausta frota de cujos adversos sucessos faremos lastimosas lembranças.

47. Saiu da barra de Lisboa no referido ano com sete navios, entre os quais era um a nau *Santiago*, que trazia ao Brasil ao venerável padre Inácio de Azevedo da Companhia de Jesus, com trinta e nove companheiros da mesma sagrada religião, conduzindo para as suas missões outros mais, que vinham divididos pelos navios daquela frota. Mas só ao seu capitão e aos trinta e nove soldados que com ele se embarcaram tinha Deus decretado, em prêmio de serviços grandes, a glória do martírio, querendo que naquele náutico teatro e naquela naval campanha ganhassem este troféu. Foi a frota em conserva à ilha da Madeira, onde havia de esperar tempo oportuno para a viagem da Bahia.

48. Enquanto se detinha naquele porto, pediu licença ao governador o capitão da nau *Santiago* para ir à ilha da Palma (uma das Canárias) levar fazendas que havia de trocar por outras, para as transportar ao Brasil; e alcançada a faculdade, foi demandar a ilha; mas não podendo chegar à cidade, por lhe ser contrário o vento, lhe foi preciso tomar um porto que lhe ficava distante três dias de viagem. Nele saiu o padre Inácio de Azevedo com os seus religiosos; celebraram os ofícios divinos com grande consolação e assistência daqueles vizinhos, que pia e generosamente lhe assistiram os poucos dias que ali se detiveram; mas sendo tempo de prosseguir a

viagem, se fez a nau a vela para o porto da cidade, a cuja vista descobriram cinco galeões; com que Jacques Soria, tão grande capitão como huguenote (no serviço de Joana d'Albret, princesa de Bearne, condessa de Foix e pretensa rainha de Navarra, infecta da própria seita abominável), andava a corso, buscando presas naqueles mares, em que sempre eram certas.

49. Em toda aquela herética milícia era tal ódio à nossa fé católica romana, que o não podia encobrir nem com o rebuço da sua ambição. Os mais estimados despojos eram as vidas dos católicos, e as tiranias com que lhas tiravam, os seus maiores triunfos. Acometeram os galeões a nau *Santiago*, e depois de uma valorosa resistência (posto que desigual à vantagem que os inimigos tinham em número de navios, de gente e de exercício militar) a cercaram, e lançando-lhe dentro os mais valorosos soldados e piratas mais ousados, a renderam, porém não sem perda sua, porque foram mortos no conflito muitos, com um dos seus cabos de maior distinção.

50. O venerável padre Inácio de Azevedo, como o primeiro em lhes pregar a nossa fé e abominar a sua depravada seita, foi o primeiro objeto do seu furor, deixando-o com cinco feridas morto e a sete dos companheiros que mais próximos se acharam à pessoa do seu provincial e acabaram quase dos mesmos golpes, abrindo à morte umas portas o ferro, outras a mágoa. Os trinta e dois, com ânsia viva procurando a morte, foram condenados a ela por Jacques Soria e mandados lançar ao mar, uns vivos e outros quase mortos, sendo todos recebidos no Céu com quarenta lauréolas; triunfo de que teve visão a gloriosa madre Santa Teresa de Jesus em Espanha, onde florescera em milagres[11].

51. Foi religioso o insigne padre Inácio de Azevedo da Sagrada Companhia de Jesus, e um dos mais famosos capitães daquela nova milícia, na qual se alistou nos mais floridos anos da sua idade, deixando a antiga casa de seu pai D. Manuel de Azevedo comendador de S. Martinho (de que era primogênito) a seu segundo irmão D. Francisco de Azevedo, que no serviço da pátria obrou com o mesmo zelo que o terceiro, D. Jerônimo de Azevedo, nas conquistas da Ásia, onde chegou pelos seus serviços e merecimentos a ser seis anos vice-rei da Índia e um dos heróis que mais souberam merecer este superior emprego, ainda maior naquele tempo, em que eram mais frequen-

tes as ocasiões de ostentar o valor português, que é o primeiro impulso que leva àquela região aos fidalgos da primeira hierarquia do reino.

52. Foi crescendo o espírito do padre Inácio de Azevedo com a observância dos exercícios e estatutos do seu glorioso patriarca Santo Inácio de Loiola, e em breve tempo chegou a avultar tanto na sua disciplina, que era escolhido entre os outros religiosos para as mais difíceis empresas, não sabendo negar-se aos maiores perigos; e precisando mais da obediência que da vontade, exerceu em quase todas as casas que tinham em Portugal os primeiros lugares. Porém, desejando empregar-se na conquista das almas do Brasil (em cujas missões ia já fazendo muitos progressos e colhendo avantajados frutos a sua religião), o mandou o seu geral por visitador das fundações deste Estado a animar aos outros obreiros, que com incansável trabalho se empregavam nelas.

53. A exemplar virtude e os casos em que a exerceu foram testemunhos autênticos da união com que aquela alma estava já com Deus. Acabando o tempo da sua visita, foi por procurador destes colégios a Roma, sendo com agrado recebido do pontífice Pio V, e com especial amor do geral da Companhia, que era então o glorioso S. Francisco de Borja, a quem comunicou o estado das missões e a falta que havia de religiosos para as adiantarem; e concedendo-lhe licença para os conduzir de todas as casas da religião, o elegeu por provincial do Brasil, para onde tornava com muitos companheiros, quando experimentou o sucesso referido, em que fazendo o venerável padre Inácio de Azevedo o último período às suas fadigas, conseguiu para a pátria, para a religião e para o Céu, crédito, exemplo e glória, nascendo ilustre, vivendo penitente e morrendo mártir.

54. Cada um dos seus trinta e nove companheiros nos merecia particular memória pela sua grande virtude, fervoroso espírito e zelo da conversão dos gentios, da emenda e perfeição dos católicos, como mostraram no tempo que estiveram em Lisboa esperando a monção da frota, para partirem para o Brasil. Não lhes referimos os nomes, nem fazemos de cada um especial ideia, porque como todos eram imagens tiradas daquele protótipo, com mostrarmos o original lhes rascunhamos as cópias.

55. Chegada à ilha da Madeira a infeliz nova do sucesso adverso que teve a nau *Santiago*, se arrependeu o governador de haver dado a licen-

ça que se lhe pedira, e com maior excesso, de ter permitido que nela fosse o padre Inácio de Azevedo e os seus religiosos, pela falta que haviam de fazer aos obreiros da Companhia para as vastíssimas searas da fé na gentilidade do Brasil.

56. Vinda a monção de prosseguir a sua viagem para a Bahia, saiu o Governador D. Luís de Vasconcelos da ilha da Madeira com ventos favoráveis, mas achou nas de Cabo Verde tão abrasados os calores da costa de Guiné, que com a maior parte da gente enferma chegou a avistar terra do Brasil, mas a violenta corrente das águas (naquela estação furiosas) o levou e a toda a sua frota às Índias de Espanha, donde, voltando, foram de novo derrotados os navios e compelidos a tomar vários portos, chegando só dois à Bahia com quatorze meses de navegação.

57. Por ter falecido no mar o governador D. Luís de Vasconcelos da enfermidade contraída pelos calores de África e pelos descômodos de tão prolongada e trabalhosa viagem, mandou el-rei D. Sebastião a Luís de Brito de Almeida por governador e capitão-geral do Brasil, e chegou à Bahia no ano de mil e quinhentos e setenta e dois, em que faleceu Mendo de Sá.[12]

58. Foi Mendo de Sá generoso ramo do ilustríssimo tronco deste apelido tão esclarecido como antigo em Portugal, de que é cabeça e parente maior o marquês de Abrantes conde de Penaguião e gentilhomem da Câmara. Nos seus primeiros anos se aplicou ao estudo das letras; depois passou à profissão das armas, saindo em ambas as faculdades consumado. O valor, a piedade e experiência que concorriam na sua pessoa o fizeram objeto da atenção d'el-rei D. João III para lhe encarregar o governo de um novo mundo, que por dilatado e distante carecia do seu grande talento, o qual empregou todo no serviço do monarca, no amparo dos súditos e no aumento do Brasil, unindo de tal forma os preceitos reais com as conveniências públicas, que a um tempo era ministro do rei e pai da pátria; tão zeloso da extensão da fé católica, que entre os missionários evangélicos não parecia governador, mas companheiro.

59. Foi o terceiro capitão-geral deste Estado, cujo governo teve quatorze anos. Faleceu na Bahia no de mil e quinhentos e setenta e dois; em jazigo no cruzeiro da igreja dos padres da Companhia de Jesus, com

epitáfio e título de insigne benfeitor do colégio. Deixou no Brasil descendência, a qual, pelas inconstâncias da fortuna, só conserva de tão ilustre progenitor a memória e o apelido.[13]

60. Ao Governador Luís de Brito de Almeida (pelas virtudes de que era dotado, e com o exemplo dos seus antecessores neste governo-geral) foi fácil proceder conforme a expectação que se tinha do seu talento. Fez várias guerras aos gentios, prosseguiu por muitas partes as conquistas e por todas favoreceu as missões. Empreendeu os descobrimentos das pedras preciosas, cujas notícias davam não pequeno brado, assim no Brasil próprio como em Portugal, diligência que el-rei muito lhe encomendara, à qual enviou o governador a Sebastião Fernandes Tourinho primeiro, e depois a Antônio Dias Adorno, de que resultaram os sucessos que deixamos escritos.

61. Informado el-rei D. Sebastião da fertilidade e abundância das terras que rega e fecunda o rio Real, cujo pau-brasil (de que abundam as matas do seu sertão) iam os franceses buscar, e ajudados pelos gentios seus confederados o conduziam àqueles portos, para o carregarem nas suas naus, ordenou ao governador o mandasse povoar; em cuja execução enviou Luís de Brito de Almeida a Garcia d'Ávila[14] a fazer uma povoação naquele rio, que está em onze graus, no distrito e jurisdição da província de Sergipe.

62. Assentou Garcia d'Ávila a povoação três léguas pelo rio acima, onde foi preciso ao governador ir a castigar aqueles gentios, que nos faziam terrível resistência, e com tanta fortuna os venceu, que presos dois capitães, os maiores que tivera a sua nação, mortos uns e outros cativos, fez retirar aos mais para o interior daquele continente. Depois se passou a fundação para lugar mais conveniente e mais vizinho do mar, onde hoje permanece.

63. Governou Luís de Brito de Almeida cinco anos, e por sucessor lhe veio Lourenço da Veiga, que chegou à Bahia no de mil e quinhentos e setenta e oito (infausto para toda a monarquia portuguesa pela infeliz batalha de Alcácer). No ano segundo do seu governo, que se contavam mil e quinhentos e oitenta, veio a fazer assento neste Estado a religião dos profetas, filhos de Nossa Senhora do Carmo e do grande Elias; fundaram a sua primeira casa na vila de Santos e depois nas cidades do Rio de Janeiro,

da Paraíba, da Bahia e de Pernambuco, procedendo em todas estas partes como filhos de tal mãe e de tal pai, e conservando nas suas virtudes sempre vivo o fogo de Elias e permanentes as flores do Carmelo. Trouxeram por seu primeiro vigário provincial ao padre Fr. Domingos Freire, em cuja obediência exercitaram grandes obras do serviço de Deus e do bem das almas, florescendo em doutrina e letras com admiráveis efeitos e santos exemplos por todo o Brasil, onde possuem grandes propriedades, cujas rendas despendem pia e religiosamente.

64. Com este fervor e zelo católico tratava do aumento deste Estado el-rei D. Sebastião, posto que a fatalidade do contrário horóscopo em que nascera o andava já encaminhando a representar uma tragédia, que começou nas campanhas africanas para nunca acabar na mágoa portuguesa. O ânimo intrépido e o fervor católico que no generoso peito deste heroico príncipe respiravam chamas de valor e de fé, depois por falta de moderação, causaram o mais lastimoso incêndio. Andava sempre arrebatado da propensão das armas, ideando empresas militares; e tanto se abstraía na glória da posteridade que enquanto a não assegurava com as ações, a não deixava com a fantasia. Contemplava grandes feitos de heróis famosos, e não ia com o pensamento a buscar os Cipiões e Pompeus a Roma, os Aníbais e Asdrúbais a Cartago, os Filipes e Alexandres à Macedônia, os Ciros e Darios à Pérsia, porque na sua respeitada Lusitânia, nos augustos e invictos reis seus ascendentes e os seus súditos, que lhes ajudaram a ganhar e aumentar a monarquia, tinha todos os exemplares de que desejava ser cópia viva.

65. Considerava a Portugal tirado do forte poder mauritano pelo Conde Henrique, por el-rei D. Afonso Henriques, pelos reis D. Sancho I, D. Afonso II e III; a defensa do reino por el-rei D. João I; as conquistas de África pelo mesmo rei e por seus filhos el-rei D. Duarte, os infantes D. Henrique, D. Pedro e D. Fernando, e por seu neto el-rei D. Afonso V; as de Etiópia por el-rei D. João II; as de Ásia por el-rei D. Manuel e D. João III. Olhava para o templo da Fama, e via nele colocadas as estátuas deste e dos outros monarcas lusitanos seus progenitores, e dos famosos capitães portugueses seus naturais vassalos; parecia-lhe que de tanta glória nenhuma parte lhe podia tocar, se não tivesse entre eles simulacro próprio.

66. Com esta ânsia ou emulação, achando-se sem exército competente à empresa, nem proporcionado à majestade, tendo só vinte anos de idade, partiu a primeira vez para África, desculpando o pouco aparato militar com que saía dos seus reinos, com o pretexto de ir só a visitar aquelas praças. Desembarcou em Tânger, e saindo a correr a campanha, juntando-se um grande esquadrão de mouros, o acometeu el-rei com tão singular valor que o fez retirar; e não se achando com poder para o seguir, se demorou na campanha celebrando do triunfo sem batalha, só por haver ficado no campo, no qual obrou festejos de cavalarias, em que era destríssimo; e como se via sem meios para empreender alguma ação heroica que desempenhasse a grandeza do valor e da majestade, se recolheu a Portugal sem outro efeito ou fruto que o de jogar canas em África.

67. Meditava juntar uma poderosa armada capaz não só de desempenhar a sua primeira viagem, mas de causar àqueles infiéis o mais exemplar estrago, fazendo em toda a África a maior impressão. E sendo chegado o termo em que estava destinada a sua ruína e a do seu império, lha ofereceu a ocasião mais cedo do que ele a dispunha. Viera o africano rei Xarife Mulei Hamet, expulso do trono de Marrocos, valer-se do seu poder para o introduzir nele, prometendo o que não podia dar; mas el-rei D. Sebastião, que não apetecia outros interesses que os lances em que mostrar o seu ousado coração e as suas forças naturais superiores às de todos os Hércules daquele século, abraçou este com o empenho em que o punham o valor e as ideias das vitórias e triunfos que esperava conseguir dos infiéis, tendo determinado que das suas proezas fosse teatro África, ou por mais vizinha, ou por mais guerreira.

68. Juntou brevemente exército de gente mais luzida que disciplinada, posto que nos príncipes do seu augusto sangue de Bragança e de Aveiro levava uma real, poderosa e fiel companhia, e nos outros ilustríssimos vassalos combatentes valorosos, mais arrojados que advertidos, principalmente aqueles que, podendo desviá-lo deste perigo, o meteram nele. Enfim, com dezoito mil homens, entre os quais se via a flor da nobreza do reino, se foi perder aos quatro do mês de agosto do lamentável ano de mil e quinhentos e setenta e oito na infeliz batalha de Alcácer, lugar tão triste aos portugueses, como Farsália aos romanos.

69. Estava destinada aquela campanha para sepultura da gente portuguesa; e assim o seu monarca, aquele valor que devera empregar em mais dignas empresas que a restituição de um rei infiel, e a glória que pudera adquirir em melhores conquistas que as areias de África (sem dar atenção aos ameaços de tantos sinais, aos avisos de infaustos vaticínios e aos rogos de muitos súditos), foi malograr com a sua vida e a dos seus vassalos naquele desgraçado conflito; perda que pelo curso de muitos anos sentiu a monarquia, ainda hoje padece a lembrança, e sempre há de lamentar a saudade.

70. Estava então na casa dos religiosos da Companhia do Espírito Santo o seu venerável padre José de Anchieta, segundo apóstolo do Brasil, e sendo-lhe representada em visão esta tragédia, saiu da oração como fora de si, exclamando pelos lugares do convento, com íntimos suspiros e copiosas lágrimas que se perdera a batalha; e computado depois pelas notícias o tempo, foi o mesmo dia e hora que ela se dera. Quis Deus Nosso Senhor que este servo seu fosse o primeiro que nesta região soubesse, sentisse e publicasse esta desgraça, assim como permitiu que por várias partes de Europa tivesse alguns santos e justos a mesma visão.[15]

71. Truncada em el-rei D. Sebastião a primogenitura da sucessão real, e sendo já falecidos os sereníssimos infantes D. Luís, D. Fernando e D. Duarte, imediatos à coroa, foi ela buscar a cabeça do cardeal infante D. Henrique, também primeiro do nome entre os monarcas portugueses, que já havia governado o reino na menoridade del-rei D. Sebastião, quando (como temos escrito) deixou a sua tutoria a rainha D. Catarina sua avó, por obviar as discórdias que contra o seu real decoro haviam de acontecer, pela vontade que o cardeal infante tinha de governar.

72. Este príncipe, dedicado desde a sua puerícia ao estado eclesiástico, se empregou nele com a exemplar piedade e zelo cristão que o constituíram ideia e protótipo dos prelados daquele século; e sucedendo na monarquia o fatal ano de mil e quinhentos e setenta e oito, a governou quase dois como prelado mais que como rei, sem lhe aproveitarem na regência do reino os ensaios que tivera para monarca dele; porque todo propenso à profissão em que se criara, se achava com menos disposição para o governo monárquico e político, da que carecia o seu império naquele

tempo mais que em outro algum, combatido de desgraças e acidentes, que requeriam uma cabeça de maiores experiências nas matérias de estado e de menos idade que a sua; causas das contínuas irresoluções em que flutuava o seu entendimento, sendo a mais prejudicial aos seus vassalos o não declarar em sua vida sucessor ao reino.

73. Entre vários príncipes que o pretendiam, fizeram a mais forçosa oposição Filipe II, rei de Castela, como filho da senhora imperatriz D. Isabel, e a sereníssima senhora D. Catarina, duquesa de Bragança, por ser filha do infante D. Duarte, ambos filhos d'el-rei D. Manuel e irmãos do cardeal reinante. Chamava a Filipe o sexto, e a Catarina a representação, pela qual a esta princesa pertencia a coroa, além de ter por esposo a um príncipe natural do reino, descendente dos seus augustos reis, o sereníssimo Duque D. João, cujas veias eram depósito do real sangue português, assim pela varonia do senhor D. Afonso, primeiro duque de Bragança, filho del-rei D. João I, como pela linha da sereníssima senhora D. Isabel, duquesa terceira daquele real estado, filha do infante D. Fernando, que o era d'el-rei D. Duarte.

74. Grande conhecimento tinha o cardeal rei do claro direito da sereníssima senhora D. Catarina; e sendo muito o amor que lhe mostrava, era maior a sua natural perplexidade, pois, falecendo no ano de mil e quinhentos e oitenta, sem resolver a competência, deixou ao arbítrio de cinco juízes a determinação da causa; e sendo todos ilustríssimos, só dois mereceram este título, pela oposição que fizeram a que se não elegesse por senhor príncipe que não fosse natural do reino; mas os três passando a Aiamonte, terra de Castela, deram a favor do rei castelhano a sentença, por muitas nulidades e inválida.

75. Com este título, e finalmente com o das armas, que é o direito mais seguro dos príncipes (ganhada pelo grande duque de Alba a batalha de Alcântara ao senhor D. Antônio, filho ilegítimo do infante D. Luís, que tumultuariamente e com pouco séquito se tinha aclamado rei em Santarém), entrou no domínio Filipe segundo do nome em Castela e primeiro em Portugal; porque estavam decretados aos lusitanos sessenta anos de cativeiro naquele reino, como no de Babilônia aos hebreus, por diferentes pecados de uma e outra nação.

76. No governo do novo rei Filipe e nos de seu filho e neto, também Filipes, não experimentaram as conquistas do Brasil o cuidado com que os seus monarcas portugueses as tinham engrandecido, havendo-se os castelhanos com tanta desatenção ao aumento e segurança delas, que nas tréguas que no ano de mil e seiscentos e nove assentou com os holandeses Filipe III de Castela e II de Portugal, não compreendeu as nossas conquistas, deixando-as sujeitas às invasões dos seus inimigos, e proibindo os referidos reis a todos os súditos lusitanos o comércio e navegação da outra América, que lhes devia ser comum, aos de Portugal por vassalos e aos do Brasil por naturais, posto que pela abundância do nosso país e pelo trabalho dos seus moradores se faziam opulentas todas as nossas províncias.

77. Porém como nestes príncipes, e com maior excesso no último dos três Filipes, foi máxima de estado ou dogma político atenuarem o reino, por temerem que os portugueses o restituíssem à sereníssima casa de Bragança com a mesma força com que lhe fora usurpado, trataram de o debilitar, tirando-lhe na gente, nas armas e nos cabedais os meios de lhe poderem resistir, posto que adiante o sucesso saiu mui diverso das disposições, porque as causas que são muito intensas produzem contrários efeitos. Mas enquanto não chegava o termo, gemia Portugal e padeciam as conquistas, participando, como membros, daquela enfermidade que sentia o coração, e ficando sujeitas ao furor dos inimigos de Castela, cujos golpes se faziam nelas mais sensíveis pela própria debilidade que pelo poder estranho.

78. Era entranhável o ódio que contra a monarquia de Espanha professavam os holandeses e as províncias que seguiam a sua voz, e mudando de religião, mudaram de governo sacudindo o jugo e a obediência de Filipe II rei católico, seu natural senhor, como hereditário e soberano conde daqueles estados. Teve princípio a sua rebelião no ano de mil e quinhentos e sessenta e quatro, na proteção de Guilherme de Nassau, príncipe de Orange, seu vassalo, continuada depois na de seu filho Maurício; e ressuscitando a constância e valor de Cláudio Civil, aquele seu intrépido e feroz batavo que deu tanto que fazer aos romanos desde o império de Nero Domício até o de Flávio Vespasiano auxiliados agora, como então, de muitos príncipes alemães, resistiram apertadíssimos e memoráveis cercos, famosos e experimentados exércitos e capitães.

79. Finalmente instituíram uma república, que depois se fez reconhecer livre em oito províncias unidas, formidável por muitas batalhas terrestres e navais a toda a Europa; já não cabiam no estreito terreno que a natureza lhes dera por domicílio, e subjugado das suas poderosas armadas quase todo o oceano, conseguiram muitas empresas, sendo as conquistas da monarquia de Espanha todo o maior emprego da sua porfia e do seu valor. Digam-no Malaca, Ceilão e outras praças na Ásia; a Bahia e Pernambuco no Brasil; a Mina e Angola, na Etiópia, e muitas povoações que fundaram nas terras da Nova Espanha, sendo o descuido dos reis castelhanos a causa e todas as nossas perdas.

80. Se não era que aquela monarquia ia já caindo, carregada do peso da sua própria grandeza, pela sua dilatada extensão; as Províncias Unidas livres do seu domínio, contrastada de inimigos a outra porção de Flandres amotinado o reino de Nápoles, o principado de Catalunha aclamando outro soberano, perdidas numerosas armadas em ambos os mares, duas vezes saqueada e destruída Cádis pelos ingleses, outra pelos turcos Gibraltar, restituída pelo valor dos lusitanos a coroa portuguesa aos seus legítimos e naturais monarcas, e hoje alienadas as duas Sicílias, o estado de Milão e o reino de Sardenha; porque só restringidos podem conservar-se os impérios, como do romano aconselhou Augusto a seu sucessor Tibério, parecer com que depois Adriano se quis conformar, fazendo derribar a ponte que Trajano fez levantar sobre o Danúbio, e determinando que para o oriente fosse o rio Eufrates o último limite do império, mandando abandonar o muito que da outra parte dele se tinha já conquistado.

81. Durante o governo de Lourenço da Veiga, no ano de mil e quinhentos e oitenta e um, fundaram casa na Bahia os monges do glorioso patriarca S. Bento com o seu fundador e prelado o padre Fr. Antônio Ventura[16]; e achando ainda o terreno com alguns abrolhos da gentilidade, pela sua cultura se transformaram em espigas das searas evangélicas, como já ao seu santo patriarca se converteram em rosas os espinhos. Dilataram a sua doutrina por muitas partes do Brasil, florescendo em virtudes e letras, com grande aproveitamento das almas e exemplo dos povos, por cuja devoção foram aumentando as fundações, e possuindo as muitas propriedades com que hoje se acham, cujas rendas empregam no cultivo divino, fábricas de templos, socorro dos pobres, e modesta sustentação dos seus monges, dos quais têm numerosa e dilatadíssima família.

82. No mesmo ano faleceu na Bahia o governador e capitão-geral Lourenço da Veiga, com muitos anos de idade e três de governo[17]. Da sua pessoa não alcançamos individuais notícias. Do seu talento faremos conceito pela sua eleição, sendo para este emprego escolhido por el-rei D. Sebastião, que tanto os sabia avaliar. Como não havia ainda vias de sucessão (que se introduziram neste Estado com a vinda do Governador Manuel Teles Barreto), ficaram com o governo-geral do Brasil o Senado da Câmara e o ouvidor-geral Cosme Rangel de Macedo, por nomeação do governador, com aprovação da nobreza e do povo. Substituíram o lugar com muito acerto por tempo de dois anos.

83. Manuel Teles Barreto, governador e capitão-geral deste Estado, foi o primeiro que a ele mandou, como rei de Portugal, o prudente Filipe rei católico. Vinha a suceder a Lourenço da Veiga no governo, e tomou as rédeas dele, que se achavam nas mãos do seus substitutos. Tinha envelhecido no serviço do rei e da pátria, e se achava com tanta idade, que parecia sobrarem para encher o círculo da sua vida os anos do seu governo. Nele hostilizados os moradores das capitanias da Paraíba e de Itamaracá pelos gentios potiguares, os quais com os franceses (que naquele rio iam a buscar o pau para as suas tintas) lhes causavam contínuos danos, recorreram ao capitão-geral Manuel Teles Barreto, pedindo-lhe socorro contra aqueles inimigos.

84. Intentou Manuel Teles ir a castigá-los, e assegurar aquelas províncias dos males que padeciam; mas impedido não só dos anos, porém sim dos importantes negócios que tinha entre mãos neste governo, onde havia seis meses que era chegado; e achando-se no porto da Bahia o general Diogo Flores de Baldés com a sua armada, vinda do estreito de Magalhães, resolveu que com duas naus de Portugal da armada que trouxera (conduzida por Diogo Vaz da Veiga) fossem estes dois capitães em favor daqueles moradores.[18]

85. Partiram da Bahia, e chegados a Pernambuco, mandou o General Diogo Flores de Baldés a gente por terra, e ele com a armada deu fundo fora da barra e, entrando só com uma sua fragata, com outra nau das de Diogo Vaz da Veiga e com todos os batéis dos outros navios, nos quais embarcou a gente, avistou quatro naus de França, que logo queimaram

os franceses, pondo-os em terra com os gentios, e juntos mostraram fazer oposição ao desembarque da nossa gente; mas não o puderam impedir e se retiraram. Saíram os nossos generais a terra, desassombrando a todos os moradores daquelas capitanias do temor em que viviam, e dos males que experimentavam. Chegou neste tempo por terra muita gente de Pernambuco e de Itamaracá, que vinha em socorro, e os generais levantaram um forte de terra e faxina para defensa daquelas províncias, na qual deixou Diogo Flores por capitão a Francisco Castrejon com cento e cinquenta soldados.

86. Este capitão se houve tão mal com Frutuoso Barbosa, a quem el-rei tinha encarregado o governo da Paraíba, não querendo reconhecê-lo por governador, que lhe foi preciso retirar-se a Pernambuco, donde recorreu a el-rei para que dispusesse o que mais conveniente fosse a seu serviço. Entretanto foram várias vezes os inimigos sobre aquele forte, e pondo-lhe um dilatado cerco, cansado Francisco Castrejon de o defender, pela muita gente que nele lhe mataram, e pelo aperto em que o tinham, o desamparou, retirando-se por terra para a capitania de Itamaracá, em cuja jornada lhe mataram os inimigos muitas pessoas que o seguiam; o que sabido pelos moradores de Pernambuco, tornando com Frutuoso Barbosa à Paraíba, restauraram o forte, e lho entregaram, restituindo-o o governo daquela província.

87. Aos quatro anos do governo de Manuel Teles Barreto, faleceu na Bahia no de mil e quinhentos e oitenta e sete. Foi o primeiro que trouxe ao Brasil as ordens das vias para as sucessões, como D. Vasco da Gama tinha sido o primeiro que as levara à Índia, e nos seus governos tiveram execução, em um sério caso, em ambos parece mistério. Em virtude delas entraram no governo-geral do Brasil D. Antônio Barreiros (que já desde o ano de mil e quinhentos e setenta e seis tinha sucedido a sagrada dignidade ao bispo D. Pedro Leitão) e o provedor-mor da fazenda Cristóvão de Barros; governaram quatro anos, até o de mil e quinhentos e noventa e um.

88. Francisco Giraldes, senhor da capitania dos Ilhéus (que seu pai Lucas Giraldes comprara a Jerônimo de Figueiredo de Alarcão, filho de Jorge de Figueiredo Correia, a quem el-rei a concedera), vinha por gover-

nador e capitão-geral do Brasil a suceder a Manuel Teles Barreto; porém, partindo da barra de Lisboa, e tornando a recolher-se a ela com duas arribadas, não quis prosseguir a viagem do Brasil, ou porque teve por mau anúncio do seu governo aqueles desfavores da navegação, ou porque os inconvenientes que lhe sobrevieram à sua saúde e aos interesses da sua casa pareceram justificados pretextos para se lhe aceitar a deixação que fez do cargo.

89. Nele sucedeu D. Francisco de Sousa, claríssimo por sangue e por ações, segundo avô do marquês das Minas, que adiante veremos governador e capitão-geral do Brasil. Chegou D. Francisco de Sousa à Bahia no ano de mil e quinhentos e noventa e um. Trazia a mercê do mesmo título de marquês das Minas, se se descobrissem as que Robério Dias tinha ido prometer a Castela.[19]

90. Foi fama mui recebida que Robério Dias, um dos moradores principais e dos mais poderosos da Bahia, descendente de Catarina Álvares, tinha uma baixela e todo o serviço da sua capela de finíssima prata, tirada em minas que achara nas suas terras; esta opinião se verificou depois com a resolução de Robério Dias, porque, sabendo ser já pública esta notícia que muito tempo ocultara, passou a Madri, e ofereceu a el-rei mais prata no Brasil do que Bilbao dava ferro em Biscaia, se lhe concedesse a mercê do título de marquês das Minas.

91. Não é justo que mereça conseguir os prêmios quem nos requerimentos pede mais do que se lhe deve conceder. Este título se conferiu a D. Francisco de Sousa, que se achava naquela corte provido no governo-geral do Brasil, e a Robério Dias o lugar de administrador das minas, com outras promessas, das quais, pouco satisfeito, voltou para a Bahia na mesma ocasião em que vinha o governador, com cuja licença fora para as suas terras a esperá-los, e a prevenir o descobrimento, ou a desvanecê-lo e a frustrar-lhe a jornada; brevemente a fez D. Francisco de Sousa, com todas as prevenções e instrumentos precisos para aquela diligência; mas Robério Dias o encaminhou por rumos tão diversos (havendo primeiro feito encobrir os outros) que não foi possível ao governador nem a toda aquela comitiva achar rastros das minas que tinha assegurado.

92. Este engano, ou se julgasse cometido na promessa ou na execução, dissimulou o governador D. Francisco de Sousa, enquanto dava

conta a el-rei; e sem dúvida experimentaria Robério Dias o merecido castigo, se antes de chegar a ordem real não houvera falecido, deixando aquelas esperadas minas ocultas até aos seus próprios herdeiros. Foi o governo de D. Francisco de Sousa admirável, e pelos acertos das suas disposições pareceu conveniente ao serviço d'el-rei e ao bem da república mandar-lho continuar por largo tempo, em que se contaram onze felicíssimos anos.

93. No de mil e quinhentos e noventa e quatro, terceiro do seu governo, com o seu favor e o do bispo D. Antônio Barreiros, vieram a fundar casa na Bahia (tendo-a já erigido em Olinda, capital de Pernambuco) os religiosos capuchos do glorioso santo português por quem se emularam Lisboa e Pádua, filho do santo patriarca a quem a humildade deu a maior cadeira e abriu o amor as mais nobres chagas. Trouxeram por prelado ao padre Fr. Belchior de Santa Catarina; foram continuando as suas fundações por várias partes destas províncias, florescendo em todas com ideias daqueles santos protótipos, em grande glória de Deus e benefício das almas; e não possuindo nada pelo seu instituto, tem a posse de tudo pela sua virtude.[20]

94. No curso deste tempo faleceu D. Antônio Barreiros, que desde o ano de mil e quinhentos e setenta e seis exercia os poderes do báculo na Bahia. Foi terceiro bispo do Brasil, por bula do pontífice Gregório XIII. Era freire da ordem de S. Bento de Avis, da qual tinha sido prior-mor. A sua pátria e nascimento se ignoram, mas não as suas virtudes, que exerceu em muito serviço de Deus e bem das suas ovelhas. O ano da sua morte se não sabe, e apenas se acha a sua sepultura na capela-mor da igreja velha dos padres da Companhia, porém ilustrou muito a sua memória o milagre que no seu tempo aconteceu no seu bispado, de que daremos breve, mas portentosa notícia.

95. Da Rochela (ninho de hereges, de que naquele tempo estavam apoderados os calvinistas e outros sectários, valhacouto dos seus insultos, e porto em que recolhiam as suas presas) saíra uma armada, não só com tenção de piratear nos mares do Brasil, mas de invadir e saquear a cidade da Bahia. Tinha tomado na costa de África a fortaleza de Arguim, em cujos despojos acharam o simulacro do glorioso Santo Antônio, ilustre português e ilustríssimo santo, ao qual dando muitos golpes lançaram ao

mar, dizendo-lhe por ludíbrio que os guiasse à Bahia; mas Deus, que é admirável nos seus santos e vingador das suas injúrias, os castigou de sorte com uma tempestade, que derrotados e perdidos por várias partes os seus navios, aportou a sua capitânia destroçada e rota à província de Sergipe, onde não escapando da prisão os que tinham escapado do naufrágio foram remetidos à Bahia para serem castigados.

96. Porém, vindo por terra daquela província, conduzidos por muitos soldados e outros caminhantes que se juntaram à companhia (para que tivesse mais testemunhas o milagre) acharam na praia de Itapuã, quatro léguas da cidade, com os golpes do herético e sacrílego ferro a imagem do santo que tinham lançado ao mar, muitos graus antes de chegar à altura da Bahia, quando lhe disseram por zombaria que os guiasse a ela. Estava o milagroso simulacro em pé, como esperando para os conduzir à cidade, em execução do que lhe tinham pedido; que os despachos de petições insolentes são castigos, como experimentaram aqueles hereges, pois foram sentenciados à morte pelo roubo e pelo sacrilégio; e a imagem do santo, com os próprios sinais abertos e permanentes, colocada no seu convento da Bahia, onde por ordem real lhe faz todos os anos o nobilíssimo Senado da Câmara festa com procissão solene, como a padroeiro.[21]

97. No ano nono do governo de D. Francisco de Sousa acabou o século décimo sexto, tão fecundo de portentosos santos, como infestado de heresiarcas depravados, declarando-se os diabólicos monstros Lutero, Zuinglio, Melanchton, Calvino e outros sectários, contra a verdade infalível da nossa Igreja romana, e opondo-se à pureza evangélica dos nossos sagrados dogmas, desenterrando vários erros de Ário, Nestório, Eutíaques, Prisciliano e outros hereges, condenados todos em tantos ecumênicos, nacionais e provinciais concílios, e já sepultados debaixo dos troféus católicos, mas naquele século confusamente introduzidos pelos referidos infernais ministros a grandes, porém infelizes, príncipes da Europa, aos quais a largueza da nova religião proterva, que lhes restituía os bens eclesiásticos que nos seus Estados haviam os seus antecessores louvável e piamente doados às igrejas e mosteiros, e os brindava com outras conveniências de estado proibidas na religião católica, os levaram e aos seus vassalos pela larga estrada de uma vida livre às prisões eternas.

98. Porém Deus Nosso Senhor, mostrando àquelas desgraçadas criaturas que tinham errado a via da verdade, fez caminhar por ela no mesmo século inumeráveis santos em vários estados, com prodigiosas penitências, mortificações e abstinências sobre a esfera da possibilidade humana, e com a mais pontual observância da doutrina católica romana; sendo uns fundadores de novas religiões, outros reformadores das antigas, dos quais os declarados pela Igreja e venerados nos altares são, na ordem dos patriarcas, S. Caetano de Tiene, Santo Inácio de Loiola, S. Felipe Néri, a gloriosa madre Santa Teresa de Jesus; na dos Confessores S. Francisco Xavier, apóstolo do Oriente, S. João da Cruz, S. Pedro de Alcântara, S. Carlos Borromeo, S. Luís Beltrão; na dos Penitentes, S. Félix Capuchinho, S. João de Deus, Santa Maria Madalena de Pazzi, S. Francisco de Sales, também confessor posto que estes dois últimos falecessem no princípio do século décimo sétimo.

99. Todos estão pelo mundo católico com o mais decente culto em templos, religiões, aras, votos e rogativas, com que os cristãos sabem implorar a poderosa intercessão dos santos. Não numeramos os que seguiram naquele mesmo tempo e no curso dele como companheiros ou como filhos, porque, a serem canonizados, não poderiam caber nos catálogos e nos altares, nem rezar deles a igreja e as religiões, tendo florescido todos em admirável santidade, com os ilustres testemunhos de inumeráveis e estupendos milagres, e encaminhando mais almas ao Céu que as suas antiperístases ao Inferno.

100. Desde o ano de mil e quinhentos e noventa e seis em que falecera el-rei Filipe o Prudente, tinha as rédeas da monarquia el-rei Filipe III em Castela e segundo em Portugal. O primeiro governador que proveu para o Brasil foi Diogo Botelho; chegou à Bahia no ano de mil e seiscentos e dois, e governou cinco. Sucedeu-lhe D. Diogo de Meneses no cargo, e saindo de Lisboa para o para o Brasil, foi arribado à Paraíba, donde prosseguiu a viagem para a Bahia, e chegou a ela no ano de mil e seiscentos e oito; governou o Estado cinco.

101. No de mil e seiscentos e treze lhe veio suceder Gaspar de Sousa, por cuja disposição e ordem foram expulsos os franceses da ilha de S. Luís do Maranhão, como (zelo de que resultou tanto serviço ao rei como

aos súditos) examinando pessoalmente tudo o que podia ser mais útil ao aumento da real fazenda, sem detrimento, mas, antes em benefício dos povos, e governou quatro anos.

102. No de mil e seiscentos e dezessete lhe sucedeu D. Luís de Sousa e dos seus antecessores Diogo Botelho e D. Diogo de Meneses também não achamos notícias de que fazer particular memória, porque a tranquilidade em que já estava o Brasil naquele tempo, não dava matéria mais progressos que ir com plausível descanso colhendo o suspirado fruto das fadigas passadas, sem outro efeito que as conveniências que então logravam os governadores e os súditos, tanto maiores, quanto as costumam fazer mais seguras a paz e o sossego.

103. As missões cresciam com o mesmo fervor e menos custo. Os gentios indomáveis estavam pelo interior dos sertões muito distantes. Os vizinhos eram vassalos e serviam mais aos nossos interesses que ao emprego das nossas armas. A fortuna ainda se mostrava ao nosso favor com diferente aspecto daquele com que depois a vimos contrária sendo Diogo de Mendonça Furtado o primeiro general que a experimentou adversa, como em seu e nosso dano mostrará a história

104. Porém a causa maior de faltarem muitas notícias é porque tomando os holandeses a cidade da Bahia, queimaram os arquivos da secretaria da Câmara, da Vedoria e outros cartórios; e muitos anos depois da sua restauração se foram ordenando por tradições as memórias de alguns estatutos, com que nos seus princípios se formara a república; mas perecerem as dos fatos, que podiam servir para a narração da história, porque se atendia às conveniências presentes que a glória da posteridade, a qual sempre desprezam os portugueses, ainda quando obram ações mais beneméritas de fama. Estes descuidos nos obrigam a ser sucintos na expressão dos sucessos antigos do Brasil, pela confusa luz que no-los dispensa.

105. No segundo ano do governo de D. Luís de Sousa passou a melhor vida na Bahia D. Constantino Barradas[22] quarto bispo do Brasil, pontifícia dignidade de que tomou posse por bula do Papa Clemente VIII, no ano de mil e seiscentos e dezoito. Foi clérigo do hábito de S. Pedro, colegial de S. Paulo e lente de teologia na Universidade de Coimbra. Go-

vernou com grandes acertos a sua Igreja, e com incansável zelo solicitou o bem das suas ovelhas, pastoreando-as dezoito anos. Está sepultado na capela dos religiosos capuchos de Santo Antônio da cidade da Bahia, deixando das suas virtudes saudosa lembrança.

106. Sucedeu a D. Luís de Sousa no governo do Brasil cuja fama era já proporcionada à sua grandeza, florescendo na paz opulento, e sendo teatro onde a fortuna triunfava da inveja e tinha passos cortados à emulação Diogo de Mendonça Furtado, para ser testemunha da volta da sua roda, à qual por muitos anos a nosso favor havia posto um cravo. Chegou à Bahia no ano de mil e seiscentos e vinte e dois.

NOTAS REFERENTES AO LIVRO TERCEIRO

1. Sobre Tomé de Sousa, que era primo de Martim Afonso de Sousa e do poderoso conde de Castanheira, dissemos o bastante na *História da fundação da Bahia*, cap. XVI. A expedição compunha-se de seis, não de cinco navios, as naus *Conceição, Salvador* e *Ajuda* as caravelas *Leoa* e *Rainha* e um bergatim, a que se juntaram duas caravelas fretadas por Fernão d'Álvares de Andrade. Saiu do Tejo a 1 de fevereiro e aportou na baía de Todos os Santos a 29 de março de 1549. Esta data da chegada de Tomé de Sousa, que no mesmo dia desembarcou solenemente bem recebido de Caramuru e dos índios tupinambás com ele acamaradados; esta a data da posse da terra, em nome do rei de Portugal, para que aí seu capitão-general e governador estabelecessem a cidade do Salvador (nome que lhe fora dado por D. João III, pois, aparece numa das nomeações feitas ainda em 1548), como realmente fundou, porém não em Vila Velha, que era sítio impróprio, mas sobre as barrancas de melhor enseada, onde as obras de pedraria começaram a 1 de maio de 1549.

2. Vila Velha chamava-se a que criara o donatário Francisco Pereira Coutinho, cuja casa forte esteve no morro de Santo Antônio da Barra, e era servida por dois portos, o da Barra – onde desembarcou Tomé de Sousa – e o que teria o nome de Gabriel Soares, até hoje mantido na

fonte do Gabriel, que lhe fica próxima. Com a rebelião dos índios, a morte do donatário e as pazes que se seguiram, confinou-se Caramuru, com os parentes, nas casas que tinha juntado à ermida da Graça, o que tudo era abrangido pela designação de Vila Velha, ou "Vila do Pereira". Os papéis subsequentes à chegada do governador-geral aludem à morada de Diogo Álvares nessa vila do Pereira. Nela se abrigaram os portugueses em 29 de março de 1549 e foi naquela "maneira de igreja" que os jesuítas rezaram as primeiras cerimônias religiosas nessa terra. A cidade foi do Salvador (não São Salvador) da Bahia de Todos os Santos, e com aquele predicamento já se lhe referia Tomé de Sousa a 1º de abril de 1549, portanto ainda acampado em Vila Velha.

3. Ao chegarem os povoadores, em 1549, só havia ali um santuário... "E achamos uma maneira de igreja da qual logo nos aposentamos..." carta do padre Manuel da Nóbrega, 159 (*Cartas Jesuítas*, ed. da Acad. Bras. 1, 71). Era a da Senhora da Graça, levantada por Catarina e Diogo Álvares, em honra da Virgem, cuja imagem fora encontrada pelos índios entre os restos de um naufrágio e coincidira com a linda Senhora vista em sonhos pela devota cabocla. Gabriel Soares já se refere à ermida de Santo Antônio da Barra (*Trat. Descr.,* p. 128), que aparece nos mapas holandeses do primeiro quartel do século seguinte como *Domus Episcopi*, ou na frase de Rocha Pita, casa de recreio dos arcebispos. Em 1562 foi a capela da Graça erigida em "paróquia e freguesia separada" (Documentos Históricos, da Bibl. Nac. XXXVI, 177), Resta o problema: quando foi construída a igreja da Senhora da Vitória? Alvitramos que o nome lhe veio da vitória de D. Álvaro da Costa sobre o gentio sublevado, em 1555.

4. D. Duarte da Costa – filho do embaixador D. Álvaro – foi nomeado governador-geral do Brasil em 1 de março de 1553. Chegou à Bahia a 13 de julho. O seu governo sombreou-se com a discórdia que não soube evitar, entre seu filho e o bispo D. Pero Fernandes, mas se ilustrou com os feitos d'armas que estabilizaram o povoamento português no recôncavo.

5. Era D. Pero Fernandes Sardinha um dos bolsários de D. João III no colégio de Santa Bárbara em Paris, onde regia com alta dignidade humanista os estudos gerais, mestre Diogo de Gouveia, irmão do Teólogo Álvaro Gomes autor do tratado de perfeição da alma recentemente divulgado. Coimbra, 1947, fora ali condiscípulo e professor dos fundadores da Companhia de Jesus, como diz Nóbrega numa carta ao p. Simão Rodrigues (p. Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, p. 32, S. Paulo, 1940): "Diz muitas vezes ser Mestre e ensinar a Mestre Inácio e a V. R. em Paris". Vigário-geral em Goa, onde assistiu a morte de D. João de Castro, foi provido no bispado do Salvador da Bahia (criado pela bula de 25 de fevereiro de 1551), partiu de Lisboa a 24 de março de 52, chegou à sua diocese em 22 de junho e foi acabar, mártir nas mãos dos caetés na chacina da foz do Mucuripe, em que pereceram quase todos os naufragos da nau *Nossa Senhora da Ajuda*, em 15 de junho de 1556 (esta data *Doc. Hist.* XXXV, 330) Regressava a Portugal, chamado por el-rei que se mostrara desgostoso das rixas e desavenças acontecidas na Bahia. Parece estar em erro o nosso autor, dando-o como nascido em Setúbal, pois o incluiu o p. Francisco da Fonseca entre os eborenses ilustres (*Évora gloriosa*, p. 414, Roma, 1728). Que tivesse sido mensageiro de Caramuru para D. João, não podemos afirmar nem razoavelmente negar, pois em verdade, estava em Paris por 1528, quando andou pela França o patriarca do povoamento do Brasil.

6. Chamava-se D. Álvaro da Costa, o filho invicto do governador, que, de galardão pelos serviços prestados na guerra de índios rebelados em 1555, recebeu de D. Duarte da Costa em 16 de janeiro de 1558 uma sesmaria de terras que iam da barra do rio Paraguaçu à barra do jaguaripe, avaliadas em quatro léguas de costa e dez de sertão (Doc. Hist., XXXVI, 401). Foi confirmada por el-rei em 12 Março de 1562, ainda como sesmaria e transformada em capitania à semelhança das demais do Brasil em 20 de Novembro de 1565. Reverteu à coroa por morte do 9º, e último donatário, em 1766.

7. Nicola Durand de Villegaignon veio ao Brasil com dois navios e seiscentos homens em 1555. Fundou na baía da Guanabara e na ilha que lhe conservou o nome a "França Antártica" da qual tratou o cos-

mógrafo frei André Thevet, seu companheiro, *Les Singularités de la France Antartique* (1558), seguido na descrição dessa frustra e ousada empresa pelo jovem teólogo Jean de Lery autor de *Histoire d'un voyage* (1578). Este chegou com o reforço de três navios e 290 pessoas que trouxe Bois-le-Comte, sobrinho de Villegaignon, em 7 de março de 1557. Desgostoso com a desordem que rebentou na sua nascente colônia, com as disputas de calvinistas e católicos e as desconfiança que lhe quebrantaram a autoridade, Villegaignon se retirou para a Europa em 1559. Não mais voltou a estas plagas (Vd. Arthur Heulhard, *Villegaignon, Roi d' Amerique, un nomme de mer au XVI siècle*, Paris, 1897) De Thevet temos mais *Histoire mémorable (du siége) de la ville de Sancerre*, Genève, 1574, em que se refere às cenas de antropofagia que viu em dez meses entre os índios do Brasil (pág. 147).

8. Com duas naus e oito navios menores, um deles, a galé *Conceição*, comandado por seu sobrinho Estácio de Sá, saiu o governador-geral para expulsar os franceses em 16 de janeiro de 1560. Comandava a ilha Bois-le-comte. Investiu-a Mem de Sá a 15 de março e depois de dois dias e duas noites de dura luta a conquistou, fugindo em canoas os defensores para a terra firme, onde os tamoios, seus aliados, agasalharam. Rocha Pita faz-se o eco do que diz Gabriel Soares, sobre a imprevidência do governador-geral, de não ocupar por esse tempo o Rio de Janeiro, deixando que os franceses voltassem às antigas posições. Não tinha razão. Faltavam-lhe recursos para se manter, com tão pouca gente em país hostil. Além disto, a "coligação dos tamoios" devia assustá-lo. Precisava combatê-la de novas e importantes forças.

9. Estácio de Sá comandando uma frota que de Lisboa partiu para a tomada e colonização do Rio de Janeiro, entrou a barra desta baia em 1 de março de 1565 e desembarcou a sua gente na enseada entre morros de Cara de Cão e da Urca, com isto sítio da primeira povoação portuguesa na Guanabara. Resistiu aí aos repetidos ataques dos índios e dos franceses, à espera do substancial socorro que lhe levou o tio, em janeiro de 1567. O ataque geral ao inimigo feriu-se no dia de São Sebastião, 20 de janeiro. Foi então que uma flecha ervada colheu no rosto Estácio de Sá que morreu no mês seguinte. A vitória dos portugueses completou-se com o extermínio dos tamoios. Em 1

de março mudou Mem de Sá a cidade do sítio impróprio em que começara o sobrinho, para o morro que passou a chamar-se "do Castelo" seu definitivo lugar. No alto da colina não tardaram os jesuítas a construir a sua igreja onde avultou como pedra fundamental da cidade, a pedra armoriada da sepultura de Estácio de Sá, seu glorioso capitão. Dali descida com a demolição do morro, em 1922, está hoje na igreja dos Capuchinhos, guardiães dessa tradição

10. Morreu o 2º bispo em outubro de 1573. Sucedeu-lhe D. Antônio Barreiros, que chegou à Bahia em 31 de maio de 1576.

11. Veja-se Manuel J. Costa, *Inácio de Azevedo*, p. 487, Braga, 1946. O Titulo de "mártires foi dado a Padre Inácio e seus companheiros por Pio V, em 1571.

12. Faleceu Mem de Sá a 2 de março de 1572, como se lê na pedra do seu jazigo na nave da catedral (antiga igreja dos jesuítas), da Bahia. Deixou fortuna considerável de bens havidos no Brasil, o principal o engenho de Sergipe do Conde, assim chamado pelo conde de Linhares seu genro, casado com D. Filipa de Sá, que construiu a igreja do hospital de S. José, em Lisboa, onde era notável o seu mausoléu (destruído pelo terremoto de 1755) José Maria Antônio Nogueira, *Esparsos* (*Arqueologia*) pp. 28-33, Coimbra 1943).

13. Refere-se à descendência de Diogo da Rocha de Sá (Veja-se Jaboatão, *Catálogo Genealógico*, p. 384), a quem no seu testamento, o governador-geral nomeia "... Diogo da Rocha meu sobrinho..." O linhagista dá como irmão deste Manuel de Sá Souto Maior. Foi por 27 anos provedor da alfândega da Bahia, ofício que lhe herdou o genro, Sebastião Paruí de Brito, em 1614, por intermédio de quem passou aos Britos e Castro, que o tiveram por mais cem anos. Um dos filhos de Diogo da Rocha também se chamou Mem de Sá e casou com uma filha de Francisco de Barbuda o velho (Fr. Jaboatão, *ibid*., p. 3850). Desse tronco derivam numerosas famílias brasileiras, entre estas os Maciel de Sá, os Sá Barreto...

14. Sobre Garcia d'Ávila, companheiro de Tomé de Sousa e primeiro almoxarife da cidade, depois sertanista e grande sesmeiro, acastelado na

sua torre da enseada de Tatuapara, veja-se a nossa *História da Casa da Torre*, Rio, 1939, Luís de Brito foi nomeado governador-geral em 10 de dezembro de 1572. Destacou-se pelo impulso que deu às entradas do Nordeste mandando ocupar as margens do rio Real – a torre de Garcia d'Avila como base de movimentos – sem prejuízos da procura das esmeraldas em que se empenharam por esse tempo Sebastião Fernandes Tourinho e Antônio Dias Adorno, reconhecer o vale do São Francisco, rechaçar os índios dispersos ao longo da costa... Da colisão dessas medidas de guerra com a política de resgate e aldeamento dos jesuítas há copiosa informação (P. Serafim Leite, *Hist. da Comp. de Jesus no Brasil*, I. 440-4)

15. Segundo o P. Simão de Vasconcelos, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, livro 10. c. q. 8.3, Lisboa, 1658.

16. Vejam-se o *Livro Velho do Tombo* do Mosteiro de São Bento da cidade de Salvador, Bahia, 1945, e *Catálogo dos Bispos, Gerais, Provincias, Abades e mais cargos da Ordem de São Bento do Brasil*, por D. José Rohr Endres, Bahia, 1976. A fundação do convento é de 1580 (Vanderlei Pinho, "Introdução" ao *Livro Velho do Tombo*, p. XVII).

17. Leia-se Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, cap. 25 (indicamos a 3ª ed., revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia).

18. Memorável foi a passagem da armada espanhola de Diego Valdez pelo litoral do Brasil, em 1583. Desistiu o almirante de passar o estreito de Magalhães, varrido de grandes temporais, e empregou-se em policiar a costa, ameaçada pelos corsários ingleses e franceses. Condoídos os moradores do Rio de Janeiro dos doentes que levava a bordo, fundaram, para os atender, a Casa da Santa Misericórdia desta cidade. Os cronistas têm repetido (Vieira Fazenda, *Os provedores da Santa Casa da Misericórdia*, p. 6, Rio, 1912, sobretudo p. Simão de Vasconcelos, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, II, 69, da ed. do Rio, 1943), que se deve a criação dela a Anchieta. Mas o próprio Valdez (carta do Rio, datada 23 de outubro de 1582), diz que muito ajudado em S. Vicente de "el provincial p. Joseph de Anchieta", que a esse tempo, portanto, cá não estava (lemos a correspondência manuscrita de Valdez no Archivo General de Índias, em Sevilha). Na Bahia, satisfez

à reaquisição do governador Manuel Teles Barreto, mandando expulsar da Paraíba os franceses que negociavam com os índios. Resultou da expedição o forte levantado na boca do rio e cujo comando entregou ao capitão Francisco de Castejon, dando-lhe 110 arcabuzeiros espanhóis e 50 portugueses. Chamou de S. Filipe e Santiago o arraial, que Frutuoso Barbosa – concessionário da capitania que ali fundasse (1579) – denominou lisonjeiramente de Filipeia, em honra de Filipe II. A cidade da Paraíba, com a invocação da Senhora das Neves, foi oficialmente criada a 5 de agosto de 1585.

19. Orientado, ou melhor, desorientado pela tradição oral, confunde Rocha Pita pai e filho, atribuindo a Robério Dias o que pertencia a Belchior Dias Moreia (ou Caramuru). Também substitui por D. Francisco de Sousa o que cabia a D. Luís de Sousa, em cujo governo se averiguou a notícia das "minas de prata". Quanto à ida do mameluco à Espanha para requerer os prêmios do descobrimento, deixamos amplamente confirmada a lenda com os documentos inéditos publicado em *O segredo das minas de prata* (Rio, 1950). Repete a história da viagem à corte, o coronel Pedro Barbosa Leal, cuja carta ao vice-rei, de 1728, publicou Capistrano de Abreu (nota a Varnhagen, *Hist. Ger.*, II, 79 e segs.), restabelecendo a verdade em torno de Belchior Dias, porém sem lhe penetrar devidamente o mistério. O fato é que D. Luís de Sousa, obedecendo às ordens de el-rei, entrou o sertão em 1618, para pessoalmente ver as decantadas minas. Participou da comitiva o jovem Salvador Correia de Sá, que disse serem as de Itabaiana, "donde as pedras tinham tanta malacacheta que todos se persuadiram e o mesmo mineiro a que tinham prata..."(Albino Forjaz de Sampaio, *Salvador Correia de Sá e Benevides,* p. 7, Lisboa, 1936). Não é justo, porém, que se relegue ao esquecimento Robério Dias. Se não foi quem achou as supostas pratarias, não é menos certo que se meteu valentemente pelos sertões e ganhou fama de grande capitão dos matos. Assim em 1639, conforme as *Atas da Câmara da Bahia*, I 329-330, Bahia, 1945. Os marqueses das Minas, descendentes de D. Francisco de Sousa, devem o título à promessa feita a este, não em relação às minas de Belchior Dias, que caem noutro ciclo, mas de referência às de S. Vicente, que o bom governador procurou com

tanto afinco e desigual fortuna. É aliás o que consta nos nobiliários (cf. Sanches de Baena, *Famílias titulares,* etc., II 351, Lisboa, 1881).

20. Veja-se, de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, *Orbe Seráfico*, Lisboa, 1751 (reimpresso em 1858 pelo Instituto Histórico).

21 O episódio é largamente tratado por Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, IX, 1914, Lisboa, 1709, fr. Jaboatão, *Orbe Seráfico*, I, II, 1, 9, Rio 1859, Pyrard de Layal, Voyage, Paris, 1615, contando este que ainda em 1610 continuava de pé a forca em que foram executados os corsários franceses. Estes, chefiados por um que se apelidava Pain-de-mil, traziam da costa d'África, por onde tinham andado em devastações cruéis, uma imagem de Santo Antônio de Argoim. Jogaram-na ao mar proximamente à Bahia, a cujas praias foi ter. Consternou-se a população vendo que a imagem sofrera muitas cutiladas, como se a tivessem injuriado golpeando-a repetidamente. Fez-lhe solene desagravo levando-a em procissão para a Ajuda, e depois para o convento dos franciscanos, onde ainda está transferida para a sua posse pelos jesuítas (P. Serafim Leite, *op. cit.,* II 507). Naufragou por aquele tempo o navio francês na barra do rio Real, foram os corsários capturados pelos moradores e transportados para a cidade, onde morreram enforcados. A devoção de Santo Antônio de Argoim empolgou a Bahia. Relativamente à consagração do paradeiro, observe-se que os jesuítas defendiam a prioridade das Onze Mil Virgens, conforme voto neste sentido do bispo D. Antônio Barreiros, em 1576 (Carta do p. Joseph Bernardino, 1719, ms. na Bíbl. da Ajuda. Lisboa). Realmente o culto destas santas sempre foi muito celebrado na cidade, até o final do século XVII.

22. Morreu em 23 de setembro de 1616. Foi lente de Coimbra e Évora. Friedrich Stoguinller, *Filosofia e Tecnologia nas Universidades de Coimbra e Évora*, p. 35. Coimbra, 1959.

Livro quarto

Formam os holandeses uma nova companhia com título de Ocidental para invadirem as conquistas de ambas as Américas. Sai a sua poderosa armada em duas esquadras dividida, uma navega para as Índias de Castela, outra para o Brasil. Chega esta à vista da fortaleza do Morro, cujo capitão faz aviso à Bahia. Previne-se Diogo de Mendonça Furtado, governador e capitão-geral do Estado, para a defensa. Desembarcam os inimigos. Põem cerco à cidade. Defendem-na com brio no primeiro assalto os moradores, mas logo a desamparam. Os contrários a tomam. Prendem ao governador. Juntam-se os portugueses na campanha para lhes impedirem os progressos por terra, debaixo da consulta do bispo D. Marcos Teixeira. Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco, nomeado nas vias e por outra provisão real capitão-geral do Brasil. Manda de Pernambuco a Francisco Nunes Marinho d'Eça a tomar o governo que exercia o bispo. Morte e elogio deste prelado. Vêm em socorro da Bahia as armadas de Castela e Portugal. Restauram a cidade e voltam para a pátria. Fica governando o Estado D. Francisco de Moura. Sucede-lhe Diogo Luís de Oliveira. Naus de Holanda fazem grandes estragos pelo Brasil. Recolhem-se e voltam com maior poder sobre Pernambuco. Tomam toda aquela capitania, donde vem o conde João Maurício de Nassau sitiar a Bahia. Defende-a o conde de Bagnuolo, a quem entrega voluntariamente Pedro da Silva o governo da praça e da guerra. Levanta Nassau o cerco e torna para Pernambuco.

DA TEMPESTADE QUE NAQUELE TEMPO contra a monarquia de Espanha concitavam os holandeses, fazendo sinais em outras partes, vieram a cair os raios no Brasil. As altas ondas que levanta enfurecido o mar, não causam a ruína onde ameaçam, senão onde batem. As armas que naquela ocasião se estavam forjando nas oficinas bélgicas, faziam perto a pontaria, e vinham a dar longe os golpes. Achava-se a Companhia Oriental formada nos seus estados, abundante em cabedais com a navegação e conquistas das

nossas praças da Ásia; e agora se animavam a invadir e conquistar outras em ambas as Américas, formando para esta nova empresa nova Companhia com o nome de Ocidental, não sem contrariedade entre os mesmos interessados, dos quais votaram alguns não terem poder para sustentar tantas armadas em regiões tão distantes.

2. Diziam que de se empreenderem outras conquistas se seguia o faltar às primeiras com as naus e socorros precisos à conservação e aumento dela; que as suas forças juntas podiam permanecer triunfantes, e desunidas ser desbaratadas; mas pelos votos contrários foi vencida a razão da cobiça lisonjeada da fortuna: mostravam que os maiores interesses que podiam conseguir, tinham no Brasil e na Nova Espanha, e que em ambas estas regiões do Novo Mundo, tão opulento e rico, dariam a Filipe rei católico, monarca de tanto império (cujo poder lhes era sempre formidável) os golpes com que mais o podiam arruinar.

3. Tomada esta resolução, mandaram prevenir navios por todos os seus portos, fazer gente nas suas províncias, e conduzir alguma de Alemanha e de outras nações, juntando todos os aspectos de que carecia uma ação tão importante aos interesses de sua Companhia, como ao crédito e segurança de sua república, de cuja indústria e valor já se fazia não vulgar conceito, assim pelas suas disposições, como pelas suas vitórias, tendo conseguido de Filipe III uma trégua de dez anos, no de mil e seiscentos e nove, tão honrada para os seus Estados, como indecorosa para Castela; pois sobre ser capitulada como entre iguais, levaram de vantagem o ficarem expostas aos seus progressos e invasões a América e Ásia, que nela não foram incluídas.

4. Tanto aparato de prevenções (posto que se dispunha com vários pretextos, para se lhe encobrir os fins) não pode ser tão oculto que o não publicasse a grandeza dele, e o mesmo segredo com que se obrava, sendo muitas vezes a mínima cautela o maior pregão das ações, inferindo-se dela mais do que se desenha nas empresas. Por esta causa davam as suas preparações cuidado a muitas partes da Europa, menos a Espanha, que empregada nos agrados e cultos ao novo príncipe, gastava o tempo em falsos, festejos, galas e outros divertimentos de palácio e de corte, sem atenção à defesa das conquistas, que tinha deixado sujeitas aos golpes dos seus inimigos, tanto mais ambiciosos quanto mais indomáveis.

5. Achava-se com a posse e governo de dois mundos desde o ano de mil e seiscentos e vinte e um o rei Filipe IV em Castela e terceiro em Portugal, a quem a lisonja ou a vaidade fez que sobre o título de Católico (que tanto prezaram os reis seus antecessores) tomasse-o de Grande, ao mesmo tempo em que por vários casos adversos à grandeza que acrescentava ao seu nome, ia perdendo a sua monarquia, com sentimento contrário ao de Otaviano Augusto, que entrando no domínio de quase todo o âmbito da Terra, não quis que lhe chamassem senhor. Porém ao real ânimo de Filipe pareciam curtas as maiores ostentações de império, e com a mesma fantasia não supunha que haveria quem desse golpe penetrante nos seus domínios, senão quando eles já os sentiam no coração.

6. Era este monarca tão altivo, que vanglorioso das forças próprias não receava as alheias; o seu valor era igual ao desprezo que fazia de seus inimigos; não punha o cuidado no governo do seu império, porque imaginava que o servia a fortuna, sem advertir que por menos desatenções de alguns príncipes lhes negaram obediência os vassalos, e que o mesmo Hércules fora expulso da companhia dos Argonautas, que na célebre nau *Argos* iam à empresa do velocino, porque empregado em outras ideias não acudia ao ministério da navegação.

7. Desta fantasia ou deste total descuido resultaram as repetidas perdas que sentia Espanha; posto que D. Gaspar de Gusmão, conde-duque de Olivares, seu portentoso valido e primeiro-ministro, procurasse diminuir o conceito delas, pelo não divertir das branduras do ócio, introduzindo-lhe só os cuidados e exercícios próprios de uma idade verde, em que fundava o seu valimento. Tal é a cegueira dos vassalos apoderados da graça dos príncipes, que os não deixa ver o perigo próprio, o do rei e o da monarquia; e tão tirana é com a grandeza a lisonja, que pelo caminho do aplauso lhe introduz a ruína.

8. Esta guerra dos holandeses no Brasil anda difusamente narrada na *Nova Lusitânia*, no *Castrioto Lusitano* e ultimamente tocada no *Portugal Restaurado* (um dos maiores assuntos e uma das melhores histórias da nação portuguesa, escrita pela excelentíssima pena de autor por muitos títulos grande, que introduz todos os sucessos da monarquia com tal erudição, clareza e

individuação, como se só escrevera de cada um); por esta causa a relataremos sucintamente, tomando dela só o fio preciso para a teia da nossa história.

9. Estava a Bahia no descuido e grandeza que costumam resultar da longa paz, porque tendo os portugueses conquistado aos gentios as terras que já a constituíam um empório grande, tratavam de as cultivar com maior jactância de as possuir com temor de as perder; retirados já aqueles contrários ao interior dos sertões, faltava do furor das armas até o ruído. Esquecidos os moradores das flechas dos inimigos naturais, não cuidavam das balas dos estranhos, porque nos ânimos que envilece o ócio, ou a opulência entorpece, não fazem consternação os perigos na ameaça, senão a ruína.

10. Não ignoravam que eram muitos os êmulos da monarquia da Espanha, à qual estavam sujeitos, porque o fato que lhes mudara o domínio, lhes embaraçava o discurso; senão era, que consideravam ao monarca castelhano outro jovem, e cujo poder, contra os gigantes da soberba e do valor, estava um raio. Por estas causas se achavam não só inertes para se defenderem, mas faltos da disciplina, que só se conserva no exercício marcial, apelando para o valor natural da nação, que sem a prática é arma mais da vaidade ou da desesperação que da milícia.

11. Saiu armada de Holanda no fim do ano de mil e seiscentos e vinte e três, dividida em duas esquadras; uma navegou para as Índias da Espanha, com o seu general Jacobo Ermit; a outra, encaminhando-se ao Brasil, arribou forçada de contrários ventos a Inglaterra, donde tornou a sair, e chegando a Cabo Verde, se deteve alguns dias naquela altura. Depois prosseguiu a viagem, e passando a Linha, seis graus ao sul, abriu o general a ordem, que até aquele termo (como se lhe mandava no seu regimento) tivera cerrada: por ela se viu que vinham a conquistar a Bahia, porque ganhada a cabeça do Brasil, lhes seria fácil render os outros membros do Estado.

12. O gosto que com esta notícia recebeu toda a armada, se lhe compensou com uma tão rigorosa tempestade, que separando umas das outras, as obrigou a tomar diversos rumos. Quis a fortuna dos holandeses tratá-los então com este pequeno desdém, para logo lhes fazer grandes favores. A sua capitânia avistou a nossa fortaleza do Morro de São Paulo,

em cuja altura se deteve a esperar pelos outros navios, com vários sinais que fazia para se lhes irem juntar, o que conseguiu em quase um mês que gastou para os incorporar, e juntos cometerem a barra da cidade.

13. A glória das batalhas não se julga pelo sucesso das vitórias, sim pela resistência dos contrários; o valor próprio se prova na constância alheia. Por esta causa tinham os romanos duas qualidades de triunfos, ambos grandes, com que honravam aos seus capitães mais famosos: os de ovação, que se concediam por empresas menos árduas; e os maiores, que só se permitiam aos que sujeitavam as nações mais valorosas e porfiadas, que quanto mais custosas faziam as vitórias, davam merecimentos para triunfos mais gloriosos; com diferente sentimento do autor do *Castrioto Lusitano*, que parece quer acreditar o nosso valor com diminuir o dos holandeses, negando-lhes o nome de soldados e pondo-lhes o de tratantes, sem advertir que do seu negócio não podiam resultar às nossas armas a glória que nos deu o seu esforço. E por crédito das vitórias que deles alcançamos no Brasil, beneméritas da fama entre as maiores e mais sanguinolentas que tem havido no mundo, nos parece preciso mostrar a natureza, constância e valor dos nossos contrários.

14. Da Alta Alemanha, ou Germânia Superior, é porção nobilíssima a inferior Germânia, por outro nome chamada Países-Baixos; por Treveris, Lorena, Aquisgran e Clèves confina com a Superior; é regada de muitos e famosos rios, sendo os mais célebres o Reno, o Escalda, o Liz, o Sambra, o Mosa, o Escarpa e o Haine (de que tomou o nome a sua província Hainaut) todos caudalosos e navegáveis. Pelos ducados de Frísia, Gueldres, e pelo condado de Flandres lhe fica o mar Germânico; pelos de Holanda e Zelândia o Oceano, tão alto naquelas costas, que a não serem fortíssimos os seus reparos, os inundaram.

15. Estas províncias criaram sempre espíritos armígeros e guerreiros, e sobre todas a parte setentrional delas, que é a antiga Batávia, em que se incorporaram as oito províncias unidas pela rebelião dos holandeses. A sua sujeição custou aos romanos mais que toda a Alemanha e França, perdendo na sua conquista muitas legiões e capitães famosos; e depois muitos séculos, no primeiro da nossa redenção, tornando a rebelar-se, con-

duzidos do seu indomável príncipe Cláudio Civil, deram grande cuidado aos imperadores Nero, Galba, Oto, Vitélio e Vespasiano.

16. No século nono, florescendo Carlos Calvo com gloriosas ações e militares proezas em defesa da Igreja católica, sendo eleito e coroado imperador do Ocidente, em todas as suas empresas o acompanhou o famoso Balduíno, a quem em satisfação de serviços grandes deu o imperador por esposa a princesa Judite sua filha, com a investidura dos Países-Baixos, e o título de conde e capitão das selvas e mares de Flandres.

17. No ano de mil e duzentos outro Balduíno, conde daqueles Estados, com poderoso exército naval dos seus vassalos naturais, tomou aos gregos o império do Oriente, lançando a Aleixo Ducas, seu imperador, fora de Constantinopla, e conservando-se nela e no império da Grécia ele e mais quatro condes de Flandres, seus sucessores, por espaço de cinquenta e nove anos, até o último Balduíno, contra quem se levantou o grego Miguel Paleólogo, tirando o poder flamengo, no ano de mil e duzentos e cinquenta e nove, aquele antiquíssimo domínio, que tornou aos gregos até o de mil e quatrocentos e cinquenta e três, em que ao Paleólogo, último Constantino, o tornou Maomé primeiro do nome, monarca otomano.

18. No ano de mil e quinhentos e sessenta e quatro alterando-se aqueles Estados contra Filipe Prudente, rei de Castela, seu natural senhor, vieram a conjurar-se as oito províncias no congresso que fizeram na cidade de Utrecht, no ano de mil e quinhentos e setenta e nove; e finalmente no ano de mil e quinhentos e oitenta e um se rebelaram, formando uma democrática república, cuja liberdade defenderam com a maior constância e com o valor mais intrépido, ganhando insígnes vitórias contra numerosos exércitos. Estes foram os contrários com quem pelejamos; estes os que vencemos; só infelizes em haver deixado a nossa verdadeira religião católica romana, e escurecido com a falsa doutrina de Calvino e de Lutero as esclarecidas ações da sua nação.

19. Vagava a capitânia dos holandeses esperando pelos outros navios à vista da nossa fortaleza do Morro de S. Paulo, cujo capitão mandou notícia ao governador da Bahia, de que naqueles mares andava uma grande mão que parecia conduzir outras, e logo repetiu segundo aviso de que se viam mais velas, as quais juntando-se-lhe, como para alguma

empresa, ameaçavam repentina invasão, e temendo começasse por aquela fortaleza, importantíssima às conveniências da cidade, se preparou para a defender, com maior ânimo que forças para lhe resistir.

20. Estava com as rédeas do governo-geral do Brasil Diogo de Mendonça Furtado, o primeiro governador e capitão-geral que o Rei católico Filipe IV em Castela e terceiro em Portugal enviara a este Estado, aonde chegou no ano de mil e seiscentos e vinte e dois; e também o primeiro capitão português que nesta guerra meteram os holandeses no seu triunfo. Pelas notícias que teve do capitão da fortaleza do Morro, se dispôs à defesa, podendo temer a desgraça mais que remediá-la. Tinha grande valor e prática da milícia, de cujo exercício havia feito na Índia relevantes provas; porém o ócio em que estavam os moradores da Bahia, lhe impossibilitava a oposição a que se via precisado com uma guerra inopinada, sem meios nem prevenções para a resistência; e suprindo com a sua disposição os reparos e a gente de que carecia a praça, ordenou a defesa dela, não conforme ao perigo, mas à necessidade.

21. Fez vir do recôncavo todos os moradores mais capazes de tomar armas, dos quais juntou mil e seiscentos, unindo-lhes oitenta soldados pagos, de que constava todo o presídio; e mandando a seu filho Antônio de Mendonça Furtado com dois patachos explorar aquelas mãos, se aplicou com incessante cuidado a todo o gênero de oposição que naquela ocasião podia fazer a cidade e prevenir o valor. Vinte e seis dias assistiram os moradores do recôncavo na cidade, e sendo já gastos os mantimentos que nela se tinham juntado para a oposição, vendo que se dilatava, e que as faltas que faziam às suas fazendas e lavouras, fora de suas casas, lhes causavam uma perda considerável, tratavam de se retirar.

22. Diziam que o governador por uma guerra contingente os punha em um dano certo; que as mãos eram de corso, buscavam presas e não conquistas, pois se vieram com impulso de invadir a cidade, se não haviam de deter tanto tempo vagando naqueles mares, e consumindo neles, com a dilação da armada, os mantimentos que lhes seriam necessários para a empresa da conquista. Estas vozes, que já passavam a tumultos, favorecia o bispo D. Marcos Teixeira, aconselhando-os que voltassem para as suas casas, com licença do governador ou sem ela, culpando-o de os deter inu-

tilmente em prejuízo dos seus interesses, como aos moradores e ao bispo parecia; e com o seu conselho se foram retirando e deixando a cidade só com os poucos moradores que a habitavam[1*].

23. Porém logo experimentaram o erro desta resolução e o castigo da sua desobediência, porque poucos dias depois de se ausentarem, precedendo os dois patachos com que fora Antônio de Mendonça Furtado reconhecer as mãos, chegaram elas à barra da Bahia, aos nove dias do mês de maio do ano de mil e seiscentos e vinte e quatro. Constava a armada de vinte e cinco baixéis com três mil e quatrocentos homens de guerra; trazia por general a Jacob Willekens, por almirante a Peter Petrid, inglês de nação, chamado vulgarmente Pedro Peres, e por mestre-de-campo de toda a infantaria a João Dorth, que havia de exercer o posto de general nas ocasiões em que desembarcasse em terras do Brasil. Eram soldados de muita fama, e de tanto valor, que de pequenos princípios tinham chegado a postos grandes, e já logravam muito nome de experimentados capitães.

24. Investiram as suas naus as embarcações que acharam em nosso porto, e rendidas depois de alguma inútil resistência, as abrasaram; e estendendo-se por toda a marinha, a bateram incessantemente, dando mostras de querer desembarcar na praia da cidade, em diversão do lugar onde pretendiam sair em terra. Mandaram dois mil homens, de que eram cabos Frederico Ruyter e Francisco Duchs, a tomar a fortaleza de Santo Antônio da Barra, que renderam facilmente, e caminhando por aquele sítio para a cidade, fizeram alto em S. Bento, mosteiro vizinho a ela. Investiram-na os holandeses, mas acharam nos moradores oposição tão forte que os fizeram retirar rechaçados, e logo os seguiram tanto espaço que os obrigaram a recolher-se ao posto do referido convento em que se tinham alojado.

25. Se esta constância permanecera nos moradores, poderiam sustentar a praça, até que unido nela outra vez o poder do recôncavo (que a confiança, mais que o temor, tinha separado), seria fácil resistirem aos inimigos o mais porfiado sítio, enquanto lhes chegassem do reino os socorros, que pela importância da empresa deviam julgar infalíveis e prontos. Porém aquele primeiro venturoso encontro, que lhes pudera ser feliz

---

* As notas deste Livro quatro acham-se da p. 208 à p. 211.

auspício de futuras vitórias, foi neles menos poderoso que o terror pânico que lhes entrou no peito e lhes superou o valor; porque na mesma noite, representando-lhes o receio mais fantasmas que as sombras, com maior cuidado em salvar as vidas que o crédito, recolhendo o precioso que puderam levar, e desamparando a cidade, se meteram pelos bosques e matos vizinhos, seguindo-os o bispo D. Marcos Teixeira.

26. Não souberam obrar os moradores da Bahia pela sua nação o que Sagunto pela romana, e Numância pela cartaginesa; sem lhes abrirem brechas nos muros, nem perderem vidas (pelas salvar nos bosques) desampararam a cidade, podendo defendê-la. Pouco lhes deveu a pátria, pois a deixaram na sujeição estranha; muito as muralhas, pois lhes quiseram poupar as pedras, cujas ruínas poderiam ser os melhores epitáfios do seu valor; mas como o tinham sepultado ou injuriado nos peitos, não cuidaram de o trasladar aos mármores; posto que depois (como mostrará a história) o que não obraram na cidade, fizeram na campanha, impedindo aos inimigos continuar por ela os seus progressos; arrependimento que ainda que veio pronto à satisfação da culpa, os não pôde livrar da injúria do pecado.

27. Tinha ainda o governador Diogo de Mendonça Furtado setenta homens, e resistindo aos inimigos com desesperado esforço, em novo conflito os rechaçou, matando-lhes dois oficiais de suposição. Mas vendo os holandeses com a luz da manhã o silêncio que havia na cidade, a falta de gente nos muros, e certificados por alguns cristãos-novos degradados (que pouco antes de amanhecer se tinham passado para o seu exército) de que os moradores se haviam naquela noite ausentado, e que na cidade não havia quem lhes pudesse fazer resistência, a entraram, indo ao paço em que residia o governador, ao qual tinha já desamparado a maior parte dos setenta homens que lhe ficaram; e achando-se só com dezoito, se resolveu a morrer antes que a entregar-se, antepondo a fama e a liberdade à vida; e pretendendo vencê-la mais cara, acometeu aos inimigos, recebendo não poucas feridas.

28. Tão dessangrado como destemido aspirava a uma gloriosa morte, porfiando em perder a vida, que lha quiseram conservar os inimigos com piedosa emulação, compassivos e admirados da sua resolução e esforço, prometendo-lhe decorosos partidos para o sossegar; e sendo per-

suadido pelos companheiros a aceitá-los, capitulou vocalmente com eles sair livre e os companheiros com as armas e uma bandeira; condições tão honradas como mal cumpridas, pois logo com pretexto aparente, mas não justificado (pois nunca o pode haver para faltar à palavra), mandaram o governador preso para a sua almirante, e com os navios que depois enviaram carregados dos gêneros da Bahia, e outras presas que na sua barra haviam feito, o remeteram para Holanda, como premissas dos interesses e conquistas que começavam a lograr no Brasil, e como penhores de maiores progressos e triunfos.

29. Era Diogo de Mendonça Furtado esclarecido em nascimento e valor, e por estas qualidades conhecido na pátria e fora dela. Em satisfação de bons serviços foi enviado ao governo-geral do Brasil; nele lhe mostrou a fortuna (só constante em ser vária) semblante diverso daquele com que o seguira em outras partes da monarquia, convertendo-lhe agora em castigo o prêmio de que as virtudes o tinham feito benemérito. Derramou o sangue, perdeu a fazenda e a liberdade, e não bastaram tantos sacrifícios da honra para lhe tirarem a mancha com que na fama ficou a sua memória, ou porque a derradeira ação é a que dá ou tira aos capitães a glória, ou porque não basta havê-la conseguido em outros lustros da idade, se até os últimos períodos da vida lhes não assiste a fortuna.

30. Senhores da praça os belgas, a saquearam com o maior escândalo e a mais nímia ambição, triunfando nos portugueses do ódio dos castelhanos, e profanando nos templos a nossa sagrada religião. A aversão à fé católica e à nação castelhana eram neles um só impulso com os mesmos golpes da vingança a obravam os sacrilégios, padecendo a lastimada Bahia por outros pecados estes insultos. Fortificaram os inimigos a praça, levantando trincheiras e fazendo novas defensas para resistirem às armas de Castela e Portugal, com quem haviam de contender em tão grande empresa e de tanto empenho para a coroa de Espanha, quanto era o prejuízo que desta perda resultava a toda a sua monarquia.

31. Posto que não dominavam a campanha, na qual estavam os paisanos juntos armando-se, e fazendo toda a prevenção para a defender (por emendar nesta ação a vileza que cometeram em desampararem a praça, impedindo-lhes agora os progressos por terra), estavam eles senhores

da cidade, do mar e do porto, para receberem os socorros de Holanda e todos os que a indústria e fortuna das suas naus podiam conduzir, assim dos navios que tomavam na barra, como das embarcações menores que do recôncavo navegavam para a cidade, das quais colhiam em abundância muitos víveres e regalos, enquanto o dano as não fez abstrair de cursarem os mares que estavam senhoreados do poder estranho.

32. Ia engrossando o nosso campo com muitos moradores que por terra lhe chegavam do recôncavo, arrependidos do seu primeiro erro de deixarem a cidade, quando o governador Diogo de Mendonça os mandara residir nela para a sua defensa. Juntando também alguns índios já cristãos e fiéis, estavam todos na campanha com tanto valor unidos, e com tal resolução de impedir aos inimigos os progressos que intentassem fazer por terra, que saindo uma grossa manga deles fora das muralhas, os fizeram recolher rechaçados, deixando muitos mortos e levando outros feridos. Abriram as vias da sucessão que tinham os padres da Companhia, e acharam nomeado por governador e capitão-geral a Matias de Abuquerque, o qual estava governando Pernambuco, capitania de seu irmão Duarte Coelho de Albuquerque; e não só pelo título de sucessão era chamado para o Governo da Bahia, mas por patente real que lhe levara em direitura a Pernambuco o doutor Antônio Marrocos.

33. Mandaram os portugueses que estavam na campanha aviso a Matias de Albuquerque. Era a distância em que se achava de cento e cinquenta léguas; pedia a ocasião que se elegesse um cabo que governasse a guerra durante a sua dilação; resolveram que este fosse o auditor-geral Antão de Mesquita de Oliveira; mas sendo-lhe pela sua muita idade incompatível esta ocupação, e havendo-a dado a dois coronéis Lourenço Cavalcanti de Albuquerque e João de Barros Cardoso, a vieram a conderir depois ao bispo D. Marcos Teixeira, que a aceitou, por recuperar neste serviço d'el-rei e da pátria a opinião em que estava de haver tido a maior parte na desordem que fizera a gente do recôncavo, retirando-se para as suas casas pelo seu conselho, contra os preceitos do governador.

34. Fortificou-se em um sítio chamado rio Vermelho, uma légua distante da cidade, com tais disposições e com tão militar disciplina que parecia se criara no estrondo da guerra, em que nunca tivera exercício,

mais que nesta ocasião. Governava ao mesmo tempo as suas ovelhas como pastor e como capitão, cingindo a espada sem depor o báculo: com tanto valor tinha reprimidos os inimigos na cidade, que de expugnadores se viam cercados. E saindo o general João Dorth com muitos dos mais valorosos holandeses do seu exército a reconhecer o nosso alojamento, foi acometido de um troço dos nossos soldados, governado pelo capitão Padilha, de sorte que pelejando-se de ambas as partes com grande porfia, perdeu o seu general a vida, em prova do nosso esforço e castigo do seu impulso. Pela sua morte foram sucedendo no cargo outros generais, cuja insuficiência ia concorrendo a favor das nossas armas, e servindo às nossas vitórias, porque em todas as saídas que faziam fora das muralhas, experimentavam o próprio dano, com perda de gente de opinião.

35. Chegada a Matias de Albuquerque a notícia da sua nomeação nas vias, e a nova patente de governador e capitão-geral do Brasil, querendo aliviar o peso do governo ao bispo, enviou a Francisco Nunes Marinho d'Eça para se encarregar dele; dois meses o exerceu com os mesmos acertos e com igual fortuna; e o bispo o deixou com grande glória, pelo largar quando tinha feito mais provas de o merecer; mas enfermando dos descômodos de uma áspera campanha, do rigor de uma disciplina em que se não criara e só a impulsos do valor e da fidelidade do seu ânimo exercera, faltando-lhe os prontos remédios e comodidades para a cura e crescendo o mal, faleceu em breve tempo.

36. D. Marcos Teixeira, quinto bispo do Brasil, foi de família nobre, clérigo do hábito de S. Pedro. Sucedeu a D. Constantino Barradas no bispado do Brasil, e chegou à Bahia no ano de mil e seiscentos e vinte e um; governou a sua Igreja em paz dois e meio; seis meses em cruel guerra; três capitaneou os poucos portugueses que se juntaram para restaurar a pátria, com os sucessos que temos referido, havendo em o curto tempo do seu pontificado, que não passou de três anos, procedido como prelado virtuosíssimo (até nos mesmos dias em que a fatalidade o fez soldado), porque a um mesmo passo encaminhava as almas e defendia as vidas das suas ovelhas, tão igual em um e outro emprego que pareceu nascido para ambos.

37. Como faleceu na campanha[2], foi sepultado em uma capela de Nossa Senhora da Conceição, ereta em Tapagipe alguns anos antes, e ainda hoje naquele lugar permanece; mas a confusão da guerra teve também lugar na sua sepultura, porque lhe não puseram letra ou divisa que a distinguisse das outras, ficando por esta causa as suas cinzas tão confusas, como clara a sua memória pelas suas virtudes.

38. Chegou a Madri a notícia da perda da Bahia, e despertou aquela corte do letargo em que jazia no descuido das conquistas. Dispôs logo o conde-duque para a sua restauração duas poderosas armadas, uma em Castela, e em Portugal outra; escrevendo el-rei de sua real mão aos governadores do reino, que eram naquele tempo os condes de Portalegre e de Basto, com encarecidos termos, o muito que esperava do valor e lealdade portuguesa naquele empenho, que tocava a toda a monarquia. Em uma e outra parte dela se preveniram armadas; na de Portugal se alistou grande número de fidalgos da maior esfera, uns com praça de soldados, outros com o nome de aventureiros.

39. Muitos títulos e primogênitos de casas ilustríssimas, e os filhos segundos e terceiros de outras, com tal empenho tomaram a empresa, que depois de terem ocupado grandes lugares e relevantes postos no reino e o de vice-rei na Índia, se embarcaram sem ocupação alguma mais que o impulso belicoso da nação, sempre vivo em todos. Em breve tempo se pôs pronta a armada, cujo general era D. Manuel de Meneses, tão célebre então pelo nascimento, pelo valor e por outras virtudes, como depois pelas desgraças.

40. A de Castela não era de menor aparato, nem de menos expectação e grandeza, antes superior em naus, gente e experiência, conduzindo muitos cabos e soldados veteranos, tão exercitados nas facções de terra como nos conflitos do mar. Traziam nela postos diferentes, vários títulos e fidalgos, italianos, vassalos d'el-rei de Espanha. Dos castelhanos vinham muitos de elevada esfera, uns já famosos na profissão da guerra, e outros que escolheram esta ocasião do maior furor dela para ensaio do seu novo militar emprego.

41. Era general D. Fradique de Toledo Osório, marquês de Valdueça, o capitão de maior fama que naquele tempo tinha a nação caste-

lhana. Preveniam-se as armadas com grande fervor, conduzindo todos os instrumentos e munições precisas para qualquer dilatado sítio. Era causa mais forçosa para a breve expedição delas a notícia do socorro que preparavam as Províncias Unidas, para conservarem o domínio da Bahia, que possuíam, sendo o exército naval que para este empenho juntavam, tão poderoso, que chegando primeiro, poderia pôr em maior contingência a empresa das nossas armadas.

42. Enquanto se aprestava a de Portugal, enviaram os governadores do reino em ligeiras embarcações alguns socorros de gente e munições às outras praças marítimas do Brasil e de África, prevenindo-lhes o dano que podiam receber na fatal dos meios de que careciam, para se defenderem das invasões dos inimigos, que tendo senhoreado a cabeça, caminhariam a apoderar-se dos outros membros, com o mesmo voo da sua diligência ou da sua fortuna. Em uma de três caravelas que mandaram a Pernambuco, veio D. Francisco de Moura Rolim, com ordem d'el-rei para governar o campo em que as nossas armas estavam sendo freio ao furor das holandesas.

43. Chegou brevemente D. Francisco de Moura a Olinda, donde se transferiu à Bahia, e continuou as facções com a disposição e valor que lhe adquiriram a experiência e o nascimento. Era natural de Pernambuco e das primeiras famílias daquela província; tinha militado em Flandres e na Índia e ocupado em uma e outra região preeminentes postos, e o seu procedimento e qualidades o fizeram digno de empregos maiores, que exerceu com a mesma satisfação e zelo do serviço real.

44. Posto que de Castela se davam repetidas pressas à armada de Portugal, culpando-lhe por dilação até o preciso tempo que não podia escusar para o seu apresto, se veio a pôr pronta para navegar primeiro que a de Espanha, pela qual esperou muitos dias no rio de Lisboa, até que teve ordem para ir aguardar nas ilhas de Cabo Verde, onde chegou muito tempo depois da nossa. Juntas se fizeram à vela nos princípios de fevereiro, e entraram pela barra da Bahia sexta-feira da Semana Santa, aos vinte e oito de março de mil e seiscentos e vinte e cinco, com doze mil homens, mil e quinze peças de artilheria e sessenta e seis naus.

45. Não perderam os holandeses o ânimo com a vizinhança do perigo à vista das nossas armadas, e se dispuseram à defensa da cidade, que esperavam conservar, na confiança da prevenção com que a tinham fortificado, e do socorro de Holanda que esperavam por instantes. Faziam ostentação galharda do seu poder mostrando não recear o cerco nem os assaltos da nossa gente; e posto que no seu general Guilherme Schouten não havia tanto valor, antes mostrava muita insuficiência para o posto naquela tão importante ocasião, tudo supria a capacidade e resolução dos outros cabos, oficiais e soldados. Ordenaram a vinte e seis navios que tinham no porto se encostassem mais à cidade, para ficarem defendidos da artilharia dos fortes.

46. Foram as nossas naus penetrando a enseada, e desembarcando o general D. Fradique de Toledo com a maior parte da gente, se lhe juntou logo D. Francisco de Moura com os portugueses que governava, e ficou o general D. Manuel de Meneses com as armadas, das quais formou uma meia-lua, para impedir o trânsito às naus holandesas, se intentassem sair pela barra. D. Fradique de Toledo fez dois quartéis em duas partes opostas e distantes uma da outra, porém qualquer delas próxima à cidade. Ficava um junto ao convento do Carmo, outro ao de S. Bento; mas para esta parte saindo de dentro da cidade o capitão João Kijf, belicoso e esforçado holandês, com trezentos soldados, investiu ao nosso quartel, que embaraçado na operação em que estava delineando a sua forma, por ser o primeiro dia em que se assentava, conseguiu com grande glória sua e perda nossa uma facção notável, em que nos fez dano considerável, matando cabos, oficiais e soldados nossos de grande suposição e qualidade, recolhendo-se para a cidade com aplauso e vaidades militares.

47. Com a mesma ousadia no mar intentaram queimar a capitânia e almirante de Espanha, que ficavam em menos distância das suas naus; e favorecidos das sombras da noite, em dois navios de fogo, que com industriosa presteza tinham fabricado, saíram a conseguir esta empresa, de cujo perigo nos livrou a prevenção encaminhada a diferente fim, porque vendo aos seus dois navios à vela, se levaram precipitadamente os nossos, querendo impedir a saída à sua armada, que entenderam pretendia fugir, e desta sorte obviaram o incêndio que lhes iam vomitar aqueles dois portáteis Mongibelos navais.

48. O general D. Fradique de Toledo, querendo abreviar a empresa, não só por crédito das nossas armas, mas pelo dano que se lhe seguia na dilação, estimulado do próprio valor e da resistência dos holandeses, ordenou um geral assalto, que se executou com muitos ataques por várias partes da cidade, em cuja defensa puseram todo o seu esforço e indústria os inimigos. Mas repetindo-se-lhes os assaltos em que perdiam muita gente, e tardando-lhes a armada do socorro, sem a qual lhes era já quase impossível contrastar ao nosso poder, achando-se desunidos os cabos e havendo em um militar tumulto ferido e deposto como a incapaz ao seu general Guilherme Schouten, e substituído o seu cargo com o capitão João Kijf, depois de fazerem as últimas provas da sua contumácia, resolveram entregar a cidade.

49. Eram muitas as condições com que capitulavam, porém só lhes concedemos as que pareceram honestas, mas ainda maiores das que naquela ocasião podiam esperar, e mais pontualmente observadas que as que eles não quiseram guardar ao governador Diogo de Mendonça Furtado quando tomaram a praça; nela entramos, depois de um mês de sítio, no primeiro de maio de mil e seiscentos e vinte e cinco, em cuja memória faz o Senado da Câmara da Bahia na matriz, com solene procissão, todos os anos festa aos gloriosos apóstolos S. Filipe e Santiago neste dia a eles consagrado, em agradecimento do triunfo que nele com a sua intercessão e favor alcançamos dos inimigos da fé e da pátria[3].

50. Havia mais de um ano que estavam senhores da cidade, com tanto interesse dos Estados de Holanda com perda dos moradores da Bahia, os quais reputaram agora em menos o cabedal que a liberdade, em cuja comparação não têm valor os maiores bens da fortuna. Tornaram para as suas casas, que haviam sido emprego da cobiça dos inimigos, e testemunhas do escândalo com que as tinham desamparado os seus próprios senhores. Achamos na cidade grande cópia de munições, armas e bastimentos; e concedidos aos inimigos os víveres necessários para o seu regresso à Holanda, e os navios que foram precisos para o seu transporte, os fez o general D. Fradique partir brevemente.

51. Vinte e dois dias depois de rendida a praça chegou o socorro que aos inimigos vinha em trinta e quatro naus de Holanda, de que era

general Balduíno Hendrikszoon, capitão da fama e expectação que eram precisas a um cabo que saía a afrontar-se com o poder de Castela e Portugal; mas veio só a ser testemunha da nossa glória, posto que, mostrando desprezá-la, prolongou a sua armada pela enseada da Bahia. Porém sendo seguido dos nossos generais, se retirou, navegando com vento tão favorável e com tal diligência, que lhe não puderam dar alcance as nossas armadas em todo aquele dia; a noite o fez desaparecer, voltando os nossos generais para o porto da Bahia.

52. Nela ordenou D. Fradique de Toledo todas as matérias pertencentes ao bem da república e à defensa da praça, mostrando em umas e outras disposições ter o seu talento tanto de soldado como de político; e prevenindo com o mesmo cuidado das naus de tudo o que era preciso para tornarem aos seus portos, deram à vela em quatro do mês de agosto. Porém sucedeu às nossas armadas, depois da restauração da Bahia, o mesmo que à dos gregos depois da destruição de Troia; porque ao rigor de grandes tempestades e infelizes acidentes (perdidas muitas naus e todas derrotadas), depois de larga navegação, chagaram mui poucas à pátria. Ficou com o governo geral do Brasil D. Francisco de Moura Rolim até o ano de mil e seiscentos e vinte e seis.

53. Foi seu sucessor no cargo Diogo Luís de Oliveira, fidalgo que à sua muita qualidade soube juntar os esmaltes do seu grande merecimento. Tinha servido com grande satisfação e valor em Flandres, onde em largos anos havia exercido importantes postos, e adquirido neles toda a experiência da militar disciplina e do governo político; virtudes pelas quais foi escolhido d'el-rei e do valido para governar o Brasil, que sendo neste tempo o notório empenho das armas de Holanda, fiavam de Diogo Luís a conservação das praças da América Portuguesa, que lhe encarregavam. Assim como chegou à Bahia, tratou da fortificação da cidade, aperfeiçoando uns fortes que ainda não tinha acabado o inimigo, e delineando outros com o acerto na eleição dos sítios e na regularidade das fábricas, próprios da sua experiência; e com geral aplauso governou o Estado nove para dez anos, até o de mil e seiscentos e trinta e seis.

54. Não logrou o Brasil muito tempo o sossego que esperava das vitórias que a Bahia tinha alcançado contra o poder de Holanda, porque as

naus da sua Companhia, em diversas esquadras, repetidas vezes infestaram os nossos mares. Uma das treze naus, com o seu general Peter Petrid, entrou pela enseada da Bahia até Tapagipe, mais de légua distante da cidade; e posto que com evidentíssimo perigo pela vizinhança dela, favorecido da fortuna, fez presa em dezesseis navios que estavam à carga, e tinham já dentro três mil caixas de açúcar. Saindo a comboiá-los pela costa, fez algumas presas em outras embarcações nossas, e tornou com maior desvanecimento, não dando por cabal a sua empresa sem penetrar o recôncavo pelos seus rios, até onde puderam chegar as suas naus, seguindo a sete navios que por eles pretenderam escapar-lhe, dos quais tomou três, e fez dar à costa aos quatro; e demorando-se alguns dias, como senhor da enseada, saiu da barra triunfando.

55. Cornélio Jolo, chamado por outro nome o *Pé-de-Pau*, pirateando com outra esquadra pelos mares do Brasil, tomou a ilha de Fernão de Noronha, na altura de três naus austrais, em que os holandeses princpiaram povoação e lavouras, donde foram expulsos por Rui Calaça, enviado de Pernambuco e esta empresa com quatrocentos soldados. Pouco satisfeitos destes danos e hostilidades que nos faziam, aqueles ânimos em quem por natureza e profissão eram um mesmo impulso o valor e a cobiça, picados agora do interesse e da vingança, andavam nestas pequenas chamas alimentando o incêndio que pretendiam atear com maiores labaredas em outra ocasião. Sentiam em perderem a Bahia diminuída a esperança dos cabedais e a glória da opinião, que nos peitos humanos apoderados da vaidade são os mais fortes torcedores da imaginação; e meditavam o despique de um e outro empenho, com todas as ideias do seu cuidado e com o maior poder das suas forças.

56. Por estas causas não cessavam as oficinas de Holanda de forjar raios para os fulminarem no Brasil; e novo felicíssimo acidente aumentou o poder da Companhia Ocidental daqueles Estados, para os animar a esta segunda empresa; porque saindo da costa do Brasil o referido Peter Petrid a buscar a frota das Índias, que navegava para Espanha governada por D. Luís de Benavides, combatendo-a a venceu, e importou esta notável presa em Holanda nove milhões. Com tão grosso cabedal trataram os interessados de juntar naus e gente, determinando que golpe se desse em Pernambuco, consideradas as grandes utilidades que lhes resultavam da conquista

daquela província, e a pouca disposição que havia nos seus habitadores para a defensa (do que tinham larga notícia), ocultando sempre o alvo deste tiro, para o qual dispunham as maiores prevenções e a mais poderosa armada.

57. Era condessa de Flandres a infanta D. Isabel, filha do rei d. Filipe II e viúva do arquiduque Alberto de Áustria, o qual sendo prior do Crato, cardeal da santa Igreja romana e vice-rei de Portugal, deixou a ordem e o capelo, e se desposou com esta princesa, levando em dote aqueles países, que por falta de sucessão tornaram à coroa de Espanha. Fez esta princesa aviso a seu sobrinho el-rei Filipe IV que a máquina naval dos holandeses ia cair sobre Pernambuco, por notícias certas que colhera de inteligências fiéis.

58. Achava-se Matias de Albuquerque na corte de Madri: foi logo nomeado por el-rei governador de Pernambuco, independente do capitão-geral do Brasil nas matérias pertencentes à guerra, e o enviou a Lisboa, ordenando se lhe dessem as embarcações, gente e mantimentos competentes à defensa. Porém, sem embargo das muitas instâncias que fez aos governadores do reino, e de ser um deles o conde de Basto, sogro de seu irmão Duarte Coelho de Albuquerque, senhor daquela capitania, não pode conseguir mais que três caravelas com alguns poucos soldados e petrechos, com que chegou ao Recife (porto de Pernambuco) no mês de outubro do ano de mil e seiscentos e vinte e nove.

59. Achou Matias de Albuquerque a praça com cento e trinta soldados de presídio; por acabar algumas fortificações que deixara principiadas no tempo que a governara, e pouco guarnecidas as que tinha deixado perfeitas; os moradores sem exercício nem experiência da militar disciplina, descuidados do perigo de que os pudera fazer advertidos o sucesso da Bahia; e finalmente vendo tudo sem capacidade da pronta defensa que requeria o dano iminente, preveniu as forças, e dispôs a gente na melhor forma que lhe permitira o tempo, mostrando-se contudo nestas prevenções mais prático que ativo, porque se aplicara naqueles mesmos dias a outra ação política, imprópria da ocasião, devendo só cuidar na defensa daquela província, em que pudera fazer o maior serviço e ainda a maior lisonja ao monarca. Porém mostrou na outra aplicação em que estava mais empenhado, que tinha por contingente a vinda da armada inimiga, ou totalmente por falsa.

60. Pareceu fatalidade, sendo Matias de Albuquerque tão belicoso e tendo feito hábito do furor das armas, que exerceu em Flandres e em outras regiões da Europa com grandes provas de soldado, meter-se agora ser lisonjeiro; porque trazendo a nova do nascimento do príncipe D. Baltasar Carlos, herdeiro da monarquia, ordenou em Pernambuco grandes e intempestivas festas, em detrimento das operações que se faziam para a sua defensa e necessitavam de todas as atenções e de mais tempo que aquele que podia tardar a armada holandesa, sendo então mais poderoso nele o impulso da lisonja que o do valor e da obrigação do cargo; mas, antes de se concluírem os festejos, lhe chegou um patacho de Cabo Verde com aviso de João Pereira Corte Real, que governava aquela ilha, de que a armada de Holanda, depois de se deter naqueles mares quase dois meses, tomar o rumo do Brasil.

61. Obrou efeitos diferentes em Pernambuco esta notícia; porque a uns acrescentou a confusão, e a outros diminuiu a desconfiança, discursando estes que se a armada viera sobre aquela praça, já havia de ter aparecido no tempo que o patacho se havia dilatado, e que o não haver vista dela, fazendo a mesma navegação, era indício de levar outro desenho a diversa empresa. Porém Matias de Albuquerque, com a notícia deste aviso, dispunha tudo o que podia ser útil à defensa, guarnecendo as fortalezas: e reparando-as o mais breve que lhe foi possível, as entregou a pessoas de maior confiança, tendo a mesma providência com os postos e lugares por onde o inimigo tentasse invadir a terra. Mas nesta operação se começou a descobrir do cabo de Santo Agostinho a armada, tocando-se logo rebate nesta povoação, donde se fez aviso ao governador.

62. Viviam os pernambucanos na maior opulência, com vantagens em grandeza a todos os outros moradores do Brasil, mas tão esquecidos da modéstia, que não seguiam outras leis que as da vontade, com escândalo da justiça, cometendo muitos delitos, em que por se ostentarem mais famosos no poder, pareciam menos observantes na religião. Por estas causas pregando em uma das suas freguesias um religioso grave com espírito apostólico e enfático, repreendendo em comum os vícios e abusos da terra, e usando como em profecia de uma mui própria paranomásia, disse que Olinda seria brevemente escrava de Holanda.

63. A estas palavras levantando-se alguns dos principais que assistiam ao sermão, o mandaram calar, e o fizeram descer do púlpito com violência e confusão, sem poder o pároco atalhar aquela força, posto que aplicara todos os meios de a obviar; desordem a que se seguiu brevemente a perda de Pernambuco e o cumprimento daquelas palavras, tão mal recebidas nos seus ânimos então, com depois lembradas nos seus arrependimentos, e ainda hoje conservadas com lágrimas nas memórias de todos os moradores mais qualificados em Pernambuco.

64. Foi a armada inimiga prosseguindo a viagem, e apareceu à cidade de Olinda em quatorze de fevereiro do ano de mil e seiscentos e trinta; era de setenta velas, contando-se entre elas poderosas naus; conduziam oito mil homens de guerra, que governavam dois generais, Henrique Loncq no mar, e Teodoro Weerdemburgh na terra. Batendo incessantemente a marinha, fizeram demonstração de desembarcar no rio Tapado; mas por entre o furor da bateria e as sombras do fumo destacou do corpo da armada Teodoro Weerdemburgh uma esquadra de naus, e saltou em terra com quatro mil homens em um sítio chamado o Pau Amarelo, três léguas e meia da cidade de Olinda.

65. Acudiu logo a ela o governador Matias de Albuquerque do lugar do Recife, onde o poder da armada holandesa o tinha levado a defender aquele porto, que supôs era o trânsito que os inimigos buscavam para saltar em terra, como mostrava a porfia com que o batiam, até que a notícia o avisou da diversão com que desembarcaram no referido sítio do Pau Amarelo; e deixando guarnecida a praça com algumas ordenanças e com os moradores que julgou mais prontos para a defensa das próprias casas que para os progressos da campanha, marchou a encontrar os inimigos com um troço de exército, que não passava de setecentos homens entre portugueses e gentios, em que havia alguma cavalaria; e posto que todos bisonhos, era número suficiente (amparado das brenhas que pelo continente guarnecem toda a extensão daquela praia, por onde marchavam formados em quatro batalhões os inimigos) a impedir-lhes o passo, principalmente havendo eles de passar o rio Doce, trânsito em que nos ficava de inferior partido.

66. Era grande a vantagem que nos ofereciam a ocasião e o sítio, a não se esquecerem os moradores do valor português, trocando pelo seu

receio a obediência dos seus capitães, de sorte que passando os contrários quase desordenados o rio, e dando-lhes os portugueses algumas cargas, em que lhes mataram muita gente, sem prosseguirem a defensa se retiraram os nossos apoderados de um temor vil, que os fez antepor a vida à honra; e como todo o ânimo que perdiam, iam ganhando os inimigos, lhes foi fácil caminharem para a cidade de Olinda, onde entraram pela parte mais eminente dela, em que está situado o colégio dos religiosos da Companhia de Jesus.

67. Já na indistinta luz, confusa madrugada do infausto dia dezesseis de fevereiro, se tinha ausentado a maior parte da gente que ficara para defender a praça porque o débil sexo feminino, retirando-se para os matos com copiosas lágrimas, levou após si os esposos, os filhos e os pais, arrebatados da corrente daquele pranto, ou impelidos do seu amor (que nesta ocasião pareceu mais filho de Vênus que de Marte), conduzindo todos o mais precioso que possuíam e puderam carregar; causa pela qual acharam os inimigos o saque menos rico do que imaginavam; mas a falta dos despojos vingaram em sacrilégios, profanando os templos e os altares, brindando pelos cálices sagrados, e vestindo por ludíbrio as sagradas vestimentas sacerdotais. Com estes escândalos discorriam armados por todas as ruas, com jactância vil de um triunfo que alcançaram sem vitória, e de uma praça que conquistaram sem resistência.

68. Porém não faltaram alguns valorosos portugueses, que vendo perdida a pátria, quiseram sacrificar-lhe as vidas, sem esperança de lhe conseguir a liberdade, usando com ela de uma inútil piedade, e consigo de um valor cego, que serviu mais à desesperação que ao remédio. Foram as aras destas oblações o adro da Santa Misericórdia e os muros dos religiosos de S. Francisco; nestes o capitão André Pereira Temudo, naquele o capitão Salvador de Azevedo, juntando-se a um e outro muitos briosíssimos paisanos de juvenil idade, que em anos verdes souberam dar sazonados frutos do valor.

69. Investiram com duas grandes mangas de inimigos em desigualíssimo partido, sem outra esperança ou fim mais que o de não quererem sobreviver à calamidade comum e à ruína da república, abrindo com as espadas trânsitos às vidas, e derramando a todas as partes mortes; nas

alheias souberam vender caras as próprias, e posto que desta resolução não resultasse outro benefício que o exemplo do amor da pátria, pelo qual os levou a fama a viver na imortalidade, são as suas memórias ainda cá no século dignas de todas a duração que pode permitir o tempo.

70. Não podiam os holandeses tomar o Recife se ganhar o forte de S. Jorge, que os havia de ofender no passo: mandaram rendê-lo por um grosso batalhão de dois mil soldados, que marchando cobertos das sombras da noite, lhe puseram escadas, lançando primeiro dentro vários instrumentos de fogo; porém o capitão Antônio de Lima, que com pouco mais de trinta soldados, em que se contavam algumas pessoas nobilíssimas, o defendia, de sorte recebeu aos inimigos que os fez voltar rechaçados, deixando o seu cabo e trezentos soldados mortos, e ficando a campanha semeada de corpos e de mosquetes.

71. Admirado o general holandês Teodoro Weerdemburgh de tanta resistência em tão débil corpo, que apenas mostrava capacidade para cinquenta pessoas (sem advertir que aos corpos pequenos faz grandes o valor), ardendo em ira pela perda recebida do estrago feito nos seus soldados, se resolveu depois de alguns dias a ir em pessoa sitiá-lo com quatro mil infantes e boa artilheria. Com este aparato militar saiu de Olinda em uma noite, e chegou ainda nas sombras dela a pôr-se defronte do dito forte.

72. Abriu trincheiras, plantou artilheria, batendo-o incessantemente pelo curso de cinco dias, os quais se defendeu Antônio de Lima com resolução verdadeiramente heroica, tanto maior quanto não esperada, pela pouca gente com que se achava. Fez aviso a Matias de Albuquerque pedindo-lhe socorro; mas não lho enviando, e sem colher o capitão da sua resposta esperanças de o alcançar capitulou com os inimigos saírem os portugueses livres, condição a que faltaram os holandeses, querendo obrigá-los a jurar não tomarem armas contra Holanda por tempo de seis meses; o que visto pelos nossos renovaram o conflito, em que ficaram todos presos.

73. Rendido o forte de S. Jorge, se entregou logo o de S. Francisco, e marchou o exército inimigo a tomar o Recife, que desampararam os seus moradores, tendo-lhe primeiro feito as custosas exéquias de um poderoso incêndio, em que serviram as chamas três milhões em vários gê-

neros de cabedais, pondo voluntariamente o fogo às suas casas, móveis e fazendas, para que ficasse menos importante o triunfo aos holandeses.

74. Foram tão semelhantes as perdas da Bahia e de Pernambuco, tão parecidos os infortúnios de Diogo de Mendonça e de Matias de Albuquerque, que nem das duas praças se deve formar juízo desigual, nem dos dois generais fazer conceito diferente; pois nelas não havia meios para defensa proporcionados à grandeza do perigo, e neles não faltou o cuidado que pôde permitir a brevidade do tempo; e assim, ou se deve em um e outro absolver o procedimento, ou condenar em ambos a desgraça: porém se em algum pudera haver culpa, não há dúvida que se atribuiria a Matias de Albuquerque, porque tendo na defensa de Pernambuco mais ocasiões em que exercer o valor, se não empenhou em contrastar a fortuna, e esta não deu lugar a Diogo de Mendonça para larga oposição, pois o chegou logo ao preciso termo do rendimento ou da desesperação.

75. Imitaram os moradores de Pernambuco aos da Bahia, assim no receio com que deixaram a praça aos inimigos sem a defender, como na resolução com que se ajuntaram na campanha para se lhes opor. O esforço da nação, perturbado de repentinos acidentes, pôde embaraçar-se por falta de disposições, mas o impulso correu logo para o seu natural efeito a estímulos do brio e do valor. Agora se juntavam ao general Matias de Albuquerque para a defensa da pátria os mesmos que se lhe tinham apartado na invasão dela, e por eleição de todos escolheu um sítio proporcionado a impedir aos holandeses o trânsito da província com progressos por terra, em que o qual se fabricou logo uma força com algumas peças de artilheria e suficiente número de gente.

76. Distava uma légua assim de Olinda, como do Recife (povoações de que estavam apoderados os inimigos), para lhes impedir a comunicação de uma a outra pelo istmo de areia que por espaço de uma légua as aparta. Foram os nossos fazendo trincheiras e redutos, assistidos de gente menos em número que em valor, todos desejosos de fazer aquelas provas de ânimo que não tinham obrado quando os inimigos lhes tomaram as praças.

77. Vendo o general holandês o estorvo que lhe fazia a nossa força do Arraial do Bom Jesus (que este sagrado título lhe deu Matias de Albuquerque) e o dano que dos outros redutos e trincheiras recebiam os

seus soldados, matando-lhe muitos dos batalhões com que saíam a faxinar, colher fruta e lenha, ou a passar de uma a outra povoação, achando menos quinhentos e tantos infantes mortos em repetidas ocasiões, vendo-se quase sitiados em Olinda e no Recife, por não poderem comunicar-se por terra sem evidente destroço e perda da sua gente; tendo recebido de novo muita, vários petrechos e bastimentos, em um socorro que poucos dias antes lhe chegara de Holanda, se resolveu o Weerdemburgh a mandar contra o nosso arraial a dois mil holandeses governados por um dos seus coronéis de maior suposição.

78. Saíram de Olinda, e caminhando de noite, chegaram ao romper da manhã, cuja luz os descobriu às nossas sentinelas, que dando aviso ao arraial, saíram dele e de todas as outras trincheiras e estâncias os nossos soldados, conduzidos dos seus valerosos cabos; e investindo pela retaguarda e por ambos os lados, os fizeram voltar as costas destroçados e fugitivos, com grande perda de gente e maior de opinião, deixando com os mortos muitos despojos militares no campo, e sendo seguidos no alcance de alguns alentados paisanos com maravilhoso efeito.

79. Chegou a Madri o aviso da perda de Olinda e do Recife, do poder com que estavam os holandeses sobre Pernambuco, e da oposição que os portugueses lhes faziam na campanha: mandou logo el-rei católico Filipe IV ordem aos governadores do reino enviassem socorros àqueles moradores para impedirem os progressos dos inimigos. Prepararam-se em Lisboa prontamente nove caravelas, em que vieram quatrocentos infantes, algumas munições e bastimentos. Saíram umas com interpolação de dias a outras, mas todas chegaram brevemente a Pernambuco, e tomando vários portos daquela província, por diversos caminhos se foi ajuntar a nosso arraial este socorro.

80. Trouxe entre os seus capitães ao famoso português Paulo de Parada, o qual saindo a singular desafio com um dos principais pernambucanos, ficou menos airoso do que depois se mostrara em repetidas ocasiões no serviço da monarquia de Espanha por muitas partes de Europa, ocupando pelo seu valor e disposição grandíssimos postos, os quais sendo dos maiores da milícia, ficaram ainda inferiores à sua fama, que eternizou o seu nome para viver por memória na posteridade.

81. Foram os holandeses com dois mil infantes em vinte naus sobre a ilha de Itamaracá, que dá o nome a toda a sua capitania (a qual deixamos já descrita no livro segundo desta história). Pelo espaço de mar que cerca a ilha para a parte da vila de Guaiana, tem duas barras; na mais capaz entraram os inimigos, e saltando em terra para ganharem a ilha ou lograrem o saque, foram valorosamente resistidos do capitão-mor Salvador Pinheiro, que animando aos poucos moradores dela, se lhe opôs com maior resolução que poder; e não conseguindo os nossos contrários um nem outro intento, desafogaram a ânsia que os levara àquela entrepresa, com levantarem na barra uma fortaleza, em que deixaram muita artilheria, soldados e duas embarcações, voltando as naus desta expedição sem outro efeito para o Recife.

82. Careciam os pernambucanos de um socorro mais poderoso, com que pudessem de uma vez arrancar aquela perniciosa planta, que ia já estendendo as raízes, antes que as lançasse mais dilatadas e mais profundas; suplicavam a Castela por uma real armada que os livrasse daquele jugo holandês, que tão vizinho e com tanto poder lhes ameaçava maiores estragos; representavam que unidas as armadas castelhana e portuguesa, como na restauração da Bahia, poderiam lograr o mesmo triunfo, expulsando aos inimigos com o próprio sucesso. Porém na corte de Madri se resolveu que a guerra de Pernambuco se fizesse lenta, sem se ponderar o dano que recebiam aqueles vassalos na dilação (débeis já as suas forças pelas contínuas pelejas, que em número tão inferior aos inimigos tinham com ele incessantemente), sendo-lhes quase impossível podê-los resistir em tempo mais continuado.

83. Ouviam o rei e os ministros as vozes, mas não deferiam às súplicas, porque estava destinada àquela nobilíssima província mais duração de calamidades para mais castigo, ou para maior glória dos pernambucanos. Respondiam os ministros de Castela, que para tão grande expedição estava exausta de cabedais e gente Espanha, necessitadas naquela ocasião as suas costas de serem assistidas das suas armadas; e só lhes mandaram o socorro que o tempo lhes permitia, ordenando que D. Antônio de Oquendo, que ia comboiar os galeões para as Índias de Espanha, chegasse à Bahia a informar-se do estado da guerra de Pernambuco, para dispor a forma em que se havia de encaminhar os socorros que ia para aquela capitania e para a da Paraíba.

84. Contavam ambos de mil infantes entre portugueses, espanhóis e italianos; estes e os espanhóis governados por João Vicêncio de Sanfelice, conde de Bagnuolo. Partiu D. Antônio de Oquendo de Lisboa, e chegou com viagem breve à Bahia, que ainda governava Diogo Luís de Oliveira, com quem consultou (segundo os avisos que tinha do estado em que se achava Pernambuco) o meio de introduzir os socorros nas referidas praças.

85. Não cessava a Companhia Ocidental de Holanda em fazer para a conquista de Pernambuco novas despesas, segurando na repetição de umas os interesses de todas. Tinha enviado no princípio deste ano de mil e seiscentos e trinta e um algumas naus, que no Recife desembarcaram dois mil infantes e muitos bastimentos; e logo tendo notícia que D. Antônio de Oquendo levava à Bahia o que se havia de enviar a Pernambuco, mandaram outra armada, em que veio por general do mar Adrião Pater, a cujo nome tinha já granjeado atenções a fama das suas vitórias. Com a mesma presteza com que chegou, dispôs vir à altura da Bahia esperar que saísse a nossa armada, para se bater com ela, reforçando a sua com as melhores naus e a mais escolhida gente que tinham os holandeses no Recife, como devia eleger, saindo contra um tão grande capitão, que ainda quando o não pudesse vencer, lhe bastara a glória de o intentar.

86. Era D. Antônio de Oquendo grandíssimo soldado[4], o mais perito e valoroso cabo que em muitos séculos teve a milícia naval de Espanha; contava os triunfos pelos conflitos, mostrando-se até àquele tempo tão esforçado como venturoso. Tinha feito alguma precisa demora na Bahia, pela causa que deixamos referida, e saiu dela conduzindo sessenta embarcações, em que se contavam as vinte da sua armada, vinte e oito que iam para Portugal carregadas de açúcar e dos outros gêneros deste país, e doze caravelas que levavam os socorros para a Paraíba e Pernambuco com o conde de Bagnuolo e Duarte de Albuquerque Coelho, que viera naquela armada para passar à capitania de que era donatário, a concorrer com a pessoa e com o poder para a sua restauração, ou a ser companheiro da sua desgraça, posto que levasse a Pernambuco mais ostentações que utilidade.

87. Dez dias depois de levar as âncoras do porto da Bahia a nossa armada, foi vista da inimiga, e descobrindo-se ambas, se dispuseram à peleja, concorrendo o mar e o vento com todas as disposições para o combate e

servindo ao estrago e ao triunfo de uma e outra nação. Rara vez concedeu o oceano as suas cristalinas campanhas para palanque de mais horrendo singular desafio entre duas naus e dois generais: porque avançando-se as duas contrárias capitânias (com tal brevidade que a artilharia delas não teve tempo para mais operação que a de uma carga) atracadas pelejavam, como em campo raso, peito a peito e braço a braço.

88. Acesos no fogo da mosquetaria os troncos dos mastros, abrasadas as velas e as enxárcias, era tudo horror e tudo incêndio. A fortuna que havia sido parcial de ambos os capitães em diversos conflitos, esteve neste sete horas indiferente, sem resolver a qual deles se havia de inclinar; até que acendendo-se na coberta da capitânia inimiga um fogo inextinguível que a ia consumindo, tratou a nossa de se desatracar, o que não conseguira, se uma das nossas naus lhe não dera um cabo, com que se pôde apartar do incêndio ateado na capitânia holandesa, donde muitos inimigos fugindo ao fogo, salvaram na nossa as vidas a dispêndio das liberdades, como alguns dos nossos soldados fizeram também nas naus inimigas.

89. O general Adrião Pater, que certo do seu inevitável perigo, já se contentava com que a ruína da capitânia holandesa acompanhasse a espanhola, vendo agora que desatracara e que a sua ficara para perecer do incêndio, não procurando salvar-se na nossa por não servir ao triunfo do nosso general, quis ser singular na eleição da morte, acabando a vida a seu próprio voluntário impulso, antes que chegasse a perdê-la ao rigor das chamas de que não podia livrar-se; fazendo vaidade de ter escolha na última desgraça, se lançou ao mar armado e envolto no estandarte da sua República, a qual pudera levantar estátuas à sua posteridade, posto que este seu famoso capitão, querendo poupar-lhe os mausoléus, escondesse no profundo do oceano o seu cadáver[5].

90. Nas outras naus de ambas as armadas houve iguais destroços; a almirante contrária, rendendo a um dos nossos galeões, a meteu a pique a nossa almirante; os nossos navios fizeram o mesmo a três dos seus; e finalmente, destroçados uns e outros, se retiraram os inimigos. A nossa armada se reparou dos danos em três dias, e passados, navegou a castelhana para as Índias, as naus de carga para Portugal, e as caravelas do socorro para Pernambuco, onde desembarcaram em um porto chamado a Barra

Grande; e caminhando trinta léguas por fragosos trânsitos de terra, chegou o socorro ao nosso Arraial do Bom Jesus, com grande contentamento do nosso exército.

91. Tornando para o Recife as naus da armada inimiga com a notícia da perda do seu general, quiseram os do conselho vingar-lhe a morte com algum golpe que nos fizesse mais sensível impressão. Desampararam a cidade de Olinda, porque tendo dividido entre ela e o Recife o seu poder, e não conseguindo dar-se as mãos sem perda de gente, julgaram aquela praça de maior prejuízo que utilidade às suas empresas, e pondo-lhe o fogo, foi mais poderoso o incêndio para a consumir que as lágrimas dos paisanos e católicos para o apagar. Arderam os sagrados simulacros e as aras naquele fogo, que se não acendia em sacrifícios, mas em sacrilégios.

92. Enviaram os inimigos três mil homens em trinta naus a ganhar a capitania da Paraíba, cujo comércio e fortaleza eram mui conducentes aos interesses dos seus cabedais, e ao progresso das suas conquistas. Governava aquela província Antônio de Albuquerque, e valorosamente a defendeu; mas carregando os inimigos para a dita fortaleza uma légua distante da cidade, saiu dela, e com muito inferior número de gente lhe fez muito dano em um porfiado combate; porém não pôde impedir-lhes o ganharem por então a fortaleza, e que depois de alguns meses de sítio, com os socorros que do nosso arraial mandara Matias de Albuquerque, os obrigamos a largá-la e a retirarem-se.

93. Recolhidos ao Recife, saiu outra esquadra das suas naus sobre a capitania do Rio Grande, que governava Cipião Pita Portocarreiro; mas achando-o prevenido com o socorro que lhe fora da Paraíba, não só defendeu a praça, mas impediu aos inimigos o ingresso na campanha, porque mandando rebanhar algum gado, o não levaram, defendido pela nossa gente. Tornando ao Recife os holandeses, foram de novo à ilha de Itamaracá, e tiveram o próprio sucesso. Intentaram interprender o cabo de Santo Agostinho, a cujo porto (não inferior, antes melhor que o do Recife) iam já acudindo com o nosso comércio as nossas embarcações. Governava os dois redutos que o conde de Bagnuolo ali tinha levantado, Bento Maciel Parente, o qual com a gente com que se achava, e com outra que logo do nosso arraial se lhe

enviara, resistiu e rechaçou aos inimigos, os quais, imaginando ser maior o socorro que nos chegara, se retiraram confusa e apressadamente.

94. De novo determinaram assaltar com grande poder ao nosso arraial, resolução que executaram quinta-feira santa, dia em que eles sabiam que os portugueses estavam ocupados nas sagradas cerimônias da nossa Igreja católica. Mas acudiu Deus a castigar o sacrilégio que naquela celebridade cometiam contra a nossa religião, porque, dando-nos um geral assalto os inimigos, foram desbaratados pelos nossos capitães e soldados, que no combate e no alcance lhes mataram e feriram muitos infantes, ficando na campanha morto o seu general Lourenço de Rembach, sucessor no posto de Teodoro Weerdemburg, que pouco antes tinha partido para Holanda.

95. Porém crescendo continuamente no Recife aos inimigos os socorros de Holanda, e achando-se com sete mil homens de guerra, quando os portugueses apenas contavam mil e duzentos, divididos por tão diferentes estâncias, acudindo a tão distantes partes, debilitados de tantas e tão contínuas marchas e pelejas: abundantes os contrários dos muitos bastimentos e víveres que de Europa lhes conduziam as suas naus; faltos os nossos até do preciso alimento para sustentar as vidas (porque os lavradores com a vizinhança do perigo deixavam a cultura dos campos), chegava a excessivo preço algum gênero comestível que se descobria, sendo ainda mais caro em aparecer que em se reputar.

96. Por esta causa experimentava uma geral necessidade toda a nossa gente; e por acudir a tanta opressão, resolveu o general Matias de Albuquerque, fazer um pedido por todos os moradores mais ricos de Pernambuco, arbitrando a quantia de quarenta mil-réis por cada um, ou a irem residir no arraial os que não quisessem contribuir com esta imposição meio que se julgou necessário para reparar em parte o mal que se padecia. Encarregou esta ordem a Sebastião da Rocha Pita, avô do autor, que no arraial assistia com muita gente à sua custa, por ser uma das primeiras e mais poderosas pessoas de Pernambuco, que no serviço do rei e da pátria juntava ao merecimento do valor a despesa do cabedal. Na ordem que lhe deu por escrito, a qual ainda hoje se conserva, e contém termos e palavras mais decorosas das que costumam os generais usar com os vassalos, lhe concedeu poderes sobre todos os capitães-mores e justiças daqueles distritos, dando-

lhe também faculdade para delegar nas pessoas que elegesse por aquelas partes a que a sua não pudese ir. Do zelo e cuidado com que Sebastião da Rocha Pita a soube executar, resultou grande utilidade ao nosso arraial, porque foram muitos moradores assistir em o nosso exército; e os que se acharam impossibilitados para o fazer, contribuíram com a imposição dos quarenta mil-réis, que deram uns em dinheiro, outros em gado, com cujo socorro pôde respirar e sustentar-se algum tempo a nossa gente.

97. Estavam decretados vinte e quatro anos de misérias na sujeição dos holandeses aos pernambucanos, e a verem reduzidos a ruínas os frutos e cabedais com que serviram à vaidade, tão esquecidos da virtude, que ainda nos que pareciam mais ajustados na vida, lhes era inseparável culpa a soberba; sendo agora castigados da altíssima Providência, que dispôs serem tratados como escravos os que tanta jactâncias faziam de ser senhores. Por esta causa permitiu que não chegassem no termo do referido tempo a ter socorros do seu monarca equivalentes a libertá-los do jugo estranho, e que até dos poucos que lhe enviara, lhes chegasse a melhor parte, como neste ano de mil e seiscentos e trinta e três aconteceu aos que conduziam Francisco de Soutomaior e Francisco de Vasconcelos da Cunha, de cujos navios, soldados e bastimentos foram raros os que chegaram a juntar-se ao nossso exército, represados e rotos os mais pelos inimigos; e pela mesma superior causa era já inútil a nossa constância.

98. Exercia o posto de general dos holandeses Sigismundo van der Schkoppe, que sucedera nele a Lourenço de Rembach, morto na campanha pelo nosso ferro, como temos mostrado. Era Sigismundo mais resoluto ou mais venturoso que o seu antecessor; e não perdendo tempo de mostrar a sua ousadia e tentar a sua fortuna, dispunha contínuas expedições, encaminhadas a várias partes; e como por disposição divina estavam determinados os castigos de Pernambuco, de que eram segundas causas e instrumentos os holandeses, não podia fazer o valor português resistência igual a uma empresa em que não só parecia difícil, mas quase impossível a oposição.

99. Foram ganhando os inimigos muitas praças: tomaram a capitania de Itamaracá; largamo-lhes a vila de Igaraçu; tornando à província do Rio Grande a ganharam, e com o mesmo curso de vitórias senhorearam

a povoação do Pontal no cabo de Santo Agostinho e a província da Paraíba, posto que em todas estas partes lhes pleiteou a posse a nossa constância, mais que o nosso poder, cuja debilidade cedeu à fortuna do vencedor, a quem não ajudou pouco a rebelião dos gentios daqueles distritos que tomaram a sua voz, exceto os poucos fiéis que até à última desgraça seguiram as nossas armas[6].

100. A um mesmo tempo desenharam os inimigos duas empresas, e dividido o seu poder em duas partes, uma foi sobre o nosso arraial do Bom Jesus e outra sobre a fortaleza de Nazaré no cabo de Santo Agostinho. Pouco antes desta sua resolução, tinha Matias de Albuquerque com o conde de Bagnuolo passado a Vila Formosa de Serinhaém, por lhes parecer sítio mais proporcionado que o do arraial, para remeterem os socorros onde os pedisse a necessidade. Mandou os que pôde ao arraial e à fortaleza de Nazaré, cujos defensores, depois de terem feito no curso de muitos meses insígnes atos de valor, incríveis provas de constância, e padecido as maiores necessidades, faltando-lhes a esperança de outros socorros, por terem já os inimigos tomado a todos o passo, se lhes renderam com honradísssimas condições.

101. Ordenou logo Matias de Albuquerque ao conde de Bagnuolo passasse a Porto Calvo, para segurar aquela povoação aonde se havia de encaminhar os inimigos. Chegou àquela vila o conde, mas apenas desembarcaram nela os holandeses, a desamparou, passando à povoação das Alagoas, onde se lhe foi juntar Matias de Albuquerque com as relíquias do nosso exército, prosseguir-lhe os passos, ou por entender que na impossibilidade de resistir aos inimigos, não tinha em toda a província de Pernambuco outro lugar em que se fortalecer.

102. Era a vontade do general Matias de Albuquerque inseparável da do conde de Bagnuolo, e parecia não ter operação própria, sendo as do conde o objeto das queixas e murmurações comuns; já lhe achacavam falta de valor, já lhe arguíam inteligências com os inimigos, e nestas imposturas padecia o seu crédito com a opinião de desleal ainda maior infâmia que a de cobarde; e verdadeiramente as suas ações deram matéria para estes discursos, pois não correspondeu em Pernambuco à fama do seu talento, nem à confiança que se fez da sua pessoa para a defensa daquelas províncias.

103. Em todas as ocasiões mais dispunha as retiradas que os combates; seguido dos inimigos até à província de Sergipe, nunca lhes mostrou a cara. As palmas que não soube merecer em Pernambuco vinham alcançar na Bahia, onde inopinadamente (como em seu lugar diremos) defendeu a praça do sítio que lhe pôs o conde de Nassau, e nesta ocasião restaurou a reputação que em tantas havia perdido; se foi fortuna, teve votos de esforço e de prática militar, alcançando d'el-rei católico por este serviço prêmios avantajados aos seus merecimentos.

104. Chegou neste ano de mil e seiscentos e trinta e cinco o nosso suspirado socorro, mas tão desigual à esperança e necessidade de Pernambuco, que fez mais lastimosa a sua ruína. Quando o cautério não é poderoso e a curar a chaga, só serve de agravar a ferida. Veio junto em duas esquadras; uma castelhana, governada por D. Lope de Hozes, outra portuguesa, por D. Rodrigo Lobo. Avistaram ambas o Recife, podendo ganhar aquela praça de armas dos inimigos, e tirar-lhes o único porto das suas armadas, que não podiam agora resistir à nossa por não se achar com gente, dispersos e divididos os holandeses por tantos presídios quantas eram já as conquistas que tinham feito.

105. Sendo aconselhado do D. Lope a esta interpresa, a não quis intentar, desculpando-se com a pressa que o trazia a pôr na Bahia a Pedro da Silva (que vinha suceder a Diogo Luís de Oliveira) e voltar para as Índias de Espanha. Sem outra operação entraram as nossas naus na barra das Alagoas, onde lançaram o socorro e a D. Luís de Roxas y Borja, que ia suceder a Matias de Albuquerque com o título de mestre-de-campo general do marquês de Valada, o qual ficara prevenindo maior poder em Espanha, mas não chegou a passar ao Brasil.

106. Deixando nas Alagoas o socorro, seguiu a nossa armada a viagem da Bahia, de cujo governo tomou posse o capitão-geral Pedro da Silva. E prontas as naus das duas esquadras, partiu D. Lope de Hozes a comboiar a frota das Índias à Espanha, e D. Rodrigo Lobo se demorou alguns dias para conduzir a da Bahia a Portugal. Saiu D. Lope, e a pouco tempo de navegação pelejou com oito naus holandesas, sem perda considerável de uma nem de outra parte, posto que lhe foi preciso, por reparar os

navios da sua esquadra, tornar à Bahia, donde brevemente saíram ambas, tomando cada uma a derrota do seu regimento.

107. Em a nossa se embarcou Diogo Luís de Oliveira, tendo procedido no Brasil com o valor e acerto que sempre mostrara em outras partes da monarquia em serviço d'el-rei, que agora lhe decretara a empresa de expulsar os holandeses de Curaçau nas Índias Ocidentais; porque na grandeza dos monarcas uns serviços são habilitações para outros, e na constância dos heróis ficam sendo uns perigos prêmio de outros perigos. Nesta mesma ocasião passou o general Matias de Albuquerque, e chegado a Portugal passou a Madri, donde foi remetido preso para o castelo de Lisboa.

108. Não descansava D. Luís de Roxas y Borja, novo governador das nossas armas, no cuidado de as empregar com golpes que vingassem os nosssos estragos, e aumentassem a sua glória. Sabendo que Sigismundo Van der Schkoppe estava em Porto Calvo, determinou ir ganhar aquela vila, e deixando ao conde de Bagnuolo na das Alagoas, mandou adiante a Manuel Dias de Andrada (um dos seus tenentes) com parte da infanteria, seguindo-o com o resto do exército. Teve o general holandês antecipada notícia, e desamparando a vila, se pôs em salvo no Recife com seiscentos infantes. Entraram em Porto Calvo os portugueses que foram adiante, e logo o mestre-de-campo-general com toda a infanteria, aplicando-se ao reparo das ruínas que os inimigos tinham feito, assim na igreja matriz como nas casas particulares, suntuosos aposentos de nobilíssimas famílias que desde a fundação da província de Pernambuco tinham feito assento naquele distrito.

109. Tendo notícia o coronel Cristóvão d'Artichofski que D. Luís de Roxas fora a Porto Calvo contra Sigismundo, e ignorando que este se houvesse já ausentado, o foi socorrer com mil e quinhentos homens tirados das fortificações da Peripoeira, que governava; de cujo movimento informado D. Luís, saiu a encontrá-lo com inferior número de gente, sem consultar aos cabos, nem ter experiência do terreno. Teve com os inimigos um choque, que suspendeu a noite, ficando de uma e outra parte muitos mortos e feridos, e em maior número na dos contrários; mas passando as horas do sono em considerações o nosso mestre-de-campo-general e os nossos cabos, culpando estes o muito que aquele se empenhara, e ponderando

o perigo em que estavam com tão pouca gente, se determinou mandar vir do Porto Calvo a que deixara naquela povoação, estando o nosso exército em um posto eminente, onde seguro de ser acometido a podia esperar.

110. Porém não pôde o ânimo de D. Luís de Roxas restringir-se aos termos da prudência; porque descobrindo de manhã aos inimigos, impelido do natural furor, contra o que na noite antes se tinha determinado, os mandou avançar; e travando-se a peleja, depois de se pleitear por muitas horas entre ambas as partes a vitória, perdemos a batalha, e o nosso mestre-de-campo-general a vida, mais inútil que gloriosamente. Este fim teve D. Luís de Roxas y Borja, cuja fama tinha já dado não pequeno brado, e cujo talento benemérito de melhor fortuna prometia maiores esperanças. O seu valor testemunharam as campanhas de Flandres e das Índias; às suas veias deram sangue as esclarecidas casas de Lerma e Gândia. É a sua memória credora de atenções, posto que não pode acontecer a um capitão maior desgraça que ficar sendo exemplar de lástimas.

111. Os holandeses, ainda que vencedores, ficaram tão cortados do nosso ferro, que não ousaram em seguimento a vitória marchar para Porto Calvo; mas cheios de pavor e espanto, deixando no campo muitos mortos e levando inumeráveis feridos, se retiraram com seu coronel para a sua fortificação da Peripoeira, donde tinham saído. Abertas as vias da sucessão que trouxera o mestre-de-campo-general D. Luís de Roxas e Borja, se achou nomeado para lhe suceder no cargo o mestre-de-campo João Ortiz, espanhol, que fora morto algum tempo antes pelos inimigos nas Alagoas, e no último lugar o conde de Bagnuolo, com geral sentimento dos portugueses.

112. Por esta causa persuadiam no Porto Calvo ao tenente-general Manuel Dias de Andrada se encarregasse do governo; e nas Alagoas rogavam o mesmo a Duarte de Albuquerque, que como senhor de Pernambuco ficara pela ausência de seu irmão Matias de Albuquerque com o governo político por ordem d'el-rei naquela província. Porém cada um destes capitães, agradecendo o rogo e estranhando o conselho, se conformaram em o desprezar, atentos à obediência da nomeação real, cuja disposição só deviam seguir.

113. Com o novo título e poder o conde de Bagnuolo, juntando as relíquias do nosso exército, se dispunha a ficar nas Alagoas; mas persuadido a ir ao Porto Calvo segurar no nosso domínio aquela vila mais vizinha à campanha que dominavam os inimigos, passou a ela, onde residiu enquanto eles o não inquietaram; porém chegando ao Recife no princípio do ano de mil e seiscentos e trinta e sete João Maurício, conde de Nassau, com o supremo governo das armas de Holanda no Brasil, e informado que o conde de Bagnuolo existia no Porto Calvo, marchou a ganhar aquela povoação.

114. Fez conselho o Bagnuolo, e votando todos os cabos que os nossos soldados, práticos no país (em que os inimigos eram bisonhos), os esperassem entre os matos para lhes cortarem os passos, principalmente em um espaço de cinco léguas de caminho alagadiço, que precisamente haviam de passar, sendo fácil os portugueses desbaratá-los nele e impedir-lhes o trânsito com tanto mais perda sua que nossa, quanto era maior o seu poder, ao qual não podíamos opor-nos em campanha rasa; não se acomodando o Bagnuolo a este parecer, guarneceu a fortaleza e dividiu alguma infantaria por vários postos, onde sendo tão pouca, era certa a perdição e quase impossível a defensa; e ele se pôs em um reduto, que por mais distante lhe pareceu mais seguro, donde enviou todo o seu fato para as Alagoas, ação com que mostrara a fuga que dispunha.

115. Defenderam-se na povoação os portugueses sem mais esperança que a de venderem caras as vidas; e quando aguardavam algum socorro ou ordem do conde de Bagnuolo, souberam que se tinha ausentado para as Alagoas, levando quase por força Duarte de Albuquerque e ao tenente-general Manuel Dias de Andrada, a fim de que o segurassem de algum tumulto da infantaria, a qual ordenou que o seguisse, deixando desamparados os cabos e soldados que ocupara nos postos da vila e na defensa da fortaleza. Retiraram-se os que puderam, não podendo obra mais, e a fortaleza se defendeu ainda muitos dias.

116. Por não terem esperança do socorro, capitularam a entrega com decorosas condições, que pontualmente lhes foram guardadas pelo conde de Nassau, o qual marchou para as Alagoas em seguimento do de Bagnuolo, que apostado a fugir-lhe se passou para o rio de S. Francisco,

onde pudera mostrar-lhe o rosto, fazendo-se forte com a infanteria, cabos e moradores que levava retirados, por ser sumamente defensável aquele distrito: mas seguido do Nassau se passou com a mesma velocidade para a cidade de S. Cristóvão de Sergipe, onde sendo mandado desalojar por Sigismundo, o não quis esperar o Bagnuolo, apesar de muita gente que levava, e com ela se pôs a salvo na Bahia.

117. O conde de Nassau, acabando em breve tempo uma fortaleza que lavantou na barra da vila do Penedo (último limite da província de Pernambuco para a parte do sul), voltou para o Recife, delineando novos progressos. Parecia-lhe que à grandeza do seu nome e da sua fama não bastava conservar e defender aquelas conquistas, se com maiores empresas as não adiantava[7]. Eram os seus pensamentos tão altos como a sua família, de grande jerarquia em Alemanha, onde fora imperador seu ascendente Adolfo, conde de Nassau. Só com a opulência da Bahia se podiam ajustar as medidas do seu ânimo, tão ambicioso da glória de a conquistar, que apressando o tempo à execução, e aplicando os meios e instrumentos para tão grande empresa, saiu do Recife com quarenta naus e oito mil homens de mar e guerra.

118. Trazia nelas os melhores cabos e a infanteria mais escolhida que tinha a companhia de Holanda nas praças que nos tomaram, e de todas escolheu a milícia de que fizera a maior confiança para este empenho de tão relevantes consequências à sua fama, aos interesses da Companhia e dos Estados. A quatorze de abril do ano de mil e seiscentos e trinta e oito apareceu a sua armada, e entrando pela barra da Bahia, penetrou toda a sua enseada, fazendo vistoso alardo de bandeiras, flâmulas e instrumentos bélicos, que causaram um formoso horror nos ânimos de todas as pessoas que se achavam na cidade.

119. Diversos efeitos e discursos obrou nelas esta inopinada guerra, mas todos conformes e ordenados à segurança da praça, para cuja defensa concorreu muito acharem-se na Bahia os cabos, milícias e moradores retirados das capitanias de Pernambuco, que nesta ocasião vieram a ser o maior obstáculo ao conde de Nassau; e então conhecera o erro que cometera em as fazer retirar para esta praça, ao mesmo tempo que se dispunha a conquistá-la, pois assistida de milícia e gente tão valorosa, que em

tão várias partes com tanta constância, esforço e prática militar lhe pleitearam a posse de suas conquistas, lhe fazia esta quase impossível; causa de que resultava muita confiança aos moradores, e só receavam as tibiezas do conde de Bagnuolo, agora disfarçadas com o pretexto da independência do seu cargo ao governador-geral Pedro da Silva, por se achar com o mesmo poder de Matias de Albuquerque e de D. Luís de Roxas nas matérias da guerra, isento da jurisdição do capitão-geral do Estado.

120. Porém o general Pedro da Silva, conhecendo que de menores acidentes resulta a perdição dos desenhos, e que por competências de jurisdições se perdem os exércitos; cedendo em serviço do rei e da pátria o seu natural capricho e hereditário valor herdado dos seus gloriosos progenitores (ilustríssimos em Portugal pelo curso de muitos séculos) e não querendo ainda em prejuízo pôr em contingências e embaraços a causa pública, cedeu ao Bagnuolo o governo da guerra e da praça, e como um particular soldado se dispôs à defensa dela.

121. Esta ação, em que a fineza da lealdade venceu em Pedro da Silva o vigor do esforço, conhecido em muitas ocasiões, foi nesta entre os militares e políticos avaliada com diferente primor do com que fora feita; porque sempre na catástrofe dos juízos humanos prevalece a vaidade própria à utilidade comum e à conservação da monarquia. Porém como os princípes têm por obrigação distinguir nos vassalos os vícios e as virtudes, por esta o fez el-rei Católico conde de S. Lourenço, mas subindo a maiores quilates o brio de Pedro da Silva, não quis aceitar a mercê, mostrando nesta independência mais acrisolada a sua fidelidade: depois houve efeito em seu genro Martim Afonso de Melo, casado com D. Madalena da Silva, sua filha, em cuja excelentíssima casa permanece.

122. Desembarcou o conde de Nassau na praia da Tapagipe, mais de uma légua da cidade; dispondo a forma de acometê-la, tomou o forte de Monserrate e o de S. Bartolomeu, que por não entender que desembarcasse naquela parte, os não tínhamos guarnecidos. Aquartelou-se no outeiro chamado do Padre Ribeiro (sacerdote do hábito de S. Pedro, que dera o apelido àquela eminência e a uma das melhores fontes da Bahia, por haver tido uma quinta naquele sítio fronteiro à cidade, em distância de quase meia légua). Porém o conde de Bagnuolo, que com a superioridade

vestira o poder e a pele de leão, deixando a de ovelha, tinha disposto a defensa com grandíssimo valor e prática militar, tanto mais admirável quanto nele menos esperada. Havia mandado vários troços com os mais esforçados capitães a hostilizar aos inimigos em diversos postos do caminho, o que obraram com grande ânimo e fortuna, matando-lhes mais de seiscentos homens antes de chegarem à referida eminência do Padre Ribeiro.

123. Marchou o Bagnuolo com a maior parte da infanteria, Duarte de Albuquerque e o governador Pedro da Silva, que de todas as suas ordens era o executor mais intrépido e diligente. Aquartelou-se junto à igreja de Santo Antônio (hoje freguesia) em uma trincheira que naquele lugar mandara levantar o governador e capitão-geral Diogo Luís de Oliveira, cujas ruínas reparou agora o conde de Bagnuolo com tal brevidade, que se achava já mais capaz de defensa. Era o sítio mais fronteiro e vizinho aos inimigos, e nele se obraram todas as facções e combates desta guerra, fazendo-se de uma e outra parte os maiores atos de valor, os inimigos por conseguirem por aquela parte o trânsito para a cidade, e nós pelo defender.

124. Durou muitos dias a porfia; repetiram-se incessantemente os combates, e ao mesmo tempo da armada inimiga choviam grossas balas de artilheria na cidade, com maior estrondo que efeito, sendo nela o susto igual ao perigo, por verem a desesperação com que o conde de Nassau expunha os seus soldados e capitães a morrerem ou a conseguirem a empresa, vindo com os nossos às mãos todos os dias, em conflitos que pareciam campais batalhas. Mas desesperando da conquista, pediu suspensão de armas por um dia para sepultar os mortos, a qual lhe foi concedida.

125. Via menos os seus melhores cabos e dois mil infantes, além de outro grande número de feridos, na porfia de ganhar aquele passo: e não se achando com poder nem bastimentos para continuar mais tempo a guerra, furtivamente se embarcou com o resto do seu exército, deixando muitas peças de campanha, outras armas e alguns víveres, que logo recolheram os nossos soldados. E detendo-se ainda a sua armada na enseada da Bahia, desafogou a sua pena pelas bocas-de-fogo da sua artilharia, com que bateu dois dias a cidade, parecendo salvas da nossa vitória mais que lástimas da sua queixa; e com esta inútil demonstração voltaram para o Recife. Da nossa parte morreram muitos cabos, oficiais e soldados, cujas faltas os fizeram mais caro o triunfo[8].

126. Deram em Castela maiores brados os interesses da monarquia que os clamores do Brasil, resolvendo-se agora el-rei Católico a atender ao que com melhor sucesso pudera ter cuidado antes, e determinou enviar uma armada tão poderosa que pudesse prometer e segurar a restauração de Pernambuco, elegendo por general a D. Fernando Mascarenhas, conde da Torre, que vinha por governador e capitão-geral do Brasil. Era o conde de grande esfera por nascimento, de muita suposição por valor, e tão consumado em outras virtudes e na prática militar, que da geral aprovação com que se recebeu a sua eleição para esta empresa, se esperava a feliz execução dela.

127. Partiu de Lisboa em outubro do ano de mil e seiscentos e trinta e oito, com numerosa armada portuguesa, da qual lhe morreu muita gente na altura de Cabo Verde, no tempo em que se deteve a esperar pela castelhana, conforme o seu regimento, a qual chegada, navegaram ambas a Pernambuco. Avistaram em janeiro do ano de mil e seiscentos e trinta e nove o Recife; e se tem por sem dúvida se lhes rendera, pela pouca prevenção com que naquela praça se achavam os holandeses, extintos e cortados da viagem e empresa da Bahia, se a nossa armada fora sobre aquela praça, porém, trazendo o general ordem de vir para a Bahia, se a nossa armada fora sobre aquela praça, porém, trazendo o general ordem de vir para a Bahia, entrou nela e tomou posse do governo-geral do Brasil, sucedendo ao Governador Pedro da Silva.

128. Tornando a pôr-se prestes à nossa armada saiu da Bahia deixando o Conde da Torre entregue o governo dela a D. Vasco Mascarenhas, conde de Óbidos, depois governador das armas do Alentejo, vice-rei da Índia, que logo veremos segundo vice-rei do Brasil. No largo tempo que a armada se demorou na Bahia, teve lugar o inimigo para se prevenir em Pernambuco, tendo-a visto passar o cabo de Santo Agostinho. Lançou o conde da Torre em Porto dos Touros (algumas léguas apartado do Recife) mil e trezentos homens ordenando-lhes fossem observando o lugar em que ele desembarcasse para se lhe irem juntar.

129. Porém à fatalidade dos pernambucanos servindo também os elementos, se excitaram os ventos, e correram as águas para o sul com tal furor e violência, que não podendo as naus ter governo, posto que por-

fiadamente forcejaram contra o ímpeto da tempestade e da corrente, foram compelidas a buscar as Índias de Espanha, ficando inúteis as despesas e o valor, e desvanecidas de todo as esperanças concebidas de tão grande poder.

130. Os mil e trezentos homens de que era mestre-de-campo Luís Barbalho Bezerra, os quais o conde da Torre havia lançado no Porto dos Touros, superando inexplicáveis dificuldades pelo curso e rodeios de mais de trezentas léguas, rompendo muitos quartéis dos inimigos, se puseram em salvo na Bahia, com admiração e glória militar. Continuou o governo-geral do Brasil, D. Vasco Mascarenhas até junho do ano de mil e seiscentos e quarenta, em que lhe sucedeu D. Jorge Mascarenhas, marquês de Montalvão, primeiro vice-rei deste Estado.

NOTAS REFERENTES AO LIVRO QUARTO

1. Sobre a ocupação da Bahia pelos holandeses, em 1624, veja-se a *História*, de Fr. Vicente do Salvador, a que juntamos uma impressão geral (*Hist. do Brasil*, II, 64-5) a respeito da ajuda que tiveram dos cristãos-novos, receosos do Santo Ofício, cuja aparição na colônia datava de seis anos antes. O visitador da Inquisição, de 1618, era agora o destemido bispo D. Marcos Teixeira (achamos na Torre do Tombo, Lisboa, o *Livro de Confissões*, referente a essa visitação, de 1618-9, códice este considerado perdido). O governador Diogo de Mendonça Furtado chegará a Bahia em 12 de outubro de 1621 e, um ano depois, D. Marcos Teixeira, que não tardou a contender com ele a conteder a respeito das coisas estatísticas. Desta divergência se aproveitaram os inimigos de ambos, isto é, os que preferem o domínio estrangeiro à intolerância portuguesa: é fácil ver nos tumultos que obrigaram o governador a dispersar as tropas reunidas nas cidades essa malícia resultados tão extensos para a vida do país. Note-se que um dos capitães da expedição era Francisco Duchs, que estivera antes no Brasil e fora prisioneiro de Martim de Sá, que o transferira para os cárceres da Bahia (Fr. Vicente, *ibid*, p. 551). Serviu de guia a seus compatriotas. Lope de Vega, em *El Brasil restituído* (Comédias americanas, p.188,

com pref. de Menéndez y Pelayo, Buenos Aires, 1943), sustenta a tese do auxílio dos cristãos-novos ao invasor. É dele a comparação com o cavalo de Troia... "Que eram caballos troyanos..." Portugal não podia ignorar os preparativos que na Holanda se faziam. Bastará para isto a publicação, em 1623, do livro de Jan Andries Moerbeck, mostrando que os lucros da conquista pegariam as suas despesas (há trad. publ. por Brasil Açucareiro, Rio, março de 1942).

2. Faleceu em novembro de 1624.

3. É copiosa a bibliografia da restauração, a começar pelo Sermão que pregou o Pe. Gaspar d'Assunção, da Ordem dos Pregadores na Sé da Bahia... na primeira missa que se disse quando as primeiras graças públicas, entrada a cidade pela vitória alcançada aos holandeses a 1º de maio de 1625. Lisboa 1625. À lista que demos na *Hist. do Brasil*, II, 77, nota acrescentamos: D. Lorenzo Vander Homen y León "Historia de la restauración de la Bahia", *in Historia Tópica*, ms, na Bibl. Nac. de Paris torna-se estimável pelo mapa que traz, *Jornada dos Vassalos da coroa de Portugal para se recuperar a cidade do Salvador, na Bahia de Todos os Santos*, do p. Bartolomeu Guerreiro, Lisboa, 1625. Até no México se imprimiu uma *Refriega que el marqués de Vila Real etc*. México, 1626, n. 117 do Catalogue 52 de H. P. Kraus, New York, 1949. Comemora o triunfo a grande tela de Fray Juan Bautista Maino, n. 885 do Catálogo do Museu do Prado, Madri, 1945.

4. Veja-se Rafael Evada, *El Almirante Antonio de Oquendo*, eq. X, Madri, 1943.

5. É bonita lenda, mas simplesmente lenda o grande gesto de Adrião Pater atirando-se armado e enrolado na bandeira, ao mar, que o sepultou. Os relatos mais frios da batalha – que se feriu na baía de Traição em 12 de setembro de 1631 – contam que, incendiada a nau capitânia, muito tempo ficou ele dependurado de um cabo, à espera de salvamento, caindo n'água quando lhe faltaram as forças. Observa-se a evolução do mito. Fr. Rafael de Jesus, *Castrioto Lusitano*, p. 66, Lisboa, 1679, diz, literariamente amortalhado na honra se sepultou vivo. Fr. Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno,* p. 13 "envolto no estandarte...". Rocha Pita fala que poupara os mausoléus, escondendo

no profundo oceano o corpo. Fr. Giuseppe de Santa Teresa foi mais longe, amedalhando a frase, que ninguém lhe podia ouvir em tal conjuntura: “si gettó barbaramente... dicendo che solo tuito l‘Oceano era degno tumulo del suo invitto cuore”. *Ist. delle guerra del Regno del Brasile*, p. 115, Roma, 1698. Alphonse de Beauchamp, finalmente, completou a fraude: “L‘Océan est le seul tombeau digne d’Un Amiral Batave” (*Hist. du Brésil, 1815*). Vieram em seguida os compêndios de história pátria, e a aceitaram fazendo circular a moeda falsa dessa ênfase que citamos como índice das enfadonhas repetições entre os antigos escritores de história.

6. Por ser demasiadamente clássico destinado às guerras holandesas (valia-se o autor das conhecidas fontes seiscentistas, em que sobrelevam fr. Rafael de Jesus e fr. Manuel Calado), deixamo-lo sem anotações. Estranhável apenas é a omissão que faz Calabar, cuja aliança com inimigo, em 1632, lhes abriu o caminho da conquista de Itamaracá, e em seguida dos demais portos do Nordeste. Era um grande conhecedor da região e portanto de muito auxílio para os flamengos, retidos em Olinda e no Recife pela desesperada resistência dos moradores fortificados em Bom Jesus. Foi na retirada geral para o sul que Matias de Albuquerque tomou o arraial de Porto Calvo, e com este, 25 oficiais e 377 soldados, entre os quais figurava Calabar (19 de julho de 1635). Não foi poupado. Enforcaram-no em castigo de seus crimes.

7. Maurício de Nassau recebeu em 23 de agosto de 1636 o regimento a que devia obedecer no seu Governo do Brasil holandês, embarcou na Inglaterra a 6 de dezembro e chegou ao Recife em 23 de janeiro de 37, início do seu fecundo octênio de boa e hábil administração de guerra desigual e astuta. Honrando a sua ilustre linhagem, cercou-se de notabilidade para melhor conhecer estes trópicos foi a sua corte espiritual. Convidou para vir com ele Piet de Groot, filho de Hugo Grocius, que aliás não aceitou; o pintor Franz Post, cujos quadros imortalizaram muitos aspectos dessa aventura, o teólogo Francisco Pante, o humanista Elias Herekmans, o médico Willem van Milaem depois o médico e naturalista Willem Piso... Sugestionado pelas mesmas visagens de grandeza e cultura, teria sonhado com uma cidade belamente construída em lugar do Recife de seu tempo e chegou a

fazer o seu torreado palácio na ilha de Antônio Vaz, ou Mauristad (o palácio de Vrijburg). As ruínas deste foram pelos portugueses utilizadas para a casa da fazenda real (veja-se *Doc. Hist.*, X, 252, carta de 1687) e ocupavam o sítio onde hoje está o palácio do Governo. O livro de Gaspar Barleus em homenagem a Nassau foi escrito depois da sua passagem pelo Brasil e para recordá-la: é uma imperfeita, mas preciosa fonte para o estudo do Período.

8. Sobre o ataque de Nassau à Bahia (vd. *Relação diária do cerco*, por Pedro Cadena de Vilhasant, publ. pelo P. Serafim Leite, Lisboa, 1941, e mais bibliografia que mencionamos, *Hist. do Brasil*, II, 617). O local do combate mais árduo, Santo Antônio-além-do-Carmo, está assinado pelo forte deste nome: é o seu austero monumento.

9. Conde da Torre tentou dar desembarque em Pau Amarelo á infantaria mais foi desviado desse objetivo pela armada holandesa com a qual se chocou por quatro vezes ao longo da costa, até ao Rio Grande do Norte, onde afinal conseguiu por em terra no porto de Touros os 1.400 homens comandados por Luís Barbalho Bezerra. A retirada de Barbalho – página de impressionate heroísmo perdas e depois de ter devastado no caminho, engenhos e plantações em poder dos flamengos. Merecem citados os companheiros de Barbalho nessa estupenda jornada (vd. Nossa hist do Brasil, II, 184 sem esquecer o contigente paulista a que se refere J. P. Leite Cordeiro, São Paulo e a invasão holandesa, 124 e segs. S. Paulo 1949.

. . . .

Livro quinto

Aparição e promessa de Deus Nosso Senhor ao nosso primeiro rei D. Afonso Henriques. Feliz aclamação do nosso augusto monarca D. João IV, fidelidade, amor e resoluções com que os portugueses o aclamaram por rei, e se livraram do injusto domínio castelhano. Valor e fidelidade com que lhe sustentaram a coroa e defenderam a liberdade da pátria. Prontidão com que já obedecido na América Portuguesa injusta prisão do vice-rei marquês de Montalvão na Bahia. Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro, o aclama naquela praça e em todas as capitanias do Sul. Previne-se el-rei para a defensa. Ajusta confederações com vários príncipes. Manda a Tristão de Mendonça à Holanda, que assenta liga e amizade com aquela república. Prosseguem as suas hostilidades os holandeses, interpretando as capitulações ajustadas. Vem por governador e capitão-geral Antônio Teles da Silva. Nomeia el-rei príncipe do Brasil a seu primogênito o Senhor D. Teodósio. Sua morte e elogio. Começam os pernambucanos a levantar-se contra os holandeses. O capitão-geral com dissimulação lhes envia alguns socorros da Bahia. Vem Sigismundo contra ela. Toma a ilha de Itaparica. Vão aos nossos a expulsá-lo com grande perda dos portugueses. Torna Sigismundo para o Recife , sitiados pelos pernambucanos. Morte do Senhor Rei D. João IV. Seu elogio.

TINHA CHEGADO O VENTUROSO prazo do felicíssimo ano de mil e seiscentos e quarenta no ultimo mês em que terminava o seu misterioso círculo, ponto em que acabaram as desgraças de Portugal e principiavam as suas felicidades; limite prescritos das profecias do nosso Encoberto: termo dilatado e apetecido das nossas esperanças e tempo da segunda cláusula da promessa de Deus Nosso Senhor, feita el-rei D. Afonso Henriques, de que a Divina Majestade que se firmasse a máquina da monarquia portuguesa

que em complemento da última parte do seu soberano oráculo há de ser o único permanente e maior império de todos os quatro tão opulentos e inconstantes que teve o mundo[1*].

2. É bem autêntica entre os naturais e recebida entre os estrangeiros (posto que impugnada por alguns castelhanos) aquela misteriosa aparição de Nosso Senhor ao primeiro Rei lusitano D. Afonso Henrique, o qual na noite precedente ao dia em que havia de dar no Campo de Ourique batalha de Ismael e a outros quatros reis mouros, triste e pensativo por ver a gente portuguesa temerosa da multidão bárbara, pegando em uma Bíblia que tinha na tenda e achando nela vitória que alcançou Gedeão com só trezentos soldados, matando mais cento e vinte mil madianitas, pediu a Deus favor por ser aquela guerra por seu amor empreendida e contra os blasfemos do seu santo nome; adormecendo sobre o livro, lhe apareceu em sonhos um ancião, que lhe assegurou venceria e destruiria aqueles reis infiéis e que os mesmo Deus lhe apareceria; e acordado pelo seu camareiro para dar audiência a um velho que buscava, introduzido na tenda, viu que era o mesmo que lhe falara no sonho.

3. As próprias palavras que nele lhe tinha ouvido, lhe tomou o velho a ratificar acrescentando outras muitas, e que Deus lhe ordenava que naquela mesma noite quando ouvisse tocar a campainha da sua ermida (em que lhe havia mais de sessenta anos habitava) saísse sem companhia fora do alojamento, porque lhe queria mostrar a sua muita piedade. Ficando em oração o piedoso príncipe, e ouvindo o sinal na segunda vela da noite, saiu fora da tenda e viu para a parte do oriente um raio, que resplandecendo pouco a pouco foi formando uma cruz mais que o sol brilhante, e nela se lhe mostrou o Senhor crucificado, a cuja divina presença prostrado o príncipe, largando a espada, escudo, a capa e o calçado, derramando muitas lágrimas, lhe rogou pelos seus vassalos, e que se algum castigo lhe tinham merecido, o voltasse só contra ele, e que aqueles súditos animasse e ajudasse a vencer aos inimigos da sua santa fé, e se lembrasse não só dos seus sucessores, mas de toda a gente de Portugal[2].

---

* As notas do Livro quinto acham-se da p. 251 a p. 257

4. A esta deprecação por tão justas causas e com tantos suspiros feita respondeu o Senhor, que da sua descendência e de Portugal se não apartaria sua misericórdia, e que vinha animá-lo naquele conflito, por estabelecer o seu reino sobre firme pedra; que aceitasse o título de rei que antes de entrar na batalha lhe ofereceriam seus vassalos, e que na sua descendência (atenuada na décima sexta geração) poria os olhos, porque nela e no seu reino havia de estabelecer um império que levasse o seu nome às partes mais distantes.

5. Em iguais conflitos e em diversos atos mostrou Deus Nosso Senhor prodigiosos sinais a vários príncipes e monarcas nos princípios ou nos progressos dos seus reinos, mas a nenhum fez favor tão relevante nem semelhante promessa. A Clodoveu, primeiro Rei de França que recebeu a fé católica, no ato do seu batismo mandou do Céu o óleo com que se havia de ungir, o estandarte chamado auriflama, e as flores-de-lis de que ele e o reino de França haviam de usar por armas, deixando os cinco sapos que até ali se viam no seu escudo, mas não lhe segurou a duração da sua descendência; e assim, posto que permanece o reino, acabou a sua linha, que era merovíngia, entrando a carolina, e depois a capeta que hoje domina.

6. Ao grande Constantino, perto de Roma, indo contra o tirano Maxêncio, mostrou Deus uma cruz no céu com as letras: *In hoc signo vinces,* motivo da sua redução à fé católica; mas não lhe prometeu a permanência do império nem da sua geração, a qual acabou em seus filhos, mortos violenta e naturalmente; e depois de outros monarcas padeceu o império o domínio e jugo do pérfido Juliano, que apostatou da nossa verdadeira religião, em que se criara; e passando a vários imperadores, veio finalmente a perder-se a monarquia romana.

7. E (dando aos autores castelhanos o crédito que eles negam aos nossos) a Garcia, primeiro rei de Navarra, estando também para dar batalha aos mouros, mostrou Deus sobre um carvalho outra cruz, mas não lhe insinuou perseverança da soberania nem da sua prole; e assim vemos hoje aquele reino imerso e quase esquecido entre os da coroa de Castela, aonde passou não por sucessão, mas por conquista, alienado dos seus direitos sucessores.

8. Ao católico Tibério, imperador de Constantinopla, passeando no seu jardim, mostrou Deus sobre a terra outra cruz, e por reverência levantando-a daquele indigno lugar, lhe apareceram mais duas na mesma direitura, e tirando-as todas, achou debaixo delas um copioso tesouro, mas não viu cédula, nem ouviu voz que lhe prometesse mais que o preço que ali lhe dava; e assim o império de Constantinopla foi passando a tiranos, e ultimamente se perdeu, indo o poder do inimigo comum da cristandade.

9. Porém a el-rei D. Afonso Henrique apareceu e falou; e no dia da aclamação do sereníssimo Senhor Rei D. João IV despregou o braço direito da cruz que precedia ao arcebispo de Lisboa nos vivas de tão aplaudida ação; e só os que impugnarem aquela aparição, podem duvidar deste milagre, tendo um com outro tão prodigiosa congruência, e parecendo a empresa que conseguiram os lusitanos obra só da mão onipotente, pela debilidade de forças em que se achava o reino, exausto de gente, armas e cabedais, com vexações da nobreza, introduções de tributos, tiranias de ministros, derrogações de privilégios, faltas de juramentos, e uma geral atenuação de todos os meios da defensa para proclamar liberdade.

10. Porém, sendo já concluído o tempo das tribulações e sazonado das felicidades, atropelando os portugueses os maiores receios, vencendo as mais fortes dificuldades, e tomando o peso de uma guerra inevitável e vizinha, por espaço de muitas léguas de fronteira nas nossas melhores províncias, trataram de restituir ao sereníssimo Senhor Rei D. João IV a monarquia que com violência fora usurpada à sua real casa, aclamando-o rei de Portugal com portentosa facilidade e geral aplauso, em o primeiro do mês de dezembro de mil e seiscentos e quarenta, dia felicíssimo para toda a nação lusitana, e o único que no curso de sessenta anos puderam os portugueses contar com pedra branca como os romanos, continuando-se-lhes desde então as antigas felicidades, e tendo como foreira das suas empresas a fortuna.

11. Foram mostrando logo os sucessos ser misterioso o impulso, pois em defensa do seu natural monarca e da sua pátria alcançaram os lusitanos com menor poder os mais gloriosos triunfos que viu Europa, vencendo em quase vinte e oito anos de porfiada guerra, contra um dos maiores monarcas do mundo, cinco estupendas batalhas campais, inume-

ráveis facções e encontros que pareciam gerais conflitos; conseguindo em todos gloriosas vitórias, colhendo ricos despojos, e obrando aquelas heróicas ações que no pregão da fama e na memória das gentes, com admiração dos séculos, hão de durar eternidades.

12. Este era o verdadeiro Sebastião, porque tanto suspiravam os portugueses na antonomásia de sebastianistas, disfarçando com a vinda de um rei desaparecido a ânsia de outro rei desejado. Com o nome se livraram de parecer inconfidentes ao monarca estranho, e com a esperança conservavam a lealdade ao natural. Deste tão louvável como secreto impulso se originaram depois os cismas de tantos públicos e enganados sebastianistas; e se viveram ou ressuscitaram os primeiros fabricadores desta moeda, explicariam aos falsificadores dela o intento com que a fizeram correr. Porém aos que não souberam nem sabem penetrar o segredo e fineza desta matéria, lhes basta para castigo o martírio de uma imprópria esperança, mais mais longa que a vida e igual à duração do mundo[3].

13. A décima sexta geração atenuada se viu, quando pela perda d'el-rei D. Sebastião, décimo sexto monarca lusitano, passou o reino a domínio estrangeiro, atropelando o poder de Filipe II, rei de Castela, a justiça da sereníssima casa de Bragança, a quem tocava a sucessão pelo próprio direito com que os reis castelhanos tinham sucedido em outros reinos de Espanha, e negavam a Portugal a mesma ação que lhes deu a posse de outras coroas; mas a nossa estava destinada ao oitavo duque daquela real casa, e assim não teve efeito nos outros sereníssimos duques seus antecessores, que sendo por muitas vezes estimulados a tomar o cetro, o não quiseram empunhar, deixando-o ao sucessor a quem estava decretado.

14. Já dominante o nosso real planeta lusitano, começava a resplandecer o hemisfério português livre das sombras com que sessenta anos o turbaram os vapores castelhanos, que agora se desvaneceram em exalações. Todos os vassalos ofereciam as vidas e as fazendas para sustentar no trono ao nosso augusto monarca, generoso restaurador da nossa liberdade, que se dispunha para uma guerra infalível, e procurava alianças com as potências de Europa que o pudessem ajudar. Era a contenda com um dos maiores monarcas do mundo e posto que grande e destemido o próprio esforço lusitano, ca-

recia para tão árduo empenho de favor alheio. Para a empresa de Medusa não bastou o valor de Perseu, foi necessário que Palas lhe emprestasse o escudo.

15. Procurou el-rei por seus embaixadores confederações e socorros de vários príncipes, e entre eles da República de Holanda, enviando com esta incumbência àqueles Estados a Tristão de Mendonça Furtado, que se houve com menos destreza do que carecia a matéria; porque os fidalgos portugueses daquele tempo, por falta de ocasiões, não se achavam práticos dos negócios políticos, empregando-o os reis de Espanha só nos em que gastavam os cabedais e perdiam as vidas; e alguns de cujos talentos (totalmente rendidos à sua vontade ou interessados no seu domínio) fiaram matérias de Estado, serviram à ruína da pátria, vindo a perder nela, eles e os seus descendentes, as estimações e preeminências que não estabeleceram no reino estranho.

16. Pretendia o senhor rei D. João IV na aliança com os holandeses, restituíssem à sua coroa as praças que na Índia e no Brasil haviam tomado, fundando esta proposição assim no direito do reino de primeiro possuidor, como porque, separando-se do domínio de Castela, não deviam eles ficar com as praças que não pertenciam àquela monarquia, cessando já a causa pela qual se tinham apoderado de tantas províncias nas conquistas de Portugal. Porém os holandeses, atentos às suas conveniências, mais que ao crédito que lhes dava a nossa amizade e confederação, souberam servir-se deste acidente, não só a favor da segurança das suas províncias unidas na atenuação do império espanhol, mas dos seus progressos nas novas empresas da América e da Ásia.

17. Julgavam que o poder de Portugal não era equivalente para defender o reino e recuperar as suas províncias ultramarinas, e a restituição destas lhes parecia instância aérea ou vã. Assentaram confederação ampla no que tocava à defensa de Portugal e ofensa de Castela; mas na trégua de dez anos, com suspensão de armas nas conquistas, ordenaram capítulos tão equívocos e industriosos como aqueles que logo haviam de interpretar a favor dos seus progressos, de forma que deste ajuste resultavam iminentes danos, que a debilidade do reino fez então dissimular, vendo-se muitas vezes precisados os príncipes a sofrer o que não podem remediar.

18. Governava neste tempo a Bahia com o título de vice-rei de todo o Estado, como temos escrito, D. Jorge Mascarenhas, marquês de Montalvão, o primeiro que veio ao Brasil com esta preeminência[4]. Teve brevemente aviso da liberdade da pátria por uma pequena embarcação de Lisboa, cujo mestre saindo a terra e mandando-a fazer-se ao mar, se encaminhou a palácio, e com segredo deu ao marquês vice-rei a nova da feliz aclamação, e lhe entregou a carta em que o Senhor Rei D. João IV lhe ordenava o fizesse aclamar no Brasil. Recebeu uma e outra com grande satisfação, e mandando com toda a cautela chamar logo os prelados das religiões, a nobreza e os principais cabos da milícia, lhes ordenou votasse cada um por escrito o seu parecer sobre a resolução que se devia tomar naquela matéria.

19. Achou em todos os maiores júbilos e aplausos, e conformes com a sua vontade. Feitas algumas breves disposições na infanteria, saiu com os congregados e com o Senado da Câmara aclamando ao Senhor D. João IV Rei de Portugal, acompanhados do povo com repetidos vivas e gerais demonstrações de alegria, acabando o ato na catedral com ação de graças. Fez logo o marquês vice-rei aviso a todas as províncias do Estado, ordenando aos seus governadores que obrassem o próprio. Celebrou alegres e luzidas festas e enviou com toda a brevidade a seu filho D. Fernando Mascarenhas em um patacho para o reino, com o parabém a el-rei, e a notícia do que a sua lealdade tinha executado na obediência de sua majestade.

20. Todas as ações que obrou o marquês vice-rei foram expressivas e demonstradoras do seu grande amor e fidelidade, exceto a primeira, que sendo mais política, podia parecer menos constante; porque pintando-se a obediência cega como a fé, e achando-se o marquês com o poder, parece não devia pôr em questão (naquele congresso com a cerimônia dos votos) uma matéria de que resultava a maior glória e os maiores interesses a Portugal; porém a sua correspondência com os súditos do Brasil era tão generosa, que lhes não quis tirar a parte do merecimento que podiam ter na resolução, julgando por infalível que nenhum dos que congregou ao paço, havia de faltar à lealdade portuguesa, que tinha experimentado em todos, como aconteceu naquela ocasião com os aplausos que neles achou, e demonstrações do maior contentamento, repetidos festejos em que sempre o marquês entrara com o maior empenho, na vontade e na grandeza.

21. Concluídas as disposições e fatos referidos, chegou em uma caravela de Lisboa o padre Francisco de Vilhena, religioso da Companhia de Jesus, que depois do primeiro aviso mandara el-rei com outra condicional comissão, a que dera motivo o haverem-se ausentado para Castela dois filhos do marquês vice-rei. Ordenara el-rei ao padre Francisco de Vilhena que no caso que o marquês o não tivesse aclamado, convocando no senado da Câmara ao bispo D. Pedro da Silva, ao mestre-de-campo Luís Barbalho Bezerra e ao provedor-mor Lourenço de Brito Correia, lhes desse uma ordem que trazia, para tomarem posse do governo; porém este religioso o não pareceu nesta ocasião, pois achando obrada a ação com tanto aplauso e sossego, e não sendo necessária a ordem que trouxera (só para se usar dela em procedimento contrário ao que teve o marquês) a entregou aos nomeados.

22. Achando neles a ordem real menos prudência que ambição, depuseram do cargo ao vice-rei e tomaram posse do governo, fazendo retirar ao marquês ao colégio dos padres da Companhia, onde lhe puseram guardas, não em obséquio, mas como em prisão; e continuando nas desatenções lhe prenderam muitos criados e finalmente o remeteram em uma caravela para Lisboa, com desigual tratamento do que se devia à sua grandeza e ao seu caráter. Mas chegando à corte, informado el-rei da sua lealdade e da pureza do seu procedimento, lhe fez muitas honras, ocupando-o no seu real serviço em relevantes lugares; e mandou estranhar com palavras demonstradoras de sentimento ao bispo a ação, e conduzir presos ao reino ao mestre-de-campo Luís Barbalho Bezerra e a Lourenço de Brito Correia, pelos termos indignos que haviam usado com o vice-rei[5].

23. Por ordem e aviso que enviara o marquês vice-rei a Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro, tinha já feito aclamar ao senhor D. João IV rei naquela província e em todas as outras do Sul, que livres dos inimigos do norte floresciam e se faziam opulentas, com as minas de Pernambuco, como costumam crescer umas monarquias dos estragos de outras. Para aquela região corria agora todo o negócio, porque as perdas que achavam as embarcações na viagem das outras províncias do Brasil (ou possuídas ou infestadas dos holandeses) as encaminhavam para as do Rio de Janeiro, onde colhiam os interesses sem risco dos perigos, e cresciam aquelas povoações nas fábricas e cabedais que perdiam as outras da nossa portuguesa América.

24. Por um enviado mandou o vice-rei noticiar ao conde de Nassau a aclamação do rei, e a paz que tinha ajustado com a república de Holanda, pedindo-lhe a observância dela no Brasil. Fez o conde todas as demonstrações de alegria, celebrando em Pernambuco custosas festas de cavalo, em que os naturais levavam quase todos os prêmios, porque além da perícia que têm daquela arte, os animou então esta nova, fazendo-os avantajar-se a todos os estrangeiros, posto que destríssimos na cavalaria. Houve em todas as capitanias de Pernambuco explicável geral contentamento, nascido na fidelidade portuguesa e da esperança de que a monarquia com rei natural lhes facilitaria os socorros com que pudessem sacudir o jugo estranho. O Nassau enviou à Bahia um dos do seu conselho a dar o parábem de tão aplaudida nova ao marquês vice-rei, a tempo em que já se achava fora do governo, e fez esta cerimônia com os três governadores, juntando aos parabéns da aclamção do rei os da sua entrância no governo.

25. Sobre a trégua responderam que se ajustaria à satisfação de ambas as partes, pedindo mandassem recolher os soldados foragidos da Bahia, que andavam fazendo em Pernambuco hostilidades, sem distinção de naturais e estrangeiros. Passaram os governadores ordens para que se recolhessem, com aparente promessa de perdão dos seus insultos. Tinham sido enviados pelo marquês vice-rei, fingindo-se rebelados, para o próprio que valorosa e fielmente obraram, queimando naquele país por várias partes todos os canaviais, de que resultara grandíssima perda aos holandeses, pois lhes vieram a faltar os lucros das safras daqueles anos.

26. Os três governadores lhes enviaram um cabo de suposição por embaixador, acompanhado de um jurista, para dispor algum ponto de direito na trégua, se necessário fosse[6]. Porém os holandeses, vendo-se livres dos soldados volantes portugueses, que tanto dano lhes faziam, faltaram ao prometido, assentando um comércio entre ambas as nações, do qual só a eles vinham a resultar os interesses; mas sobre a suspensão das armas responderam ser matéria que não podiam assentar sem ordem de Holanda. Tiveram as rédeas do governo os três governadores dezesseis meses, desde abril de mil e seiscentos e quarenta e um até agosto de mil e seiscentos e quarenta e dois.

27. Neste ano lhes veio suceder por governador e capitão-geral do Brasil Antônio Teles da Silva. No princípio do seu governo escrevera o rei ao nobilíssimo Senado da Câmara da Bahia, ser preciso sustentar nela um corpo de infanteria competente à sua defensa, arriscada com a vizinhança dos holandeses, poderosos pela conquista das praças de que já se achavam senhores nas províncias de Pernambuco, e ansiosos de conquistarem a cabeça do Estado, como uma vez fizeram e outra intentaram; e que achando-se suas reais rendas pouco possantes para tantas despesas, lhe encomendava quisesse tomar por sua conta a paga dos soldados e cabos da milícia, fazendo para esta satisfação imposições nos gêneros que lhes parecesse. Os vereadores que estavam exercendo estes lugares naquele ano, convocaram à Casa da Câmara (segundo o estilo em matérias semelhantes) aos homens da governança e ao povo, com cujo consentimento se havia de tomar a resolução, por ser matéria de imposições dos gêneros, a que sempre repugna o povo.

28. Proposta a carta e ordem do rei, pelos júbilos que receberam da sua feliz aclamação e com o zelo que sempre tiveram do serviço do seu monarca e da sua pátria, aceitaram este encargo, com expressão que o tomavam enquanto durasse a opressão do reino e do Estado; mas que achando-o (no curso do tempo) os seus sucessores pesado, e entedessem ser em prejuízo da autoridade do Senado, ou insuportável por algum acidente, se poderiam eximir dele, tornando à real fazenda os efeitos que se houvessem arbitrado para a satisfação da infanteria; e resolveram que estes se tirassem dos vinhos, águas ardentes do reino, das bebidas da terra, das marcas das caixas e feixos de açúcar, dos rolos de tabaco, e do sal, imposições que se remataram por contratos, a que aplicou o rei também a terça que tem nas rendas do conselho.

29. Porém, passados largos anos, em que com grande trabalho fazia o senado da Câmara este serviço, lhe cresceu o gravame com os soldos dobrados dos mestres-de-campo, com engenheiros, novos oficiais e reformações de outros, contínuo cuidado no benefício das casas dos quartéis, repetidas ordens dos generais, importunas súplicas dos cabos, e injustas queixas dos soldados por qualquer breve dilação das mostras, havendo-se experimentado perdas por quebrarem alguns contratadores, e as execuções (pelos termos de justiça nos bens dos seus fiadores) não poderem ser tão

prontas como a paga da infanteria; causas pelas quais representaram o ano de mil e setecentos e doze ao sereníssimo senhor rei D. João V, que Deus guarde, os vereadores que então serviam, a condição com que os seus antecessores tinham aceitado este encargo, pedindo-lhe os exonerasse dele, por lhes ser este trabalho já não só intolerável, mas invencível.

30. Mostraram que arrecadando-se as rendas destes contratos pela Vedoria-geral, seriam mais prontas as cobranças, mais abonados os fiadores deles, pois pela mudança anual dos oficiais da Câmara, ou se não tomavam os que convinham para a segurança delas, ou se dilatava a satisfação das dívidas atrasadas por conveniências particulares: e que em se cobrarem pela Vedoria se escusava o grosso ordenado de um tesoureiro que fazia o Senado para estes efeitos, e outras despesas de alguns oficiais. A tão justificadas razões foi servido atender o rei nosso senhor, ordenando no ano seguinte de mil e setecentos e treze que a paga da infanteria corresse pela Vedoria-geral, e que a ela passassem os referidos contratos, como de presente se pratica.

31. Procedendo os holandeses na sinistra interpretação das suas capitulações, foram prosseguindo as suas conquistas nas nossas praças ultramarinas. Mandaram do porto do Recife quatro naus a tomar a cidade de S. Cristóvão na capitania de Sergipe, que pelo sul é confinante à Bahia, e pelo norte ao rio de S. Francisco e Pernambuco, donde dista setenta léguas. Apareceram com senhas de paz as naus inimigas, e entrando hostilmente a cidade, a saquearam e despojaram aos seus moradores das suas riquezas e das suas propriedades, que senhorearam em breve espaço com a cidade, insinuando-lhes em seu dano as desgraças de que é causa a falta de cautela e de valor, que puderam ter aprendido com a experiência de haverem sido alguns anos antes expulsos pelos próprios inimigos, que por terra seguindo ao conde de Bagnuolo se haviam apoderado da cidade, e abrasando-a com todos os engenhos daquela capitania, por então a não presidiarem.

32. Enviaram uma armada de dezoito naus com dois mil homens, entregue a João Corneles, a tomar a ilha do Maranhão. Chegaram a ele os inimigos e lançando gente em terra, sem obstáculos das muitas balas que lhes despediam da fortaleza caminharam para a cidade, a qual desampararam logo os moradores; e o governador, que era Bento Maciel

Parente, se meteu na fortaleza com oitenta soldados, os quais não bastaram a defendê-la, pois marchando a pôr-lhe sítio os holandeses, lha rendeu com descrédito do valor e das armas portuguesas, que sem exercício naqueles moradores e naquele capitão facilitaram aos inimigos uma vitória mais útil que gloriosa.

33. Outra esquadra de navios (maior em número e com muitos mais infantes), de que era general aquele grande corsário que chamaram *Pé-de-Pau*, enviaram a tomar a cidade de S. Paulo, cabeça do reino de Angola na costa de Guiné, oito graus ao sul, descoberto no ano de mil e quatrocentos e oitenta e cinco por Diogo Cão, conquistado e povoado por ordem do Rei D. João II. Governanava aquele reino o general Pedro César de Meneses, o qual vendo-se falto da assistência dos moradores, que cega e arrebatadamente se ausentaram, e dos outros meios de poder resistir a uma tão poderosa armada em vasos e gente, mandando aos capitães e soldados pagos à praia impedirem o desembarque aos inimigos, e outro capitão com sessenta homens à fortaleza da Cruz para a defenderem, não puderam contrastar a força dos holandeses, em tanta vantagem superiores. Tomaram a cidade e a fortaleza, e o general Pedro César de Meneses se retirou a um sítio meia légua distante, para juntar os socorros do país e impedir aos inimigos os progressos por terra nos outros presídios daquele reino.

34. Porém o favor com que a fortuna assistia propícia aos holandeses em sucessivo curso de vitórias, fazia invencíveis as suas armas; e não podendo contrastá-las o general Pedro César de Meneses, depois de apurar todo o esforço em lhes resistir, o fizeram retirar ao interior do continente, aonde o seguiram, e conquistando todos aqueles presídios, o prenderam, por lhe faltar gente para se defender, como esforçadíssimo cabo, que em Flandres exercera generosamente o posto de capitão de cavalos, mostrando o valor que herdara de seus progenitores, ilustríssimos em Portugal. Da prisão em que ficara, teve indústria e resolução para se pôr em salvo em Maçangana.

35. De Angola despediu o *Pé-de-Pau* treze navios entregues a Hendersoen para conquistar a ilha de S. Tomé, que jaz toda fora da equinocial para o norte, e não atravessada dela como a demarcaram os antigos cosmógrafos. Foi descoberta por Fernão Gomes, mandada conquistar e

povoar por o rei D. João II. Chegaram a ela brevemente os inimigos, e posto que o governador Manuel Pereira fez algumas prevenções para a defensa, e meteu na fortaleza bastimentos importantes a resistir a largo sítio, os moradores passaram logo o seu fato e as suas pessoas da ilha para o continente: e o governador, tímido de algumas bombas que os holandeses lançaram dentro da fortaleza, lha entregou. Ficando senhores de toda a ilha, concederam ao governador licença para passar a Portugal, onde sendo justamente punido, acabou a vida na prisão, em castigo do pouco valor com que se houvera naquela ação, em que pudera granjear muita glória, não lhe faltando meios de o conseguir e de se defender.

36. Tinham já com dez naus e mil e quinhentos homens de que era cabo João Roen, tomado em Guiné a nossa povoação da Mina, cuja costa descobriram João de Santarém e João de Escobar, a qual lograva privilégio de cidade, concedido pelo referido rei D. João II, que a mandou fundar e edificar o castelo de S. Jorge, importantíssimo pela grandeza e pelo comércio do ouro, e mais que tudo por haver sido o seu governo único prêmio das ações (nunca assaz encarecidas nem cabalmente louvadas) do grande Duarte Pacheco Pereira, que nos primeiros anos das nossas empresas na Ásia obrara, livrando o rei de Coxim nosso aliado do apertado sítio que em ódio da nossa amizade por mar e por terra lhe puseram os mais poderosos reis da Índia.

37. Acharam os inimigos tão desprevenida e descuidada a nossa gente, que facilmente ganharam o forte e a cidade; porque o capitão e os moradores tratavam menos das armas que do negócio, e superando a ambição ao valor, vieram a perder tudo. Este fato, posto que aconteceu no ano de mil e seiscentos e trinta e sete, o reservamos para este lugar, por juntar neles todas as conquistas que os inimigos nos fizeram na costa de África.

38. Pouco satisfeitos os deputados da Companhia Ocidental de Holanda do procedimento do conde de Nassau em Pernambuco (posto que tinha mas de generoso que de absoluto), entendendo que das extorsões e injustiças lhes cresciam a eles os interesses, sentiam que o conde tratasse com afabilidade e observância das leis aos moradores e naturais daquelas capitanias: por esta causa o quiseram desgostar antes de o chegarem a remover, coarctando-lhe a jurisdição e o soldo: mas o conde, que na

grandeza de príncipe via as excessivas distâncias que havia do seu estado e nascimento à fortuna e condição daqueles ânimos ambiciosos e grosseiros, entregando o governo aos do Conselho do Recife, depois de o haver exercido próspera e heroicamente seis anos, se embarcou para Holanda no de mil e seiscentos e quarenta e três, lançando a ofensa mais à parte do desprezo que da vingança.

39. Com a sua ausênca faltou àqueles moradores a humanidade do trato que lhes mostrava, procurando administrá-los em justiça, único alívio de tantas misérias, que com a sua falta ainda se fizeram maiores: porque os holandeses (livres do obstáculo que no conde achavam os seus insultos) brotaram furiosos, como rios quando das represas se soltam as suas correntes, e inundaram de escândalos, de roubos e de todos os delitos aquelas lastimadas províncias.

40. Porém esta mesma torrente de hostilidades sucessivas veio a causar aos seus autores a sua ruína e a da sua Companhia: e estes próprios continuados males foram o motivo da saúde de Pernambuco, porque não podendo já os seus habitadores tolerar o nímio rigor de uma sujeição onde o domínio se trasnformava em tirania, resolveram comprar a liberdade a preço da vida, conjurando-se a morrer ou a consegui-la. Foi principal motor desta ação, nunca assaz encarecida nem louvada, João Fernandes Vieira, famoso pelo valor que mostrou, pelos cabedais que possuiu, pelos cargos que exerceu e pela glória que alcançou de proclamador da liberdade de Pernambuco e de todas as suas províncias.

41. Era natural da ilha da Madeira, de nobre origem; viera a Pernambuco de muito poucos anos[7] e se achara nos primeiros conflitos daquela guerra, onde o seu conselho fora sempre dos mais honrados; teve a fortuna igual ao ânimo, e crescendo em cabedais, veio a fazer-se opulento; tinha por esposa uma das mais aparentadas mulheres daqueles distritos. E convidando com esta empresa secretamente por si e pelos parentes da consorte a todas as principais pessoas daquelas capitanias, a abraçaram com sumo empenho, resolvendo uniformemente porem-se em campanha, e convindo em que João Fernandes Vieira, como primeiro móvel da ação, fosse o governador da guerra, jurando obedecê-lo e executar todas as suas ordens.

42. Com esta determinação elegeu o novo governador os cabos, segundo a experiência que tinha dos sujeitos; e todos com as suas nomeações e incumbências tornaram para os seus domicílios a juntar armas, bastimentos e tudo o que havia de ser preciso para a empresa, suposta a debilidade e atenuação em que se achavam todos os paisanos e moradores. O tempo oferecia oportuna ocasião, porque com a ausência do conde de Nassau, atentos os holandeses ao descanso e ao interesse, tinham mal guardadas as suas fortalezas com pouca vigilância os seus presídios, diminuta a sua infanteria. De tudo deu conta João Fernandes Vieira ao governador e capitão-geral do Estado do Brasil Antônio Teles da Silva, pedindo-lhe quisesse amparar aquela causa, e enviar-lhe algum socorro para restaurarem aquelas praças, que já tinham legítimo e natural monarca no sereníssimo senhor D. João IV rei de Portugal.

43. Representava a Antônio Teles que o rei, de ânimo tão augusto e pio, posto que ajustara pazes com a república de Holanda, não havia de desamparar aos vassalos de Pernambuco, deixando-os em um cativeiro de hereges, cujo domínio não só como natural senhor, mas como príncipe católico, pelo prejuízo que podia resultar a tantas províncias com o contágio das seitas de Lutero e de Calvino, que tão incessantemente andavam os seus predicantes insinuando e persuadindo por todas as públicas ruas e praças, e pondo finalmente aos moradores em perigo de perderem também as almas depois de terem perdido as liberdades.

44. O Governador e capitão-geral Antônio Teles da Silva, lastimando de tão justas queixas e persuadido de razões tão vivas, resolveu mandar a Pernambuco André Vidal de Negreiros, com o pretexto de ir visitar alguns parentes que deixara na Paraíba, e lhe encarregou indagasse o poder com que se achavam os inimigos, as disposições das suas fortalezas, e se avistasse com João Fernandes Vieira, a quem escrevera noticiando-o das ordens que tinha do rei para a observância da trégua ajustada com os holandeses, mas que se na esfera da paciência dos moradores de Pernambuco não cabia a tolerância dos males que lhe representava, lhe daria os socorros que pudesse, com a cautela que era precisa.

45. Chegou André Vidal de Negreiros a Pernambuco, teve licença dos do Conselho para ir à Paraíba, e para ver-se com João Fernandes

Vieira, com quem tratou esta matéria. Examinou os meios de se executar, e tomando todas as informações, voltou para a Bahia, onde deu conta ao governador e capitão-geral, segurando-lhe que eram mais duras que a morte as tribulações que padeciam os moradores de Pernambuco, e as tiranias que com eles usavam os holandeses, os quais podiam ser expulsos de todas as peças daquelas províncias pela resolução com que estavam os moradores delas.

46. Compadecido o general lhes mandou sessenta soldados com Antônio Dias Cardoso, que os levou a Pernambuco. Era o socorro pequeno pelo número, grande pela experiência e valor dos infantes (escolhidos entre os melhores que se achavam na Bahia) veteranos na guerra de Pernambuco João Fernandes Vieira os acomodou em um lugar oculto, para o tempo determinado, tratando de conduzir tudo o mais que era preciso juntar, para uma empresa que se lhe representava tanto mais gloriosa quanto mais difícil.

47. Tinha escrito a D. Antônio Filipe Camarão, governador dos gentios, que assistia na campanha de Sergipe, atalhando as hostilidades que daquela praça podiam fazer os inimigos a todos os moradores dos seus distritos, e o mesmo aviso fez a Henrique Dias que governava os crioulos de Minas e se achava com o seu terço aquartelado no sertão, convidando-os para esta ação, a qual abraçou com o seu experimentado valor, respondendo-lhe cada um que partia a buscá-lo. Com estas disposições se animou João Fernandes Vieira para se pôr em campanha mais brevemente do que imaginava, o que executou primeiro com um pequeno troço de exército, a que se foram agregando logo tantas pessoas, que se viu com suficientes forças para empreender alguma facção generosa; e elegendo alojamentos, se achava em um sítio que chamam de Covas, onde teve aviso da vinda de D. Antônio Filipe Camarão e de Henrique Dias, posto que não chegasse tão prontos como ele os esperava, porque as distâncias, os embaraços dos caminhos e marchas lhes impediram o acharem-se na batalha do monte das Tabocas.

48. Noticiosos os holandeses destas alterações, tanto maiores quanto menos esperadas (em tempo que as desgraças dos pernambucanos os traziam arrastados), não supondo tanto orgulho em gente tão exausta, despertaram do descuido com que havia muitos anos viviam engolfados

nos seus interesses; e tratando de apagar aquela chama, antes que em maior incêndio levantasse mais alta labareda, juntaram de todos os seus presídios os melhores soldados, e formando um exército de dois mil holandeses e outros igual número de gentios seus parciais, marchou Henrique Hous, que então governava as armas inimigas, a buscar a nossa gente no alojamento em que estava do referido sítio que se dizia do Covas.

49. Teve da sua marcha aviso João Fernandes Vieira, e por voto seu e dos mais cabos do nosso pequeno exército (muito desigual em número ao dos inimigos, por não terem ainda chegado D. Antônio Filipe Camarão e Henrique Dias com os seus terços) se resolveu ser aquele lugar de grande embaraço para nós e de muita vantagem para os nossos contrários.

50. Mandou por pessoas inteligentes do terreno eleger sítio a propósito para pelejarmos e sendo escolhido o monte das Tabocas (já mencionado no primeiro livro desta história), se foi alojar nele, amparando-se daquelas naturais incultas lanças, produções do monte e contrapondo também esta defensa ao excesso de gente em que o exército dos belgas era superior ao dos portugueses. Foram buscar-nos os inimigos no nosso primeiro alojamento, e vendo que tínhamos tomado outro, nos seguiram tão seguros da vitória, que supunham que só com nos encontrarem a tinham conseguido.

51. Porém afrontados os dois exércitos e batendo-se com igual porfia por tempo de cinco horas, foi tal o nosso valor e a nossa indústria (ajudados da oportunidade que achamos no sítio para várias emboscadas, em que os rechaçamos por diversas partes repetidas vezes) que ultimamente nos deixaram nas mãos a vitória de bem pleiteada; porém não podendo mais, assombrados e fugitivos se retiraram confusamente, levando mais pressa da que trouxeram. Ficou o campo coberto dos soldados mortos, sendo tantos feridos, que não podendo o seu general salvar a todos, perderam a vida no caminho muitos.

52. Haviam os inimigos mandado por dois embaixadores queixar-se ao governador-geral do estado Antônio Teles da Silva, das alterações dos moradores de Pernambuco e de João Fernandes Vieira, a quem chamavam cabeça da rebelião, pedindo o mandasse castigar e a todos os que ousassem quebrar as tréguas e capitulações ajustadas entre o rei de Portugal

e os estados de Holanda, acrescentando algumas ameaças se aquelas perturbações se não evitassem. Porém Antônio Teles da Silva lhes respondeu, que de tudo o que diziam só lhe fazia pendor a obediência do rei que lhe ordenava fizesse rigorosamente guardar as tréguas com os estados de Holanda.

53. Prometia-lhes que em observaância das ordens reais que tinha, mandaria alguns cabos com forças competentes a sujeitar os sublevados, postos que aos governadores do Recife tocava domá-los, pois estavam debaixo da sua obediência, e não deviam recorrer a quem no estado presente não tinha sobre eles jurisdição; mas que lhes ordenaria deixassem as armas, para que os do Supremo Conselho vissem que a sua vontade se não apartava um ponto dos preceitos do seu monarca.

54. Despedidos os embaixadores, mandou Antônio Teles da Silva aprestar oito embarcações e meter nelas dois terços de infanteria dos mais veteranos que se achavam na Bahia, com os seus mestres-de-campo Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros, este por cabo de ambos, ordenando-lhes fossem pôr em paz os pernambucanos com os holandeses, buscando todos os meios de os reconciliar, com cominação de proceder contra eles na forma das ordens do rei.

55. Chegaram a Pernambuco e saltaram em terra no porto Tamandaré tiveram a notícia da vitória que as nossas armas alcançaram das inimigas no monte das Tabocas e ao mesmo tempo a certeza das crueldades que iam usando os holandeses com aqueles oprimidos povos e acharam ainda frescas as feridas dos males que na presente ocasião tinham causado em vários lugares, sem atenderem a estado, sexo nem idade; de que magoados os soldados dos dois terços proponham a vingança, oferecendo-se a derramar o sangue no castigo de tantos insultos, e a perderem as vidas a troco de libertarem aos portugueses daquele cruel jogo; clamores que fizeram nos cabos uma consternação piedosa, que os arrastava ao mesmo sentimento e resolução que viam nos seus soldados.

56. Informando João Fernandes Vieira da chegada dos mestres-de-campo, caminhou a buscá-los, acompanhado já de D. Antônio Filipe Camarão e de Henrique Dias, que no dia antes se lhe tinham juntado. Viram-se no mesmo porto de Tamandaré onde André Vidal de Negreiros lhes intimou

as ordens que levava do governador-geral para arquitetar aquelas alterações e o levar preso à Bahia, no caso que persistisse na empresa que tomara.

57. João Fernandes Vieira lhe respondeu que ele e os pernambucanos pegaram nas armas por se livrarem da última ruína que os inimigos preveniam a todos os moradores daquelas províncias; e que sendo a defensa natural às gentes, não devia o príncipe obrigar aos vassalos a viver na sujeição de um domínio tirânico, de que não podiam livrar-se sem romper o jogo que os trazia arrastados, arriscando na empresa as vidas, que pretendiam perder mais gloriosamente nela, que nas mortes prevenidas pela crueldade dos holandeses, os quais intentavam tirar-lhas aleivosamente.

58. Ouvidas estas razões pelos dois mestres-de-campo Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros, e vendo a sua infanteria disposta à união com os pernambucanos (a todo o risco da obediência), resolveram juntar-se com João Fernandes Vieira, e interessar-se na causa comum da nação contra os inimigos da fé e da pátria, julgando que a desobediência de que pode resultar aumento à monarquia, é serviço que não devem castigar os soberanos, sendo maior culpa faltar às leis da humanidade e à defensa da religião, tão atropeladas naquelas capitanias pelos holandeses.

59. Juntos já todos em um corpo, marcharam a buscar os inimigos, que se achavam em campanha com poderoso exército no engenho de D. Ana Pais, onde tinham aprisionadas muitas principais mulheres que nele se haviam recolhido; porque ao mesmo tempo em que sabiam que da Bahia foram apertadas ordens para quitarem aos moradores de Pernambuco, lhe estavam fazendo as maiores hostilidades. Chegaram os portugueses a tempo em que os inimigos se achavam nos seus divertimentos; porém avisados das suas sentinelas, se formaram com grande presteza e prática militar.

60. Investiram-se os dois exércitos, e em duvidoso Marte contenderam três horas sem vantagem de nenhuma das partes; mas cedendo a sua porfia ao nosso valor, nos deixaram o campo e a vitória, com a prisão do seu general Henrique Hous e do subalterno João Blaar, inumeráveis mortos e prisioneiros; a estes, por conselho e resolução de André Vidal de Negreiros, se deu liberdade para tornarem para Recife e levaram a notícia de sua desgraça. Foram os despojos que nos deixaram na campanha, senão

ricos, proporcionados à necessidade dos nossos soldados, por ficarem providos das armas de que tanto carecia o nosso exército, crescendo nele com estas fortunas o ânimo, e em todos a esperança de se verem restituídos à sua antiga liberdade e à suave obediência do apetecido domínio lusitano.

61. Com tão venturosos sucessos começaram a proclamar liberdade muitas das nossas praças. Logo a vila de Serinhaém tomou as armas contra os holandeses, expulsando-os da toda a sua comarca. O mesmo fizeram as do Porto Calvo e rio de S. Francisco, cujos principais moradores tinha João Fernandes Vieira antecipadamente prevenidos para darem sobre os inimigos naquele tempo, o que fizeram, tomando-lhes as fortalezas que haviam fabricado. O próprio sucesso tivemos na restauração da ilha de Itamaracá, e por todas as outras capitanias se foram levantando os povos com vários sucessos, mas igual valor.

62. O nosso exército em consequência das vitórias marchou a pôr sítio ao Recife, dispondo as estâncias, os postos, cabos e soldados pelas partes mais convenientes para lhe apertar o cerco, e o conseguiriam de forma que não puderam os holandeses ter comunicação por terra, e lhe não ficou outro trânsito mais que o mar. Neste tempo lhe tomamos a fortaleza do Pontal da Nazaré no cabo de Santo Agostinho, por sítio e trato com seu cabo Teodoro van Hoogstraten, que passou ao serviço do rei, e abjurando a heresia, recebeu a fé católica romana, pela qual havia muitos anos suspirava, e foi premiado com o posto de mestre-de-campo na Bahia.

63. Os do Supremo Conselho do Recife, experimentado o nosso valor e resolução à custa das vidas e liberdades dos seus cabos e infantes, se davam por perdidos. Mandaram recolher àquela praça os mais práticos e valorosos soldados que tinham nas outras que ainda conservaram. Com eles se animaram a fazer algumas surtidas contra os sitiadores, mas de todas voltaram rechaçados e se recolhiam vencidos. Ganhamos-lhes o forte de Santa Cruz, situado no meio do istmo de areia por onde se comunicavam Olinda e o Recife.

64. Com tão sucessivas perdas só apelavam os inimigos para a esperança do socorro de Holanda, que por instantes aguardavam, pela notícia certa que lhes viera em três navios que lhe chegavam com bastimentos naqueles dias, segurando-lhe não tardaria muito uma poderosa armada,

que em seu seguimento havia de partir e que se ficava aprestando outra com maiores vantagens em naus e gente, e ambas competentes não só a conquistar de novo as praças que tinham perdido em Pernambuco, mas também a sujeitar a Bahia, cabeça de todo o estado.

65. A estes dois fins fez a Companhia Ocidental o maior esforço do seu poder, picados os holandeses não só no interesse da bolsa, mas no crédito da nação. Despediram uma armada numerosa em naus e gente, enviando por supremo general de todas as suas armas no Brasil a Sigismundo van der Schkoppe, a quem o exercício e prática militar deram o nome de soldado, e as primeiras conquistas de Pernambuco o de capitão. Havia poucos anos que daquela capitania voltara para Holanda, donde tomava agora com este emprego e tão firmes esperanças de maiores progressos, quando era mais relevante o poder com que vinha, e o socorro de outra poderosa armada que se ficava prevenindo para o seguir. Chegou Sigismundo com as naus da sua companhia ao Recife no princípio do ano de mil e seiscentos e quarenta e seis.

66. Com arrogantes e soberbas palavras estranhou aos soldados holandeses que achou sitiados no Recife, as perdas que haviam experimentado e as batalhas que tinham perdido, atribuindo estes sucessos mais ao seu descuido que ao nosso valor, segurando-lhes triunfar de nós com a mesma felicidade com que tantas vezes nos vencera; e em execução do seu furor e da sua promessa dispôs logo muitas surtidas contra o nosso exército, que à vista do poder contrário estava mais constante no cerco que lhe tinha posto.

67. Saiu Sigismundo a tomar a cidade de Olinda, que depois de a largarem quase demolida e abrasada tomara ao nosso domínio porém achou tal resistência em a nossa gente, que duvidava se os holandeses eram outros, ou se eram os mesmos os pernambucanos; e não podendo ganhá-la nem a preço do sangue que derrama (sendo ferido no segundo conflito desta empresa tão pleiteada como definida), se retirou para o Recife, formando diferente conceito dos pernambucanos, e desculpando aos holandeses o descuido ou frouxidão de que os acusara.

68. O próprio lhe ia acontecendo em todas as frações que empreendia, porque a fortuna (de mais formas que Proteu) lhe mostrava já

semblante diverso daquele com que tantas vezes lhe assistira. Trazia ordem de ir sobre a Bahia, e se lhe representavam nesta empresa mais úteis consequências, porque ainda que a não conquistasse, a poria em termos de não divertir a sua gente em socorrer ao exército de Pernambuco; e falto deste auxílio (ao qual os holandeses atribuíam a constância e porfia dos pernambucanos) poderia respirar o Recife.

69. Mandou a Hindersen com muitas naus e infantes erigir no rio de S. Francisco nova fortaleza, havendo os moradores no seu levantamento arrasado a primeira. Ordenou-lhe tivesse as embarcações e gente prontas para quando ele chegasse; e publicando que ia dar calor àquela obra, importantíssima aos interesses das suas conquistas, se juntou na sua barra com a esquadra de Hindersen, e providas ambas dos bastimentos necessários, partiram juntas para a Bahia.

70. Entrou pela barra com quarenta e quatro naus e mil homens de guerra, e penetrando a enseada, fez vistosa ostentação do seu poder, estendendo por toda ela a sua armada. Mas a disposição e valor com que a esperávamos, e o desprezo que da sua arrogância se fazia na cidade, o absteve de tomar algum dos portos da sua dilatada ribeira, resolvendo aquartelar-se na ilha de Itaparica, donde ameaçando sempre a cidade, colhendo as embarcações que lhe viessem, e entrando pelos rios do seu recôncavo a roubar e destruir os engenhos, nos poderia fazer tanto estrago, que necessitássemos de toda a nossa gente para a defensa da Bahia e a não pudéssemos divertir nos socorros de Pernambuco. Com este intento desembarcou na dita ilha, cujos moradores desarmados e sem meios de se defenderem de uma invasão tão poderosa se lhe renderam.

71. Está situada a ilha de Itaparica fronteira à cidade da Bahia para o poente, em distância de três léguas, que tem de largura a sua enseada; estende-se em forma prolongada com sete de comprimento, três de largura e dezoito de circuito; faz duas pontas, uma para a barra de Santo Antônio e outra para o rio Paraguaçu, que por ali vai correndo ao mar; esta é a que chamam das Baleias, por estar nela a fábrica daquela pescaria e ser o ponto para onde as levam depois de arpoadas, para se beneficiarem. É toda fértil, tem alegres vistas, saudáveis ares, formosos arvoredos, em maior número o dos coqueiros, que de longe formam o mesmo objeto que as

oliveiras; abunda de excelentes águas, de todo o gênero de plantas, frutas e sementeiras; colhem-se nas suas ribeiras saborosos pescados e mariscos. Tem duas magníficas igrejas paroquiais, outros formosos templos e boas capelas particulares; teve alguns engenhos, que já não existem, mas permanecem outras fazendas de grande rendimento e muitas casas de suntuosa arquitetura.

72. Os moradores da cidade atravessando o golfo em curiosas embarcações, vão a ela não só na monção das baleias, a verem a sua pescaria, mas a lograrem a amenidade daquele país, tão habitado e assistido de gente inumerável, que não havendo na ilha fundações de vilas, é toda ela uma povoação continuada, sem ter porção alguma menos culta ou mais áspera. Nas suas praias se acha âmbar-gris em sumo grau perfeito, e dele tem ido muito a Portugal e se gasta não pouco na Bahia. O primeiro conde da Castanheira D. Antônio de Ataíde a pediu ao Governador Tomé de Sousa em sesmaria, com outra ilha pequena que lhe fica próxima para a parte do sudoeste, na boca do rio Jaguaripe, e lhas confirmou o Rei D. João III com título de capitania; o conde e seus sucessores a dividiram em várias datas por muitos colonos, que pagam competentes foros; hoje existe nos marqueses de Cascais como herdeiros daquela ilustríssima casa.

73. Banhada a ilha, levantou Sigismundo um forte na ponta chamada das Baleias, e quatro redutos em distâncias proporcionais, fazendo das suas naus uma portátil muralha estendida por toda aquela dilatada marinha com que ficavam os holandeses defendidos, assim da artilharia dos seus navios como das suas fortificações, sendo rara a embarcação que, entrando pela barra ou saindo do recôncavo para a cidade, lhes escapava. E além de prover o seu exército de víveres à custa dos navegantes, passava a sua ambição a maior insolência, porque penetrando os rios do recôncavo, saqueava as casas dos moradores, em que colhia despojos ricos, roubava as fazendas e engenhos, donde levava gêneros importantes, deixando mortos ou fugitivos os seus possuidores.

74. Com estas hostilidades se dilatava o Van der Schkoppe naquela ilha de cuja demora fez aviso ao sereníssimo senhor Rei D. João IV o Governador e capitão-geral Antônio Teles da Silva, significando-lhe o dano que experimentava a Bahia, e o iminente perigo que ameaçava à cidade a

vizinhança de tão nocivos e poderosos inimigos. Porém, não esperando a armada que havia pedido a o rei para lançar fora de Itaparica aos holandeses, e segurar os mares e moradores da Bahia de tantos insultos, impaciente ao escândalo que o seu valor recebia da arrogância e da demora de Sigismundo, determinou fazê-lo desalojar da ilha.

75. Este temerário impulso posto em conselho (disputadas as dificuldades invencíveis que havia, para se conseguir ou intentar a empresa) foi de todos reprovado, por faltarem os instrumentos com que bater as fortificações dos inimigos, e serem poucos os nossos soldados para passar fossos e tirar estacadas descobertos às balas da sua artilharia; sendo estas considerações uniformes em todos os nossos cabos valorosos e experimentados na guerra do Brasil, que não temiam o perigo particular, senão a perda comum e a censura de haverem assentido a uma facção que nos termos presentes era contrária a toda a prática e discurso militar, significando-o assim ao governador com aquelas expressões que lhes dilatava o seu valor, e com a autoridade que lhes dava a sua experiência.

76. Porém Antônio Teles da Silva desprezando este acertado juízo e parecer, lhes respondeu que quando os champara para os ouvir, já tinha tomado a resolução de os mandar, e que só importava obedecer, ordenando-lhes se dispusessem a ir assaltar aos holandeses e desalojá-los de Itaparica. Sem réplica, por não arriscarem a opinião, se dispuseram a perder as vidas, sendo pelas leis da sujeição e da honra duas vezes precisa a obediência: terrível pensão dos súditos, que o capricho de um homem em que o príncipe transfere o poder, seja o árbitro das vidas dos vassalos e da ruína da monarquia! Tinha Antônio Teles delineada esta empresa na sua especulação com fantasia tão errada, como mostrou o infausto sucesso desta expedição, da qual existe ainda a lástima e a memória.

77. Preveniam-se todas as embarcações de remo ligeiras que se achavam pela marinha da cidade, e embarcando-se em vários portos dela mil e duzentos escolhidos infantes e muitos famosos e destemidos cabos, saíram todas a um mesmo tempo cobertas das trevas de uma escura noite, que já nos seus horrores lhes representava o funesto fim da viagem que empreendia, e nas suas sombras lhes cortava os lutos da morte que buscavam. Chegaram juntas ao Manguinho (um ilhote que está na ponta daquela

ilha) e incorporadas puseram as proas nas fortificações dos inimigos, onde desembarcaram os nossos cabos e soldados antes de aparecer o dia, que se dilatava em mostrar as suas luzes, por não concorrerem a espetáculo tão fúnebre.

78. Investiu a nossa gente a inimiga com valor incomparável, mas com tanta desordem (pelos impedimentos do terreno com as defensas dos holandeses) que foram verdugos de si mesmos os portugueses, atirando os que vinham atrás aos que iam subindo adiante, por entenderem que apontavam aos inimigos, até que caindo morto o mestre-de-campo Francisco Rebelo, cabo principal da empresa, e conhecendo os mais que na porfia era certa a ruína de todos, se retiraram com maior confusão nossa que glória dos inimigos, pois a desordem da nossa gente mais que a sua resistência lhes deu a vitória.

79. Morreram nesta infeliz jornada seiscentos soldados portugueses; ficaram muitos feridos, contando-se entre estes quase todos os cabos, e entre aqueles dois capitães e o mestre-de-campo Francisco Rebelo, cujo valor e disposição lhe tinham granjeado respeito entre os naturais e assombro entre os estranhos; o esforço do seu coração e do seu braço lhe deram o nome e lugar que lhe não concedera a condição da sua fortuna. Era chamado por antonomásia o Rebelinho, por ter a natureza tirado à sua estatura na medida o que sem limite acrescentara ao seu ânimo no valor, suprindo-lhe a brevidade do corpo com a grandeza do alento. A ruína desta tão mal vaticinada como sucedida facção foi (enquanto à perda da gente e circunstância dela) a maior que tivemos em toda a guerra dos holandeses no Brasil, servindo os cadáveres de animar aos vivos para ressuscitarem na saudade aos mortos.

80. Com a notícia que teve o rei da armada dos holandeses na enseada da Bahia e da situação que tinham feito na ilha de Itaparica, esperando sempre ocasião de molestar e invadir a cidade, e não perdendo a de saquear ao recôncavo, mandou aprestar uma armada, nomeando por general dela a Antônio Teles de Meneses, conde de Vila Pouca, que vinha suceder no governo-geral do Brasil a Antônio Teles da Silva, e fazer desalojar os inimigos do lugar em que estavam fortificados. Constava de muitas naus, bastimentos e soldados, entre os quais havia muitos de grande qualidade.

81. Por aviso de Holanda souberam os do Supremo Conselho do Recife que brevemente sairia do porto de Lisboa a nossa armada, e recearam que fosse sobre aquela praça, cada vez mais apertada com o sítio em que a tinham os pernambucanos, que na ausência de Sigismundo e da gente que consigo trazia, se adiantaram a maiores progressos, pondo-a em mais evidente perigo, o qual seria irremediável, se as nossas naus, destinadas para a Bahia, pusessem as proas em Pernambuco.

82. Logo lhe ordenaram que, abandonando a Itaparica, se recolhesse com toda a armada ao Recife. Obedeceu Sigismundo, e deixando destruída toda a ilha, saiu brevissimamente da barra da Bahia, por onde poucos dias depois da sua partida entrou a nossa armada, que sentiu o haver-se ausentado a inimiga: mas ainda que não teve a glória de a vencer pelejando, não pôde escusar a vaidade de entender que só a sua fama a fizera sair fugindo.

83. Tomou o conde de Vila Pouca as rédeas do governo-geral do Brasil das mãos de Antônio Teles da Silva, em que estiveram quase seis anos com os sucessos prósperos e adversos que temos referido; sendo infelicíssimo o da sua volta para o reino, pois acabou náufrago nas costa de Buarcos, naquela infausta viagem da nossa armada, que, saindo da Bahia e experimentando uma terrível tormenta das ilhas para Lisboa, perdeu muitas naus, perecendo nelas gente e pessoas de grande suposição, sendo a maior Antônio Teles da Silva, benemérito de melhor fortuna.

84. No ano de mil e seiscentos e quarenta e sete declarou o rei ao senhor D. Teodósio, seu primogênito, por príncipe do Brasil, a exemplo das maiores coroas de Europa, que de algum competente e particular estado nomeiam príncipes aos que hão de suceder na monarquia[10]. Os primogênitos de França, com o nome de Delfins, príncipes da província do Delfinado; os de Inglaterra príncipes de Gales; os de Castela príncipes de Astúrias; e de Viane os de Navarra. O aplauso geral que no Brasil causou esta resolução, foi igual ao crédito que lhe resultava desta preeminência, vendo-se especial hemisfério de um planeta que aparecia propício a todo o Império Lusitano, em cujas influências esperava a portuguesa América lograr as maiores fortunas. Porém o festejado auspício de tão feliz horóscopo

brevemente se lhe desvaneceu com a intempestiva morte do seu príncipe, de que daremos notícia em seu próprio lugar.

85. Achando-se obrigado o senhor D. João, não só como monarca português, mas como príncipe cristão, a consolar aqueles súditos pernambucanos, que tanto haviam obrado por tornar ao seu domínio (em cuja empresa quanto mais desamparados estavam, mais constantes), lhes enviou com o posto de mestre-de-campo-general a Francisco Barreto de Meneses[11], que exercera dignamente nas campanhas do Alentejo o de capitão de cavalos, e estava com a mesma satisfação servindo o de mestre-de-campo. Partiu com dois navios, alguns soldados, armas e bastimentos, mas em tão pouco número que todo o socorro consistia na sua pessoa.

86. Navegando a Pernambuco, encontrou na altura da Paraíba uma esquadra dos inimigos, que o investiram; e ainda que se dispõe à defesa, lhe saiu inútil a resistência, pelo grande número das naus contrárias, que tomado ambos os navios os conduziam ao Recife, levando ferido e preso a Francisco Barreto, o qual depois de nove meses de prisão se ausentou dela para o nosso exército, por favor e indústria de Francisco de Brá, moço holandês, filho do cabo que o guardava, ao qual agradecido o nosso mestre-de-campo-general, trouxe sempre consigo, e depois de abjurar a heresia e receber a nossa religião católica, o fez despachar com o hábito de Cristo e o posto de sargento-mor de um dos dois terços do presídio da Bahia, onde faleceu nobremente casado e com larga sucessão.[12]

87. Com os maiores júbilos receberam a Francisco Barreto de Meneses os governadores do nosso exército de Pernambuco João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, fazendo ações de graças pela sua liberdade, e consultando com eles as disposições da guerra contra a poderosa armada que esperavam dos holandeses, a qual brevemente chegou numerosa em paus e com seis mil infantes. Em outros navios que derrotara uma tempestade parecida no canal vinham mais três mil homens preenchendo o conjunto dos nove mil com que partira de Holanda, e não tardaram em se juntar no Recife. Resolveram os governadores do nosso exército unir em um corpo a nossa gente: mandaram arrasar todas as nossas estâncias, que com tão poucas guarnições era impossível poderem conservar-se, e só guarneceram as fortalezas do Arraial, da Barreta, que fabricaram no cerco postos aos inimigos.

88. Com estas disposições juntaram um exército de três mil homens mais valorosos que bem armados contando-se neles os terços dos gentios de D. Antônio Filipe Camarão e dos pretos de Henrique Dias. Ao mesmo tempo chegou ordem do conde de Vila Pouca para os governadores de Pernambuco entregar o governo das armas ao mestre-de-campo-general Francisco Barreto de Meneses, em execução da que tivera do rei que mandava exercer o posto com que enviara àquela guerra, o qual principiou a exercer com grande expectação dos cabos e dos soldados que fiavam do seu merecimento todas as empresas que veio a conseguir o seu valor.

89. Pôs-se em campo Sigismundo van der Schkoppe, com sete mil e quinhentos infantes, grande número de gentios e de gastadores, deixando de caminho arrasada a nossa fortaleza da Barreta por mal guarnecida e por acautelada marchou para a povoação de Muribeca, uma légua distante dos montes Guararapes importantíssima pela sua fertilidade para sustentar a um exército, conveniência que incitava a fazer dela a primeira presa nesta segunda conquista. Porém avisados o mestre-de-campo-general e mais cabos do nosso exército da marcha dos inimigos, resolutos a pelejam com eles sem temor da muita vantagem que lhes tinham em número de gente e armas, saíram a provocá-los à batalha, levando-os com algumas surtidas e escaramuças para os referidos montes Guararapes, cujas fraldas, e cumes ofereceram teatros capazes a estas militares cenas.

90. Arrogante Sigismundo com o grande exército que conduzia, e vendo ao nosso tão pequeno, entendeu que a fortuna lhe trazia para o seu triunfo, e vencendo-o acabaria a guerra de Pernambuco, pois naquele pouco número de soldados consistia a sua rebelião e de todas as mais capitanias que tornariam ao seu domínio só em ganhar esta batalha e não fazia errado juízo porque daquelas nossas pequenas forças pendia a saúde de todas as províncias de Pernambuco, e com este discurso se animavam o general holandês e os seus soldados na esperança de ser aquela vitória o fim de toda a guerra.

91. Acometeram-se dois desiguais exércitos o dos holandeses superior em gente, batimentos, petrechos, bagagens, arreios e galas: o dos pernambucanos inferior em soldados, comodidades, sustento, descanso e vestidos: mas como se desigualava na causa e no valor, superou as vanta-

gens dos contrários no conflito. Duraram cinco horas a porfia em rigoroso, sanguinolento e militar certame: mas depois de apurarem os inimigos todo o seu alento foi cedendo ao nosso esforço, com tanta glória nossa como confusão e perda sua, retirando-se por não acabarem todos ao ferro, e deixando-nos na campanha muitas bandeiras, artilharia, prisioneiros e mortos.

92. Cantamos a vitória, servindo ao nosso triunfo de troféus os seus despojos, em que achamos insígnias para o crédito, víveres para o sustento e regalos para o apetite. Morreram dos inimigos mais de mil homens, foram muitos os feridos que levou Sigismundo, retirando-se coberto das sombras da noite, a qual, em lhe chegar pronta, lhe trouxe um socorro grande, livrando-o e ao resto do seu exército do nosso alcance, porque amparado dela se pôs em salvo (posto que com duas feridas) no Recife, onde foram os prantos iguais à sua perda, e muito diferentes da sua esperança e do conceito que fizeram das poucas forças do nosso exército, medindo-as pelo número e não pelo valor dos nossos soldados.

93. As bandeiras, coronéis e oficiais prisioneiros enviou o mestre-de-campo-general Francisco Barreto de Meneses ao conde de Vila Pouca, capitão-general do Estado; e na Bahia se receberam com tanto maior aplauso quanto mais certa julgavam a ruína de Pernambuco pelo poder das armadas, cujos soldados pareciam incontrastáveis às forças do pequeno, aflito e quase desamparado exército dos pernambucanos; e admirando o seu valor e constância em crédito da região, do monarca e dos vassalos do Brasil, desejavam todos interessar-se na empresa, emulando aquela glória em que não procuraram ter parte; mas Deus a tinha decretado só para aqueles moradores, em prêmio da sua fé e do conhecimento em que estavam, de que os estragos e males tantos anos padecidos eram justo e merecido castigo dos seus pecados.

94. Da nossa parte morreram noventa soldados, dos oficiais só dois capitães; porém de uns e outros foram muitos os feridos, que brevemente ficaram sãos, servindo-lhes o gosto do triunfo do melhor medicamento, e ficando-lhes o desejo de pelejar por efeito da cura ou por simpatia das cicatrizes. O geral contentamento com que se achava o nosso exército, lhe pensionou a fortuna com a morte de D. Antônio Filipe Camarão, go-

vernador dos índios, que faleceu de enfermidade poucos meses depois da vitória, havendo sido um dos maiores instrumentos de a conseguirmos. Contou os anos da sua vida pelos seus triunfos: o seu valor e fidelidade o fazem tão credor da nossa saudade, que lhe devemos uma particular memória.

95. Foi tão religiosamente observante da nossa santa fé católica romana, que não empreendeu ação sem recorrer primeiro a Deus e à virgem Santíssima, cujas sagradas imagens trouxe sempre consigo. Seguiu as nossas armas desde que os holandeses entraram em Pernambuco, não afrouxando a sua lealdade na maior evidência dos nossos perigos. Trouxe o maior séquito dos gentios (de que era principal) à obediência e amor dos portugueses: com eles se achou nos mais perigosos conflitos, obrando tais ações que fizeram o seu nome ouvido com respeito entre os nossos e com assombro entre os inimigos. Os reis o honraram com mercês generosas, e ele as abandonou com procedimentos qualificados. No seu posto sucedeu seu primo D. Diogo Pinheiro Camarão, herdeiro do seu apelido e do seu valor.

96. Na Bahia faleceu D. Pedro da Silva e Sampaio, sétimo bispo do Brasil, que fora inquisidor da Inquisição de Lisboa e deão da Sé Leiria. Exerceu a pontifícia dignidade quinze anos, entrando na sua igreja no de mil e seiscentos e trinta e quatro, e falecendo no de mil e seiscentos e quarenta e nove. O tempo que se lhe pode contar sua vida por menos acertado, foi o em que exerceu o governo militar e político com o mestre-de-campo Luís Barbalho Bezerra e Lourenço de Brito Correia, na deposição do vice-rei marquês de Montalvão, concorrendo para as desatenções com que o trataram. Em todos os outros anos que viveu no Brasil, procedeu com as virtudes e ações que se podem desejar em um bom prelado. Foi sepultado com não poucas lágrimas na capela-mor da sua matriz, e transferindo-se os ossos para Portugal, naufragaram com a nau que os conduzia, vindo a experimentar no mundo, ainda além da morte, outra ruína.

97. Não eram menos prejudiciais a ambiciosos por mar os importunos e ousados holandeses. Andavam com poderosas naus pelo Brasil, tomando as embarcações que de Portugal vinham a estes portos, ou deles voltavam, sendo mui raras as que lhes escapavam, em prejuízo notável dos vassalos pela perda do negócio. E tendo Sigismundo notícia que a nossa

armada voltava para Lisboa com os navios de carga da Bahia, entrou pela sua enseada com muitas velas, e penetrando com embarcações menores os rios do recôncavo, roubou e destruiu trinta engenhos, saindo sem dano ou contraste algum pela barra, rico de despojos, que aumentara naquela mesma ocasião com outras presas de algumas embarcações nossas que foi colhendo até entrar no Recife, onde com este sucesso moderaram os holandeses o sentimento das muitas perdas que experimentavam e da grande opressão em que os tinham posto os pernambucanos.

98. Prevenindo o remédio aos males que os inimigos nos causavam por mar, fazendo presa em os nossos navios, ajustaram com o rei os homens de negócio uma geral companhia, que depois foi tribunal com o nome de Junta do Comércio, e os seus ministros com os de deputados; os que residiam nas praças do Brasil se chamavam administradores[14]. Aplicaram cabedais importantes a sustentar trinta e seis naus de guerra, das quais se empregassem dezoito em comboiar (juntas em frota) as embarcações aos portos do Brasil, e a conduzi-las deles para o reino, proibindo com penas graves sair ou navegar alguma fora daquele corpo: e com esta acertada disposição se tiraram aos holandeses grandes interesses e ficamos logrando as utilidades de passarem livres dos inimigos as nossas naus.

99. Por generais das referidas frotas vinham cabos ilustres e dos mais experimentados na milícia marítima, e conduziam portentosas naus, cujo comboio se reduziu depois ao número de dez, existindo com grandes despesas muitos anos. Porém tendo cessado a causa por que a junta se instituíra, e achando-se com vários empenhos de que pagava muitos juros, por consultas do mesmo tribunal do ano de mil e setecentos e quinze e de mil e setecentos e dezenove ao rei nosso senhor D. João V, que Deus guarde, foi servido no de mil e setecentos e vinte ordenar que extinguisse, obviando as despesas que se faziam com os ministros e oficiais desta intendência, e as dívidas que de novo se iam sempre contraindo.

100. Para pagamento de todas e dos juros que venciam, mandou Sua Majestade consignar diferentes efeitos, por onde se vão cobrando com satisfação mais pronta da que se experimentara no tempo em que aquele tribunal existira, e encarregou ao Conselho da sua real fazenda toda a administração que tivera, ordenando que pelos armazéns da coroa corresse

o apresto dos comboios, que constam hoje de duas naus de guerra para a Bahia, duas para o Rio de Janeiro e uma para Pernambuco[15].

101. Como no vencimento de uma batalha consiste quase sempre a posse de uma conquista, toda a ânsia dos holandeses era ganhar uma vitória. Consideravam ao exército de Pernambuco gasto em pelejar e cansado de vencer, porque quando as forças são débeis, até nos triunfos padecem estragos, e os mesmos troféus que as lisonjeiam, as consomem. Supunham que não podia durar em tanta porfia a constância, nem permanecer com tanto combate o valor; e arrebatado deste pensamento ou do seu natural impulso o ânimo do coronel Brinck, que nos impedimentos de Sigismundo governava as armas de Holanda, fomentado dos soldados, sugerindo de alguns do Supremo Conselho e do povo do Recife, propôs que saísse o exército a sujeitar a campanha de Pernambuco, pedindo aquela empresa em satisfação de muitos serviços.

102. Contra o parecer de Sigismundo, pressago do sucesso, já pela sua experiência ou já pelo seu temor, alcançou o coronel Brinck a licença, e feitas todas as precisas disposições, se pôs em campanha com cinco mil homens, que eram a flor das suas milícias no Brasil, escolhidos e tirados antecipadamente para esta empresa de todas as praças e guarnições que conservavam. Levava setecentos gastadores e mais um regimento formado dos homens marítimos, de que era cabo o almirante da sua armada, duzentos índios e alguns pretos, que desta casta de gente escusou muita, por entender que lhe serviria mais de embaraço que de utilidade.

103. Com este exército, por muitas circunstâncias mais que o primeiro poderoso e forte, posto que menor em número, marchou para os montes Guararapes, sem a lembrança e pendor de terem já sido infaustos às suas armas, perdendo a batalha que neles ganhamos o ano passado: se não era pretenderem agora os holandeses restaurar a opinião no mesmo posto em que a perderam, ou tomar vingança dos agravos no próprio lugar em que lhes foram feitos.

104. Achavam-se alguns moradores tomando um breve descanso no abrigo de suas casas, assegurados com a vitória próxima, e fazendo prevenções para a campanha futura; porém avisados da resolução dos inimigos, vieram logo para o nosso exército, no qual achou o mestre-de-

campo-general Francisco Barreto de Meneses dois mil e seiscentos infantes. Com este pequeno corpo e parecer de todos os nossos cabos se resolveu a seguir e dar aos inimigos batalha, a qual pediam com instância os nossos soldados, porque os braços costumados a vencer apeteciam pelejar.

105. Marchou para os montes Guararapes, que achou já ocupados pelos inimigos, ganhando-nos aquela vantagem que o nosso exército tivera na outra batalha; mas não desanimou este acidente ao nosso exército, que nas dificuldades qualificava mais o seu valor. Chegou o mestre-de-campo-general àquele sítio em uma tarde, e querendo atacar logo o combate, foi aconselhado pelos outros cabos que o diferisse para o dia seguinte, porque descanssasse a nossa gente da larga e apressada marcha que havia feito.

106. Toda aquela noite mandou o mestre-de-campo-general por várias partes tocar arma aos holandeses para os ter inquietos, logrando a indústria no descômodo que lhes causou. Ao romper do dia enviou alguns cabos a reconhecer o exército contrário e a forma que tinha; e avisado dela, dispôs acometê-lo por várias partes, sendo a primeira a do Boqueirão, onde pusera a maior força. Por tal resistência pelos muitos batalhões que defendiam aquele posto, que lhe foi necessário empenhar todo o seu valor e o dos esquadrões que o seguiam, até fazer desalojar os inimigos; mas seguindo-os, achou formados outros troços holandeses que desceram dos cumes dos montes a socorrerem aos seus.

107. Neste acidente e nova resistência foi o mestre-de-campo João Fernandes Vieira com próprio esforço abrindo por eles a mesma estrada, sendo também socorrido de mais gente nossa. Os mestres-de-campo André Vidal de Negreiros e Francisco de Figueiroa haviam por outras partes atacado vários esquadrões com a mesma fortuna a igual valor, achando em todos valorosa resistência, porque os inimigos pelejando já mais pela honra que pelos interesses e consequências da vitória, desprezavam bárbara e inutilmente as vidas, até que não podendo obrar mais a sua constância, cederam ao nosso valor. O mestre-de-campo-general Francisco Barreto de Meneses, como coração do nosso exército, animava a todas as partes dele, acudindo aquelas que mais careciam do seu alento.

108. Finalmente deixando os inimigos na campanha o estandarte dos estados, dez bandeiras, seis peças de artilheria, tendas e bagagens, e mil e trezentos mortos, em que entraram o coronel Brinck, general do seu exército nesta batalha, e o almirante da sua armada, levando mais de seiscentos feridos e deixando muitos prisioneiros, se retiram para a fortaleza da Barreta, sendo seguidos dos nossos cabos e soldados até às portas dela, matando-lhes neste alcance outro grande número de gente[16].

109. Agradeceu o mestre-de-campo-general a todos o grande valor com que se houveram, e ordenou que nas igrejas e conventos de Pernambuco se dessem por esta vitória graças a Deus, verdadeiro senhor dos exércitos; ação que se obrou em todas as freguesias e religiões com grande júbilo e piedade. As bandeiras e prisioneiros remeteu à Bahia, onde se fizeram por este triunfo as mesmas públicas demonstrações de devoção e contentamento.

110. Havia o último rei Filipe tirado da Bahia o Tribunal da Relação, ou para escusar a despesa que se fazia com os ministros, entendendo não serem necessários, ou por causas que não foram públicas para se terem por justificadas, reduzindo toda a jurisdição da justiça um ouvidor-geral do crime e cível, de que se seguiam prejuízos grandes, assim porque em um só ministro não podia a administração dela ter o expediente de que careciam as partes, como porque um só entendimento e uma só vontade eram mais fáceis de errar, ou por propensão da natureza, ou por menos ciência do direito, como se experimentava na dilação dos pleitos e na desatenção das sentenças (que necessitam de tantos olhos quantos deve ter a justiça), não havendo no Brasil outra maior instância a que se recorrer antes da última nos tribunais do reino; e finalmente, um só homem a julgar de que estragos não será causa? Subornado Páris com as promessas de Vênus, deu em uma sentença motivo às ruínas de Troia.

111. Atendendo o senhor Rei D. João IV a tantos inconvenientes, e a que a cabeça de um estado tão vasto não devia estar sem este tão grande como preciso tribunal, o restituiu à Bahia no ano de mil e seiscentos e cinquenta e dois com grande utilidade do Brasil, correndo as causas com maior expediente por ministros que têm especial aplicação naquelas que a cada um tocam por distribuição, ou por intendência do lugar que ocupam,

reformando-se no juízo dos agravos as sentenças que os ouvidores-gerais e os outros ministros proferem na primeira instância; tendo os pleiteantes a satisfação de que as suas ações se vejam por mais olhos e se resolvam por mais entendimentos, de que resultam frequentes acertos; e até as mesmas partes que não alcançam a seu favor as sentenças, colhem o desengano de que por lhes faltar o direito lhes faltara o vencimento[17].

112. Governava o estado do Brasil João Rodrigues de Vasconcelos, conde de Castelo Melhor, que sucedera no posto de capitão a Antônio Teles de Meneses, conde de Vila Pouca, o qual depois de o ter exercido com os acertos filhos do seu valor e da sua experiência (que fizeram na Índia e por outras partes da monarquia resplandecer mais o seu esclarecido sangue) voltara para Portugal naquela infausta frota de que já fizemos menção. Era o conde de Castelo Melhor ilustríssimo por nascimento e por valor, famoso pelos rigorosos tratos e pela áspera prisão que em Cartagena das Índias sacrificara ao amor da pátria, e igualmente claro pelos progressos que na defensa dela havia já obrado nos empregos de governador das armas das províncias de Entre-Douro e Minho e do Alentejo, e com a mesma atividade se aplicava no governo do Brasil.

113. Agravando-se sempre mais a enfermidade que havia largo tempo padecia o sereníssimo senhor D. Teodósio, veio a ter fim com a sua tempestiva e lamentável morte em quinze de maio de mil e seiscentos e cinquenta e três, com inconsolável sentimento e inextinguíveis lágrimas de seus augustos pais. Excessiva foi a do que padeceu o Brasil na perda do seu príncipe, incomparável o pranto de toda a monarquia pela falta de tal sucessor, e pudera ser geral esta mágoa em todo o mundo cristão, por acabar um dos maiores Atlantes da fé, em cujas virtudes tinha a religião católica um real exemplo.

114. Em menos de vinte anos que contou de vida, fez a arte no seu talento resplandecer as muitas qualidades de que o tinha dotado a natureza. Foi o seu domínio suspirado pelos portugueses, como o de Germânico pelos romanos, desvanecendo a morte umas e outras esperanças. Do seu conselho resultaram os melhores sucessos que até aquele tempo se haviam logrado na defensa do reino. Foi insigne na língua latina e em outros vários idiomas, subtilíssimo filósofo, teólogo, cosmógrafo e mate-

mático, com assombro dos maiores mestres destas ciências. O Céu lhe tinha decretado melhor império, e não permitiu lograsse mais anos a Terra, deixando-lhe a memória remontada sobre as asas da fama, e impressas as saudades nos corações dos súditos, que com o cadáver do seu príncipe sepultaram todo o seu contentamento.

115. Perseverava o nosso exército de Pernambuco no cerco que tinha posto aos inimigos no Recife, e depois das duas últimas vitórias que deles alcançara, o tinha reforçado mais, guarnecendo e fortificando melhor as estâncias e postos: porém por falta de gente e de petrechos não passava do assédio daquela praça à expugnação dela, e não se vinham a conseguir outros efeitos que impedirem aos holandeses o fazerem-se senhores da campanha, e tirar-lhes as utilidades que podiam ter por terra, rebatendo as contínuas surtidas que faziam contra as nossas estâncias, de que sempre saíam rechaçados, ainda que no último ano dos nove que durou o sítio se abstiveram de as fazer, ou desenganados da sua porfia, ou porque já se não atreviam a mais progressos que a conservar algumas praças e fortalezas que ainda tinham em seu poder.

116. Porém considerando o mestre-de-campo-general e os mais cabos do exército de Pernambuco que seria indústria esta que realmente era debilidade, e que mostrarem querer só sustentar o que estavam possuindo seria para colherem a nossa gente descuidada com alguma invasão repentina, dobrava as guarnições e aumentava a cautela, trazendo os soldados mais vigilantes no descuido ou indústria dos inimigos: porém como todas estas dilações eram em prejuízo do exército e em descômodo dos moradores, que na duração do cerco tinham evidente perda, diminuindo-se a gente, faltando os bastimentos e não se tratando das lavouras, entenderam os pernambucanos que na brevidade da empresa do Recife consistia o remédio de todos estes danos.

117. Receavam que de Holanda chegassem socorros aos inimigos, não só para se defenderem, mas para intentarem novos progressos: e o tempo trouxe às nossas armas ocasião oportuna para o intento de expugnarem ao Recife, com a vinda da nossa armada da Junta do Comércio, de que era general Pedro Jacques de Magalhães, e conduzia as naus de carga ao Brasil para comboiar as que estivessem prontas a fazerem viagem para o reino.

118. Havendo já Pedro Jacques metido nos portos de Pernambuco as que iam para aquelas províncias, lhe pediram o mestre-de-campo-general Francisco Barreto e os mais cabos do exército (fazendo as mesmas instâncias ao seu almirante Francisco de Brito Freire) os quisessem ajudar na expugnação do Recife, empresa de tanto serviço a Deus, por ser contra hereges inimigos da nossa religião católica, e tão útil ao serviço do rei, concorrendo a restaurar-lhe o domínio que lhe usurpavam os holandeses em tanto prejuízo dos seus naturais vassalos e da grandeza da sua monarquia, em ódio da de Castela, da qual já o Céu, o valor e a fortuna a tinham separado.

119. Ao general Pedro Jacques de Magalhães pareceu se não devia empenhar naquela empresa, por não faltar à observância do seu regimento, que lhe não dava acesso a mais que conduzir as naus de Portugal e comboiar as do Brasil, segurando uns e outros interesses, que era o fim para o qual a Junta do Comércio sustentava com tão grande despesa aquela armada, além da culpa que cometeria contra a paz ajustada com os estados de Holanda, tendo ordem do rei para guardar, encaminhando-se a sua viagem só à defensa e segurança das referidas embarcações. Porém repetindo-se da parte dos cabos e oradores os rogos, intimando-lhe a causa de Deus, do rei e da pátria, protestando-lhe o crime que lhe podia resultar de escusar-se de ser um dos instrumentos da restauração de Pernambuco, que com o seu auxílio podia facilmente conseguir-se, resolveu a todo o transe concorrer para esta empresa.

120. Dispostas todas as coisas ao fim que os pernambucanos pretendiam, por conselho de uns e outros cabos ficou o almirante Francisco de Brito Freire em terra com a infanteria da armada; e o general Pedro Jacques de Magalhães com os soldados precisos para a guarnição das naus (tendo enviado para a Bahia e para o Rio de Janeiro os navios que vinham destinados para os seus portos) com as dezoito naus de guerra e algumas mercantis mais poderosas que demorou para lhe assistirem naquele empenho, sitiou por mar ao Recife com tal regularidade e militar acerto, que impediu naquele porto entrar ou sair embarcação alguma.

121. Seguro o nosso exército de que os inimigos não poderiam ser socorridos das suas praças marítimas, foi atacando por terra as suas forças, sendo a primeira a fortaleza das Salinas, a qual, ainda que com grande trabalho, em o curso de um dia a rendeu; e com mesmo valor e fortuna,

posto que com a própria resistência, tomou a de Altanar, desamparando os inimigos as da Barreta, Buraco de Santiago e a dos Afogados, que logo senhorearam os pernambucanos, e marcharam a ganhar a fortaleza das Cinco Pontas, que era o maior propugnáculo ou antemural da praça do Recife.

122. Com tão grande trabalho e valor a combateram, que em poucos dias a puseram em termos de capitular a entrega, de que resultou tal confusão no Recife que tudo era assombro; e Sigismundo, que com vigorosa diligência e disposição militar tinha enviado socorros às referidas praças (com tão pouca fortuna sua que foram desbaratados pela nossa gente, e se algum entrou, não foi poderoso a resistir ao nosso valor nem a evitar a sua perda) agora totalmente desesperava de poder defender o Recife.

123. Confusos os do Supremo Conselho, os outros holandeses e os judeus que residiam naquela praça, receosos todos de perderem os bens adquiridos, se esperassem o último furor dos vencedores, tratavam de capitular a entrega, por conseguirem com tempo condições mais favoráveis, segurando assim a fazenda que a Companhia Ocidental tinha naquelas capitanias, como a dos particulares, conhecendo que não podiam ter socorros de Holanda, donde havia quase um ano lhes não chegara embarcação; porque aqueles estados tendo contendas por interesses do negócio com a parlamentar república de Inglaterra, juntando-se de uma e outra parte no canal as suas armadas, se combateram, alcançando vitória a do Parlamento com perda e destroço da holandesa; causa por que apressaram as capitulações, as quais lhes concederam os nossos cabos com as mais honestas condições que os inimigos podiam alcançar no presente estado em que se achavam.

124. Em virtude delas entregaram os holandeses a praça do Recife com todas as suas defensas, as capitanias de Itamaracá, Rio Grande e Paraíba, assinando-se em vinte e seis de janeiro do ano de mil e seiscentos e cinquenta e quatro os capítulos, que de ambas as partes foram fielmente observados. Com o aviso desta feliz nova partiu o mestre-de-campo André Vidal de Negreiros para Lisboa, recebendo-a o senhor Rei D. João IV e toda a corte com as maiores demonstrações de aplauso; e depois de se darem públicas graças a Deus por tão especial favor da sua grande misericórdia, fez o rei mercês a todos os cabos do exército de Pernambuco próprias da sua

real grandeza. Na Bahia e por todas as mais partes do estado foi festejada esta notícia com muitas ações de graças e atos tão festivos quanto o pedia a glória de se verem de todo livres de uma nação, com a qual no curso de trinta anos tivemos sanguinolenta guerra no Brasil[18].

125. Tinha chegado à Bahia com o posto de governador e capitão-geral do estado a suceder a João Rodrigues de Vasconcelos, o conde de Castelo Melhor, o de Atouguia D. Jerônimo de Ataíde, que na corte e nas campanhas do reino havia tido empregos dignos da sua grandeza, do seu esclarecido sangue e do seu valor, todos com venturosos sucessos, e com a mesma fortuna exercido o cargo superior das armas na província de Trás-os-Montes. Foi na Bahia o seu governo tão aplaudido como ficou memorado; resplandeceram no seu talento entre muitas prerrogativas a retidão e independência, em tal equilíbrio que se não distinguia qual destes dois atributos fazia nele mais pendor, porque eram no seu ânimo vigorosamente iguais o desinteresse e a justiça, virtudes inseparáveis nos heróis, que entesouram só merecimentos para viverem na fama e na eternidade.

126. Restaurado o reino pelo nosso grande monarca o senhor D. João IV, e já com infalíveis esperanças de ficar estabelecido e seguro na sua augusta descendência, recuperadas as províncias que no Brasil tinha senhoreado o poder de Holanda, tornava com novas luzes a manifestar-se o antigo esplendor da monarquia, quando contra tanta felicidade, posta em campo a morte, cortou com o mais cruel golpe o fio da mais importante vida, tirando-a intempestivamente ao rei em seis de novembro do ano de mil e seiscentos e cinquenta e seis, com dezesseis de reino e cinquenta e dois de idade, mui curta, se a medirmos pelo tempo, se pelas ações, mui dilatada.

127. Foi duque segundo em nome, e oitavo em número da sereníssima casa de Bragança. Nasceu rei por direito, vassalo por tirania: mas este descuido da natureza emendou a fortuna, então ministra da providência divina, e restituindo-lhe a coroa que estava violentada em outra cabeça, e separado o reino daquele corpo que intentou reduzi-lo a um pequeno membro, fazendo-o província. Opulento e firme o deixou aos seus reais sucessores, sendo tão amado dos vassalos naturais o seu domínio, quanto apetecido dos estranhos; eternizando nos súditos de todas as porções da sua dilatada monarquia uma perpétua saudade, e por quantos orbes discorre a fama, uma eterna memória.

NOTAS REFERENTES AO LIVRO QUINTO

1. Lia-se nas trovas do sapateiro de Trancoso, o Bandarra, essas que "dos solares às escolas" eram tão estimadas e conhecidas (J. Lúcio d'Azevedo, *História de Antônio Vieira,* 1.68, Lisboa, 1928), a profecia, bem clara quanto ao ano, 1640:

Antes que cerrem quarenta
Erguer-se-á a grão tormento...
. . . .
Já se cerram os quarenta
Que se ementa.
O Rei novo é levantado...

(*Trovas*, LXXXVI e XCIX, nova edição, Barcelona, 1809, conforme a primeira, de Nantes, 1644). O padre Antônio Vieira professava essas crenças, pois no sermão do Dia de Reis de 1641 (aliás excluído da primeira edição dos *Sermões*, feita em sua vida, e somente publicado na de 1748 estava ao lado de Filipe IV, isto é, já não fiava do "sebastianismo", clamando "viva pois o santo e piedoso rei (que já é passado o ano de 40), viva e reine eternamente com Deus..." Noutras palavras: tendo passado o ano de 40 sem rei novo, ou a volta de D. Sebastião, que fosse este enfim considerado para sempre morto, e no Céu... Sobre os profetas desse tempo, repara D. Francisco Manuel: "...porém deu nova luz à sua cegueira os escritos apócrifos, ou sejam verdadeiros, de um homem dito Bandarra, de virtude incógnita, crassa ignorância, sangue suspeitoso: porém de longos anos havido como vaticinante..." (*Tácito Português*, edição da Academia Brasileira, p. 51, Rio, 1940). O padre João de Vasconcelos, com o nome de Gregório de Almeida, coligiu em *Restauração de Portugal Prodigiosa* (reedição, por Damião Peres, em 1939) os vaticínios concorrentes a respeito da recuperação do trono pelo rei português. Evidentemente a conspiração dos nobres, de que resultou, em 1 de dezembro de 1640, a aclamação do duque de Bragança, D.João IV, se apoiou à popularidade dessas convicções, encorajadas, senão disseminadas, pelo patriotismo de parte do clero (e os jesuítas, desde as alterações de

Évora, de 1637, tinham disto fama), dos fidalgos incompatíveis com Espanha, da burguesia oprimida pelos pesados tributos, do povo que nunca se conformara com o domínio estrangeiro.

2. Leia-se Hernani Cidade. *A literatura autonomista sob os Filipes*, p. 162, Lisboa, 1949.

3. Sobre o sebastianismo, veja-se João Lúcio d'Azevedo, *Evolução do Sebastianismo*, Lisboa, 1918, e Hernani Cidade, *op. cit.*, p. 195 e segs. Está para ser feito o estudo dessa psicose coletiva no Brasil, onde tomou vulto, entranhando-se no espírito popular, embora sem a nitidez ou o traço político que teve no Reino. Cria-se no regresso do Rei D.Sebastião perdido e não morto na batalha de Alcácer-quibir: que apareceria, ora como um pobre peregrino, ora como um resplandecente príncipe montado no seu belo cavalo; que castigaria os maus e premiaria os justos... Os reis portugueses – e, antes destes, os Filipes de Espanha – tudo fizeram para extinguir essa fé perigosa. Não tem outra intenção o túmulo, com o nome do Rei D. Sebastião, que, a par dos mausoléus da casa de Avis (em seguida a D. Manuel), está nos Jerônimos.

4. O título de vice-rei fora oferecido ao conde de Linhares para que viesse governar o Brasil em 1637 (Consiglieri Sá Pereira, *A Restauração vista de Espanha*, p. 50. Coimbra, 1933) e dado ao marquês de Montalvão, D. Jorge Mascarenhas que substituiu no governo-geral o conde da Torre, em 1640, Comentou o padre Antônio Vieira as desventuras da província. "Pois a vemos levantada a vice-reino entre as mortalhas, bem se pode dizer por ela também: que depois de morta foi rainha..."(*Sermões*, IX. 306, ed. Porto, 1911). Empossou-se Montalvão em 26 de maio daquele ano. É possível que tivesse tal título como contrapartida à importância que adquiria o Brasil holandês, sob a direção do conde de Nassau. Se lá governava um príncipe, cá se requeria um vice-rei.

5. Para substituir no governo ao marquês de Montalvão, destituído por um movimento local de que participou o padre Francisco de Vilhena recém-chegado de Lisboa com instruções do novo rei, foi pela Câmara reconhecido um triunvirato, composto pelo bispo D. Pedro

da Silva, pelo mestre-de-campo Luís Barbalho e pelo provedor-mor Lourenço de Brito Correia (16 de abril de 1641). D. João IV, conhecendo a injustiça cometida contra o marquês, mandou censurar essa junta governativa e lhe deu sucessor, Antônio Teles da Silva. Engana-se Rocha Pita, quando diz que foram presos para o reino Lourenço de Brito e Luís Barbalho. Os mensageiros da cidade, que ao rei novo lhe testemunharam a fidelidade, foram o filho do marquês de Montalvão. D. Fernando Mascarenhas, e o padre Antônio Vieira, este designado pela Câmara.

6. Os emissários da junta da Bahia foram Pedro Correia da Gama, que se ilustrara em numerosos feitos d'armas, e o licenciado Simão Álvares de la Penha (cunhado do padre Antônio Vieira e futuro auditor do exército pernambucano, ao lado do mestre-de-campo-general Francisco Barreto).

7. O verdadeiro nome de João Fernandes Vieira era Francisco de Ornelas Moniz, como se lê nos nobiliários da ilha da Madeira, sua terra natal. Casou-se em Pernambuco com D. Maria César filha do capitão Francisco Berenguer de Andrade e de D. Joana de Albuquerque. De começo, combatera os holandeses ao lado de Matias de Albuquerque. Deles prisioneiros em 1635, associou-se a um judeu rico, Jacob Stachower, em 1637, e a chefia em 1645, a ilegível passava por ser um dos maiores senhores de engenho da várzea. Foi no seu engenho de S. João que a revolta se declarou, no dia de Santo Antônio, com grande surpresa para os flamengos, que não puderam mais deter-lhe o ímpeto. Começou ali a fase decisiva da guerra, que terminaria com a retomada do Recife, em 1654: a "epanáfora triunfante".

8. É fora de dúvida que o governador-geral Antônio Teles da Silva auxiliou fortemente – e com admirável sutileza a insurreição pernambucana contra os holandeses. Descobre-se o empolgante enredo dessa intriga com a informação – que a 30 de setembro de 1644 enviou para Lisboa – de que mandara André Vidal de Negreiros em missão a Pernambuco (Ms. no Arquivo Histórico Colonial, *Papéis avulsos,* Lisboa). O plano – ao que parece – era simples: comunicaria André Vidal aos conspiradores a oportunidade do levante, enquanto que

ao seu encontro ia um grupo de soldados, comandados por Antônio Dias Cardoso, seguido do "terço" indígena de Filipe Camarão, com o pretexto de perseguir Henrique Dias, o valoroso chefe negro, que desertara... Declarada a sublevação na várzea, teriam os insurgentes o apoio desses elementos já estão na fronteira, sem que desconfiasse o estrangeiro da intervenção de Antônio Teles... O salvo-conduto de André Vidal foi de 14 de agosto de 1644. Hospedou-se com João Fernandes Vieira, que estava em correspondência franca com o governador-geral (Doc. *in Anais do Arquivo Público da Bahia*, VII. 35). Em 31 de março 1645 se fez assembleia na Bahia, para tratar da notícia dada por Antônio Dias Cardoso da suposta fuga de Henrique Dias – que Antônio Teles se apressou em comunicar ao governo flamengo do Recife. Em 15 de maio os conjurados deliberaram, na várzea, a "restauração da nossa pátria", e de fato a proclamaram no dia de Santo Antônio. Sem demora, uniram-se a Antônio Dias Cardoso, retirando com este para o monte das Tabocas, sítio de sua primeira vitória. Importante foi a colaboração, que Antônio Dias deu ali ao "governador da liberdade" a quem se juntaram, depois daquela batalha, Camarão e Henrique Dias – vindos com a esquadra de Jerônimo Serrão de Paiva –, os terços de André Vidal e Martim Soares Moreno, para isto embarcados na Bahia. O documento que divulgamos, sobre a iniciativa de Antônio Teles da Silva, em despachar para Pernambuco André Vidal, completa e relato de Diogo Lopes de Santiago, *História da guerra de Pernambuco*, p. 229, edição do Recife, 1943.

9. A frota de oito barcos, com que Jerônimo Serrão de Paiva levava da Bahia os "terços" de André Vidal e Martim Soares Moreno, demorara-se imprudentemente na enseada de Tamandaré. Compreende-se que os holandeses, apercebidos da aliança entre as forças desembarcadas e os insurretos da várzea, quisessem vingar-se, atacando de surpresa aqueles navios. No mês anterior agosto de 1645 – caíra em poder dos pernambucanos toda a região circunvizinha. O almirante Lichartitorvo herói da devastação do recôncavo da Bahia em 1640 – reunindo algumas naus no porto Recife, surgiu em 7 de setembro, na barra de Tamandaré, e investiu a esquadra de Jerônimo Serrão com tal ímpeto, que não lhe custou aprisionar os barcos que a sua artilha-

ria não afundou. O comandante português incluiu-se entre as presas desse combate, ainda mais notável pelos papéis com ele tomados, e que não deixavam dúvida sobre o apoio dado por Antônio Teles da Silva ao levante nativista (Veja-se Varnhagen, *História Geral do Brasil*, III, 46).

10. O herdeiro do trono, D. Teodósio, foi elevado a príncipe do Brasil pela carta régia de 26 de outubro de 1645. O título mostra a importância dada pelo rei de Portugal ao Estado de Ultramar, sobretudo quando o disputava ao invasor, sem ter recursos suficientes para o livrar dele, não fora a sublevação pernambucana. Os herdeiros da coroa continuaram príncipes do Brasil até D. João VI, honorificamente, pois, a colônia qualificada como principado, embora se lhe desse o nome de Estado do Brasil.

11. Filho de Francisco Barreto de Meneses, o mestre-de-campo-general Francisco Barreto nasceu no Peru onde o pai governava a praça de Callao, em 1616, "ilustre em sangue e espírito" como diz D. Francisco Manuel nas *Epanáforas* (p. 529), soldado que foi dos mais distintos do seu tempo. Começou a vida das armas do Brasil, em 1638. Enviado por D. João IV para comandar o exército pernambucano, em 1647, os holandeses o aprisionaram no navio em que vinha, e o levaram para o Recife, donde fugiu com o carcereiro, Francisco de Brá, para se juntar às hostes de João Fernandes Vieira ainda a tempo para dirigir a primeira batalha dos Guararapes. Venceu as duas batalhas deste nome, em cuja honra mandou erigir, naqueles montes, a ermida de Nossa Senhora dos Prazeres, hoje o principal monumento comemorativo da guerra holandesa e a ele se rendeu o inimigo quando da capitulação do Recife, em 1654. Passou a governar esta capitania, e, em seguida, como governador-geral, o Estado do Brasil. Faleceu em Lisboa em 23 de Janeiro de 1688 (Veja-se P. Calmon, *Francisco Barreto*, edição da Agência Geral das Colônias Lisboa, 1940).

12. O flamengo Francisco de Brá, carcereiro, que abandonou os seus para acompanhar na fuga o mestre-de-campo-general Francisco Barreto, era de Roterdã, filho de Jacques e Ana de Brá, como se lê no registro de Irmãos da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, e, protegido daquele governador, fez carreira sob os estandartes portugueses. Alferes

no arraial de Bom Jesus em 1652, capitão no ano seguinte, subiu a sargento-mor em 1668. Bateu-se em ambas as batalhas dos Guararapes. Na Bahia casou bem (Frei Jaboatão, *Catálogo genealógico*, tít. Brá) na poderosa família Góis de Araújo, e e é, portanto, tronco de várias e tradicionais famílias brasileiras.

13. Travou-se a primeira batalha dos Guararapes nestas colinas, em 19 de abril de 1647, havendo 2.500 homens do lado português e coisa de 6.000 do lado contrário, comandados aqueles por Francisco Barreto e o inimigo por Sigismundo Von Schoppe. Acampados os pernambucanos na crista dos montes com o quartel-general no lugar onde está hoje a igreja votiva –, foram atacados rijamente por um exército superior em número e material, porém desfavorecido pelas condições do terreno, razão principal de sua derrota. Realmente, ao primeiro embate cederam as vanguardas, e chegaram os holandeses a investir o vale, em cujas encostas se mantinham as reservas de Francisco Barreto. Mas, na carga final, ladeiras abaixo, foram levados de vencida, abandonando no campo nada menos de 515 mortos, 523 feridos, mais de trinta bandeiras. Dos sete coronéis que os comandavam, dois morreram, um foi capturado e Sigismundo ferido. Com razão se comemora, com a batalha dos Guararapes, o destroço do domínio flamengo no Brasil: foi o seu maior revés.

14. A Companhia Geral do Comércio foi instituída em 1649, com o decisivo apoio dos cristãos-novos, convidados a inverterem nela os seus cabedais, com isenção de confisco para os que fossem penitenciados pelo Santo Ofício (alvará de 6 de fevereiro). O padre Antônio Vieira reivindicou para a sua perspicácia a iniciativa dessa fundação, *Cartas* (edição de 1888), II, 225-6. Com efeito, à feliz ideia se deveria a restauração de Pernambuco cinco anos depois, quando, sem dinheiro a coroa para armar uma esquadra que o libertasse, destes encargos se desempenhou a Companhia, mandando restaurá-lo com a frota de Pedro Jacques de Magalhães. Funcionou a junta do comércio até 1720. Sustentou-a o monopólio de vários gêneros que se vendiam no Brasil. Não escondeu Vieira que imitara aos holandeses o sistema. Tinham pretendido conquistar o Brasil com uma companhia comer-

cial. Pelo mesmo modo quis D. João IV recuperá-lo. E cada um a seu tempo provou o acerto dessa maquinação.

15. As "frotas do Brasil" só foram abolidas, em 1765 (alvarás de 10 e 27 de setembro), isto é, reinando el-rei D. José e no forte governo do marquês de Pombal.

16. Feriu-se a segunda batalha dos Guararapes nos mesmos montes, em 17 de fevereiro de 1648. Com 3.500 soldados o coronel Van Den Brande decidira ocupar a várzea, sem cometer o erro de Sigismundo Von Schoppe, que fora tentar a conquista das alturas em que estavam os pernambucanos. Estes esperam que os holandeses iniciassem a retirada – uma vez que não tinham querido a iniciativa do combate – e se arrojaram sobre eles na campina, desbaratando-os numa ação surpreendente. Morreu o coronel Van Den Brande com 173 oficiais e suboficiais e 855 soldados, o que atesta a ferocidade da luta. A segunda batalha dos Guararapes completou o desastre flamengo, que tivera começo no ano anterior: tirou ao estrangeiro a suposição de poder retomar pelas armas o terreno perdido e praticamente o aprisionou na praça do Recife, a depender dos auxílios marítimos, que lhe mandasse Holanda.

17. Estabelecido em 1609 e supresso com a invasão da Bahia pelos holandeses em 1624, o Tribunal da Relação foi restaurado pelo regimento que el-rei aprovou em 12 setembro de 1652, e em 3 de março de 1653 empossados os primeiros desembargadores: Francisco de Figueiredo, Luís Salema de Carvalho, Simão Álvares de Lapejha, Francisco Barradas de Mendonça e Simão da Mata Furtado. Em 22 de janeiro de 1654 tomou posse da sua cadeira o primeiro desembargador brasileiro nato, Cristóvão de Burgos Contreiras.

18. Entrou Francisco Barreto no Recife a 28 de janeiro de 1654 (Veja-se a *Epanáfora triunfante*, de D. Francisco Manuel (edição de 1676). Foi na campina de Taborda, em frente ao forte deste nome, que, em 23 de janeiro, o chefe holandês Wanter van Loon negociou com o general português a entrega da praça.

. . . .

Livro sexto

Entra na regência do reino a sereníssima senhora Rainha D. Luísa. Elege a Francisco Barreto de Meneses por governador e capitão-geral do Estado do Brasil. Ajusta a paz com as Províncias Unidas, e o casamento da senhora infanta com el-rei da Grã-Bretanha. Donativo no Brasil para o dote e paz. Toma posse do reino o sereníssimo senhor Rei D. Afonso VI. Inabilidade e descuido que mostra no governo. Manda por governador do Brasil ao conde de Óbidos. Fundação dos religiosos de Santa Teresa na Bahia e em Pernambuco. Contágio das bexigas por todo o Estado. Cede o rei o governo e o reino ao sereníssimo senhor infante D. Pedro. Entra na posse dele com o título de príncipe-governador. Prisão de Jerônimo de Mendonça Furtado, governador de Pernambuco, executada por aquela nobreza e povo. Sucede ao conde de Óbidos no cargo Alexandre de Sousa Freire. Naufrágio da nau capitânia, e morte do general da armada da Bahia João Correia da Silva na costa do rio Vermelho. Desce o gentio bravo sobre a vila do Cairu com grande estrago. Sucede no Governo a Alexandre de Sousa Freire Afonso Furtado de Mendonça. Descobrimento e povoação das terras do Piauí. Guerra que faz aos gentios. Sua morte e elogio. Fundação das religiosas de Santa Clara. Voltam as fundadoras para Portugal depois de nove anos de assistência na Bahia.

FICOU PELO TESTAMENTO do rei nomeada a sereníssima senhora D. Luísa sua esposa por tutora dos senhores infantes seus filhos, e regente do reino na menoridade do príncipe seu sucessor. Dezesseis anos que contava de rainha em uma monarquia contrastada de tão poderosos contrários e tão vários acidentes, lhe deram experiências com que na absoluta regência do reino pôde com grandes acertos encarregar-se de todo aquele peso de que já sustentava tanta parte, assistindo com ânimo varonil e real a todos os conselhos a arbítrios sobre a defesa e regime do reino e das conquistas, a que se aplicava agora com tanto mais empenho quanto era maior a obriga-

ção, sendo as suas resoluções admitidas e aplaudidas em todas as cortes de Europa, e até naquelas menos interessadas na restauração de Portugal.

2. Tanto se desvelava no aumento da nossa América, que na maior opressão de Portugal, e na precisa ocasião que tinha o conde de Cantanhede (depois marquês de Marialva) governador das armas da província do Alentejo, de juntar exército para socorro da praça de Elvas (empresa que teve glorioso fim com a batalha das linhas), havendo pedido a infantaria que estava para vir com a armada para este estado, lha não quis mandar, por atender às conveniências dos moradores do Brasil, não sendo grande o prejuízo que lhes podia seguir de se demorar por causa tão justa um ano o comboio; mas nem naquele aperto permitiu a sereníssima senhora rainha que lhe faltasse este expediente, ou por afeto que tinha aos vassalos da América ou porque o seu real e valoroso ânimo entendera que podia conseguir a conservação do todo da monarquia sem dano de alguma porção dela; discurso que acreditou o sucesso, com a memorável vitória que ao mesmo tempo alcançaram os portugueses debaixo da sua regência contra os exércitos castelhanos.

3. Para suceder ao conde da Atouguia no posto de capitão-geral deste Estado elegeu a sereníssima senhora rainha regente a Francisco Barreto de Meneses, em prêmio das proezas que obrara na restauração de Pernambuco, sendo mestre-de-campo-general daquela guerra. Pela mesma causa fez ao mestre-de-campo André Vidal de Negreiros governador daquela capitania, cuja liberdade com tanto risco e valor conseguira; e para sossego e segurança de todas as conquistas e praças do Brasil solicitou com o maior cuidado por seu embaixador extraordinário Henrique de Sousa Tavares da Silva, então conde de Miranda e depois marquês de Arronches, uma paz firme com as Províncias-Unidas, tanto mais útil aos interesses dos vassalos do Brasil, quanto mais difícil de se ajustar pela indignação e sentimento em que as nossas vitórias tinham posto aos sócios e ministros da Companhia Ocidental e a toda sua nação, vendo perdido o lucro que tiravam das nossas províncias, a cujo domínio espirava, restituir-se quando as suas forças e o tempo lhes dessem lugar.

4. Com a mesma ânsia para reforçar a defesa de Portugal como cabeça do império, de cujo vigor pendiam os alentos de todos os membros

dele, procurou por Francisco de Melo de Torres, conde da Ponte, depois marquês de Sande, seu embaixador extraordinário em Inglaterra, a união da coroa inglesa pelo casamento da sereníssima senhora infanta D. Catarina sua filha com o sereníssimo Carlos II, monarca dos três opulentos e belicosos reinos, Escócia Inglaterra e Irlanda, restituído a eles pela nobreza e povo com o mais reverente aplauso, poucos anos depois que o tirânico governo do Parlamento os tirara com a cabeça (detestavelmente) a seu pai o infeliz Carlos I, legítimo e natural senhor daqueles próprios súditos que com horror da obediência e confusão da majestade o puseram em um cadafalso; conseguindo a senhora rainha nesta aliança e parentesco do novo rei muitas seguranças às conquistas e socorros a Portugal.

5. Ambas estas empresas conseguiu venturosamente, apesar das negociações, poder e indústria com que o rei de Castela com muitas embaixadas, repetidas instâncias e várias promessas tratava de as impedir nas cortes de Londres e de Haia, por lhe dificultarem estes tratados a conquista de Portugal; porém contrastando a todas estas fortes oposições a constância da senhora rainha regente, e não reparando em despesas pela glória do reino e bem dos vassalos, se lograram os seus desígnios, dando à Companhia Ocidental de Holanda, em ressarcimento das despesas feitas na guerra do Brasil, cinco milhões pagos em dezesseis anos, e em dote ao rei da Grã-Bretanha dois, satisfeitos em dois anos; sendo estas disposições bem recebidas não só pelos súditos, mas louvadas em todas as potências de Europa pelos príncipes e ministros independentes dos interesses de Castela.

6. Para satisfação de tanto empenho era preciso que concorressem o reino e suas conquistas; causa pela qual escrevera ao governador-geral Francisco Barreto de Meneses duas cartas, feitas ambas em quatro do mês de fevereiro do ano de mil e seiscentos e sessenta e dois; em uma o avisava da paz estabelecida com os Estados de Holanda, e do cômputo de cinco milhões que lhes prometera, pagos em dezesseis anos, em que se haviam de ir continuando os pagamentos até última satisfação.

7. Na outra carta o noticiava do casamento da senhora infanta D. Catarina ajustado com o sereníssimo rei da Grã-Bretanha, levando dois milhões em dote, para cuja satisfação tomando o reino sobre si (sem reparar no aperto em que o tinha posto a guerra) as sisas dobradas por tempo

de dois anos, ainda faltava para ajustamento do dote a importância de seiscentos mil cruzados; pelo que lhe ordenava pedisse a estes moradores contribuíssem também para aquele empenho, que igualmente vinha a resultar em benefício do Brasil com a segurança de Portugal, de quem, como de cabeça, pendiam todas as conquistas do reino. Em ambas estas cartas fazia vivas expressões da grande fidelidade e amor dos vassalos da nossa América, segurando ser-lhe sempre presente este novo serviço, para os ter na sua lembrança como tão beneméritos da sua atenção real.

8. Convocou o governador a palácio os senadores que aquele ano tinham o governo do corpo político da república, e propondo-lhes a carta e ordens reais, achou neles o agrado e zelo que a nobreza da Bahia sabe ostentar em todas as ações do serviço dos nossos monarcas. Responderam que proporiam a matéria no Senado da Câmara aos homens bons e da governança, com cujo parecer por direito e estilo se costuma tomar assento em negócios semelhantes, com assistência, beneplácito e concurso do povo, esperando que não houvesse dúvida mais que na forma em que se haviam de repartir por todas as províncias do Brasil os cento e vinte mil cruzados que se lançavam em cada um dos dezesseis anos sobre este Estado para a paz de Holanda, e os que haviam de contribuir para o dote de Inglaterra.

9. No dia seguinte chamaram os ditos senadores atuais as pessoas principais da governança e o povo, e lidas as cartas em presença de todos, considerando-se os urgentes motivos que fariam precisas e justas aquelas despesas, convieram em contribuir para elas, como tão leais vassalos, e nomearam seis pessoas que ajustassem com os vereadores no Senado e a forma e o cômputo do que devia tocar a cada capitania. Juntos os seis árbitros nas casas da Câmara com os oficiais dela atuais, resolveram todos que sobre os cento e vinte mil cruzados que se haviam de dar em cada um dos dezesseis anos para a paz de Holanda, se acrescentassem mais vinte mil cruzados em cada um ano para o dote de Inglaterra.

10. Tomou sobre si a Bahia, como cabeça da portuguesa América, a maior parte deles, que foram oitenta mil cruzados em cada um dos dezesseis anos, e repartindo-se os sessenta pelas outras trezes províncias, veio a importar em todas o donativo nos dezesseis anos, a cento e quarenta

mil cruzados por ano, dois milhões e duzentos e quarenta mil cruzados; e com festivas demonstrações se aplaudiram por todo este estado estas duas tão importantes notícias[1*].

11. Continuava Francisco Barreto de Meneses o governo-geral do Brasil, no qual teve pesadas dissensões com André Vidal de Negreiros, governador de Pernambuco, que topavam em desobediência das suas ordens, passadas em recurso de justas queixas dos moradores daquela capitania, por obrar com eles muitos excessos de violência, devendo-lhes todas as atenções da justiça e do favor por haverem sido seus companheiros na guerra, e André Vidal seu natural, nascido na Paraíba de honesta família, juntando a muitos escândalos o não dar cumprimento às resoluções do capitão-geral Francisco Barreto e a uma sentença desta Relação, negando às partes o apelaram a ela, desterrando, prendendo e privando dos ofícios aos que tratavam de a executar, e procedendo como absoluto e independente de outro poder com impropério da cabeça do Estado[2].

13. Seis anos havia que administrava o reino a sereníssima senhora rainha D. Luísa, com os acertos próprios do seu real talento, a que justamente se atribuíam as felicidades de Portugal nos progressos da guerra, e do Brasil no benefício da paz; e quando a sua singular regência fazia tão necessária a continuação do seu domínio, quanto era universal o aplauso do seu governo, tomou as rédias da monarquia o sereníssimo senhor rei D. Afonso VI, com maiores desejos de a possuir que disposições para a governar, porque as suas distrações, impróprias da majestade, o traziam tão apartado dos cuidados de que necessitava a administração do reino, como dos remédios de que careciam as suas contínuas enfermidades, entregando-se todo só aos seus juvenis divertimentos, dos quais o respeito da senhora rainha D. Luísa sua mãe fora embaraço, ainda que não pôde ser freio.

14. Posto no trono el-rei, lançou o peso de tanto império sobre os ombros de um valido, proporcionados a tamanha carga pelas grandes qualidades que concorriam na pessoa e talento de Luís de Sousa de Vasconcelos, conde de Castelo Melhor; porém como era único móbil da máquina da monarquia, sentia os tribunais e a nobreza verem-se constrangidos a

---

* As notas deste Livro sexto acham-se da p. 291 à p. 295.

obedecer às resoluções que não eram filhas naturais, senão adotivas do seu monarca: causa pela qual começaram logo as queixas, agravando-as sempre os ilícitos exercícios d'el-rei, com escândalo dos vassalos e perigo iminente do reino, cuja ruína em breves anos (como diremos) trataram de obviar os pais da pátria, grandes e ministros do reino, antes que o mal da república, fomentado das diligências de Castela, tivesse lançado tão profundas raízes que fizessem impossíveis ou inúteis os remédios.

15. Por sucessor de Francisco Barreto de Meneses, que tinha governado seis anos, enviou o rei D. Afonso VI a D. Vasco Mascarenhas, conde de Óbidos, governador das armas da província do Alentejo, vice-rei da Índia, do Conselho de Estado, e segundo vice-rei e capitão-geral do Brasil. Havia sido na Bahia mestre-de-campo de um terço, do qual passara a general da artilharia, e no ano de mil e seiscentos e trinta e nove, em que veio por capitão-geral deste Estado D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, depois de assistir seis meses na Bahia, saindo dela a restaurar Pernambuco com a grande armada que para esta empresa trazia (e teve o sucesso que havemos escrito no quarto livro desta história), o deixou por governador da Bahia, a quem sucedeu no ano seguinte de mil e seiscentos e quarenta D. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão, do Conselho de Estado, e primeiro vice-rei e capitão-geral do Brasil, como temos mostrado.

16. No ano de mil e seiscentos e sessenta e cinco, segundo do governo do conde vice-rei, vieram fundar casa na Bahia os filhos da gloriosa madre Santa Teresa de Jesus, aquele portento da santidade e prodígio do entendimento, a quem os arpões do amor divino trespassando o coração, lho deixaram vivo para animar pelo mundo cristão a toda a sua sagrada família desde o convento de Ávila, onde está respirando alentos. Foi o primeiro prior o reverendo padre Frei José do Espírito Santo, conduzindo por companheiros e conventuais para a fundação aos reverendos padres Fr. Manuel e Frei Inocêncio de Santo Alberto, Frei João das Chagas e o irmão Francisco da Trindade; em todos resplandecia o espírito da reforma da sua insigne e santa instituidora na observâcia dos seus estatutos e no exemplo da sua penitência, com grande aproveitamento das almas na Bahia, e geral aceitação e aplauso de todos os moradores dela e do seu recôncavo, concorrendo com grandiosas esmolas para fabricarem a sua igreja e casa.

17. Edificaram primeiro um pequeno hospício no sítio a que chamam Preguiça, sumamente agradável e vizinho ao mar. Era devotíssimo santuário, onde florescendo aqueles religiosos em todo o genro de virtudes, faziam uma vida evangélica; estando no coração da cidade, pareciam habitantes do ermo, e ao mesmo tempo não faltavam ao concurso dos fiéis, ou na sua igreja, ou conduzidos às casas dos enfermos onde era necessária a sua assistência, solicitada com a ânsia de todos os que se achavam em perigo de morte, dos quais alcançavam muitos a saúde pela sua intercessão com Deus e com sua mãe santíssima Nossa Senhora do Carmo.

18. Pelo curso do tempo aumentando-se as esmolas, erigiram em outro lugar vizinho ao primeiro, porém mais eminente e elevado, com vistas do mar mais dilatadas, um suntuoso convento dos maiores que tem a sua província de Portugal, com grandíssima e bem cultivada cerca, e com estes cômodos cresceu a sua comunidade em número de frades. Tiveram pelo sertão várias missões, das quais conservam ainda a de Maçarandupió, em que têm uma igreja do glorioso padre S. João da Cruz[3].

19. Muitos anos depois da sua fundação na Bahia fizeram outra em Pernambuco, levantando um convento no lugar em que o deixamos escrito no livro segundo; sítio solitário por falta de moradores e só frequentado pelos caminhantes, que acham naquele passo este refúgio para lhes franquear os sacramentos e sacrifícios, quando por vários acidentes ou por devoção os buscam naquele caminho. Ao referido convento se passam hoje os religiosos velhos, que fogem do bulício da Bahia, e naquele retiro acabam em vida eremita e contemplativa, não lhes fazendo falta o exemplo e regularidade dos mais austeros do reino, para onde já não podem voltar por haverem gasto muitos anos da idade no Brasil e Angola, onde têm outra grande casa e muitas missões pelos presídios daquele reino, com notória utilidade das almas dos seus moradores, e geral contentamento e aplauso daqueles povos.

20. No mesmo ano e no seguinte de mil e seiscentos e sessenta e seis experimentou o Brasil uma das maiores calamidades que padecera desde o seu descobrimento e conquistas, precedendo um horroroso cometa, que por muitas noites tenebrosas ateado em vapores densos ardeu com infausta luz sobre a nossa América, e lhe anunciou o dano que havia de sentir: porque ainda que os meteoros se formam de incêndios casuais em

que ardem os átomos, que subindo da Terra chegam condensados à esfera, as cinzas em que se dissolvem são poderosas assim a infeccionar os ares para infundirem achaques, como a descompor os ânimos para obrarem fatalidades; tendo-se observado que as maiores ruínas nas repúblicas e nos viventes trouxeram sempre diante estes sinais: tal foi o que apareceu no Brasil um ano antes dos estragos que se lhe seguiram.

21. Outro acidente extraordinário experimentou naquele próprio tempo a Bahia, jamais vista nela, crescendo por três vezes em três alternados dias, o mar, com tal profusão de água que atropelou os limites que lhe pôs a natureza, dilatando as ondas muito além das praias, e deixando-as cobertas de inumerável pescado miúdo, que os moradores da cidade e dos arrabaldes colhiam, mais atentos ao apetite que ao prodígio, ufanos de lhes trazer o mar voluntário e prodigamente tão copioso tributo, sem considerarem que quando saem da ordem natural os corpos elementares, padecem os humanos, e causam não só mudanças na saúde e ruínas nas fábricas materiais, mas nos impérios. Todos estes avisos ou correios precederam ao terrível contágio das bexigas que então veio sobre o Brasil, de que daremos breve e lastimosa notícia.

22. Era mui raro e poucas vezes visto em a nossa América este achaque; e sendo mais natural aos humanos que todos os outros (pois os médicos lhe deduzem a causa dos ventres maternos, donde querem que tragam, todos este tributo àquele mal), morriam os moradores de cento e mais anos sem o chegarem a ter: porém no referido tempo veio sobre eles com sintomas da mais forte epidemia e do mais voraz contágio. Principiou pela província de Pernambuco e acabou na do Rio de Janeiro, posto que com menor força nas províncias do Sul, por ter despendido os maiores ímpetos nas do Norte.

23. As casas que contavam nas suas famílias de portas a dentro o número de quarenta ou cinquenta pessoas, não tinham uma sã que pudesse curar das enfermas, nem sair a buscar os remédios e chamar os médicos, os quais não podiam acudir às inumeráveis partes para onde eram solicitados, e não atinavam nas medicinas que haviam de aplicar, porque com incerto efeito experimentavam sararem uns das que outros morriam, com que tudo era confusão e sentimentos.

24. Andavam os irmãos da Casa da Santa Misericórdia levando pelas particulares os medicamentos e o sustento de que careciam, conduzindo com os esquifes os mortos, quando não eram pessoas de distinção, para lhes darem sepultura nos adros, porque já não cabiam nas igrejas. Os religiosos de todos os conventos sem serem chamados se introduziam aos enfermos para o sacramento da Penitência, e aos párocos, com menos culto por falta de gente que acompanhasse, levavam o sacrossanto da Eucaristia por viático e juntamente o da santa Extrema-Unção aos necessitados destes divinos tesouros da Igreja.

25. Em tanto estrago luzia a piedade e grandeza do conde vice-rei, que com incessante cuidado, assistência à despesa visitava aos enfermos e mandava aos pobres tudo o que lhes era necessário, devendo esta caridade ao seu ânimo e ao seu sangue (ambos esclarecidos), e pode remediar muita parte desta ruína, que se foi moderando na cidade com o seu zelo e com a sua diligência, sempre pronta a favor dos vassalos deste Estado.

26. Pelos recôncavos foram tanto mais penetrantes os estragos, quanto era maior a falta dos remédios e dos médicos, morrendo os enfermos antes que da cidade, aonde recorriam, lhes fossem as receitas e as medicinas; e constando a maior parte dos habitantes de escravos para as fábricas dos engenhos, fazendas e lavouras, houve alguns senhores destas propriedades, que perdendo todos os que tinham, ficaram pobres e não puderam em sua vida tornar a beneficiar as suas possessões, ficando em muita necessidade algumas famílias nobres que possuíram grandes cabedais. Seguiu-se depois uma geral fome, que alguns anos padeceu o Brasil, por faltarem os cultores das plantas e sementeiras e dos outros gêneros precisos para alimentar a vida, sendo tão considerável e geral esta ruína, que ainda hoje se experimentam os prejuízos e consequências dela.

27. Havia o senhor rei D. Afonso algum tempo depois de se achar na posse do governo, com aquela desordem de que eram causa não só o discurso próprio, mas o estímulo alheio, feito insinuar à senhora rainha D. Luísa sua mãe ser conveniente que se retirasse do poço, o que ela executou em breves dias, com superior constância a todos os golpes da fortuna, conservando no desprezo desta desatenção aquela inalterável generosidade

e grandeza do ânimo real de que era dotada: porque não perde nada do seu resplendor o sol, quando sai da casa de Jove.

28. Recolheu-se com algumas ilustres senhoras portuguesas, que voluntariamente lhe quiseram assistir, ao convento que edificava para as religiosas de Santo Agostinho no sítio de Grilo, onde livre dos embaraços do século passou em divina contemplação, com admirável exemplo de virtudes, santamente o resto daquela vida benemérita de mais larga duração: porém, não querendo Deus dilatar-lhe a posse de melhor coroa, a levou para si, sendo os seus merecimentos mais que os seus anos, aos cinquenta e três da sua idade, em vinte e sete de fevereiro de mil seiscentos e sessenta e seis.

29. Foi filha dos excelentíssimos D. Manuel de Gusmão e D. Joana de Sandoval, duques de Medina Sidonia, casa e família tão esclarecida como antiga, das superiores em Espanha por esplendor de sangue e das primeiras por caráter de grandeza, aparentada com os augustos monarcas de Castela e Portugal, sendo a senhora D. Luísa a segunda duquesa que aquela grandíssima casa dera à sereníssima de Bragança, havendo sido a primeira, a senhora D. Leonor, filha do excelentíssimo D. João de Gusmão, terceiro duque de Medina Sidonia, esposa do sereníssimo senhor D. Jaime, quarto duque de Bragança, de cujo real consórcio nasceram o senhor D. Teodósio I, seu sucessor, e a senhora D. Isabel, que casando com o sereníssimo senhor infante D. Duarte, foram pais da sereníssima infanta duquesa a senhora D. Catarina, que levou àquela augusta casa o direito mais próximo ao que já tinha para suceder na coroa.

30. Com generosas ações desempenhou a senhora rainha D. Luísa as obrigações do seu alto nascimento, sendo o seu real talento tão varonil, que na perplexidade em que se achava o senhor rei D. João quando lhe ofereciam repetidas vezes a coroa, ponderando a difícil empresa a que se expunha o grandíssimo estado que arriscava, a inconstância dos homens, a debilidade dos povos, a falta de soldados, disciplina e dinheiro, que são as três potências da alma dos exércitos, sendo precisos quatro para defenderem tantas léguas de fronteira do formidável poder de Castela, esta sereníssima rainha o fez aceitá-la.

31. Aclamado el-rei, com tanta atividade se houve a real consorte em lha sustentar na cabeça, que em todas as disposições da defensa do

reino em que se lograram os melhores sucessos, teve a maior parte. Depois na regência dele mostrou qualidades tão próprias para governar impérios, que receando Portugal pela morte do seu monarca iminentes ruínas, as virtudes e acertos da sereníssima senhora rainha D. Luísa chegaram a conseguir que de tão grande perda se não seguisse falta, sendo tão venerado o seu domínio, quanto há de ser eterna a sua saudade.

32. Cresciam em el-rei D. Afonso os excessos, e não tinham melhoria as enfermidades que o privavam não só dos acertos do discurso, mas das esperanças da sucessão, impossibilidade que se confirmou com os desposórios da sereníssima rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, princesa de Nemours em França, descendente por duas linhas femininas dos cristianíssimos reis daquela coroa, e por varonia dos sereníssimos duques de Saboia. Faltava-lhe o senhor rei D. Afonso com as atenções e respeitos que se lhe deviam, por fazer estimação dos seus ilícitos divertimentos, e das pessoas vis que neles o acompanhavam, com escândalo da majestade e sentimento do reino.

33. Não podia moderá-lo entendimento da senhora rainha, depois de apurar todos os meios para a sua conservação. Por estas causas, e obrigada da sua consciência (não havendo tido efeito o matrimônio), se retirou do paço para o convento das religiosas da esperança, pondo em tela de juízo o seu divórcio com o rei e pedindo o seu dote, para voltar livre a França em umas naus de guerra que daquele reino chegaram com diversos fins ao porto de Lisboa.

34. Vendo os vassalos vizinha a ruína da república, e que se exacerbava o mal na dilação do remédio, trataram de lho dar com a presteza de que carecia a necessidade dele. Foram os Três Estados do reino, o Conselho de Estado e os outros tribunais juntos em forma de Cortes a palácio, e representaram ao rei a incapacidade que tinha mostrado para governar a monarquia, não havendo aproveitado as humildes súplicas que por muitas vezes lhe fizeram, para que se apartasse dos exercícios e pessoas que o divertiam do cuidado do governo e das obrigações de rei; causas que os punham em precisão de lhe pedirem fosse servido encarregar voluntariamente a administração do reino ao sereníssimo senhor infante seu único irmão.

35. Representavam-lhe que no entendimento deste príncipe, no seu singular ânimo e talento concorriam todas as virtudes reais que se requeriam para o governo dos impérios, e que Sua Majestade devia encarregar-lhe o cuidado da monarquia, sem esperar que eles, representando a autoridade do reino, obrassem o que em semelhante apertos e causas se praticara em vários tempos em França, Inglaterra, Germânia e no mesmo Portugal, quando pela incapacidade do Rei D. Sancho II se entregara o governo do reino ao conde de Bolonha seu irmão depois Rei D. Afonso III.

36. Grande repugnância acharam os conselheiros em o rei para se conformar com esta proposição, posto que lhe não era oculto o descontentamento e queixa que nos seus ministros e vassalos causavam os seus irremediáveis descuidos, e conhecendo que aquele concurso de tribunais se encaminhava a maior efeito do que podia caber na esfera dos rogos, assentiu na renúncia, e fez desistência da monarquia na sereníssima pessoa de seu irmão o senhor infante D. Pedro e em todos os seus legítimos descendentes, separando no mais seguro e pronto das rendas dela cem mil cruzados em cada um ano para os seus gastos, e que deles poderia testar por sua morte, determinação que mandou ao senhor infante por decreto com a sua firma real, passado em vinte e três de novembro do ano de mil e seiscentos e sessenta e sete.

37. De tão justas causas, dos clamores gerais do reino e das repetidas instâncias dos vassalos obrigado o sereníssimo senhor infante D. Pedro, se encarregou do governo com o título de príncipe governador: ação que ficou mais legal com a renúncia e cessão que dele lhe fez o senhor rei D. Afonso seu irmão. Eram no senhor D. Pedro as virtudes mais que os anos, e mais maduro que idade o talento, cultivado em todos os exercícios reais na sua singular educação. Sacrificou todos os seus cuidados à monarquia, sendo uma das suas primeiras ações conceder aos castelhanos a paz que pediam.

38. Foi tão própria da sua grandeza esta felicidade, que assim como o filho de Deus a trouxe no princípio da sua vinda ao mundo, a deu o senhor príncipe D. Pedro no ingresso da sua regência a Portugal, que trazendo com Castela guerra mais cruel que a púnica entre Roma e Cartago, entrou no domínio fechando as portas a Jano, e franqueando o suspirado sossego a toda Espanha.

39. Esta paz se fez mais gloriosa aos portugueses pela circunstância de ser com muitas instâncias pedida dos castelhanos, e conhecer a Europa que se achava Portugal em tal auge e com tal regente, que podia o senhor Príncipe D. Pedro concedê-la ou negá-la à sua vontade, sendo o dar a paz e a guerra a próprio arbítrio toda a grandeza a que pode chegar o maior poder. Não usou de outros termos para encarecer o da sua república um embaixador romano, mais que com dizer aos cartagineses na guerra de Sagunto, que na sua mão estava o dar-lhes a paz e a guerra quando quisesse. O mesmo parece quis mostrar outro também Pedro, único deste nome entre os duques de Saboia, que indo fazer homenagem ao imperador Conrado IV, se lhe apresentou com misterioso adorno vestido com divisas de paz e com sinais de guerra.

40. Grande foi a utilidade que receberam os povos de uma e outra monarquia pelo benefício de paz; porque com ela se lavram os campos, se aumentam as povoações, se enobrecem as cidades, se apuram as ciências, crescem as escolas, e florescem todas as outras artes necessárias na república, as quais aos ecos dos canhões e ao estrondo das caixas se descompõem, se arruínam, se atrasam e afugentam, por ser a guerra um monstro tragador do gênero humano, estrago das criaturas racionais e insensíveis, e (ainda entre católicos) torrente e inundação de delitos e sacrilégios; porque nem todos os capitães têm o zelo de Alarico, que no saques se punha com a espada na mão à porta dos templos, a defender que se não cometessem desacatos.

41. E posto que em todas as regiões do mundo possa a guerra fazer famosos os seus capitães, não faz os seus príncipes mais amados. Não foi tão grato aos romanos Augusto pelas vitórias que alcançou para adquirir o império, como pela paz que logrou na última e maior porção do tempo do seu domínio. Não conseguiram mais glória Trajano, Alexandre Severo e outros guerreiros imperadores que Adriano, o qual se gloriava de não haver feito guerras, e de compor todas as que achara movidas e continuadas pelos seus antecessores. Quanto mais agradável será aos povos de Borgonha a memória do seu Filipe, que em tanta paz os conservara, que a de Carlos, que com tão numerosos exércitos os perdeu com a vida e diminuição dos seus estados!

42. Entre os senhores reis de Portugal não foram mais famosos os Afonsos e Sanchos armígeros e batalhadores que um Manuel e um João III, que não desembainharam a espada senão contra idólatras e sectários, em aumento e extensão da fé católica, e um glorioso rei o senhor D. João IV, de saudosa memória, que a empunhou em defensa do seu direito à coroa e da liberdade da pátria, usurpada uma, e outra oprimida do domínio e jugo castelhano, com tanto maiores quanto mais domésticas hostilidades; mostrando Deus a justiça da causa de Portugal, e a continuação da sua divina promessa nas vitórias que ao rei e a seus sucessores dera, continuando-lhe o império na sua real descendência, para o glorioso fim de dilatar o seu santo nome pelas partes mais remotas, e ser a maior de todas as monarquias que viu o mundo gentílico e verá o mundo cristão.

43. Apressava a sereníssima senhora D. Maria Francisca Isabel de Saboia a sua volta à França, com a sentença do seu divórcio proferida aos vinte e quatro de março de mil e seiscentos e sessenta e oito pelos juízes que lhe nomeara o cabido na sede vacante em que se achava a corte, e pedia os seiscentos mil cruzados que trouxera de dote, os quais se haviam gasto nas despesas da guerra, e não estava o reino em tempo nem disposição de os poder juntar tão brevemente. Sentiam os vassalos a ausência que dispunha a rainha, por ser amada em toda a monarquia; e considerando se não devia dilatar a sucessão do sereníssimo senhor Príncipe D. Pedro o tempo que era preciso para se ajustar o seu casamento com outra princesa, nem cabedais para a conduzir com novos gastos e demonstrações devidas, não havendo em Europa então (da mesma idade hábil do matrimônio) alguma de mais heroicas virtudes nem mais digna do tálamo real, pediram com repetidas súplicas os tribunais, a nobreza e o povo ao príncipe e elegesse por esposa, fazendo todos à rainha as mesmas amorosas e reverentes instâncias.

44. Conformando-se com o sentimento geral do reino pelas referidas causas o senhor Príncipe D. Pedro e a senhora Rainha D. Maria, e impetrando do cardeal de Vendôme, que se achava em França legado *a latere* com grandes poderes do pontífice, a dispensa do único impedimento, que era o de *publicae honestatis*, para poderem contrair o matrimônio, alcançada, se desposaram com universal aplauso de todos os seus vassalos, e logo para maior segurança das suas consciências recorreram ao pontífice Clemente IX pela confirmação, que lha concedeu com amplíssimas cir-

cunstâncias; sendo este fato o primeiro em que depois de vinte e sete anos de rogos, humilhações e diligências, conhecera a soberania de Portugal independente do domínio de Castela, contra o que em todo este tempo se tinha obrado naquela cúria por razões de estado desde a feliz aclamação do senhor Rei D. João IV.

45. O paternal afeto do Sumo Pontífice resplandeceu depois mais com a obediência que lhe mandou dar o príncipe D. Pedro pelo seu embaixador extraordinário D. Francisco de Sousa Telo de Meneses, conde do Prado e marquês das Minas, cujas virtudes, qualidade e talento o fizeram benemérito deste e de outros grandíssimos empregos. Foi esta embaixada de tanto agrado àquela cúria, como o mostrou o pastor universal da Igreja, recolhendo com amorosos júbilos ao seu rebanho as fiéis e constantes ovelhas lusitanas, que tantos anos não admitiram ele e os seus antecessores, em maior crédito da nossa constância na religião católica e da obediência dos nossos monarcas tão repetidas vezes reiterada quantas (por causas políticas) mal recebida.

46. Governava a província de Pernambuco Jerônimo de Mendonça Furtado, mais atento ao seu interesse que à sua obrigação; todos os meios que conduziam para as suas conveniências lhe pareciam lícitos; não ouvia os clamores do povo, desprezava as pessoas principais, que por nascimento e fidelidade lhe mereciam diferente tratamento. Sentiam os pernambucanos ver nele um procedimento tanto mais absoluto e contrário quanto mais prontos e conformes os achava na sua obediência; os obséquios com que aqueles súditos o tratavam faziam avultar mais os escândalos que dele recebiam, devendo ser o maior motivo para obrar com prudência e justiça o culto que se lhe dedicava, porque como o respeito que os vassalos do Brasil têm aos seus governadores chega a parecer idolatria, não devem proceder como homens os que vêm a ser venerados como deidades.

47. Cresciam em Jerônimo de Mendonça as desatenções, na nobreza as queixas, e no povo as iras, até que expondo-se a uma ação tão indesculpável como temerária, se resolveram a prendê-lo em satisfação dos agravos que lhes fazia, sem atenderem a que deste fato lhes podia resultar mais castigo que vingança; e tendo prevenidos os dois terços da infanteria paga para que não fizessem movimento algum, interessando-os também na

causa pública, juntando-se por várias partes da cidade de Olinda as pessoas principais, e por outros lugares a maior parte do povo, se encarregou a execução a André de Barros Rego, que aquele ano era juiz ordinário do senado da Câmara e representava a cabeça do corpo político de Pernambuco, acompanhando-os os vereadores atuais daquele Senado, e todos conformes na resolução da qual entendiam serem justíssimas as causas, posto que nelas fossem partes os mesmos que se determinavam a ser juízes.

48. Dispostas as coisas conducentes a tão estranha empresa, a executaram com maior facilidade da com que a resolveram. Saía o governador de palácio ao seu passeio, bem fora de imaginar o que lhe havia de acontecer, posto que o pudera presumir, assim por lhe não ser oculto o justo ódio que todos lhe tinham, como porque a sua própria consciência o devia acusar; e chegando a ele o juiz ordinário André de Barros Rego, lhe disse que se desse por preso; perguntou-lhe o governador alterado, quem tinha poder para o prender? Respondeu o juiz que em nome do rei, a nobreza e o povo de Pernambuco; empunhou colérico o governador a espada, e fizeram o próprio uns criados e oficiais que o acompanhavam, os quais foram logo maltratados e presos pelas pessoas principais, que em continente saíram dos lugares em que estavam postos, sendo ajustados do povo que já se achava junto em grande número.

49. O juiz André de Barros Rego, com sossego de ânimo ainda maior que a empresa, disse ao governador Jerônimo de Mendonça Furtado quando o viu pôr mão na espada que se abstivesse daquele impulso, porque se a chegasse a desembainhar, perderia a vida, sem que ela lha pudesse defender daqueles moradores, que por tantas razões lhe desejavam a morte, e por não poderem tolerar as ofensas que lhes fazia se livraram do seu domínio por aquele meio, ainda que violento, esperando da retidão do nosso monarca e da lealdade com que os pernambucanos serviram sempre ao aumento da sua real coroa, restituindo-lhes aquelas províncias que lhe tinham usurpadas os holandeses, veria as causas que os obrigavam a eximir-se de um governo não menos tirânico que o dos hereges. Deu-se o governador por preso, e com as culpas que lhe formaram, o remeteram para Lisboa.

50. À ousadia dos pernambucanos serviu muito a desgraça de Jerônimo de Mendonça, porque pouco tempo depois de chegado à corte foi posto em uma áspera prisão por indícios de cúmplice na traição de seu irmão Francisco de Mendonça Furtado, alcaide-mor de Mourão, que fugiu para Castela e foi degolado em estátua, confiscada para a coroa a sua ilustríssima casa, da qual pelo curso de muitos séculos em sucessivos tempos saíram insignes varões em valor, fidelidade, serviço do rei e da pátria, famosos progenitores de que este último possuidor tinha degenerado. A Jerônimo de Mendonça não acharam prova para semelhantes execução, e metido a tratos, negando a cargo que se lhe fazia, foi por sentença condenado a perpétua prisão em uma fortaleza da Índia, onde morreu[4].

51. Por este acidente, faltando parte tão poderosa aos pernambucanos, não foram castigados como mereciam pelo procedimento que com Jerônimo de Mendonça, seu governador, tiveram (a todas as luzes detestável) com prejudicial exemplo dos súditos e escândalo da suprema regalia monárquica, que tem a soberania de castigar aqueles a quem transfere o poder e a representação para governarem os seus domínios e serem obedecidos dos seus vassalos, não podendo os súditos a próprio arbítrio punir e tirar governadores pelas mais justificadas queixas, nem devendo ter nelas outra ação que a de recorrerem ao príncipe ou ao capitão-geral do estado, seu lugar-tenente, como no governo de André Vidal de Negreiros recorreram a Francisco de Meneses, que procedeu com atenção àqueles moradores, na forma que temos mostrado; porém, ou os seus ânimos tinham degenerado da primeira modéstia, ou a fatalidade que se aparelhava para Jerônimo de Mendonça, quis principiar com este prelúdio.

52. Ao vice-rei D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos (depois de cinco anos de admirável governo) sucedeu no de mil e seiscentos e sessenta e oito, com o posto de governador e capitão-geral, Alexandre de Sousa Freire, ilustre por qualidade e por serviço; exercera em Portugal postos competentes aos seus merecimentos, e em África o de governador da praça de Mazagão, onde contra os infiéis tivera sucessos felizes, conseguindo com fortuna as empresas que intentara com valor. Na Bahia, entendendo que pelo sossego que lograva o Estado não carecia de lhe aplicar o mesmo cuidado e atividade, ou embaraçado das enfermidades que padecia (com tão contínua queixa que quase sempre se achava enfermo),

se não empregava nas disposições do governo com aquele vigor que pudera mostrar, a ver-se livre dos achaques que o oprimiam. Por esta causa descansava na diligência de um seu favorecido, em quem havia talento para lhe aliviar o trabalho, mas por vários acidentes foi menos plausível na Bahia o seu governo.

53. Continuava a Junta do Comércio em mandar (na forma que temos escrito) cada ano a sua armada à Bahia, conduzindo os navios que vinham para todos os portos do Brasil, e na altura deles lhes ia encaminhando, recolhendo-os na volta e levando-os em conserva para Portugal, providência de que resultava a segurança das embarcações, porque, posto que lográvamos já o fruto da paz dos holandeses, não faltavam piratas e levantados de outras nações, que observando as nossas frotas, buscavam ocasião de satisfazer a sua ambição com as riquezas das nossas naus, não sendo menos cobiçosos delas os corsários de África, que continuamente armavam a este fim os seus navios.

54. De todos estes perigos livravam os nossos na defesa da armada: por general dela nomeava sempre el-rei pessoas de muita suposição, valor e prática do exercício militar e marítimo. Com este emprego vieram ao Brasil talentos grandes, e no ano de mil e seiscentos e sessenta e nove trazia este cargo João Correia da Silva, depois de exercer honrados postos nas guerras do reino, em que desempenhara com muitos créditos as obrigações do seu ilustre nascimento.

55. Saiu do Tejo (para não tornar a ele) em o galeão *Sacramento*, capitânia daquela armada, um dos melhores baixéis que então havia em Portugal, acompanhado da *Almirante*, da *Fiscal* e de outras naus de guerra, conduzindo mais de cinquenta navios mercantis para os portos da nossa América. Trazia a capitânia oitocentas praças, nas quais se contavam pessoas de distinção, porque havendo cessado as campanhas do reino pela paz ajustada o ano antecedente com Castela, quiseram vir naquela ocasião ao Brasil.

56. Eram mais de duzentos os passageiros de vários estados, clérigos, religiosos de diversas ordens e ministros de justiça que vinham com exercício para a Bahia, fazendo parecer a nau uma república portátil e um povo de mais de mil almas. Navegavam todos alegres, lisonjeando a sua

ruína com repetidas demonstrações de gosto, menos o general, em quem (segundo a informação dos que escaparam do naufrágio) se observara uma indiferente inclinação ou sentimento: seria autoridade, mas pareceu presságio.

57. Avistou a nau capitânia a Bahia, indo a sepultar-se o sol e caminhando a fenecer o dia; e devendo fazer-se ao mar, quis naquele crepúsculo vencer a distância que havia dali à barra, por demasiada confiança ou pouca experiência dos seus pilotos, os quais não governaram ao este e ao es-noroeste para dar resguardo ao baixo de Santo Antônio, que por espaço de quase uma légua vai correndo para o sueste, e fica fronteira à costa que chamam do rio Vermelho (por uma das duas bocas do Camoregipe, que com aparência desta cor faz trânsito ao mar por aquele parte), em cujo inconstante teatro representando o galeão a sua fúnebre tragédia, naufragou lastimosamente.

58. Entrou a noite carregada de sombras, enviando trevas a ambos os horizontes; pôs-se nublado o céu, sem descobrir estrelas que pudessem refletir nas águas. A pouca luz mal dispensada dos faróis não era poderosa a mostrar rumo aos náufragos, que já sobre troços e despojos da nau flutuavam entre as ondas: os tiros dos canhões tinham servido mais de horror que de remédio, posto que sendo confusamente ouvidos na fortaleza de Santo Antônio, disparou muitos para avisar a cidade.

59. Prevenido destes sinais o governador e capitão-geral Alexandre de Sousa Freire, entendendo ser evidente perigo de alguma das naus da armada, que já tinha sido descoberta pelas atalaias do capitão da vigia (cuja obrigação é mandar aviso aos governadores dos navios que aparecem), enviou logo com a pressa que permitia a confusão da noite, em quantas embarcações ligeiras se acharam na Ribeira, práticos da barra e pessoas inteligentes da navegação, com os instrumentos, cabos, amarras, enxárcias, gente e todo o necessário com que se pratica acudir em semelhantes perigos. Era grande a distância do porto ao lugar do naufrágio, e não lhes foi possível chegarem senão ao romper do dia, que saiu a mostrar o estrago, havendo-se antes retirado por não ver o conflito.

60. Acharam feita em pedaços a nau, e grande número de corpos, uns ainda vivos vagando pelos mares, outros jazendo já mortos nas areias; estragos que testemunharam os que o governador Alexandre de Sou-

sa enviara para remediar o perigo, e só salvaram as vidas algumas pessoas, às quais pôs em salvo a sua fortuna e a diligência dos pescadores daquelas praias, que com grande piedade e zelo cristão, por estarem mais próximos, as recolheram nas suas jangadas e canoas (pobres embarcações ligeiras da sua pescaria), e algumas poucas que sobre tábuas piedosamente despedaçadas no seu remédio se puseram em terra.

61. Entre estas se faz digna de memória a notícia de um menino de oito anos, que depois de estar seguro no porto não queria largar das mãos uma pequena tábua em que se salvara, dizendo que quando seu pai o lançara sobre ela ao mar, lhe dissera que se largasse havia logo de morrer. Tal era a inocência do menino, e tão materialmente entendeu a advertência do pai, que não largava a tábua depois de conseguido o fim para que dera-lhe. Do sucesso que teve o pai não há notícia.

62. Tinha acudido por terra o mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito (pessoa de quem logo a nossa história fará precisa e decente menção) com muitos oficiais e soldados do seu terço, em que fora provido pelo capitão-geral Alexandre de Sousa; chegou àquela costa, e se não pôde a sua zelosa diligência e da sua gente obrar nada em remédio do perigo, fez muito na caridade com os mortos, mandando dar-lhes sepultura; e buscando com especial cuidado, o corpo do general João Correia da Silva, o achou e fez conduzir a sua casa, donde lhe deu sepultura no convento dos religiosos capuchos de Santo Antônio da cidade da Bahia, com geral e solene enterro, em que competiram a sua piedade e a sua riqueza.

63. Este fim teve João Correia da Silva na mais florida estação dos seus anos. Na sua vida se perderam muitas esperanças, pois as provas do valor que fizera no serviço do rei e da pátria, eram credoras de grande expectação e de melhor fortuna. A sua perda fez maior grandeza e desgraça do naufrágio, que fora um dos mais lastimosos espetáculos que viram os mares da Bahia. Por todas as praias dela e de toda aquela costa se puseram guardas, que recolheram muitas arcas, caixões e coisas várias; e conhecidos os donos, se entregaram aos que escaparam os que lhes pertenciam; e os que tocavam aos mortos recolheu o juízo dos ausentes, para dispô-los na forma do seu regimento.

64. Costumava o gentio bravo do sertão da Bahia dar repentinos assaltos sobre algumas povocações remotas da cidade, com estrago das vidas e lavouras daqueles moradores, sendo mais contínuos e causando maior dano na vila do Cairu, pela muita gente que a habitava, em cuja defesa se fizera uma estância em lugar oportuno, em que assistia uma companhia de infantaria paga do presídio da cidade, que de três em três meses se mandava mudar por turno, com alternativa de ambos os terços, servindo de freio aos gentios.

65. Por esta causa não davam com tanta frequência, ou o faziam com maior temor. Chegou a nomeação à companhia do capitão Manuel Barbosa de Mesquita, em que viera provido de Lisboa no ano de mil e seiscentos e setenta, e havia pouco meses que exercia o posto. Partiu para a referida estância, e esperando sucessor, por haver já completo o termo do tempo consignado, como tinha cheio o da sua vida, não pôde obviar a sua desgraça.

66. Chegou naqueles dias um de preceito, em que na matriz da vila se fazia festa anual das mais solenes daquela paróquia, à qual concorreram, como costumavam, com suas mulheres e filhas os moradores, mais vestidos que armados, indo a festejar a celebridade, bem fora do receio de pelejarem com os gentios, os quais nunca tinham chegado àquele lugar, e na presente ocasião variando o terreno das suas entradas, vieram a dar sobre ele, quiçá por saberem a solenidade do dia, e que naquele concurso desacautelado podiam fazer maiores hostilidades. Chegaram em multidão inumerável, rompendo os ares com os ecos dos alaridos e instrumentos bárbaros com que costumam entrar nas suas batalhas; o ministro paroquial e as pessoas que estavam na igreja, naquele inopinado caso acudiram a fechar-lhes as portas.

67. Neste acidente o capitão Manuel Barbosa de Mesquita, que se achava nela com sete soldados, os quais da estância foram com ele a satisfazer o preceito da igreja, a mandou abrir, e com valor temerário saiu, sendo tão desigual o seu partido como certa a sua ruína e a daqueles soldados, porque os moradores que ali se achavam inermes e sem disposição para a peleja, trataram só de segurar as mulheres, tornando a fechar as portas da paróquia.

68. Investiu o capitão Manuel Barbosa a todo aquele exército bárbaro, primeiro disparando duas pistolas, e depois avançando com uma espada e rodela com tal resolução, que deixando uns mortos e muitos despedaçados, fez uma larga estrada por entre aqueles inimigos, porque sentindo-se já mortalmente ferido, quis vender-lhes a caro preço a vida com as muitas mortes de que foi instrumento; porém depois de grande espaço de conflito caiu morto de muitas setas e dois soldados dos que o acompanharam, porque os mais com o pretexto de irem dar aviso à estância, depois de dispararem as armas que levavam, o desampararam.

69. Assombrados os inimigos do valor do capitão e do grande número de gentios que lhes deixara mortos, entre os quais contavam o seu principal, e, sobretudo, por favor do Céu, se retiraram: porque a insistirem e intentarem quebrar as portas da igreja (o que podiam fazer com facilidade pela multidão da sua gente), seria maior e mais lastimoso o estrago, por estarem dentro dela todas as mulheres da vila. Retiraram-se; e quando acudiram da estância os soldados, a mágoa de verem morto o seu capitão, ou a piedade de o conduzirem para se lhe dar sepultura, lhes tirou do pensamento a obrigação de hostilizarem aos inimigos na retirada.

70. Foi mui sentida na Bahia a morte do capitão Manuel Barbosa de Mesquita, por ser bem nascido, muito valoroso, e estar de poucos meses nobilissimamente desposado, e finalmente por acabar na flor da sua idade com valor e brio tão desmedidos, que conhecendo ser indesculpável o seu arrojamento e certa a sua morte (à qual pudera obviar com resolução prudente), antepôs a sua opinião à sua vida, não querendo ficasse aos êmulos (posto que injustamente) livre a censura de poderem dizer que se deixara ficar na igreja a portas fechadas.

71. Esta desgraça estimulou o ânimo do governador e capitão-geral Alexandre de Sousa Freire para fazer uma rija guerra àqueles inimigos, e não achando na Bahia cabos e soldados práticos na forma de pelejar com os gentios, por se haver perdido esta disciplina pela distância em que já estavam apartados do recôncavo e no interior dos sertões, os mandou vir de S. Paulo, em cuja jurisdição era sempre contínua a guerra dos paulistas e dos seus gentios domésticos contra os bravos e rebeldes; porém não chegaram no tempo do seu governo, senão do seu sucessor.

72. No posto de governador e capitão-geral lhe sucedeu no ano de mil e seiscentos e setenta e um Afonso Furtado de Mendonça, ilustre por esplendor de sangue e glória de valor, sendo naquele século um dos heróis da fama nas campanhas de Portugal, em cuja defesa fora sempre dos mais arriscados, exercendo naquela guerra os primeiros postos, e no governo-geral do Brasil correspondiam as ações que obrava à expectração que do seu grande talento se tinha em todo o gênero de virtude, como mostrou no curso da sua vida, que acabou na Bahia, como logo mostrará a história.

73. Neste tempo se ampliou mais a extensão das terras que havíamos penetrado nos sertões da nossa América, porque, no ano de mil e seiscentos e setenta e um se descobriram os sítios do Piauí, grandíssima porção de terra que está em altura de dez graus do norte, além do rio de S. Francisco para a parte de Pernambuco no continente daquela província e não mui distante à do Maranhão. Tomou o nome de um rio, que por pobre o não devia ter para o dar, pois corre só havendo chuvas, e no verão fica cortado em vários poços. O mesmo pouco cabedal e propriedade se acha em mais seis riachos que regam aquele país, os quais são o Canindé, o Itaim, S. Vitor, Puti, Longa e Piracuruca; porém todos por diversas partes concorrem a enriquecer o rio Parnaíba, que com eles chega opulento ao mar na costa do Maranhão.

74. Um dos primeiros que penetram aquele terreno foi o capitão Domingos Afonso Sertão, apelido que tomara em agradecimento das riquezas que lhe deram os sertões do Brasil, e por empresa das conquistas que neles fizera, passando de uma fortuna humilde em que vivera na Bahia, à estimação que costumam dar os grandes cabedais. Possuía já uma fazenda de gados chamado o Sobrado, da outra parte do rio de S. Francisco, distrito de Pernambuco, na entrada da travessia que vai para o Piauí; e mandando dali exploradores a indagar e penetrar a terra, trouxeram-lhe as notícias que desejava para as conquistas que pretendia; resolução que executou com valor e felicidade, convidando para esta empresa algumas pessoas que pôde juntar, todos alentados, destros e práticos na forma da peleja daqueles bárbaros.

75. Entrou por aquelas terras até ali não penetradas dos portugueses, e só habitadas dos gentios bravos, com os quais teve muitas bata-

lhas, saindo de uma, perigosamente ferido, mas de todas vencedor, matando muitos gentios e fazendo retirar aos outros para o interior dos sertões. Neste descobrimento se encontrou com Domingos Jorge, um cabo dos paulistas poderoso em arcos, que desejando novas conquistas, saíra das províncias do Sul e de S. Paulo, pátria sua, com numeroso troço dos seus gentios domésticos, a descobrir terras ainda não penetradas; e atravesando várias regiões para o norte, chegara àquela parte pouco tempo antes que o capitão Domingos Afonso a entrasse.

76. Viram-se ambos, e dando-se um a outro notícia do que tinham obrado e descoberto, se ajustaram no que haviam de prosseguir; e dividindo-se para diferentes partes, foi cada um pela sua conquistando todo aquele país, cuja circunferência dilatadíssima compreende grande número de léguas. Com esta notícia, muitas pessoas poderosas que tinham terras confinantes àquelas, foram pedindo delas sesmarias ao governador da província de Pernambuco, que lhas concedeu, e logo introduzindo gados nas que puderam povoar. Venderam ou arrendaram a outras pessoas muitos sítios na porção que se incluía em cada uma das datas que alcançaram, e em breve tempo se foram enchendo de gados e ocupando de moradores em tanto excesso, que hoje se contam naquele grandíssimo terreno quase quatrocentas fazendas de gado, e cada uma de larga extensão.

77. É tão abundante de pastos para todo o gênero de gados, e os cria tão grandes e em tanto número, que além de vir muito para a Bahia, sustentam todos os povos das Minas do Sul, que sem esta abundância não floresceriam na sua opulência, sendo do Piauí a maior parte do gado que se gasta entre aqueles inumeráveis habitadores e mineiros, posto que de outras partes lhes vá também muito, porque tudo lhes é necessário, por não criarem os campos e terrenos das minas este gênero. No Piauí se cultiva a raiz da mandioca e outras, mas só para a sustentação dos seus moradores, e por ser país seco se plantam nas terras mais baixas; porém em todas se vão dando outros frutos para cômodo e regalo dos que nele vivem.

78. Logra hoje preeminência de capitania, com capitão-mor, ordenanças e uma vila, que o sereníssimo senhor rei D. João V mandou fundar pelo doutor Vicente Leite Ripado, ouvidor do Maranhão, o qual a erigiu no ano de mil e setecentos e dezoito com a invocação de Nossa

Senhora da Vitória e o título de Mocha, nome do sítio em que está. Os dízimos da capitania que se costumam arrematar em Pernambuco, agora se arrematam no Maranhão, para da sua importância se pagar à infanteria do presídio daquela praça, sendo tanta a extensão da capitania do Piauí, que não cabendo em o domínio de uma só província, está sujeita à jurisdição de três; no espiritual ao bispado de Pernambuco, no temporal ao governo do Maranhão, e o no cível à Relação da Bahia.

79. No segundo ano do governo de Afonso Furtado de Mendonça chegaram de S. Paulo os cabos que mandara vir o seu antecessor, para fazerem guerra aos gentios pelo sertão da vila do Cairu, cujos estragos tinham ainda fresca a memória dos insultos que daqueles bárbaros receberam e continuamente experimentavam seus habitadores. Trouxeram muitos gentios domésticos, que são os soldados com que os paulistas pelejam contra os rebeldes na sua região. Vinha por cabo principal João Amaro, seu natural, tão valoroso e destro na forma da peleja dos gentios, como bem sucedido naquela ocasião, em que conseguiu interesses próprios, vitórias da fereza dos índios e prêmios da grandeza real[6].

80. Ajustava o governador Afonso Furtado tanto as suas disposições com a sua consciência, que sendo esta guerra tão necessária e notoriamente justa, a não quis mover sem convocar a palácio os principais cabos e os missionários apostólicos, a cuja expressa declaração, por lei do sereníssimo senhor D. João IV feita no ano de mil e seiscentos e cinquenta e cinco, deixa o conhecimento da legitimidade do cativeiro dos gentios, em qualquer guerra que se lhes fizer sem a sua autoridade real; último assento que se tomara nesta matéria depois das antigas resoluções dos senhores reis seus antecessores, controvertidas ou mal observadas dos ministros e vassalos por conveniências particulares.

81. Juntos na presença do governador os vogais, proposta a matéria para a qual se convocara aquele congresso, resolveram uniformemente todos ser justíssima a guerra que se determinava fazer aos gentios dos sertões e distritos da vila do Cairu, pelos insultos e tiranias que contra os portugueses cometiam, e que por esta causa justamente deviam ficar cativos os que nela fossem presos, segundo a faculdade concedida na referida lei; e com esta conforme resolução aplicou o governador Afonso Furtado,

com a maior brevidade que lhe permitia o tempo, os aprestos e expedição do exército que mandava contra aqueles bárbaros.

82. Achava-se, para tanta despesa, exausta a real fazenda, causa que precisara ao governador a fazer um pedido às pessoas ricas e principais para ajuda do gasto daquela empresa, a que devia concorrer por ser comum o interesse e a utilidade pública. Acudiram com equivalentes contribuições os generosos ânimos dos moradores da Bahia para aquele empenho, como costumam em todos os do serivço d'el-rei e do aumento da pátria. Dos seus donativos se recolheu importante soma, competente à necessidade do exército, que se compunha de paulistas e soldados do presídio da Bahia, e foi entregue ao governo de João Amaro, que em muitas embarcações o conduziu por mar ao Cairu na capitania dos Ilhéus.

83. Naquela vila, povoada de muita nobreza, se lhe juntou o capitão-mor com as ordenanças do seu distrito; e penetrando João Amaro aqueles sertões, fez rija guerra aos gentios, com tal fortuna que em vários conflitos matou muitos, sendo imensos os que prendeu, sem embargo da grande resistência que em contínuos combates achou naqueles inimigos; mas à custa de poucas vidas dos nossos lhes tiramos infinitas e a quase todos a liberdade. Foram remetidos os cativos à cidade da Bahia, onde eram vendidos por tão inferior preço que os de melhor feição não passavam de vinte cruzados, os mais por muito menos.

84. A maior quantidade se enviou para o recôncavo a vender para o serviço das canas, engenhos e outras fábricas das nossas lavouras. Porém, como os gentios do Brasil não têm por costume o trabalho quotidiano como os da costa d'África, e só lavram quando têm necessidade, vagando enquanto têm que comer, sentiam de forma a nova vida, o trabalhar por obrigação e não voluntariamente, como usavam na sua liberdade, que na perda dela e na repugnância e pensão do cativeiro morrendo infinitos, vinham a sair caros pelo mais limitado preço.

85. Foi o nosso exército penetrando todo aquele vastíssimo sertão para a parte do norte até se comunicar com o da Bahia, e abrindo estradas fez um dilatadíssimo caminho por onde se ficaram comunicando ambas as províncias. Nas terras novamente conquistadas pediram os cabos e outras pessoas poderosas várias sesmarias, que lhes foram concedidas,

sendo maior a que se deu a João Amaro, a quem em prêmio daquela conquista acrescentou o sereníssimo senhor príncipe D. Pedro a mercê do senhorio de uma vila. Concedeu-lhe faculdade para edificar aquelas terras, onde para a parte da Bahia fundou a vila da invocação de Santo Antônio, chamado vulgarmente de João Amaro, pouco povoada pela grande distância em que fica. Depois querendo voltar para S. Paulo, a vendeu, com todas as terras que lhe foram concedidas, ao coronel Manuel de Araújo de Aragão, em cujos descendentes existe.

86. É nos talentos grandes a quem os príncipes encarregam o governo das porções da monarquia, cega a ânsia de aumentá-las, e os inferiores também cego o desejo das riquezas e das honras; deste concurso de cegueiras diferentes resultou um fato para engano perigoso, para verdade contingente. Veio à cidade da Bahia um morador do sertão, cujas experiências e procedimentos puderam abonar as suas atestações. Informou ao governador Afonso Furtado ter descoberto grandiosas minas de prata em parte muito diversa da em que se presumia as achar Robério Dias, e com a abundância que este as prometera em Castela[7].

87. Assegurava o descobrimento mostrando umas barretas que dizia fundira de pedras que delas tirara, afirmando ser o rendimento igual ao das mais ricas minas das Índias de Espanha. Pedia mercês, e oferecia mostrá-las; se nesta notícia delinquiu de ousado, não deixou o governador de pecar de ligeiro, porque sem outra maior segurança ou exame lhe deu inteiro crédito, segurando-lhe da grandeza real prêmio avantajado.

88. Determiou logo mandar esta notícia ao sereníssimo senhor príncipe D. Pedro, enviando com ela a João Furtado de Mendonça seu filho, e fazendo-o embarcar com algumas pessoas de distinção, que em aplauso da novidade quiseram naquela ocasião passar à corte a diversos fins, em um navio que mandara o governador aparelhar. Feito prestes, saiu da barra da Bahia com expectação diferente da fortuna e tormenta que experimentou, porque naufragando na costa de Peniche, se perderam quase todos os navegantes. Entre os poucos que escaparam, se salvou João Furtado, e passando a Lisboa, perdidas no naufrágio as amostras e cartas que enviava seu pai, as soube representar com tais expressões do que continham

e da certeza da nova, que se remeteram logo à Bahia todas as coisas necessárias para a fábrica daquele descobrimento.

89. Quando chegaram era falecido no sertão o chamado descobridor das minas, e por mais diligências que obrara Afonso Furtado, mandando pessoas inteligentes para indagarem o lugar em que as achara o não puderam descobrir, confessando ingenuamente os da sua família, os seus aliados e vizinhos, que o não sabiam. Nesta entrada que se fez ao sertão, se descobriram finíssimas pedras ametistas de mui viva cor roxa, e meios topázios de perfeita cor amarela, umas e outras mui rijas e resplandecentes, e delas se fizeram preciosos anéis na Bahia e se remeteram muitas a Portugal. Acharam-se diáfanos e puríssimos cristais em pedaços tão grandes, que deles se puderam lavrar peças importantes; e posto que destes gêneros na Bahia se não faz negócio, para se frequentarem as minas em que estão, ainda assim os caminhantes que a vários fins das suas jornadas passam por elas, sempre as trazem, de que resulta haver muitas, sem que a quantidade lhes diminua a estimação.

90. O pouco efeito das diligências que para o descobrimento das minas de prata fez Afonso Furtado, lhe imprimiu na imaginação o erro de não haver pesado aquela matéria na balança da prudência, e o receio do desaire que lhe granjeava a sua demasiada credulidade, em negócio de que fizera tanto apreço e segurara com tanta certeza. A esta nociva apreensão sobreveio uma profunda melancolia, que passando a perigosa e dilatada enfermidade, lhe acabou a vida. Os grandes atos de católico que nela exercera, resplandeceram mais na sua morte, geralmente sentida em toda a Bahia: faleceu aos vinte e seis de novembro do ano de mil e seiscentos e setenta e cinco, mandando sepultar-se no convento de Santo Antônio dos capuchos da Bahia.

91. Foi Afonso Furtado de Mendonça ramo de esclarecido tronco, em Castela e Portugal ilustríssimos. Possuía um morgado de grossa renda; mas tendo no seu alento o maior tesouro, o despendeu em ações valerosas nas campanhas de Portugal, em cuja guerra exerceu depois de outros grandes postos o de generel da cavalaria do Alentejo e o de governador das armas da Beira. Em todos conseguiu empresas contra as oposições da fortuna a poderes do valor. Foi mais alentado que venturoso, mas o seu es-

forço soube triunfar das adversidades. Teve mercê do título de visconde de Barbacena de que não usou, por lhe parecer inferior ao seu merecimento, porém existe nos seus sucessores, dignando-se dele seu filho primogênito Jorge Furtado de Mendonça, o qual juntou ao esplendor da sua casa o preclaríssimo sangue de Hohenloe, que em título de conde tem soberania na Alemanha.

92. Não se achavam havia muitos anos na Bahia as vias de sucessões para o governo, como em outros tempos se praticara, causa pela qual foi preciso ao governador Afonso Furtado, nos últimos períodos da sua vida, determinar e eleger com o Senado da Câmara, nobreza e pessoas constituídas no caráter dos postos, as que haviam de suceder no governo por sua morte; e por voto uniforme de todos se determinou que ficassem substituindo o seu lugar o chanceler da Relação, o mestre-de-campo mais antigo e o juiz mais velho do Senado da Câmara, para que juntos governassem o Estado, enquanto o sereníssimo senhor príncpe lhes não enviasse sucessor; eleição de todos geralmente aplaudida, e que depois mereceu a aprovação real, que a confirmou com todos os poderes do seu antecessor; o qual sepultado, tomaram no seguinte dia posse do governo, exercendo-o com o próprio regimento em todo o tempo que lhes durou a substituição.

93. Era chanceler o desembargador Agostinho de Azevedo Monteiro, e havia muitos anos que na Relação da Bahia ocupava este lugar com satisfação, ainda que da sua muita idade se não podiam esperar grandes disposições nem pronta assistência. Mestre-de-campo mais antigo Álvaro de Azevedo, natural da Bahia, que nas guerras de Flandres, de Portugal e do Brasil, fizera provas de valor não vulgar e lograra honrados postos, e ultimamente se achava no de mestre-de-campo de um dos dois terços do presídio, que exercia com maior experiência que atividade, por correrem os seus anos parelha com os seus serviços, que eram muitos.

94. Juiz mais velho do Senado da Câmara Antônio Guedes de Brito, natural da Bahia, e das principais pessoas dela, descendente de Catarina Álvares e Diogo Álvares Correia, e sobrinho de Lourenço de Brito Correia, provedor-mor da fazenda real do Estado, e um dos três governadores na deposição do marquês de Montalvão, como deixamos escrito. Havia Antônio Guedes ocupado o posto de mestre-de-campo, e servido

repetidas vezes os lugares de vereador e juiz da câmara, em que fizera com grandes acertos muitos serviços à pátria. Achava-se com experiências do governo político e boa idade para sustentar o peso com que não pudessem os dois companheiros[8].

95. Estes foram os três governadores em quem caiu a sorte do governo. Mandaram logo por dois patachos repetidos avisos ao príncipe D. Pedro da morte de Afonso Furtado, e da eleição neles feita para lhe substituírem o cargo; e porquanto no primeiro dia do ano seguinte se havia de abrir (segundo o estilo e forma da ordenação) o pelouro para novos oficiais da Câmara, de que resultava acabar a jurisdição Antônio Guedes de Brito e suceder-lhe outro juiz ordinário, que pela ocupação havia de entrar em seu lugar no governo, podendo acontecer fosse menos desinteressada que Antônio Guedes (o qual pela sua riqueza e pelo seu talento era, com notoriedade, independente de todas as conveniências que se podiam achar naquele lugar), fizeram presente a Sua Alteza estes inconvenientes, pedindo-lhe fosse servido ordenar que a presente vereação existisse até a vinda do sucessor por quem houvesse de mandar governar o Estado; e assim o ordenou o sereníssimo príncipe.

96. Porém antes de chegar a sua real ordem, no prazo de se abrir o pelouro foi o ouvidor-geral do cível à Câmara, de que então era presidente, por não haver ainda na Bahia os juízes de fora que depois se lhe introduziram, como em seu lugar diremos; e ao som do sino da cidade convocou as pessoas da governança e povo que costumavam assistir àquele ato, e com efeito abriu o pelouro que por sorte se tirara, conforme a disposição da lei. Os governadores tinham mandado ordem ao dito ouvidor geral do cível para não proceder naquela diligência, porém ele se escusava com a sua obrigação e com a força da lei, mas repetindo-lhe a ordem houve de obedecer.

97. Em menos de um ano faleceu o chanceler Agostinho de Azevedo Monteiro, que na relação e no governo procedera com modéstia acredora de memória e digna de louvor. Sucedeu-lhe pela sua antiguidade o desembargador Cristóvão de Burgos de Contreiras, pessoa nobre e natural da Bahia, que havia muitos anos exercia o cargo de ouvidor-geral do crime com grande inteireza e muita inteligência, fazendo este lugar tão res-

peitado como temido. Depois de governar foi chamado a Lisboa a livrar-se das imposturas com que o capitularam seus inimigos, de faltas ou culpas na ocupação de ouvidor-geral do crime em que se granjearam muitos.

98. Porém mostrando na corte a pureza do seu procedimento, foi absolto dos cargos e premiado com o de desembargador dos agravos daquela Relação, donde voltou à Bahia a vender as suas propriedades para tornar a Lisboa; e não o podendo conseguir, se lhe proveu o lugar completos os dois anos que trouxera de licença. Com este triunvirato que entrou por morte do chanceler Agostinho de Azevedo se achava o governo-geral do Brasil em três patrícios da Bahia.

99. Haviam as povoações do Brasil crescido muito, e se tinham aumentado em tanto extremo os seus moradores, que ao rebanho católico de tão inumeráveis ovelhas não bastava a vigilância de um pastor, e assim foi preciso dar-lhes muitos. A pia e religiosa atenção do sereníssimo príncipe D. Pedro, não reparando nas despesas da sua real fazenda a com as côngruas de tantos prelados, elevou a sé da Bahia a metropolitana, e a catedrais as igrejas de Pernambuco, Maranhão e Rio de Janeiro. Nomeou no ano de mil e seiscentos e setenta e seis por arcebispo da Bahia a D. Gaspar Barata de Mendonça; por bispo de Pernambuco a D. Estêvão Brioso de Figueiredo; a D. Fr. Manuel Pereira por bispo do Rio de Janeiro; e a D. Fr. Antônio de Santa Maria, religioso capucho, por bispo do Maranhão, sendo confirmadas estas eleições pelo sumo pontífice Inocêncio XI, posto que dos nomeados deixaram de vir alguns a estas igrejas, pelas causas que deixamos escritas no segundo livro desta história.

100. Não satisfeito só desta grande providência o fervor católico do nosso sereníssimo príncipe o senhor D. Pedro, aplicou várias missões por todas as partes do Brasil, enviando muitos missionários com grande esmolas, ajudas de custo e côngruas, para ajudarem aos prelados na cultura das searas da Igreja, de que resultaram maravilhosos efeitos na educação dos fiéis e a redução dos gentios, cujas aldeias penetraram com risco das suas pessoas e glória de Deus, conseguindo prodigiosos triunfos ao Céu, que foi o fim principal para o qual em tão distantes e remotas regiões do mundo fizeram tantas conquistas os seus augustos progenitores no sangue e antecessores no Império.

101. Foi no príncipe regente este zelo tão excessivo, que ocupava a maior parte do seu cuidado entre as mais precisas operações da monarquia, e veio a conseguir a colheita de grandes frutos espirituais e a salvação de muitas almas, não só na nossa América portuguesa, mas por quantos mundos se dilata o seu vastíssimo domínio; encarecendo aos seus governadores este serviço pelo mais importante das suas conquistas, e ordenando-lhes dessem todo o favor e ajuda aos missionários.

102. Continuavam no governo-geral do Estado com grandes acertos os três governadores, quando na frota do ano de mil e seiscentos e setenta e sete chegaram as religiosas de Santa Clara que vinham a fundar o mosteiro da Bahia. Havia muitos anos que os senadores, nobreza e povo dela o pretendiam, assim por acomodar as mulheres principais que não tinham dotes equivalentes para casarem conforme o seu nascimento, como por satisfazer aos suspiros de outras, que pretendendo conservarem o estado virginal e florescerem em santas virtudes, desejavam servir a Deus nos votos e claustros da religião. Dificultava-se esta pretensão com o pretexto de ser a Bahia conquista, e não convir pelo estado religioso diminuir a propagação dos naturais, precisa para o aumento dela.

103. Chegavam a morrer nesta esperança muitas nobilíssimas donzelas, sem alcançarem o fim que pretendiam, o qual conseguiram depois outras mais venturosas; porque o senhor príncipe D. Pedro foi servido conceder o convento com número só de cinquenta freiras professas, o qual se ampliou depois por conveniências do mosteiro ou em satisfação de serviços, premiando-se aos pais ou parentes com lhes dar faculdade para recolherem algumas donzelas da sua família em lugares supranumerários do dito mosteiro, o qual é sujeito ao metropolitano, e único em todo o Brasil até o tempo em que escrevemos esta história.

104. Acharam-se quatro religiosas virtuosíssimas no convento de Santa Clara de Évora que se sacrificaram fazer este serviço a Deus, e este bem à Bahia e a todo o Estado. Foram conduzidas com generosas e pias despesas do Senado dela, e recebidas de todos os moradores com grandes aplausos e fervorosos júbilos. Chamava-se a abadessa a madre Sóror Margarida da Coluna, as outras três companheiras as madres Maria de S. Raimundo, Jerônima do Presépio e Luísa de S. José, e duas servas, uma

Catarina de S. Bento e outra Ana da Apresentação. Tinham os moradores começado o convento no sítio de Nossa Senhora do Desterro, assim pelo retiro e amenidade dele, como pela grande e milagrosa casa de Nossa Senhora desta invocação que lhe havia de servir de igreja.

105. Foi edificada no ano de mil e seiscentos e vinte e sete com as esmolas dos fiéis, em terras que lhe doou um devoto, e são ainda da irmandade ou confraria da Senhora. Na esperança da concessão do convento se tinham principiado algumas celas para uma parte da igreja, e com a chegada das fundadoras, acudindo por ordem da Câmara e do governo todos os mestres e oficiais de pedreiros e carpinteiros que havia na cidade, em três dias que entretiveram em a nau capitânia as religiosas, lhes puseram em ordem a clausura, as celas e oficinas, que havia muito se principiaram[9].

106. Neste santuário de milagres, que por memória largos tempos penderam naquelas sagradas paredes em lâminas retratados, e neste enfim domicílio estreito, com poucos cômodos principiado, a que as fundadoras foram dando forma de convento, se recolheram logo principais senhoras que a vocação levou à clausura e profissão religiosa, deixando muitas esperanças com que as convidava o mundo. As primeiras que entraram foram a madre sóror Marta de Cristo e sua irmã sóror Leonor de Jesus, que por lhe faltar a idade não teve logo com ela o noviciado, em que lhe fizeram companhia outras muitas noviças, sendo de todas mestra com insigne espírito a madre fundadora sóror Maria de S. Raimundo. No curso de poucos anos, crescendo os dotes e as esmolas, se aumentaram as obras do convento, e posto que ainda hoje se vão continuando, tem já suntuosos quartos com a última perfeição, e ficará magnífico o todo daquele corpo, sendo igual a despesa ao desenho grande.

107. Deixando a casa material muito aumentada, e a espiritual subida a grande altura de virtudes, eleita no lugar de abadessa, como mais antiga, a madre sóror Marta de Cristo, voltaram para Portugal as fundadoras no ano de mil e seiscentos e oitenta e seis, depois de se empregarem nove anos no estabelecimento da comunidade, dos institutos da religião e do seu espírito, não podendo detê-las as correntes das lágrimas das suas filhas nem os rogos dos moradores da Bahia; e satisfeitas ainda mais das vontades que das suas ofertas, fazendo-lhes uma ostentosa despedida com

honras militares, políticas e religiosas, se embarcaram na frota do referido ano, e chegaram com viagem feliz a Lisboa, donde passaram ao seu convento de Évora.

108. À madre sóror Marta de Cristo foram sucedendo na dignidade por turno as freiras mais antigas; porém passados alguns triênios tornaram a elegê-la prelada, porque o seu grande talento e religioso exemplo as obrigava a ocupá-la no lugar repetidas vezes. Foi crescendo com o amor de Deus a pureza nas religiosas em tal grau, que se competiam em santidade, e faleceram algumas admiráveis em prodigiosa penitência e com notável opinião, entre as quais se conta a madre sóror Vitória da Encarnação, cuja vida anda escrita por ilustríssima pena, que foi a do senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo da Bahia, que com voos de águia soube registrar as luzes daquele estático sol; porém não foram só a madre Vitória e as outras já falecidas as que resplandeceram em prodígios no seu convento, porque ainda naquela grande esfera de virtudes há mais estrelas da mesma constelação.

NOTAS REFERENTES AO LIVRO SEXTO

1. Feita a paz com a Holanda em 6 de agosto de 1661, pouco depois de tratado o casamento da irmã de D. Afonso VI de Portugal, infanta D. Catarina, com o rei de Inglaterra. Carlos II, em 23 de junho. O casamento importou um dote de 2 milhões de cruzados, fora as praças de Tânger e Bombaim, a paz de Holanda uma indenização de 4 milhões a serem pagos em dezesseis anos. Coube ao Brasil contribuir com 120 mil cruzados anuais para a "paz" e 20 mil para o "dote", distribuindo-se o encargo com a Bahia, que daria 80 mil, Rio de Janeiro, 26, Pernambuco, 25, as capitanias menores o resto. Saía o tributo de 25% das fazendas importadas – com exceção de vinhos e azeites – e um cruzado sobre escravo d'África. Curioso é que em 1693 já tinha a Bahia dado 1.280.000 cruzados (queixou-se a Câmara, conforme

Livro de Atas, ms. no Arq. municipal) sem que se pensasse em suspender a cobrança, que continuou, como um costume, pelo tempo adiante (Varnhagen, *op. cit*, III, 264).

2. O atrito entre o governador de Pernambuco, André Vidal de Negreiros e Francisco Barreto, governador-geral, deve-se a duas causas; a resistência daquele, em cumprir as ordens referentes às nomeações para a tropa, querendo fazê-las por si só, e a sua insistência em mudar do Recife para Olinda – como realmente fez – a capital de Pernambuco. Quanto a este ponto, obscuro ou desprezado nas crônicas, hoje se sabe que, em 1663, transferido o governo da capitania para Olinda sem autorização superior, o rei decidiu aprová-la (*Documentos Históricos,* LXVI, 288). Furioso com a desobediência do antigo companheiro d'armas, Barreto mandou processá-lo pelo desembargador Cristóvão de Burgos, enviando ao mesmo tempo o coronel Nicolau Aranha Pacheco, para o substituir (11 de novembro de 1659, *Anais do Arquivo Público da Bahia*, XIII, 99). Falou-se em rebelião, choque de grupos armados, maiores intransigências, que todavia não aconteceram, pois, à vista daquelas autoridades, André Vidal resolveu ceder, reconhecendo a supremacia do governador-geral, enquanto este não ia adiante nas suas providências, porque de Lisboa lhes estranharam o excesso (*Documentos Históricos*, IV, 369 e LXVI, 161. Veja-se também carta de Barreto, no *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 6º vol., pp. 148-155, V. N. de Famalicão, 1936).

3. Fundado em 1665 pelos carmelitas descalços à Gameleira, na baixada, perto do mar, foi o convento inaugurado em 16 de outubro de 1697 (Cristiano Muller, *A religião na Bahia*, p. 122, Bahia, 1923), festa de Santa Teresa, de quem teve o nome. O sermão paraninfal coube a fr. Ruperto de Jesus, monge beneditino, e saiu impresso em Lisboa em 1699. Esvaziado por ocasião da Independência, serviu, em 1837, para ser instalado o seminário, que aí funciona até os nossos dias, e enquanto não se lhe faz sede condigna, já em construção, em Brotas. Construído em terras doadas por Bernardo Vieira Ravasco, contíguas às de Jerônimo Sodré Pereira (que deu o nome à ladeira adjacente), o convento de Santa Teresa foi o predileto dessas famílias, e dos moradores da freguesia de S. Pedro, como Sebastião da Rocha Pita. Con-

serva a sua pompa arquitetônica aliada à riqueza do adorno barroco. Se restaurado, figurará com distinção entre os melhores documentos da arte portuguesa de seiscentos.

4. O governador de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado, tinha o apelido de *Xumberga*, derivado do nome general Schomberg, que comandou as forças portuguesas em 1660. Apelidava-se assim o homem que usava certo tipo de chapéu (e na língua espanhola mais tempo durou a palavra) ou grandes bigodes, "a xumberga". Aconteceu que o governador – em 1666 – se indispôs com a nobreza de Olinda e foi por ela destituído, através de um episódio novelesco. Costumava a autoridade acompanhar o Santíssimo Sacramento. Na tarde de 31 de agosto, saiu o vigário com o Santíssimo, a ver um doente simulado. Incorporou-se Jerônimo de Mendonça na pequena procissão. Ao deixar, porém, a igreja, os conspiradores o prenderam, recolheram-no ao forte do Brum e o remeteram para Portugal... (Leia-se Rodolfo Garcia, em *Revista do Brasil*, julho de 1938). O governador-geral nomeou em lugar dele André Vidal, que aquietou a revolta (empossou-se em 24 de janeiro de 1667).

5. A conquista dos campos do Piauí pelas "bandeiras" enviadas pela Casa da Torre, associada a Domingos Afonso Sertão, já está estudada amplamente: pertence ao ciclo da expansão pastoril do Nordeste, com a invasão das planícies, para além do São Francisco, pelos "curraleiros" do grande vale.

   Justificou a abalada para o Piauí o levante dos índios do médio S. Francisco, que Francisco Dias de Ávila – senhor da Torre – e seus companheiros de sertanismo (os irmãos Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra, Domingos e Francisco Rodrigues de Carvalho, Bernardo Pereira Gago) quiseram subjugar pela força das armas. As patentes dadas a Domingos Afonso e a Francisco Rodrigues de Carvalho levaram as datas de 9 de julho e de 23 de agosto de 1674 (P. Calmon, *Hist. da Casa da Torre,* p. 82). Francisdo Dias de Ávila (patente de 5 de junho daquele ano) tomou a chefia da expedição, em que entravam cem homens brancos e várias centenas de índios "rodelas" com o seu cabo "cariri" Francico Rodela, e depois de uma

rude batalha, em que foram dizimados os rebeldes, entrou as terras do Piauí. Divididas em fazendas, a maior parte destas coube, de um lado a Domingos Afonso (que as doaria aos jesuítas, razão das "fazendas nacionais", pois passaram à propriedade do Estado com a expulsão deles), do outro à Casa da Torre, que as arrendava, recebendo do foro dez mil-réis. Recorda a opulência de Domingos Afonso o Recolhimento da Anunziata, atualmente, Colégio de São Joaquim, que mandou levantar, para seminário da Companhia de Jesus, em 1704, na Bahia.

6. Os paulistas, como grandes conhecedores da guerra sertaneja, foram chamados para debelar os tapuias do sul da Bahia, em 1670. O chefe da expedição era Estêvão Ribeiro Baião Parente (aliás português, do Porto), que tinha como sargento-mor Brás Rodrigues de Arzão, e entre os seus oficiais, João Amaro Parente, seu filho, e Manuel Vieira Sarmento. Os paulistas desempenharam-se brava e rapidamente da sua tremenda missão, destroçando quantos agrupamentos indígenas acharam no vale do Paraguaçu e na zona litorânea, de Cairu e Ilhéus (Veja-se, Afonso d'E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, V. 25 e segs. Acióli, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, II, 132 e segs. (edição de Brás do Amaral), *Documentos Históricos*, VI, 189, VIII, 135, IX, 434, P. Calmon, *Hist. do Brasil*, II, 282-3). De João Amaro ainda se chama a vila que teve autorização para fundar, em prêmio dos serviços, e que vendeu depois a Manuel de Araújo de Aragão (*Doc. Hist.*, XXIX, 289).

7 Confunde o autor a lenda da prata, de Robério ou Belchior Dias, contemporânea do governador D. Luís de Sousa, com a história da prata de Paranaguá, do tempo do governador Afonso Furtado, por esse tempo (1671) andavam os senhores da Casa da Torre em aventurosas explorações de minas, que se dizia haver no S. Francisco, avultando a hipótese de serem de prata as da serra de Itabaiana – que D. Rodrigo de Castelo Branco veio averiguar em 1674. Quanto a ter mandado o filho, João Furtado, mostrar a el-rei as amostras do metal, ele próprio o diz (*Doc. Hist.*, VI, 282h), escrevendo ao provedor de Paranaguá, Manuel de Lemos Condes: "Recebi a carta que M. M. me escreveu em 10 de maio deste ano com a nova do descobrimento das minas de

Paranaguá e as duas barretas de prata que eram amostra de sua fineza...” “Assim que a vi aprestei logo um patacho e mandei a levá-la a S. A. meu filho João Furtado de Mendonça, que daqui partiu em 4 de agosto e daí a 15 dias despachei outro patacho com segundo aviso.” (P. Calmon, *Hist. do Brasil*, II, 309.)

8 Antônio Guedes de Brito fui quem legou aos sucessores o vasto patrimônio territorial que tanto vulto adquiriu, na história do século seguinte, com o nome da Casa da Ponte. Senhor das terras de Jacobina para oeste, atravessadas, a partir de 1698, pelos viajantes que demandavam as “minas gerais”, percebe-se que a filha e o genro pudessem construir – em 1700 – o palácio, que seria conhecido com o título de paço do Saldanha, sem nenhuma dúvida a mais bela mansão colonial do país. Dividiu com a Casa da Torre o nordeste baiano.

9 Guarda-se no convento do Desterro, da Bahia, a piedosa memória de sóror Vitória da Encanação, ali falecida em 1715, e em cuja honra o arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, escreveu o livrinho famoso, (1722). Na cela, que foi de sóror Vitória, ainda se vê a “vera-effigie”, ali mandada colocar pelo prelado, que a conheceu, testemunhando-lhe as virtudes, com a biografia, e a fama, com o retrato. É necessário incluir no agiológio brasileiro essa heroica figura de mulher, que floresceu na mesma casa descrita por La Barbinais, em 1714, como de costumes liberais, muita arte e indiscreta sociabilidade. Ao contrário disto, encarnava ela a intransigente austeridade das grandes místicas: serve de contraste à tradição que ficou, do amável convento do século XVIII.

. . . .

Livro sétimo

Vem Roque da Costa Barreto governar o Estado do Brasil com título de mestre-de-campo-general. Fundam casa na Bahia os religiosos capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade. Fundação da nova Colônia do Sacramento. Os castelhanos a expugnam e arrasam, e depois restituem. Sucede a Roque da Costa Barreto Antônio de Sousa de Meneses com o posto de capitão-geral. Dissenções e parcialidades na Bahia no tempo do seu governo. Morte da senhora rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia. Seu elogio. Sucede no posto de governador e capitão-geral o marquês das Minas. Agrado e fortuna com que sossegou as dissenções da Bahia. Principia o mal chamado a bicha. Desvelo e grandeza do marquês no benefício dos enfermos. Segundo e mais augusto desposório do sereníssimo senhor rei D. Pedro. Vem a su ceder ao marquês das Minas com o mesmo posto Matias da Cunha. Dão os gentios na capitania do Ceará. Manda fazer-lhes guerra. Adoece do referido achaque. Motim dos soldados por lhes faltarem com as pagas. Morte do governador. Seu elogio. Entra no governo por eleição o arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição. Diferenças que tem com o chanceler Manuel Carneiro de Sá que ficou governando as justiças como regedor. Sucede-lhes o governador e capitão-geral Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho. Morte da sereníssima senhora princesa D. Isabel. Seu elogio. Morte do arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição. Seu elogio. Notícia e descrição do seminário de Belém da Cachoeira. Desgastos entre o governador e o arcebispo, com morte de José de Melo da Silva. Descobrimento e descrição do célebre Santuário da Lapa.

AOS TRÊS GOVERNADORES, depois de mais de dois anos de governo, sucedeu no de mil e seiscentos e setenta e oito, com o posto de metre-de-campo-general, Roque da Costa Barreto. Era de nascimento claro, de valor heroico e grande entendimento; prerrogativas que lhe granjearam na campanha e na corte estimações e postos relevantes, e se achava atualmente exercendo o de sargento-mor de batalha da província da Estrema-

dura; e fez um governo tão admirável, que não permite a nenhum dos mais célebres parecer maior, sendo o seu memorando entre os mais famosos e plausíveis. No cuidado da observância da justiça e no aumento da república foi em sumo grau cabal; no desinteresse não conheceu vantagem ao mais independente, e no serviço real se deixou preferir do mais zeloso.

2. Teve princípio na Bahia a fundação do hospício dos capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade no ano de mil e seiscentos e setenta e nove pelos religiosos italianos; seus fundadores os padres Fr. João Romano e Fr. Tomás de Sora edificaram uma pequena casa, se pelos institutos pobre, também então pobre pela fábrica. Depois de a habitarem algum tempo a mandou o sereníssimo senhor rei D. Pedro, sendo ainda príncipe, dar aos religiosos franceses da mesma sagrada ordem, cujo superior era o padre Fr. Jacques. Fundaram formosa igreja e capacíssimo convento, em que assistiram vinte anos; porém no de mil e setecentos e seis foi restituído pelo mesmo sereníssimo senhor aos padres italianos, dos quais era superior o padre Fr. Michael Ângelo de Nápoles, que o ampliou e pôs na grandeza e formosura em que existe[1*].

3. A vocação do orago, a virtude dos religiosos, a frescura e amenidade do sítio, a franqueza e planície do caminho, fazem tal concurso de devoção aquele hospício, que é frequentadíssimo assim dos moradores da cidade como dos peregrinos e forasteiros, concorrendo uns e outros com votos e com esmolas. Os seus religiosos, assim os franceses que o habitavam, como os italianos que o possuem, tiveram e têm na Bahia aceitação igual à sua humildade, virtude e penitência, sendo observadíssimos dos apertados institutos da sua estreita regra, administrando com a maior prontidão na sua Igreja os sacramentos, e exercendo com os enfermos e moribundos a maior e a mais fervorosa caridade. Todo o seu cuidado é encaminhar almas ao Céu, não só na cidade, mas no sertões, onde têm a seu cargo muitas missões e aldeias de gentios, constantíssimos nos sagrados ritos e preceitos da nossa Igreja católica pela sua doutrina.

4. Achou o mestre-de-campo-general Roque da Costa Barreto que a pólvora da Bahia se guardava em uma casa mal segura pela forti-

---

* As notas deste Livro sétimo acham-se da p. 323 à p. 327.

ficação e arriscada pelo lugar, por estar dentro da cidade junto às portas dela que ficam para a parte do sul, e do mosteiro dos monges de S. Bento, com perigo iminente de repetino estrago, fiando-se a preservação dela só das sentinelas daquele corpo da guarda, que é um dos que todos os dias se guarnecem com uma companhia, sendo os outros o da praia, perto da igreja de Santa Bárbara, lugar que está no meio de toda a marinha, e o das portas da cidade que ficam ao norte olhando para o convento dos religiosos de Nossa Senhora do Carmo.

5. Determinou logo para recolher a pólvora fazer outra casa, escolhendo sítio em que a erigir, e lhe pareceu por muitas razões mais conveniente o campo que chamam do Desterro, dentro das trincheiras, à vista, mas mui apartado do convento das religiosas e das casas daquela freguesia. Neste lugar mandou fundar uma suntuosa casa de muita largueza e de grande máquina, fortificada com toda a segurança necessária em semelhantes fábricas, que reprimem e escondem o material mais violento. Em breve tempo a viu feita e aperfeiçoada, e madou passar a ela todos os barris de pólvora e salitre que se achavam na cidade. Para a guardar lhe mandou fazer a um lado uma pequena estância, em que assistem alguns soldados com o seu cabo e seguram o trânsito que por ali se faz para as muitas fazendas que chamam do Caminho Grande.

6. Foi governar a província do Rio de Janeiro, no ano de mil seiscentos e setenta e nove, D. Manuel Lobo, que levara a incumbência de ir fundar a nova Colônia do Sacramento. Fez alguma assistência no Rio de Janeiro, e prevenidos os materiais e petrechos para a fundação, tendo enviado adiante alguns casais que vieram de Lisboa em sua companhia, e outra gente que juntou naquele governo, da que se costuma enviar por castigo ou por necessidade para as novas conquistas, partiu a fazer aquela colônia, contra as oposições dos gentios bravos que em cópia imensa habitam aquele país. Deu-lhe princípio com menor grandeza da em que de presente se acha, edificando a fortaleza com recinto à proporção da pouca gente que tinha para a guarnecer, e fazendo as muralhas com menos seguranças da que lhes podia dar (se atendera aos acidentes que devem prevenir os capitães), ainda que o tempo até ali lhe não permitira lugar a maiores e mais disposições.

7. Ainda não estava posta em cabal defensa, quando os espanhóis de Buenos Aires, com os oficiais e soldados que para a expugnar lhes trouxera o governador da cidade de Lima, lhe puseram sítio, acompanhados de grande número dos seus gentios domésticos, que aumentaram muito o seu exército. Despediu D. Manuel Lobo avisos pedindo socorros ao Rio de Janeiro, a Pernambuco e à Bahia, resistindo muitos meses a contínuos assaltos, em que acabaram os seus melhores soldados: mas causando nos que o não eram um pânico terror os combates: enfermos gravemente o governador D. Manuel Lobo, D. Francisco Náper de Lencastro e quase todos os que se achavam vivos na fortaleza, de achaques contraídos na diferença do clima e na dilação do cerco, em que já se padeciam insuperáveis descômodos e necessidades, apertando-o os inimigos e abrindo muitas brechas, entraram a praça com morte da maior parte dos cabos e da gente, e prisão das pessoas a que perdoou o seu furor, sendo entre elas as principais o governador D. Manuel Lobo e D. Francisco Náper de Lencastro.

8. Foram conduzidos os presos à cidade de Lima, e posto que tratados com grandeza e afabilidade, não deixaram de experimentar os infortúnios e apertos da sujeição, que toleraram com sofrimento e disfarce, agradecendo o mesmo de que puderam queixar-se. A poucos meses da assistência ou prisão naquela cidade agravando-se a enfermidade de D. Manuel Lobo, faleceu com aparente ou verdadeiro sentimento dos espanhóis e própria natural mágoa dos companheiros. Este fim teve D. Miguel ilustre por sangue e por valor, que servira nas guerras do reino com grande opinião de soldado, exercera honrados postos com boa satisfação até o de comissário geral da cavalaria do Alentejo, e concluída a guerra, fora premiado com o governo do Rio de Janeiro e a incumbência da referida fundação, onde (a não achar adverso fado) pudera fazer grandes serviços e alcançar competentes prêmios. Morreu em florida idade, sendo por muitas virtudes benemérito de melhor fortuna.

9. Havia com prontíssima diligência o mestre-de-campo-general Roque da Costa Barreto despedido da Bahia um navio com duas luzidas companhias do presídio dela e muitos bastimentos para a nova colônia, e o mesmo fizera o governador de Pernambuco: mas ficaram inúteis e baldados estes socorros, porque chegando ao Rio de Janeiro, acharam a notícia de ser rendida a praça, e voltaram sem outro efeito. Causou grande abalo em

Portugal e perda da colônia, e determinou o príncipe-regente fazer guerra a Castela, pois lhe davam os espanhóis com este injusto fato justíssima causa de romper a paz, poucos anos antes celebrada entre as duas coroas: e os belicosos espíritos portugueses, principalmente os cabos e soldados da guerra passada, que se viam sem este exercício, já tiveram as armas dos lanceiros, e as preveniam e se lisonjeavam para as esgrima nas campanhas.

10. Porém prevenindo Carlos II, rei da Castela, o perigo da sua monarquia, se a deixara exposta aos nossos golpes, acudiu com toda a prontidão à justa queixa do príncipe-regente por meio de seu embaixador extraordinário o duque de Juvenasso, que mandou logo caminhar de Madri para Lisboa. Chegou à corte, e não querendo o príncipe D. Pedro dar-lhe audiência, o mandara sair do reino; porém pelas atestações de que vinha a fazer tudo o que o príncipe quisesse, lhe permitiu entrada e lhe deu audiência.

11. Nela com os mais justificados e modestos termos significou a inocência em que estava naquela culpa o seu monarca e todos os conselheiros e ministros de Espanha e que vinha a dar dela toda a satisfação que Sua Alteza lhe ordenasse, além de mandar restituir a fortaleza, conduzir a Lisboa os presos, e pagar toda a importância do dano que havia causado os espanhóis de Buenos Aires, segurando serem rigorosamente castigados o governador, os cabos, e todos os que concorreram para aquela ação.

12. Pareceu a Sua Alteza e aos seus conselheiros que as expressões que el-rei de Castela lhe mandava fazer do seu sentimento por este fato, a ingenuidade com que afirmava não haver procedido de ordem sua, a ânsia com que solicitava a nossa amizade, a conservação da paz, e ultimamente os ofertas da satisfação que prometia, faziam parecer injusta a guerra que Portugal por aquela causa lhe fizesse; e superando o ânimo real português e dos seus integérrimos conselheiros quantos interesses do aumento da nossa monarquia se podiam conseguir naquela ocasião por este acidente, não quis Sua Alteza mais que a restituição da praça e dos presos, que foram enviados a Lisboa, ainda que os espanhóis, ingratos à generosa ação do nosso monarca, os próprios insultores daquele delito o tornaram a perpetrar pelos mesmos passos alguns anos depois, como em seu lugar diremos.

13. Entre os presos chegou a Lisboa D. Francisco Náper de Lencastro, a quem o Príncipe D. Pedro premiou aquele serviço e trabalho com reais favores e com o cargo de capitão-de-mar-e-guerra da nau da Índia, ordenando voltasse nela para ir a fundar de novo a colônia. Fez a viagem, e tornando a Lisboa, o nomeou Sua Alteza por mestre-de-campo e governador daquela praça, encarregando-lhe o governo do Rio de Janeiro, em que sucedeu a João Furtado de Mendonça, para que fosse enviando à colônia todas as coisas conducentes para a nova fundação, enquanto lhe não mandava sucessor. Uma e outra coisa obrou com grande acerto D. Francisco Náper, até que chegando por governador do Rio de Janeiro Luís César de Meneses, alferes-mor do reino (que depois veremos governador e capitão-geral do Brasil), partiu D. Francisco Náper de Lecastro a fundar de novo a Colônia do Sacramento.

14. Chegou com feliz sucesso, e com a mesma fortuna fez guerra e afugentou os gentios bravos de todas aquelas vizinhanças, e as repartiu pelos colonos e moradores que levara para as lavrarem; correspondendo o terreno ao trabalho, foram logo crescendo as lavouras e cultivando-se os pomares com a mesma fertilidade e formosura que os de Europa. Fabricou com forma mais regular a fortaleza, ocupando o maior circuito do que tivera seu princípio, e ostentando tanto poder e magnificência como segurança a nova praça.

15. Ao mestre-de-campo-general Roque da Costa Barreto sucedeu no ano de mil e seiscentos e oitenta e dois, com o posto de governador e capitão-geral do Brasil, Antônio de Sousa de Meneses, pessoa ilustre e aparentada com alguns grandes de Portugal. Tinha menos um braço, que perdera valorosamente nas guerras de Pernambuco, e o supria com outro de prata, de que o apelidavam. Sendo de longa idade, se não achava com aquelas experiências que costumam trazer os muitos anos. Nos postos e governos de algumas praças que exercera, tinha mostrado mais valor que disposição; falta que o fazia impróprio para o governo político da Bahia, cabeça de um Estado vastíssimo e braço tão distante do corpo da monarquia, onde chegam com tanta dilação os recursos, e trazem com a mesma mora as resoluções. O suceder a Roque da Costa, que lhe podia ser motivo de gosto, só lhe serviu de confusão, porque para fazer outro governo de tantos aplausos faltava a Antônio de Sousa talento, sem o qual são impossíveis os acertos.

16. Havia contraído em Lisboa muitos anos antes amizade com Antônio de Sousa de Meneses, Francisco Teles de Meneses, natural da Bahia, donde o vice- Rei D. Vasco Mascarenhas, conde Óbidos, o remetera preso; porém não se provando as culpas que se lhe formaram, foi dado por livre na corte, onde comprou por mui pouco preço o cargo de alcaide-mor da cidade da Bahia a Henrique Henriques de Miranda, a quem o dera o sereníssimo Senhor Rei D. Afonso VI. Com esta dignidade voltou para a pátria, afetando uma autoridade maior que a que tiveram os seus antecessores no lutar, e pesada aos que o julgavam menos benemérito dela. Por este motivo e por ódios mais antigos tinha muitos êmulos, granjeando-os sempre mais o alcaide-mor pelo defeito de uma língua modesta e de um ânimo vingativo, que vieram a ser causa da sua ruína.

17. A vinda do governador Antônio de Sousa, que pudera ser meio para ao alcaide-mor Francisco Teles se reconciliar generosamente com os seus inimigos, lhe serviu de estímulo para se vingar deles; porque vendo-se árbitro da vontade do governador e o seu único diretor, o encaminhou pela estrada das suas próprias paixões ao desejado fim das suas injustas vinganças. Entre as pessoas principais com quem tinha inimizade, eram objeto do seu ódio André de Brito de Castro, provedor da alfândega da Bahia; seus irmãos; Gonçalo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque, que tinha já a mercê para suceder a seu pai Bernardo Vieira Ravasco no ofício de secretário do Estado, em que depois entrou por sua morte e Antônio de Moura Rolim, Manuel de Barros da Franca, João de Couros Carneiro, escrivão da Câmara, o da fazenda real Francisco Dias do Amaral, os capitães de infanteria do presídio Diogo de Sousa da Câmara e José Sanches de El Pozo[4], e todos os que por alguma união de parentesco ou de amizade eram parciais ou dependentes dos referidos.

18. Governado o governador do seu valido, mandou devassar de André de Brito no procedimento de seu ofício de provedor da alfândega, e formando-lhe uma aparente culpa, o privou dele o proveu em um primo do alcaide-mor. Vendo Gonçalo Ravasco e Antônio de Moura que se lhes formavam crimes fantásticos, se homiziaram, por escusar a indecorosa e áspera prisão que se lhes prevenia. Manuel de Barros da Franca, que viera do recôncavo a exercer o lugar de vereador do senado da Câmara, sem haver pretexto algum

para se lhe impedir a ocupação, foi preso na enxovia pública e dela transferido para a prisão da fortaleza do Morro, da qual fugindo, se pôs em salvo.

19. A João de Couros e a Francisco Dias foram tirados os ofícios, provendo neles o governador os dependentes do alcaide-mor, e dando aos seus afilhados as companhias dos capitães Diogo de Sousa e José Sanches. Em outros ofícios e postos menores se foram fazendo as próprias execuções e provimentos, com prisões injustas, as quais souberam obviar as pessoas acima declaradas, recolhendo-se ao colégio dos padres da Companhia (que naquela ocasião teve a propriedade do asilo romano), para onde se havia retirado pouco tempo antes também o desembargador João de Couto de Andrada, ministro atual da Relação, com receio de que o governador o mandasse prender, por lhe ser contrário o alcaide-mor.

20. Havia Antônio de Brito de Castro, irmão do provedor da alfândega, feito a um sobrinho do alcaide-mor um agravo daqueles que com nome mais próprio costuma o duelo chamar afronta, e o precisara, sugerido do tio, a tomar satisfação equivalente à injúria. Esperou a Antônio de Brito, e de uma casa em que o agressor estava oculto com outras pessoas armadas, se lhe dispararam alguns tiros de bacamarte, indo Antônio de Brito para o Carmo em uma tarde com seu irmão André de Brito; e posto que no conflito se houveram ambos com grande valor, entrando pela casa e seguindo aos insultores, que se puseram em salvo saltando os muros da cerca do colégio, ficou Antônio de Brito com um braço feito em pedaços, ferido perigosamente de muitas balas, não ofendendo nenhuma a seu irmão, em prova de que não tivera parte a culpa de Antônio de Brito, o qual escapou da morte com alguma lesão no braço.

21. Passaram estes fatos poucos anos antes de ir à Bahia o governador e capitão-geral Antônio de Sousa Brito de Meneses; porém conservando Antônio de Brito de Castro ainda vivas as dores e as cicatrizes das feridas, e achando ocasião oportuna na queixa geral que se formava do alcaide-mor Francisco Teles de Meneses, se resolveu a tirar-lhe a vida, sacrificando-a à sua vingança e ao ódio comum da Bahia. Teve Francisco Teles repetidos avisos, e na mesma manhã em que foi morto, uma carta que levara ao governador, em que se lhe advertia não saísse de casa aquele dia; e oferecendo-lhe o governador soldados que o levassem e ficassem

guardando nela, os não quis aceitar, porque nunca entendeu (fiado também na parcialidade da sua família nobre e dilatada) que durante aquele governo se lhe atravessem seus inimigos.

22. Brevemente o desenganou a sua desgraça, porque saindo de palácio e andando o pouco espaço que há dali à rua direita detrás da Sé, o investira oito mascarados, que depois de dispararem três ou quatro bacamartes (cujos tiros lhe mataram um lacaio e feriram outros), tirando só Antônio de Brito a máscara, avançou à serpentina em que ia Francisco Teles, o qual ao levantar-se recebeu dele um mortal golpe pelo pescoço, e outras feridas das mãos dos mais sequazes, e foi conduzido moribundo a sua casa, onde na tarde do mesmo dia faleceu. Retirou-se Antônio de Brito descoberto com os outros companheiros que se não descobriram, e todos com grande sossego e vagaroso passo pela mesma rua se recolheram ao colégio.

23. Chegara incontinênti, pelos ecos dos tiros, a notícia do conflito a palácio, donde o governador, temendo o fato, despediu logo a maior parte dos soldados que estavam naquele corpo da guarda; mas quando chegaram ao lugar do delito, já se tinham recolhido os agressores. Certificado o governador do miserável estado em que ficara Francisco Teles, sem esperança de vida, brotou em tantos excessos a sua ira ou o seu amor, que não atinava com a pública atenção nem com a própria autoridade, fazendo ações indignas do seu cargo e da sua pessoa.

24. Ao secretário do Estado, Bernardo Vieira Ravasco, que da secretaria em que se achava saíra a assistir-lhe, mandou meter na enxovia. Tratou indecorosamente aos oficiais de guerra assistentes na sua sala, pondo-os de infiéis; e proferindo menos atentas palavras contra toda a cidade da Bahia, só faltou reptá-la de traidora pela morte do alcaide-mor, como D. Diogo Ordonhes da Lara à de Samora pela do rei D. Sancho. Mandou pôr em cerco com um cordão de soldados o colégio, e sitiar por outros a casa de André de Brito de Castro, o qual assim como ouvira os tiros montara a cavalo, buscando a praia, e pelo cais dos padres da Companhia se valera daquela imunidade em que estavam os outros homiziados.

25. Eram as rondas que o governador mandava lançar de noite repetidas e dobradas, a fim de colher algum dos delinquentes e de saber a comunicação que tinham com as outras pessoas da cidade, das quais man-

dava prender muitas inocentes, sendo raras as principais a quem respeitou e a quem não abrangeu o seu furor, por não serem tocadas do contágio dos ódios do alcaide-mor. Chegou a Portugal a notícia da consternação em que se achava a Bahia, e das vexações que nela se padeciam; e o sereníssimo senhor D. Pedro (que já se intitulava rei, por haver falecido o senhor rei D. Afonso VI seu irmão no seu retiro do real palácio de Cintra, em doze de setembro do ano de mil e seiscentos e oitenta e três) aplicou a sua pia e real atenção a evitar a útima iminente ruína, que depois de tantos estragos ameaçava a Bahia do governo de Antônio de Sousa de Meneses, mandando-lhe sucessor.

26. Foi adverso o ano de mil e seiscentos e oitenta e três a Portugal, e o contará com pedra negra pela morte da sereníssima senhora rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, que dezoito anos ocupara dignissimamente o tálamo e trono real português. Era a sua varonia dos duques de Saboia, e pelos casamentos da sua preclaríssima casa de Nemours ficava em linhas diferentes sendo terceira e segunda neta dos cristianíssimos reis de França Luís XII, da família de Valois, e Henrique IV da de Bourbon, e descendia das sereníssimas casas de Este pelos duques de Ferrara, e de Lorena pelos de Mercoeur. O sentimento do sereníssimo senhor rei D. Pedro e de todos os portugueses foi à medida do largo tempo e domínio em que o rei a teve por esposa e os vassalos por senhora, deixando pelas reais virtudes de que foi composta muitas memórias e vivas saudades.

27. No ano de mil e seiscentos e oitenta e quatro sucedeu a Antônio de Sousa de Meneses no posto de governador e capitão-geral do Brasil D. Antônio Luís de Sousa Telo de Meneses, marquês das Minas, grande por títulos, esclarecido por sangue e herói por valor e por ações. Entre muitas prerrogativas resplandeceu nele a generosidade do ânimo, e uma suave oculta força com que atraía as vontades; com ela sossegou as alterações e parcialidades da Bahia, que pudera levantar-lhe estátua, com mais razão que os romanos quando edificaram um templo à deusa Concórdia, depois de apaziguada a guerra civil regida pelos dois irmãos Tibério e Caio da nobilíssima família dos Gracos. Tinha ocupado o marquês grandes postos e lugares competentes nas guerras e magistrados do reino, e se achava exercendo o cargo de governador das armas de Entre-Douro e Minho, donde foi enviado ao governo-geral do Brasil.

28. Soltou os presos que achou sem culpas, e aos que se lhes tinham injustamente formadas favoreceu até mostrarem a sua inocência. Consolou aos aflitos e perseguidos pelo seu antecessor, e a todos pôs em paz. Fez conduzir à cidade mantimentos, de que padecia muita falta, porque no tempo do governo de Antônio de Sousa, não querendo expor-se a experimentar injustiças os condutores dos gêneros comestíveis, se abstiveram de os conduzir a uma Babilônia onde tudo eram confusões; mas com a mudança de governador acudiram logo em tal abundância os víveres, que se compravam por muito inferior preço. Soltou enfim a fortuna em todo o gênero de felicidades os favores que represados por mais de dois anos negara aos moradores da Bahia, e lhes deu todos os tesouros no marquês das Minas, o qual ia continuando em lograr as glórias que depois com maiores aplausos (como em seu lugar diremos) o colocaram nos mais altos lugares dos templos da fama e da memória.

29. Tinham neste tempo a paz e a discórdia variado as cenas no Brasil, porque depois do turbulento governo de Antônio de Sousa de Meneses na Bahia, se lograva o pacífico do marquês das Minas, e em Pernambuco ao governo plausível de seu irmão D. João de Sousa sucedera o infausto de João da Cunha Sotomaior, parecido na idade e no talento com Antônio de Sousa. Experimentavam-se naquela praça grandes vexações, violências e injustiças, obradas por aquele governador. Eram poucas as pessoas públicas e particulares que escapavam das suas injustas prisões, e fugindo delas em o mesmo ouvidor-geral daquela capitania o Doutor Dionísio de Ávila Vareiro, que depois foi desembargador da relação da Bahia, se pôs em salvo nela por aviso que tivera de que João da Cunha o mandava prender; causa por que deixara o seu lugar antes de acabado o tempo da sua residência.

30. Estas desinquietações se atribuíam à verdura de dois filhos que o governador levara em sua companhia, de idade juvenil, e que nele tinham império não de filhos, mas de pai, obrigando-o a fazer quanto se lhes antojava por suas paixões ou por suas conveniências. Recorriam todos os perseguidos e vexados ao marquês governador-geral, que inteirado da sua inocência e conhecendo serem falsas as suas culpas, os mandava livrar das violências de João da Cunha Sotomaior, o qual não se abstendo de cometer outras, foi preciso ao marquês ordenar-lhe procedesse de forma que o não

obrigasse a tirá-lo do governo; temor que fez moderar, mas não emendar a João da Cunha Sotomaior, ainda que procedeu dali em diante com maior receio e menos escândalo[5].

31. Estes distúrbios foram em Pernambuco os primeiros presságios do fatal achaque da bicha, e logo um tremendo eclipse da Lua que naquela província e na Bahia se viu com horror. Apareceu esta grande luminária, presidente da noite, em uma do mês de dezembro do ano de mil e seiscentos e oitenta e cinco, tão abrasada que inculcava ter recolhido no seu côncavo ou na sua circunferência toda a região do fogo; desta (ao aparecer) capa de chamas cobriu a maior parte do seu vastíssimo corpo, tendo precedido, alguns meses, antes outro eclipse do Sol, em que este príncipe dos planetas mostrara uma névoa, à qual o padre Valentim Estancel, da Companhia de Jesus, astrólogo célebre, chamara aranha do Sol[6].

32. Fez este religioso sobre os dois eclipses juízo matemático, em um prognóstico em que insinuou muitas enfermidades ao Brasil, e que haviam de continuar por muito tempo. É certo que os eclipses são naturais, formando-os a Terra, que se entrepõe ao curso destes dois planetas maiores: porém de tais acidentes pode receber sordície ou qualidade contagiosa o ar por razões manifestas ou causas ocultas, e da sua corrupção resultarem doenças, se não em todo o mundo, em algumas partes dele, como se tem experimentado em contágios e desgraças de que há muitos exemplos antigos e modernos, vivos nas tradições e nos escritos e ainda frescos nas memórias.

33. Principiou este terrível contágio em Pernambuco no ano de mil e seiscentos e oitenta e seis, e devendo atribuir-se a causa do pestilento mal aos pecados dos moradores destas províncias, corruptos de vícios e culpas graves, a que os provocava a liberdade e riqueza do Brasil, lhe indagavam origens diversas, não sendo a de menor reflexão umas barricas de carne que voltaram em viagem da ilha de S. Tomé, e abertas por um tanoeiro, caindo brevemente expirara, e logo algumas pessoas de sua casa a quem comunicara o contágio. Este se foi ateando no povo do Recife em tanto excesso, que morreram mais de duas mil pessoas, número grande a respeito daquela povoação.

34. Dali foi passando logo à cidade de Olinda e ao seu recôncavo, sendo mui poucas as pessoas que escapavam daquele achaque pela malignidade e veemência do mal, em cujos sintomas diferentes não podia atinar a ciência médica, conformando-se os professores desta faculdade só em lhe darem o nome de bicha, da qual livrando poucos, era sem número os que morriam, deixando ermas de moradores e de amparo as casas e famílias de Olinda e do Recife. Da calamidade de Pernambuco chegou com a notícia o contágio à Bahia, ou pelos avisos comunicado, ou porque os eclipses não teriam nela disposto para tanta corrupção o ar tão brevemente como naquela província. Os primeiros feridos do achaque foram dois homens que, jantando em casa de uma mulher meretriz, morreram em vinte e quatro horas; caso que a fez ausentar, por se lhe arguir que em um prato de mel lhes disfarçara o azíbar do veneno; mas pelos sintomas e sinais com que foi ferindo o contágio, se conheceu que dele faleceram.

35. Continuou com alguma pausa, mas com tal intensão e força, que era o mesmo adoecer que em breves dias acabar, lançando pela boca copioso sangue. Destes foi naquele princípio dos primeiros o desembargador João de Couto de Andrada, que na Relação deste Estado procedia mui conforme à obrigação do seu cargo. Foram logo adoecendo e acabando tantas pessoas, que se contavam os mortos pelos enfermos. Houve dia em que caíram duzentos e não escaparam dois; os sintomas do mal eram os próprios na Bahia que em Pernambuco, mas entre si tão diferentes e vários que não mostravam sinal certo.

36. Era em uns o calor tépido e o pulso sossegado, noutros inquieto e grande a febre. Uns tinham ânsias e delírios, outros ânimo quieto e discurso desembaraçado. Uns com dores de cabeça, outros sem elas, e finalmente desiguais até na crise mortal do contágio, porque acabavam ao terceiro, ao quinto, ao sexto, ao sétimo e ao nono dia; alguns poucos ao primeiro e ao segundo. Estavam cheias as casas de moribundos, as igrejas de cadáveres, as ruas de tumbas; não havia já pessoas para acompanharem o Santíssimo Sacramento, que por esta causa levavam os párocos com menor culto, resplandecendo então mais a caridade e a diligência com que faziam às criaturas o maior bem e ao Criador grato serviço[7].

37. No horror desta confusão mostrou o marquês das Minas o preço e fineza dos quilates do seu alento e da sua generosidade. Saía a acompanhar a Nosso Senhor quando ia por Viático aos enfermos; entrava até às suas camas; aos que eram de maior distinção significava a pena que sentia do seu perigo, e os acompanhava à sepultura na sua morte; aos de menor esfera consolava, e aos pobres socorria, deixando-lhes debaixo dos travesseiros grandes esmolas. Ordenou a um boticário insigne desse por sua conta aos miseráveis todos os medicamentos que lhe pedissem, em que despendeu uma quantia grande.

38. Enviou a muitas partes do recôncavo com mão larga dinheiro a comprar frangões e galinhas, que mandava repartir pelos doentes necessitados. E sendo já da sua comitiva falecidos o seu tenente-general, o capelão e alguns criados, não podia o medo do mal vizinho fazer impressão no destemido ânimo do marquês, ou porque o seu valor não conhecia receio em nenhum gênero de perigo, ou porque em tal espetáculo ocupando-lhe todo o coração da mágoa, lhe não deixava lugar para o temor.

39. Do contágio faleceu o arcebispo D. Fr. João da Madre de Deus, que por desistência de D. Gaspar Barata de Mendonça viera por metropolitano do Brasil no ano de mil e seiscentos e oitenta e três. Adoeceu sem sintoma algum de morte até poucas horas antes de perder a vida; com brevíssimos dias de enfermidade expirou no do glorioso Santo Antônio, treze de junho, em que também caiu a solenidade do Corpo de Deus naquele ano, que foi o de mil e seiscentos e oitenta e seis.

40. Era religioso da ordem do glorioso patriarca S. Francisco, da província de Portugal, e nela provincial, pregador d'el-rei, examinador das três ordens militares, e um dos maiores oráculos do púlpito lusitano no século passado. Governou três anos a sua igreja com notável exemplo e educação das suas ovelhas, merecendo pelas suas virtudes e prerrogativas uma memória grande. Foi sepultado na capela-mor da sua metrópole com verdadeiras lágrimas, nascidas da falta de amparo em que sem a sua vida ficava o rebanho católico de todo o seu arcebispado.

41. Vivia naquele tempo D. Francisca de Sande, viúva poderosa e matrona das principais da Bahia; e fazendo luzir a sua piedade e o seu cabedal na cura dos enfermos, abriu em sua casa um hospital, mandan-

do ir a ele os doentes que não cabiam no da Misericórdia, e recolhendo outros que voluntariamente escolhiam o seu, onde lhes ministrava pelas suas mãos as medicinas receitadas dos médicos a quem pagava, e todos os medicamentos, despendendo considerável soma em galinhas, frangões, camas, roupas e tudo o que podia ser preciso para a saúde, cômodo e asseio dos enfermos, dos quais a maior parte escapava por força do seu cuidado e da sua caridade; virtudes que mereceram o agradecimento do sereníssimo senhor rei D. Pedro, expressado em uma honrosa carta que foi servido mandar-lhe escrever[8].

42. Continuava o mal, não aproveitando pela sua oculta causa os remédios que lhe aplicavam os médicos. Deles morreram três e outros tantos cirurgiões, todos insignes nas suas faculdades, mostrando que se não acertavam a cura dos enfermos, também erravam a sua. Já havia poucos que pudessem assistir aos doentes, porque tímidos ou desenganados de não poderem conhecer o achaque se retiravam, e às pessoas a quem não podiam faltar, curavam por fora dos trópicos do hemisfério da medicina. Nesta opressão recorreu a Bahia ao patrocínio do glorioso santo S. Francisco Xavier, indo a buscá-lo ao colégio dos padres da Companhia, e levando-o em procissão solene pelas principais praças e ruas da cidade.

43. Deus, que é admirável nos seus santos, e deste novo taumaturgo ouve todas as deprecações, suspendeu o braço da sua justiça, irado justissimamente contra os nossos pecados e foi perdendo a força o mal, de forma que ou já não feria, ou quase todos os feridos escapavam; posto que para as pessoas que vinham de mar em fora ou dos sertões, assim à cidade da Bahia como à de Olinda, durou largos anos levando grande parte deles, principalmente aos mais robustos, porque este contágio fazia (como o raio) mais impressão onde achava maior fortaleza.

44. Pela notória obrigação do patrocínio que achara no glorioso S. Francisco Xavier a cidade da Bahia, o Senado da Câmara dela com aplauso do povo o elegeu para padroeiro principal, pedindo-o assim em Roma no pontificado de Alexandre VII à Sagrada Congregação dos Ritos que à instância do eminentíssimo reverendíssimo cardeal Carpegna aprovou e confirmou a dita eleição, concedendo ao santo todas as prerrogativas graças que (segundo as rubricas do *Breviário* e *Missal Romano*) são conce-

didas aos santos padroeiros, conforme a constituição do sumo pontífice Urbano VIII, e logo por faculdade do sereníssimo senhor rei D. Pedro II se estabeleceu aquela procissão ao santo, anual e perpétua, em o dia décimo do mês de maio, em que lhe fizeram a primeira, e em todo ele dura a festa com o Santíssimo Sacramento exposto e procissão de tarde, despesa e assistência do Senado e grande concurso, sendo uma das mais solenes que faz a Câmara da Bahia[9].

45. Os moradores dos recôncavos de Pernambuco e da Bahia não experimentaram tanto o rigor do mal, assim na extensão como na força; e dos que enfermavam morriam poucos, porque os ares espalhando-se por maior esfera, perdiam a força da corrupção, ou porque esta se lhes não comunicava por tantos cadáveres, camas, roupas e outros trastes do uso dos que faleciam; coisas de que não podiam livrar-se os habitadores das duas cidades, assistindo uns às curas e enterros dos outros.

46. Foi matéria digna de reflexão que deste contágio não enfermaram negros, mulatos, índios, nem mesclados, assim na Bahia como em Pernambuco; parece que para aqueles viventes compostos humanos não trouxera forças ou jurisdições o mal; poderia haver neles qualidade secreta, se não foi decreto superior. Por esta causa não faltou aos enfermos e aos sãos quem os servisse e solicitasse o necessário; porém faltavam os mantimentos, porque os que os conduziam, antes queriam perder os interesses de os trazer às cidades, que arriscar as vidas nelas, onde estava tão furioso o contágio.

47. Não deixou de experimentar o marquês das Minas os cruéis efeitos dele em um tirano golpe com que a morte (reservando-lhe para mais altas empresas a vida) o feriu na alma, sendo desta trágica cena imenso teatro o mar, na volta que fazia para o reino, porque a poucos dias de navegação lhe levou com os próprios sintomas do mal da terra a seu filho primogênito D. Francisco de Sousa, conde do Prado, o qual o acompanhara em todo o tempo do seu governo na Bahia, com procedimentos e ações próprias do seu generoso sangue, que lhe conciliaram os mesmos cultos e agrados que se dedicavam ao marquês seu pai, de quem herdara as virtudes, ainda que não chegou a herdar a casa, cuja grandeza pudera elevar-se pela prudência de tal sucessor, que nos merece esta saudosa e particular me-

mória. Não quis o marquês levar aquele ilustríssimo cadáver ao magnífico jazigo dos seus antepassados, e o fez depositar no mar, para que tivesse o sepulcro do sol[10].

48. Logrou neste tempo a monarquia lusitana uma das suas maiores felicidades na preciosa e soberana prenda que ao Tejo enviaram o Reno e o Danúbio, a sereníssima senhora rainha D. Maria Sofia Isabel de Neoburgo. Estava no sereníssimo senhor rei D. Pedro II suspensa a augusta varonia portuguesa; e suspirando os seus leais vassalos vê-la continuada, lhe rogaram com as mais vivas expressões do seu amor e da sua fidelidade, que deposto o justo sentimento pela perda da primeira real consorte, lhes desse rainha.

49. Atendendo el-rei a tão justos rogos, feitos por tão importante causa, elegeu para esposa uma das mais virtuosas e excelsas princesas que naquele século se achavam em Europa, pedindo-a ao sereníssimo duque de Neoburgo, conde eleitor palatino, seu pai, o qual lha concedeu com os júbilos iguais aos créditos que deste parentesco resultavam à sua eleitoral e sereníssima casa. Entrou aos onze de agosto do ano de mil e seiscentos e oitenta e sete esta nunca assaz louvada rainha em Lisboa, onde foi festejada com as demonstrações e grandeza devidas à sua soberania e às singulares virtudes de que a dotaram a natureza e a fortuna.

50. No mesmo ano de mil e seiscentos e oitenta e sete sucedeu ao marquês das Minas no posto de governador e capitão-geral Matias da Cunha, esclarecido por nascimento e por valor, que ocupara com grandes acertos os postos de comissário-geral da cavalaria do Alentejo, de mestre-de-campo do terço da armada, de governador da província do Rio de Janeiro, e das armas de Entre-Douro e Minho, donde viera a governo-geral do Brasil, no qual começou a mostrar logo as disposições do seu talento, que atalhou brevemente a morte, como veremos.

51. Neste ano foi degolado no Terreiro da Bahia o coronel Fernão Bezerra Barbalho, morador e natural da província de Pernambuco, e uma das pessoas da nobreza dela, por matar no seu engenho da Várzea, injustamente e sem mais causa que uma suspeita cega, a sua esposa e três filhinhas havidas dela, escapando outra que por menor escondera uma escrava, correndo com ela sem ser vista para a casa de um morador vizinho

daquele engenho. Foi companheiro de Fernão Bezerra nesta crueldade seu filho primogênito, matricida e fratricida de sua mesma mãe e irmãs, e sabendo esconder-se e retirar-se melhor que seu pai, só este foi preso; remetido depois com a devassa à Bahia, pagou em um cadafalso os delitos de ambos, sem poder a compaixão (que moviam os seus muitos anos e cãs) naquele espetáculo moderar o sentimento e mágoa das inocentes vidas que tirara, pelas notórias virtudes daquelas tão honradas como infelizes mulheres[11].

52. Nos primeiros meses do governo de Matias da Cunha recorreram os moradores da capitania do Ceará ao seu amparo contra os gentios daqueles ásperos sertões, que tinham de próximo feito grandes danos na cidade e seu recôncavo, pedindo-lhe ajuda para lhes fazerem guerra. Convocou o governador Matias da Cunha a palácio teólogos, missionários e os cabos principais, para se votar em junta (na forma da provisão do sereníssimo senhor rei D. João IV) se era justa a guerra que se havia de fazer àqueles gentios, e se ficavam legitimamente cativos os que nela fossem presos; termo de que usara, como deixamos escrito, o governador Afonso Furtado de Mendonça.

53. Resolvendo-se agora nesta matéria o mesmo que então se determinara, ordenou Matias da Cunha ao governador de Pernambuco, aos capitães-mores da Paraíba e Rio Grande mandassem cabos, gente, petrechos e bastimentos para aquela empresa; resolução que logo se executou com tão bom sucesso, que dele resultou a quietação que hoje logra aquela província, colhendo os frutos das culturas do seu recôncavo com menor perigo do que até aquele tempo experimentara.

54 . Feria ainda na Bahia o mal da bicha as pessoas que vinham de fora, e já eram falecidas muitas das que chegaram na frota que trouxera ao governador e capitão-geral Matias da Cunha, entre as quais morreram os desembargadores José da Guarda Fragoso e Jerônimo de Sá e Cunha, que no pouco tempo que exerceram aos seus lugares, mostraram ter muitas letras e inteireza. Na seguinte frota do ano de mil e seiscentos e oitenta e oito acabaram a poder do mesmo contágio outros sujeitos de distinção, e em ambas a maior parte dos homens marítimos.

55. Enfermou o governador do mal, tanto mais intenso quanto mais dissimulado, porque não mostrou sinais malignos nos primeiros dias, mas poucos antes de acabar, se manifestou mortal. Conhecendo Matias da Cunha próximo o fim da sua vida, se dispôs para a morte com tão grandes atos de cristão, que deu não pequeno exemplo no desprezo das vaidades do século. Com estes desenganos e admiráveis mostras de arrependimento faleceu aos vinte e quatro do mês de outubro do referido ano, mandando sepultar-se no convento do glorioso patriarca S. Bento, em cuja capela-mor lhe deram aqueles religiosos jazigo[12].

56. Foi Matias da Cunha filho legítimo e segundo de Tristão da Cunha, uma das varonias do seu ilustríssimo apelido, que nos séculos passados lograria ainda maiores estimações, fecunda em heróis e famosa em capitães, dos quais passando alguns a Castela, foram troncos de grandíssimas casas de Espanha; sendo moço era respeitado entre os da sua esfera e idade pela pessoa e pelo valor; por esta causa foi escolhido dos companheiros para fazer o primeiro ingresso no duelo que tiveram na casa do jogo da pela, de que resultara a morte do conde de Vimioso, sendo o empenho contra o de S. João. Este infausto sucesso o fez ausentar da pátria, e discorrendo por toda a região de Itália, adquiriu nela muitas notícias dos seus potentados e repúblicas; restituído a Portugal teve na milícia os empregos que referimos, mas viveu sempre tão propenso à liberdade militar, que até nos governos políticos não perdeu os hábitos de soldado.

57. Por não haver vias para a sucessão do governo, como já acontecera na morte do governador e capitão-geral Afonso Furtado de Mendonça, convocou Matias da Cunha à sua presença, um dia antes do seu falecimento, o Senado da Câmara, a nobreza e aos cabos e lhes ordenou e pediu elegessem a pessoa que por sua morte havia de ficar substituindo o seu lugar. Houve variedade nos votos, mas todos vieram a conformar-se elegendo para o governo militar e político ao arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição, que aos treze do mês de maio daquele próprio ano chegara por metropolitano do Brasil, e já no pouco tempo que exercia a pontifícia dignidade, empregava todo o seu talento (verdadeiramente apostólico) em missões, pregando por todas as paróquias da Bahia com grande fruto das suas ovelhas, e praticando mui diferentes exercícios dos que lhe sobrevinham com o governo do Estado. O

das justiças ficou ao doutor Manuel Carneiro de Sá, chanceler da Relação, a quem pelo lugar, na falta de governador, tocava o de regedor.

58. No mesmo dia se amotinaram os soldados dos dois terços do presídio, por três pagas que se lhes estavam devendo, e se juntaram no campo do Desterro rodeando a casa em que se recolhe a pólvora, menos os cabos e oficiais maiores, que todos assistiram na praça em prova da sua obediência e lealdade. Pediam os soldados se lhes mandasse satisfazer no termo peremptório de um dia os seus soldos, com cominação de entrarem na cidade e a saquearem, ameaçando com especialidade as casas dos oficiais da Câmara, por cuja ordem corria então a paga da infanteria.

59. Foram os seus cabos ao campo a sossegá-los e reduzi-los, segurando-lhes da parte do governador e do Senado a prontidão dos soldos que se lhes deviam, afeando-lhe aquele motim sempre detestável, e mais feio naquela ocasião do trânsito mortal em que se achava o seu general, mas não puderam persuadi-los. A mesma diligência fez o arcebispo em uma concertada prática, e ainda que se moderaram nos excessos que faziam em todas as pessoas que com cargas das fazendas vizinhas passavam por aquela estrada, não se reduziram continuando na mesma resolução.

60. Era a confusão dos vereadores tão grande como breve o termo que lhes davam os soldados; mas juntando na forma que pode ser, a quantia que bastava para se lhes pagar (porque os cabos e oficiais maiores declararam que para eles não era necessária a satisfação senão quando a Câmara comodamente lha pudesse fazer) foi levado ao campo o dinheiro, com que se lhes pagaram nove meses que se lhes deviam. Depois de satisfeitos insistiram em se não desarmarem, sem se lhes mandar um perdão geral daquele fato assinado pelo governador, que ainda vivia, e pelo arcebispo que lhe havia de suceder, o qual lhes foi concedido, e ainda o chegou a assinar Matias da Cunha com o arcebispo. Alcançado o indulto e expirando logo o governador, entraram na cidade e assistiram militarmente ao seu enterro.

61. Achava-se Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, almotacé-mor do reino, governando a província de Pernambuco, onde fora enviado por morte de Fernão Cabral, senhor de Azurara e alcaide-mor de Belmonte, que do mal da bicha falecera naquele governo, donde foi Antô-

nio Luís promovido ao posto de capitão-geral do Brasil. Chegou à Bahia no ano de mil e seiscentos e noventa. Era este herói insigne em muitos atributos e virtudes, ilustríssimo no sangue, vigilante no serviço real, inteiro na administração da justiça e no castigo dos delinquentes, admirável na independência de todo o gênero de interesses; estas virtudes exercitara sempre e de próximo em Pernambuco, donde já chegara à Bahia a sua fama, antes de ter chegado a sua pessoa.

62. Faleceu no ano de mil e seiscentos e noventa a sereníssima senhora princesa D. Isabel Luísa Josefa, primeiro fruto do tronco real português que dominava a monarquia lusitana. Nasceu dos augustíssimos senhores reis D. Pedro II e D. Maria Francisca Isabel de Saboia. Foi jurada princesa herdeira da coroa e ajustada para esposa do sereníssimo duque de Saboia seu primo. A conduzi-lo saiu do Tejo no ano de mil e seiscentos e oitenta e três a mais rica armada que sulcara as ondas do Mediterrâneo, em que se embarcou a maior nobreza do reino.

63. Porém enfermando por altíssima providência aquele príncipe não se achou capaz de passar a Portugal a consumar os desposórios naquele tempo; e logo variando a fortuna com diversos acidentes as disposições, ele tomou estado, e a nossa princesa foi lograr maior império ao Céu, porque as suas incomparáveis virtudes e angélica formosura não eram da Terra; por esta causa sendo pretendida, como outra sereníssima infanta de Portugal, a senhora D. Maria, filha póstuma do senhor rei D. Manuel, pelos maiores príncipes da Europa, as não alcançaram, porque foram escolhidas para esposa de Deus.

64. No ano seguinte de mil e seiscentos e noventa e um faleceu o arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição. Foi em Coimbra dos opositores de maior graduação e merecimento, colegial de S. Pedro, doutor em leis e em cânones, cônego doutoral da Sé de Lamego, deputado do Santo Ofício. Porém, deixando todos estes empregos e outras maiores esperanças que lhe prometia o século, o abandonou para vagar a Deus na contemplação exercícios santos do maravilhoso convento do Varatojo, seguindo tão religiosamente o exemplo do seu venerável instituidor, que foi um dos seus mais vivos retratos.

65. Pela fama das suas penitências, do fervor com que se empregava na obrigação de missionário, do fruto que fazia nas almas, e das grandes virtudes que resplandeciam no seu singular talento, o escolheu el-rei para arcebispo da Bahia; mas repugnando com o maior esforço à sua eleição, não pôde deixar de obedecer à vontade e preceito real. Aceitou a sagrada dignidade, que exerceu na Bahia pouco mais de dois anos com grande exemplo, santa educação e muito aproveitamento espiritual das suas ovelhas.

66. O tempo que por morte de Matias da Cunha governou o Estado (que foi quase todo o do seu pontificado) teve por um do martírios da sua vida e o oferecia a Deus em satisfação dos seus pecados. Depois de entregar o governo ao almotacé-mor, partiu a visitar as vilas do Camamu, Cairu e Boipeba, onde fez obras e missões prodigiosas. Sentindo-se enfermo, se fez conduzir a Cachoeira, e no seminário de Belém dos padres da Companhia, com a assistência e nos braços do padre Alexandre de Gusmão (varão inculpável) em poucos dias de enfermidade e com muitos atos de amor de Deus lhe entregou aquela ditosa alma, que por tantos serviços se fizera benemérita de bem-aventurança. De ordem sua ficou sepultado no referido seminário, o qual por esta causa e outros muitos títulos nos merece a particular memória de uma breve notícia.

67. Quatorze léguas da cidade da Bahia está a vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, que toma o nome do rio em cujas ribeiras fora edificada; uma de distância pelo seu terrestre continente se eleva grande porção de terra, cujo cume se estende em dilatadíssima campina, fertilmente amena pela frescura e suavidade dos ares, pela alegria e distância dos horizontes, pela produção e fecundidade do terreno, e finalmente pelo concurso de muitas e cristalinas águas. Neste sítio fundou o ano de mil e seiscentos e oitenta e seis um seminário o padre Alexandre de Gusmão, religioso da Companhia de Jesus e um dos maiores talentos da sua província do Brasil, onde foi repetidas vezes reitor, provincial, lente de filosofia, teologia e moral, e sobretudo insigne mestre do espírito, cuja virtude e doutrina são veneradas como de varão santo.

68. Com algumas esmolas e com o seu laborioso cuidado fabricou pelo deu desenho suntuosa igreja a que deu o título de Nossa Senhora

de Belém, e fez os excelentes artefatos do estábulo, fabricado de fina e manchada tartaruga, e de várias peças da sacristia e muitos presépios de diferentes matérias pelas suas mãos. Em proporção do templo edificou casas para peregrinos e hóspedes autorizados, que naquele sítio são frequentes, e formou um capacíssimo e perfeito seminário, em que recolheu meninos para lhes ensinar as primeiras letras e a gramática, e para os instruir e criar nas virtudes exercícios cristãos, sendo mestre de todos, e sujeitando-se a ler nos bancos os primeiros rudimentos aos discípulos aquele que em profundas ciências nas cadeiras admirara aos mestres. O tempo que lhe sobejava aplicava à composição de vários livros, que saíram à luz com grande exemplo e proveito das almas.

69. Foi crescendo com o fervor da doutrina o concurso dos seminaristas, de forma que de todas as partes do Brasil lhe enviavam muitas pessoas principais filhos e parentes, a quem assistiam com uma anual moderada côngrua para a sua cômoda sustentação, arbitrada desde o princípio do seminário pelo seu fundador. Com o culto divino, que ali suntuosa e piamente se consagra a Deus e à Virgem Santíssima sua mãe, se aumentou tanto a devoção dos fiéis, que de muito longe vão àquele santuário, e foi preciso ao colégio da Bahia acudir-lhe com muitos religiosos, assim sacerdotes para administrarem os Sacramentos, como irmãos para ajudarem o padre Alexandre de Gusmão na educação e estudos dos seminaristas, dos quais têm já saído muitos e virtuosos sujeitos para o hábito de S. Pedro e para os das outras ordens claustrais, e até para o século perfeitos varões.

70. A casa é hoje uma das reitorias da sua sagrada religião, residindo nela comunidade competente a tanto emprego, e continuando nele o seu instituidor Alexandre de Gusmão, que viveu até o ano de mil e setecentos e vinte e quatro, assistindo no seminário com a mesma prontidão e atividade, ensinando, pregando e administrando os Sacramentos em noventa e seis anos de idade; maravilha que se atribuiu à poderosa disposição divina.

71. Tiranizavam a província de Porto Seguro cinco homens naturais da mesma capitania, que sendo nobres por nascimentos, se tinham feito vis por exercício. Juntaram alguns foragidos e formaram uma esquadra de bandoleiros, sendo capitão dela um dos cinco principais. Cometiam por todos aqueles distritos e dentro da mesma vila roubos, homicídios,

estupros, adultérios e todo o gênero de insolências e delitos, sem ficar fazenda, casa, honra nem lugar seguro dos seus insultos.

72. Não excetuava a sua tirania os seus próprios parentes, e andavam os moradores tão temerosos, por se acharem os cabos da milícia, os juízes e os oficiais de justiça com tão poucas forças para os sujeitar que apenas se podiam defender, vivendo todos no temor de um perigo contínuo, que por instantes lhes ameaçava a última ruína. Nesta opressão recorreram ao governador e capitão-geral do Estado Antônio Luís, pedindo-lhe ajuda de gente com que pudessem buscar aqueles ladrões e extingui-los de toda província.

73. Chegou este aviso ao governador Antônio Luís, e encomendando aos mensageiros o tivessem oculto, fez com o próprio segredo preparar cinquenta soldados escolhidos entre os valores dos dois terços do presídio da Bahia e dois sargentos da mesma suposição, dando-lhes por cabo um ajudante prático e alentado, e os fez embarcar à ordem do doutor Dionísio de Ávila Vareiro, desembargador atual da Relação, a quem encarregou esta empresa.

74. Chegado este ministro àquela capitania, antes de entrar no porto fez aviso ao capitão-mor, que lhe foi falar à embarcação com o juiz ordinário, juntando-se-lhe ambos para conflito, e informando-o do modo com que o havia de executar, e da parte por onde podia acometer aos delinquentes. Desembarcaram de noite, e marchando pelos espessos matos daqueles distritos, encaminhados por guia fiel e fortuna favorável, deram na estância dos culpados e prenderam logo aos cinco, que não puderam resistir, posto que o intentaram com grande valor, à custa de muitas feridas que deram e receberam.

75. Os outros da quadrilha não foram achados, porque havendo-os mandado o seu capitão a uma facção do emprego detestável daquela miserável vida, conhecendo por alguns sinais e conjeturas a desgraça dos seus companheiros principais, penetraram a aspereza daqueles sertões e nunca mais apareceram. Os cinco presos foram conduzidos à Bahia pelo ministro, oficiais e soldados, trazendo com eles as devassas que das suas culpas se haviam tirado; e achando-se nelas inteiramente provados aos réus atrocíssimos crimes foram

sentenciados pela Relação à morte de forca e a serem esquartejados, e remetidas as cabeças aos principais lugares em que cometeram os delitos.

76. Desta execução resultou tanto exemplo e terror a todos os facinorosos, como satisfação aos habitadores do Brasil, em cujas vastíssimas províncias faltavam daqueles insultores, que fiados na extensão delas cometiam as próprias maldades com melhor fortuna, porque as distâncias lhes dilatavam ou totalmente os absolviam dos castigos. Receberam os moradores da província do Porto Seguro aquelas cabeças e as ofereceram à sua vingança, servindo-lhes um espetáculo de tanto horror do mais firme escudo do seu sossego, pois até o tempo presente não experimentaram mais semelhantes ruínas naquele gênero de hostilidade.

77. Fundaram os religiosos Descalços de S. Agostinho na Bahia o seu hospício no ano de mil e seiscentos e noventa e três. Foram os fundadores os padres-mestres Fr. Alípio da Purificação, comissário-geral dos seus religiosos missionários, e Fr. João das Neves primeiro presidente. Tiveram por companheiros aos padres Fr. João de Deus, Fr. Jerônimo da Assunção e um irmão leigo Fr. José dos Anjos. Fizeram-lhes doação da igreja de Nossa Senhora de Palma, de que fora eretor Ventura da Cruz Arrais (médico insigne e natural da Bahia), seus herdeiros, que tinham o padroado dela, o qual cederam aos religiosos.

78. Não tendo a igreja mais âmbito de terra que o em que fora fabricada e o seu adro, concorreram os moradores daquele sitio (que fica ao nascente de aprazível terreno no arrebalde da cidade) com a que bastou para edificarem um formoso hospício, em que assistem alguns religiosos conventuais e o seu presidente, celebrando os oficiais divinos com grande culto, administrando os sacramentos com religiosos que vêm do reino para missão de S. Tomé e os que depois de completo o tempo da sua assistência naquela ilha voltam para o reino, hospedando-se como os conventuais enquanto se dispõem as suas viagens.

79. Por morte do arcebispo D. Fr. Manuel da Ressureição sucedeu na sagrada dignidade metropolitana do Brasil D. João Franco de Oliveira, bispo de Angola, que chegou à Bahia no ano de mil seiscentos e noventa e dois.

80. Teve o autor da natureza desde que criou o mundo ou depois que fez cessar as águas do Dilúvio oculta até este tempo por seus incompreensíveis juízos, ao trato dos racionais e só permitia à fereza dos brutos uma admirável e grande lapa no robusto corpo de uma dilatada penha que ocupa um quarto de légua em circunferência, cuja base banha as abundantíssimas correntes do estupendo rio S. Francisco no seu interior sertão, duzentas léguas da povoação mais vizinha, não mostrando rasto ou sinal de que fora pisada nem do gentio bárbaro daquele inculto pais, que está na jurisdição da província da Bahia.

81. É fabricada esta prodigiosa lapa de natural estrutura em forma de um perfeito templo com capela-mor e colaterais, tendo o cruzeiro trinta e três passos de largura, oitenta de cumprimento toda a estância. Nos lados se veem cubículos proporcionados, que foram vistosas capelas metidas nas fortíssimas paredes, as quais com primorosas colunas sustentaram em competente altura a pesada máquina da sua abóbada. Abre este formoso côncavo sobre o rio uma varanda descoberta de cinquenta palmos, por onde penetrando a luz, lhe faz todos os lugares claros.

82. A este todo se entra por uma portada igual à de uma cidade, e por maior assombro e prova de que esta misteriosa lapa estava destinada para templo católico, tinha pendente do teto e nascido na abóbada um sino de pedra, obrado pela natureza em forma de coluna, com braça o qual estando pegado ao sino pela parte de fora, foi por arte desunido dele para o poder tocar, e preso em uma corda passada a um buraco que a coluna ou sino tem no alto, ferindo-o o faz soar tão retumbantes e sonoras vozes como os de metal mais fino, ouvindo-se de partes mui distantes.

83. A matéria de toda esta grande fabrica são brilhantes jaspes de cores diversas, que refletindo a benefícios da luz, representam o céu. No teto parece que descobre fantasia, com os resplendores em que a vista se emprega, entre formosas nuvens luzentes estrelas, dispostas em ordem de constelações várias e diferentes figuras. Por fora na eminência da penha que se entranha a lapa, se descobrem muitas árvores estressachadas com inumeráveis e altos corpos da mesma rutilante pedra, que mostrando ao perto informes imagens de torres, pirâmides, campanários e castelos, foram ao longe a perspectiva de uma perfeita e bem fabricada cidade.

84. Naquele alto por toda a circunferência da pedra, a que chamam Itaberava (que no idioma do pais quer dizer pedra que luz) estão abertas covas e estâncias proporcionadas à vida e profissão eremíticas e contemplativa, não se achando em nenhum dos lugares descobertos e aqui descritos sinal de habitação humana; e não é menor maravilha estar o templo metido na lapa e ter o pavimento de terra solta para sepultura dos mortos. Ao sítio chamam de rio Verde, porque sendo o mesmo de S. Francisco, que o fertiliza no grande espaço que o rega, leva aquela cor, retratando em si a verdura do arvoredo que ali por ambas as margens o acompanha.

85. Francisco de Mendonça Mar, assim chamado no século[14], e na sua conversão Francisco da Soledade, hoje clérigo do hábito de S. Pedro, tendo passado de Lisboa sua pátria à Bahia, depois de alguma assistência que nela fez tocado da divina graça se resolveu a deixar o tráfego do mundo e buscar o deserto mais remoto para chorar as suas culpas e fazer por elas penitências. Com este santo impulso, sem mais roupa que uma túnica que cobria muitos cilícios e mortificações corporais, com um santo Crucifixo e uma imagem da Virgem Maria de Deus e Senhora Nossa, luzeiro e guia do verdadeiro e melhor caminho da humana vida, saindo da cidade foi penetrando os sertões; e não satisfeito de algumas soledades, posto que as achasse acomodadas, porque lhe estava aparelhado este prodigioso domicílio, continuou a jornada até que o descobriu.

86. Entrando nele, achou em uma das capelas colaterais para a parte do Evangelho um perfeito monte Calvário com uma prodigiosa abertura tão proporcionada ao pé da cruz que levava (cuja imagem tem três palmos) que logo ali a colocou, e junto a ela o simulacro da Virgem Santíssima o qual depois em vulto grande, ricamente vestido, trouxe do povoado por caminho de duzentas léguas um devoto inspirado do Céu para esta pia ação, e foi colocado na capela-mor em precioso nicho, hoje suntuosamente adornado; e na outra colateral se pôs a imagem do glorioso Santo Antônio.

87. Invocou do nome de Bom Jesus a imagem de Nosso Senhora que levava, e a da Senhora intitulou da Soledade, que hoje também chamam da Lapa. Alguns anos depois, tendo o arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide notícia deste prodígio da natureza, e da vida que nela fazia Francisco

de Mendonça, o mandou chamar, e informado de todas as circunstâncias do lugar e do eremita, enviou a ele um visitador, o qual achou decentemente ornado os altares com as esmolas dos peregrinos que já concorriam àquele santuário, pelos muitos milagres que a Senhora obrava em todos quantos enfermos a iam ali buscar. Erigiu o arcebispo em capela a lapa, e ordenou de sacerdote ao padre Francisco da Soledade, a quem a encarregou.

88. Depois achando os homens tratantes nas minas do Sul trânsito mais breve por aquela parte para a Bahia, abriram caminho junto àquela nova igreja, onde fazem os seus votos, deixando tão grandes esmolas de ouro, que com elas vindo à cidade o padre Francisco da Soledade, fez muitas peças de prata e ricos ornamentos para o templo, que pela sua diligência e fervoroso zelo, pelo concurso e oferta dos fiéis está hoje com grande asseio e culto venerado, sendo tal a devoção em todos os que o buscam, que vão com suma humildade e reverência fazer as suas novenas ou romarias, e de outra sorte se lhes proíbe a entrada.

NOTAS REFERENTES AO LIVRO SÉTIMO

1. Estabeleceram-se os capuchinhos, em casa e terreno que lhes doou uma devota senhora, no sítio "da Piedade" – onde permanecem – em 1660. Eram a princípio capuchinhos franceses. Por decreto de 26 de janeiro de 1705, esse hospício, e as aldeias que missionavam no São Francisco, foram mandados entregar a capuchinhos italianos, sendo seu prefeito, da permanente missão apostólica instituída por ato d'el-rei e da Sagrada Congregação da Propaganda Fide, fr. Miguel Antônio de Nápoles (Veja-se Cristiano Muller, *op. cit.*, p. 110). O templo atual é do século XIX, em substituição do antigo, derrubado em 1809, e goza de grande favor da sociedade baiana, como um dos seus prediletos santuários. Que lembre o convento antigo, há a construção anexa, esta setecentista, que escapou à remodelação geral. Veem-se na sacristia os retratos dos dois famosos missionários, frei Apolônio de Todi, fundador de Monte Santo, no sertão da Bahia, frei Ludovico de Liorne, pacificador, como ele, dos índios "guerens" e "camacuãs".

2. A Casa da Pólvora foi fundada pelo governador-geral Roque da Costa Barreto "dentro das trincheiras que então existiam" no campo do Desterro (Luís dos Santos Vilhena, *Cartas Soteropolitanas*, II, 412, edição de Brás do Amaral), por isto chamado Campo da Pólvora, e depois, em virtude das execuções que ali houve em 1817, "dos mártires".

3. D. Manuel Lobo foi nomeado em 8 de outubro de 1678 governador do Rio de Janeiro, com a ordem – que se lhe passou em 2 de novembro – de descer "ao rio da Prata e na ilha de São Gabriel formar as fortificações necessárias e uma nova Colônia" do domínio português (*Doc. Hist.*, XXVII, 3240). Esta pretensão definira-se com a bula do Santo Padre, de 22 de novembro de 1676, que, criando a diocese do Rio de Janeiro, declarara estender-se a sua jurisdição até a embocadura do rio da Prata, sendo do mesmo ano (5 de março) uma doação de 30 léguas "até a boca do Prata" que obteve para seus filhos Salvador Correia de Sá e Benavides. Fixado assim o teórico limite do Brasil, não quis a metrópole que se perdesse tempo em demarcá-los: enviou de surpresa a expedição de D. Manuel Lobo, com que se inicia a história da Colônia do Sacramento, ou seja, século e meio de um valente conflito de vizinhança. Cumpriu o governador a sua missão. Mas os castelhanos, de Buenos Aires, com forças superiores, lhe impuseram a capitulação (7 de agosto de 1680). Morreu prisioneiro, em 7 de janeiro de 1683. O governo espanhol restituiu a Portugal a Colônia, pelo tratado de conciliação provisória, de 7 de maio de 1681. Cedeu temporariamente...

4. É a história que contamos em *O Crime de Antônio Vieira* (São Paulo, 1931), ajuntando-lhe a notícia biográfica dos personagens. Os amigos de Antônio de Brito de Castro reuniram-se em torno de Bernardo Vieira Ravasco, irmão do padre Vieira, pai de Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque. O alcaide Francisco Teles de Meneses formava com os apaniguados a roda do governador-geral. Assassinado o alcaide na manhã de 4 de junho de 1683 (Rocha Pita transmite-nos a impressão que na cidade ficou do terrível episódio) – o governador Antônio de Sousa de Meneses nomeou seu substituto o irmão, Antônio Teles de Meneses, a quem investiu (30 de junho) no lugar que exercia Manuel de Barros da Franca, um dos acusados do crime. Em Lisboa, porém, não se confirmou a doação da alcaidaria a

Antônio Teles. Nela foi provido a 1ºde março de 1687 Francisco de Araújo de Aragão.

5. Sobre o governo de João da Cunha Sotomaior em Pernambuco, leia-se Fernandes da Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, IV, 24-5, Recife, 1848.

6. Sobre o jesuíta, P. Valentim Estancel, veja-se p. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, IX, 208-12. Natural da Morávia (1612), veio em 1663 para o Brasil e foi aqui exímio professor de Casos de Consciência – no Colégio da Bahia – além de matemático e astrólogo. Na Bahia faleceu em dezembro de 1705. O p. Serafim Leite relaciona-lhe as obras, que o colocam entre os sábios do século, Gregório de Matos, *Lírica*, II, 91 (edição da Academia Brasileira), dedicou um soneto ao novo astrolábio que o padre Estancel, "insigne matemático", confiou ao governador D. João de Lencastro, para que o mostrasse a el-rei em Lisboa. O padre Vieira queria que lhe completasse a *Clave prophetarum*... (*Cartas*, III, 678).

7. Sobre a bicha, em Pernambuco chamada de "males" (Fernandes Gama, *op. cit.*, IV, 25), há curiosas e insistentes notícias nas cartas do padre Antônio Vieira, de 1686. Esse "novo gênero de peste", identificado como o primeiro surto de febre amarela no Brasil (Varnhagen, *op. cit.*, II, 787 da 2ª ed., José Pereira Rego, *Memórias Históricas das Epidemias da Febre Amarela e Cólera Morbus*, p. 8, Rio 1873, Brás do Amaral, nota a Acióli, *Mem. Hist.*, etc.), matou grande número de importantes sujeitos da Bahia (como informou Vieira, em carta de 1º de julho daquele ano) e a tal ponto, que "chegaram as ruas a estar despovoadas, mas não havendo casa em que não houvesse muitos enfermos...".

8. D. Francisca de Sande era viíva do mestre-de-campo Nicolau Aranha Pacheco – que tanto se distinguira nas lutas holandesas – e filha do rico Francisco Fernandes, da ilha, cujo retrato (o mais antigo da galeria) orna o salão nobre da Santa Casa da Misericórdia da Bahia. Com razão, para ela se reivindica o título de mãe da enfermagem no Brasil. Opulenta e piedosa, fez de sua casa nobre o hospital da pobreza.

9. A imagem de São Francisco Xavier – o busto forrado de prata damasquinada, relicário aberto ao peito, sobre o andor da procissão, que foi muitos anos a principal da Bahia – está hoje no Museu Sacro, da Catedral metropolitana. Adotou-o a Câmara como padroeiro da cidade em 20 de julho de 1686, o que el-rei lhe confirmou a 3 de março do ano seguinte (Fr. Jaboatão, *Novo Orbe Seráfico*, I, 352, Rio 1858).

10. Ao conde do Prado, filho do governador-geral, marquês das Minas, dedicou Gregório de Matos um romance (*Lírica*, II, 104 e segs.), uma epístola (*Satírica*, IV, 255) e quatro sonetos (*Lírica*, II, 154-7) "à morte do conde do Prado acontecida no mar, quando com o marquês das Minas seu pai, se recolhia para a corte, do governo da Bahia".

11. À execução de Fernão Barbalho Bezerra alude o padre Vieira em carta de 9 de setembro de 1687: "Hoje faz oito dias degolaram no nosso terreiro o fidalgo que de lá veio preso pelas mortes de sua mulher e filhas, e vai a sua cabeça para ser posta no lugar do delito. Queira Deus que este exemplo faça algum fruto..." (*Cartas*, edição de J. Lúcio d'Azevedo, III, 548). É o governador Matias da Cunha, escrevendo ao governador de Pernambuco, em 19 de setembro: "O preso que Matias da Cunha escrevendo ao governador de Pernambuco, em 19 de setembro: "O preso que Matias Rodrigues foi buscar, foi logo degolado" (*Doc. Hist.*, X, 252). Do episódio nos dá notícia florida D. Domingos do Loreto Couto, *Desagravos do Brasil* (edição da Bibl. Nac., II, 126), informando que por falso testemunho aquele nobre senhor de engenho da várzea pernambucana, ajudado de um filho, matou a mulher e as filhas, porém depois, levado a julgamento, não disse palavra, contra a sua honra, que lhe atenuasse o crime, preferindo morrer sem mais escusas, no patíbulo armado no Terreiro de Jesus. O filho cúmplice acabou obscuramente, nos sertões do Rio Grande do Norte.

12. Morreu o Governador Matias da Cunha em 24 de outubro de 1689, os últimos dias ensombrados pela revolta da guarnição, que queria cobrar, à vista das armas, os soldos atrasados. Ocorreu o motim a 21 de outubro e durou duas noites e um dia e meio. Fizeram-se fortes os sublevados na casa da pólvora. Morreram vinte e duas pessoas (certificou em 1692 Francisco Lamberto, doc. ms. no Arq. Hist. Col.,

de Lisboa). O meio de aquietá-los foi conseguir a câmara, com o auxílio do arcebispo fr. D. Manuel da Ressurreição, o dinheiro necessário para o pagamento. Sucedeu a Matias da Cunha o arcebispo D. Manuel, assessorado, para os assuntos da justiça, pelo chanceler da Relação Manuel Carneiro de Sá. Coube em seguida o governo a Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, que não tardou em castigar os inconfidentes de outubro de 1689, como avisou a el-rei em 16 de junho de 91, *Doc. Hist.*, XXII, 355-7.

13. A expedição com que o Desembargador Dionísio d'Ávila Vareiro foi a Porto Seguro prender "37 facinorosos" está celebrada na lírica de Gregório de Matos, *Obras*, II, 109-121 (ed. da Acad. Bras.). Cinco dos presos sofreram a pena de morte e os outros a de degredo em Angola (carta de 15 de julho de 1692, *Doc. Hist.*, XXXIII, 451).

14. Uma das mais formosas igrejas seiscentistas da Bahia, a da Palma, foi fundada em 1630 porventura da Cruz Arrais e construída, com a atual grandeza, pelos filhos deste, em 1670. Em 1693 foi cedida aos agostinhos recoletos que ao lado fizeram o seu convento. Entregue ao poder civil esse modesto edifício em 1824, funcionou aí de 1837 a 1900, o Liceu provincial (depois ginásio da Bahia), e em seguida o Fórum, enquanto não lhe davam sede condigna.

15. Pouco devemos acrescentar à monografia do pe. Turíbio Vilanova sobre o Santuário de Bom Jesus da Lapa. Publicou Brás do Amaral (notas às memórias históricas de Acióli, II, 294-5) documentos que esclarecem ter Francisco de Mendonça Mar, pintor da Bahia, adotado na religião o nome de Francisco da Soledade, com que aparecia em 1716, dizendo ao vice-rei, marquês de Angeja, que há vinte e seis anos, portanto desde de 1790, assistia naquela "Lapa do Bom Jesus, cita na margem do rio de São Francisco"... Concedeu-lhe o hábito de São Pedro. Com a esmola dos viajantes – que subiam o rio com os destinos às minas gerais – fizera "a maravilhosa fábrica daquela igreja entranhada nas serranias daquelas montanhas...", instalando na prodigiosa gruta o culto divino e dando-lhe a popularidade em todo o sertão, que nunca deixou de desfrutar pelo tempo adiante.

. . . .

Livro oitavo

Sucede no Governo-Geral do Brasil D. João de Lencastro. Fundação das Casas da Moeda na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Jornada do governador em descobrimento das minas do salitre, introdução dos ouvidores das comarcas e juiz de fora em algumas províncias do Brasil, morte do reverendíssimo padre Antônio Vieira. Descobrimento das minas de ouro no Sul e forma com que ele se tira. Morte da sereníssima senhora rainha D. Maria Sofia Isabel de Neoburgo. Seu elogio, passa ao reino o arcebispo D. João Franco de Oliveira provido no bispado de Miranda. Socorro que vai à restauração de Mombaça. Queima-se no porto a nau Sereia. *Perde-se antes de sair a barra uma das mais que o conduziam. Vem da Índia o vice-rei Antônio Luís. Sua morte e elogio. Sucede no arcebispado do Brasil D. Sebastião Monteiro da Vide, e D. Rodrigo da Costa no governo-geral do Estado. Manda socorro à nova Colônia do Sacramento sitiada pelos espanhóis da América castelhana, combates com aqueles inimigos. Consternação da Europa pela sucessão de Espanha. Declara-se o sereníssimo Senhor Rei D. Pedro a favor do Senhor Carlos III, então rei daquela monarquia, e hoje imperador de Alemanha. Progressos das nossas armas em seu auxílio, ordem do rei para se não enviarem escravos da Bahia para as minas . Diligências que faz o governador D. Rodrigo da Costa na sua execução.*

A ANTÔNIO LUÍS GONÇALVES da Câmara Coutinho sucedeu com o posto de governador e capitão-geral de a terra do Brasil D. João de Lencastro, cuja grande qualidade inculca o seu real apelido, que do supremo trono da Inglaterra entrou no augusto de Portugal pela senhora rainha D. Filipa, esposa do Senhor Rei D. João I, tornando gloriosamente a sair no senhor D. Jorge, mestre Santiago e de Avis, filho natural do senhor rei D. João II, quinto avô de D. João de Lencastro pela sua varonia, que se deduz dos sereníssimos reis das duas monarquias. Servindo de tenros anos

nas guerras da restauração do reino, fizera provas de valor muito adulto, e sendo capitão de cavalos, fora o primeiro que atacara a batalha do canal com tanto esforço como fortuna, e depois ocupara o posto de mestre-de-campo do terço da armada, o de governador e capitão-geral do reino de Angola e do Brasil e o de general da cavalaria do Alentejo na próxima guerra passada em que os maiores cabos se ofereciam a servir postos inferiores aos que haviam ocupado, ultimamente capitão-geral do Reino do Algarve, e do Conselho de Guerra.

2. Chegou no ano de mil e seiscentos e noventa e quatro à Bahia, e foi o governador que exerceu mais dilatado tempo este governo-geral depois de Mendo de Sá e de Diogo Luís de Oliveira. As obras e ações que empreendeu foram muito conforme ao talento de que era dotado. Várias coisas dispôs em serviço do rei e do aumento de todas as províncias do Brasil, conseguindo vê-las executadas com sucessos tão felizes quanto eram acertadas as suas resoluções. Aperfeiçoou no curso do seu governo os fortes de Santo Antônio da Barra, de S. Diogo e de Santa Maria, dando-lhes melhor formas e regularidade.

3. Mandou edificar os dois castelos da cidade sobre as plataformas das duas portas dela, a nova Casa da Relação, a da Moeda, reedificar a cadeia e fazer outras muitas obras do adorno e defensa da praça; e concorreu com o seu cuidado para se acabar o templo da matriz, a que não bastava o poder do metropolitano sem o auxílio da magnificência real exercida pelo zelo de D. João de Lencastro, e mandou fundar por ordem do rei no recôncavo da Bahia as três vilas de Nossa Senhora do Rosário na Cachoeira, de Nossa Senhora da Ajuda em Jagoaripe, e de S. Francisco no sítio chamado Sergipe do Conde.

4. Experimentava este Estado havia muito tempo vários danos na moeda de prata, sendo o primeiro o cerceamento que nela continuamente se achava, delito pelo qual foram punidas algumas pessoas, em que houve indícios de cúmplices, e à falta de prova não tiveram todo o castigo que mereciam, a serem convictos como réus; a este mal se deu o remédio com uma serrilha com que se mandaram circular as moedas; porém era mais grave o prejuízo que se padecia no transporte e fundição da maior delas, que correndo por seiscentos e quarenta, que são duas patacas no Bra-

sil, tinham de peso setecentos e cinquenta, e se logravam muitos interesses em as levar ou remeter para o reino, onde, e entre as nações estrangeiras, conseguiam aquele avanço[1*].

5. Outras pessoas as mandavam converter em baixelas para o seu uso, e os ourives as fundiam para as suas obras, sem atenderem uns e outros ao iminente perigo a que ficava exposta a nossa América extinguindo-se a moeda, que é a substância dos impérios, pois sem ela são cadáveres, vindo a faltar o trato e comércio que sustentam as monarquias. Mas a este dano também se preveniu algum reparo, mandando-se que as ditas moedas maiores corressem pelo valor do peso, de que seguia muito embaraço, pois havendo em muitas delas pelo cerceamento menos peso dos setecentos e cinquenta, era preciso para se receberem, trazerem-se balanças em que se pesassem, gastando-se muito espaço de tempo para se contar quantia de dinheiro.

6. Atendendo a todos estes inconvenientes o vigilante senado da Câmara da Bahia, e ao dano que ameaçava a este Estado, recorreu ao sereníssimo senhor rei D. Pedro II, pedindo-lhe fosse servido evitar o prejuízo destes seus domínios e vassalos, a tempo que ainda pudesse remediar-se a ruína, e antes que se acabasse de consumir a moeda, mandando para a Bahia casa em que ela se lavrasse provincial para correr só no Brasil, a qual tivesse tanto menos valor intrínseco, quanto bastasse para se lhe não achar conta em a transportar e fundir, fizeram-se em Portugal muitas consultas sobre esta matéria, e houve votos que impugnavam com razões políticas esta graça.

7. Porém o rei aplicando toda a sua real atenção ao bem dos seus vassalos e à conservação deste Estado, lhe concedeu Casa da Moeda, mandando-lhes no ano de mil e seiscentos e noventa e quatro juiz, ensaiadores e os mais oficiais de que necessita aquela fábrica, com todos os instrumentos e materiais precisos para as oficinas e lavor da moeda; e ordenou durasse só o tempo que fosse necessário para reduzir a nova forma toda a moeda que havia nas províncias do Brasil, às quais mandou ordem para que a remetessem à Bahia, e que feita esta diligência, se extinguisse a Casa.

---

* As notas deste Livro oitavo acham-se da p. 366 à p. 370.

8. Elegeu por superintendente dela ao desembargador João da Rocha Pita, dando-lhe poder para dispor tudo a seu arbítrio, por carta escrita no mesmo ano de mil e seiscentos e noventa e quatro, em que o honra com as formais palavras seguintes: *Por concorrerem na vossa pessoa todas as qualidades necessárias para fazer de vós a maior confiança*. Era este ministro natural de Pernambuco, das provinciais famílias daquela província; fora enviado por o rei, sendo ainda príncipe-regente, por sindicante das províncias do Sul às maiores diligências que até aquele tempo se tinham oferecido naquela região, e com o poder mais amplo que nela se concedera a ministro algum; três anos e meio se empregou naquele serviço, e el-rei o elegeu por governador do Rio de Janeiro, cargo que não exerceu por se ter recolhido para a Relação da Bahia.

9. Fez-lhe mercê de conselheiro do seu Conselho ultramarino; mas não podendo o desembargador João da Rocha Pita passar ao reino pelos muitos achaques que padecia, lhe representou esta impossibilidade, e que no lugar de chanceler, que estava de próximo vago por morte do desembargador Manuel de Muris Monteiro, o poderia servir com o mesmo zelo. Reconhecendo el-rei por justa a causa que lhe impedia o passar à corte, foi consultado e provido no cargo de chanceler da Relação deste Estado, que exerceu nove anos e meio, até o de mil e setecentos e dois em que faleceu. Estes foram os seus despachos; nas suas virtudes é suspeito o autor, por ser seu sobrinho e herdeiro da sua casa.

10. Fabricou-se a Casa da Moeda e ficou enobrecendo grande porção de uma das quatro faces da praça, na parte que já declaramos na descrição da cidade. Dispuseram-se as oficinas e se assentaram os engenhos para o seu lavor. Haviam feito repetidas conferências o governador e capitão-geral D. João de Lencastro, o chanceler superintendente João da Rocha Pita e José Ribeiro Rangel juiz da moeda, sobre os gêneros, forma, peso e valor intrínseco e extrínseco que havia de ter, ouvindo pessoas inteligentes e práticas nesta matéria, que foi sempre de muitas consequências nos impérios, e de que costumam resultar não poucas alterações nos povos, porém discutidos os pontos e apuradas as circunstâncias para se obviarem os prejuízos e inconvenientes, se mandou recolher à Casa da Moeda toda a que seus donos quiseram mandar desfazer e reduzir a dinheiro, pela conveniência que achavam no valor pelo qual se lhes pagava o marco.

11. Lavraram-se seis gêneros de moedas de prata, na forma semelhantes e diferentes no peso, valor e tamanho; de suas patacas, de uma de meia, de quatro vinténs, de dois e de um: as de duas patacas têm de peso cinco oitavas e cinquenta grãos, valor e cunho de cento e sessenta réis; as de quatro vinténs, quarenta e oito grãos e meio, cunho e valor de oitenta réis; as de dois vinténs, vinte e quatro grãos e um quarto, cunho e valor de quarenta réis; e as de vintém, cunho e valor de vinte réis, e peso de doze grãos e um oitavo.

12. Têm estas moedas de uma parte a esfera (empresa do senhor rei D. Manuel) no meio da cruz da ordem de Cristo, de que foi grão-mestre, e entre os claros dos braços da cruz estas palavras Sub Q. Sign. Nata. Stab.; de outra parte o escudo das armas reais portuguesas; no lado direito o cunho, no esquerdo umas flores, no alto entre a coroa e o escudo a era em que foram lavradas, e pela rodada da sua circunferência as seguintes letras: Petrus. II. D. G. Port. Rex. Et. Bras. D.

13. Fizeram-se também pela mesma ordem moedas, meias moedas e quadros de ouro, do que se trazia da costa de África e do que se costumava colher de lavagem na região de S. Paulo, e de várias peças antigas de feitos inúteis, que seus donos mandaram desfazer. As primeiras têm de peso duas oitavas e vinte grãos, com o valor e cunho de quatro mil réis; as segundas, uma oitava e dez grãos, com o valor e cunho de dois mil réis; as terceiras e últimas, com o cunho e valor de mil réis, e peso de quarenta e um grãos. Têm de uma parte as armas reais; no lado direito o cunho, no esquerdo as flores, e em torno da circunferência as letras Petrus, II, D. G. Portug. Rex.; da outra parte uma cruz sem lisonjas, rodeada de um círculo em forma de cruz rematado com elas, e pela circunferência as letras Et, Brasiliae, Dominus, e os anos em que foram feitas.

14. Nesta forma e com este valor intrínseco e extrínseco se lavraram as moedas de prata e ouro provinciais no Brasil, saindo nas de prata o marco lavrado em dinheiro a sete mil e seiscentos réis, e dando-se às partes a razão de sete mil e quarenta réis; nas de ouro, o marco feito em moeda a cento e doze mil e seiscentos e quarenta réis, levando-o às partes pelo preço de cento e cinco mil e seiscentos réis. Os quinhentos e sessenta réis que ficavam de mais na prata, e os sete mil e quarenta réis no ouro, eram para

a fábrica e salários dos oficiais, que pelo seu regimento se lhes pagava, demitindo de si el-rei a senhoreagem em benefício dos seus vassalos do Brasil, por não haver nele tanta cópia de prata, nem terem ainda naquele tempo abundado as enchentes de oiro, que hoje inundam por todo este estado, e fazem as senhoreagens importantíssimas à fazenda real.

15. As províncias do Rio de Janeiro e de Pernambuco não querendo arriscar o seu ouro, prata e dinheiro na ida e volta das viagens da Bahia, não só pelo perigo das tormentas do mar, mas também pelo dos piratas levantados que infestavam as costas do Brasil, querendo obviar o naufrágio ou roubo que podia acontecer, representaram ao Rei, que por escusar àqueles povos alguma ruína nestes justos receios que se deviam prevenir, fosse servido conceder-lhes Casa da Moeda, para lá se lavrarem.

16. Atendendo Sua Majestade ao justo temor do prejuízo que podiam experimentar aqueles súditos na remessa dos seus cabedais à Bahia, mandou, que fechada nela a Casa, passassem as suas fábricas ao Rio de Janeiro e depois a Pernambuco, ordenando ao chanceler superintendente mandasse as instruções e ordens necessárias para se governarem os ministros que haviam de ser juízes conservadores da moeda naquelas duas províncias; o que executou depois de reduzidos a nova moeda provincial o dinheiro antigo, a prata e ouro que houve para se desfazer na Bahia, e se fechou a Casa no ano de mil e seiscentos e noventa e oito, tendo laborado quatro.

17. Passou José Ribeiro Rangel, juiz da moeda, com todos os oficiais, engenhos e instrumentos da fábrica dela para o Rio de Janeiro, onde foi juiz conservador o desembargador Miguel de Sequeira Castelo Branco; e lavrado o dinheiro antigo, prata e ouro que naquela província havia para se reduzir à nova forma, se transportaram os oficiais com a fábrica à de Pernambuco, sendo juiz conservador da Casa (que se assentou no Recife) o ouvidor-geral e juiz da moeda Manuel de Sousa, que fora ensaiador na Bahia e no Rio de Janeiro, por se haver embarcado José Ribeiro Rangel da praça do Rio para Lisboa.

18. Todo o dinheiro velho, prata e ouro que pôde desfazer-se em Pernambuco, se reduziu à nova moeda, e todas as que se lavraram nas duas referidas províncias têm a mesma forma, peso, cunho e valor das da Bahia, pondo-se-lhes de uma parte nas do Rio de Janeiro um R, e um P nas de

Pernambuco; e concluído no Brasil este lavor, se fecharam nele as Casas da Moeda, até que com os novos descobrimentos das minas de ouro do Sul, se mandaram outra vez abrir no Rio e na Bahia, como em seu lugar diremos.

19. O intento da pólvora, ingrediente do Inferno, que para estrago do gênero humano introduziu no mundo o Demônio por mão de um frade tudesco, no décimo quarto século, consistindo desde então o maior furor da guerra em fogo material, confeccionado e artificioso, parecendo que já não reina tanto nas campanhas Marte como Vulcano, pois ao tiro de um canhão e de um mosquete fiariam pouca resistência a clava de Hércules e a espada de Roldão, foi preciso que o salitre de que ela se compõe, o mandem conduzir de partes distantes os príncipes que o não têm nos seus domínios.

20. Sendo informado o sereníssimo senhor rei D. Pedro que no Brasil, e principalmente no sertão da Bahia, se achavam minas dele em cópia e qualidade iguais às de Ásia, e a menos custo e dilação, do qual podia abundar toda a sua monarquia, encarregou ao governador e capitão-geral D. João de Lencastro fosse em pessoa àquela parte onde se afirmava que as havia; e trazendo de Portugal esta comissão, depois de estabelecida a Casa da Moeda e de dar expediente a outros negócios do estado, saiu da cidade da Bahia a esta importante diligência no ano de mil e seiscentos e noventa e cinco.

21. Embarcou para a vila da Cachoeira acompanhado de muita gente, com todos os oficiais da fábrica do salitre, instrumentos para o tirar e beneficiar, e com pessoas práticas do terreno que havia de correr, noticiosas das minas que ia buscar, fazendo com esta comitiva grandes gastos, para cuja despesa lhe mandou dar o Rei uma grossa ajuda de custo. Do porto daquela vila caminhou ao seminário de Belém, sítio onde o esperava o comboio que mandara prevenir. Com pouca detença marchou ao Jacaré, e dali a S. José das Tapororocas, donde foi à Mata, aos Tocós, à Pinda, ao Papagaio, ao rio do Peixe, ao Tapicuru (rio caudaloso), à serra do Teú, a outro Tapicuru chamado Mirim (também rio famoso, mas de menor corrente), e passou à serra da Jacobina, onde refez o comboio, e continuando a marcha pelos campos daquela povoação (hoje vila), pelos de Terijó e pela Varnha Seca, chegou às minas do salitre que chamam de João Martins[2].

22. No referido sítio se cavou e colheu salitre mineral, e fazendo-se as experiências, se achou ser bom na qualidade, porém as minas mais permanentes que abundantes. Neste exame se deteve D. João de Lencastro alguns dias, e depois partiu para outras chamadas de João Peixoto; e feitas as mesmas experiências, resultaram os próprios efeitos, achando salitre igual ao outro na bondade e na cópia. Dali partiu para o rio Pauqui a um sítio que chamam dos Abreus, em cujas minas se achou salitre em mais quantidade e da mesma qualidade; ultimamente foi a outras minas que se dizem do Serrão e do exame se colheu o mesmo efeito e se fez o próprio juízo. Com estas experiências e notícias voltou D. João de Lencastro para a cidade da Bahia, tendo rodeado mais de cento e cinquenta léguas de terra, e abrindo novos caminhos para atalhar maiores distâncias.

23. Não perdeu D. João a esperança de poderem ser úteis e convenientes as referidas minas, e depois de ter voltado para a cidade mandou tirar salitre das que o tinham em mais abundância, ou ficavam menos apartadas; diligência a que foi por sua ordem o coronel Pedro Barbosa Leal, e assistindo nelas com cuidado e despesa própria, tirou algum salitre, que por vezes remeteu em fardos de couro à Bahia; porém vindo a conhecer-se que pelos dilatados longes, pelas asperezas dos caminhos, faltos de mantimentos para os que os haviam de cursar e conduzir o salitre, saía mui caro à fazenda real, e de imensa fadiga aos condutores (não sendo a cópia capaz de recompensar com vantagem a despesa, nem ainda de a satisfazer), se colheu o desengano da inutilidade delas, para se não fabricarem; resolução que foi servido mandar o Rei, vendo o salitre que o governador lhe enviou, e pelos avisos que lhe fez.

24. Governava a província de Pernambuco Caetano de Melo de Castro, e sendo quase irremediável o dano que aqueles moradores experimentavam dos negros dos Palmares (cuja extinção era empresa já reputada por tão difícil, que muitos dos seus antecessores no posto a não intentaram), nele a empreendeu com valor e a conseguiu com fortuna. É preciso darmos notícia da condição e princípio daqueles inimigos, da origem do povo ou república que estabeleceram, das leis com que se governaram, e dos danos que pelo curso de mais de sessenta anos nos fizeram nas vilas do Porto do Calvo, das Alagoas, de S. Francisco do Penedo e em todas as suas povoações e distritos, e até em outros menos distantes da cidade de Olinda,

cabeça daquela província, e dos males que causaram aos seus habitadores, sendo ainda maiores na execução que no temor contínuo em que viviam, de serem inopinada e repentinamente acometidos com frequentes assaltos e perda das vidas, fazendas e lavouras.

25. Quando a província de Pernambuco estava tiranizada e possuída dos holandeses, se congregaram e uniram quase quarenta negros do gentio de Guiné, de vários engenhos da vila do Porto do Calvo, dispondo fugirem aos senhores de quem eram escravos, não por tiranias que neles experimentassem, mas por apetecerem viver isentos de qualquer domínio. Com segredo (entre esta nação, e tanto número de pessoas, poucas vezes visto) dispuseram a fuga e a executaram, levando consigo algumas escravas, esposas e concubinas, também cúmplices no delito da ausência, muitas armas diferentes, umas que adquiriam, e outras que roubaram a seus donos na ocasião em que fugiram. Foram rompendo o vastíssimo sertão daquela via, que acharam desocupado do gentio, e só assistido dos brutos que lhes serviram de alimento e companhia, com a qual se julgaram ditosos, estimando mais a liberdade entre as feras que a sujeição entre os homens.

26. Nos primeiros anos, este fogo que se ia sustentando em pequenas brasas para depois crescer a grande incêndio, não causou dano público, mas só o particular da perda dos escravos, que seus donos não puderam descobrir, por não saberem a parte em que se alojavam daqueles espessos e dilatados matos, onde ainda então os fugitivos só atendiam a sustentar-se das caças e frutas silvestres do terreno inculto, e não saíam dele mais que a levar a furto de algumas fazendas menos apartadas as plantas de mandioca e outras sementeiras, para darem princípio às suas lavouras, tomando-as com força, se achavam resistência, e sem ela, se não encontravam oposição; porém era já notório este receptáculo por todas aquelas partes, donde o iam buscar outros muitos negros e alguns mulatos cúmplices em delitos domésticos e públicos, fugindo ao castigo dos senhores e da justiça, e os recebiam os negros dos Palmares, pondo-os no seu domínio.

27. Crescia o poder dos negros com estes socorros dos fugitivos que se lhes iam juntando, para fazerem aos povos de Pernambuco os danos que experimentaram os de Roma na guerra servil, quando juntando-se poucos escravos gladiadores agregando a si muitos homens facinorosos,

causaram tantos estragos na própria cabeça daquela nobilíssima república. Além dos filhos que lhes nasciam, entendendo os negros que para maior propagação e aumento do povo que fundavam, lhes eram precisas as mulheres, trataram de as haver, sem a indústria com que os romanos as tomaram os sabinos, mas só com a força, entrando pelas fazendas e casas dos moradores daquelas vilas, povoações e distritos, e levando negras e mulatas do serviço doméstico e das lavouras. Roubaram aos senhores delas os vestidos, roupas e armas que lhes achavam, ameaçando violar-lhes as mulheres e filhas, se as não remiam a dinheiro ou outras dádivas, que se lhes ofertavam prontamente, desprezando sempre os portugueses o cabedal pela honra, a qual lhes ficava intacta a indultos da moeda e da nobreza, que não deixavam de respeitar nas pessoas em quem a reconheciam, tanto que ficavam aproveitados dos despojos que colhiam, e com eles voltavam ricos para o seu país.

28. Aumentados com o tempo em número de gente, foram penetrando mais os sertões, e descobertos amplíssimos campos, os repartiram pelas famílias, que pondo-os em cultura, faziam mais rica e dilatada a sua jurisdição; e sem a especulação de Aristóteles e de Platão nas suas repúblicas escritas, nem as leis promulgadas na de Atenas por Sólon, na de Lacedemônia ou Esparta por Licurgo, na de Creta ou Cândia por Minos, e nas de Roma, Cartago e Egito por Numa, Carondas e Trimegisto, formaram nos Palmares uma república rústica e a seu modo bem ordenada.

29. Elegiam por seu príncipe, com o nome de Zombi (que no seu idioma vale o mesmo que diabo) um dos seus varões mais justos e alentados; e posto que esta superioridade era eletiva, lhe durava por toda a vida, e tinham acesso a ela os negros, mulatos e mestiços (isto é, filhos de mulato e negra) de mais reto procedimento, de maior valor e experiência, e não se conta nem se sabe que entre eles houvesse parcialidades por competências de merecimento ou ambição de domínio, nem que matassem um para entronizar outro, concorrendo todos ao eleito com obediência e união, polos em que se sustentam os impérios.

30. Tinham outros magistrados de justiça e milícia com os nomes das suas terras. Eram entre eles delitos castigados inviolavelmente com pena de morte o homicídio, o adultério e o roubo, porque o mesmo que

com os estranhos lhes era lícito, se lhes proibia entre os naturais. Aos escravos que por vontade se lhes iam juntar, concediam viverem em liberdade; os que tomavam por força, ficavam cativos e podiam ser vendidos. Tinham também pena capital aqueles que havendo ido para o seu poder voluntários, intentassem tornar para seus senhores. Com menor rigor castigavam aos que sendo levados por força, tivessem o mesmo impulso. Destes seus estatutos e leis eram as ordenações e volumes as suas memórias e tradições conservadas de pais e filhos, vivendo já no tempo em que lhes fizemos a guerra os segundos e terceiros netos dos primeiros rebeldes, conservando-se nesta forma em temor e aparente justiça.

31. Andavam como nas suas terras, sem cobrirem mais que as partes que a modéstia manda ocultar, exceto alguns principais de ambos os sexos, que vestiam as roupas que roubavam, ou faziam de fazendas e panos que também colhiam nas presas que executavam. De católicos não conservavam já outros sinais que o da santíssima cruz e algumas orações mal repetidas, e mescladas com outras palavras e cerimônias por eles inventadas ou introduzidas das superstições da sua nação; com que se não eram idólatras, por conservarem sombras de cristãos, eram cismáticos, porque a falta dos sacramentos e ministros da Igreja, que eles não buscavam pela sua rebelião e pela liberdade dos costumes em que viviam, repugnantes aos preceitos da nossa religião católica, os excluía do consórcio, grêmio e número dos fiéis.

32. Alguns moradores daqueles distritos, por temerem os danos que recebiam e segurarem as suas casas, famílias e lavouras dos males que os negros do Palmares lhes causavam, tinham com elas secreta confederação, dando-lhes armas, pólvora e balas, roupas, fazendas da Europa e regalos de Portugal, pelo ouro, prata e dinheiro que traziam do que roubavam, e alguns víveres dos que nos seus campos colhiam, sem atenção às gravíssimas penas em que incorriam, porque o perigo presente os fazia esquecer do castigo futuro; e achando-se em várias devassas que se tiravam, culpados deste crime alguns e por ele punidos, se não escarmentavam os outros, que a todo o risco conservavam este trato oculto, e em virtude dele ficavam seguras as suas casas, e andavam os seus escravos pelas partes a que os enviavam, com os salvos-condutos que recebiam dos inimigos em certos sinais ou figuras que respeitavam os seus capitães e soldados para os deixarem passar livres.

33. A calamidade que padecia Pernambuco com esta opressão dos Palmares, viam e não podiam remediar os governadores daquela província, sem terem para os expugnar e extinguir o poder que requeria a empresa, já reputada por grande pelas informações que davam alguns escravos, que sendo levados violentamente, viviam forçados, e tiveram a fortuna de lhes escapar e tornar a seus donos. Encareciam o grande número de gente que tinham produzido, os valorosos guerreiros com que se achavam, a destreza com que jogavam todo o gênero de armas, a fortíssima muralha da sua circunvalação, a abundância dos mantimentos que colhiam; coisas que mostravam poderem aqueles inimigos resistir um largo assédio, e frustrar o impulso das nossas armas, e tudo conduzia a perder a esperança de os expugnar, causa pela qual o que obravam os governadores da capitania era só dobrarem as penas aos que os comunicassem, e pôr em certos sítios algumas estâncias com gente que lhes resistisse o trânsito, oposição incompetente à força do seu grande poder.

34. Porém o governador Caetano de Melo de Castro, julgando generosamente que das mais árduas empresas se colhem os aplausos maiores, tomou esta com tanto empenho que veio a dar-lhe glorioso fim. Escreveu ao governador e capitão-geral D. João de Lencastro, dando-lhe conta da sua determinação, e pedindo-lhe ordenasse ao paulista Domingos Jorge, mestre-de-campo dos paulistas (assim chamam comumente aos filhos da região de São Paulo) que com o seu terço, que residia no sertão da Bahia, marchasse para o Porto do Calvo, onde se havia de juntar o exército da gente que determinava enviar de Olinda e do Recife, e das ordenanças das vilas mais prejudicadas e menos distantes dos Palmares. D. João de Lencastro, a quem só agradavam os impulsos grandes, lhe aprovou este, e ordenou ao mestre-de-campo Domingos Jorge que com a maior brevidade caminhasse para aquela empresa ao Porto do Calvo, o que executou com muita presteza, marchando com os seus índios, capitães e oficiais para aquela vila.

35. Do Pinhacó, onde tinha a sua estância, caminhou com toda a sua gente de guerra, que seriam mil homens, e atravessando o Urubá, quis de caminho dar primeiro vista aos Palmares por registar a fortificação dos inimigos, conseguir alguma facção e ganhar a primeira glória fazendo o ingresso àquela guerra; mas aconteceu-lhe o contrário do que imaginava,

porque alojando nos Garanhuns defronte da fortificação, ao terceiro dia da sua assistência, andando os seus soldados divertidos em colher os frutos de um bananal dos negros, saiu da sua fortificação um grande esquadrão deles, e acometendo aos paulistas que se ordenaram naquele repente com melhor forma que puderam, se travou uma batalha em que morreram de ambas as partes mais de quatrocentas pessoas, ficando feridas outras tantas; e seria maior o estrago dos paulistas, se reconhecendo desigual o seu partido ao número dos inimigos, se não foram com muito valor e disposição retirando para o Porto do Calvo, onde acharam o exército que o governador tinha enviado àquela vila.

36. Constava de três mil homens, que pôde juntar de Olinda, do Recife, das vilas e povoações mais vizinhas, de muitas pessoas ricas que voluntariamente quiseram ir naquela expedição, impelidos do próprio valor e da vingança que esperavam tomar daqueles inimigos pelos danos que lhes haviam causado, e de algumas companhias mais luzidas que havia nos dois terços de infanteria paga de Pernambuco. De todo o exército nomeou por cabo, com o posto de capitão, a Bernardo Vieira de Melo, que da sua fazenda das Pindobas conduzindo muita gente armada, se fora oferecer ao governador para aquela campanha e conquista. Era homem nobre e valoroso, experimentado na guerra dos negros, havendo logrado algum tempo antes o feliz sucesso de um choque, em que degolou e cativou um grande troço deles, em uma das estâncias em que estivera para reprimir as suas invasões; causas pelas quais Caeteno de Melo o elegeu para governar aquela empresa.

37. Juntaram-se mil e quinhentos homens das vilas das Alagoas, de S. Francisco do Penedo, das povoações de S. Miguel e Alagoas do Norte, debaixo da conduta do sargento-mor Sebastião Dias. Chegaram ao Porto do Calvo, onde estavam já prontos o seu alcaide-mor Cristóvão Lins de Vasconcelos, o capitão-mor Rodrigo de Barros Pimentel, o coronel da nobreza Cristóvão da Rocha Barbosa, com todas as pessoas principais e ordenanças daquela nobilíssima vila, e composto o exército de toda esta infanteria, que chegava ao número de seis mil homens, com militar pompa, festivo alvoroço e todos os mantimentos precisos para a continuação de um largo assédio, marcharam para os Palmares.

38. Estão os Palmares em altura de nove graus do norte, no terrestre continente das vilas do Porto do Calvo e das Alagoas em quase igual distância de ambas, porém mais próximos à primeira. O nome tiveram depois que os negros os possuíram, pelas muitas palmeiras que lhes plantaram. Compreendia mais de uma légua em circuito a sua povoação, cuja muralha era uma estacada de duas ordens de paus altos, lavrados em quatro faces, dos mais rijos, incorruptíveis e grossos que há naqueles grandes matos, abundantíssimos de portentosos troncos. Tinha a circunvalação três portas da mesma fortíssima madeira, com suas plataformas em cima, todas em iguais distâncias, e cada uma guardada por um dos seus capitães de maior suposição, e mais de duzentos soldados no tempo de paz, porém nesta guerra guarnecidas todos do maior poder das suas forças.

39. Por várias partes daquela circunferência havia baluartes da própria fábrica e fortaleza. O paço do seu Zombi era toscamente suntuoso na forma e na extensão; as casas dos particulares ao seu modo magníficas, e recolhiam mais de vinte mil almas de ambos os sexos, as dez mil de homens capazes de tomar armas. As que jogavam eram de todos os gêneros, assim de fogo como espadas, alfanjes, flechas, dardos e outras arrojadiças. Havia dentro na sua povoação uma eminência elevadíssima que lhes servia de atalaia, e depois lhes foi voluntário precipício; dela registavam com longa vista por dilatados horizontes muita parte das vilas e lugares de Pernambuco. Tinham uma lagoa que lhes dava copioso peixe, muitos ribeiros e poços, a que chamam cacimbas, de que tiravam regaladas águas. Fora tinham grandes culturas de pomares e lavouras, e para as guardar fizeram outras pequenas povoações, chamadas mocambos, em que assistiam os seus mais fiéis e veteranos soldados.

40. Chegou o nosso exército, e caminhando a desfrutar aquelas quintas ou fazendas, as achou já sem frutos nem legumes, porque os inimigos com militar discurso colheram todos os que estavam sazonados, prevenindo-se para o cerco, e destruíram os que no curso dele podiam amadurecer e servir à nossa gente; e abandonando os mocambos, se recolheram dentro da circunvalação da sua muralha, unindo nela todo o seu poder, com esperanças firmes de triunfar do nosso, que tantos anos os tinha tolerado, estando eles na posse de não serem na sua fortificação acometidos.

41. Dividido o nosso exército em várias estâncias, se pôs na porta do meio o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo; a do lado direito encarregou ao mestre-de-campo dos paulistas Domingos Jorge, e a do esquerdo ao sargento-mor Sebastião Dias; os outros cabos foi pondo em torno da muralha; por muitas partes dela se puseram escadas que levavam prevenidas; mas subindo por elas, eram logo rechaçados pelos inimigos, assim com armas de fogo e flechas disparadas dos baluartes, como de água fervendo e brasas acesas lançadas pela estacada, de que recebiam os nossos muitas mortes e feridas, pagando-as no mesmo troco aos inimigos que podiam descobrir por qualquer daqueles lugares, repetindo-lhes os assaltos por todas as partes para os trazerem em tão contínua fadiga e desvelo, que lhes pudessem enfraquecer o ânimo e embaraçar a disposição.

42. Continuando-se por muitos dias os combates, foi faltando aos negros a pólvora, que não podia ser muita, pois só tinham a que dos moradores seus confederados alcançaram antes de se lhes mover a guerra, da qual não tendo tão antecipada notícia como lhes era precisa, para recolherem os mantimentos necessários a um dilatado cerco, já neles experimentavam também diminuição, mas não na sua constância, que se aumentava com a porfia do nosso exército, sobre o qual disparavam tantas nuvens de flechas, e tal chuveiro de armas arrojadiças que faziam parecer escusadas as balas. A todas resistia a nossa gente; porém havendo batido as muralhas e portas incessantemente com grande cópia de fortíssimos machados e outros instrumentos, sem efeito algum e com perda de muita gente, pediram ao governador Caetano de Melo de Castro socorro de soldados e peças de artilheria, entendendo que sem elas seria impossível romper a fortificação dos inimigos.

43. A este aviso respondeu o governador que ficava convocando gente e dispondo a carruagem da artilheria, para ir em pessoa socorrê-los; mas esta notícia não fez cessar nos combates o nosso exército, à custa dos muitos perigos e descômodos que experimentava, anelando conseguir aquela empresa, que quanto mais difícil, lhe seria mais gloriosa, posto que conhecia carecer de maiores forças, e serem precisos canhões para bater a muralha. Fazia prevenções de víveres por se lhe irem acabando os que trouxera, a e já eram as rações inferiores à necessidade dos infantes, demitindo os cabos as próprias avantajadas porções que aos seus postos eram devidas, em benefício dos seus soldados.

44. Iam afrouxando os negros, faltos já das armas que lançavam e dos mantimentos que consumiam, não podendo recorrer aos campos, que eram os seus celeiros, para levarem os de que mais ordinariamente se sustentavam, e só se mantinham na esperança de que o nosso exército não podia permanecer muito tempo no assédio, pela diminuição da gente em que se achava, e pelos descômodos que padecia, pouco costumados os homens, depois da guerra dos holandeses, a resistir às inclemências do tempo nas campanhas, além de lhes ficarem mui distantes as conduções dos víveres, de que já entendiam que experimentavam falta, discursos em que fundavam a suposição de que se lhes levantaria brevemente o sítio; porém logo o sucesso, que não premeditaram, lhes mostrou o contrário do que presumiram.

45. Da sua eminência ou atalaia viram irem-se cobrindo os campos de gado maior e menor, de carros e cargas de cavalos, que das vilas do Penedo, das Alagoas e da povoação de S. Miguel caminhavam ao nosso exército em um grandíssimo comboio que lhes chegava, de que começaram a inferir os negros a nossa persistência e a sua ruína e totalmente desanimados se empregavam mais no seu assombro que na sua defensa, quando o nosso exército, com o socorro dos mantimentos e de alguma gente que os acompanhava, se punha a bater-lhes as portas da estacada com novo alento e tal fortuna, que à força de machados e de braços lhe abriu o sargento-mor Sebastião Dias a que lhe tocara, ao tempo que o capitão-mor Bernardo Vieira rompia a em que estava, de que fez aviso ao mestre-de-campo dos paulistas, que residindo na outra muito distante, acudiu com incrível presteza a ser-lhe companheiro no perigo e na glória.

46. Entraram juntos, encontrando alguma resistência nos negros, inferior à que presumiram; porque o seu Príncipe Zombi com os mais esforçados guerreiros e leais súditos, querendo obviar o ficarem cativos da nossa gente, e desprezando o morrerem ao nosso ferro, subiram à sua grande eminência e voluntariamente se despenharam, e com aquele gênero de morte mostraram não amar a vida na escravidão, e não querer perdê-la aos nossos golpes[3].

47. Todos os outros que ficaram vivos, com o grande número de mulheres e crianças, em prantos inconsoláveis e clamores excessivos, se

renderam. Muitos dias gastou a nossa gente em discorrer pela povoação, onde acharam muitos despojos pobres, sendo o mais importante o das ricas armas de todo o gênero, valorosamente exercidas, com grande polimento e asseio tratadas. Fizeram os cabos logo no princípio aviso ao governador Caetano de Melo de Castro, a quem os enviados acharam para partir no dia seguinte com o grande socorro que tinha junto no Recife, em que levava dois mil homens e seis peças de artilheria. Recebeu a nova com públicas demonstrações, lançando de palácio dinheiro ao povo, e fazendo depois procissão solene de ação de graças, posto que estimara mais ter parte na glória da peleja, fim para que dispusera o socorro que estava para conduzir com a brevidade com que o soube juntar.

48. Foram levados ao Recife os negros, e tirando-se deles os quintos pertencentes a o Rei, os mais ficaram tocando aos cabos e soldados, conforme as presas que fizeram quando entraram na sua fortificação. Todos os que eram capazes de fugir e se rebelar, os transportaram para as outras províncias do Brasil, e alguns se remeteram a Portugal. As mulheres e crianças, pelo sexo e pela idade livres daquela suspeita, ficaram em Pernambuco.

49. Este fim tão útil como glorioso teve a guerra que fizemos aos negros dos Palmares, devendo-se não só o impulso da empresa, mas os meios da execução, ao valor e zelo com que Caetano de Melo de Castro governou a província de Pernambuco, de cujo emprego por este, e outros serviços obrados na Etiópia sendo general dos rios de Sena, saiu com tantos créditos e aplausos, que lhe granjearam o superior lugar de vice-rei da Índia, cargo que exerceu com grandes acertos, deixando em todas as referidas partes uma ilustre memória.

50. Havia até o ano de mil e seiscentos e noventa e seis na Câmara da Bahia juízes ordinários de vara vermelha, como nas outras Câmaras das províncias do Brasil; mas atendendo a ser antigualha indecorosa a uma cidade, cabeça de todo o estado, que devia ter o predicamento das maiores do reino, em que há juízes de fora e corregedores das comarcas, logrando já o senado da Bahia por mercê do sereníssimo senhor rei D. João IV, em provisão de vinte e dois de março de mil e seiscentos e quarenta e seis, os próprios privilégios que o da cidade do Porto, que são os mesmos

que tem a Câmara de Lisboa, criou a majestade do augustíssimo senhor rei D. Pedro II, no ano de mil e seiscentos e noventa e seis, os referidos lugares, enviando para ouvidor da comarca (título que costumam ter nas terras dos mestrados) ao doutor Belchior de Sousa Vilasboas, e por juiz de fora o doutor José da Costa Correia, pelos quais dividiu o ofício de provedor dos defuntos e ausentes, que andava em um dos ministros da Relação; e desde então ficaram sendo os juízes de fora provedores dos ausentes na cidade, e os ouvidores na comarca[4].

51. Desde este tempo deixaram de fazer-se por pelouros as eleições dos oficiais do senado da Câmara da Bahia, remetendo-se às pautas dos eleitores ao Desembargo do Paço, que se faz na relação dela, e em cada um ano as alimpa e escolhe os vereadores e procurador que hão de servir nele, que vão nomeando em provisão passada em nome do rei. Os novos ministros, ouvidor da comarca e juiz de fora, tiveram grande trabalho em estabelecer estes lugares, e entre si não poucas contendas sobre a jurisdição que a cada um pertencia; pleitos que se ajustaram, tomando-se conhecimento deles e resolvendo-se na Relação. A estes dois ministros se concedeu acesso para os lugares da Relação da Bahia, tiradas as suas residências, e pelo bom procedimento que tiveram nas suas ocupações, foram premiados com a toga de desembargadores dela; porém nenhum dos seus sucessores logrou ainda até o presente esta promoção.

52. Na cidade de Olinda, capital da província de Pernambuco, e na de S. Sebastião principal da do Rio de Janeiro, introduziu também o rei no mesmo ano o lugar de juízes de fora aos de ouvidores literários que já nelas havia, e se ficaram fazendo as eleições dos oficiais da Câmara na forma dos da Bahia; porém pela distância que há destas àquelas praças, foi concedida provisão de Sua Majestade, para os governadores delas em cada uma, com o ouvidor e juiz de fora, limparem as pautas cada ano e escolherem os oficiais que nele hão de servir, pelo detrimento e mora que haviam de experimentar em se enviarem ao Desembargo do Paço da Bahia. Neste próprio tempo mandou criar em a cidade de S. Cristóvão, cabeça da província de Sergipe, ouvidor da profissão literária, enviando a ela com este lugar ao doutor Diogo Pacheco, como já tinha mandado criar o mesmo lugar na província da Paraíba, pelo doutor Diogo Rangel de Castelo Branco.

53. Depois crescendo as povoações de Pernambuco e o número dos seus habitadores, ficando alguns povos muito distantes da cidade de Olinda, que por este motivo experimentavam grandes descômodos em acudirem a ela com as suas causas, suplicaram a Sua Majestade fosse servido fazer-lhes outra comarca, dividindo em duas a jurisdição civil e criminal desta província. A tão justo requerimento atendendo o sereníssimo senhor rei D. Pedro II, mandou criar outra comarca na forma que pediam aqueles moradores, ordenando que da nova fosse cabeça a vila das Alagoas, e lhe fossem sujeitas para o norte uma povoação chamada Alagoas do Norte e a vila do Porto Calvo, e ao sul a grande povoação de S. Miguel, a vila de S. Francisco do Penedo e os seus dilatados distritos, elegendo primeiro ouvidor ao doutor José da Cunha Soares. Estes três ministros, em prêmio do trabalho com que criaram os referidos lugares e do bem que neles procederam, ocuparam os da Relação da Bahia.

54. No colégio dos padres da Companhia de Jesus da cidade da Bahia faleceu no ano de mil e seiscentos e noventa e sete o reverendíssimo padre Antônio Vieira, benemérito filho daquela sagrada religião. O seu talento foi ainda maior que o seu nome, com o qual voou por todos os hemisférios a fama elevada pela sua pena. Foi em Portugal pregador dos seus augustíssimos monarcas, e da sereníssima rainha de Suécia em Roma, cuja sagrada cúria o ouviu com admiração, e lhe respondera com o prêmio de altas dignidades, se a sua religiosa modéstia o não obrigara a fugir entre os estrangeiros das honras e lugares de que já se livrara entre os naturais, onde achando na vida e na posteridade as maiores estimações, são ainda inferiores às que tem entre as outras nações, andando os seus escritos traduzidos e venerados por todo o mundo católico, com grande glória do nome português[5].

55. Muitos anos se duvidou da região em que nascera, passando a contenda desta incerteza entre Portugal e o Brasil; e poderão apetecer a fortuna de pátria do padre Antônio Vieira todas as cidades do mundo, como as de Grécia pleitearam o serem pátria de Homero; mas pela insigne corte de Lisboa se declarou esta prerrogativa, e foi justo que produzisse ao mais famoso orador uma cidade que fundara o capitão mais eloquente; porém não deixou de ficar à da Bahia direito reservado para outra ação, porque vindo a ela o padre Antônio Vieira muito menino, pode litigar se

deve tanto a Portugal pela felicidade do horóscopo em que nasceu, como ao Brasil pela influência do clima em que se criou; se teve neles mais domínio a força do Planeta que o poder da educação; problema ou ponto sobre que disputam muitos autores, mais a favor da criação que do nascimento.

56. Coisa digna de reparo é que Bernardo Vieira Ravasco, natural da Bahia, secretário do estado do Brasil, tão perito nesta ocupação como ciente em muitas faculdades, irmão do padre Antônio Vieira na natureza do sangue e na sutileza do engenho, adoecesse ao mesmo tempo e do mesmo achaque que seu irmão; e fazendo a enfermidade os próprios termos e sintomas em ambos, morressem juntamente, o padre Antônio Vieira primeiro, e Bernardo Vieira um dia depois[6].

57. Se houveram nascido os dois de um parto, pudera algum enganado astrólogo seguir a errada fantasia de Possidônio, que atribui nos gêmeos esta igualdade, por serem concebidos e nascidos na própria constelação de estrelas; ou algum médico especulativo sentir com Hipócrates, que entende lhes nascem estes efeitos da temperança dos corpos semelhantes em ambos, da disposição corporal em que se achavam os pais quando os geraram, de se haverem nutrido e criado com os próprios alimentos e com as mesmas águas; porque se não dão nos dois irmãos, não sendo gêmeos, tantas causas intrínsecas, externas e acidentais para esta igualdade da natureza, se não foi que para tal semelhança de efeitos bastou a simpatia do amor.

58. Chegamos aos descobrimentos das portentosas minas do Sul, que em riqueza, fecundidade e extensão excedem às de Ofir, que tantas riquezas deram a Salomão, e tão grande matéria aos encarecimentos dos escritores. Gerou o sol nos embriões da terra do Brasil a profusa cópia de ouro que a natureza teve escondida imenso tempo, para sair com numerosos e riquíssimos partos no fim do século dezessete da nossa redenção, e cinquenta e oito da criação do mundo, podendo ser mais antiga que a do gênero humano a deste precioso metal, pois sendo operação do Príncipe dos planetas, que Deus criou no quarto dia, desde logo poderia (existindo o seu vigor nos seus atos) produzir os seus efeitos dois dias antes do sexto, em que o Senhor fez o homem.

59. Quanto mais se dilatou, tanto mais puro saiu. As pedras preciosas que mais se detêm em madurar nas minas, saem mais perfeitas;

as árvores que mais se demoram na produção dos frutos, os dão mais excelentes; e até a superior de todas as esferas celestes tem mais tardo que as outras o seu movimento, que os astrólogos chamam trepidação.

60. Estão as minas do Ouro Preto e do Morro, debaixo do trópico de Capricórnio, em altura de vinte e três graus e meio, e nela com pouca diferença ficam todas as Minas Gerais, umas para o sul e outras para o norte, com mais ou menos altura; para o sul as do rio das Mortes, que em proporcionada fantasia estão em vinte e quatro graus até vinte e quatro e meio; entre estas e as minas gerais jazem algumas de menos importância, como são as de Itatiaia, Itaberaba e outros ribeiros, que por terem menos riqueza têm menos nome. Para o norte ficam as do rio das Velhas, Sabarabuçu, Caeté, Santa Bárbara, Catas Altas.

61. Por todo o mato que entre elas há, correm infinitos ribeiros de menor fama, e poderão ficar, pela mesma fantasia, em vinte e dois graus e meio, pouco mais ou menos. Mais ao norte do rio das Velhas estão as do Serro Frio, que ficam em vinte e um graus e meio, e quiçá menos, onde se acham muitos ribeiros inferiores. Ainda mais ao norte estas outras minas de pouco porte, chamadas Tucambira, que ficam em dezoito ou dezenove graus, e todos os espaços de umas a outras se acham prenhes de ouro. Para o ocidente ficam as minas de Pitangui com muitos ribeiros, que deram muito ouro e ainda o estão lançando.

62. Descobriram-se no ano de mil e seiscentos e noventa e oito as minas gerais, as do Ouro Preto, as do Morro, as do Ourobueno, as de S. Bartolomeu, Ribeirão do Carmo, Itacolomi, Itatiaia, Itabira e outras anexas, e os campos em que se fabricam as roças. Estas já nomeadas e outras muitas mais descobriram os paulistas. Alguns filhos do reino acharam ribeiros de menor valor entre os já descobertos, e o ouro que se tem colhido pelos montes há poucos anos, descobriram os filhos de Portugal com os seus escravos[7].

63. A cópia de ouro que as minas lançam das suas veias é infinita, e o número das arrrobas que delas se tiram, quase impossível saber-se, para poder computar-se; mas é sem dúvida o maior que costuma produzir a terra nas partes do mundo em que o sol as cria. É o ouro de grandes quilates, principalmente todo o que se tira nas minas gerais, e algum de dentro do mato, que tem vinte e três quilates, vinte e três e meio, vinte e três e três

quartos, chegando algum a vinte e quatro. O ouro do rio das Velhas os tem inferiores, e muito menos o do rio das Mortes, porém geralmente nunca descem de vinte e dois quilates.

64. Os grãos e folhetas que se têm tirado são infinitos e mui diferentes no peso e feitio. Entre os muitos que vieram à Bahia, chegou um de cento e noventa e duas oitavas de peso, e visto ao longe parecia uma mão fechada; outros de duzentas e de trezentas representando várias formas e figuras. Houve fama constante que se achara um de treze libras. Dos de pesos menores, de vinte até cem, se achou maior quantidade. A forma destes grãos e folhetas é difícil de explicar-se, porque uns são toscamente redondos, e a estes chamam grãos; outros são chatos, com mais ou menos comprimento, e se dizem folhetas; alguns há mui crespos e com cracas, outros lisos, e no ouro menos grosso há também a mesma forma, sendo um muito miúdo, outro redondo como grãos de munição, algum liso como pevides de melão, sem diferença, e muitos como lentilhas. Mas não é geral o achar-se sempre com estas formas entre o ouro comum. Nos ribeiros mais ricos deste metal se não acha o ouro grosso, e onde há grandes folhetas há menos ouro, porque é de manchas e se não encontra geralmente.

65. No princípio do descobrimento das minas se tirava o ouro fazendo uma cova grande quadrada, com mais ou menos regularidade, a que chamavam cata; e tanto que chegavam a umas pedras, como seixos, chamados cascalhos, que estão assentados na piçarra, as desfaziam com alavancas, como quem desmancha uma parede, e botando-o com um ferro de feitio de um sacho de bico, a que chamam almocafre, em uma bandeja de pau de dois e meio até três palmos de boca, que das beiras vai estreitando em forma piramidal para o centro, a que chamam bateia, o levam à água, voltando nela a bateia para lançar as pedras fora, e tantas voltas lhe dão, até que aniquilando a terra e as pedras fica o ouro no fundo ou centro da bateia, donde o botam em uma bacia, e depois o enxugam no fogo para o guardar.

66. Quem tem poucos negros e não lavra em terras próprias, os manda faiscar, isto é, apanhar pelos campos ou montes ouro do que cai aos que o vão tirar. Hoje já se não usa muito de catas, e se tira ouro por mui diferente modo, porque metem águas em cima dos montes cheios de ouro que há naqueles países, e cavando, ou desmontando (como lá se diz)

a terra dentro da mesma água, a leva de sorte que fica somente o cascalho em que está o ouro, e este o lavam com a mesma água em uma fôrma de canoas que fazem na piçarra, e mexendo o cascalho com o almocafre onde a água está continuamente caindo, se vai aniquilando o cascalho, porque a água o leva, deixando o ouro. Outros carregam os cascalhos e os botam em uma canoa de pau aberta por diante, a que chamam bolinete, e por uma bica está continuamente caindo água, e mexendo o cascalho ou terra eu se lhe bota, onde está o ouro; vai diminuindo e saindo a terra ou cascalho, e fica o ouro no fundo da canoa, na parte onde cai a água. O modo de tirar ouro com água por cima dos montes em canoas na piçarra e em bolinetes foi invento dos filhos de Portugal.

67. Quando se descobriram estas minas governava a província do Rio de Janeiro Artur de Sá de Meneses, e convidado das riquezas e abundâncias de ouro tão subido, foi a elas mais como particular que como governador, pois não exerceu atos do seu poder e jurisdição naquelas partes, fazendo-se companheiro daqueles de quem era superior, e se recolheu para o seu governo levando mostras que o podiam enriquecer, posto que da bondade do seu ânimo e do seu desinteresse se pode presumir, que foi a elas menos por cobiça que pela informação que havia de dar ao rei da qualidade das minas, e da forma com que os seus descobridores a lavraram.

68. Continuava o governo-geral D. João de Lencastro, quando chegou à Bahia a triste notícia de uma das mais lamentáveis perdas que tiveram Portugal e o Brasil no século das suas maiores glórias. Não há na vida gostos que deixem de ser tributários aos sentimentos, nem vida que possa prometer durações no tempo. Em razão e fora dela colhe os seus frutos a morte. Tão distante lhe fica a elevação da soberania como o profundo da humildade; sempre é tirania, porém algumas vezes tem mais circunstâncias de cruel. Tal se mostrou no intempestivo e mortal golpe com que feriu e prostrou a sereníssima senhora D. Maria Sofia Isabel de Neoburgo, ínclita e augustíssima rainha de Portugal.

69. Faleceu aos quatro de agosto do ano de mil e seiscentos e noventa e nove, havendo nascido em seis do próprio mês no de mil e seiscentos e sessenta e seis, com poucos de duração e de reino; porque trinta e três de idade foram diminutos para a importância da sua vida, e doze de

império breves para as felicidades da monarquia. Contou em poucos lustros as prerrogativas pelos dias, e as virtudes pelas horas; não se ausentou sem nos deixar firme a sucessão real, e brilhante a esfera portuguesa com uma constelação de muitas estrelas que resplandecem em o nosso hemisfério, passando a coroar-se o Empíreo, e deixando descendência digna de todas as coroas da Terra.

70. Foi filha do sereníssimo Príncipe Filipe Wilhelmo, conde eleitor palatino, duque de Neoburgo e de outros dilatadíssimos estados e domínios que possuíram seus altos progenitores, potentados soberanos em Alemanha. Era filho do sereníssimo Príncipe Wolfango Wilhelmo, duque de Neoburgo, e da sereníssima princesa D. Madalena, filha de Wilhelmo, duque de Baviera, contando sua alteza eleitoral nos seus soberanos avós paternos e maternos, pelas linhas palatina e bavárica, muitos diademas e coroas ducais e imperiais, que são as fontes da soberana nobreza daquela nobilíssima região, pátria de heróis famosos, príncipes grandes e generosos monarcas.

71. Teve por mãe digníssima a princesa D. Isabel Amélia Madalena, filha do sereníssimo príncipe Jorge, Landgrave de Hesse, por cujas veias correu o sangue dos maiores potentados e soberanos de Alemanha, e pela varonia hessiática o de Ludovico o Pacífico, que recusou a suprema dignidade imperial em que fora eleito, e da princesa D. Sofia Leonor de Saxônia, filha do sereníssimo João Jorge duque de Saxônia, cujos altos ascendentes se intitularam reis nos primeiros séculos até ao nono, em que foi o último rei o grande Witikindo. A todo este compêndio de monarcas condecorou a nossa augustíssima rainha na vida e na posteridade, e dandolhe Deus em prêmio de inumeráveis virtudes maior império, a levou para si, deixando na sua monarquia a mais ilustre memória, e nos seus vassalos as mais bem nascidas lágrimas.

72. Passou a Portugal no ano de mil e setecentos D. João Franco de Oliveira, que deixou a mitra metropolitana do Brasil pela diocesana de Miranda. Era clérigo do hábito de S. Pedro, bispo de Angola, donde foi promovido a esta metrópole, que governou oito anos (desde o de mil e seiscentos e noventa e dois) com muito fervor e grande independência. Foi franco no apelido e no ânimo, socorrendo com tanta grandeza como

piedade as ovelhas pobres do seu arcebispado: todas achavam nele abrigo e correção, punindo as suas culpas com o próprio cuidado com que acudia às suas necessidades. Fez um governo plausível e justo, irmanando o rigor com o agrado, de forma que os que recebiam dele os prêmios ou os castigos, todos ficavam satisfeitos; tão poderosa é a justiça quando se tempera com a brandura; por estas qualidades deixou tantas memórias como saudades na Bahia.

73. No mesmo ano chegou a ela Antônio de Saldanha por capitão-de-mar-e-guerra da nau *Sereia*, para com o mesmo posto na de *Nossa Senhora de Bettencourt*, que estava no estaleiro, navegar a Goa a juntar-se com Henrique Jacques de Magalhães, que um ano antes tinha passado à Índia por general de uma armada expedida à restauração de Mombaça, cidade na Etiópia, em altura de três graus ao sul, que ganhamos no vice-reinado de D. Francisco de Almeida, e perdemos no de Antônio Luís, estando já algum tempo antes do seu governo combatida e sitiada a nossa fortaleza por aqueles mouros que depois a tomaram. Este socorro que podia conduzir-se da Bahia, tinha facilitado a el-rei o governador D. João de Lencastro, e aceitando-lhe a proposição, lhe ordenou que o enviasse, e posto que D. João achasse mais dificuldades na execução das que imaginara no arbítrio, a todos superou o seu zelo incansável e ânimo constante.

74. Com o maior fervor principiou a juntar gente, oferecendo-se voluntárias muitas pessoas, assim das naturais como de partes diversas. Grande número de presos que se achavam com delitos em que o extermínio podia ser o menor castigo, pediram os enviassem naquela ocasião para a Índia, querendo lograr não só o terem eleição do lugar do seu degredo, mas o alcançarem a glória que todos iam buscar. Muitos soldados luzidos dos dois terços do presídio, anelando ocasiões de mostrarem o seu valor, não quiseram perder esta, e rogaram a D. João de Lencastro os enviasse naquele socorro. De toda esta gente se formaram muitas companhias, e a despesa de duas fez o senado da Câmara da Bahia, com a grandeza e luzimento com que costuma concorrer para todas as ações do serviço d'el-rei e aumento da monarquia; e com as que trazia a nau *Sereia*, de que vinha nomeado João da Maia da Gama por capitão-de-mar-e-guerra para acompanhar a nova nau naquele socorro, se fez um número grande de soldados, cabos e oficiais[8].

75. Lançou-se do estaleiro a nau com felicidade ao mar, onde se lhe fizeram as obras que lhe faltavam para sua cabal perfeição, e ficou um dos mais formosos baixéis que viram os mares da América e Ásia. Trabalhava o governador nos aprestos de ambas, e da infanteria, cabos e oficiais com tão generoso ânimo, que sem atenção à sua real ascendência proveu a seu filho D. Rodrigo de Lencastro no posto de segundo-capitão-tenente, de que se escusara na Bahia, por não querer passar à Índia, Antônio André, que de Lisboa viera provido nele. Fazia toda a prevenção dos mantimentos para a viagem e de todos os aprestos para a expedição, quando na manhã de um claro dia, por desatenção que houve em uma salva, se ateou o fogo em a nau *Sereia* com tão irremediável incêndio que se não pôde extinguir, porque pegando logo as amarras, foi levando a nau para o meio do golfo, lançando-se a nado alguns marinheiros e oficiais náuticos com que nela se achavam.

76. Andou vagando sobre as ondas por toda a enseada da Bahia ardendo em chamas aquele marítimo tronco ou Etna portátil, vomitando incêndios não sobre a terra, mas sobre os mares, e anunciando alguma fatalidade a conjunção de dois contrários elementos. Assim permaneceu, até que de todo se abrasou. O contratempo desta perda causou sentimento, não desmaio a D. João, que logo elegeu um patacho de invocação Santa Escolástica, o melhor que havia no porto da Bahia, então falto de embarcações por haver partido a frota para Portugal muito antes de chegar a ordem para o socorro de Mombaça. Fizeram-se-lhe várias obras para a porem em forma de nau de guerra e capaz de artilheria grossa, e da gente com que havia de ser guarnecida e entregue ao referido capitão-de-mar-e-guerra João da Maia, que pela patente que trazia para suceder a Antônio de Saldanha na *Sereia*, lhe tocava esta segunda embarcação que se prevenia.

77. Pronta as naus, e com todas as coisas necessárias para uma tão larga viagem, sendo já entrada a monção de partirem para a Índia, se fizeram à vela. Saiu a maior com vistosa ostentação, cortando soberbamente os mares, e com não menor ufania a seguiu a segunda; mas esta a poucos passos ou bordos antes de montar a barra de Santo Antônio, por força do fado, ou por má arrumação da nau, pendendo toda para um lado se deitou no mar, que entrando-lhe, logo a meteu a pique, sem se lhe poder valer de terra, nem acudir-lhe a outra na que ia já mui velejada, posto que ainda pôde ver de longe este espetáculo, e com a pena dele prosseguiu a viagem.

Da gente que ia na que se perdeu se lançou alguma no mar, escapando a nado com o seu capitão-de-mar-e-guerra João da Maia; porém a maior parte pereceu, saindo muitos corpos mortos pelas praias, porque o repentino naufrágio, não previsto, lhes não dera tempo para prevenirem os meios de se salvarem. Foi este objeto lastimoso à cidade, acontecendo quase à vista dela este estrago.

78. Continuando a sua derrota a nau *Nossa Senhora de Bettencourt* com felicíssima viagem, sem outro susto nem cuidado mais que o sentimento da perda da companheira, chegou aos mares da Índia; porém não podendo tomar a cidade de Goa, navegou ao norte e surgiu na de Baçaim, em que invernou, e chegada a monção partiu para a cabeça do Estado, onde achou já desvanecida a empresa de Mombaça, assim por ser falecido o general Henrique Jacques de Magalhães, como por outras causas que não pertencem à nossa história; mas sim o fim que teve a nossa nau, a qual alcançou também o infortúnio de que a primeira desgraça da nau *Sereia* fora presságio; porque depois de estar alguns meses surta na barra de Goa, admirada de uns estrangeiros que a foram ver, havendo descuido em lhe deixarem fechadas as portinholas, e sobrevindo a noite com uma tempestade que fez dar à costa algumas embarcações, entrando-lhe as ondas furiosas pelas portinholas abertas a meteram a pique.

79. No ano de mil e setecentos e um chegou à Bahia a nau da Índia, trazendo ao vice-rei Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, almotacé-mor do reino, que voltava de reger aquele Estado, depois de haver governado o do Brasil, ambos com tantos acertos quantas eram as virtudes de que se compunha o seu grande talento, por muitos títulos admirável. Vinha enfermo de achques não só próprios dos anos, mas das fadigas, contraídos em climas estranhos e dilatadas navegações, os quais se agravaram nesta viagem, e chegou com maior perigo da vida do que se imaginava, porque o natural vigor do seu alentado ânimo o teve ainda alguns dias fora do leito.

80. Pousou em casa do governador e capitão-geral D. João de Lencastro, que não permitiu fosse para outra que lhe tinha adereçada um dos mais obrigados amigos que deixara na Bahia, porque além do amor de D. João pelas razões com que se tratavam de parentesco e amizade, o

pediam assim o primor e correspondência de haver sido hóspede de Antônio Luís, quando viera de governar o reino de Angola a embarcar-se para Lisboa. Cresceu o mal, e não aproveitando os remédios, entregou a vida ao inevitável golpe da morte, com os sinais e atos de cristão que sempre mostrara em todas as suas ações. A Bahia, que lhe dera trono em outro tempo, lhe deu agora sepultura. Tão pouca demora e distância há do zênite da vida ao ocaso da morte, do domínio ao sepulcro! Foi com suntuosa pompa sepultado no colégio dos padres da Companhia de Jesus[9].

81. Era Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, por varonia, da família de Câmara, tão esclarecida como dilatada, porque compreende muitas casas do reino, grandes por títulos e por estados. Serviu nas guerras, e se achou na restauração da cidade de Évora, e em outras importantes ocasiões com empregos competentes. Ajustada a paz, foi enviado ao governo de Pernambuco e logo promovido ao da Bahia; depois escolhido para o superior lugar de vice-rei da Índia. Em todas estas grandíssimas ocupações só no serviço real e no bem comum achava interesse. Foi em sumo grau independente, até em coisas mínimas em que não podia haver sombras de escrúpulo, nem quebras de capricho ou de opinião, e de todos os governos sairia ainda com maiores aplausos, se a sua inteireza não pecara em severidade.

82. No seguinte ano de mil e setecentos e dois sucedeu o arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide a D. João Franco de Oliveira na metrópole, que largou, deixando a oliveira o terreno à vide, para que com ela fosse o Brasil mais propriamente vinha do Senhor. Do muito que floresceu e frutificou em todo o seu arcebispado daremos mais larga notícia a seu tempo. Neste acabou o governo de D. João de Lencastro, depois de o haver exercido com incansável cuidado e fervoroso zelo em grande serviço d'el-rei e muito aumento do Estado, por espaço de mais de oito anos.

83. Sucedeu a D. João de Lencastro no posto de governador e capitão-geral do Brasil D. Rodrigo da Costa, nobilíssimo ramo do tronco deste apelido, benemérito da fama e grato à pátria, que já nas campanhas, já no valimento dos reis, teve heróis dignos de uma perdurável memória. Tinha governado a ilha da Madeira com tais acertos, que pareceram filhos de anos maiores, sendo natureza na sua pessoa aquilo que em outras fora

experiência. Com as mesmas virtudes governou o Brasil e depois a Índia, sem haver nestes dois grandes Estados coisa poderosa a lisonjear-lhe a vontade, ou a fazer pendor à inteireza da sua independência, tão rigorosamente observada que nenhum acidente a fez parecer menos austera, nem nos mesmos agrados com que tratava os súditos dos seus governos, nos quais deixara sempre venerações e saudades.

84. Da nova Colônia do Sacramento fez aviso a D. Rodrigo da Costa, no ano de mil e setecentos e três, Sebastião da Veiga Cabral que tinha o governo daquela praça (em que sucedera a D. Francisco Náper de Lencastro), que os espanhóis de Buenos Aires juntavam um numeroso exército para irem brevemente sitiar a nossa fortaleza, onde se achava com muitas obras imperfeitas e sem outras precisas para a sua defensa, e lhe pedia socorro de soldados e mantimentos, com a presteza que requeria vizinhança do perigo, porque se prevenia para um largo cerco. A mesma notícia deu a D. Álvaro da Silveira de Albuquerque, governador do Rio de Janeiro, significando-lhe a necessidade em que se achava do socorro que pedia.

85. D. Rodrigo da Costa, que não carecia de estímulos para obrar as ações próprias do seu ânimo e da sua obrigação, mandou logo aprestar uma nau das mais capazes que se achavam no porto da Bahia, intitulada *Nossa Senhora da Anunciação*, e prevenir duas companhias das mais luzidas dos dois terços de infanteria do presídio, reenchendo-as com soldados escolhidos até completar o número de duzentas praças em ambas, além dos cabos e oficiais. Era capitão de uma Luís Tenório de Molina, que depois foi sargento-mor[10], e da outra Manuel de Moura da Câmara, que ia, como mais antigo, por capitão-de-mar-e-guerra da nau. Nela mandou meter o governador D. Rodrigo da Costa grande cópia de bastimentos e víveres, assim para a viagem como para o socorro da colônia, e com incrível brevidade fez por tudo pronto, e sair a embarcação com grandes júbilos dos soldados que partiram, e inveja dos que ficavam.

86. Ao mesmo tempo que a nau do nosso socorro ia saindo pela barra da Bahia, vinha entrando por ela outra das Índias de Espanha, que correndo longa tormenta e fazendo muita água, falta de mantimentos, aguada e petrechos para prosseguir a sua larga viagem, buscava o nosso porto para se valer do nosso auxílio; com que dividida em duas facções

a América castelhana, uma caminhava ao nosso dano, outra solicitava o nosso amparo. Não faltaram pessoas de suposião que aconselhassem ao governador D. Rodrigo da Costa o fazer presa naquele navio, cuja riqueza poderia recomensar a despesa que fez o socorro, e a ruína que experimentasse a colônia. Porém D. Rodrigo obrando heroicamente, mostrou que mandava castigar aos atrevidos, e amparava aos necessitados; porque nos ânimos generosos é tão sagrada a hospitalidade, que se não nega aos próprios inimigos.

87. Publicando gravíssimas penas a qualquer pessoa que fosse ao navio espanhol ou tivesse com a sua gente trato algum, lhe concedeu faculdade para mandar buscar a terra por seus justos preços tudo o que lhes fosse preciso, assim de madeiras em enxárcias para o conserto da embarcação, como de mantimentos, refrescos e aguada para a viagem, nomeando pessoas notoriamente livres de suspeita para lhos ministrarem, e fazendo-a brevemente dar à vela, com admiração dos seus cabos e da sua gente pela generosidade do governador D. Rodrigo da Costa no procedimento que com eles tivera, tanto mais digno de assombro, quanto menos lho mereciam com a guerra que nos faziam os seus naturais na Nova Colônia; acidente de que não tiveram notícia antes de entrar na Bahia, e bastara para os podermos reputar com os inimigos.

88. Com boa viagem chegou o nosso socorro à barra do Rio de Janeiro, onde o esperava o que tinha prevenido aquele governador em outra nau, e juntas navegaram para a Nova Colônia. Chegando a ela, foram recebidos do governador Sebastião da Veiga Cabral, dos seus cabos e soldados com aquele alvoroço com que o temor se costuma diminuir repartido pela sociedade de muitos companheiros. Logo se aplicaram todos às faxinas, fossos e baluartes que já tinha mandado principiar Sebastião da Veiga Cabral pelos seus soldados e moradores, e brevemente se viram crescer as fábricas de sorte que já tinham mais que vencer os inimigos na expugnação da nossa praça; porém não desistiam da empresa e só tinham demorado por conduzirem maior exército, mais peças de artilharia, mais instrumentos para a expugnação e conquista da nossa fortaleza.

89. As espias e sentinelas que Sebastião da Veiga Cabral trazia pela campanha, lhe levaram aviso de terem descoberto o exército inimigo,

e que se achava já perto, notícia que causou vários efeitos nos ânimos, de temor e de alento, porém Sebastião da Veiga, os cabos e soldados valorosos que tinha, bastaram a desterrar o receio aos tímidos moradores. Foi logo aparecendo formado o exército, constava de sete mil infantes, entre os quais havia muitos esquadrões de cavalaria, e peças grossas de boa artilharia que jogavam balas de grande calibre, o trem e bagagem eram proporcionados àquele corpo. Trazia por comandante ao sargento-mor de batalha Baltasar García, subalterno do seu general, que não quis achar-se na empresa. Com militar pompa, ao som de bélicos e festivos instrumentos alojaram à vista da nossa praça.

90. Imaginavam os inimigos que lhes não faria larga resistência a nossa fortaleza, porque faltando-lhe os socorros que tinha mui distantes, e os mantimentos que não podia colher da campanha de que eles estavam senhores se renderiam brevemente. Porém vendo que recolhidos os moradores ardiam as casas que tinham por fora da muralha, às quais mandara pôr fogo Sebastião da Veiga, e que lançando à campanha duzentos e oitenta cavalos e saindo do seu exército alguns soldados a utilizar-se deles, os acharam jarretados, entenderam ser a resolução da nossa gente diversa da que supunham.

91. Mandou o seu comandante uma embaixada a Sebastião da Veiga a persuadi-lo largasse a fortaleza, porque vinha a tomar posse dela, protestando as mortes que do contrário se haviam de seguir em ambas as partes. Sebastião da Veiga respondeu, com o desabafo e galanteria própria do seu valor e natureza, tratasse aquele negócio por obras e não por palavras, que o gosto que recebia com a vinda do exército, lho pensionava a falta do general; e enquanto à perda de vidas, os portugueses nunca duvidaram perdê-las contra os castelhanos; que as do seu exército e todas corriam por conta da consciência de quem movia aquela injusta guerra.

92. Foi o exército inimigo com seus ataques chegando à nossa fortaleza. Fizeram os seus aproches com tenção de abrirem minas, impulso que lhes prevenimos fazendo contraminas e reparos para lhas frustrar. Assentaram a sua artilharia apesar dos tiros dos nossos canhões e mosquetes, que lhes matavam muita gente; porém era tanta a daquele exército, que se não notava a falta, nem o trabalho se suspendia. Concluídas brevemente

as suas fortificações e baterias, principiaram logo os assaltos com tanto furor como estrondo, tendo a nossa gente em arma sem descansarem uma hora entre noite e dia, rebatendo-os e rechaçando-os com incomparável valor. Eram seiscentas as pessoas que se achavam dentro da nossa fortaleza, entre soldados e moradores que a ela se recolheram, deixando as casas da povoação; mas só quinhentas capazes de pelejar, e pela sua constância menos sobrariam a triunfar de tantos inimigos, se tiveram os mantimentos que bastassem a sustentar o mais largo assédio.

93. Eram sucessivas as baterias, repetidos os assaltos por diversas partes, e por todas, entre densas nuvens de fumo, só distinguiam os olhos relâmpagos do fogo, e só sentiram os ouvidos trovões da artilharia. A constância dos ânimos competia com a dureza das muralhas, e o estrago era incentivo do valor, porém com maior dano nos inimigos, em cuja multidão faziam melhor emprego os nossos tiros que na nossa fortaleza as suas balas. Com cento e cinquenta e duzentas a batiam os mais dos dias e por contínuas eram já tão desprezadas dos nossos que nem o perigo lhes dava estimação.

94. Algumas pessoas da nossa gente mataram, outras feriram, porém os ânimos todos entregues ao furor não davam lugar à lástima. Era tão recíproca da nossa parte a bateria, e com tanta diferença na vantagem, que mais certas as pontarias dos nossos mosquetes e canhões derrubavam os inimigos de sorte que parecia haverem aberto os seus ataques para sepultura dos seus soldados, mas nem à vista do seu estrago se moderava a sua constância.

95. No mar (para que este elemento não deixasse de concorrer à consternação dos outros) andava a luta igualmente enfurecida e porfiada entre as suas e nossas naus, balandras e sumacas, mas com vária fortuna de ambas as partes, posto que com maior resolução da nossa. Algumas vezes as seguimos até o seu porto de Buenos Aires, outras nos iam elas buscar ao da Nova Colônia, havendo algumas presas e perdas de embarcações suas e nossas. Porém vendo os castelhanos que pela situação da nossa praça lhes era preciso apertar também por mar o cerco mandaram conduzir dos seus portos mais navios, a que as nossas embarcações não podiam resistir por serem então só duas sumacas, que se recolheram ao abrigo da fortaleza, defendidas da nossa artilharia.

96. Duravam os combates e o cerco e crescia de ambas as partes a porfia, porém já menos vigorosa na dos inimigos pelos muitos homens que tinham perdido, mortos ao nosso ferro; e querendo dar algum descanso aos vivos, se retiraram da nossa fortaleza a tiro de canhão, deixando sem exercício os ataques e parando com os aproches. Vendo o governador que se haviam retirado mandou arrasar e desfazer todas as fábricas e máquinas das suas baterias e fortificações com tal valor e diligência, que em poucas horas lhas desbarataram os nossos soldados. Determinavam os inimigos render a nossa praça só por fome, entendendo que nos não podiam durar muitos dias os mantimentos; e não se enganavam, porque pela sua falta eram já tão escassas as rações que não podiam sustentar as vidas. Por esta causa, pelos descômodos e trabalhos da guerra, se achavam na fortaleza além dos feridos outros enfermos, cujo mal se agravava com a falta do necessário para os doentes, fazendo irremediável o perigo de todos.

97. Do aperto e consternação em que se via a nossa gente por falta de viveres, fez Sebastião da Veiga Cabral aviso à Bahia e ao Rio de Janeiro, segurando que os ânimos dos seus cabos e soldados não desfaleceriam no perigo, e só receava pudesse rendê-los a necessidade. Pedia lhes mandassem socorro com a brevidade que requeria o estado em que a praça se achava. O governador e capitão-geral D. Rodrigo da Costa, louvando-lhe a constância, valor e disposição com que até aquele tempo a tinha defendido, lhe ordenou que nos navios que mandava ir do Rio de Janeiro, embarcasse a gente, armas, peças de artilharia e todas as coisas mais dignas de se porem em salvo, e deixando em chamas a fortaleza, se recolhesse ao Rio de Janeiro.

98. Chegando as naus, e como não levaram outra resolução, conduziam tão poucos víveres que apenas poderiam bastar para a viagem; e não vendo Sebastião da Veiga remédio algum a poder sustentar a praça, depois de haver feito na sua defensa provas grandes de famoso capitão, e terem os cabos e soldados obrado em facções e pelejas contínuas atos de valor heroico, tratou de seguir a ordem que tivera do governador e capitão-geral D. Rodrigo da Costa. Os inimigos imaginando que nas embarcações nos fora socorro com que pudéssemos continuar a resistência, as mandaram combater pelas ruas, de que resultou novo conflito naval de mais estrondo que efeito, porque retiradas as naus contrárias, cessou a peleja.

99. Aplicava Sebastião da Veiga toda a diligência na execução da ordem do capitão-geral, fazendo embarcar a artilharia, menos seis peças de grande calibre que deixou encravados, por falta de aparelhos para as transportar; em andando meter nos navios não só o precioso, mas tudo o que havia da consideração na praça, com as imagens e coisas sagradas e todos os soldados e moradores, se embarcou, deixando ateado na fortaleza um terrível incêndio, que os nossos viam do mar com mágoa, e da campanha os contrários com horror.

100. Saíram do porto da Colônia e brevemente chegaram ao Rio de Janeiro como triunfantes: pois com tão pouco poder e sem o preciso para o sustento ordinário, não só fatos de regalos, mas até do necessário, padecendo já grandes fomes e muitas enfermidades, resistiram constante e valorosamente por mais de seis meses em combates contínuos a tanto número de inimigos destros, porfiados e abundantes por estarem senhores do campo e de todas as suas produções e serem providos de Buenos Aires incessantemente, matando-lhe a nossa gente a melhor do seu exército nos assaltos que nos davam e nas surtidas que lhes fazíamos. Os soldados de socorro que em duas companhias tinham ido da Bahia, vieram com Sebastião da Veiga Cabral, o que dela se embarcou para Lisboa e nas guerras próximas do reino com muitos créditos ocupou grandes postos, justamente conseguidos do seu merecimento.

101. A monarquia de Espanha, grande entre as maiores de Europa, respeitada nas mais remotas do mundo, e só infeliz em não lograr a primogenitura real dos seus augustos monarcas, tantas vezes repetida quantas malograda nos príncipes naturais que houveram de tirar a pretensão daquela coroa aos estrangeiros, agora se achava na maior consternação pelas enfermidades do seu rei Carlos II, que não tinha descendência, nem prometia duração. Era o direito e oposição entre a augustíssima casa de Áustria e a cristianíssima de França, inclinando-se a cada uma destas soberanas partes os príncipes, repúblicas e potências de Europa, pelos interesses particulares e públicos dos seus Estados e das suas nações; e enquanto entretinha Carlos a vida (que estava acabando por instantes), só se tratava entre os pretendentes e os seus parciais de ligas e projetos, conforme a conveniência de cada um ou a necessidade de todos.

102. Nestas disposições falecendo logo el-rei Carlos II, teve formas para se introduzir com maior presteza em Madri (corte daquele império) o duque de Anjou, filho segundo do delfim e neto cristianíssimo Luís XIV, rei de França, e da sereníssima D. Maria Teresa, infanta de Espanha, filha del-rei Filipe IV (pai de Carlos), e coroado com o nome de Filipe V, foi obedecido em Castela, posto que muita parte dos grandes e dos povos, reconhecendo o direito do sereníssimo senhor Carlos III, filho do senhor imperador Leopoldo I, seguissem a sua voz, uns descoberta e outros ocultamente, esperando que passasse a Espanha para lhe porem a coroa como direito descendente em graus próximos e repetidos das angustíssimas casas de Áustria e Espanha.

103. Lograva Portugal as utilidades de uma bela paz, quando as nações do Norte se consumiam com prolixas guerras, tomando muitos daqueles príncipes por árbitro das suas pretensões e contendas ao senhor rei D. Pedro II, pela neutralidade em que se achava. É a indiferença do procedimento neutral sempre condenada, mas não sempre nociva, porque, se foi útil a muitos monarcas nas contendas dos seus vizinhos declarar-se por uma das partes, a outros foi prejudicial não se conservarem neutrais.

104. João d'Albret, rei de Navarra, o experimentou nas guerras de Fernando V, rei de Espanha, com Luís XII, rei de França; Jacó IV, rei de Escócia, nas de Francisco I de França com Fernando II, imperador de Alemanha; e o trazer de fora estranho é tão perigoso, que Ludovico Sforza, por meter os franceses em Nápoles, perdeu Milão. É notório o que aconteceu aos imperadores Valente e Honório quando se arrojaram a chamar aos godos; aos ingleses quando se fiaram dos saxônios, e aos de Babilônia quando convidara a Saladino; porém eram tantas razões que faziam ao senhor rei Carlos III o natural da nação lusitana, quanto repetidas as ascendências que tem do real sangue português: pois (deixando outros muitos graus de parentesco mais remotos) quatro sereníssimas infantas de Portugal concorreram com o seu régio sangue para o esplendor das soberanas casas de Flandres, Áustria e Castela.

105. A senhora D. Isabel, filha d'el-rei D. João I, foi esposa de Filipe III, conde de Flandres e duque de Borgonha, dos quais nasceu o valoroso duque Carlos o Bravo: a senhora D. Leonor, filha d'el-rei D.

Duarte, consorte do imperador Frederico III, arquiduque d'Áustria, e foram pais do imperador Maximiliano I; a senhora D. Isabel, filha do infante D. João, esposa d'el-rei João II de Castela, dos quais foi filha a rainha D. Isabel a Católica; e outra também D. Isabel, filha d'el-rei Manuel e consorte de Carlos V, Imperador de Alemanha e rei de Espanha, de quem nasceu el-rei D. Filipe II. De todas as quatro linhas que saem desta real circunsferência, é centro o senhor rei Carlos III, além de ser filho da senhora imperatriz D. Leonor Madalena Teresa, irmã da nossa sereníssima rainha a senhora D. Maria Sofia Isabel de Neoburgo.

106. Este concurso de causas fazia tão precisa a união do amor e dos interesses das duas augustas casas lusitana e austríaca, que o senhor rei D. Pedro, negando a Filipe V a continuação da paz que lhe pedia (estabelecida entre as coroas portuguesas e castelhana), lhe declarou e fez logo guerra; esperando com real júbilo e com geral aplauso de todos os seus vassalos ao senhor rei Carlos III, para na defensa do seu direito à sucessão de Espanha empenhar todas as forças da sua monarquia, tendo pelo maior glória e triunfo do seu poder o de auxílios a um príncipe tão soberano; e o mesmo impulso foi geral em todos os seus súditos naturais, como mostraram nos conflitos e batalhas, sabendo reputar por própria do seu rei as conveniências do senhor Carlos III, dando por elas na campanha as vidas, e perdendo voluntariamente as fazendas nas hostilidades e despesas da guerra.

107. Chegado o sereníssimo senhor rei Carlos III a Lisboa, se foi a guerra enfurecendo nas campanhas de Portugal e Castela; e na maior porfia de umas e outras armas teve este monarca aviso de que o principado de Catalunha o esperava para seguir o seu partido e lhe dar obediência. Embarcou-se com pouco séquito de naus, fiando do seu valor todos os triunfos, e chegou felizmente à cidade de Barcelona, que o aclamou por seu conde, príncipe de Catalunha, rei de Aragão e de todos os grandes domínios daquela coroa, que se unira a dilatar o círculo da de Castela pelo casamento dos reis católicos Fernando e Isabel.

108. Ao mesmo tempo o nosso exército e os da Liga, governador pelo excelentíssimo marquês das Minas, seu generalíssimo, penetrando o mais interior de Espanha entrou em Madri, onde se fez marquês em solene ato e público teatro, aclamar rei ao senhor Carlos III, tomando em

seu nome preito e homenagem a todos os tribunais e pessoas de maior suposição daquela opulentíssima corte, com repetidos vivas do povo: e com os mesmos aplausos estava el-rei Carlos em Saragoça (corte de Aragão) recebendo as homenagens e a coroa daquele reino.

109. Ia o furor marcial continuando em cada uma das duas contrárias partes, com grande esforço e sorte vária em ambas, umas vezes ganhando, outras perdendo, por ser a guerra Jano de dois rostos e Proteu de muitas formas, emprego em que mais que outro algum mostra as suas inconstâncias, a fortuna; porque sendo, por falecimento do senhor imperador José, el-rei Carlos III, eleito imperador, sexto do nome, passou de Catalunha à Alemanha.

110. Com a sua ausência, desmaiados os espanhóis que seguiam o seu partido (por lhes faltar o espírito que os animava), foram desfalecendo de forma que pôde apoderar-se el-rei Filipe V de todos os reinos daquela monarquia, de que está de posse; porém ficou a sua coroa sem as preciosas pedras dos ricos domínios que tinham em Itália, porque os reinos de Nápoles, Sicília e o Estado de Milão, que seguiram a voz de Carlos, ficaram sempre na sua obediência, como no Mediterrâneo, o reino de Sardenha, que deu ao sereníssimo duque de Saboia com o título de rei.

111. O ouro das minas do Sul foi a pedra-ímã da gente do Brasil, e como tão veemente atração, que muita parte dos moradores das suas capitanias (principalmente da província da Bahia) correram a buscá-lo, levando os escravos que ocupavam em lavouras, posto que menos ricas para a ostentação, mais necessárias para a vida, se a ambição dos homens não trocara quase sempre o mais útil pelo mais vão. Da sua ausência se foi logo experimentando a falta na carestia dos víveres e mantimentos, por haverem ficado desertas as fazendas que os produziam, como Espanha experimentou e ainda hoje sente com a prata das suas Índias, pois por este interesse abandonando as pátrias e domicílios os seus naturais, deixaram despovoada grande porção dela, vendo-se ainda hoje muitas cidades, vilas e lugares sem o número de gente e comércio que em outro tempo tiveram, e muitas terras quase ermas, quando de se não lavrarem os campos e de se diminuir o negócio de outras mercadorias, se segue o maior prejuízo aos direitos e rendas reais dos príncipes e monarquias.

112. Mas não é este só o dano que padece o Brasil; outro maior mal lhe ameaça a última ruína, porque comprando as pessoas que vão para as minas do Sul, e outras que delas vêm a este fim, por excessivos preços escravos do gentio de Guiné, que se conduzem da costa de África, e carecendo de muitos as fábricas das canas e dos engenhos, se foi diminuindo a cultura do açúcar, de forma que alguns dos senhores destas propriedades, não tendo negros com que as beneficiar, nem posses para os comprar pelo grande valor em que estão, as deixaram precisamente, e só as conservam alguns poderosos que se acham com maiores cabedais.

113. Outros as continuam na forma que podem, por dar satisfação ou contemporizar com os seus credores, experimentando nelas mais trabalho que utilidade, pois para sustentar-se e pagarem umas dívidas, vão contraindo outras, sem esperança de se verem jamais desempenhados, resultando da sua impossibilidade ser menos o número das tarefas de canas que se cultivam nas fazendas, e muito inferior o dos pães de açúcar que se obram nos engenhos, sendo esta a maior manufatura e interesse do Brasil, com a qual chegar a tão grande nome e opulência todo o Estado.

114. Informado deste prejuízo o senhor rei D.Pedro, foi servido mandar proibir o trânsito dos escravos da Bahia para as minas, com tão apertadas ordens, que sobre outras leis penais mandou que todos os que se tomassem naquela expedição se confiscassem para a sua real fazenda e para os delatores. Executou esta resolução real o governador e capitão-geral D. Rodrigo da Costa, com a pontualidade e zelo com que se empregava na obediência do monarca a quem servia, e do Estado que governava.

115. Enviou vários cabos e soldados aos lugares por onde se faz a jornada para as minas do Sul, os quais tomaram muitos comboios de negros e outros gêneros, que importaram grossas somas à fazenda real, posto que os mais escapavam à diligência dos homens, menos poderosa para reparar ou evitar os danos públicos, que a sua indústria em solicitar os interesses particulares, porque meditando em todos os meios das suas conveniências, frustram as diligências dos seus superiores, sem receio da perda nem temor do castigo.

116. Para os que os levavam por mar, indo da Bahia para as minas, pelo Rio de Janeiro, tinha feito D. Rodrigo da Costa grande pre-

venção, mandando pôr espias nas embarcações que se aprestavam para aquela praça, para as vilas de Santos, S. Vicente e para o Espírito Santo, ordenando fossem visitadas na hora em que partiam; e posto que várias vezes se colheram muitos escravos, de tal forma souberam malograr esta disposição os interessados, que enviando-os primeiro para a ilha de Itaparica, ou para outras próximas à enseada da Bahia, a noite antes de darem à vela as embarcações, em ligeiros barcos e lanchas, as mandavam esperar ao sair da barra, baldeando-lhe naquele lugar os escravos. Porém, também esta indústria lhes prevenia o governador, pondo em todos os navios, patachos e sumacas, guardas, que até não saírem muitas léguas além da barra não voltavam delas.

117. Pouco tempo durou esta disposição, porque prevaleceu a fortuna das minas à sorte dos engenhos, com a faculdade concedida para se levarem os escravos por mar ou por terra, e com esta permissão cresceram ainda mais os preços deles, com tanto assombro como ambição dos mesmos que os trazem da Costa d'África, porque pelo escravo que em outro tempo se lhes dava cinquenta, hoje pedem duzentos mil réis. Este excesso só pode achar remédio na grande providência, real atenção e paternal amor com que o nosso augusto monarca, o sereníssimo senhor rei D. João V, procura o bem comum de todos os seus vassalos, sendo o servido mandado a arbitrar preço aos escravos com tal economia que consigam os que os mandam vir, ou os vão buscar à Guiné, a utilidade competente ao perigo e trabalho da sua condução, e os cultores do açúcar (o qual por esta causa e outros acidentes do tempo se acha hoje em tanto abatimento) possam ter mais avantajados lucros, de que resultem à sua real fazenda maiores rendimentos.

NOTAS REFERENTES AO LIVRO OITAVO

1. Com a evasão do dinheiro metálico para a Europa, porque os negociantes lá faziam quase todas as suas compras, escasseara de tal sorte o numerário na colônia, que já não havia moeda para o comércio da terra (P. Calmon, *História do Brasil*, II, 424). O padre Antônio Vieira aconselhou a remediar-se o mal com a instituição de um sistema

monetário privativo do Brasil, ou seja, a moeda provincial, "com tal maioria no valor extrínseco que, passada a outras partes, seja perda e não interesse" (*Cartas*, II, 336). Representou no mesmo sentido o governador-Geral, Câmara Coutinho (*Anais do Bibl. Nac.*, LVII, 151), pedindo que se mandasse lavrar coisa de 2 milhões de moeda provincial, assim de ouro como de prata, proibida sob graves penas a sua exportação. Atendeu-os el-rei com a Lei de 8 de março de 1694, que levantou de 10% o valor desses metais para a circulação no Brasil, proibindo (Lei de 19 de dezembro de 1695) que a moeda aqui feita corresse no Reino; e para melhor assegurar o cumprimento desta ordem, mandou que se construísse Casa da Moeda na Bahia. Foi logo edificado na praça do Palácio, junto à dos governadores. Transferida em 1699 para o Rio de Janeiro, em 1701 para Pernambuco, novamente para o Rio de Janeiro em 1702, instalou-se em caráter definitivo na Bahia em 1714, com o encargo de cunhar o ouro brasileiro destinado à circulação metropolitana. Terceira Casa abriu-se em Minas Gerais, em 1725.

2. O governador D. João de Lencastro visitou o sertão, para ver as nitreiras do São Francisco, em 1695 (*Revista do Inst. Hist. Bras.*, vol. 71, parte 1ª, p. 91). O transporte do salitre foi contratado com D. Leonor Pereira Marinho, senhora da Casa da Torre, que, não podendo cumprir o compromisso, o resgatou com a doação de 60 mil cruzados (P. Calmon, *História da Casa da Torre*, p. 106). Com heroicos trabalhos conseguiu o coronel Pedro Barbosa Leal remeter o suficiente para o abastecimento da praça e até para a exportação, como em 1700 informou a el-rei o governador Lencastro (*Doc. Hist.*, XXXIX, 112). Mas não foi por muito tempo. Das minas de salitre já pouco se falava no decênio seguinte.

3. Rocha Pita é responsável pela empolgante história de Zumbi, que se arrojou do alto monte, preferindo a morte nos abismos à ignomínia da escravidão. Perpetuada a lenda na literatura e na emoção nacional, forneceu ao sentimento libertário um símbolo: o remate dramático da aventura dos Palmares, o desfecho alegórico da rebelião dos negros Spartacus, o seu fim grandioso. Mas a verdade é diferente. Não diminui a importância da guerra, que aos "quilombolas" fizeram

os capitães-de-mato, mas restringe o episódio terminal, do sacrifício do Zumbi, a proporções modestas. O fato é que André Furtado de Mendonça teve um prêmio por "haver morto e cortado a cabeça ao negro Zumbi" (*Revista do Inst. do Ceará*, XXXVII, 85). Apanhado de surpresa com outros companheiros, graças à astúcia de um "mulato seu valido", mataram-no a tiros, a cabeça foi exposta em lugar público, para "atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam este imortal", e assim acabou a tenaz resistência dos Palmares (Leia-se o documento livro de Ernesto Ennes, *As Guerras nos Palmares*, S. Paulo, 1938, e o cap. XX da nossa *Hist. do Brasil*, vol. 2º.). Zumbi significa espírito, divindade, senhor imortal, cf. Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*. 2ª. ed., p. 140.

4. A provisão real, de 26 de fevereiro de 1696, deu melhor forma à justiça na América portuguesa, criando juízes de fora e corregedores de comarca, nesta, encarregados do cível e do crime (antes da separação das varas, que se deu em 1742) e com direito à promoção de desembargadores. Em 1729, teve a Bahia o seu primeiro juiz de órfãos. Beneficiaram-se como juízes de fora ("juízes que de fora forem para as vilas", rezavam as *Ordenações Filipinas*, 1º, 1º.) a Bahia, o Rio de Janeiro e Olinda e ouvidores letrados, São Cristóvão, de Sergipe d'el-rei, e a Paraíba.

5. Reportamo-nos a João Lúcio d'Azevedo, *História de Antônio Vieira*, 2 vols., a cuja honesta e vasta informação juntamos alguns aspectos novos, da vida do grande pregador na Bahia, entre 1681 e 1697, num pequeno volume inspirado pelo caso de alcaide-mor Francisco Teles, *O Crime de Antônio Vieira*, ed. Weiszflog, S. Paulo. Escapou aos seus biógrafos a notícia, que damos em primeira mão, de ter estado seu pai na Bahia em 1604, como soldado numa armada de socorro (ms. no Arq. Hist. Ultr. Bahia). Outras epístolas de Vieira, publicou o P. Serafim Leite, *Novas Cartas Jesuíticas* (nove inéditas). S. Paulo 1940, relacionando-lhe a bibliografia no vol. IX de sua monumental *História da Companhia*, Rio, 1949.

6. Faleceu o padre Vieira aos 87 anos de idade, no Colégio da Bahia, em 18 de Julho de 1697. Dois dias depois, morreu na mesma cida-

de Bernardo Vieira Ravasco – cujo nome, interesses, e inquietações, tanto lugar ocupam na correspondência do irmão. Manuel Botelho de Oliveira dedicou dois sonetos à morte destes seus conterrâneos, Varnhagen, *Florilégio da Poesia Brasileira* (edição da Acad. Bras.), I, 191. Rio, 1946.

7. Sobre o descobrimento das minas gerais, entre 1694 e 1697, veja-se *Revista do Arquivo Mineiro*, fasc. 3º, p. 427, 1897. Diogo de Vasconcelos, *História Antiga de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 1904, deve ser lido com a correção dos *Documentos Históricos* (Bibl. Nac., vol. XI), das notas de Rodolfo Garcia à *Historia Geral*, de Varnhagen, das memórias e documentos recolhidos na *Revista do Arq. Públ. Mineiro*, que fixam como pioneiros depois da expedição de Fernão Dias Pais Leme a Sabarabuçu, em busca das esmeraldas – Antônio Rodrigues de Arzão, seu concunhado, paulista como ele, Bartolomeu Bueno de Siqueira, o padre vigário João de Faria, o cunhado deste Antônio Gonçalves Viana, o genro do "caçador de esmeraldas". Manuel de Borba Gato, então homiziado nessas montanhas pela morte, que lhe imputavam, do administrador das minas, D. Rodrigo de Castelo Branco... Recorda esse ciclo inicial do ouro do Tripuí, a capela perpetuada com o nome "do padre Faria". Joia barroca, com a cruz pontifical de duplo braço em frente ao adro, que é o mais antigo monumento de Ouro Preto.

8. De João da Maia da Gama, que foi governador da Paraíba e do Maranhão, temos curioso relatório de sua extensa viagem sertaneja (F. A. Oliveira Martins, *Um Herói Esquecido*, 2 tomos, ed. da Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1944), que deverá computar-se entre os grandes documentos do período. O seu nome liga-se à história do café, pois foi com instruções suas que o trouxe de Caiena o sargento-mor Francisco de Melo Palheta em 1727. Faleceu em Lisboa em 1731.

9. A respeito do almotacé-mor Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, há os versos satíricos de Gregório de Matos, que disse dele o mal que pôde. Chamou-lhe "no sangue mameluco", "mameluco em quarto grau", "filho do Espírito Santo e bisneto de um caboclo..." (*Obras*, ed. da Acad. Bras., IV, 174). Tomou posse do governo a 8 de

outubro de 1690 e o exerceu até 22 de maio de 1694. Durante um ano (1689-90) governara a capitania de Pernambuco. Em ambos os cargos se mostrou enérgico, lúcido e ativo, sem calar, nas suas cartas para o Reino, as necessidades da terra, que eram àquele tempo graves e complicadas. Basta citar por exemplo a fome que na Bahia houve em 1691, cantada em estrofes amargas pelo repentista impiedoso (*Obras*, de Gregório de Matos, V. 196).

10. Leia-se José de Mirales, *História Militar do Brasil* (*An. da Bibl. Nac.*, XX, 160-1).

11. Investido pelos espanhóis de Buenos Aires, o governador da Colônia do Sacramento, Sebastião da Veiga Cabral, resistiu tenazmente ao cerco, que repeliu, conseguindo recolher-se ao Rio de Janeiro com toda a sua gente, em quatro navios que para isto o foram buscar, porém não antes de arrasar a praça, para que em mãos dos atacantes só ficassem as suas desmantelados pedras (Vd. Jônatas do Rego Monteiro, *A Colônia do Sacramento*, I, caps. IV e V, Porto Alegre 1937). Foi restituída aos portugueses pelo Tratado de Utrecht, que pôs fim à guerra de sucessão da Espanha, de que a luta fronteiriça constituirá episódio inconsequente.

12. Do tratado chamado de Lorde Methuen, que o negociou em Lisboa, em 1703, se tem ocupado prolixamente a crítica histórica, que o considera, com razão, o índice do novo imperialismo britânico, industrial e monopolista, que subordinava à sua política opressiva a economia agrícola de Portugal e domínios ultramarinos. (Vd. Eduardo Brasão, *Relações Externas de Portugal, Reinado de D. João V*. I, 71, Lisboa, 1939, Damião Peres, *A Diplomacia Portuguesa e a Sucessão de Espanha,* cap. IV. Barcelos 1931, Marques Guedes, *A Aliança Inglesa*, Lisboa, 1940).

. . . .

Livro nono

A D. Rodrigo da Costa sucede no posto de governador e capitão-geral do Brasil Luís César de Meneses alferes-mor do reino; morte do sereníssimo senhor rei D. Pedro II. Seu elogio. Entra no domínio da monarquia o augustíssimo senhor Rei D. João V, que Deus guarde. Celebra o arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide na Bahia sínodo diocesano para fazer constituições ao arcebispado. Vem o Vice-Rei Caetano de Melo de Castro de volta da Índia, e peleja valorosamente com uma grande nau de piratas nos mares da Bahia. Augusto casamento do rei com a sereníssima senhora rainha D. Mariana de Áustria. Guerra nos povos das minas entre os paulistas e os reinóis. Sucede a Luís César de Meneses no governo-geral D. Lourenço de Almada. Alterações da província de Pernambuco, com guerra civil entre a cidade de Olinda e a vila do Recife. Desembarcam franceses na costa da província do Rio de Janeiro, caminham por terra, tomam a cidade e ficam prisioneiros nela. Entram no ano seguinte pela barra, tornam a tomar a cidade, saqueiam-na e a deixam por resgate de seiscentos e dez mil cruzados. Devassa sobre o procedimento do governador do Rio de Janeiro e dos cabos. Sentença contra os cúmplices. Vem por sucessor de D. Lourenço de Almada Pedro de Vasconcelos de Sousa. Intenta estabelecer por ordem real a imposição dos dez por cento. Altera-se bárbara e tumultuariamente o povo da Bahia. Comete alguns excessos. Sentenciam-se os cabeças da sublevação. Extingue o rei o ligar o lugar de juiz do povo à instância do senado da Câmara.

POR SUCESSOR DE D. RODRIGO DA COSTA chegou à Bahia no ano de mil e setecentos e cinco, com o mesmo cargo de governador e capitão-geral do Brasil, Luís César de Meneses, alferes-mor do reino, que dos seus heroicos ascendentes herdara o merecimento, o valor e o apelido de César, confirmado por novas ações gloriosas em Vasco Fernandes, seu famoso progenitor, cujos descendentes foram metendo na sua ilustríssima casa por

uniões de casamentos o sangue de outras esclarecidas de Portugal e Castela, da superior esfera de uma e outra monarquia. Tinha governado a província do Rio de Janeiro e o reino de Angola com muitos acertos, e na próxima guerra ocupara com grande reputação o lugar de governador de Évora, segunda cidade do império lusitano, donde viera a governar o estado do Brasil. Foram as suas acertadas disposições próprias do seu talento admirável, sendo o seu governo tão plausível como o seu agrado, que lhe granjeou no maior amor a maior obediência.

2. Lograva o Brasil no seu governo o maior contentamento, quando inopinadamente a inconstância da fortuna o transformou no mais amargo pranto, com a notícia infausta da sempre lamentável morte do nosso augusto monarca o senhor rei D. Pedro II, sucedida aos nove do mês de dezembro do ano de mil e setecentos e seis. Trinta e oito que se contaram de amor e de obediência no rei e na monarquia, tinham feito tão firme união que se não pode romper sem recíproco estrago, porque na perda daquela real vida saíram dos fiéis peitos dos seus naturais vassalos os corações e os alentos derretidos e exalados em copiosas lágrimas e clamores inconsoláveis.

3. O céu destinado para dominar o lusitano império; e assim de dois sereníssimos irmãos que lhe precederam em o nascimento, um lhe deixou antecipadamente o certo, e outro e empunhou para lho entregar. Foi tão zeloso da extensão da nossa santa fé católica, que pelas mais remotas porções do mundo a que se estende o domínio português, mandava repetidos missionários, com grandes despesas da sua real fazenda, encarregando aos bispos e metropolitanos o aumento da cristandade, a extinção do paganismo e da idolatria. Era arrojado nos exercícios de cavaleiro, reportado nas ações de príncipe, de tal forma que mostrava ter duas propensões diversas, uma de homem, outra de rei.

4. Determinava os negócios comuns e particulares da monarquia com tão prudente atenção, que parecendo indiferença a demora das resoluções, depois mostravam os sucessos que fora providência. Plausível com respeito afável com soberania, generoso sem afetação, pio sem hipocrisia, e por outras excessivas virtudes augustas e morais entre os maiores monarcas e heróis lhe levantou estátuas a fama no templo da memória, e a saudade nos corações dos súditos lhe erigiu altares.

5. Para enxugar as lágrimas de tanta perda deixou o melhor sucessor que podia ficar à monarquia no augustíssimo senhor rei D. João V, que Deus muitos anos guarde, dotado de tantos e tão reais atributos, que para narramos os sucessos da nossa portuguesa América debaixo do seu domínio, houvéramos de principiar agora de novo a história com locução mais elegante e maiores rasgos da pena, se a sucessão dos tempos e a ordem dos fatos nos não precisará a reduzir a estes dois últimos livros a matéria de que pudéramos compor todo o volume; e seriam as suas heroicas ações todo o emprego do nosso assunto, se a rutilante esfera das suas virtudes pudera ser calculada de humano astrolábio, ou as suas incomparáveis prerrogativas permitiam contar-se por número que o das estrelas. Mas na impossibilidade de compreendê-las, só de duas faremos precisa memória, pelo grande exemplo que delas resulta aos monarcas poderosos e cristãos, as quais são o singular religioso culto que rende à nossa Igreja católica, e a magnífica generosidade que o seu real ânimo acham tanto os naturais como os estranhos.

6. É a religião a maior prerrogativa dos mortais, a mais firme coluna das monarquias. Os gentios, posto que erraram tanto no emprego da verdadeira fé, se empenharam de forma no culto da cega idolatria que nenhuma coisa antepunham à adoração das suas deidades. Os tesouros que Eneias salvou da abrasada Troia, foram os deuses penates que levou a Itália; Numa à deusa Egéria fez protetora do reino de Roma; Licurgo debaixo do patrocínio de Apolo deu leis aos lacedemônios; Minos a Creta no auxílio de Júpiter; Sólon a Atenas no favor de Minerva, e a Egito Trimegisto na sombra de Mercúrio.

7. Os cônsules e senadores romanos não entravam à conferência dos negócios sem primeiro incensar os ídolos. Os gregos atribuíam as suas fortunas à grande religião de Alexandre, como os cartagineses as suas desgraças à pouca fé de Aníbal; este tão perjuro, que faltava quase sempre aos juramentos que fazia pelos seus deuses, e aquele tão pio que até ao Deus que tinha por estranho rendia adorações, como mostrou tomando o reino de Judeia, pois vendo diante de si com as vestes pontificais o pontífice Jado, se lhe prostrou por terra, e mostrando-lhe os judeus a profecia de Daniel em que se lhe prometia o domínio do mundo, a livrou dos tributos, e sacrificou a Deus no templo. Entre os mesmos gentios, até

aqueles que negaram a imortalidade da alma, disseram que era a religião uma mentira necessária e útil ao bom governo das repúblicas e à conservação dos impérios.

8. A generosidade é o segundo atributo nos príncipes; nenhum pode gloriar-se de ser herói, se não for liberal. Empreendeu Hércules as suas empresas e fadigas para ter mais que ofertar a Eristeu, já nos fogosos cavalos que tomou em Trácia a o Rei Diomedes, já nas maçãs de ouro que foi colher nos jardins das Hespérides. A liberdade deu maior nome a Alexandre que o valor; mais fama adquiria quando dava cidades, que quando conquistava impérios. A grandeza que usou com as filhas e mulher de Dario, lhe deram mais glória que todos os triunfos da Ásia. A generosidade que César exercera com os seus soldados nos dez anos do governo e conquista de França e Inglaterra, os obrigou a servi-lo sem soldo contra Pompeu, e a gastarem o adquirido até lhe darem o domínio do mundo. A Tito Vespasiano, que tinha por perdido o dia em que não fazia mercês, a generosidade lhe deu a antonomásia de Delícias do povo romano. O poder dar mais do que se recebe, é a maior riqueza de que os humanos podem jactar-se, como diz Túlio; e em ser credor a todos e a nenhum devedor consiste o ser príncipe, como sente Anaxilau.

9. Ambas estas admiráveis virtudes, sobre outras inumeráveis, avultam mais no nosso augusto monarca o sereníssimo senhor rei D. João V. Enquanto à primeira, não há templo nem santuário em Lisboa que não frequente com os seus votos e com as suas ofertas. Por ter mais partes a que aplicar cultos, dividiu a sua corte em duas metrópoles, ilustrando uma com a dignidade patriarcal. Na sua real capela introduziu muitas com maior esplendor do que teve no tempo dos seus antecessores. As mitras de todas as catedrais dos seus domínios confere aos talentos mais insignes em virtude e letras. É tão devoto e esplêndido nas procissões, como se vê na de Corpus Christi, que celebra com tal magnificência e pompa, que admira a todas as nações católicas que nela se acham.

10. Enquanto à segunda resplandece com tanta extensão a sua liberalidade, que nos naturais e nos estrangeiros, dentro e fora da monarquia, tem contínuo emprego. Quantos recorrem ao seu real amparo vão abundantissimamente satisfeitos da sua incomparável grandeza. Digam-no

o Tibre e o Mediterrâneo; confessem-no Itália e o Peloponeso, para onde não só despendeu tesouros com as armas do seu reino, em defensa da nossa religião católica contra o inimigo comum da cristandade, mas enviou repetidos socorros do ouro das suas minas, assegurando do formidável poder maometano com estes auxílios aquelas províncias. Monarca, enfim, a cujo magnânimo coração para beneficiar a todos (em crédito singular da nação portuguesa) não bastam todas as riquezas do mundo.

11. A Igreja da Bahia, metrópole de todas as do Brasil (que depois da sua fundação no governo de veneráveis, zelosos e santos pastores, crescendo em ovelhas, florescia em religião com o mais pio exemplo e o maior culto, expendendo-se em votos e liberalidades a veneração e a grandeza dos fiéis, não só nas paróquias e conventos, mas até nas ermidas e capelas da cidade e do recôncavo) agora se aumentava em todo o gênero de perfeição católica na obediência e direção do seu metropolitano D. Sebastião Monteiro da Vide[1*], que com incessante trabalho aplicando-se na incumbência da sua obrigação, e vendo que as suas igrejas se governam pelas constituições da de Lisboa, pôs por obra fazê-las ao seu arcebispado, porque parece que o reservara Deus para a composição das constituições, depois de muitos antecessores, como a Moisés para a publicação da lei, depois de tantos patriarcas.

12. Deu-lhes princípio no ano de mil e setecentos e sete, celebrando um sínodo diocesano (primeiro que viu o Brasil): tinha tenção fazer concílio provincial, e mandou passar cartas convocatórias aos bispados sufragâneos, dos quais estavam em sede vacante Pernambuco e S. Tomé, e com prelados o Rio de Janeiro e Angola. Deste reino acudiu com virtuosa e louvável diligência o ilustríssimo bispo D. Luís Simões Brandão; porém daquela província não pôde sair o ilustríssimo bispo D. Francisco de S. Jerônimo, depois de ter escrito que vinha, porque os seus muitos anos e achaques lhe dificultaram a viagem[2].

13. Chegado termo publicado e dispostas as matérias para a celebração, resolveu o arcebispo fazer sínodo diocesano, que principiou em doze do mês de junho (dia em que naquele ano ocorria a festa de Pente-

---

* As notas deste Livro nono acham-se da p. 411 à p. 416.

costes) mandando encomendar em todas as paróquias, igrejas e conventos, ao Espírito Santo a sua divina inspiração e assistência, e principiando as três primeiras sessões em missas pontificiais e sermões, que pregaram três insignes oradores da Bahia, e com procissões em redor da metrópole. Tão repetidas e piedosas súplicas ouviu Deus propício, dando auxílios ao prelado para os acertos com que ordenou as constituições, que correm com geral aplauso e observância neste arcebispado.

14. Voltava Caetano de Melo de Castro, vice-rei da Índia, de governar aquele estado, no ano de mil e setecentos e oito, em uma das naus de viagem que costumam vir com escala pela Bahia, onde cobrando saúde os enfermos, recolhendo mais gente e fazendo novos aprestos para prosseguir a navegação, no comboio da nossa frota vão para Portugal com menor risco dos perigos do mar e maior segurança da ambição dos corsários. Não encontravam até aquele tempo, dos portos da Ásia aos do Brasil, os piratas que depois no ano de mil e setecentos e vinte experimentou o vice-rei conde da Ericeira, com tanta perda do seu cabedal como crédito do seu valor, não só na constância com que se houve com eles, mas em todas as ações que obrara na Índia, onde fora renovar altas memórias do insigne governador dela e progenitor seu, o grande D. Henrique de Meneses.

15. Confiadas as naus que nos outros anos navegavam da Índia para a Bahia em que não havia inimigos com quem pelejar até se recolherem a este porto, vinham com tão pouca disposição para um naval conflito, quanto sujeitas a serem facilmente rendidas; porque além das muitas enfermidades que contraem os navegantes naquela larga viagem, o interesse do negócio as faz vir tão avolumadas e com tanto embaraço para jogar a artilheria, que se acham quase impossibilitadas para a defensa. Neste engano ou descuido vinha também a nau em que passava Caetano de Melo de Castro, mas como no seu valor trazia toda a segurança, ele a livrou do perigo iminente no combate que teve um poderoso baixel de piratas, que observando a monção em que elas vêm recolher-se à Bahia, cruzando os nossos mares a esperava, sem que na cidade houvesse notícia alguma de que aquele inimigo vagava por eles.

16. Avistaram-se as duas grandes naus, e reconhecendo-se logo ambas, fez o Vice-Rei Caetano de Melo de Castro safar a artilheria, que

com tanto trabalho como diligência pôs logo pronta para laborar. E partiu pelos postos os soldados e passageiros que se achavam capazes de peleja; na falta dos enfermos e dos mortos armou os religiosos que vinham em sua companhia, e animando a uns e outros, como espírito de todos, se principiou entre ambos os baixéis um valoroso conflito, que durou toda uma manhã; mas afrouxando de cansada a nau inimiga e desesperando da presa, por lhe ter já o impulso custado muitas vidas, e também por imaginar ser maior o nosso poder do que supunha, se foi retirando até desaparecer. Porém o perigo de que livrara a nossa (pela disposição e valor de Caetano de Melo) ia experimentando por outro acidente, com manifesto risco de naufrágio, pelo ímpeto das ondas e pouca prática dos pilotos.

17. Defronte dos penedos e baixos chamados Piraúnas deu fundo com grande trabalho e justo temor de se perder neles, forcejando sempre contra a corrente das águas; mas apenas foi vista da cidade, quando o governador e capitão-general Luís César de Meneses fez despedir dois lanchões com práticos, oficiais, marinheiros, espias, cabos e âncoras, os quais chegando com fortuna e presteza à nau, a livraram do perigo, trazendo-a a salvamento com grande louvor do governador Luís César, que em toda uma noite não tomou sono nem teve descanso, até que na seguinte manhã a viu no porto, em que entrou Caetano de Melo, juntando mais triunfo aos que alcançara na Ásia.

18. Aclamado o nosso grande monarca no primeiro de janeiro do ano de mil e setecentos e sete, pôs a coroa a todas as felicidades do seu dilatado império no de mil e setecentos e oito, celebrando os seus felicíssimos desposórios com a sereníssima senhora Rainha D. Mariana de Áustria, exemplar de todas as mais famosas princesas de Europa, e ideia das mais célebres heroínas do mundo no presente século e nos passados. É filha do augustíssimo senhor Imperador Leopoldo I e da senhora Imperatriz D. Leonor Madalena Teresa, irmã da sereníssima senhora D. Maria Sofia de Neoburgo, já rainha de Portugal, e a nova sereníssima rainha dominante, irmã dos augustíssimos imperadores os sereníssimos senhores José I e Carlos VI, dotada não só destas grandezas da fortuna, mas de todos os primores da natureza, sendo tantas as suas virtudes que não pode o encarecimento expendê-las, nem ainda o discurso contemplá-las.

19. Chegou a Lisboa entre reais júbilos e alegres aplausos e demonstrações do rei e dos vassalos no referido ano; e logo, como aurora, dando luzes ao hemisfério português, como flor, frutificando a casa real, foi mostrando a sua fecundidade régia nos sucessivos partos venturosos dos sereníssimos senhores príncipe e infantes, em quem a prole augusta lusitana se vê altamente propagada, para firmeza dos sucessores do grande império prometido por Cristo Senhor Nosso no Campo de Ourique ao primeiro rei português; sendo entre os excessivos atributos que admiramos em rainha tão singular, de suma relevância para o nosso bem esta felicidade, em que se asseguram as nossas esperanças, e para a universal veneração prerrogativa de igual aplauso o ser filha, irmã, esposa e mãe de ínclitos imperadores, reis, monarcas e príncipes, que foi o mais que se chegou a dizer e ponderar em louvor das imperatrizes Agripina e Gala Placídia.

20. Tinham crescido os povos nas minas do Sul em tanto número de gente de vários gêneros, condições e estados, que era quase impossível terem sossego sem um governador assistente, que os fizesse viver em paz. Estavam opostos e divididos em duas parcialidades, uma dos naturais de São Paulo e das vilas da sua jurisdição, chamados paulistas, e outra dos forasteiros, a que eles chamam emboabas, dando este nome a todos os que não saíram da sua região.

21. Tiveram princípio as dissenções no arraial do rio das Mortes, por uma que fez um paulista tirana e injustamente a um forasteiro humilde, que vivia de uma pobre agência. Desta sem-razão alterados os outros forasteiros e desculpavelmente enfurecidos, solicitaram a vingança da vida de um e da ofensa de todos, e a conseguiriam, se aquele homicida não se ausentara com tal aceleração que o não puderam alcançar, posto que por muitas partes o seguiram. Daquele delito e de outras crueldades dos paulistas deram conta ao governador do Rio de Janeiro, que então era D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, pedindo-lhe um capitão que os regesse e mantivesse em paz, a cujo requerimento justo satisfez o governador com mandar patente a um deles de maior suposição e mais ajustado procedimento[3].

22. Estas primeiras chamas com acidente novo cresceram a incêndio de maiores labaredas. Achavam-se no adro da igreja do lugar do

caeté Jerônimo Pedroso e Júlio César, naturais da província de São Paulo, que pudéramos comparar à de Roma pelos apelidos dos Césares e Pompeus, os quais também com civis contendas e pelejas fizeram em alguma ocasião parecer campos de Farsália os da região do Sul. Passava por ali um forasteiro com uma clavina, e querendo os paulistas tomar-lha, fingiram que aquele homem inocente lha furtara, descompondo-o de palavras indecorosas; e sendo presente Manuel Nunes Viana, filho de Portugal, alentado e poderoso nas Minas[4] sabendo que aquela arma era própria e não roubada, lhes estranhou não só o meio com que lha queriam usurpar, porém o mau tratamento que lhe faziam, e passando de ambas as partes as maiores razões, os desafiou Manuel Nunes Viana para fora daquele sítio. Aceitaram o duelo, porém depois o recusaram com pretextos mais seguros que honrados; e vendo que ficavam desairados, pretenderam restaurar a opinião perdida, com despique de que lhes resultava maior injúria, juntando armas e parentes para assaltarem a Manuel Nunes Viana em sua própria casa.

23. Tendo notícia deste maligno intento os emboabas ou forasteiros residentes nos três arraiais do Sabarabuçu, do Caeté e do rio das Velhas, e vendo que se os paulistas invadiam a estância de Manuel Nunes Viana, a quem tinham por protetor, ficariam todos sujeitos ao jugo dos inimigos, experimentando as suas insolências, caminharam armados a socorrê-lo e a guardar-lhe a casa; fato que sabido pelos paulistas, desistiram de cometer a maldade, mais por receio que por virtude; e mandando um enviado a Manuel Nunes, lhe seguraram queriam viver em boa paz e correspondência com os forasteiros, para cuja amizade cessassem de ambas as partes as hostilidades que uma a outra se faziam; e com esta concórdia, que não prometia segurança pelos interesses, gênios e inconstância das duas parcialidades, voltaram todos para suas casas a tratar dos seus particulares e das suas conveniências.

24. Poucos dias lhes durou esta paz ou trégua, alterada pelos forasteiros, querendo vingar a morte de um seu vendilhão feita por um mameluco, buscando o delinquente dentro da casa de José Pardo, paulista poderoso, que dando-lhe fuga pelo mato perdeu a vida às mãos dos forasteiros por lho não entregar, sem lhe valer o procurar persuadi-los não era sabedor que o cúmplice se valera da sua casa, e lhe intimar o sossego e conservação da concórdia tão proximamente ajustada. Com esta temeridade

dos forasteiros tornaram a armar-se os paulistas, e trataram de unir-se em ofensa dos seus contrários e segurança própria, que supunham difícil, se não procuravam com todas as suas forças extinguir de todo os forasteiros, fazendo-as despejar das minas. E juntando os seus naturais, escravos, armas e todas as coisas conducentes a tanta empresa, na sessão de uma assembleia que tiveram no fim do mês de novembro daquele ano, resolveram dar aos dez de janeiro do seguinte em hora ajustada por eles (como a das Vésperas sicilianas para os franceses) em todas as partes das minas sobre os forasteiros e passá-los a ferro.

25. Esta notícia, verdadeira ou falsa, tiveram por firme os forasteiros, porque a sua prevenção os não fez vacilar entre a dúvida e a certeza; e juntando-se logo os povos dos três lugares Sabarabuçu, Caeté e rio das Velhas, caminharam a buscar a Manuel Nunes Viana, e o elegeram por seu governador e de todos os povos das minas, para refrear os insultos dos paulistas e os obrigar a viverem sujeitos ao jugo das leis do reino, e não às do seu próprio arbítrio, pelas quais só se governavam, enquanto o rei por seus governadores e ministros os não punha na obediência de vassalos, com observância dos seus reais preceitos. Aceitou Manuel Nunes o cargo, o qual também lhe mandaram oferecer os povos das Minas Gerais do Ouro Preto e do rio das Mortes, pedindo-lhe os fosse socorrer por estar o partido dos paulistas mui poderoso naqueles distritos, usando da liberdade e insolência em que costumavam viver, e conservando o ódio entranhável contra todos os forasteiros.

26. Levando numeroso exército, marchou Manuel Nunes Viana a socorrer aqueles povos, que tendo-o também aclamado por governador, lhe pediram auxílio contra os paulistas. Chegou ao das Minas Gerais e o pôs em quietação e segurança dos inimigos que os insultaram, e sabendo que estavam poderosos no rio das Mortes, obrando insolências contra os forasteiros, e que os tinham reduzidos a um reduto de terra e faxina que fizeram para se defenderem, temendo serem acometidos nele, pelo desigual poder em que se achavam (causa pela qual se viam no maior aperto e consternação), lhes enviou em socorro mais de mil homens valorosos e bem armados, e por cabo deles a Bento de Amaral Coutinho.

27. Era Bento de Amaral natural do Rio de Janeiro, alentado, porém tirano; com maior crueldade que valor havia feito na sua pátria muitos homicídios e insolências grandes, e os seus delitos o levaram para aqueles povos onde não havia justiças que o castigassem[5]. Partiu com um destacamento que se lhe entregara, e com a sua chegada ao arraial do rio das Mortes ficaram desassombrados os seus moradores do receio que os oprimia; aquartelou no mesmo lugar a gente que levara, e sendo informado que por aquele distrito vagavam alguns ranchos de paulistas com liberdade e impulso de vingança, buscando sempre ocasiões de a executar, mandou contra eles alguma gente, que não podendo colhê-los, os afugentou e fez retirar para São Paulo.

28. Em distância de cinco léguas do arraial do rio das Mortes, em que assistia Bento de Amaral Coutinho, se achava um grande troço de paulistas dos mais destemidos e facinorosos, contra os quais mandou um destacamento de muitos homens e a cargo do capitão Tomás Ribeiro Corço, o qual sem obrar coisa alguma voltou, desculpando-se com o número dos contrários, incomparavelmente maior que o da gente que levara. Enfurecido Bento de Amaral, marchou a buscá-los, e sendo sentido dos paulistas, que se andavam divertindo e utilizando da caça, se recolheram aos seus ranchos ou alojamentos, que tinham em um capão ou capoeira (assim chamam no Brasil as moitas grandes ou matas pequenas) que estava no diâmetro de uma dilatada campina, e ali determinaram defender-se do furor com que os buscavam os forasteiros, prevendo iria com eles o mesmo Amaral, que conheciam por arrojado e cruel.

29. Mandou botar cordão à mata, e logo os paulistas disparando de cima das árvores as escopetas, mataram a um valoroso negro e feriram duas pessoas de suposição que estavam junto a Bento de Amaral, e outras muitas das principais que iam no destacamento, sem deles poderem ser ofendidos, pela espessura do mato que os cobria; e porque os forasteiros só pretendiam tirar-lhes as armas e não as vidas, mandaram os feridos para o arraial donde saíram, persistindo constantes os mais no sítio uma noite e um dia, no qual lhes enviaram os paulistas um volantim com bandeira branca, pedindo paz e prometendo entregar as armas, se lhes dessem bom quartel. Concedeu-lho Bento de Amaral, porém assim como se lhe apresentaram rendidos e entregaram as armas (ó ferina crueldade, indigna de

humanos peitos!), gritou que matassem aqueles que tantos danos e mortes tinham causado nos forasteiros, e foi logo fazendo estrago naqueles miseráveis desarmados, aleivosamente recebidos.

30. Estranharam este horrendo procedimento as pessoas dignas que iam naquele exército, e não quiseram mover as armas contra os rendidos, afeando aquela maldade, imprópria de ânimos generosos e católicos, e ainda das mesmas feras, que muitas vezes se compadecem dos que se lhes humilham. Porém as de ânimo vil e os escravos, disparando e esgrimindo as armas, fizeram nos miseráveis paulistas tantas mortes e feridas, que deixaram aquele infeliz campo coberto de corpos, uns já cadáveres, outros meio mortos, ficando abatido e fúnebre o sítio pela memória da traição e pelo horror do estrago; e com estas bizarrias cruéis voltou o Amaral vilmente ufano com o seu destacamento para o lugar donde saíra.

31. Não deixou Manuel Nunes Viana de lhe estranhar tão cruel e detestável procedimento, mas não se atreveu a o punir, porque naqueles mal morigerados povos, em tempo tão desastrado, era perigoso o castigo de qualquer delito; e continuava com a melhor disposição que podia, no exercício do cargo que se lhe conferira. Era D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro governador da província do Rio de Janeiro, cujo domínio tinha ainda sobre todos aqueles distritos a jurisdição que depois se lhe tirou, dividindo-se em dois governos separados. Tendo notícia do caso, e das muitas violências que se obravam, as quais ameaçavam a última ruína daqueles povos, resolveu preveni-la e atalhá-la, indo em pessoa a eles; e com quatro companhias e outros oficiais da sua guarda se pôs a caminho para as minas.

32. Chegou ao arraial do rio das Mortes, onde se deteve algumas semanas exercendo atos da sua jurisdição; porém como mostrasse inclinação aos paulistas, tratando mal aos forasteiros, fizeram estes avisos aos povos dos outros lugares, e para os sublevar seguravam que o governador ia só a castigá-los, para cujo fim levava algemas e correntes, e que a sua liberdade consistia na sua desobediência, porque só expulsando-o das minas, poderiam fugir a suplício que os esperava.

33. Eram estas sugestões todas faltas de verdade, e que se encaminhavam a fazer tal consternação nos povos, que não só lhe desobede-

cesse, mas o fizessem sair de todos os limites das Minas; sem advertirem que se temiam os castigos dos crimes cometidos entre si, com mais causa deviam recear a sublevação que intentavam contra a regalia do monarca na pessoa do governador, a quem pretendiam negar o poder e afugentar de todos aqueles lugares. Mas a consideração do mal que julgavam presente venceu o temor do suplício futuro, porque estas vozes fizeram tal alteração em todos os forasteiros, que amotinados buscaram a Manuel Nunes Viana e o levaram a opor-se à entrada de D. Fernando.

34. Foram esperá-lo ao sítio das Congonhas, assim chamado por uma erva que produz deste nome, da qual fazem os paulistas certa potagem, em que acham os mesmos efeitos do chá[6]. Ficava distante quatro léguas do arraial do Ouro Preto donde saíram; e avistando a casa em que D. Fernando estava, se lhe apresentaram no alto de uma colina em forma de batalha, a infanteria no centro e a cavalaria aos lados. Mandou D. Fernando por um capitão de infanteria e outras pessoas saber a determinação de Manuel Nunes, que estava na frente do exército, o qual depois de algumas conferências, foi acompanhado de poucos homens a falar-lhe, e detendo-se pouco mais de uma hora em satisfazê-lo, lhe assegurou que aquela alteração era contra a sua vontade, e que o levavam os povos quase constrangido e muito à força; que a causa que tinham para resistir, era o temor que publicavam de que os ia a castigar; mas que se fosse servido entrar, ele por si lho não impedia.

35. Porém o Governador D. Fernando, apoderado de um temor justo, não quis passar adiante e voltou para o Rio de Janeiro, deixando aqueles povos na sua rebelião, por não poder reduzi-los à obediência do rei, posto que todos protestavam estar seguros nela, e que a alteração que fizeram, fora por sacudir o jugo tirânico em que os punham os paulistas, a quem D. Fernando protegia e descobertamente amparava: e que pretendiam pedir ao rei lhes enviasse às minas governador e ministros assistentes, que os governassem e mantivessem em paz; e logo puseram em arrecadação os quintos reais que pagavam os gados, e determinaram enviar à corte procuradores, para cuja jornada tiraram entre si um pedido considerável; mensagem que suspendeu a chegada de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho ao Rio de Janeiro, que fora suceder a D. Fernando naquele governo.

36. Retirado das minas o Governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, ficou Manuel Nunes Viana exercendo com maior liberdade o cargo de governador que lhe tinham conferido aqueles povos, no qual se houve com tão acertadas disposições, que mereciam não só perdões, mas prêmios, convertendo os erros em merecimentos. Animou-se a criar mestres-de-campo, tenentes-gerais, subalternos e outros cabos e capitães, superintendentes e ministros para administrarem a justiça, provedores para a arrecadação da fazenda dos defuntos e ausentes, e guardas-mores para repartirem os ribeiros do ouro.

37. Considerando todos os homens de melhor discurso assistentes naqueles povos, não poderia permanecer o governo de Manuel Nunes Viana, não por injusto, mas por ilegítimo, e que o nosso augusto monarca, justamente irado por não terem obedecido ao seu lugar-tenente, castigaria a todos os cúmplices naquele procedimento, quiseram antecipar a sua obediência à resolução real, chamando para o governo das minas ao novo governador do Rio de Janeiro. Deram parte deste intento a Manuel Nunes, que posto se presumisse o chegou a sentir, não faltou em o aprovar, e com o seu parecer enviaram a Fr. Miguel Ribeira, religioso de Nossa Senhora das Mercês, que havia sido secretário de Antônio de Albuquerque no governo do Maranhão. Por ele com repetidos rogos e cartas de Manuel Nunes e das pessoas principais lhe pediram fosse às minas, onde o esperavam com alvoroço e obediência, fiando das suas disposições o sossego e sujeição (em que desejavam viver) a todos os preceitos do rei e ordens dos seus governadores.

38. Chegado Antônio de Albuquerque Coelho de Lisboa ao governo do Rio de Janeiro, dispôs em breve tempo a sua jornada para as Minas, e com tanta diligência se pôs a caminho que nele o encontrou o religioso mensageiro. Entregou-lhe as cartas e o certificou de que conforme a elas acharia os ânimos de todos aqueles povos, os quais com grande alvoroço e contentamento o esperavam. Festejou Antônio de Albuquerque a notícia, e prosseguindo a jornada, chegou às minas do Caeté, onde residia Manuel Nunes Viana, e estavam as pessoas de maior suposição das minas gerais compondo algumas diferenças que já se tinham movido entre Manuel Nunes e os povos do rio das Velhas.

39. Receberam logo a Antônio de Albuquerque por seu governador, e o festejaram com as maiores demonstrações de amor e obediência, acrescendo aos motivos dos seus júbilos nova causa para o seu aplauso, por verem se lhes metia nas mãos desarmado, sem mais companhia que a de dois capitães, dois ajudantes, e dez soldados. Manuel Nunes alcançando dele licença para se retirar às suas fazendas do rio de S. Francisco, partiu brevemente para elas, e deixou os povos das minas.

40. Discorrendo o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho pelas outras povoações, se aplicou a assegurar na obediência real a todos aqueles súditos, e a compor as suas diferenças e pretensões particulares. Confirmou os postos que Manuel Nunes a instância e por nomeação dos povos havia criado; os mais deles proveu nas próprias pessoas que os estavam exercendo, por entender que eram capazes de os ocupar; fez outros de novo, ordenando todas as suas disposições ao maior de serviço do rei e sossego de todos, com tão geral satisfação, quanto eram uniformemente bem recebidas as suas resoluções, que reconheciam por acertadas.

41. Concluídas as coisas pertencentes àqueles distritos, determinou passar aos da capitania de S. Vicente, e com maior cuidado à vila de São Paulo e às outras da sua jurisdição, que por mais orgulhosas e temerárias careciam de toda a diligência e indústria para as ter sujeitas, e lhes aplacar a inquietação e furor que haviam mostrado contra os forasteiros nas minas, cujas competências conservavam mui vivas nos corações; e com este intento marchou para aquela região, com o mesmo pouco séquito que levara do Rio de Janeiro.

42. Os paulistas, pela ausência de D. Fernando Martins Mascarenhas vendo totalmente destituído de poder e forças o seu partido, se tinham retirado para São Paulo, mas foram recebidos com desprezo até das próprias mulheres, que blasonando de Pentesileias, Semíramis e Zenóbias, os injuriavam por se haverem ausentado das minas fugitivos, e sem tomarem vingança dos seus agravos, estimulando-os a voltar na satisfação deles com o estrago dos forasteiros. Este fogo, soprado por aquele sexo em que se acha mais pronto o furor vingativo, e em que mais ardem os corações dos homens, crescendo nos paulistas com a consideração do crédito que deixaram ultrajado, e da fama que tinham perdido (chama interior que os

não abrasava menos pelos seus naturais brios), os fez juntar um numeroso exército de paisanos, para tornarem de novo à palestra com os seus contendores; e elegendo por seu general a Amador Bueno, pessoa entre eles de maior reputação o valor e na prática das armas, marcharam para as minas.

43. No caminho encontrou Antônio de Albuquerque aquela insolente turba, e querendo persuadir aos mais poderosos dela desistissem do impulso, em que cometiam tão grande ofensa contra Deus e tanto delito contra o rei, lhe deram tão pouca atenção e mostraram tal porfia, que quando o governador intentava reprimir-lhes com palavras o furor, se viu mui arriscado a experimentá-lo por obras, porque determinavam prendê-lo; mas desta resolução informado por um confidente Antônio de Albuquerque, se resolveu inopinadamente a retroceder para a vila de Parati, e dela embarcar-se para o Rio de Janeiro, onde chegando feliz e brevemente, fez pelo caminho novo aos povos das minas aviso do perigo que os ameaçava o exército dos paulistas que contra eles ia.

44. Achavam-se os habitadores das minas em descuido, ou total esquecimento das contendas passadas, que os paulistas conservavam na memória. O povo do rio das Mortes, que era por mais próximo o primeiro em quem havia de cair aquela tempestade, com o aviso que teve pediu socorro às minas gerais, fortificaram logo o seu reduto com alguns baluartes que de novo lhe fizeram para entreter os inimigos, enquanto lhes chegavam maiores forças para se pôr em campanha. Não deram muito lugar a estas prevenções os paulistas, porque chegando e achando reduzido à sua fortificação aquele povo, subiram a uma montanha que lhe ficava com padrasto, donde e da igreja matriz que estava fora da muralha, e de um cavaleiro mais que levantaram, lhe fizeram considerável dano, matando-lhes e ferindo-lhes muita gente.

45. Pouco inferior era o que os cercadores também recebiam dos sitiados, porque matando-lhes algumas pessoas na bateria da igreja e nas outras a que podiam chegar as suas balas, aliviavam a dor das vidas que perdiam com as que tiravam; desesperado remédio, que no caso presente era mais necessidade que vingança. Saíram por duas vezes de dentro das suas trincheiras, e dando inopinadamente sobre os paulistas, lhes fizeram grande estrago;

porém tendo pouca gente para estas surtidas, se abstiveram delas, tratando de conservar-se dentro dos reparos até lhes chegarem os socorros.

46. Mais de oito dias estiveram os paulistas constantes em bater aos forasteiros, e cansados ou satisfeitos de haverem constrangido aquele povo a não sair dos limites da sua pequena circunvalação, e dos golpes que lhe imprimiram nas vidas, posto que muito à custa das suas, correu entre eles uma voz de que todos os povos das minas os buscavam com tão numeroso exército, que lhes não poderiam resistir, e determinaram retirar-se para São Paulo; conselho que em uma indistinta e confusa madrugada executaram com tanto silêncio, que não foram sentidos.

47. Três dias depois chegou aos forasteiros o socorro que esperavam, tão luzido e com tal orgulho, que determinaram seguir os paulistas e desbaratá-los; mas como eles levavam no seu receio as asas, de forma se remontaram, que em oito dias de jornada em que foram seguidos pelo caminho de São Paulo, se lhes não pôde dar alcance. De todos estes fatos fizeram aviso ao Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o qual lhes enviou para os governar e ter seguros de semelhantes invasões a Gregório de Castro de Morais, com duas companhias de um dos terços do presídio do Rio de Janeiro, de que era mestre-de-campo.

48. Pouco tempo continuou Antônio de Albuquerque o governo do Rio de Janeiro, porque parecendo ao sereníssimo senhor rei D. João V separar daquela jurisdição as minas, pela extensão dos seus países e por carecerem da assistência de um governador, que reduzisse à pontual obediência e conformidade aqueles povos, o enviou a governá-los, ficando independente de outra superioridade que à do capitão-geral de todo o estado[7].

49. Tratou logo o governador de reduzir aquele grande número de súditos, que vagava sem firmeza, à vida urbana e política, erigindo as seis vilas cujos nomes deixamos já escritos. Demarcou-lhes as jurisdições, dividiu-lhes os limites, introduziu-lhes justiças, criou-lhes senados, escolhendo para os cargos as pessoas mais dignas de cada uma. Repartiu os distritos em regimentos, elegendo para cabos os moradores mais práticos e beneméritos. Para a arrecadação dos quintos do rei e das fazendas dos ausentes fez provedores, e com esta providência formou uma nova república, posto que pequena pelo

número das povoações, mui dilatada pelo dos moradores, assim residentes nas vilas como na extensão dos seus grandíssimos limites.

50. Depois de ter Luís César de Meneses governado felicissimamente o Estado do Brasil quase cinco anos, lhe sucedeu no de mil e setecentos e dez D. Lourenço de Almada. Nasceu este fidalgo de esclarecida família, em cuja casa sucedera por morte de um irmão primogênito. Mostrava estar descontente na Bahia, quiçá que pressago o coração lhe anunciava as calamidades que no tempo do seu governo havia de acontecer ao Brasil, as quais tiveram princípio nas infaustas e detestáveis alterações de Pernambuco.

51. Governava Sebastião de Castro de Caldas a província de Pernambuco. Era natural da de Entre-Douro e Minho, dos principais da sua pátria. Aprendera a milícia na companhia e escola de seu tio Diogo de Caldas Barbosa, um dos valorosos cabos nas passadas guerras da liberdade do reino. Mostrava inteligência das matérias, vigilância nos negócios, porém não soube prever o que havia de acontecer-lhe, porque também há Argos que dormem, e a quem cega a paixão ou o destino, cem olhos não bastam. Tinha-os fechado Sebastião de Castro para a nobreza de Pernambuco, e não queria outro objeto mais que o povo do Recife.

52. São os pernambucanos naturalmente altivos; não permitiam que no senado da Câmara da cidade de Olinda entrassem pessoas de outra esfera que a da nobreza aquela província. Achavam-se no Recife (porto e feira de todas as suas povoações) muitos homens ricos, aos quais o trato mercantil fizera poderosos, e não podiam alcançar os cargos da governança da república, ainda que alguns os chegaram depois a conseguir, mas com traça e tanto trabalho, que esta dificuldade os obrigou a pretenderem fazer a vila aquele lugar, para lograrem os seus moradores as mesmas dignidades. Representava-se-lhes fácil a empresa pela opulência do Recife, que em templos e casas igualava à cidade de Olinda, e em número de moradores a excedia, porque os estragos que padecera na guerra dos holandeses haviam diminuído e arruinado a sua grandeza.

53. Tomou como sua o governador Sebastião de Castro a causa e pretensão dos moradores do Recife, e com razões mais afetadas que próprias soube apresentar de forma as utilidades que resultavam ao serviço real

e ao bem comum com a permissão da vida, que se julgou por conveniente e justo este requerimento, posto que em outro tempo, em que fora pretendida, se entendera o contrário; porém o nosso grande monarca, sempre indulgente nas pretensões lícitas e decorosas aos seus vassalos, foi servido facultar-lhes esta graça, mandando remeter a ordem ao governador, o qual a teve em tal recato que a negou, para obrar o que meditava pelo modo que mais oportuno lhe parecia, posto que era notória, e os mesmos interessados a certificavam.

54. Esta novidade fez grande consternação na nobreza de Pernambuco, assim por ver o Recife condecorado com a mesma autoridade, como por consistir naquele grande povo, e no termo que se lhe havia de dar, o maior distrito do seu antigo senado, o qual ficava destituído de quase toda a sua jurisdição, pouco dilatada pelas muitas vilas que compreende a província de Pernambuco. Pediram os oficiais da Câmara de Olinda ao governador lhes fizesse a saber a ordem de Sua Majestade, que tivera sobre aquela matéria; mas ocultando-a Sebastião de Castro, e dizendo que a não recebera, tratou secretamente com os moradores do Recife o modo e o tempo da erecção da vila.

55. Para o pelourinho se mandaram com toda a cautela lavrar as pedras no Forte do Matos, onde se costumam preparar outras para várias fábricas particulares, e havendo-as conduzido e assentado em uma noite, amanheceu erecta a vila com o nome de Santo Antônio do Recife, e logo se procedeu na eleição dos oficiais da câmara do novo Senado, e saíram todos com as suas varas. Do segredo com que esta ação se obrou, entenderam os pernambucanos que não havia ordem real para a criação da vila, ou viera com alguma restrição, porque a ser absoluta e sem condição, a não devia o governador ocultar a uns vassalos que tanto sabiam obedecer às resoluções do seu monarca.

56. Procedia Sebastião de Castro, estimulado dos moradores do Recife, contra a nobreza de Pernambuco, prendendo tão indecorosa como injustamente a muitas pessoas principais. Mandou que todos os pernambucanos entregassem as armas que tivessem, para se guardarem nos armazéns reais, ordem que enviou por vários oficiais a todos os distritos e vilas da Província, e neste despojo privava aos moradores da natural defensa

contra os ladrões e gentios, aos que habitavam mui longe dos povoados, e careciam a sua segurança, e a todos tirava a utilidade das caças, de que muitos se sustentavam. À execução desta ordem tiveram repugnância e lhe impedira o efeito, esperando ser ouvidos do governador.

57. Neste tempo estando o governador Sebastião de Castro no Recife, que era a sua mais contínua habitação, e saindo uma tarde ao seu costumado passeio para onde chamam a Boavista, lhe deram um tiro, de que ficou levemente ferido; e posto que ele e os seus sequazes o atribuíram às queixas dos pernambucanos, se não averiguou com certeza de que parte lhe viera, havendo mais duas notórias donde a podia esperar, que por modéstia se calam. Com este acidente tornou a continuar os castigos das prisões com ruínas das liberdades e das fazendas; porém tendo notícia que o dano comum a toda a nobreza a conduzia e juntava, não só para se defender, mas para ir sobre o Recife, donde conheciam que lhes nascia o mal, dando-se por pouco seguro na nova vila, se embarcou logo em um patacho e se pôs em salvo na Bahia, levando consigo alguns mercadores, que por seus íntimos amigos e sequazes ficariam mui arriscados em Pernambuco.

58. Ausente o governador, a nobreza que se achava junta, conduzindo um exército de quase vinte mil homens de todas as sortes, entraram no Recife, demoliram o pelourinho e os mais padrões, da vila, tiraram das mãos as varas dos oficiais do novo Senado, os bastões das de outros de milícia que exerciam os postos da ordenança; soltaram os presos que injustamente tinha em rigorosa captura o governador, não causando tanto número de gente, de que constava o ajuntamento dos pernambucanos, perda alguma de cabedal ou outro gênero de hostilidade aos do Recife, disfarçando as queixas que deles tinha a nobreza, e castigando-os só com aquele fato.

59. Procedeu logo a nobreza na eleição de governador, juntando-se para ela na Casa da Câmara da cidade de Olinda, uma parte se inclinava a que o governo se entregasse ao senado da Câmara, outra votava que se elegesse o reverendíssimo D. Manuel Álvares da Costa, bispo de Pernambuco; e dando-se notícia de uma carta do sereníssimo senhor rei D. João V feita no ano antecedente, na qual ordenava, que faltando o governador Sebastião de Castro de Caldas, substituísse o governo o mestre-de-campo

João de Freitas e em sua falta o bispo, se vieram a conformar em dar-lhe o governo, por ser falecido o mestre-de-campo. Foi esta ordem real a Pernambuco com o mesmo governador em cujo tempo havia de ter execução, e não deixou este caso de parecer mistério, como já ponderamos outras semelhantes na Índia e na Bahia.

60. Estava o bispo em visita na Paraíba, e com o aviso que se lhe fez voltou para Pernambuco, e tomou posse do governo nos primeiros dias do mês de novembro do ano de mil e setecentos e dez. Logo pedindo-lhe os pernambucanos um perdão geral do fato, lhe concedeu em nome de Sua Majestade, que foi servido confirmá-lo. Posto que os pernambucanos intentassem desculpar esta ação com os pretextos acima declarados, não deixou de ser a todas as luzes detestável e violenta, porque as supremas ordens dos soberanos, ainda em dúvida se não devem impedir com semelhantes resoluções, havendo os lícitos e honestos meios que se permitem aos vassalos para exporem a sua causa aos seus monarcas; mas desta cegueira lhes resultou a pobreza em que hoje se acha aquela nobreza, em castigo da sua vaidade.

61. Sentidos os moradores do Recife, tratavam desafogar a sua paixão com outro não menor absurdo que o que tinha dobrado a nobreza. Foram dispondo as vontades das pessoas que lhes podiam valer, e granjearam a de João da Maia da Gama, capitão-mor e governador da Paraíba, a do Camarão, governador dos índios, que residia em Una, e a do mestre-de-campo dos crioulos e pretos forros, a que chamam terço dos Henriques, por haver sido de Henrique Dias, preto de notável valor, como mostramos nas guerras de Pernambuco; a de Manuel Gonçalves Tundacumbe em Goiana, onde tinha uma quadrilha de vadios, brancos, mulatos e mestiços, criminosos e fugidos de várias vilas e capitanias do Norte, principalmente da Paraíba, e se acoutavam nos distritos da vila de Goiana, donde faziam muitos danos aos moradores de Pernambuco; compraram finalmente muitos soldados e cabos da infanteria da praça.

62. Tendo seguros estes parciais para a empresa que intentavam, foram conduzindo com tanta diligência como cautela mantimentos e víveres para o Recife, fazendo ir de mui distantes partes todos os gêneros comestíveis de que se pudessem sustentar no mais dilatado cerco. Fizeram

com o mesmo segredo prevenções de arreios e vestidos militares, e conseguido quanto lhes podia ser necessário para o empenho, chamaram a Sebastião de Castro, informando-o de tudo o que haviam disposto para lhe restituírem o cargo, e que só faltava voltar a sua pessoa para o Recife. Respondeu-lhes que brevemente estaria com eles; e tendo mandado à Paraíba por um Joaquim de Almeida, dos mercadores que consigo trouxera à Bahia, a ratificar em seu favor a promessa do capitão-mor João da Maia, dispunha partir ocultamente dela em uma sumaca que do Recife lhe fora enviada.

63. Informado o governador-geral D. Lourenço de Almada que Sebastião de Castro estava para sair furtivamente da Bahia a renovar as dissensões de que havia sido causa, e com o governo do bispo estavam sossegados, mandou detê-lo em prisão na fortaleza de Santo Antônio além do Carmo, donde o remeteu o governador e capitão-geral Pedro de Vasconcelos para Lisboa. Os do Recife entendendo que não poderia tardar muitos dias naquela vila, e querendo antecipar a empresa para o receberem em triunfo, intentaram prender ao bispo no Forte do Mar, precisando-o a ir vê-lo para certa obra de que carecia, e fora infalivelmente a ele, se lho não impedira uma chuva que sobreveio, e foi a piedosa medianeira para se não cometer aquele sacrilégio; posto que não lograram a oportunidade que lhes permitia o lugar para a prisão, tinham logo o rebuço ao emprenho que encobriam.

64. Sublevaram-se os moradores do Recife aos dezoito de junho do ano de mil e setecentos e onze, e nesta forma veio a ser a culpa recíproca em ambas as partes, porque o exemplo mau é mais fácil de imitação que de emenda. Tomaram logo as fortalezas e as guarneceram com gente da sua facção, fazendo-as jogar balas para a cidade; lançaram de sua própria autoridade um bando que Sebastião de Castro era o governador de Pernambuco, e se não obedecesse às ordens do bispo, o qual se achava presente na mesma vila; e pondo-lhe guardas para que não entrassem a falar-lhe mais que algumas pessoas confidentes, teve ele forma dentro em três dias para passar à cidade de Olinda.

65. Nela se juntou logo a nobreza, vinda de todas as partes da província com gente armada, como da vez primeira e no próprio número;

posto que algumas poucas pessoas principais se retiraram para as suas fazendas, por dependências que tinham dos homens de negócio. Pretendeu o bispo, por diligências que aplicou fazer, que os do Recife tornassem à sua obediência, e que a nobreza se aquietasse, mas não conseguiu uma nem outra coisa, e se pôs um apertado cerco ao Recife, em que os seus moradores levaram sempre a pior, posto que de ambas as partes se obravam muitos atos de valor, com tantas e tão recíprocas mortes que causando horror ao bispo, deixou o governo ao mestre-de-campo do terço da cidade, ao ouvidor-geral e ao senado da Câmara.

66. Sem embargo da diversão que a favor do povo do Recife faziam por várias partes os seus aliados, cujos nomes havemos expressado, prendendo e arruinando as pessoas e fazendas dos parciais da nobreza, ia já o Recife em mais de três meses de cerco padecendo grande falta de víveres, pela desordem com que se distribuíram, mui desigual à providência com que se juntaram, e para os enfermos não havia mais que açúcar e alguma pouca farinha da terra. Neste aperto lhe chegou a redenção na ida de Félix José Machado, provido no governo da província de Pernambuco. Tenho a bordo notícia que o bispo voluntariamente largara o governo, fez que o tornasse a tomar, para da sua mão o receber, ordenando aos moradores do Recife entregassem as fortalezas à ordem daquele prelado, como a seu governador.

67. Para se proceder contra a nobreza, incursa no indulto dos perdões do bispo e do governador e capitão-geral, porque lhe não fossem validos, se lhe impuseram falsamente outros novos impulsos no mesmo delito, e remetendo presas muitas pessoas principais a Lisboa, depois de larga prisão naquela corte, constando judicialmente da sua inocência ao nosso augusto e pio monarca, compadecido das desgraças daqueles vassalos, os mandou voltar livres para a pátria, fazendo embarcar só dois para a Índia em degredo perpétuo, por havendo sido os motores das alterações e terem obrado nelas as insolências que se atribuíram a todos.

68. Algum tempo antes das perturbações da província de Pernambuco se viu nela, em uma clara noite, a metade da Lua coberta de sombras, em tal proporção que, partida do eclipse pelo meio, parecia estar em duas iguais partes separada, mostrando o que lhe havia de acontecer

na desunião dos seus moradores, em prova de que o reino em si dividido é desolação, da qual tocou à nobreza a maior parte, padecendo perdas da liberdade, assolações da fazenda, ausências da casa, e com elas a falta de lavouras nas suas propriedades, gastando mais do que podia em sustentar exércitos contra o Recife, e por esta causa se acha tão diferente que é objeto de lástimas, sem esperança de tornar ao esplendor antigo dos seus antepassados, em pena destas e de outras muitas soberbas e vaidades.

69. Achava-se França queixosa de Portugal, por não receber a sua união naquele tempo em que tinha poderosos motivos para a rejeitar, declarando-se pelo sereníssimo senhor rei Carlos III contra Filipe V, que então empreendia a conquista da monarquia castelhana, de que hoje tem a posse. Deste sentimento foi resulta permitir que os franceses se animassem a invadir o Rio de Janeiro, que pela sua grande opulência prometia um saque de muito preço. Aprestaram-se sete naus, das quais cinco eram de linha, e saíram conduzindo mil homens de guerra, entre os quais vinham alguns ilustres cavaleiros da nobreza daquele reino, trazendo por general a um cabo francês apelidado Duclerc, a cuja ousadia só permitiu a fortuna a glória do impulso, mas não a do triunfo, e por alguns erros militares que cometera na empresa, nem a fama lhe dar o nome de soldado.

70. Ia já no fim o mês de agosto do ano de mil setecentos e dez, quando de fez aviso ao Rio de Janeiro, de Cabo Frio, que lhe fica ao norte, que foram vistas algumas velas; com esta notícia o governador Francisco de Castro de Morais (que havia sucedido a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho no governo daquela província, promovido da de Pernambuco em que exercera com diferente fortuna a mesma ocupação) mandou preparar as fortalezas e a marinha, prevenindo as milícias para qualquer acidente de combate. Poucos dias depois, do porto de Guaratiba para a parte do sul se repetiu o próprio aviso, e logo entrando na barra dele, que fica onze léguas distante de enseada do Rio de Janeiro, as naus francesas desembarcaram mais de novecentos homens, os quais marcharam para a cidade por matos onde não podiam levar forma, salvo quando saíam ao descampado de alguma fazenda[9].

71. De tudo tinha avisos o governador, que pudera naqueles estreitos trânsitos, tão praticados pelos naturais como incógnitos aos estran-

geiros, cortar-lhes o passo com total ruína e prisão dos inimigos; porém alguns destacamentos que mandou ao caminho por onde eles marchavam, mais serviram de testemunhar a sua jornada que de lha impedir, pois em sete dias de marcha se lhes não disparou um tiro. O governador Francisco de Castro, mandando tocar repetidos rebates, se formou no campo da cidade, dizendo que ali os esperava para os combater, sem que as instâncias que lhe faziam os cabos e moradores o obrigassem a dar mais um passo; e só entendendo que os franceses tomariam a fortaleza da Praia Vermelha, ordenou ao mestre-de-campo João de Paiva que a fosse socorrer; e mandando-lhe perguntar o dito mestre-de-campo se havia de pelejar com os franceses, respondeu que mandava defender a fortaleza, mas que fizesse o que a ocasião lhe permitisse.

72. Aos dezoito do mês de setembro teve aviso que os inimigos fizeram alto no engenho dos regiliosos da Companhia de Jesus, onde respousaram aquela noite, e ao amanhecer caminharam para a cidade. Do campo onde estava formado o governador se começaram a ver as bandeiras inimigas pelas sete horas da manhã no dia dezenove do mesmo mês; e avistando também os franceses o corpo do nosso exército, torceram o caminho para a parte que chamam o Desterro, de cuja igreja da própria invocação o padre Frei Francisco de Meneses, religioso Trino, com valor benemérito do seu apelido, e alguns homens que juntara para hostilizar aos franceses na descida daquele sítio, lhes deu uma boa carga, matando-lhes muitos soldados e a maior parte dos cavaleiros que marchavam na vanguarda, diante da qual ia o seu general Duclerc sem outras armas que uma rodela e o seu bastião.

73. Este acidente que pudera embaraçar aos franceses, lhes fez apressarem o passo para a cidade; mas chegando a Nossa Senhora da Ajuda, receberam outra carga da fortaleza de S. Sebastião, que pela eminência em que está é o propugnáculo ou cidadela da praça; para a qual marchando os inimigos, sem os deter nenhum perigo, disparando também incessantes tiros da sua mosquetaria, e passando duzentas braças defronte do nosso exército, que ainda estava no campo sem que o governador se abalasse nem lhes mandasse dar um tiro, se introduziram pela rua da igreja de Nossa Senhora do Parto na rua direta da cidade, onde está o palácio dos governadores junto à marinha. Formaram-se defronte do Carmo, onde principia aquele trânsito, e encaminhando o passo para S. Bento, andadas quase

oitenta braças, vendo-se feridos e mortos das nossas balas que pelas bocas das ruas se lhes empregavam, fizeram alto defronte do Trapiche de Luís da Mota, formados e com as armas nas mãos.

74. Nesta perplexidade aconteceu um desastre que pudera facilitar aos inimigos a vitória; porque estando o almoxarife na Casa da Alfândega contígua a palácio repartindo a pólvora, pegou na de um cartucho o fogo de um morrão e saltando a chama a muitos barris, passou a palácio o incêndio, com ruína notável daquela grande máquina e morte de três valorosos estudantes, cuja companhia o guardava com tal disposição e alento, que na sua defensa obraram aqueles literários soldados como mestre da milícia, sendo discípulos da arte. Ao estrondo que fez o incêndio, destacando briosamente do nosso exército com o seu terço o mestre-de-campo Gregório de Castro de Morais, irmão do governador, entrou na cidade, e chegando àquela rua se bateu com os franceses, impedindo-lhes tomarem o palácio, mas nas portas dele caiu morto de uma bala inimiga.

75. Malogrou aquele golpe na vida do mestre-de-campo Gregório de Castro o avantajado valor que a natureza lhe dera, em recompensa do que negara a seu irmão; porém não desanimaram com a sua morte os seus soldados, combatendo com ânimo intrépido os contrários. Outra não menos sensível perda tivemos na do capitão de cavalos Antônio de Ultra, cujo valor conhecido fora admirável, se não pecara em temerário, como na presente ocasião o mostrou; porque vendo destacar do exército francês uma manga por um beco que há entre o Trapiche do Mota e a igreja da Cruz, disse à sua tropa que o seguisse, porque só com ela havia de extinguir a todos os franceses. Entrou pelo beco, mas não sendo seguido dos seus soldados, e achando os inimigos perfilados em duas alas por um e outro lado dando-lhe uma carga de mosquetaria, caiu morto de muitas balas.

76. Picava a nossa gente por várias partes a inimiga, fazendo-lhe pelas esquinas grandíssimo dano, e já lhe faltavam mais de quatrocentos homens mortos ao nosso ferro, a troco de só trinta que havíamos perdido; vendo-se finalmente o general Duclerc acometido de muitos portugueses que de novo iam concorrendo ao combate, se recolheu ao Trapiche, querendo nele fazer-se forte com a sua infantaria, da qual um troço de cem homens, por não caberem ou não atinarem, se meteu por uma esquina, onde

parecendo já rendidos, foram todos mortos pelos nossos, sacrificando à sua vingança aquelas vidas que puderam servir à sua glória, a não ser naquela ocasião tão cego o furor que lhes fez antepor o rigor a comiseração.

77. Até este tempo estava o governador Francisco de Castro de Morais feito estafermo no campo; mas chegando-lhe a notícia de que os franceses estavam dentro do Trapiche e postos em cerco, entrou com o troço do exército na cidade, que achou desocupada de inimigos, por se haverem voluntariamente metido na clausura do Trapiche do Mota, onde mandou o governador pôr um cabo de suposição dizer ao general Duclerc, que pois não tinha já partido algum, se rendesse a arbítrio do vencedor; e vendo Duclerc começarem a repicar os sinos de todas as igrejas e mosteiros em sinal de triunfo, dizia que era sua a vitória e não queria convir em que fosse nossa. Durou nesta porfia e renitência desde as onze da manhã até as duas da tarde, o que vendo o governador, mandou ir muitos barris de pólvora para voarem o Trapiche, sem embargo da gente portuguesa que o habitava, a troco de se ver livre por aquele meio da francesa, que temia.

78. Nesta resolução se viram os maravilhosos efeitos e do amor da pátria, superiores às poderosas forças do sangue, porque um natural do Rio de Janeiro, alferes da ordenança, que tinha muita parte na herança daquele Trapiche, onde estavam atualmente sua mãe, irmãs, mulher e filhos, lhe apressava a execução do incêndio, querendo ser o primeiro que lhe ateasse o fogo; ação benemérita dos escritores romanos, porque não se mostraram mais constantes Júnio Bruto em tirar a vida aos filhos, e Horácio em matar a irmã pela conservação da pátria. Entendendo o general francês que não tardariam muito as chamas que se dispunham para abrasarem aquele seu receptáculo, por salvar a vida e a dos seus soldados se entregou com eles à prisão.

79. Ao general puseram primeiro no colégio dos padres da Companhia; depois o passaram para a fortaleza de S. Sebastião, e ultimamente lhe concederam faculdade para tomar uma casa, onde passado algum tempo, amanheceu um dia morto, sem se averiguar por quem, nem o saberem os mesmos soldados que o guardavam. Os mais franceses foram divididos em prisão pela Casa da Moeda, conventos e mosteiros, com sentinelas à vista; depois foram metidos na cadeia e nos calabouços da cidade, envian-

do-se a maior parte deles à Bahia e a Pernambuco. Ao quinto dia depois de conseguida a nossa vitória, chegaram à barra do Rio de Janeiro as naus francesas do porto da Guaratiba, onde haviam desembarcado os inimigos; lançaram de noite uns foguetes, que eram as suas senhas, mas não sendo respondidos, nem franqueado o trânsito para entrarem no golfo, como esperavam, certos da ruína da sua gente voltaram para França.

80. Nesta empresa do Rio de Janeiro ganhou o general Duclerc o nome de temerário, e perdeu o de soldado; porque pouco mais de novecentos homens, ainda que escolhidos e veteranos, eram pequeno exército para empreender a invasão de uma cidade populosa, penetrando muitas léguas o interior da terra por caminhos ignorados da sua gente, rompendo matos espessos e marchando sem forma militar por passos tão estreitos que de poucos moradores do país pudera ser desbaratado e vencido, faltando-lhe na jornada as comodidades que sobravam aos naturais, como lhe acontecera, a ter disposição o governador Francisco de Castro para lhe mandar cortar o passo e bater naquela espessura, onde se não podia valer da sua disciplina nem do valor dos seus soldados, sem prática da peleja do Brasil.

81. Não cometeu menor erro depois de entrar na cidade, em se recolher com os seus soldados ao Trapiche, pondo-se ele próprio em cerco, pois daquele lugar não podia resistir-nos, não tendo artifícios nem canhões com que se defender e nos rechaçar, pois por poucos que lhe disparássemos, pondo por terra aquele edifício, ficariam debaixo das suas ruínas, ou pegando-lhe o fogo voariam no seu incêndio; mas desta cegueira é causa a ambição dos homens, a soberba dos cabos e o desprezo que fazem dos contrários. Sossegada já a cidade, se fizeram nela grandiosas festas em ação de graças, que remataram com uma solene procissão, levando o governador em todos estes atos os vivas e aplausos da vitória em que não soube ter parte.

82. Recebeu com assaz impaciência esta notícia a nação francesa, sempre diligente no aumento da sua grandeza e no despique dos seus agravos. Sentia menos ver baldado o gasto que abatido o crédito, e na recuperação de uma e outra perda empenhou maiores cabedais e forças mais poderosas, e brevemente pôs no mar uma armada de dezesseis naus de guerra e duas de fogo, que conduziam mais de quatro mil homens com o general Duguay, o qual ia a emendar os erros de Duclerc com outra não

menos temerária empresa, como invadir por mar a praça do Rio de Janeiro, cuja estreita barra, senhoreada de duas grandes fortalezas opostas, e cujo dilatado golfo, defendido de muitas pouco inferiores, em lugares oportunos edificadas, fazendo inexpugnável aquele porto impossibilitavam o empenho que a todo o risco da sua armada e da sua gente pretendia conseguir, com tão destemida resolução como iminente perigo.

83. Houve em Portugal notícia do apresto e poder desta armada, e que se publicava navegar ao Rio de Janeiro, aonde iam os franceses a recuperar a opinião e os presos que tinham deixado naquela praça, se não era o fim destes Argonautas ganhar o velocino de ouro da suas riquezas, que não tinha um dragão que o guardasse. De tudo informado o sereníssimo senhor rei D. João V, fez aviso ao governador dela, e mandou brevemente sair a frota que lhe havia de ir àquele ano, dobrando-lhe as naus do comboio, a gente e os petrechos militares, e ordenando que as naus mercantis que haviam de ir em sua conserva fossem as mais possantes, e capazes de poderem concorrer com forças competentes para o conflito em necessidade de peleja, e nomeou por cabo a Gaspar da Costa de Ataíde, que exercia o posto de mestre-de-campo do mar[10].

84. Era Gaspar da Costa mui valoroso e prático na milícia naval, em cujo emprego sendo capitão-de-mar-e-guerra, tivera ocasiões arriscadas e venturosas em que alcançara créditos de soldado e fama de capitão, benemérito de pôr fim ao curso dos seus serviços com melhor fortuna, sendo esta a única ocasião em que ela lhe voltou o rosto. Partiu de Lisboa a frota com grande presteza, e com a mesma chegou ao Rio de Janeiro, levando quatro poderosas naus de guerra e bons navios, escolhidos cabos e soldados, preparações militares para a defensa da praça; e havendo já alguns dias que se achava nela, foi aviso ao governador Francisco de Castro de Morais, dos Goitacases (ao norte do rio distantes oitenta léguas por costa da cidade), aos vinte do mês de agosto do ano de mil e setecentos e onze, que na baía Formosa se viram passar muitas velas tomando o rumo para aquela barra.

85. Tocou-se a rebate na praça, alistou-se a gente, guarneceramse as fortalezas, e se fortificou a marinha. Os paisanos alentados com o próprio valor e com a memória fresca a vitória passada, supunham que a

nova expedição de França ia a servir ao segundo triunfo do Rio de Janeiro. Bem conheciam o que tinham no seu governador, mas fiavam muito da disposição e alento de Gaspar da Costa, o qual se embarcou logo, pondo em linha na defensa da praia as quatro naus de guerra e as mercantis de mais força. Porém estando nesta forma cinco dias, dando por falso o aviso, tornou a desembarcar; fato em que começou a perder o conceito que se tinha da sua vigilância, como depois perdeu o que se formava da sua experiência, mostrando-se perplexo no segundo aviso que de Cabo Frio chegou a dez do mês de setembro do próprio ano, de haverem passado dezoito velas levando o rumo para a cidade do Rio.

86. No dia seguinte, que se contavam onze do dito mês, com a nova lua houve tal revolução o tempo, que formando o ar densas névoas, cobriu com elas os montes da Gávea, do Pão de Açúcar, a ilha do Pai, a barra e toda a circunferência do golfo, de tal forma que não podia ver nem ser vistos da cidade sem lhes tirarem as nevadas capas as brisas do sul, que então ventava fortemente rijo; e navegando as naus inimigas como entre nuvens, quando à uma hora depois do meio-dia as deixou divisar a cerração, estavam já das fortalezas da barra para dentro. Foram em seguida ordem atravessando a enseada, dando uma e outra banda de artilharia às nossas fortalezas, e às cinco da tarde ficaram todas surtas na ponta das Baleias, distante um tiro de peça da cidade.

87. Devendo Gaspar da Costa de Ataíde meter-se em as nossas naus e pô-las em linha na defensa da marinha, como fizera no ensaio do rebate (em que se houve com melhor disciplina que na ocasião do conflito) as mandou marear pelas livrar dos inimigos; porém achando mais pronto o perigo no baixo no Porto da Prainha, e na ponta da Misericórdia, ordenou logo que fossem abrasadas, mandando pôr-lhes o fogo, em que arderam intempestiva e lastimosamente. Na desordem destas disposições descobriu este cabo a falta e variedade que já experimentava no entendimento, e crescendo mais em tanta desgraça, ficou padecendo este defeito em todo o tempo que lhe restara de vida. Naquela tarde e nos três seguintes dias foram tais os ecos da artilharia das naus inimigas e das nossas fortalezas, que em recíproco estrondo parecia arruinar-se o mundo, causando maior ruído o incêndio da nossa casa da pólvora na fortaleza de Vilagalhão, em que acabaram desastradamente alguns capitães alentados e muitos soldados valorosos.

88. Todo este horror não bastou a entibiar o ânimo ardente dos naturais do Rio de Janeiro, antes lhes serviu de estímulo; porque vendo que os franceses assentavam artilharia no monte de S. Diogo, acudiu a ele o capitão Félix Madeira, e matando alguns, fez prisioneiros outros. Indo Bento do Amaral a defender a fortaleza de S. João, perdeu a vida tirando-a a muitos inimigos; porém a fatalidade que estava destinada àquela cidade, superou o valor dos seus moradores, que vendo desanimado a Gaspar da Costa, e que o governador Francisco de Castro mandara abandonar e cravar a artilheria da fortaleza da ilha das Cobras (porto em que ancoram os navios), foram entendendo por que por falta de quem os governasse era irremediável a sua perdição.

89. Tendo os franceses notícias pelas suas espias que estava desamparada a ilha das Cobras, e sem gente que lhes fizesse resistência, a tomaram logo, e sendo-lhes oportuna pela vizinhança para bombearam a cidade, lhe lançaram tantos artifícios de fogo, que pegando em palácio e em outras casas, infundiram nos moradores um pânico terror tão interno, que na noite do quinto dia da chegada dos inimigos, em que o governador e Gaspar da Costa tinham assentado retirar-se com a infanteria e deixarem a praça, o fizeram eles sem exceção de idade, estado e sexo, tão confusamente, que a troco de salvarem as vidas se meteram pelos bosques, deixando as riquezas que possuíam na cidade, sem lhes deter a fuga uma das mais horríveis noites de chuva e tempestade que se havia visto naquela província, ajudando ao furor natural dos elementos do vento e água excitados pelo tempo artificial estrondo do elemento do fogo disposto pelos homens.

90. Rendidas já muitas fortalezas aos franceses, dando-lhes notícia as suas espias de que estava deserta a cidade, a ocuparam, e fortificando os postos que lhes pareceram mais importantes, se deram ao roubo, achando um despojo mais rico do que imaginaram, porque importou muitos milhões o saque; e vendo que não tinham mais que recolher, capitularam com o governador Francisco de Castro deixar a cidade sem a demolirem, por uma grossa soma de ouro, que depois veio a ficar em seiscentos e dez mil cruzados, os quais saíram de todos os moradores e religiosos conforme os cabedais de cada um; e enquanto se juntava a quantia, para a qual se valeram dos cofres que antecipadamente os seus ministros mandaram pôr em salvo fora da cidade, se detiveram os inimigos nela, abstraindo-se de

obrar mais estragos, havendo experimentado neles a maior ruína o mosteiro de S. Bento, para cujo reparo gastaram depois os seus monges mais de cinquenta mil cruzados.

91. Tinha ido aviso, no mesmo dia em que entrara a armada, a Antônio de Albuquerque Coelho, que estava governando as minas; juntou logo três mil e tantos homens, bem e mal armados, e marchando com eles para o Rio de Janeiro, quando chegou soube que estava ganha e vencida a cidade, e não achando remédio a baralhar a feira, conveio nela. Entregue a quantia dos seiscentos e dez mil cruzados aos franceses, saíram daquela barra a vinte e oito do mês de outubro, havendo um ano, um mês e oito dias que foram vencidos pelos portugueses naquela cidade, cujos moradores desprezando o domínio de Francisco de Castro de Morais, obrigaram a Antônio de Albuquerque Coelho a encarregar-se do governo até ordem de Sua Majestade, sem haver em Francisco de Castro impulso de se conservar no cargo de que o depunham.

92. Levaram os inimigos todos os franceses que no Rio de Janeiro ficaram da primeira expedição, aos quais se tinha dado por prisão a cidade, e se mostraram tão agradecidos ao benefício que receberam de alguns moradores, pela caridade com que eles usaram que informando ao seu general da obrigação em que lhes estavam, foram preservadas as suas casas do saque e da ruína, ficando fechadas assim como os seus donos as deixaram; ação digna de louvor e benemérita desta lembrança; nem se podia esperar menos da generosidade daquela nação, à qual sobrando-lhe tantas prerrogativas, não podia faltar a do agradecimento, ganhando nesta urbanidade mais riqueza de fama da que puderam adquirir de cabedal no despojo daquelas casas.

93. Com a nova infausta da desgraça do Rio de Janeiro, enviou o sereníssimo senhor rei D. João V por governador daquela província a Francisco de Távora, que em poucos anos de idade tinha muitos de serviços, obrados nas guerras próximas em várias partes de Espanha, ostentando em todas o valor hereditário da sua esclarecida e antiquíssima família. Levava ordem para prender a Francisco de Castro e a outros cabos, em cuja execução os pôs em ásperas prisões. Da Bahia mandou passar el-rei ao Rio de Janeiro a Luís de Melo da Silva, chanceler da Relação do Estado, que

com este cargo chegara de Lisboa no ano antecedente, e aos desembargadores Manuel de Azevedo Soares e André Leitão de Melo, que com louvável procedimento acabavam os seis da sua residência neste tribunal, os quais com ouvidor do Rio de Janeiro, ministro togado, e outros dois do mesmo caráter, que foram criar duas ouvidorias nos povos das minas, e com o ouvidor da província de S. Vicente, haviam de formar uma Relação de sete ministros na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, para sentenciarem os culpados na entrega dela.

94. Juntos os ministros, procedeu o chanceler em tirar devassa do caso. Não faltaram opiniões que também infamavam de traidor a Francisco de Castro, mas não havendo indícios para se lhe formar culpa de infidelidade, se lhe provaram faltas de valor e de disposição, que foram causa de não pelejar na defensa da praça e de a desamparar, crime pelo qual foi sentenciado a degredo e prisão perpétua em uma fortaleza da Índia. Um mestre-de-campo, seu sobrinho, filho de Gregório de Castro de Morais, que sucedera a seu pai no cargo e não no alento, foi provado do posto, com degredo perpétuo; um capitão da fortaleza de S. João, que por cobarde a entregara logo aos inimigos (delito pelo qual andava ausente), enforcado em estátua. Aos outros presos se concedeu livramento, e mostrando que não concorreram mais que na obediência das ordens do seu governador, foram dados por livres; e com estas sentenças se dissolveu o tribunal mandado formar naquela cidade para castigar os cúmplices na sua perda.

95. Sucedeu a D. Lourenço de Almada no governo Pedro de Vasconcelos e Sousa, cujo entendimento e valor não ficaram devedores à grandeza do seu ilustríssimo nascimento, e haviam desempenhado em todos os lances as obrigações que herdara dos seus famosos antepassados. Tinha nas guerras próximas do reino obrado ações heroicas, ocupado grandes postos, e se achava exercendo o de mestre-de-campo-general, do qual foi enviado por governador e capitão-geral do Brasil, onde a memória do conde de Castelo Melhor seu avô, que com grandes aplausos ocupara o mesmo lugar, pudera fazer grata a sua pessoa a este Estado, a não ser naquele tempo o horóscopo que o dominava contrário ao sossego dos seus moradores, pois achou Pernambuco hostilizado pelos naturais, o Rio de Janeiro tomado pelos franceses; desgraças a que se seguiu o perigoso acidente da alteração do povo da Bahia.

96. Experimentava a nossa América, havia muitos anos, grandes insultos e roubos de piratas nos seus mares, tomando vários navios que saíam dos seus portos ou a eles iam, e com maior porfia depois que se descobriram as minas do Sul. Esperavam os patachos e sumacas que conduziam o ouro à Bahia e a Pernambuco, e as embarcações que das referidas províncias o levavam para a África ao resgate dos escravos (antes que se lhes proibisse o transporte deste gênero para aquela costa); e fazendo repetidas presas, eram as perdas tantas e tão consideráveis que continuamente se achavam pobres muitas pessoas, que com grande trabalho e risco das vidas o iam tirar das minas, e o conduziam para as suas pátrias; parecendo irremediável este dano por não haver naus de guerra da coroa portuguesa que sulcando as ondas de uns a outros portos, segurassem o trânsito às nossas embarcações e afugentassem as dos piratas.

97. Sendo o presente ao sereníssimo senhor rei D. João V este sensível dano dos seus vassalos, e conhecendo que o reparo de tanto prejuízo requeria um tão custoso como eficaz remédio, resolveu mandar naus que guardassem as costas da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, as quais vagando por estes mares, os limpassem de corsários e segurassem as viagens das nossas embarcações, ordenando se reedificassem e aperfeiçoassem as fortalezas de todas as nossas praças para a defensa dela e sossego dos seus habitadores, que da ambição das nações e piratas podiam temer o próprio dano que os do Rio de Janeiro experimentaram na invasão dos franceses. Era grande a despesa que se havia de fazer com as naus e com as fortificações, e requeria arbitrar-se consignação de efeitos tão prontos quanto era urgente a necessidade.

98. Ordenou Sua Majestade que todas as fazendas que entrassem nas alfândegas das províncias do Brasil, pagassem nelas dez por cento, imposição da qual se podia tirar quantia competente para o novo gasto, parecendo justo e conveniente que sendo os homens de negócio tão interessados na segurança das suas embarcações e do ouro que mandavam buscar pelos seus gêneros, concorressem para uma despesa da qual se lhes seguiam tantas utilidades. Encarregou ao governador e capitão-geral Pedro de Vasconcelos o estabelecimento desta dízima na Bahia, como aos outros governadores nas mais províncias.

99. Tratava Pedro de Vasconcelos de estabelecer este direito na alfândega da Bahia, quando alterada a maior parte dos homens de negócio, tendo prevenido ao juiz do povo, seus místeres e quantidade de plebe, apareceram juntos na praça de palácio, na manhã do dia dezenove de outubro; e mandando o juiz do povo tocar incessantemente o sino da cidade, foi concorrendo de várias partes tanta gente vil, que em breves instantes se viram cheias a praça e as ruas vizinhas a ela. O governador vendo aquele ajuntamento, pediu uma espada e uma rodela, intentando castigar aquela turba com os seus criados, oficiais e soldados da guarda; mas advertido a se não expor algum desastre, se absteve, mandando dizer se recolhessem a suas casas, e lhe expusessem a sua pretensão por súplica e não com violência.

100. Respondeu o povo pelo seu juiz, que era o intérprete dos recados e resposta, que ali se juntara para se não recolher sem que se derrogasse ou suspendesse a ordem da nova imposição, que não queria aceitar, como também a maioria do preço do sal que se havia acrescentado no ano antecedente de quatrocentos e oitenta a setecentos e vinte réis. Tomou-lhes o governador por resposta, que deviam recorrer com aquele requerimento a Sua Majestade e não a ele, a quem só tocava executar as suas reais ordens. Enfurecido o povo, de que era cabeça (depois do seu juiz) um mercador chamado João de Figueiredo Costa, por alcunha o *Maneta*, blasonando ameaçava conseguir por força o que pretendia, procedendo na forma que entendesse; e neste tempo saíram daquele dissonante conflito de vozes algumas palavras imodestas contra a pessoa do governador Pedro de Vasconcelos e Sousa, em que concorriam tão relevantes qualidades, que ainda separadas do caráter eram dignas de veneração; porém quando um povo se arroja cego, até os respeitos servem aos estragos.

101. Tinha o povo grande ódio a Manuel Dias Filgueira, que se achava em Lisboa a vários particulares seus, menos agravantes do que os supunham[11]. Era homem de negócio grosso, que de pouca sorte tinha chegado a muita fortuna, aborrecido da maior parte dos mercadores por orgulhoso e por viver com arrogância e fausto impróprio do honesto trato da sua profissão. Trazia o contrato do sal, e já o acrescentamento do seu preço, como agora a imposição dos dez por cento, se atribuía a arbítrio seu, impondo-lhe que trabalhava em trazer à Bahia paço da madeira de que vinha por adminis-

trador. Esta apreensão errada fez abalar o povo da praça a sua casa, sita detrás da igreja de Nossa Senhora da Ajuda, não muito distante de palácio.

102. Pelo grande receio em que a sua consorte vivia, e o pouco antecipado aviso que lhe fez um confidente, livrou da morte a sua família, mas não do estrago a sua casa e fazenda; porque, ausentando-se e deixando as portas fechadas, lhas romperam à força de machados, e subindo ao alto lançaram pelas janelas à rua não só as alfaias que lhe serviam de ornato, muitas e de preço, porém outros gêneros de valor pertencentes ao interesse do seu negócio passando a destruir e quebrar as portas das janelas daquele edifício que entre as casas particulares é uma das melhores que tem a Bahia. Dos armazéns que lhe ficam por baixo, arrombaram várias pipas e barris, os quais inundaram as ruas em licores importantes.

103. Dali andado um grande espaço para a parte de S. Francisco, foram à casa de Manuel Gomes Lisboa, que acautelado se tinha posto em salvo. Era suspeito ao povo por ser íntimo amigo de Manuel Dias Filgueira e sócio nos seus negócios, posto que pela modéstia com que vivia em muitos cabedais, lograva melhor opinião; mas não lhe valeu o diferente conceito que dele se tinha para deixar de incorrer no estrago do companheiro, por julgarem próprios os interesses de ambos. Subiram a sua casa igualmente asseada, e lhe lançaram das janelas tudo o que acharam de preço e estimação, experimentando maior perda no ouro em pó que tinha em dois contadores, pois ao golpe com que caíram se espalhou e perdeu pela rua, ficando aquele metal pisado então da plebe vil, que mais o costuma pôr sobre a cabeça.

104. Dilatavam-se ainda em causar-lhe mais ruínas, quando chegou à real presença de Deus no Santíssimo Sacramento da Eucaristia, que em uma âmbula, acompanhado de alguns irmãos e de todos os cônegos e beneficiados da Sé, lhes levar o arcebispo para os aquietar, admoestando-os e persuadindo-os ao sossego e paz. Prostaram-se todas aquelas criaturas ao seu Criador, e embainhando as espadas o adoraram e acompanharam à matriz. Porém recolhido, não aproveitando as paternais exortações do metropolitano a suspender-lhes o furor, tomaram para a praça com as armas outra vez nas mãos em demanda da sua pretensão, clamando que se não tratasse da imposição dos dez por cento, e que tornasse o sal ao preço de quatrocentos e oitenta réis.

105. Havia acudido a palácio e se achava já com Pedro de Vasconcelos D. Lourenço de Almada, e com o seu parecer se concedeu quanto o povo pretendia, e de mais um perdão geral do fato, que solicitava sem exceção de pessoas, entendendo que sem ele não havia obrado nada; mas prometendo-se-lhes tudo, introduziu em palácio um advogado para se fazerem com a sua jurisprudência os termos em forma legal e jurídica, e assinados pelo governador e capitão-geral, se concluiu a matéria pelas seis horas da tarde, em que se dissolveu o tumulto, ouvindo-se até aquele ponto o sino da cidade, tocado incessantemente por um troço de plebe, que ali assistia para este efeito.

106. Foi coisa digna de louvor para os filhos de o Brasil ver-se que entre tão numerosa gente quanta concorreu para esta alteração, se não achasse pessoa alguma natural deste Estado ingênua ou de honesta condição, salvo alguns oficiais mecânicos que das suas tendas foram levados pelos amotinados, porque estes foram todos filhos do reino, unindo a si alguns estrangeiros de várias nações que se achavam na cidade, sequazes e dependentes dos que urdiram o levantamento; e desta verdade foram sabedores todos os ministros reais que então e depois residiram na Bahia, conhecendo que na obediência dos naturais do Brasil havia diferente procedimento daquele a todas as luzes insolente e detestável.

107. Procurou depois aquele ajuntamento doirar o seu erro com uma resolução generosa, mas, ainda que honrada, não pôde deixar de parecer violenta, sendo empreendida ao som do sino da cidade, com o mesmo tumulto e confusão, com as próprias vozes e as espadas nuas, guiado pelo juiz do povo e pelo cabeça da primeira alteração João de Figueiredo Costa, chamado o *Maneta*. Juntou-se a mesma gente que concorreu no passado motim, na tarde do segundo de dezembro do próprio ano, quarenta e quatro dias depois do primeiro movimento. Entraram na praça, e sabendo que o governador Pedro de Vasconcelos se não achava em palácio, o seguiram até a casa em que pousava D. Lourenço de Almada, sita no bairro de S. Bento, fora das portas da cidade, mas próxima a elas.

108. Mandou D. Lourenço fechar-lhes as portas, deixando só um postigo da loja aberto, por onde pudesse entrar a pessoa que o povo mandasse a representar o que pretendia. Clamaram todos pela restauração

do Rio de Janeiro, e que o governador mandasse logo aprestar as naus de comboio e todas as que se achassem no porto capazes da empresa, alistar gente e prevenir todas as coisas pertencentes à expedição, em que supunha consistia a liberdade daquela praça dominada pelos franceses. Com esta proposta enviou o povo a Domingos da Costa Guimarães, homem são e bom procedimento, a quem escolheu para mensageiro desta proposição e para agente da empresa na parte que tocasse ao povo, e com esta representação entrou Domingos da Costa pelo postigo da casa de D. Lourenço de Almada a falar a Pedro de Vasconcelos.

109. Respondeu o governador que não havia gente, navios e artilharia competentes para combater com dezoito naus de guerra triunfantes; que era necessário maior poder para expulsar os inimigos daquela barra e cidade, de que estavam já senhores; que não havia dinheiro para a empresa, e na contingência de se conseguir, se experimentaria o dano certo de não voltar naquele ano a frota com os efeitos da Bahia, cuja condução el-rei muito encomendava, consignado tempo certo e determinado para a sua demora; ordem que se não podia alterar por uma ação tão duvidosa, quanto era infalível o prejuízo que da falta do comboio resultaria às rendas reais e aos moradores da Bahia, assim no empate como na danificação dos seus gêneros.

110. Replicam, que enquanto ao dinheiro se achavam em Santa Teresa e no Colégio de Jesus grossas quantias de pessoas, que de partes distantes as mandaram guardar naquelas sagradas regiões para diversos fins, e que se podiam, logo tomar as que bastassem, contribuindo depois os moradores da cidade e seu recôncavo, conforme os cabedais de cada um, à importância desta despesa, da qual tomavam os homens de negócio sobre si à maior parte. Que para aumentar o número das naus, se mandassem vir de Pernambuco as duas de guerra que lhe tinham ido à frota. Que a artilharia que logo se pudesse juntar bastava e que a gente das naus de um e outro comboio, com a que se fizesse na Bahia, era número capaz de combater com os franceses.

111. Necessariamente assentiu Pedro de Vasconcelos, dando tempo a que desafogasse o povo o vigor com que pretendia uma empresa nos termos presentes impossível; a como a distribuição da despesa que

havia de tocar aos moradores pertencia ao senado da Câmara (se é que ele podia fazer semelhantes imposições sem ordem real), desfeito com a noite o concurso daquele dia, amanheceu no seguinte em o senado, convocando o juiz do povo ao juiz de fora e aos oficiais que se achavam aquele ano na governança, os quais chamaram as causas da Câmara aos senadores e homens bons, com cuja assistência costumam por lei e instituto determinar os negócios extraordinários[12].

112. Juntos, representou o senado ao povo (entre o qual estavam quase todos os homens de negócio da Bahia) as mesmas dificuldades que lhe mostrara o governador, e teve a mesma resposta, clamando que se lançasse o termo de resolução do imposto que se havia de fazer aos moradores, porque a empresa era irrevogável. O senado, por obviar maior violência, fez o termo que pedia o povo, o qual tratou logo no que prometiam os mercadores, que chegou a um cômputo tão grande que podia fazer a maior parte da despesa. Domingos da Costa Guimarães havia de ser o bolsa ou tesoureiro daquele recebimento, que se determinava suprir no enquanto com o dinheiro depositado nos dois conventos, como temos escrito; porém não chegou a ação a termos de se usar dele.

113. Tantas diligências se aplicavam às preparações da armada, quantas mais dificuldades na sua expedição se descobriam, conhecidas por invencíveis dos mais empenhados na empresa, que posto se não desanimavam, iam vendo por experiência o grande concurso de causas que havia para se desvanecer. Nesta contingência chegou notícia do Rio de Janeiro que os franceses, saqueada e vendida a praça, a deixaram; com que tudo se suspendeu, ficando aos autores daquele valoroso impulso a jactância de o pretenderem executar, sem advertirem que os meios não eram tão honestos como o empenho, e que podiam ser motivo de que a ação se visse a diferente luz da com que pudera ser tomada, como aconteceu.

114. A semelhança que houve, não na substância, mas nos acidentes, entre o segundo e o primeiro movimento, veio a equivocar e confundir um com outro de tal forma, que depois se puniram ambos, sem se fazer distinção do vício à virtude, padecendo culpados e inocentes; porque metendo algum tempo em meio, ordenou o governador e capitão-geral Pedro de Vasconcelos ao ouvidor-geral do crime devassasse daquelas tur-

bulências, o que executou com segredo; e ficando culpados muitos, sem embargo da grande prevenção e segurança do governador para prendê-los, se colheram poucos e os mais se ausentaram.

115. Dos presos foi entre outros sentenciados Domingos da Costa Guimarães injustamente; mas recorrendo aos retíssimos tribunais de Lisboa, mostrou neles a sua inocência, e não ser culpável o segundo movimento do povo, mas sim digno de atenção e agradecimento; o que provado naquela corte, o deram por livre, mandando restituir-lhe a sua honra, com empregos que até então não havia alcançado, e maiores que a condição da sua fortuna.

116. Com estas alterações era tanta a arrogância do juiz do povo, andava tão ufano e procedia tão violento, que pretendia arrogar a si as jurisdições de todos os tribunais, impugnando as resoluções que não eram conformes ao seu arbítrio, com o pretexto de serem prejudiciais ao povo que chamava seu, ameaçando novos levantamentos, e mandar tanger o sino da cidade, que pelos referidos excessos era já tão fatal e temido na Bahia, como a campa de Belilha em Espanha. Queria no Senado da Câmara, contra o estilo antigo, assistir a todas as conferências; e sendo tolerado dos vereadores com prudência pelo presente estado de tempo, se estendia a sua audácia a impugnar os votos proferidos em matérias políticas, incompatíveis à sua intendência; e noutras queria que logo ali se revogassem os despachos, sem nenhum termo judicial, com que só os podia embargar pedindo deles vista.

117. Desta ousadia, e da confiança que para cometer insultos tinha o povo naquele seu magistrado cuja sombra e poder entendia que o segurava de todo o castigo, deram os oficiais da Câmara conta a Sua Majestade, pedindo-lhe fosse servido, para quietação da Bahia, mandar extinguir o lugar de juiz do povo, com o exemplo da Câmara do Porto, onde por semelhantes distúrbios fora extinto; e o sereníssimo senhor rei D. João V ouvindo esta justa súplica, mandou extinguir o dito lugar, de que resultou temor nos inquietos, e júbilos nos fiéis e principais moradores da Bahia.

118. Lidava o capitão-geral Pedro de Vasconcelos, incessantemente em pôr a Bahia em cabal defensa para qualquer acidente que

houvesse de acontecer, e se podia recear no tempo presente com o exemplo do Rio de Janeiro, pela inimizade de França; e merecendo as suas disposições serem louvadas, eram mal recebidas, porque ao ócio dos moradores pareciam estranhos os contínuos exercícios militares que fazia à infanteria paga e às ordenanças, instruindo-as na prática moderna das nossas campanhas próximas, pela nova forma de peleja de Europa, prevenindo e municionando as fortalezas, e atendendo a tudo o que podia ser útil ou prejudicial com grande disciplina e experiência. No tempo que lhe sobrava, se aplicava aos negócios políticos, resolvendo as matérias com acertos e sem demoras, e fazendo que as execuções caminhassem tão atrasadas como as ordens; fogo que nascendo de fervoroso zelo, fazia parecer excesso o que era providência.

119. Por este conceito se achava tão descontente na Bahia, que pediu a el-rei como maior encarecimento, e em satisfação dos seus serviços, lhe mandasse sucessor antes de se acabar o termo do seu governo. Esta súplica fazia, vendo por fatalidade malogradas as disposições do seu entendimento, em verdade grande, porém infelizmente ativo, porque se lhe atribuía a viveza do alento à inquietação do ânimo, tendo por demasiadas ou supérfluas as suas resoluções, posto que viam resplandecer nele admirável talento, suma independência e outras notórias virtudes, que podiam avultar muito em mais venturoso tempo. Atendendo Sua Majestade às suas repetidas súplicas, lhe enviou sucessor aos dois anos e oito meses do seu governo.

NOTAS REFERENTES AO LIVRO NONO

1. D. Sebastião Monteiro da Vide, cujas armas arquiepiscopais ornamentam a alta porta do palácio dos arcebispos da Bahia, que edificou, foi um dos maiores prelados desta lusa América. Antigo capitão de cavalos, eclesiástico de muito saber, empossou-se na arquidiocese em 22 de maio de 1702, e a regeu até a morte, em 7 de setembro de 1722. Na velha Sé se via a sua grande lousa brasonada. Escreveu a vida da venerável sóror Vitória da Encarnação, livro editado no mesmo ano do seu falecimento.

2. Realizou-se em 1707 o sínodo – primeiro do país – convocado pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, de que resultou a publicação do código eclesiástico, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, com edições sucessivas, de Lisboa em 1719 e Coimbra em 1720 (resumido em 1847 pelo cônego Joaquim Cajueiro de Campos, reeditado em 1853, em S. Paulo, pelo cônego Ildefonso Xavier Ferreira). As reuniões sinodais foram breves (junho de 1707), mas intensas e sábias (Vd. p. Manuel Barbosa, *A Igreja no Brasil*, pp. 133-6, Rio, 1945). Serve outrossim a lista dos pregadores e teólogos que delas participaram, para que conheçamos as principais figuras do clero colonial, naquele tempo, com muitos nomes que tinham escapado aos historiadores da nossa cultura.

3. A luta dos emboabas e dos paulistas tem sido estudada, mas sem os pormenores e a coordenação documental de outros episódios, aliás menos valiosos, da formação brasileira. A palavra vem segundo uns de *mboab*, ave de pernas cobertas de penas, referência satírica dos "bandeirantes", que andavam descalços, aos portugueses, que calçavam as suas botas (Vd. Aires do Casal, *Corografia Brasílica*, 1,163, 2ª ed., Barbosa de Sá, "Relação das povoações de Cuiabá" etc., *An. da Bibl. Nac.*, XXIII, 5). Iniciou-se o conflito entre os ocupantes, que tinham por si o direito da posse, e os forasteiros escudados noutra sorte de razões: a autoridade de Manuel Nunes Viana, que, como procurador de D. Isabel Maria Guedes de Brito, herdeira das terras do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, estendia a jurisdição desta até o rio das Velhas. Em breve o dessídio separou, por todas aquelas montanhas, "mamelucos" e europeus, recorrendo os dois partidos à guerra viva, em que se empenharam por dois anos (1708 e 1709). (Vd. Diogo de Vasconcelos, *História Antiga de Minas Gerais*, já citada e Soares de Melo, *A Guerra dos Emboabas*, S. Paulo, 1929).

4. Manuel Nunes Viana era um inteligente aventureiro, que obtivera procuração de D. Isabel Maria para administrar – e administrou como régulo ou onipotente senhor – as suas longínquas terras entre o alto São Francisco e o rio das Velhas. Adquiriu com isto grossos cabedais e poderio tal, que lhe chamaram "o ditador das minas". Foi pelos "emboabas" aclamado regente ou governador – em 1709 – e os comandou

durante toda a luta. Submeteu-se, porém, à autoridade régia, retirando-se para as suas fazendas do S. Francisco, quando Antônio de Albuquerque foi criar as primeiras vilas das Minas Gerais, e lá, durante certo tempo, em harmonia com o governador-geral, continuou a exercer a sua chefia sertaneja. O conde de Sabugosa chamou-o à Bahia e o remeteu, a justificar-se, para Lisboa, ocasião em que Nuno Marques Pereira autor do *Peregrino da América*, o tomou como protetor e editor do seu livro místico. Justificou-se, e tão bem que ganhou o rendoso cargo de escrivão do rio das Mortes, além de outras mercês (Vd. nossa *História do Brasil*, III, 33 nota). Faleceu na Bahia em 1735.

5. Bento do Amaral Coutinho, irmão de Francisco Gurgel do Amaral, rico proprietário na ilha Grande, celebrizou-se tristemente com o morticínio dos paulistas no Capão da Traição e acabou no Rio de Janeiro, onde se distinguiu à frente dos estudantes, vencendo a invasão de Duclerc e resistindo à de Duguay-Trouin. A carta régia de 7 de abril de 1712 ordenou "se comunicasse aos herdeiros de Bento do Amaral que ficava na real lembrança o honrado procedimento com que se houve aquele seu parente..," (*Documentos Interessantes*, Liv, 103, e Alberto Lamego, *Mentiras Históricas*, p. 151). Em carta de 11 de dezembro de 1711, Gaspar da Costa Ataíde informara a D. Pedro de Vasconcelos: ".... e vindo a sobredita gente que ia para as fortalezas em retirada, tiveram um choque com o inimigo, em o qual mataram Bento do Amaral, feriram Manuel Dias e outros mais..."

6. Na toponímia mineira é saliente a linguagem cabocla ou tupi dos sertanistas de S. Paulo, ainda bilíngues – escrevendo português e conversando guarani – como os paraguaios de hoje, que têm o seu idioma oficial e a fala caseira, ou seja, o da escola, aprendido nos livros, o do povo, corrente nas ruas... Inicia a série desses nomes indígenas dados pelos "bandeirante" aos lugares das minas gerais, Itacolomi, a montanha sinaleira de Ouro Preto, seu ponto de referência... Congonhas chamavam os paulistas a erva-mate (*ilex paraguayenis*). (Exemplo: "e se levará a congonha de que muita...", resolução do Conselho Ultramarino, 1722, ef, Antônio Vieira dos Santos, *Memória Histórica, etc., da cidade de Paranaguá*, p. 112, Curitiba, 1922), ou simplesmente, para os castelhanos, *yerba*, chamando-se "mate" (como agora

e conhecemos) a cabaça em que era servida com água quente (Félix de Azara, *Descripción y Historia del Paraguay*, p. 49, da edição de Buenos Aires, 1943. Os índios das missões fabricavam com ela um tipo fino, *caamini*, cuja exportação assegurava a riqueza dos "siete pueblos" (Vd. *Anais da Bibl. Nac.,* LII, vol. 1º, 108, documentos sobre o Tratado de 1750). Congonhas do campo, equivalia a dizer congonha silvestre, ou mate com ela parecido.

7. Antônio de Albuquerque, que já se ilustrara no governo do Maranhão, foi nomeado para substituir D. Fernando Martins de Mascarenhas por provisão de 7 de março, tomando posse no Rio de Janeiro a 11 de Junho de 1709. Veio em seguida a carta régia de 9 de novembro de 1709, que criou a capitania de São Paulo e Minas, separando-o da administração do Rio de Janeiro e "somente subordinada ao governador-geral do Estado". São Paulo foi por esse tempo elevada à categoria de cidade (carta regia de 24 de junho de 1711). Albuquerque assumiu ali as suas altas funções em 18 de junho de 1710. Entretanto em seguida as Minas Gerais, pacificou instituindo as três primeiras vilas que foram Ribeirão do Carmo (8 de abril de 1711) Vila Rica de Ouro Preto (8 de julho) e Sabará (17 de julho do mesmo ano).

8. A luta de mascates e olindenses, chamados com aquele epíteto os do Recife, na maioria negociantes, a quem os senhores de engenho e aristocratas de Olinda fingiam devotar um grande desprezo, representa o ato final de um dissídio que se prolongava desde a restauração de Pernambuco: a rivalidade entre as duas povoações, a ressurrecta, mas pobre Olinda, e o seu antigo porto, capital holandesa durante a ocupação, e cuja crescente prosperidade já lhe dava direito à autonomia municipal, senão à preeminência política. Chocam-se evidentemente, atrás desses interesses gerais, outras incompatibilidades, de ordem econômica, social, sentimental, orgulhosos, os nobres da vila antiga, dos feitos dos antepassados e da sua tradição cívica, antevendo uma formação independente, contra a usura e a abastança dos forasteiros ricos, que lhes apreçavam o açúcar e executavam as dívidas... Essa briga de agricultores e mercadores ou comissários de açúcar constitui a mais velha forma de atrito de classes no país. Os mascates levaram a melhor. O Recife manteve-se. Levantando o pelourinho, indicativo

da sua dignidade de município, na noite de 14 para 15 de fevereiro de 1710, seguiu-se o conflito – de que há bibliografia copiosa – apaziguado finalmente com a chegada de um governador enérgico, Félix José Machado. Começou mudando a sede do governo para o Recife, o que lhe estranhou o marquês vice-rei, sem forças, contudo, para impedir que destarte se consumasse a vitória dos homens do comércio (*Doc. Hist.*, XXXIX, 360).

9. O ataque ao Rio de Janeiro por Jean François Duclerc, em 1710, e a represália, no ano seguinte, de Doguay-Trouin, entram no capítulo da guerra da sucessão de Espanha, quando Portugal enfrentou, ao lado da Inglaterra, o poderio franco-espanhol. À documentação conhecida, sobre o insucesso do primeiro, acrescentamos o curioso manuscrito. *As Expedições de Duclerc e de Duguay-Trouin*, publicado pela Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1940, com estudo de Eduardo Brasão. O êxito foi sobretudo creditado à companhia de estudantes, do colégio dos jesuítas, como festejou Tomás Pinto Brandão, *Pinto renascido, empenado e desempenado etc.*, p. 135, Lisboa, 1732. Ainda hoje arde do pórtico do convento de Santo Antônio a lâmpada votiva, que celebra esse triunfo. Prisioneiro com metade da sua gente, que o resto morreu em combate, Duclerc foi assassinado em 18 de março de 1711, atribuindo-se a esse crime o pretexto da ação de Duguay-Trouin sobre o Rio de Janeiro.

10. Gaspar da Costa de Ataíde, chamado o Maquinez, chegara pouco antes ao Rio no comando de uma frota de quatro naus e três fragatas, com cinco batalhões a bordo (No *Peregrino da América*, I, 195, ed. da Acad. Bras., um tripulante dessa armada descreve a tomada da cidade por Duguay-Trouin). Explica-se a surpresa da invasão pela neblina, que, por vezes, encobre inteiramente a barra, e, naquele dia, 12 de setembro de 1711, permitiu que a esquadra francesa entrasse sem ser percebida. O almirante mal teve tempo para mandar queimar as suas naus, uma das quais caiu em poder do inimigo. No processo que se lhe fez, foi considerado culpado, e condenado à prisão, com perda dos bens, pena que não cumpriu muito tempo, pois enlouqueceu no cárcere. A doença já o perseguia quando chegou à Bahia, em 1712, como a do rei escreveu o Governador Pedro de Vasconcelos, *Doc. Hist.*, XXXIX, 332.

11. O contrato do sal fora em 1672 arrematado por Manuel Coelho (3:400$ por ano), em 1690 por Jacques Granate (5:500$), 1696 por Francisco Garcia de Lima e, de 1712 a 1713, por Manuel Dias Figueira (11:200$) (Códice ms. no Arq. Hist. Col., Lisboa). Este odiado negociante se tornara, na Bahia, o símbolo da opressão, do monopólio, do encarecimento da vida. A elevação do preço do sal de 480 para 720 réis o alqueire, serviu de pretexto para a revolta, descrita pelo autor, a referida com outras minúcias por Acióli, *Mem. Hist.* (e notas da Brás do Amaral, II, 315), Alberto Lamego, *Mentiras Históricas*, p. 95, *Doc. Hist.*, LIII, faltando porém as Atas da Câmara da Bahia relativas ao período, pois desaparecem os livros de 1711 a 1716. As casas de Filgueira foram pilhadas e devastadas pelos amotinados, dos quais Domingos da Costa Guimarães, citado entre os agitadores da plebe, era português e familiar do Santo Ofício! (*Proc. de Familiares*, ms. na Torre do Tombo, Lisboa). O castigo, que lhe sobreveio em 1712, consistiu na deportação para Benguela e Angola, pela vida, de Costa Guimarães e Luís Chafet, sendo Domingos Gomes, o terceiro chefe do levante, desterrado por dez anos para Luanda.

12. Os dois motins de 1711, que agitaram a Bahia, destacam a figura política do juiz do povo, inquieta instituição municipal que tanto relevo então adquiriu e, por isso mesmo, foi então abolida. Um juiz do povo como representante dos interesses econômicos, a servi-los na Câmara, com um vivo apoio dos cidadãos, foi uma forma que se achou, em 1641 – *in Atas da Câmara da Bahia*, 11, 15, Bahia 1949). Medrou esse estilo de representação até 1711, quando se tornou inevitável o choque com a intolerância e o régio arbítrio. À frente da sublevação, contra o aumento do imposto do sal, estava naturalmente o juiz do povo, com quem se extinguiu o cargo, por subversivo e ameaçador. Criado num dia de alvessareira autonomia, ao ser levantado em Portugal o rei de inspiração popular, desapareceu no autoritarismo rígido e maciço do século de D. João V.

. . . .

Livro décimo e último

Vem por vice-rei e capitão-geral de mar e terra do Brasil o marquês de Angeja. Seu grande talento e relevantes empregos. Minas de ouro na Jacobina. Abrem-se segunda vez as Casas da Moeda no Rio de Janeiro e na Bahia, para lavrar as de ouro. Recolhimento de mulheres na cidade da Bahia, e seu instituidor. Ações do marquês vice-rei no seu governo. Sucede-lhe nele o conde do Vimieiro com o posto de governador e capitão-geral. Presságios na sua vinda. Padecem por justiça muitos piratas estrangeiros. Adoece o conde governador. Sua morte e elogio. Acha-se no colégio dos padres da Companhia de Jesus uma via de sucessão. Tomam posse do governo o arcebispo, o chanceler e o mestre-de-campo mais antigo. Vai o conde de Açumar a governar as minas. Procura reduzir à obediência e ordens reais os absolutos e poderosos. Amotinam estes os povos. Prisão e castigo dos principais. Sucede aos três governadores e vice-rei e capitão-geral de mar e terra Vasco Fernandes César de Meneses. Suas muitas virtudes e grandes experiências. Chega à Bahia o patriarca de Alexandria. Morte do arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide. Seu elogio. Ações do vice-rei e os sucessos do Brasil durante o seu governo, em que põe fim esta história.

PELAS POPULARES BORRASCAS se achava ausente a serenidade pública da Bahia, e tornou com a vinda do vice-Rei D. Pedro Antônio de Noronha, marquês de Angeja, conselheiro de Estado e vedor da fazenda, cuja grande casa de Vila Verde (de que até então se intitulara conde) é uma das esclarecidas varonias do seu real apelido. Na sua infância se ajustou a paz com Castela, e achando-se em juvenil idade sem ocasiões na pátria em que exercer e cultivar o seu natural valor, foi mandado por vice-rei da Índia, para fazer no formidável teatro da Ásia o ingresso aos triunfos que depois

alcançou em Europa, como Germânico na sua juventude fora enviado a esforçar e endurecer o alento na guerra do Ilírico, que era a mais áspera que tinham os romanos, para discorrer e conseguir vitórias por todas as províncias do império.

2. Chegou a Goa, sendo o vice- rei de menos anos que até o tempo do seu governo se assentara naquele trono. Ordenou as coisas militares e políticas das nossas praças com disposições superiores às suas experiências e só próprias do seu entendimento, que sempre elevado sobre os impossíveis, representados pelas dificuldades, vinha a conseguir as empresas só com as facilitar. Despediu várias armadas, que alcançaram muitas vitórias, e navegando a visitar as fortalezas do Norte, por mares que continuamente frequentam naus inimigas, noticiosa da sua viagem uma poderosa esquadra de navios árabes que os cursava, tremeram todos de sorte ao estrondo da sua fama que lhe fugiram, retirando-se a Bejapor, onde lhe não puderam escapar, fazendo-os o vice-rei dar à costa a abrasar naquele porto.

3. Levou o curso da vitória muito adiante, porque discorrendo por muitos mares e costas, foi abrasando em chamas e reduzindo a cinzas inumeráveis povoações antigas, que o tempo e a fortuna haviam tirado da nossa obediência, as quais pagaram nos estragos a rebelião; e por não achar já inimigos que vencer, tornou triunfante a Goa. Naquela cidade, cabeça do nosso império na Ásia, dispõe as matérias pertencente à administração da justiça e à defesa do estado. Recebeu e despediu embaixadas, e tendo obrado muitos compêndios de acertos em poucos anos de governo, o entregou a Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, almotacé-mor, que o fora suceder com mesmo posto.

4. Voltou para Portugal com escala pela Bahia, a qual o soube festejar como aquele a quem depois havia de obedecer. Chegado a Lisboa, logrou o sossego da paz, que é o fruto do trabalho da guerra, até que a fizemos a Castela pelas justíssimas causas que já temos mostrado. Ocupou relevantes postos com venturosos sucessos, e teve grande parte no triunfo que logramos na coroada vila de Madri, segurando a sua campanha com toda a cavalaria de que era general, para o marquês das Minas aclamar naquela corte ao sereníssimo senhor Carlos III rei de Espanha. Do posto de general da cavalaria passou ao de general do exército, que ocupou com

o mesmo valor sobre todos os impérios da fortuna; e ultimamente foi enviado por vice-rei e capitão-geral de mar e terra do Brasil, sendo o terceiro que com aquele título governou este Estado.

5. Entrou na Bahia em junho do ano de mil e setecentos e quatorze a suceder ao governador e capitão-geral Pedro de Vasconcelos e Sousa. Tomou posse em dia de Santo Antônio, fausto pela celebridade de um santo português, seu patrício, patrono, e do seu nome. Dispôs as coisas pertencentes ao seu governo, e logo se lhe foram convertendo em frutos os abrolhos que tanto molestaram ao seu antecessor. Estabeleceu a imposição dos dez por cento, deu forma à sua arrecadação, criou os oficiais para esta dízima, distribuiu por eles as incumbências, arbitrou-lhe os salários; e o seu regimento até o tempo presente se observa na alfândega desta cidade.

6. Fez continuar as obras das fortalezas e fábricas para a defesa das praça, a cujas despesas aplicara o sereníssimo senhor rei D. João V aqueles direitos; aumentou a de S. Pedro, levantada em um dos arrabaldes; aplicou a de S. Marcelo, edificada no mar, e fez dar nova forma e grandeza à de Nossa Senhora do Monte Carmelo, chamada do Barbalho, que está adiante de fortaleza de Santo Antônio além do Carmo; e finalmente aplicou com fervoroso zelo um incessante cuidado a tudo quando anteviu do serviço d'el-rei e do aumento do Estado, premiando beneméritos e fazendo castigar culpados.

7. Neste tempo as minas da Jacobina (dilatada porção de terra da província da Bahia, pelo seu interior continente cento e vinte léguas da cidade, e pelo grande rodeio do caminho quase na mesma altura) brotaram os mais portentosos grãos que até o presente se têm visto nas outras do Brasil. Quatro se trouxeram à Casa da Moeda de notáveis formas e tanto peso, que um importou mais de setecentos mil réis, os outros pouco menos, e depois um de valor de três mil cruzados. Haviam alguns anos antes dado mostras do finíssimo oiro que guardavam as veias dos seus montes, para o tributarem no governo do marquês vice-rei[1*].

8. Por notícia que destas minas tivera o governador-geral D. João de Lencastro, mandou ao descobrimento delas, no ano de mil setecentos

---

* As notas deste Livro décimo e último acham-se da p. 452 à p. 458.

e um, o coronel Antônio Álvares da Silva[2] e um religioso do Carmo, que por natural de S. Paulo tinha suficiente experiência daquele emprego, assistidos de dois sargentos e dez soldados com ferramentas e instrumentos necessários para esta diligência, da qual não resultou o efeito que se esperava, pelas poucas oitavas de oiro que se tiraram; e pouco antes da vinda do marquês concorrendo das várias partes muita gente, aplicando maiores forças, se foram e vão lavrando, posto que com maior trabalho que as do Sul, porque o oiro da Jacobina quando mais fino toca os quilates, tanto mais profundo tem o nascimento.

9. Com a vinda do marquês mandou el-rei abrir de novo a Casa da Moeda na Bahia, só para as de oiro, como alguns anos antes havia mandado laborar segunda vez a do Rio de Janeiro, porque a liberal produção deste metal puro e de muitos quilates nas abundantes e ricas minas do Sul, enchendo estas províncias, fazia preciso este expediente, como o qual se facilita em Portugal e no Brasil a compra de uns gêneros e a remessa de outros, pela grandíssima cópia de moedas que se remetem ao reino e correm por todo o Estado. Enviou por provedor dela a Eugênio Freire de Andrada, que tem mostrado zelo no serviço de Sua Majestade.

10. Ajudado pelo marquês vice-rei, o produtor da Moeda fez que em pouco tempo a Casa principiasse a sua operação, a qual continua com grande utilidade das partes e da fazenda real, porque não demitiu Sua Majestade agora rendas tão importantes à sua coroa, quais são as senhoreagens das moedas das duas Casas (que hão de ter muita existência ou ser perpétuas), posto que as demitisse nas primeiras que concedeu ao Brasil por tempo limitado, enquanto se lavrasse a prata e ouro que no Estado houvesse para se reduzir a dinheiro. Começou a Casa da Moeda da Bahia a laborar segunda vez em quatorze de novembro do ano de mil e setecentos e quatorze, havendo chegado os oficiais e a fábrica aos onze de junho do mesmo ano.

11. O ouro se põe na lei de vinte e dois quilates, que têm todas as moedas do reino. Paga-se às partes pelo que toca, por ser mais puro e subido, e ter vinte e três, e algum vinte e quatro quilates, superior ao de que se lavraram as moedas provinciais, mais baixo por ser da Costa de África e do que se colhia em S. Paulo de lavagens, antes que abertas as minas, o dessem mais acendrado e fino, havendo também Sua Majestade atenção

na maioria do preço que agora permite, à vantagem das arrobas que os mineiros acrescentaram ao tributo que da lavra deste metal lhe pagavam, em que aqueles súditos não contribuíam com a importância dos quintos que devem de direito à real fazenda, interessando eles a maior parte do que pertence ao nosso monarca nos tesouros que a natureza pôs nesta região, descoberta pelos seus vassalos e dominada do seu augusto cetro.

12. Fazem-se três gêneros de moedas, na forma, nas letras e no escudo como as províncias, com a novidade de rematarem as pontas da cruz, que tem de uma parte, com lisonjas como a de Ordem e Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo; porém diferentes no valor intrínseco e extrínseco, porque (postas todas na lei de vinte e dois quilates) tem a maior de peso três oitavas, com quatro mil e oitocentos; a meia moeda oitava e meia, que importa dois mil e duzentos e cinquenta, e vale dois mil e quatrocentos; o quarto pesa cinquenta e quatro grãos, que valem mil e cento e vinte e cinco, e corre por mil e duzentos, ficando de senhoreagem na primeira trezentos réis, na segunda cento e cinquenta, e na terceira setenta e cinco.

13. No Rio de Janeiro são dos mesmos três gêneros as moedas, e têm os próprios vinte e dois quilates da lei, o mesmo peso, valor intrínseco e extrínseco, forma e valor das da Bahia, havendo entre elas só a diferença de terem em cada flanco da cruz as da Bahia um B, e as do Rio um R. Das senhoreagens se fazem em uma e outra Casa as despesas das fábricas, se pagam os ordenados e salários aos oficiais, e o remanescente que se remete ao Conselho Ultramarino, importa (conforme o ouro que nas duas Casas da Moeda entra um ano por outro) grossa soma de dinheiro, e se tem já lavrado nelas um considerável número de milhões. Enquanto aos estatutos, se governam ambas pelo regimento e norma que lhes dera o chanceler-superintendente João da Rocha Pita.

14. Também se acabou no governo do marquês vice-rei (pelo vigor com que animava a todas as operações do Estado, sendo alma das empresas grandes) a obra do recolhimento das mulheres honestas, edifício insigne pelo instituto e pela grandeza, isento da jurisdição do ordinário, sujeito e contíguo à Casa da Santa Misericórdia, cujo templo lhe serve de igreja. É de três sobrados, e em todos tem muitas estâncias, celas, dormitórios, e janelas com dilatadas vistas para a terra e sobre o mar, com um mi-

rante que o descobre muito além da barra. Por baixo lhe ficam as oficinas grandiosas, e tantas que podem servir a uma numerosa comunidade; formando toda esta fábrica uma perspectiva soberba e um corpo majestoso, igual ao do maior mosteiro.

15. Quando a majestade do sereníssimo senhor rei D. Pedro II de saudosa memória concedeu faculdade para se fundar este recolhimento, ordenou que se fizesse maior e capaz de recolher mais mulheres que as que podia alimentar a renda consignada para a sua sustentação; porque as outras seriam porcionistas, casadas ou solteiras, que quisessem pagar o cômputo anual que se lhes arbitrasse, o qual se pôs em oitenta mil réis cada ano; e concluída a obra no de mil e setecentos e dezesseis, se receberam logo doze mulheres, sendo uma regente e outra porteira. Em se acabando de pagar a despesa do edifício com a metade dos juros de oitenta mil cruzados que tem de patrimônio o recolhimento (de cujo rendimento se foi em muito tempo fabricando), há de recolher e sustentar outras tantas mulheres além das porcionistas.

16. Enquanto ao número e qualidade das recolhidas, ficou o arbítrio à Mesa da Santa Casa, que conformando-se com o compromisso, assentou que se recebessem donzelas e cristãs velhas, preferindo as filhas dos irmãos, e que estariam no recolhimento para dele casarem dentro de quatro anos. Não trazem hábito nem traje certo; andam honestamente vestidas. Para o governo da Casa se mandou buscar a Lisboa cópia autêntica do regimento das recolhidas daquela corte, o qual se guarda inviolavelmente. Têm já entrado e saído para casar muitas, e se recebem na mesma igreja da Santa Misericórdia, com aprovação e licença do provedor e irmãos da Mesa, e quase todas com os dotes da Casa.

17. Foi o seu instituidor João de Matos de Aguiar, chamado vulgarmente João de Matinhos, que de humilde e pobre fortuna chegou a ter cabedal opulento, adquirido pela sua indústria, e conservado com a sua parcimônia, nimiamente rigorosa no sustento e trato da sua pessoa. Tudo que possuía (exceto duas moradas de casas, e poucos mais currais de gado), tinha a razão de juro, sendo já tantos os caídos, que nem ele próprio sabia o cômputo do seu cabedal; mas tratando da cobrança dele a irmandade da Santa

Misericórdia, foi recolhendo o segurando mais de um milhão. Consignou o instituidor oitenta mil cruzados de patrimônio para este recolhimento.

18. Ordenou que do rendimento de certa porção do seu cabedal se dotassem anualmente donzelas, a cem mil réis cada uma, e são já trinta e oito cada ano os que se têm estabelecido daquela consignação. Mandou dar quatrocentos mil réis cada ano a outros tantos doentes que saíssem do hospital, a dez tostões cada um; e que as mais rendas do remanescente dos seus bens se pusessem em missas cotidianas e perpétuas pela sua alma, e se lhe estabeleceram onze mil em cada ano, de esmola de duzentos réis. À Santa Casa não deixou legado algum; porém como os referidos são tanto do Instituto da Misericórdia, em os executar têm o seu zelo e diligência muito que merecer, e a sua caridade não pouco em que se empregar.

19. Empenhava-se tanto o marquês vice-rei nas disposições do governo e no aumento do Estado, e com tal compreensão em todas as matérias, que até os sucessos mais remotos lhe não pareciam estranhos, dando-lhes expediente tão pronto, como se a todos estivera presente; e proporcionando os remédios conforme a necessidade dos males, acudindo com incessante cuidado ao serviço do monarca, ao bem dos vassalos e aumento da monarquia; consonância de que resultava tão admirável harmonia entre a sujeição e o domínio, que se não distinguiam dos preceitos as obediências.

20. Não lhe embaraçavam os negócios militares e políticos a propensão religiosa e pia, tributando repetidos cultos a todos os templos da Bahia; com o seu voto se compunha o asseio e se continuavam as obras deles. Não só se fizeram muitas por ordem sua, para complemento e perfeição daquela suntuosa matriz, e da casa do cabido, onde lhe puseram os capitulares um retrato em agradecimento deste benefício, e do empenho com que informara a seu favor no justo requerimento da maioria das suas côngruas, que à instância do marquês vice-rei e do arcebispo metropolitano lhes concedeu a real generosidade do nosso augusto monarca, mandando acrescentá-las também aos beneficiados.

21. Achou o marquês vice-rei principiada na Ribeira a nau de invocação *Padre Eterno*, e a fez acabar e lançar ao mar; e logo outra no estaleiro, chamada *Nossa Senhora da Palma e S. Pedro*, que com a mesma

brevidade e perfeição se acabou; depois mandou principiar outra a que deu por nome *Madre de Deus e S. Francisco*: a todas concorreu com inteligência, cuidado e assistência pessoal, indo repetidas vezes a elas, dando documentos aos mestres e aplicando aos oficiais.

22. Saiu a ver as forças e estâncias do recôncavo, levando consigo engenheiros e mestres para as fortificar, e dispondo tudo o preciso para a firmeza daqueles postos. Em todos os lugares foi recebido e tratado com aparato magnífico e com as maiores expressões de verdadeiro afeto, devendo nestes aplausos o marquês vice-rei o amor à sua fortuna, o mais à sua grandeza. Depois de quatro anos e dois meses de excelentíssimo governo, o entregou ao seu sucessor, deixando eternas memórias e saudades no Brasil.

23. Ao marquês vice-rei sucedeu com o posto de governador e capitão-geral D. Sancho de Faro, conde do Vimieiro, no ano de mil e setecentos e dezoito. Na sua vinda se observaram por anúncios alguns acontecimentos, que não tendo mistérios, pareceram prodígios, porque forma a contingência sucessos, que sendo meramente acaso, o tempo e a ocasião os fazem parecer presságios. É dogma católico e político não temer agouros nem os desprezar, posto que os heróis fazem tão pouco caso deles, que as aparências infaustas interpretam a venturosos fins.

24. Caindo Cipião em terra ao desembarcar em Cartago, disse que África já lhe não podia escapar, pois a tinha entre os seus braços. Vendo o grã-capitão Gonçalo Fernandes de Córdova arder a bagagem do seu exército de um incêndio casual, ao dar a batalha da Cherinola, clamou que eram antecipadas luminárias da vitória que havia de alcançar; e outro general, ocupado de visível tremor fatídico ao entrar em um combate, rompeu dizendo que tremiam as carnes do aperto em que as havia de pôr o coração; atribuindo estes capitães a felizes auspícios da sua glória aqueles mesmos sinais de que se podiam inferir casos adversos.

25. Chegada uma esquadra de navios de Lisboa, com a notícia de que ficava para partir o conde ao governo da Bahia, se divulgou nela ter falecido na viagem, com tanta asseveração e tais circunstâncias, que se contava o dia e mês do seu trânsito, sem se saber de que oráculo falso esta voz saíra, por mais diligências que o marquês vice-rei, para castigar ao autor dela, fizera. No mar, seguindo a capitânia do conde um poderoso baixel,

que devia ser corsário, lhe botou bandeira de morte com uma caveira, e quando a nossa gente o esperava para o combater, se retirou, como se não viera a outro efeito mais que a mostrar-lhe aquele sinal. Outro lhe passou muitos dias depois pela proa com tal silêncio e tão fúnebre, que se lhe não viu gente, nem outra vela solta mais que a mezena, sem fazer demonstração alguma, festiva ou contrária à nossa nau.

26. Entregue do governo, poucos dias depois do em que tomara posse, se ateou por um desastre o fogo em umas grandes moradas de casas na rua direita, que sai da praça para a Misericórdia, e crescendo o incêndio, durou desde as dez horas da noite até as oito da manhã, com tal consternação da cidade e dos vizinhos daquela rua, que todos se puseram em cobro, e as recolhidas, cujo domicílio ficava mais fronteiro às chamas, saíram confusa e apressadamente para as casas do Consistório da Santa Misericórdia, enquanto durou o estrago das abrasadas casas.

27. Porém o conde do Vimieiro, nas disposições do governo e no exercício das virtudes com repetidos acertos, desvanecia o temor que semelhantes sinais costumam infundir nos ânimos culpavelmente imprudentes ou supersticiosos. Era religioso e soldado; procedia em tudo mui ajustado a estas duas propensões, sendo o empenho com que se aplicava a tanto emprego, maior que as suas forças, pela pouca saúde que possuía, disfarçando-a o agrado que a todos mostrava. Porém não deixou de ser funesto o seu governo, pelo espetáculo horrível da justiça que se fez na Bahia aos estrangeiros piratas, porque, ainda que a lei seja santa, no castigo dos ladrões acontece quase sempre que as próprias execuções de que se colhem exemplos, trazem lástimas, e o serem louváveis as não livra de tristes.

28. Vieram remetidos do Rio de Janeiro com a devassa dos insultos e roubos que tinham feito, desde a parte do norte à do sul, por muitas costas daquela província; e naufragando o seu navio nas praias de Macaé, entre alguns que saíram mortos, foram os outros presos pelos paisanos. Eram estes quarenta e oito, de nações diversas e vários cismas; algum tempo depois da sua chegada à Bahia, estando em prisão na fortaleza de Santo Antônio, além do Carmo, fugiram treze no silêncio da noite, botando-se por uma corda desde um lanço da muralha, e nunca se puderam achar, sem embargo das muitas diligências que pela cidade e pelo recôncavo se fizeram

para os prender. Presumiu-se, por se achar falta no porto uma lancha, que descendo à praia a tomaram e escaparam por mar.

29. Os trinta e cinco que ficaram foram passados para a enxovia e a Relação lhes mandou fazer os autos sumários e os condenou à morte de forca, à qual padeceram em um dia vinte e dois, e cinco em outro; livrando dela três por não terem prova legal e cinco por menores, sendo estes oito sentenciados por toda a vida para as galés de Lisboa, e remetidos àquela corte com os traslados das culpas, sentenças e devassa.

30. Efeito foi da altíssima providência e da secreta predestinação, o meio decretado àquelas almas para o fim da sua salvação, saindo da cegueira da heresia à luz da verdadeira fé; porque lida a sentença de morte aos condenados, concorrendo os padres da Companhia de Jesus, outros de várias ordens e alguns clérigos do hábito de S. Pedro, e entre eles a primeira dignidade da Sé, o reverendo deão Sebastião do Vale Pontes, a catequizá-los e reduzi-los à nossa religião católica romana, a receberam aqueles hereges com tanta uniformidade e tal contentamento, que detestando os seus cismas e abjurando os seus erros, protestavam ser a sua redução independente de toda a esperança da vida temporal, porque só buscava a eterna pelo benefício da nossa religião, desejando já morrerem nela para alcançarem o perdão das suas culpas.

31. Com esta alegria e constância, assistidos sempre de todos os padres que tomaram a empresa da sua redução, e deles incessantemente instruídos e alumiados na doutrina católica, os mistérios da nossa santíssima fé e nos sacramentos da nossa Igreja romana, tomando com grande contrição o da santa penitência, e recebendo com toda a reverência o sacrossanto da Eucaristia, foram ao patíbulo, e contentes receberam a morte, fazendo venturoso o suplício, e dando firmes esperanças da sua salvação aos circunstantes, que louvavam incessantemente naquele tremendo ato os incompreensíveis juízos de Deus e a sua infinita misericórdia.

32. Continuava o seu governo o conde do Vimieiro, quando adoeceu de uma leve queixa, tanto mais ativa quanto simulada; condição dos males, que quando se reconcentram, não parecem o que são e não fazem os ameaços senão mui próximos aos estragos. Em mui poucos dias se declarou mortal o achaque, e conhecendo o conde vizinha a morte, se

dispôs para ela com todos os atos de católico que exercera na vida, empregada em muitas virtudes. Faleceu aos treze de outubro do ano de mil e setecentos e dezenove, havendo governado o Brasil um ano, um mês e vinte e três dias. Fez seu testamento, e se mandou enterrar na igreja dos religiosos capuchos de Nossa Senhora da Piedade, em cujo cruzeiro jaz sepultado, D. João Mascarenhas, de presente morador na Bahia, com ânimo próprio de seu esclarecido sangue, lhe mandou por uma bem lavrada campa.

33. Foi o conde do Vimieiro de origem real, descendente por varonia da augustíssima casa de Bragança. Serviu nas guerras do reino com valor próprio do seu alto nascimento, e teve postos competentes aos seus grandes serviços. Foi vedor da casa da sereníssima senhora rainha D. Maria Ana de Áustria, e conde por mercê do sereníssimo senhor rei D. João V. Exerceu os governos da Praça de Mazagão, e das Armas do Minho; e ultimamente veio por governador e capitão-geral do Estado do Brasil, onde as suas disposições tiveram mais de zelo que de fortuna, e mostraram mais cuidado que liberdade; porque a qualidade do clima ou do governo o faziam proceder nas matérias com tanta indiferença, que a sua atenção e prudência eram julgadas por falta de resolução ou de experiência, reconhecendo-se na sua pessoa um ânimo pio e muitas virtudes que o faziam digno de veneração.

34. Achava-se uma antiga via de sucessão no colégio dos padres da Companhia de Jesus, em alvará do sereníssimo senhor rei D. Pedro II, de saudosa memória; e assim que o conde-governador expirou, foi o secretário do Estado, Gonçalo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque[5] a abri-la, concorrendo naquele ato muitas pessoas dignas de assistir a ele, em presença dos prelados daquela sagrada religião, que a tinham em depósito. Aberta, se acharam nomeados para suceder no governo em semelhança, caso o arcebispo do Brasil, o chanceler da Relação e o mestre-de-campo mais antigo da praça.

35. Era arcebispo metropolitano D. Sebastião Monteiro da Vide, mestre-de-campo mais antigo, João de Araújo de Azevedo, e servia de chanceler, à ausência de Luís de Melo da Silva, o ouvidor-geral do crime, Caetano de Brito de Figueiredo, havendo-lhe já precedido por suas antiguidades três ministros nesta substituição. João de Araújo de Azevedo,

independente de todas as ocupações de que podem resultar interesses, se escusava de aceitar a do governo, propondo-se devia averiguar a antiguidade entre ele e o mestre-de-campo João dos Santos Ala, que a não pretendia, ainda que tivera em Portugal posto superior ao de capitão de cavalos, que João de Araújo exercia quando fora promovido no de mestre-de-campo; porém, cedendo a sua repugnância à razão pela prioridade da sua patente, houve da aceitar.

36. Tomaram os três governadores posse do governo em palácio, com assistência do Senado da Câmara, a dos ministros, da nobreza e dos cabos maiores da milícia, no dia seguinte ao do falecimento do conde do Vimieiro. Neste ato, lido o alvará d'el-rei, perguntou em voz alta, o arcebispo, se havia pessoa que tivesse dúvida àquela eleição? Cerimônia mais civil e judicial que política, em ação tão séria entre vassalos que tanto sabem venerar as resoluções dos seus monarcas, e não têm mais vontade que a observância das suas ordens reais.

37. Foram os três companheiros conformando as disposições para os acertos que se esperavam dos seus talentos, e consistiam na sua união; e com esta conformidade, governaram louvavelmente um ano, um mês e nove dias. No princípio do seu governo, passou da Bahia às minas, por ordem real, o provedor da Casa da Moeda, Eugênio Freire de Andrada, a fundar as dos quintos naquelas vilas[6].

38. Tinha as rédeas do governo-geral das minas, desde o ano de mil e setecentos e dezessete, D. Pedro de Almeida, conde de Açumar, de ilustríssima casa e família, fecunda em heróis famosos, que alcançaram esclarecida fama pelo amor da pátria e pela fidelidade aos monarcas portugueses; virtudes que exerceram, não só na Lusitânia, porém em todas as mais dilatadas porções da monarquia. Com o exemplo dos seus ascendentes, e com o entendimento próprio e outras admiráveis prerrogativas de que liberalmente o dotara a natureza, foi o conde moderando os humores, que mal complecionados nos corpos daqueles povos, traziam descompostos todos os seus membros.

39. Era a sua maior enfermidade o pretenderem uma vida tão livre, ou uma sujeição tão coartada, que quase os eximia da precisa lei de súditos, encaminhando o seu procedimento ao prejuízo dos direitos d'el-

rei no ouro que tiravam das minas, e à desobediência das suas reais ordens, em que faltavam à natural obrigação de vassalos.

40. Levara o conde governador ordem para se erigirem, nas partes mais convenientes daquelas vilas, casas de fundição, em que se pagassem os quintos que de direito deviam do ouro que tiravam. Juntou o governador, na sua presença, os principais mineiros e pessoas dos povos, propondo-lhes a resolução real, a receberam por termos que assinarem; mas arrependidos, trataram de os revogar com um motim, que se principiou em Vila Rica, juntando-se mais de dois mil homens armados.

41. Deram na meia-noite do dia vinte e oito de junho, do ano de mil e setecentos e vinte, na casa do ouvidor-geral daquela comarca, Marinho Vieira, e não estando nela, lhe destruíram tudo que lhe acharam, em ódio das citações que como ministro mandava fazer a pessoas poderosas, as quais tomam, em caso de honra, usar-se com eles termos judiciais: e logo clamaram os cabeças que se não procedesse em edificar casas de fundição; e mandaram esta proposta ao governador, pedindo-lhe com o despacho dela o perdão do fato.

42. Não deferiu em quatro dias, o conde governador, à proposição dos moradores de Vila Rica, por indagar o ânimo das outras vilas; mas achando que estavam todas conformes na mesma resolução e vendo que necessariamente as casas se haviam de dilatar, porque Eugênio Freire se não agradava das que achara principiadas, mandou publicar um edital, em que declarava que as casas da fundição não haveriam efeito senão daquele dia a um ano, o de mil e setecentos e vinte e um, por ser preciso que el-rei resolvesse alguns embaraços que se ofereciam na matéria. Entendeu-se que com esta resposta que o conde lhes enviou, cessaria aquele ajuntamento; porém, com ela se irritaram mais os seus cabeças, persuadindo ao povo que caminhasse para a vila de Nossa Senhora do Carmo, onde estava o conde, e ali chegou aquela turba insolente e armada.

43. Achava-se o conde com as companhias de dragões, tão sossegado, como se lhe não passara pela imaginação temor algum, sendo muito para recear o arrojamento de uma multidão cega e costumada a perpetrar insultos; e porque lhe não contaminassem aos moradores da vila do Carmo e das outras que estavam pendentes do sucesso, atendendo a que entre os leais e rebeldes se

poderia excitar uma guerra civil prejudicial a todos, concedeu o perdão e o mais que pretendiam na proposta, apelando para o benefício do tempo, até que ele oferecesse ocasião de estabelecer o que de presente não podia conseguir.

44. Aqueles ânimos orgulhosos, feros e inimigos do sossego, se demoraram ali dezesseis dias, com o pretexto de novas dúvidas que se lhes ofereciam, sendo o fim rebelar aos moradores da vila do Carmo com muitos projetos que lhes faziam; e não o podendo conseguir, obraram tais desordens, que se viu em termos àquele país, de uma grande ruína, havendo-se o conde com prudência superior aos seus poucos anos, e com dissimulação tão útil ao serviço real, como conveniente à resolução que intentava tomar contra os culpados.

45. Eram os principais autores daquela rebelião, Pascoal da Silva Guimarães, Manuel Mosqueira da Rosa, seu filho Fr. Vicente Boto, Fr. Antônio de Monte Alverne, João Ferreira Diniz e outros. O conde os deixou tornar para Vila Rica, aonde mandou marchar com cautela uma companhia de dragões a prendê-los, com tão feliz sucesso, que foram colhidos todos em uma noite e levados à vila do Carmo. Na seguinte noite, os parciais dos presos com os seus escravos armados, fizeram outro motim em Vila Rica, pretendendo unir todos os seus moradores; mas não podendo consegui-lo, por haverem desamparado as casas, temendo aquele povo concorrer a novos insultos, lhas arruinaram e roubaram os rebeldes, ameaçando-os, que se no dia seguinte não estivessem juntos para ir tirar os presos à vila do Carmo, matariam a todos e poriam fogo à vila.

46. Tinha já convocado o conde governador muita gente fiel e armada, que remeteu àquela vila por freio a estas novas desordens e logo para exemplo e horror, foram abrasadas as casas de Pascoal da Silva e dos seus sequazes; porém, estavam estes tão tenazes, que saindo ao campo da Cachoeira, fizeram gente para o tirarem da prisão no caminho, sabendo que ia com outros cúmplices, remetido ao Rio de Janeiro. Desta resolução e recluta, era capitão um Filipe dos Santos, que nestas alterações havia obrado os maiores escândalos; mas sendo preso, lhe mandou o conde fazer sumário, e confessando todos os seus delitos, foi mandado arrastar e esquartejar[7]. Esta execução foi a remora que parou o curso aos rebeldes, ficando atemorizados e menos orgulhosos, prosseguindo com termos dife-

rentes na súplica, a qual remeteram ao reino, acrescentando mais arrobas de ouro aos tributos que pagavam ao nosso monarca, de cuja resolução ficaram pendentes todas as coisas pertencentes à contribuição daqueles povos e às casas dos quintos.

47. Quando o conde dispôs as referidas prisões, mandou prender primeiro a Sebastião da Veiga Cabral, por indícios que houve de ter secreta correspondência com os rebeldes; e posto que o conde governador não procederia nesta resolução sem aquele exame, inteireza e independência com que se havia em todas as suas resoluções, não é de presumir que um vassalo como Sebastião da Veiga, de tão bom nascimento, com tantos empregos, e tão claro entendimento, concorresse para ações contrárias a quantas ele havia obrado no serviço d'el-rei, na defesa e amor da pátria, tendo ocupado pelo seu valor e pela sua fidelidade postos grandes; salvo se para esta calúnia concorreu a desgraça que o acompanhou em muitas das suas empresas, ainda que sempre com crédito do seu talento; porém, como a sua causa pende em juízo, a sentença que tiver, poderá determinar o duvidoso conceito em que por este motivo está o seu procedimento.

48. Do Rio de Janeiro, aonde se remeteram todos os presos, foi Sebastião da Veiga Cabral enviado para a Bahia e esteve recluso na fortaleza de Santo Antônio além do Carmo até embarcar para Lisboa. O conde de Açumar foi continuando o governo das minas com menores obstáculos, mas com próprias fadigas, por serem aqueles povos compostos de tanta variedade de gênios, quantas são as províncias e conquistas de Portugal e da nossa América, donde concorrem para aquelas partes e dão muito que merecer ao governador que os chega a sossegar, como o conde, pois da quietação daqueles moradores fez todos os interesses que pudera adquirir para a sua casa, a não ser o maior brasão dela as ações heroicas, e o real serviço dos nossos augustos monarcas.

49. Aos três governadores sucedeu em vinte e três de novembro de mil e seiscentos e vinte, por vice-rei e capitão-geral de mar e terra do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses filho de Luís César de Meneses e sobrinho de D. João de Lencastro, ambos governadores e capitães-gerais deste Estado, o qual deveu às suas acertadas disposições grandes aumentos e felicidades. A não trazer o vice-rei no seu próprio talento relevante e nas

suas graves experiências abonados os acertos admiráveis do seu feliz governo, se lhe atribuiriam comunicados nas veias pelo sangue que tem dos dois referidos generais, dignos exemplares de ações heroicas. Porém, estas não só trazem como por vínculo ou exemplo, mas são nele a natureza, e todas precisas para desempenhar as obrigações do seu elevado nascimento.

50. Havia obrado feitos generosos nas guerras próximas do reino, concorrido nas empresas mais árduas e nos mais arriscados conflitos, caprichando fazer dos postos mais inferiores escalões para os maiores, e querendo ser em todos apadrinhado só do seu notório merecimento, sem dependência da sua grande qualidade. Com este militar rigor ocupou cargos relevantes; e sendo necessário dar ao Estado da Índia um capitão em quem concorressem as muitas prerrogativas que se acham juntas na sua pessoa, foi enviado por vice-rei e capitão-geral de mar e terra daquele grandíssimo e belicoso império, que havendo já visto nas valorosas ações dos heróis portugueses ressuscitados os Cipiões e Pompeus romanos, nele chegou a venerar ao primeiro César.

51. Chegou a Goa, e tal vigor infundiu o seu alento nos soldados do Estado da Índia, que se começaram a seguir gloriosos sucessos. Despediu muitas cáfilas e armadas; e foi coisa digna de admiração, que não achando em Goa navios para tantas expedições, a sua fortuna e disposição os atraísse de vários portos do Estado com pessoas de valor e distinção, que voluntariamente iam a servir a suas empresas, convocadas da sua fama, que sempre voava diante da sua pessoa.

52. Achou em dissensões aos religiosos de S. Francisco com o seu comissário-geral, e deu o meio mais oportuno ao sossego daquelas controvérsias. Compôs as da Junta do Comércio com os mercadores de Diu sobre o pagamento em marfim, que se costuma pagar em Moçambique pelas roupas e drogas que toma naquela praça aos que a ela as conduzem. Fez sossegar as inquietações de Diu, causadas pelo ouvidor-geral daquela praça, a cuja instância tinha obrado o governador dela contra o colégio dos padres da Companhia, aonde se recolheram os gentios, escândalos que passavam a sacrilégios. Evitou o notório dano que às almas e às fazendas causavam as bailadeiras em Goa e por um público bando as mandou sair daquela cidade e das ilhas próximas, com pena de morte às que não obedecessem, ou depois

de terem saído voltassem. Achando a Índia exausta de moeda de prata e ouro nacional, mandou cunhar a que havia e lavrar de novo outra, acrescentando-lhes o valor extrínseco, porque os mercadores as não pudessem extrair para os reinos vizinhos onde, por interesses particulares iam todos os anos muitos milhões, em prejuízo público e atenuação do Estado; resolução que algumas vezes em semelhantes faltas se praticara em Goa.

53. Estava o rei do Canará desde o ano antecedente alterado contra nós, pela presa que fizemos em um navio seu por conduzir cavalos; e em despique da sua injusta queixa ordenou por público bando, com pena de morte, que em nenhum dos seus portos se vendesse aos portugueses arroz, ao qual muito tempo antes havia levantado o preço; e não aproveitando a diligência que o vice-rei fez com aquele bárbaro, por carta, para que não inovasse nada sobre a condução deste mantimento, determinou obrigá-lo com as armas, e expedindo uma valorosa armada, lhas introduziu por todo o seu domínio, com tal valor e fortuna, que pelo trânsito de trinta léguas de costa daquele reino lhe fez abrasar setenta embarcações, muitas fortalezas, pagodes, edifícios, incendiando inumeráveis herdades e aldeias dos seus súditos, a cujo estrago e aos clamores dos seus povos pediu pazes ao vice-rei.

54. Concedeu-lhes com grandes vantagens nossas, obrigando-se de novo o rei do Canará a pagar as páreas como feudatário do Estado, em cuja obediência já o seu domínio vacilava; e começamos a colher o fruto daquela sujeição que ia parecendo estéril. Com este exemplo, temendo semelhantes hostilidades, e o grande valor, disposição e fortuna do vice-rei, os príncipes vizinhos e feudatários solicitavam a nossa amizade, ratificando as suas pazes, e contribuindo pontualmente com os seus antigos tributos e comércios. Não foram os anos do seu vice-reinado os que o nosso império da Ásia desejava, para lograr mais tempo continuadas as felicidades, porque sendo contrário aquele clima ao achaque antigo que padecia agravando-se-lhe, pediu a el-rei lhe mandasse sucessor.

55. Sua Majestade atendendo igualmente a importância da vida de tão grande vassalo, e à necessidade que do seu talento tinha a Índia, lhe ordenou que no caso que não pudesse residir mais tempo nela, e fosse preciso à sua saúde voltar para o reino, entregasse o governo ao arcebispo primaz. Assim fez o vice-rei, depois de o exercer mais de quatro anos com

geral aplauso, grande crédito das nossas armas, deixando o nome português novamente impresso nas atenções e respeitos de todos os reis da Ásia, e alcançando dos inimigos em repetidas ocasiões grandes vitórias.

56. Voltou para Portugal, e obrando no pátrio clima alguma saúde, para empregar na defesa do reino, o achou sem guerras pelas pazes que no ano de mil e setecentos e quinze se ajustaram com a coroa de Castela, em grande crédito das nossas armadas e glória do nosso monarca, o qual vendo já o vice-rei em estado de exercer tão admirável talento em novos empregos do seu real serviço, o enviou a governar o Brasil com o mesmo cargo; e foi o quarto dos que com ele lograram este título. Chegado à Bahia, se viu de todo livre do seu antigo achaque, atribuindo à benignidade dos nossos ares a extinção da sua queixa.

57. Soube o vice-rei pagar ao Brasil com muitas vantagens o benefício que recebera na sua saúde particular, com a pública que comunicou a todo o Estado, pelo vigilante desvelo com que se emprega no seu aumento, pois aos males de que enferma, não só lhe receita os remédios de presente, mas também lhe faz prevenir os preservativos que podem ser-lhes precisos para o futuro, porque a sua vista perspicaz não se restringe a círculos breves, porém dilatando-se aos horizontes mais distantes, vê os danos próximos e penetra os que podem sobrevir, porque estão em equilíbrio no seu talento o serviço real e o bem comum; e prevendo os sucessos, dispondo as empresas com acerto e agrado, tudo consegue com felicidade e amor.

58. Viu-se na Bahia por revolução do tempo, ou por aviso da Providência altíssima, em a noite seguinte ao dia do glorioso patriarca S. José, dezenove de março do ano de mil e setecentos e vinte e um, das dez para as onze horas, um espetáculo horroroso; porque entre uma chuva miúda e um vento rijo, começaram a fuzilar relâmpagos e a soar trovões, em forma que principiando moderados, foram crescendo a tal estrondo qual nunca fizeram na Bahia, lançando raios, a que a misericórdia de Deus tirou as forças para não causarem ruínas, pelo que se conheceu que vinham mais a trazer avisos que a fazer estragos. Um partiu uma pedra da varanda da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, outro tocou

levemente na janela de um ministro, alguns caíram nos arredores da cidade e pelas ruas dela, sem ofenderem os edifícios.

59. Este luzente horror de raios e trovões se viu melhor das praias opostas à marinha, e de algumas lanchas de pescadores, as quais colheu a noite junto à barra, parecendo que desciam do ar os raios como foguetes sobre a terra e sobre o mar, na cidade e na sua enseada; e foi prodígio que estando muitas embarcações no porto, grandes e pequenas, não ofendessem a nenhuma, e só deixassem sinais de fogo no mastro de um navio. Era a confusão dos moradores tanto maior, quanto mais entendiam que piedoso o Céu lhes bradava com aquelas línguas de fogo e pelas vozes daqueles trovões, acusando-os das culpas e persuadindo-os ao arrependimento.

60. No confuso dia que sucedeu àquela tremenda noite, se foram arruinando para a parte que chamam a Preguiça algumas poucas casas, porém com pendor tão moderado que a sua queda não pareceu precipício, porque movendo-se em passo tardo e às luzes do sol, tiveram lugar os seus moradores e os daquela vizinhança para se porem em salvo, de sorte que quando elas chegaram a cair, já não acharam a quem ofender. Fica eminente ao mar e à dilatada Rua da Preguiça outra que das portas da cidade vai para a paróquia da Conceição; estava aberta havia muitos anos, desde o tempo em que se acrescentara em mais fábricas o peso à plataforma do Castelo, com que não podia a eminência em que fora edificada, e gemendo com a carga, havia feito uma brecha que atravessava aquela rua, a qual lhe corre por baixo, pelo lado que o castelo tem para a parte do norte.

61. Arruinada desde então a rua, ainda que existente com os reparos que naquele se lhe fizeram, como não foram competentes a preservá-la da comoção que causou o estrondo dos trovões, abrindo de novo maior brecha, abalou o monte sobre que está lançada, e o fez ir despedindo algumas porções de terra sobre quatro moradas de casas que se lhe encostavam até as derribar. Acudiu logo o vice-rei com o senado da Câmara, levando o mestre-de-campo engenheiro muitos mestres e oficiais pedreiros, e fazendo consertar a rua, se lhe puseram fundamentos tão firmes que existe segura; e animando logo o vice-rei aos donos das moradas a torná-la a levantar, o fizeram em breve tempo com tal grandeza, que havendo sido de tijolo, as fabricaram de pedra, e vieram a dever aquelas casas a sua ruína o benefício

que as fábricas de Roma ao seu incêndio, porque sendo até então de adobes se fizeram logo de mármores.

62. Outro espetáculo, também de maior espanto que ruína (posto que não deixou de causar alguma) viram no dia antecedente ao da Ascensão os moradores de Santo Amaro (lugar marítimo do recôncavo da Bahia, algumas léguas distante da cidade), por haver saído da mãe e lançado fora do seu natural leito as grossas correntes o caudaloso rio Serigiaçu, o qual nascendo nos campos da Cachoeira, e recolhendo em si com vários giros os rios Tauá, Pitanga, Orurupu, Piraúma e outros mais e menos abundantes, se mete no Subaé, também copiosíssimo, e incorporados vão buscar o mar no porto daquela povoação, onde se encontram com o Serigimirim, igualmente opulento.

63. Com as incessantes chuvas de três sucessivos dias cresceu de forma o rio Serigiaçu e os que o acompanham, que inundaram o referido lugar, mas em tempo tão oportuno, por ser de dia, que se puderam salvar os vizinhos; e os que se não puseram logo em cobro nos lugares elevados, foram recolhidos com prevenção das canoas, que do porto entraram a navegar pelas ruas. As casas de sobrado ficaram até meia altura inundadas; as térreas quase até os telhados, e nestas se perderam alguns gêneros, que não tiveram aonde os subir e salvar; também se perderam algumas caixas de açúcar no Trapiche que há naquele porto, em que se recolhem as dos engenhos do mato, para dali se embarcarem para a cidade; porém não perdeu a vida neste dilúvio pessoa alguma, que foi especial favor de Deus.

64. Grande consternação fizeram estes sinais do céu nos ânimos dos moradores da Bahia, entendendo serem vozes que lhes clamavam a emenda dos pecados; e os missionários e párocos sabendo aproveitar a oportunidade da ocasião, fizeram repetidas missões, contínuas práticas e devotas procissões por toda a cidade e seus arrabaldes, com numerosa cópia de penitentes. Puseram-se vias-sacras em todas as paróquias, correndo-se frequentemente; exercícios que ainda hoje se continuam, de sorte que de Nínive pecadora se viu a Bahia Nínive arrependida. A todas estas operações dava alentos à piedade do vice-rei, com o louvor e apreço que delas fazia, sendo a modéstia e perfeição católica da sua vida o maior exemplo.

65. Com brados semelhantes aos que experimentou nesta ocasião a Bahia, costuma Deus bater às portas dos corações humanos, para glória sua e bem das suas criaturas, regulando-nos os castigos pela sua misericórdia e não pela medida das nossas culpas, e abrindo-nos sempre caminhos para o remédio, por meio do arrependimento e dos instrumentos que nos põem em reparo dos nossos danos. Tal foi a providência com que permitiu que neste tempo, em que pelo curso dos sucessivos anos de mil e setecentos e vinte e dois e mil e setecentos e vinte e três padeceram todas as províncias do Brasil uma geral e rigorosa seca tivesse o governo do Estado o vice-rei cuja piedade, zelo e disposição foram o reparo desta calamidade.

66. Arrasava o sol com excessivo ardor a toda a nossa América, secando as águas, estragando os frutos, esterilizando as lavouras e matando os gados, de forma que além da falta de todos os víveres, era maior a da farinha da mandioca, que é o pão comum dos moradores deste estado, chegando por esta causa os preço dela nas províncias de Pernambuco e do Rio de Janeiro a três mil e duzentos e a quatro mil réis o alqueire; a carne, da qual havia a mesma esterilidade, a mil e seiscentos a dois mil réis. Os vizinhos das províncias do Ceará e do Rio Grande se ausentaram das praças, e foram habitar às margens dos rios, por não acabarem ao rigor da sede.

67. Na Bahia foi tão moderada esta geral necessidade pela ativa disposição do vice-rei, que a ela veio o Brasil o reparo das calamidades do tempo. Assistia com o senado da Câmara ao benefício das fontes, fazendo com fortuna tornarem a lançar as naturais correntes, repercutidas não só dos calores, mas também de outros acidentes. Mandou às vilas de Maragogipe, Cairu, Boipeba, Camamu e rio das Contas desfazer as roças (isto é, reduzir as raízes da mandioca a farinha), animando aos lavradores a fazer novas plantas para o tempo vindouro, escrevendo a todos os oficiais de justiça e milícia delas lhas fizessem continuar e frequentar a sua condução para a Bahia.

68. Para este efeito enviou grossas somas de dinheiro por oficiais de distinção, assim para a farinha que se costuma dar à infantaria do presídio, como para a que era precisa à necessidade do povo e das grandes fábricas dos engenhos e fazendas, cujas plantas de mandioca, que costumam ter para as suas famílias e escravos, havia esterilizado a seca. Mandou próprios aos sertões, com ordens aos capitães-mores e justiça daqueles distritos para fazerem vir os gados,

persuadindo aos donos dos currais e aos que têm cuidado deles, a trazerem as boiadas a todo o risco e com grande trabalho, o qual suavizavam os termos com que o vice-rei os obrigava, que ainda sendo preceitos, pareciam favores.

69. A benefícios do seu zelo não experimentou a Bahia falta notável, porque, posto que em algumas ocasiões careceu de alguns gêneros, em outras os teve de sobra, consistindo no cuidado do vice-rei a conservação dos moradores ricos e o remédio dos pobres, porque ajustou com os que conduzem as farinhas à ribeira desta cidade um preço inalterável, de tal racionalidade, que veio a ser conveniente a todos, porque com ele não houve nos poderosos demasiada despesas, nem nos que o que não são muito prejuízo. Tal foi a resulta das diligências de quem com tanto cuidado e tão felizmente nos governa, que não só fez que a Bahia não sentisse necessidade, mas também acudiu com cópia de mantimentos às outras províncias, que com frequentes rogos dos seus governadores lhes pediam, enviando para os conduzirem muitas embarcações, as quais lhes foram abundantemente providas.

70. No ano de mil setecentos e vinte e dois chegou ao Brasil, voltando da Ásia, monsenhor Carlos Ambrósio Mezzabarba, patriarca de Alexandria, natural de Pávia, cidade da Insúbria no Estado de Milão. Achava-se em Itália com o governo temporal da Sabina, hoje província do patrimônio da Igreja, e antigamente reino contendor de Roma. Daquele emprego foi chamado pelo sumo pontífice Clemente XI, que lhe deu a dignidade patriarcal, e o enviou no ano de mil e setecentos e dezenove à China, transportado por Lisboa, com despesa considerável do sereníssimo senhor Rei D. João V, própria da sua natural e augusta generosidade.

71. Passou o patriarca à China sobre algumas coisas indiferentes que o monarca daquele grandíssimo Império pedia se lhe permitissem para receber a nossa religião católica, como já havia consentido que a professassem nos seus domínios todos os seus súditos que a quisessem abraçar; indulto de que (com louvor daquele príncipe, em prova da sua piedade) tem resultado a redução de grande cópia de gentilíssimo à verdadeira fé, pelo incansável trabalho e fervoroso zelo dos religiosos da Companhia de Jesus, os quais conseguiram a dilatada cristandade que hoje se vê naquelas vastíssimas províncias, com templos, votos, batismos e todos os Sacramen-

tos da Igreja frequentados continuamente das ovelhas trazidas de novo ao rebanho do universal Pastor.

72. Havia o mesmo pontífice alguns anos antes enviado o patriarca, depois cardeal de Tournon, ao império da China a indagar de mais perto o ânimo com que o imperador estava, e as circunstâncias dos pontos que propunha: porém a condição do cardeal, imprópria para tratar a matéria por meios suaves (como parecia conveniente naquele princípio), foi causa de que ambos se desgostassem, e saísse o cardeal da corte do imperador sem concluir coisa alguma. Voltando para Europa, foi a embarcar-se em a nossa cidade de Macau, onde antes de partir faleceu, e com a notícia da sua morte mandou Sua Santidade segunda nunciatura pelo patriarca.

73. Chegado este à China, foi festejado pelo imperador com magnífica reverência e trato amoroso, dando-lhe das suas reais roupas para se reparar do frio (rigoroso naquele país pela estação do inverno). Nos lugares o preferia ao embaixador de Moscóvia e aos de outros príncipes que então se achavam naquela corte; e sendo o patriarca instado pelo imperador sobre a permissão que pretendia, lhe respondeu não levava poder para determinar coisa alguma na matéria, oferecendo-se (segundo dizem as nossas da Índia) a propor em Roma a causa com tal distinção e clareza, que desvanecesse as sombras que naquela sagrada cúria tinham causado as suas proposições.

74. Voltando com dádivas generosas do imperador para si e para o pontífice, se embarcou em o navio de Macau, o qual aportou ao Rio de Janeiro, onde o general Aires de Saldanha de Albuquerque recebeu e festejou ao patriarca com todas as demonstrações de reverência e grandeza. A poucos dias da sua chegada àquele porto, por um acidente casual pegando fogo em o navio que o trouxera, ardeu lastimosamente, servindo às chamas em ricas e várias matérias muitos milhões dos homens de negócio de Portugal, que tiveram considerável perda neste custoso incêndio. Como era já partida para Lisboa a frota do Rio, o enviou o general em a nau de guarda-costa daquela província, a tempo de se embarcar na frota da Bahia, que se achava em termos de partir.

75. Na Bahia foi tratado pelo vice-rei com os maiores obséquios e as mais ostentosas mostras de respeito e de amor. Aposentou-se na casa

do reverendo chantre João Calmon[8], uma das mais suntuosas e bem paramentadas da cidade. Nela deu ordens com permissão que lhe concedeu o arcebispo para conferir este sacramento a muitos ordinandos, aos quais pela sua enfermidade o não podia dar; e sendo o patriarca cumprimentado de toda a nobreza, das pessoas de distinção e de cargos, assim eclesiásticos como seculares, se embarcou na nossa frota daquele ano, levando-o a bordo vice-rei, o qual lhe ofertou em nome de Sua Majestade uma salva e púcaro de oiro, de muito preço e muito preço e primoroso feitio.

76. Nove dias depois da vinda de monsenhor patriarca faleceu na Bahia o arcebispo metropolitano D. Sebastião Monteiro da Vide, havendo vinte que lutava com a morte em uma dilatada enfermidade, que o conduziu aos últimos períodos da vida com vagarosos passos, mas com termos de forma repetidos, que passando de uns a outros acidentes, em cada qual deles seguravam todos os médicos que expirava; porém aquela vide, endurecida no trabalho da vinha do Senhor, sendo tão antiga, estava ainda tão constante, que não podendo a morte cortá-la de um golpe, lhe foi continuando muitos, até que de todo a troncou aos sete de setembro do ano de mil e setecentos e vinte e dois, havendo mais de vinte que exercia a jurisdição metropolitana.

77. Em uma idade mui larga havia tentado várias fortunas. Foi religioso da Companhia de Jesus, e deixando aquela sagrada milícia, assentou praça de soldado nas guerras da restauração do reino, e nelas exerceu o posto de capitão de infantaria. Deste emprego passou a estudar cânones na Universidade de Coimbra, donde nesta faculdade saiu insigne letrado: e tomando o estado sacerdotal, teve ocupações nos auditórios e tribunais eclesiásticos da corte dignas do seu grande talento. Foi prior de Santa Marina, vigário-geral do arcebispado de Lisboa, e pela promoção do arcebispo D. João Franco de Oliveira ao bispado de Miranda, sendo escolhido para metropolitano do Brasil, chegou à Bahia no ano de mil e setecentos e dois.

78. Com grande zelo do bem das almas e do culto católico se empregou em todas as matérias pertencentes à obrigação de prelado; e querendo, como vigilante pastor, ver as ovelhas mais remotas, as foi buscar com incomparável trabalho pelo interior dos sertões, até a última baliza da sua dilatada jurisdição. Voltando desta missão, se ocupou em várias fábricas;

edificou o seu palácio arquiepiscopal, suntuosamente ereto e acabado; mandou fabricar o novo templo magnífico da irmandade de S. Pedro, com casa e hospital para os clérigos, em que se competem a grandeza e a piedade.

79. Acrescentou a igreja da Madre de Deus no recôncavo da cidade, adornando-a de curiosas e ricas peças. Fez constituições para este arcebispado, que se governava pelas de Lisboa; e finalmente por morte do conde do Vimieiro governou o Estado no concurso de mais companheiros; sendo este o emprego em que menos luziu o seu talento, pois parecera digno de o exercer, se o não exercera. Está sepultado na capela-mor da sua metrópole, porém vivo nas memórias das suas ovelhas em contínuas saudades.

80. Como nas sedes vacantes, ficando o governo eclesiástico em comum aos reverendos capitulares das dioceses, costuma a ambição ou vaidade, introduzir mudanças e novidades, das quais (com observação geral) vêm a ser os prejuízos ainda maiores que os escândalos; atento a estas desordens o vigilante cuidado do vice-rei, sempre solícito em obviar os danos que podem acontecer, escreveu uma exemplar carta ao ilustríssimo cabido da Bahia, no primeiro capítulo em que se juntou depois de sepultado o metropolitano, oferecendo-lhe o poder real com que se achava, para fazer que as suas disposições fossem mais seguramente obedecidas.

81. Nela lhe insinuava o grande crédito que alcançaria se, conservando-se em louvável união, não alterasse a forma do governo praticado pelo arcebispo, nem dispusesse dos cargos e ofícios por ele conferidos, pois estavam tão dignamente empregados. Que a demonstração em que os cabidos podem dar a conhecer que têm mais vivas as memórias dos seus prelados, e seguirem o seu exemplo, e que o não se apartarem das suas máximas era a maior expressão das suas saudades. Os reverendos capitulares, que tinham o mesmo ânimo a que o vice-rei os estimulava, rendidamente lhe agradeceram o favor que lhes oferecia, e o conselho que lhes dava, gloriando-se de que a conformidade com que estavam na mesma resolução, fosse por ele prevenida, e pela sua vontade regulada; e assim vão procedendo até o presente na sede vacante, com grande louvor e geral aceitação.

82. Todas as causas de que procedem os males da Bahia conheceu tão fundamentalmente o vice-rei, que aplicando os remédios à proporção dos achaques, vem a conseguir a saúde do corpo político desta repú-

blica. Entendeu que os atravessadores dos víveres (esponjas da substância dos povos) eram prejudiciais, como infinitos nesta cidade, e se deviam evitar por todos os meios; e apontando a forma de os extinguir, escreveu ao Senado da Câmara uma carta que contém os melhores antídotos contra aquele veneno, e os avisos mais sólidos para a administração da governança e bem comum, sendo um compêndio de admiráveis apotegmas e aforismos irrefragáveis, tão venerados como seguidos dos senadores daquele presente ano e de todos os republicanos da Bahia.

83. Havia já no ano de mil e setecentos e dez a majestade augusta do senhor rei D. João V. Com a singular providência com que governa a sua vastíssima monarquia, separado o país das minas da obediência do Rio de Janeiro, e vendo que tão populosas povoações em riqueza e número de gente, ainda careciam de maior divisão, foi servido, no de 1721, criar novo governo distinto na região de S. Paulo, condecorando a sua antiga vila com o privilégios e título de cidade do mesmo nome; benefício tão grato como útil aos naturais, que sendo contrários aos outros novos povos por natureza, estimaram ver-se também separados por jurisdição. Mandou por governador a Rodrigo César de Meneses, irmão do vice-rei no sangue e nas virtudes, e do posto de brigadeiro da corte passou a exercer o de general naquela grande porção do Sul, independentemente dos outros governadores e só sujeito ao capitão-geral do Brasil.

84. Foi recebido em S. Paulo com as maiores expressões de amor e obediência, porque vendo-se aquela região sublimada à nova dignidade, e com próprio governador, dispuseram os seus habitantes a natural inconstância e fereza em reconhecimento da honra que recebiam, e do benefício que esperavam na mudança de uma vida inquieta ao sossego de uma suave sujeição. Compôs o general Rodrigo César de Meneses as diferenças antigas entre algumas famílias particulares, de que haviam resultado por muitas vezes danos públicos. Cessaram as parcialidades, e com louvável união atendem a recompensar em obediências as repugnâncias que em outro tempo mostraram a jurisdição das leis; liberdade causada não só da distância ou influência do clima, mas da falta de governador.

85. Esta acertada resolução dos moradores daquela província não compreendeu a alguns de ânimos menos escrupulosos e mais feros,

que achando-se apartados da cidade, e habitando no seu dilatadíssimo recôncavo, vivendo poderosos, afetavam a liberdade que não podiam ter na natureza de súditos, como se experimentou nas novas minas de Cuiabá em dois irmãos régulos, chamados Lourenço e João Leme da Silva[10], que sendo das pessoas principais de S. Paulo por nascimento e poder, quiserem escurecer a sua nobreza e perder os seus cabedais na ação mais indigna que podem obrar os vassalos, e fabricaram a sua ruína e a dos seus sequazes nos delitos e castigos de que daremos breve notícia.

86. Pouco tempo antes havia descoberto estas novas minas Pascoal Moreira Cabral, a quem justamente se deu o cargo de guarda-mor delas. Estão em altura de vinte e oito até trinta graus ao poente de S. Paulo, declinado para o sul. Antes de se lhes abrir caminho por terra, se lhes fazia trânsito desde a vila de Utu em grandes canoas, por continuados rios de perigosa e dilatada navegação, porém o interesse do abundantíssimo oiro que produzem, obrigou a muitos moradores daquela província a separarem todos os descômodos e dificuldades a troco de o colher, levando os mantimentos de que se haviam de sustentar naquele país inculto, enquanto o não cultivassem das plantas e sementeiras precisas para a numerosa gente daquela expedição, que ia assim para lavrar as minas, como para se defender do gentio bárbaro que habita aqueles distritos.

87. Chegado ao sítio das minas do Cuiabá um numeroso concurso de pessoas, em que se achavam muitas que residiram nas gerais, e tinham larga experiência da lavra delas, assentado arraial e estância para a sua residência, trataram de eleger um cabo maior que os regesse, e ordenasse a conquista do gentio bárbaro, para explorarem melhor o país e poderem tirar ouro com menor receio daqueles inimigos, que já em repentinos assaltos com mortes e roubos lhes perturbavam o emprego da sua nova povoação, que não podia permanecer segura sem se afugentarem os contrários, dos quais receberia inevitáveis danos.

88. Conforme todos aqueles novos moradores, assim de maior como de menor distinção, no acordo tomado de elegerem quem os governasse na paz e na guerra, conhecendo que na pessoa do capitão-mor Fernando Dias Falcão, natural de S. Paulo, e das principais famílias da sua pátria, concorriam qualidades para aquele emprego, enquanto por ordem

real se lhes mandasse outro governador, o elegeram por seu cabo maior para os reger e determinar as suas causas particulares e públicas, prometendo obedecer-lhe em todas as matérias políticas e militares, por termo feito em seis de janeiro do ano de mil setecentos e vinte e um, e o eleito aceitou o cargo, protestando encarregar-se dele para executar tudo o que fosse em maior serviço de Sua Majestade e bem comum.

89. Neste estado achou o general Rodrigo César de Meneses os descobrimentos e operações daquelas minas, e vendo terem o caminho tão difícil e embaraçado por importunos rios de precipitadas cachoeiras, em que perigavam as embarcações, tratou mandar-lho fazer por terra com maior cômodo, oferecendo a quem lho abrisse prêmio competente ao trabalho; e sendo entre as pessoas que o pretendiam ganhar e fazer este serviço, proferido com parecer do senado da Câmara Manuel Godinho de Lara lho encarregou. Conseguido felizmente o trânsito, mandou o general por uma casa de registro com provedor e escrivão no Rio Grande (parte principal da passagem que na ida e volta fazem as pessoas que as frequentam) para registrarem o ouro que tirassem, e nele se cobrarem os quintos reais.

90. Mandou declarar por bandos na cidade de S. Paulo, nas vilas de Santos, Itu e Sorocaba os deviam pagar com penas graves aqueles que os desencaminhassem, e que do ouro que se julgasse por perdido se daria a terça parte aos denunciantes. porém sendo mui pouco o rendimento dos quintos, quando constava ser tanto o das novas minas, justamente inferiu haver falência no quintar, e tratou de obviar o prejuízo dos direitos d'el-rei, não só para o tempo presente, mas para o futuro. Consultando esta matéria com as pessoas mais zelosas do serviço de Sua Majestade e com o Senado da Câmara, assentaram uniformemente todos que os quintos se cobrassem por bateias, lançando-se a tantas oitavas por escravo; forma que asseguravam ser a mais conveniente para o aumento da real fazenda.

91. Este arbítrio se noticiou ao desembargador Manuel de Melo Godinho Manso, ouvidor-geral daquela província, que se achava na vila de Santos, o qual com o seu parecer por escrito o aprovou; e vindo logo à cidade, o ratificou com razões fundadas em direito, mostrando ser a cobrança dos quintos por bateias a mais legal e conveniente. Ordenou o general ao senado da Câmara lhe apontasse a pessoa que lhe parecesse mais idônea

para lhe encarregar a incumbência desta cobrança, e o senado lhe propôs a Lourenço Leme da Silva, que por se achar com grande poder de parentes e sequazes, e ser inteligente daquelas minas, era a mais própria para este serviço; e de tudo se fez termo por todos assinado, aos sete dias do mês de maio do ano de mil e setecentos e vinte e três.

92. Elegeu logo o general Rodrigo Cesár de Meneses no cargo de provedor daqueles quintos ao referido Lourenço Leme da Silva, e para mais o obrigar, fez a seu irmão João Leme da Silva mestre-de-campo regente das Minas do Cuiabá, e lhes enviou as patentes pelo sargento-mor Sebastião Fernandes do Rego, morador na cidade de S. Paulo; porém naqueles ânimos desleais serviu o beneficio de fazer mais escandalosa a ingratidão, porque vendo-se com o poder, trataram só de executar insolências. Ordenaram ao vigário das mesmas minas se retirasse delas com todos os forasteiros; e pelo não fazer logo, lhe mandaram dar um tiro, o qual matou a um assistente de sua casa; e ausentando-se o vigário, elegeram a um religioso moderno para administrar os Sacramentos, do qual se presumia que não tinha ciência nem faculdade para confessar.

93. Em ocasião em que se estava celebrando o santo sacrifício da missa, mandaram pelos seus escravos rasgar de orelha a orelha a boca a um Pedro Leite. Mataram no sítio do Camapuã a um escravo seu, a um rapaz e a uma negra, esquartejando-os por suas próprias mãos, com ciúmes das suas concubinas. Proibiram aos moradores pagarem dízimos e conquistarem o gentio bárbaro; e sem temor das leis nem de Sua Majestade, por vários lugares e vilas mandaram tirar por força as filhas de alguns moradores para suas concubinas; e constrangiam a outros dá-las por mulheres com grandes dotes a pessoas indignas, que andavam na sua companhia cometendo outras insolências mais dignas de castigo que de memória.

94. Tendo notícia o general Rodrigo César de Meneses destes insultos e homicídios, os mandou prender, encarregando esta diligência ao sargento-mor Sebastião Fernandes do Rego, com muita gente de armas que lhe deu, com a qual partiu para a vila de Utu, e juntando-se com outra da vila de Sorocaba, que acompanhava ao mestre-de-campo Baltasar Ribeiro de Morais, já prevenido pelo general para o mesmo efeito, marcharam e os foram cercar; porém rompendo os dois insolentes irmãos o cerco, levando

algumas feridas e deixando dos seus escravos um morto e sete presos, com vários despojos de provimentos e armas de fogo se retiraram para outros sítios seus, onde se puseram em armas, mandando tocar caixas e clarins com repetidas salvas; mas indo sem seu seguimento os ditos cabos, acharam notícia que haviam desertado dois dias antes, metendo-se pelas espessas brenhas daqueles dilatadíssimos matos.

95. Prosseguindo no seu alcance os cabos com toda a gente que levavam, os acometeram em uma eminência em que estavam aquartelados, matando-se-lhes neste assalto uma das suas sentinelas, com prisão de vinte e tantas pessoas, e outros despojos que deixaram, metendo-se os régulos e os sequazes que lhe ficaram mais pelo interior dos sertões, onde finalmente não escaparam os cabeças, porque foi preso João Leme da Silva, e alguns dias depois morto Lourenço Leme da Silva, por se não querer entregar, pretendendo salvar-se naquelas espessuras.

96. Mandou logo o general se participasse esta notícia aos moradores das minas do Cuiabá, que estavam para abandoná-las por salvarem as vidas da crueldade daqueles dois insolentes irmãos, dos quais João Leme da Silva, que ficou vivo, foi preso para a vila de Santos, donde com a devasa das suas culpas, que continha também outros delitos mais antigos, ordenou o general fosse remetido para a Bahia. Chegado a ela, mandou a Relação fazer-lhe os autos sumários, e estando as culpas abundantissimamente provadas, não alegando o réu coisa relevante em sua defensa, o condenou à morte, e foi degolado; execução que redunda em terror e exemplo de vassalos rebeldes e tiranos.

97. Livres da tirania destas humanas feras os habitadores das minas do Cuiabá, vão continuando as suas lavras, cujos quintos hão de redundar em grande aumento da fazenda real, pela abundância de ouro que delas se tira, sendo (como se afirma) as mais rendosas do Sul; conseguindo-se a paz e a felicidade de toda aquela província pelo zelo e disposição do general Rodrigo César de Meneses, em cujo venturoso domínio vivem seguros e obedientes aqueles vassalos tão repugnantes em outros tempos à sujeição, na falta do jugo que poucas vezes lhes chegava pela distância do país, e solícitos hoje na obediência com o conhecimento da obrigação e suavidade do governo.

98. Havia sucedido no ano de mil e setecentos e vinte e um ao general conde de Açumar no governo das minas, com o mesmo posto, D. Lourenço de Almeida, que continuando a glória do próprio ilustríssimo sangue e apelido, prosseguiu o seu zelo e as suas disposições. É D. Lourenço esclarecido por nascimento, havendo concorrido para a sua grande qualidade as principais do reino. Serviu na Índia com muita satisfação; achava-se com experiências e prerrogativas que o faziam digno daquele emprego, em que logo começaram a resplandecer as suas virtudes no agrado daqueles povos, os quais já pelas incessantes fadigas com que o seu antecessor lhes havia ensinado os ditames da razão, tinham aprendido a viver na obediência de súditos e na veneração dos seus governadores.

99. Conformes os ânimos a não dificultarem as ordens reais na disposição das Casas dos quintos (em cuja execução trabalhara tanto o general conde de Açumar, fazendo fabricá-las e dispondo as vontades a consenti-las, contrastando as repugnâncias e alterações daqueles povos), conseguiu de próximo a fortuna e atividade do general D. Lourenço de Almeida o estabelecê-las; pois recebidas constantemente estão para principiar as suas operações.

100. Com as Casas dos quintos, por tão legal causa introduzidas, quanto haviam sido injustamente impugnadas, se hão de cobrar por inteiro os direitos reais, que aqueles vassalos cultores das minas pagavam coartados, faltando ao direito que a natureza deu ao nosso monarca os tesouros que pôs nos seus domínios, e ao agradecimento que devem à benignidade augusta e amor paternal com que os governa e procura manter em paz; vindo agora a importar os quintos à sua real fazenda duas partes mais do que até o presente lhe rendiam as minas, sendo razão que os mineiros não usurpem o que de justiça lhe devem, para o esperdiçarem em prodigalidades e luxos, com tanta queixa ou escândalo da modéstia.

101. Neste presente ano de mil e setecentos e vinte e quatro, no governo do vice-rei teve complemento uma insígne fábrica, que no de seu pai o capitão-geral Luís César de Meneses tivera princípio. Achava-se mui dilatada no Brasil a sagrada religião da Companhia de Jesus, cujos filhos foram os primeiros pais do cristianismo na gentilidade da nossa América, e nela os mais fervorosos operários das searas católicas; e sendo preciso

receber tantos sujeitos quantos são continuamente necessários para as suas repetidas missões, para os púlpitos, confessonários, cadeiras e outros frequentes exercícios pios, em que resplandecem os seus religiosos, carecia de uma casa particular, onde os noviços se criassem, porque apartados do colégio em maior número, se pudessem recolher.

102. Ofereceu-se a fazer-lhe a despesa dela um morador, com cabedais, e sem obrigações; e alcançada licença de Sua Majestade e do reverendíssimo padre-geral da Companhia, se fez exame de vários sítios mais e menos apartados; e escolhido por melhor ao que chamam Jiquitaia (formosa praia na enseada da Bahia, meia légua distante da cidade), se fundou esta suntuosa casa, com capacidade e cômodo para setenta religiosos. Consta de uma dilatada quadra que recolhe em si três pátios; dois que servem de lados à igreja, e o terceiro incomparavelmente maior que fica dentro do edifício, cuja máquina em todas estas obras tem de fundo quinhentos palmos, e trezentos e cinquenta de largo. A cerca é grandíssima, com cristalinas águas, muita largueza e comodidade para arvoredos, hortas, todas as plantas e flores.

103. Foi seu fundador o capitão Domingos Afonso, já mencionado neste livro por descobridor e conquistador das terras do Piauí. De exercícios humildes passando a penetrar os sertões da Bahia, eles lhes deram o apelido e a fazenda. Testou muita, e havendo despendido setenta mil cruzados com a fábrica do noviciado, deixou encapelados os mais bens (que constam de opulentas fazendas de gado) ao colégio, ordenando que do seu rendimento se lhe mandem dizer seis missas quotidianas, e deem três dotes de órfãs anuais, e outras esmolas na Bahia e na sua pátria, e que o líquido que ficar do rendimento delas, se divida em três partes, uma para o colégio como administrador, e duas para a casa do noviciado; deixa pontualmente executadas por estes religiosos.

104. Saiu o vice-rei da cidade a visitar as forças do recôncavo, levando engenheiros e oficiais para o que fosse preciso ao reparo e aumento delas, achando em todas as partes a que chegava, veneração e festejo competentes a seu respeito e agrado. No lugar de Maragogipe lhe representaram aqueles moradores os descômodos que padeciam em acudirem nas suas causas e ações à vila de Jaguaripe, a cuja jurisdição ficaram sujeitos

na ereção dela; porque estando mui distante, por molestas jornadas experimentavam mais contratempos que na viagem para a cidade, pedindo-lhe criasse vila aquela grande povoação, que por ser numerosa em gente, e a maior parte dela ocupada na lavoura da farinha, seria conveniente a toda a Bahia não sair por recurso a tão distantes partes.

105. Atendendo o vice-rei ao seu justo requerimento, ao aumento e decoro do Brasil com a ereção de muitas vilas (como lho ordena Sua Majestade), a mandou criar naquele lugar pelo ouvidor da comarca o doutor Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira; e agradecidos os vizinhos de Marogogipe por este benefício, lisonjearam ao vice-rei com a galanteria de dois mil alqueires de farinha, postos pelas suas embarcações na cidade, por ser o gênero essencial da sua cultura; e ele os aceitou para o sustento dos soldados e artilheiros do presídio da Bahia, ordenando os recebesse o almoxarife a quem toca a distribuição deste pão de munição da infanteria, e poupando (no tempo presente) tão oportuno donativo muita despesa.

106. Havia já mandado fundar a vila de Jacobina pelo coronel Pedro Barbosa Leal[12], que a erigiu com a diligência com que costuma executar as ordens que se lhe encarregam. Depois o ouvidor-geral da comarca já nomeado, indo a ela por ordem do vice-rei, com seu beneplácito a mudou para o sítio do Bom Jesus, missão dos religiosos de S. Francisco, e lugar mais conveniente por mais chegado àquelas minas, cujos cultores recebem da sua vizinhança maiores comodidades; e Pedro Barbosa foi enviado a levantar a vila do rio das Contas, que o vice-rei mandou erigir para a frequência das novas minas que se têm achado naquele vastíssimo distrito, e se vão lavrando com grande cópia de finíssimo ouro.

107. Ficam na jurisdição da província dos Ilhéus, e quase na mesma altura, declinando para o norte. Estão nas terras que fecunda o caudaloso rio das Contas, do qual tomam o nome a barra e o porto da sua navegação. Foram descobertas, no ano de mil e setecentos e dezoito por uns paulistas, que achando-se nos sertões da Bahia (por informações que tiveram do ouro que alguns vizinhos haviam tirado, em prova da certeza de antigas notícias que ali o faziam infalível) atravessaram todo aquele continente, abrindo caminho até então inculto, e de presente frequentado para as novas minas; e posto que por mui distantes são menos assistidas de

mineiros, os que delas vêm trazem grande cópia deste metal, não inferior em quilates ao das minas do Sul e da Jacobina, e igual em quantidade.

108. Agora com a vila que nelas se está erigindo (pela comodidade que resulta das povoações, assim na distribuição da justiça, em que se assegura a paz e união entre os poderosos e humildes, naturais e estrangeiros, como na frequência dos mantimentos que a elas se conduzem para a sustentação dos que as habitam), se há de continuar com maior fervor a lavra daquelas minas, e aumentar o número dos seus mineiros, porque a mais dilatada extensão de léguas sabe vencer o interesse dos homens, quando é tão notório o lucro, como se experimenta ser o rendimento do ouro do rio das Contas, do qual redundarão muitos aumentos aos direitos reais.

109. O vice-rei, que em todas as empresas tem por foreira a fortuna, a experimentou mais feudatária em um caso de que pudera resultar precipício, tanto maior quanto mais irreparável. Prendeu o fogo na casa em que se fabrica a pólvora, edificada no campo iminente às praias que chamam da Camboa, e subindo ao teto já em grande labareda, noticiado deste incêndio o vice-rei, foi a destruí-lo com tanto desprezo do dano próprio, por evitar o alheio e livrar a oficina dele rei, que sabendo se achavam nela muitos barris de pólvora já feita, e outros dos materiais de que se compõe, entrou na casa, mandou extinguir a origem da chama, e fez subir ao teto do edifício gente com cântaros de água e outros instrumentos com que triunfo do incêndio e do perigo.

110. Este prodígio, que mais propriamente podemos chamar milagre, e atribuiu à Virgem Mãe de Deus, que com a invocação de Nossa Senhora da Piedade se venera no hospício dos religiosos Barbadinhos, não mui distante, cuja sagrada imagem e frequentado santuário faz especioso e assistido todo aquele distrito, sendo o seu maior devoto o vice-rei, que todos os anos lhe faz a sua festa com liberal despesa de fazenda e grande concurso de gente, da qual, na tarde do dia vinte e oito de abril em que prendeu a chama, se achava muita, que depois de fazer oração e cumprir os seus votos naquela igreja, ia a lograr a frescura e amenidade daqueles ares e prados; e acabaria toda ao estrago, se a Senhora não evitara a ruína.

111. Mandou o vice-rei fabricar no arsenal da Bahia e lançar ao mar dois grandes baixéis, um de invocação *Nossa Senhora do Livramen-*

to e S. Francisco Xavier, outro *Santa Teresa de Jesus*, sendo qualquer deles dos melhores que se têm feito nesta ribeira, e a menos custo da fazenda real que todos, porque as suas diligências e arbítrios pouparam despesas consideráveis, concorrendo para ajuda do gasto da primeira os homens de negócio desta praça com imporante donativo, não só pelo interesse de lhes comboiar as suas embarcações, mas pela prontidão com que sempre se oferecem para tudo o que toca ao serviço de Sua Majestade, fazendo-se dignos da sua real atenção.

112. A nossa portuguesa América (e principalmente a província da Bahia) que na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália e Grécia, não se achava com as academias introduzidas em todas as repúblicas bem ordenadas, para apartarem a idade juvenil do ócio contrário das virtudes, e origem de todos os vícios, e apurarem a sutileza dos engenhos. Não permitiu o vice-rei que faltasse no Brasil esta pedra de toque ao inestimável ouro dos seus talentos, de mais quilates que o das suas minas. Erigiu uma doutíssima academia, que se faz em palácio na sua presença[13]. Deram-lhe forma as pessoas, de maior graduação e entendimento que se acham na Bahia, tomando-o por seu protetor. Tem presidido nela eruditíssimos sujeitos. Houve graves e discretos assuntos, aos quais se fizeram elegantes e agudíssimos versos; e vai continuando nos seus progressos, esperando que em tão grande proteção se deem ao prelo os seus escritos, em prêmio das suas fadigas[14].

113. Não deixa o vice-rei coisa alguma neste Estado por fazer daquelas que em seu aumento e crédito podem redundar, atendendo ao bem público e particular, ao amparo das viúvas, das órfãs e dos pobres. Com o seu exemplo cresce o culto dos tempos e a devoção dos santuários. Com o seu respeito e agrado se conservam a obediência e amor dos súditos, não fáceis de ajustar, se o instrumento que os há de unir, não é tão acorde e subido como o entendimento do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, de que procede a suave harmonia do seu ditoso governo, no qual com o mesmo socorro de acertos e felicidades ficam continuando estes presentes ano de mil e setecentos e vinte e quatro, quarto do seu vice-reinado, em que põe fim esta História.

NOTAS REFERENTES AO LIVRO DÉCIMO E ÚLTIMO

1. Manifestadas as minas de ouro de Jacobina em 1701 (veja-se Acióli, *Mem. Hist.*, VI, 10), tanta gente para lá afluiu, apesar das proibições cominadas, que o povoado teve de ser elevado a vila – em 24 de junho de 1722, a princípio no sítio da missão franciscana de Saí, depois (15 de fevereiro de 1724) no arraial de Bom Jesus (*Anais do Arq. Públ. da Bahia*, VI, 349). Sobre o rendimento daquelas minas temos informações abundantes, que mostram – excluído o ouro contrabandeado, de que não ficou traço – o seu reduzido interesse: em seis meses, por exemplo, de 1743, quando no apogeu a exploração, trabalhando pouco mais de mil escravos, davam ao real erário 3.387 oitavas (B. do Amaral, nota a Acióli, *Mem. citadas*, VI, 211). Mais rendiam, por essa época, as minas do rio das Contas, na mesma capitania da Bahia. Elucida-se o mistério do sertanista que delas trouxe a primeira notícia para o governador D. João de Lencastro, com a carta do sucessor deste, D. Rodrigo da Costa, de 12 de outubro de 1702, em que revela: "...outras minas, que dizem haver nos sertões desta Capitania, de que me deu parte Antônio da Silva Pimentel, com uma carta, que lhe escreveu Leonardo Nardes Arzão..." (*Doc. Hist.*, XXXIII 214).

2. O coronel Antônio Álvares da Silva, sertanista, opulento senhor de engenho (o "de Cotegipe", doou aos padres jesuítas, dos mais importantes sujeitos da capitania, aparece honrosamente na história territorial do Nordeste. Faleceu em 1755, tratado de irmão pelos padres a quem legou o engenho (P. Serafim Leite, *op. cit.*, V, 259). Era irmão do Dr. Francisco de Oliveira Porto, outro benfeitor do Colégio da Companhia.

3. De João de Matos e Aguiar se conserva o retrato no salão nobre da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, de que foi grande benfeitor. Morava na casa nobre da ladeira do Palácio, que teve no século passado ilustre destino, como sede da assembleia provincial, e hoje abriga o arquivo do município. Faleceu a 26 de maio de 1700, deixando cem mil cruzados postos a juros para a criação do Recolhimento,

que realmente se fez (Antônio Joaquim Damásio, *Tombamento dos bens imóveis da Santa Casa da Misericórdia da Bahia*, p. 31, Bahia, 1862) – contíguo à igreja, e em ordem a ser inaugurado em 29 de junho de 1716.

4. Lê-se a relação dos construtores dos navios, que então se faziam na ribeira da Bahia, em 1717, *in Doc. Hist.*, LIV, 195-6.

5. Era Gonçalo Ravasco Cavalcanti de Albuquerque filho de Bernardo Vieira Ravasco (e de D. Filipa Cavalcanti de Albuquerque, cuja irmã, D. Maria, também sem casar, teve de D. Francisco Manuel de Melo uma filha, chamada D. Bernarda, diz Fr. Jaboatão, no seu "Catálogo Genealógico", *Rev. do Ins. Hist. Bras.*, III, 262, e repete Loreto Couto, *Desagravos do Brasil*, II, 40), portanto sobrinho do padre Antônio Vieira, que a ele se refere em muitos trechos de sua correspondência. Nasceu na Bahia em 1659, foi destemido cavaleiro com muitos episódios de capa e espada – entre estes o assasssínio do alcaide-mor Francisco Teles de Meneses, em 1683 –, Gregório de Matos o louva, entre as pessoas principais da terra, e de sua literatura ficaram *Autos sacramentais*, obra místico-dramática, que andam perdidos. Herdou ao pai o cargo de secretário do Estado. Por falta de sucessão direta, legou os bens ao concunhado, o Dr. Inácio Barbosa Machado, irmão do célebre bibliógrafo, o abade de Sever. Faleceu na Bahia a 9 de outubro de 1725. Jaz sob vistoso jazigo no convento de Santa Teresa.

6. O que representou de importância política a fundação da Casa da Moeda nas Minas Gerais, contam os sucessos do tempo do capitão-general conde de Açumar, que, por outro lado, assinalam a liquidação do tumultuoso período dos bandos e agitadores, anterior ao estabelecimento da autoridade forte, e o definitivo prestígio desta – com os seus dragões, a sua justiça e o seu rigor, – na capitania do ouro. O grande problema era então a cobrança dos reais quintos. Concordara o governador D. Brás Baltasar da Silveira em arrecadá-los por avaliação, somando 30 arrobas, pelas quais se responsabilizavam as Câmaras das vilas, em lugar do pagamento relativo a cada remessa (1713).

Não obstante essa combinação, que em Lisboa pareceu prejudicial ao erário régio, se ordenou só saísse das Minas o ouro quintado, isto é, com a prova de ter sido dele descontado o quinhão d'el-rei (20%), montando-se para isto casas de fundição, onde seria apresentado (carta régia de 11 de fevereiro de 1719). Sobreveio a agitação, conhecida como rebelião de Ouro Preto, de 1720, que, subjugada pela brava energia de Açumar, limpou o terreno para a execução pacífica das providências recomendadas. A Casa da Moeda foi ali instalada em 1725. Dessa oficina saíram as belas dobras e meias-dobras de D. João V, que tanto avultaram na circulação europeia. O sistema da cobrança dos quintos foi em 1734 substituído (por inspiração de Alexandre de Gusmão) por um que se afigurava mais racional, a capitação, ou seja, 4 oitavas e ¾ por escravo empregado na mineração; vigorou até 1751, quando se voltou ao regime precedente. Nesses dezesseis anos rendeu a capitação nada menos de 2.066 arrobas de ouro!

7. Mártir do motim de Vila Rica, o português Filipe dos Santos tem na perspectiva histórica bem maiores proporções do que ao tempo em que aquilo aconteceu. Os principais conspiradores foram o provedor Manuel Mosqueira Rosa, que queria o lugar de seu desafeto, o ouvidor Martinho Vieira, Sebastião da Veiga Cabral (herói da resistência da Colônia do Sacramento), que porventura aspirava a substituir o conde no governo de Açumar, o rico coronel Pascoal da Silva Guimarães, de todos os mais interessado em impedir o funcionamento da Casa da Moeda, pois era o feliz explorador das lavras da montanha sobranceira à vila, onde tinha o arraial populoso, reduzido a cinzas por essa ocasião, e por isto chamado "da queimada". Vd. sobre o caso, Manuel da Fonseca, *Vida do Venerável Belchior de Pontes*, ed. da Comp. Melh. de S. Paulo, p. 255, Diogo de Vasconcelos, *op. cit.*, pp. 360-1, doc. *in Rev. do Arquivo Público Mineiro*, ano XXIV, vol. II, Cláudio Manuel da Costa, *Obras*, II, 246 etc.). Houve processo regular, ou, pelo menos, o seu simulacro, pois a execução se deu "depois de o sumariar, e de ouvir-lhe a confissão do crime". "Filipe dos Santos fica esquartejado pelas máquinas que ia levantando...", comunicou Açumar ao ouvidor, em 20 de julho de 1720. Os outros foram

removidos para a Bahia, donde o governador-geral os enviou para Lisoba, em 2 de abril de 172' (*Doc. Hist.*, LXIX.)

8. Vigário geral braço direito do arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, na organização do sínodo de 1707, o cônego João Calmon (irmão do padre Martinho Calmon, visitador da Companhia de Jesus em Pernambuco), aparece na história literária com o Sermão nas Exéquias da srª D. Leonor Josefa de Vilhena, em 1714, publicado em Lisboa, 1721 (exemplar na Bibl. da Academia das Ciências de Lisboa). Os editores da *Nobiliarquia Portuguesa*, de Antônio de Vilas Boas e Sampaio, Lisboa, 1727, a ofereceram com grandes gabos. Comissário do Santo Ofício, "foi consultado para bispo e faleceu carregado de anos" (Jaboatão, *Catálogo*, p. 349). Era filho de João Calmon, primeiro deste apelido que para o Brasil veio na mesma armada, do comando de Francisco de Brito Freire, em que D. Francisco Manuel vinha cumprir o seu exílio (a sua armoriada pedra tumular está no claustro dos beneditinos, da Bahia) e de D. Juliana de Almeida, senhora de engenho. Um seu irmão paterno fora D. Antônio da Penha de França, bispo de São Tomé (1696-1702). De seus irmãos, Miguel e Francisco Calmon de Almeida, descendem os deste nome no Brasil.

9. Vd. Washington Luís, *Capitania de S. Paulo*, governo de Rodrigo César de Meneses (2ª ed., S. Paulo 1938). Fora brigadeiro de um dos regimentos de Lisboa, estivera na armada que em 1717 bateu os turcos no mar Egeu, e não desmereceu no Brasil a fama de sua raça, nem os serviços por ela prestados à América lusa. Filho de Luís César, que governara a Bahia, irmão do conde de Sabugosa, morreu no mar, depois do governo que exerceu em Angola, de 1733 a 37. Transportado o corpo para o Rio de Janeiro sepultaram-no na igreja do Colégio (Elias Alexandre, *História de Angola*, I, 361, Lisboa 1937, Vieira Fazenda, *Rev. do Inst. Hist. Brasil*, vol. 142, p. 168).

10. Sobre os irmãos Leme leia-e a novela histórica, com este título, de Paulo Setúbal (S. Paulo, 1934) e o que deles diz no livro citado, Washington Luís (caps. IV e V da 2ª ed.). João Leme foi preso, e morto

Lourenço Leme da Silva nas matas de Araritaguaba. Levado aquele para a Bahia, foi condenado à morte e executado – "não alegando o réu coisa relevante em sua defensa..." (Vd. Afonso d'E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, X, 131, S. Paulo 1949). Em carta ao doutor Manuel de Melo Godinho Manso, o magistrado que dirigira a captura, acusava Vasco Fernandes Cesár (irmão de Rodrigo Cesár) a entrega dos presos, em 6 de julho de 1723 (*Doc. Hist.*, LXXI, 221), sem entretanto aludir ao nome de João Leme da Silva. Foi degolado como aquele fidalgo (Fernão Barbalho) referido na carta de Vieira, de 9 de setembro de 1687.

11. Veja-se Alberto Rabelo, *O Seminário de Belém de Cachoeira*, Bahia, 1916. Sobre o padre Alexandre de Gusmão, sua vida e sua obra. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, VIII, 289 e segs. Nasceu em Lisboa, a 14 de agosto de 1629 e faleceu no seu Seminário de Belém a 15 de março de 1724, famoso por suas virtudes – de santo varão – e por seus talentos – de grande pedagogo. Deu lustre a seu nome o afilhado, Alexandre de Gusmão, primeiro brasileiro que subiu aos Conselhos da coroa, como secretário de el-rei. Convém repetir, para honra do colégio que nele formou o seu espírito o "padre voador", Bartolomeu Lourenço, cujas primeiras experiências mecânicas, aplicadas à elevação da água, foram feitas ali, portanto sob as vistas do padre Alexandre, em 1704.

12. Nome dos mais ilustres do "bandeirismo" nordestino, o coronel Pedro Barbosa Leal dirigiu os serviços de exploração e transporte do salitre e foi o fundador da vila de Jacobina, dando forma a administração civil aos arraiais de mineiros espalhados por aquele sertão, de 1720 a 23. Morreu muito rico, tanto que a filha única, D. Úrsula Luísa de Monserrate, pôde levantar a suas expensas o convento das Mercês (alvará de permissão, de 23 de janeiro de 1735).

13. Criada a Academia Real da História Portuguesa em 1720, mandou D. João V, em 1722, fossem coligidos no Brasil os documentos necessários para "a composição da história portuguesa", que havia de ser um dos seus encargos. Com este fim, ou seja, coordenar os

subsídios que ilustrariam os acadêmicos, acerca do passado luso-americano, convocou o vice-rei Vasco Fernandes César alguns notáveis sujeitos da Bahia (Gonçalo Soares da França, Sebastião da Rocha Pita, o capitão João de Brito e Lima, naturais da capitania, o juiz de fora Inácio Barbosa Machado, o desembargador Caetano de Brito e Figueiredo e José da Cunha Cardoso), e assentou a fundação de uma Academia local, por eles apelidada, "dos Esquecidos" – isto é, esquecidos da metrópole, das glórias, de si mesmos, como escritores sem imprensa, poetas sem livro, vocações sem oportunidade nem estímulo... o fato é que somaram quarenta e quatro, os esquecidos, que chegaram a reunir-se dezoito vezes, entre 7 de março de 1724 e 4 de fevereiro de 1725. Nuno Marques Pereira, no *Peregrino* (segunda parte, p. 54, ed., da Acad. Bras.), manda ver "as obras poéticas que se fizeram nas Academias, que mandou fazer o conde de Sabugosa... "Enchem três volumosos códices que se conservam no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicados (com erros fáceis de reparar, em S. Paulo, 5 volumes, por Aderaldo Castelo. Graças aos manuscritos que pudemos achar nos arquivos portugueses, sabemos hoje que era intenção do vice-rei a distribuição dos vários temas históricos de modo a permitir a publicação de larga notícia sobre o país, estudado, quanto à Igreja, por Gonçalo Soares da França, quanto as ciências naturais, por Caetano de Brito e Figueiredo, quanto às dúvidas de diversa espécie, por Luís de Siqueira da Gama, quanto à milícia, por Inácio Barbosa Machado, e numa ampla visão de tudo isso, por Sebastião da Rocha Pita. Os dois últimos cumpriram o prometido, com a *História da América Portuguesa*, que saiu em 1730, e os *Fastos Políticos e Militares*, dados à estampa em 1745.

14. Narrando acontecimentos de 1724, neste ano concluiu o nosso autor a sua barroca *História*. Foi no mesmo ano em que Vasco César estampava as suas armas na inscrição mural, comemorativa da inauguração da capela de Santo Antônio da Mouraria. O seu governo estendeu-se até 11 de maio de 1735. Elevado a conde de Sabugosa em 1729, faleceu na sua casa de Santo Amaro, em Lisboa, a 23 de outubro de 1741. Nesse sóbrio palácio, ilustrado por uma dinastia de homens

de guerra e de espírito, o último dos quais o marquês de Sabugosa, autor de tantas páginas evocativas da corte antiga – há uma sala em cujas paredes o pintor setecentista – por encomenda de Vasco César – reproduziu a mata brasileira, espessa, verde, pintalaga de asas multicores, com a beleza selvagem dos panoramas tropicais... É que aquele rude potentado – famoso por sua desapiedada justiça – desejava conservar a ilusão de continuar no Brasil, criando junto da floresta uma nação e um império.

. . . .

Protestação

PROTESTA O AUTOR DESTA HISTÓRIA, que tocaram a aparição ou parecerem milagres e sucessos sobrenaturais trazidos nela, não procura tenham mais crédito que o que se deve dar a uma história puramente humana, e que toda esta obra sujeita à censura da santa Igreja católica romana, e se conforma com os decretos pontifícios, em especial com os do santo padre Urbano VIII, e a todos em tudo e por tudo se reporta.

Sebastião da Rocha Pita

. . . .

Índice onomástico

A

AÇUMAR (conde de) – 417, 428, 447
ADORNO, Antônio Dias – 97, 146
ADOLFO [Gustavo Adolfo] – 204
ADRIANO (imperador romano) – 152, 270
AFONSO, D. – Ver BRAGANÇA
AFONSO II, D. (rei) – 147
AFONSO III, D. (rei) – 147, 269
AFONSO V, D. (rei) – 147
AFONSO VI, D. (rei) – 258, 262, 263, 266, 268, 302
AFONSO HENRIQUES (O Navegador) – 28, 58, 147, 212, 213, 215
AFONSOS (os) – 271
AGOSTINHO (santo) – 28
AGRIPINA – 378
AGUIAR, João Matos de – 422
ALA, João dos Santos – 428
ÁLAMOS, Jorge Gomes – 81
ALARCÃO, Jerônimo de Figueiredo de – 96, 154
ALARCÃO, José de Barros de – 102
ALARICO – 270
ALBA (duque de) – 150
ALBERT, João d' (rei) –
ALBUQUEREQUE, Álvaro da Silveira de – 356
ALBUQUERQUE, Antônio de – 196, 386
ALBUQUERQUE, Duarte de – Ver ALBUQUERQUE, Duarte Coelho de
ALBUQUERQUE, Duarte Coelho de – 178, 186, 194, 202, 206
ALBUQUERQUE, Gonçalo Ravasco Cavalcanti e – 302, 427
ALBUQUERQUE, Jerônimo de – 83, 93-4
ALBUQUERQUE, Lourenço Cavalcanti de – 178
ALBUQUERQUE, Matias de – 94, 168, 178, 179, 187, 188, 190, 191, 196, 197, 199, 201, 202, 205
ALBUQUERQUES (os) – 94
ALCÃNTARA, Pedro de – 158
ALENCASTRO, Afonso de – 98
ALEXANDRE (O Grande) – 57, 58, 373, 374
ALEXANDRE VII (papa) – 310
ALEXANDRES (os) – 147
ALEXANDRE SEVERO – 270
ALÍPIO DA PURIFICAÇÃO (frei) – 320
ALMADA, Lourenço de – 388, 403, 407, 447
ALMEIDA, Francisco de (vice-rei) – 352
ALMEIDA, Luís de Brito de – 96, 125, 146
ALMEIDA, Pedro de – Ver AÇUMAR (conde de)
ÁLVARES, Catarina – 286
ÁLVARES, Diogo – Ver CORREIA, Diogo Álvares
ÁLVARO – 98
ALVERNE, Antônio de Monte (frei) – 430
ALVERT, Joana d' – 143
AMADOR BUENO – 387
AMARAL, Bento do – Ver COUTINHO, Bento do Amaral

AMARAL, Francisco Dias do – 302
AMARO, João – 283, 284
ANA DA APRESENTAÇÃO – 290
ANAXILAU – 374
ANCHIETA [José de] (padre) – 127, 149
ANDRADA, Eugênio Freire de – 420, 428
ANDRADA, João de Couto de – 308
ANDRADA, Manuel Dias de – 201, 202, 203
ANÍBAIS (os) – 147
ANÍBAL (general cartaginês) – 373
ANGEJA (marquês de) – 417
ANJOS, Gregório dos (bispo) – 82, 85
ANJOU (duque de) – 362
ANTÔNIO, D. – 150
ANTÕNIO ANDRÉ – 353
ANTÕNIO DE SANTA MARIA (frei) – 85, 288
ANTÕNIO LUÍS (vice-rei) – Ver COUTINHO, Antônio Luís Gonçalves da Câmara
ARAGÃO, Manuel de Araújo de – 284
ARAÚJO, João de – Ver AZEVEDO, João de Araújo de
ARAÚJO, Francisco Gil de – 99
ÁRIO – 157
ARISTÓTELES – 28, 337
ARQUIMEDES – 74
ARRONCHELES (marquês de) – 259
ARTICHOFSKI, Cristóvão (coronel) – 201
ASDRÚBAIS (os) – 147
ASSECA (viscondes de) – 102, 139
ATAÍDE, Antônio de – Ver CASTANHEIRA (conde da)
ATAÍDE, Jerônimo de – 250
ATAÍDE, Gaspar da Costa – 299, 400
ATOUGUIA (conde de) – 250, 259
AUGUSTO (imperador romano) – 57, 152, 270
ÁUSTRIA, Maria Ana de – 427
AVEIRO (casa de) – 98, 109
AVEIRO (duque de) – 98
ÁVILA, Guarcia – 146
AZEVEDO, Agostinho de – Ver MONTEIRO, Agostinho de Azevedo
AZEVEDO, Álvaro de – 286
AZEVEDO, Francisco de – 143
AZEVEDO, Inácio de – 125, 142, 143, 144
AZEVEDO, Jerônimo de – 143
AZEVEDO, Manuel de – 143
AZEVEDO, João de Araújo de – 427, 428
AZEVEDO, Salvador de – 189
AZURARA (senhor de) – Ver CABRAL, Fernão

B

BAGNUOLO – 168, 194, 196, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206
BALDÉS, Diogo Flores de (general) – 153, 154
BALDUÍNO (rei) – 173
BALTASAR CARLOS – 187
BARBOSA, Cristóvão da Rocha (coronel) – 340
BARBOSA, Frutuoso – 87, 154
BARBOSA, Pedro – Ver LEAL, Pedro Barbosa
BARRADAS, Constantino (bispo) – 125, 159, 179
BAVIERA (duque de) – 351
BARREIROS, Antônio – 125, 154, 156
BARRETO, Manuel Teles – 125, 153, 154, 155
BARRETO, Roque da Costa – 296, 299, 301

BARROS, Antônio Cardoso de – 126
BARROS, Cristóvão de (provedor-mor) – 125, 154
BARROS, João de – 83, 87
BARROS, João do Rego (provedor) – 90
BASTO (conde de) – 94
BEARNE (princesa de) – 143
BEDA [Venerabilis] – 28
BELCHIOR DE SANTA CATAARINA (frei) – 156
BELTRÃO, Luís – 158
BENAVIDES, Luís de – 185
BEZERRA, Fernão – 313
BEZERRA, Luís Barbalho – 219, 241
BLAAR, João – 230
BORGES, Pedro (Dr.) – 126
BORGONHA (duque de) – Ver FILIPE III
BORJA, Luís de Rojas y – 200, 201, 202, 205
BORROMEU, Cláudio – 158
BOTELHO, Diogo – 125, 158, 159
BOTO, Vicente – 430
BOURBON (casa de) – 304
BRAGANÇA (casa de) – 151, 250
BRAGANÇA (duque de) – 150, 267
BRAGANÇA (duquesa de) – Ver CATARINA (rainha)
BRANDÃO, Luís Simões – 375
BRASIL – (príncipe do) – 237
BRINK (coronel) – 243, 245
BRÚLIO, Joaquim – 62
BRANCO, Diogo Rangel de Castelo (dr.) – 345
BRANCO, Miguel de Sequeira Castelo – 333
BRITO, André de – Ver CASTRO, André de Brito de
BRITO, Antônio de – Ver MENESES, Antônio de Sousa Brito de
BRITO, Antônio de – Ver MENESES, Antônio de Sousa Brito de
BRITO, Antônio Guedes de – 277, 286, 287

C

CABRAL, Fernão – 315
CABRAL, Pascoal Moreira – 443
CABRAL, Pedro Álvares – 29, 56, 97
CABRAL, Sebastião da Veiga – 356, 357, 358, 360, 361, 431
CAIO [Graco] – 305
CALDAS, Sebastião de Castro de – 388, 389, 390, 392
CALMON, João (chantre) – 440
CALVINO – 157, 173, 226
CÂMARA, Diogo de Sousa da – 302
CÂMARA, Manuel de Moura da (capitão) – 356
CAMARÃO, Antônio Filipe – 227, 228, 239, 240
CAMARÃO, Diogo Pinheiro – 241
CAMPOS, Leonor de – 97
CANTANHEDE (conde de) – Ver MARIALVA (marquês de)
CAPUCHINHO, Félix – 158
CARAMURU-AÇU – 60
CARDOSO, Antônio Dias – 227
CARDOSO, João de Barros – 178
CARLOS – 270, 264
CARLOS I – 260
CARLOS II – 260, 300, 361, 362
CARLOS III – 328, 362, 363, 364, 394, 418
CARLOS V – 61, 80, 363
CARLOS VI – 377
CARLOS O BRAVO – 362

CARNEIRO, João de Couros – 302, 303
CARONDAS – 337
CARPEGNA (cardeal) – 310
CARVALHO, Antônio de Albuquerque Coelho de – 81, 82, 84, 383, 384, 384, 394, 402
CASCAIS (marqueses de) – 89
CASTANHEIRA (conde da) – 234
CASTELO MELHOR (conde de) – 250, 262, 403
CASTREJON, Francisco – 154
CASTRO, André de Brito de – 302, 303, 304
CASTRO, Caetano de Melo de – 335, 339, 340, 342, 344, 376, 377
CASTRO, Diogo de – 94
CASTRO, Francisco de – Ver MORAIS, Francisco de Castro de
CASTRO, Gregório de – Ver MORAIS, Gregório de Castro
CASTRO, Joana de – 94
CASTRO, Lourenço Pires de – 94
CASTRO, Maria de Albuquerque e – 94
CASTRO, Sebastião de – Ver CALDAS, Sebastião de Castro de
CATARINA, Dona (duquesa) – 267
CATARINA – Ver ÁLVARES, Catarina
CATARINA (rainha) – 149, 150
CATARINA [Álvares Correia] – 27, 69, 61, 78, 90, 127, 134, 138, 141, 155, 260
CATARINA DE S. BENTO – 290
CAVALCANTI, Filipe – 94
CAVALCANTIS (os) – 94
CÉSAR (general romano) – 28, 57, 58, 379
CÉSARES (os) – 379
CÍCERO (tribuno romano) – 28
CIPIÃO – 424
CIPIÕES (os) – 147, 432
CIROS (os) – 147
CLÁUDIO CIVIL – 151, 173
CLEMENTE VIII (papa) – 159
CLEMENTE IX (papa) - 271
CLEMENTE XI (papa) – 82, 438
CLODOVEU – 214
COELHO, Antônio de Albuquerque Coelho de – Ver CARVALHO, Antônio de Albuquerque Coelho de
COELHO, Duarte de Albuquerque – 93, 94
COELHO, Gonçalo – 57, 58
COELHO, Gonçalo Pires – 93
COELHO, Jorge de Albuquerque – 94
COIMBRA (duque de) – 14, 25, 98, 109, 111, 123, 124, 159, 162, 164, 167, 252, 316, 412, 440
COLOMBO, Cristóvão – 29, 58
CONRADO IV (imperador) – 270
CONSTANTINO – 173, 214
CONTREIRAS, Cristóvão de Burgos – 287
CORÇO, Tomás Ribeiro – 381
CÓRDOVA, Gonçalo Fernando de – 424
CORREIA, Diogo Álvares – 27, 59, 60, 61, 69, 78, 99, 129, 286
CORREIA, Jorge de Figueiredo – 154
CORREIA, José da Costa (juiz de fora) – 345
CORREIA, Lourenço de Brito – 241
CORREIA, Luís de Brito – 219
CORREIA, Salvador – Ver SÁ, Salvador Correia de
CORNELES, João – 222
COSTA, Duarte da – 125, 128, 129-30
COSTA, Gaspar da – Ver ATAÍDE, Gaspar da Costa
COSTA, João de Figueiredo – 405, 407
COSTA, Manuel Álvares da – 390

COSTA, Rodrigo da (governador) – 328, 355, 356, 357, 360, 365, 371
COUROS, João de – Ver CARNEIRO, João de Couros
COUTINHO, Antônio Luís Gonçalves da Câmara (almotacé-mor) – 98, 315-6, 319, 328, 345, 355, 418
COUTINHO, Bento do Amaral – 380, 381, 401
COUTINHO, Francisco Pereira – 69, 70
COUTINHO, Vasco Fernandes – 98
CRISTÓVÃO JACQUES – 59, 69, 131
CUNHA, Aires da – 83
CUNHA, João da – Ver SOTOMAIOR, João da Cunha
CUNHA, Cristóvão da – 80
CUNHA, Jerônimo de Sá e (desembargador) – 313
CUNHA, Matias da – 296, 312, 313, 314, 315, 317
CUNHA, Tristão da – 314

D

DANIEL (profeta) – 373
DARIOS (os) – 147
DIAS, Francisco 303
DIAS, Henrique – 227, 228, 229, 239, 391
DIAS, Robério – 155, 156, 284
DIAS, Sebastião (sargento-mor) – 340, 342
DINIZ, João Ferreira – 430
DIOGO CÃO – 223
DIOGO LUÍS – Ver OLIVEIRA, Diogo Luís de
DIOMEDES (rei) – 373, 374
DOMINGOS AFONSO – 448
DOMINGOS JORGE – 281, 339, 342
DORTH, João – 175, 179
DUARTE, D. (rei) – 58, 147, 149, 150, 267, 363
DUCAS, Aleixo – 173
DUCHS, Francisco – 175
DUCLERC – 395, 396, 397, 398
DUGUAY [Trouin] – 398

E

EÇA, Francisco Nunes Marinho d' – 168, 179
ESCOBAR, João de – 226
ESTANCEL, Valentim – 307
ESTE (casa de) – 305
EUTÍAQUE – 157

F

FALCÃO, Fernando Dias – 443
FARO, Sancho de (capitão-geral) – 424
FERNANDO [Martins Mascarenhas de Lencastro] – Ver LENCASTRO, Fernando Martins Mascarenhas de
FERNANDO, D. – 147, 149, 150
FERNANDO II (imperador) – 362
FERNANDO V (rei) – 58, 362
FERNANDO VII (rei) – 58, 362, 363
FERRARA (duques de) – 305
FIGUEIREDO, Caetano de Brito de – 427
FIGUEIREDO, Estêvão Brioso de (bispo) – 93, 288
FIGUEIROA, Francisco de – 244
FILGUEIRA, Manuel Dias – 405, 406
FILIPA, Dona – 328
FILIPE – 78, 153, 169, 245
FILIPE II (rei) – 125, 150, 151, 216
FILIPE III (rei) – 77, 150, 158, 169, 362
FILIPE IV (rei) – 170, 174, 192, 362 173

FILIPE V (rei) – 363, 364, 394
FILIPE VI (rei) – 150
FILIPES (os) – 147
FLÁVIO VESPASIANO – 151
FLORES, Diogo Flores – Ver BALDÉS, Diogo Flores de
FRAGOSO, José da Guarda (desembargador) – 313
FRANCA, Manuel Barros da – 302
FRANCISCO I – 362
FREDERICO III – 363
FRANCISCO DE SÃO JERÔNIMO (bispo) – 375
FREIRE, Alexandre de Sousa – 258, 274, 279
FREIRE, Domingos – 147
FREIRE, Francisco de Brito – 248
FREITAS, João de (mestre-de-campo) – 391
FURTADO, Afonso – Ver MENDONÇA, Afonso Furtado de
FURTADO, Antônio de Mendonça – 174, 175
FURTADO, Diogo de Mendonça – 125, 159, 160, 168, 174, 176, 177, 183, 191
FURTADO, Francisco de Mendonça – 274
FURTADO, Jerônimo de Mendonça – 258, 272, 273, 274
FURTADO, João – Ver MENDONÇA, João Furtado de
FURTADO, Tristão de Mendonça – 217

G

GALA PLACÍDIA – 378
GALBA – 173
GAMA, Estêvão da – 105
GAMA, João Maia da - 352, 353, 354, 391
GAMA, Vasco da – 29
GÂNDIA (casa de) – 202
GARCIA (rei de Navarra) – 214
GARCIA, Baltasar (sargento-mor) – 358
GARCIA, Gregório – 62
GERMÂNICO – 418
GOMES, Fernão – 223
GIRALDES, Francisco – 154
GIRALDES, Lucas – 96, 154
GRÃ, da (missionário) – 127
GRACOS (os) – 305
GREGÓRIO XIII (papa) – 156
GUEDES, Antônio – Ver BRITO, Antônio Guedes de
GUIMARÃES, Domingos da Costa – 409, 410
GUIMARÃES, Pascoal da Silveira – 430
GUSMÃO, Alexandre de (padre) – 317, 318
GUSMÃO, Gaspar de – 170
GUSMÃO, João de – Ver MEDINA SIDONIA (marquês de)
GUSMÃO, Manuel de – Ver MEDINA SIDONIA (marquês de)

H

HAMET, Mulei (xerife) – 148
HANON (navegador) – 27
HENDERSOEN – 223
HENDRIKSZOON, Balduíno – 184
HENRIQUE (conde) – 147, 149
HENRIQUE D. (cardeal, rei) – 87, 125, 141
HENRIQUE IV – 305
HENRIQUES D. (infante) – Ver AFONSO HENRIQUES
HIPÓCRATES – 347
HOHENLOE (família) – 286
HOMERO – 346

HONÓRIO (imperador) – 362
HOOGSTRATEN, Teodoro van – 231
HORÁCIO – 397
HOUS, Henrique (general) – 230
HOZES, Lope de – 200

I

INOCÊNCIO IX (papa) – 288
INOCÊNCIO XI (papa) – 82, 85, 93
INOCÊNCIO DE SANTO ALBERTO (frei) – 263
ISABEL (infanta) – 363
ISABEL (de Espanha) – 363
ISABEL AMÉLIA MADALENA (princesa) – 351
ISABEL LUÍSA JOSEFA (princesa) – 316

J

JACÓ IV – 362
JACQUES (frei) – 297
JADO – 373
JAIME – Ver BRAGANÇA (duque de)
JERÔNIMA DO PRESÉPIO (madre) – 289
JERÔNIMO DA ASSUNÇÃO (frei) – 320
JOÃO, D. (rei) – 150, 267, 352, 353
JOÃO, D. (infante) – 363
JOÃO I (rei) – 328, 362
JOÃO II (rei de Portugal) – 58, 98, 147, 223, 224, 328
JOÃO II (rei de Castela) – 363
JOÃO III (rei) – 69, 78, 83, 87, 89, 93, 96, 104, 125, 129, 135, 147, 234, 235, 242, 271
JOÃO IV (rei) – 212, 215, 217, 218, 226, 234, 245, 249, 250, 272, 282, 313
JOÃO V (rei) – 77, 82, 99, 222, 281, 360, 371, 372, 374, 387, 390, 399, 402, 404, 410, 419, 438, 442
JOÃO DA CRUZ – 158, 264
JOÃO DAS CHAGAS (frei) – 263
JOÃO DAS NEVES (frei) – 320
JOÃO DE DEUS – 158, 320
JOÃO DA MADRE DE DEUS (frei) – 78, 309
JOÃO JORGE (duque) – 351
JOÃO MAURÍCIO – Ver NASSAU, João Maurício de
JOLO, Cornélio – 185, 223
JORGE Dom (mestre de Santiago e Aiz) – 98
JORGE, D. – 328
JORGE (landgrave) – 351
JOSÉ (imperador) – 364
JOSÉ I – 377, 378
JOSÉ DOS ANJOS (frei) – 320
JOSÉ DO ESPÍRITO SANTO (frei) – 263
JUDITE (princesa) – 173
JULIANA – 98
JÚLIO III (papa) – 58
JÚLIO CÉSAR – Ver CÉSAR (general romano)
JÚNIO BRUTO – 397

K

KIJF, João – 182

L

LARA, Diogo Ordonhes da – 304
LEAL, Pedro Barbosa – 335, 449
LEITÃO, Pedro – 106, 125, 137, 139, 154
LEITE, Pedro – 445
LENCASTRO, Fernando Martins Mascarenhas de – 378, 382, 383, 384

LENCASTRO, Francisco Náper de – 299, 301, 356
LENCASTRO, João de – 98, 328, 331, 334, 335, 339, 350, 352, 354, 355, 419, 431
LENCASTRO, Rodrigo de – 353
LEONOR MADALENA TERESA – 363, 377
LEOPOLDO I – 362, 377
LERMA (casa de) – 202
LICURGO – 337
LIMA, Antônio de – 1990
LÍPSIO, Justo – 62
LÍSIAS – 28
LISBOA, Manuel Gomes – 400
LOBO, Manuel – 298, 299
LOBO, Rodrigo – 200
LOIOLA, Inácio de – 158
LONCQ, Henrique – 188
LOPE – Ver HOZES, Lope de
LORENA (casa de) – 305
LOURENÇO, D. – Ver ALMADA, D. Lourenço de
LUDOVICO – 351
LUÍS – Ver BORJA, Luís de Roxas y
LUÍS XII (rei) – 305, 362
LUÍS XIV (rei) – 362
LUÍS CÉSAR – Ver MENESES, Luís César de
LUÍSA, Dona (rainha – 258, 262, 266, 267
LUÍSA DE S. JOSÉ (madre) – 289
LUSO – 28
LUTERO – 157, 173, 226
MACEDO, Antônio de Sousa de – 81
MACEDO, Cosme Rangel de – 125
MACHADO, Félix José – 393
MACHADO, José Mendes – 86
MADALENA (princesa) – 351
MADEIRA, Félix – 401
MAGALHÃES, Henrique Jacques de – 352, 354
MAGALHÃES, Pedro Jacques de – 247
MAIA, João da – Ver GAMA, João da Maia
MANETA (alcunha) – Ver COSTA, João de Figueiredo da
MANSO, Manuel de Melo Godinho – 444
MANUE, D. (rei) – 27, 28, 57, 59, 147, 150, 271, 316, 331
MANUEL DA RESSURREIÇÃO (frei) – 263, 296, 314, 316, 320
MAOMÉ – 173
MAR, Francisco de Mendonça – 322-3
MARGARIDA DA COLUNA (sóror) – 289
MARIA (rainha) – 271, 316
MARIA DE CRISTO (madre) – 290, 291
MARIA DE S. RAIMUNDO (madre) – 289, 290
MARIA TERESA – 262
MARIALVA (marquês de) – 259
MARIANA DE ÁUSTRIA – 377
MARROCOS, Antônio – 178
MARTIM AFONSO – Ver SOUSA, Martim Afonso de
MASCARENHAS, Fernando de – Ver TORRE (conde da)
MASCARENHAS, Fernando Martins – 85
MASCARENHAS, João – 427
MASCARENHAS, Jorge de – Ver MONTALVÃO (marquês de)
MASCARENHAS, Vasco de – Ver ÓBIDOS (conde de)
MATINHOS, João de (alcunha) – Ver AGUIAR, João de Matos

MAURÍCIO – Ver NASSAU (conde de)
MAXÊNCIO – 214
MAXIMILIANO I (imperador) – 363
MÉDICIS, Catarina de – 60
MEDINA SIDONIA (duques de) – 267
MELANCHTON – 157
MELO, André Leitão de – 403
MELO, Bernardo Vieira de – 340, 342, 343
MELO, Caetano de – Ver CASTRO, Caetano de Melo e
MELO, Catarina de Albuquerque e – 94
MELO, Cristóvão de – 94
MELO, Filipa – 94
MELO, Luís de – 83
MELO, Manuel – 82
MELO, Martim Afonso de – 205
MENDONÇA, Afonso Furtado de – 258, 280, 282, 284, 285, 286, 287, 313, 314
MENDONÇA, Diogo de – Ver FURTADO, Diogo de Mendonça
MENDONÇA, Gaspar Barata de (frei) – 77, 288, 309
MENDONÇA, Jerônimo de – Ver FURTADO, Jerônimo de Mendonça
MENDONÇA, João Furtado de – 284, 301 X
MENDONÇA, Jorge Furtado de – 286
MENDONÇA, Lopo Furtado de – 87
MENDONÇA, Tristão de – 212
MENESES, Antônio de Sousa Brito de – 296, 301, 302, 303, 304, 306
MENESES, Antônio Teles – Ver VILA POUCA (conde de)
MENESES, Antônio de Sousa de – Ver MENESES, Antônio de Sousa Brito de
MENESES, Antônio Luís de Sousa Telo de – 305, 306
MENESES, Artur de Sá de – 350
MENESES, Diogo de – 125, 158, 159
MENESES, Francisco de – 274, 395
MENESES, Francisco Barreto de – 238, 240, 244, 258, 259, 260m 262, 263
MENESES, Francisco de Sousa Telo de – 155, 272, 305, 306, 311, 363, 418
MENESES, Francisco Teles de – 302, 303, 304
MENESES, Henrique de – 376
MENESES, Luís César de – 301, 371, 377, 388, 431, 447
MENESES, Manuel de (general) – 180, 182
MENESES, Pedro César de – 223
MENESES, Rodrigo César de – 442, 444, 446
MENESES, Vasco Fernandes César de – 78, 417, 431, 451
MERCOEUR (casa de) – 305
MESQUITA, Manuel Barbosa de – 278, 279
MEZZABARBA, Carlos Ambrósio – 438
MICHAEL ÂNGELO DE NÁPOLES (frei) – 297
MINAS (marquês das) – Ver MENESES, Francisco de Sousa Telo de
MINOS – 337, 373
MIRANADA (conde de) – 259
MIRANDA, Henrique Henriques de – 302
MITRÍDATES – 28
MOISÉS – 375
MOLINA, Luís Tenório de (capitão) – 356
MONIZES – 78
MONTALVÃO (marquês de) – 208, 212, 218, 263, 286
MONTEIRO, Agostinho de Azevedo – 286, 287, 288

MONTEIRO, Manuel de Muris (desembargador) – 331
MORAIS, Baltasar Ribeiro de – 445
MORAIS, Francisco de Castro de – 394, 395, 397, 398, 399, 401, 402, 403
MORAIS, Gregório de Castro de – 387, 396, 403
MORENO, Martim Soares – 229, 230
MOURA, Alexandre de – 83
MOURA, Antônio de – ROLIM, Antônio de Moura
MOURA, Francisco de – Ver ROLIM, Francisco de Moura
MOUROS (os) – 94

N

NÁPER, Francisco – Ver LENCASTRO, Francisco Náper de
NASSAU, Guilherme de
NASSAU, João Maurício de – Ver NASSAU (conde de)
NASSAU (conde de) – 90, 168, 200, 203, 204, 206, 220, 226
NATIVIDADE, Manuel da – 82
NEGREIROS, André Vidal de – 226, 229, 230, 238, 244, 249, 259, 262, 274
NEMOURS (príncipe de) – 268
NEMOURS (casa de) – 305
NEOBURGO (duque de) – 351
NEOBURGO, Maria Sofia Isabel de (rainha) – 312, 328, 350, 363, 377
NÉRI, Filipe – 158
NERO (imperador romano) – 173
NERO DOMÍCIO – 151
NERVA COCCEIO – 57, 59
NESTÓRIO – 157
NÓBREGA, Manuel da (padre) – 62, 127
NORONHA, Pedro Antônio de – Ver ANGEJA (marquês de)
NUMA – 337
NUNES, Manuel – Ver VIANA, Manuel Nunes

O

ÓBIDOS (conde de) – 207, 208, 263, 302
OLIVEIRA, Antão de Mesquita de – 178
OLIVEIRA, Diogo Luís de – 168, 184, 200, 201, 206, 329
OLIVEIRA, João Francisco de (frei, arcebispo) – 320, 328, 351, 355
OQUENDO, Antônio – 193, 194
ORELLANA, Francisco de (navegador) – 79, 80, 82
ORTIZ, João – 202
OSÓRIO, Fradique de Toledo, D. – Ver VALDUEÇA (marquês de)
OTAVIANO AUGUSTO – 170
OTO – 173

P

PACHECO, Diogo (dr.) – 345
PAIS, Ana – 230
PAIVA, João de – 395
PALEÓLOGO, Miguel – 173
PARADA, Paulo de – 192
PARENTE, Bento Maciel – 196, 222-3
PATER Adrião – 194, 195
PAULO IV (papa) – 139
PAZZI, Maria Madalena de – 158
PÉ-DE-PAU (alcunha) – Ver JOLO, Cornélio
PEDRO – 147, 258, 269, 270, 271, 272, 284, 287, 288, 289, 296, 297, 300, 301, 310, 328, 334, 363, 365

PEDRO II – 82, 312, 316, 330, 345, 346,362, 371, 372, 422, 427
PEDRO JACQUES – Ver MAGALHÃES, Pedro Jacques de
PEDROSO, Jerônimo – 379
PENTESILEIAS – 385
PEREIRA, Duarte Coelho – 93
PEREIRA, Duarte Pacheco - 226
PEREIRA, Manuel (frei) – 102, 224, 288
PEREIRA, Pedro Gonçalves Cordeiro – 449
PERES, Peter – Ver PETRID, Peter
PETRID, Peter – 175, 185
PILAR, Bartolomeu do (frei) – 82
PIMENTEL, Manuel Garcia – 99
PINHEIRO, Salvador – 193
PIMENTEL, Rodrigo de Barros – 340
PIO V (papa) – 144
PITA, João da Rocha – 331, 421
PITA, Sebastião da Rocha – 197, 198
PIZARRO, Fernando – 62
PIZARRO, Francisco – 79
PLATÃO – 337
PLÍNIO – 28
POMPEUS (os) – 147, 379, 432
PONTE (conde da) – 260
PONTES, Sebastião do Vale (deão) – 426
PORTOCARREIRO, Cipião Pita – 196
PORTUGAL, Miguel de, D. – 94
POSSIDÔNIO – 347
POZO, José Sanches de el – 302
PRADO (conde do) – Ver MENESES, Francisco de Sousa Telo de
PRISCILIANO – 157

R

RANGEL, José Ribeiro (juiz da moeda) – 331, 333
RAVASCO, Bernardo Vieira – 302, 304, 347
RAVASCO, Gonçalo – 302
REBELINHO (alcunha) – Ver REBELO, Francisco
REBELO, Francisco – 236
REGO, André de Barros – 273
REGO, Sebastião Fernandes do – 445
REMBACH, Lourenço – 197, 198
RESENDE, Nicolau de – 87
RIBADANEIRA, Pedro de (jesuíta) – 62
RIBEIRA, Miguel – 384
RIPADO, Vicente Leite (provedor) – 281
RODRIGUES, Simão (padre) – 127
ROEN, João – 224
ROLIM, Antônio de Moura – 302
ROLIM, Cosme de Moura – 99
ROLIM, Francisco de Moura – 168, 181, 182, 184
ROMANO, João (frei) – 297
ROSA, Manuel Mosqueira da – 428
ROXAS, Luís – Ver BORJA, Luís de Rojas y
RUYTER, Frederico – 175

S

SÁ, Estácio de – 135, 136, 138
SÁ, Fernando de – 130
SÁ, Manuel Carneiro de (dr.) – 296, 315
SÁ, Mendo de – 91, 125, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 328
SÁ, Salvador Correia de – 139, 140, 141, 212, 219
SABÓIA (duque de) – 3126, 364
SABÓIA, Maria Francisca Isabel de – 268, 270, 296, 305, 316
SAFO – 28
SALDANHA, Antônio de – 352, 353

SALES, Francisco de – 158
SALOMÃO (rei) – 347
SAMPAIO, Pedro da Silva e – 241
SANCHO – 304
SANCHO I (rei) – 147
SANCHO II (rei) – 269
SANCHOS (os) – 271
SANDE (marquês de) – 260
SANDE, Francisca de – 309
SANDOVAL, Joana de – 267
SANFELICE, João Vicêncio de – 194
SANTARÉM, João de – 226
SÃO CAETANO DE TIENE – 158
SÃO LOURENÇO (conde de) – 205
SARDINHA, Pedro Fernandes (bispo) – 77, 125, 128, 129 x
SCHKOPPE, Sigismundo van der – 198, 201, 204, 212, 232, 237, 239, 241, 243, 249
SCHOUTEN, Guilherme – 181, 183
SEBASTIÃO, Dom (rei) – 94. 125, 128, 141, 142, 146, 147, 148, 149, 153, 216
SEMÍRAMIS – 385
SERTÃO, Domingos Afonso – 280
SERTÓRIO – 28
SFORZA, Ludovico – 362
SIGISMUNDO – Ver SCHKOPPE, Sigismundo van der
SILVA, Antônio Álvares da – 420
SILVA, Antônio Teles da – 212, 221, 226, 228, 229, 234, 235, 236, 237
SILVA, Henrique de Sousa Tavares da – 259
SILVA, João Correia da – 258, 275, 277
SILVA, João Leme da – 443, 444, 446
SILVA, Lourenço Leme da – 443, 444, 446
SILVA, Luís de Melo da – 83, 131, 402, 427
SILVA, Madalena da – 205
SILVA, Pedro da – 168, 200, 205, 206, 207, 219
SOARES, José da Cunha (dr.) – 346
SOFIA LEONOR DE SAXÔNIA – 351
SOLEDADE, Francisco da – Ver MAR, Francisco de Mendonça
SÓLON – 337, 373
SORA, Tomás de (frei) - 297
SORIA, Jacques - 143
SOTOMAIOR, João da Cunha – 306, 307
SOUSA, Alexandre de – 266-7
SOUSA, Antônio de – Ver MENESES, Antônio de Sousa Brito de
SOUSA, Francisco de – 125, 155, 156, 157
SOUSA, Gaspar de – 83, 158
SOUSA, João de, D. – 91
SOUSA, Luís de – 125, 159, 160
SOUSA, Manuel de (juiz da moeda) – 333
SOUSA, Martim Afonso de – 104, 105, 106, 140
SOUSA, Pedro de Vasconcelos e – 403, 404, 405, 407, 408, 409, 410, 419
SOUSA, Pero Lopes de – 89, 106, 131
SOUSA, Tomé de – 125, 127
SOUTOMAIOR, Francisco de – 198

T

TÁVORA, Francisco de – 402
TEIXEIRA, Marcos (bispo) – 168, 174, 176, 179
TELES, Antônio – Ver SILVA, Antônio Teles da
TELES, Francisco – Ver MENESES, Francisco Teles de
TELES, Manuel – Ver BARRETO, Manuel Teles
TEMUDO, André Pereira – 189

TEODÓSIO (infante) – Ver BRASIL (príncipe do)
TEODÓSIO I – 246, 267
TERESA DE JESUS (madre) – 263
TIBÉRIO (imperador romano) – 152, 215
TIBÉRIO [Graco] – 305
TITO VESPASIANO – 57, 374
TORRE (conde da) – 207, 208 218, 263
TORRES, Francisco de Melo – 260
TOURINHO, Pedro de Campos – 97
TOURINHO, Sebastião Fernandes – 96, 97, 146
TRAJANO – 57, 150, 270
TREBONIANO – 78, 150
TRIMEGISTO – 337, 373
TUBAL – 28
TÚLIO – 374
TUNDACUMBE, Manuel Gonçalves – 391

U

URBANO VII (papa) – 511 x

V

VAL DE FUENTES (marquês de) – 98
VALADA (marquês de) – 200
VALDUEÇA (marquês de) – 180, 182, 183, 184
VALENTE (imperador) – 362
VALOIS (casa de) – 305
VALOIS, Henrique de – 60
VAREIRO, Dionísio de Ávila (dr.) – 306, 319
VASCONCELOS, Cristóvão Lins de – 340
VASCONCELOS, João Rodrigues de – 246, 250
VASCONCELOS, Luís de – 125, 142
VASCONCELOS, Luís de Sousa de – 262
VASCONCELOS, Pedro de – Ver SOUSA, Pedro de Vasconcelos e
VEIGA, Diogo Vaz de – 153
VEIGA, Lourenço da – 125, 146, 152, 153
VEIGA, Sebastião da – Ver CABRAL, Sebastião da Veiga
VESPASIANO – 173
VESPÚCIO, Américo (piloto, navegador) – 27, 29, 57
VIANA, Manuel Nunes – 378, 378, 382, 383, 384, 385
VIDE, Sebastião Monteiro da (arcebispo) – 291, 327, 328, 355, 375, 417, 427, 440
VIEIRA, Antônio (padre) – 328, 346, 347
VIEIRA, Bernardo – Ver MELO, Bernardo Vieira de
VIEIRA, Bernardo – Ver RAVASCO, Bernardo Vieira
VIEIRA, João Fernandes – 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 238, 244
VIEIRA, Marinho – 429
VENTURA, Antônio (frei) – 152
VILASBOAS, Belchior de Sousa (dr.) – 345
VILA POUCA (conde de) – 236, 237, 240, 246
VILHENA, Francisco de – 219
VILLEGAILLON – 131, 132, 133
VIMIEIRO (conde do) – 417, 424, 425, 426, 427, 428
VIMIOSO (conde de) – 94, 314
VIRIATO – 28
VITÉLIO – 173
VITÓRIA DA ENCARNAÇÃO (sóror) – 291

VITRÚVIO – 74

W

WEERDEMBURGH, Teodoro – 188, 190, 192, 197
WILHELMO, Filipe (príncipe) – 351
WILHELMO, Wolfgango (príncipe) – 351
WILLEKENS, Jacob – 175
WITIKINDO (rei) – 351

X

XAVIER, Farancisco – 127, 158

Z

ZENÓBIAS (as) – 385
ZUINGLIO – 157

Este é um livro que não pode faltar na estante dos que estudam o Brasil, sua história e sua arte. *História da América portuguesa* é um dos primeiros livros impressos sobre o Brasil Colônia. E também pertence à história da literatura brasileira, incluída em inúmeros compêndios como expressão da arte barroca entre nós. Composto por onze capítulos, que o autor chamou de "livros", Rocha Pita descreve a descoberta do Brasil, a fundação da Bahia, a colonização do Norte e Nordeste, a cidade de São Paulo, os vários governos coloniais, as nossas guerras contra os invasores, a análise do projeto colonial, a posição dos reis portugueses em relação ao Brasil, a política de povoamento e, entre muitíssimos outros temas e aspectos da História do Brasil, os últimos acontecimentos importantes registrados na Bahia de seu tempo.

Rocha Pita (Sebastião da Rocha Pita, 1660-1738), nascido em Salvador, estudou com os jesuítas e, mais tarde, viajou a Coimbra, onde se formou bacharel em cânones. Exerceu o posto de coronel de infantaria, foi vereador e poeta. Colaborou na formação da Academia Brasílica dos Esquecidos. Mas foi como historiador que permaneceu em nossas letras ao publicar em Lisboa, pela Oficina de José Antônio da Silva, impressor da Academia Real, em 1730, a sua obra máxima *História da América portuguesa.*

Alguns autores mais apressados ressaltam seu "barroquismo", esquecendo-se que foi fonte para várias obras literárias ou históricas e que até hoje nos serve para mostrar um Brasil pelos olhos de seus contemporâneos do século XVIII. "Precisa ser lido e deve ser lido como um exemplo da literatura que ao seu tempo florescia", ressalta Pedro Calmon. E acrescenta: "É o cabedal noticioso que o inclui entre as escassas fontes impressas da história pátria. Nalguns trechos é insubstituível o seu testemunho."

ISBN 978-85-7018-376-7